

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS

LEONARDO BAPTISTA

ENTRE A ILEGALIDADE E A LUTA INSTITUCIONAL: A ATUAÇÃO
DO PCB NO ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO DA ABERTURA
POLÍTICA (1978-1985)

VITÓRIA
2016

LEONARDO BAPTISTA

**ENTRE A ILEGALIDADE E A LUTA INSTITUCIONAL: A ATUAÇÃO
DO PCB NO ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO DA ABERTURA
POLÍTICA (1978-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

VITÓRIA
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B222e Baptista, Leonardo, 1984-
 Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB
 no Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985) /
 Leonardo Baptista. – 2016.
 346 f.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Partido Comunista Brasileiro. 2. Partidos políticos. 3.
Ditadura - Espírito Santo (Estado). 4. Abertura política. I.
Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

LEONARDO BAPTISTA

**ENTRE A ILEGALIDADE E A LUTA INSTITUCIONAL: A ATUAÇÃO
DO PCB NO ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO DA ABERTURA
POLÍTICA (1978-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em ____ de _____ de 2016.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Orientador

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Membro

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Membro

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Membro

Prof. Dr. Julio César Bertivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Membro Suplente

Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo
Universidade Vila Velha (UVV)
Membro Suplente

AGRADECIMENTOS

A produção deste trabalho só foi possível por que, ao longo de um intenso e desgastante processo de pesquisa, eu contei com o apoio de pessoas especiais que me permitiram superar as inúmeras dificuldades enfrentadas durante o percurso. Dessa forma, considero justo agradecê-las, e fazer figurar seus nomes nestas páginas.

Assim, agradeço ao meu professor e orientador Pedro Ernesto Fagundes pela oportunidade, por acreditar nos meus esforços, e pela rara capacidade de atuar numa universidade federal sem se alimentar do tradicional ego intelectual comum a salas e corredores acadêmicos.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, especialmente, aos docentes Maria Beatriz Nader, Adriana Pereira Campos, Gilvan Ventura da Silva e Geraldo Antônio Soares, pelas aulas, leituras e conhecimentos compartilhados.

À professora Ângela Moreira Domingues da Silva pela importante intervenção na avaliação inicial do projeto de pesquisa. Também agradeço ao professor Vitor Amorin de Angelo pela disponibilidade e orientações na banca de qualificação.

Um agradecimento especial ao professor Ueber José de Oliveira, que além de participar das bancas de qualificação e de avaliação final desta dissertação, acompanhou grande parte do processo de construção da mesma com uma incomparável solidariedade intelectual, disponibilizando-me tempo, conhecimentos e experiência.

Agradeço aos professores Sebastião Pimentel Franco e Rodrigo Patto Sá Motta pela participação na banca de avaliação desta dissertação e suas colaborações.

A todos os ex-militantes do PCB do Espírito Santo entrevistados, por concederem as estimulantes entrevistas que deram vida a esta pesquisa.

Aos meus colegas de curso Ayala, Louise, Thiara, Luiz, Karol Dias, pela afetuosa convivência nas aulas, pelos telefonemas, mensagens e encontros por meio dos quais rimos, reclamamos, desabafamos, aprendemos e, principalmente, sobrevivemos aos desafios.

Às minhas amigas Carroll Soares, Angélica do Carmo e Graziela Menezes, pela paciência e compreensão diante das minhas dúvidas e dificuldades, e pelas consequentes orientações que contribuíram diretamente para os rumos desta pesquisa.

À minha amiga Irislane pela importante colaboração na revisão do texto e pelo apoio indispensável na reta final.

Aos meus queridos amigos Altieres, Babi, Nando, Éder, Thalimar, Rodrigo e Kelly, por toda a torcida e a amizade fraterna que sempre me dedicaram.

À minha mãe, Tânia Maria de Melo Nascimento, que propiciou as condições necessárias para a minha formação intelectual e pelo seu amor e apoio incondicional que sempre me fortaleceram. Agradeço ainda pela sua compreensão durante os duros períodos nos quais estive ausente como filho, fato consequente da dedicação a este trabalho.

Ao meu querido irmão, Sandro, por sempre acreditar nas minhas lutas e compreender meus afastamentos e ausências. Ao meu pai, Josias, por torcer pelo meu sucesso, assim como fazem meus sobrinhos Guigui, Felipe, Matheus e Brenda, minha madrinha Dina e Ademir, aos quais também sou enormemente grato.

A todos os membros da calorosa e amorosa “Família Meneghini” que me “adotaram” e me apoiaram com enorme afeto e estímulo nesta empreitada.

A todos os meus colegas de trabalho da EEEFM “Clóvis Borges Miguel” pela paciência, compreensão e pelo apoio cotidiano, que permitiram que eu conseguisse sobreviver à difícil condição de “estudante-trabalhador da educação” neste país.

Aos meus queridos e inspiradores “alunos e alunas CBM”, pelo carinho, respeito e pelos ensinamentos cotidianos que estimulam minha constante busca por me aperfeiçoar enquanto educador e evoluir como ser humano.

Por final, agradeço com enorme amor a minha esposa Fernanda Meneghini Machado, companheira e amiga, sem a qual eu não conquistaria esta etapa da minha vida. Sua enorme dedicação a nossa relação e o seu apoio constante foram fundamentais para me tranquilizar nos momentos mais turbulentos dessa jornada, principalmente, por acreditar nas minhas potencialidades e me trazer à realidade nos momentos em que dela a vida acadêmica parecia me afastar, mantendo-me humano em um período de rotinas desumanizadoras.

RESUMO

A pesquisa analisa a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Espírito Santo no contexto da chamada *abertura política* da ditadura militar, especificamente entre os anos de 1978 e 1985. Nesse período, verificou-se a manutenção de um processo de liberalização controlada do regime. Apesar das alterações jurídico-legais que sinalizavam à redemocratização do país, o arcabouço político-institucional ainda era dotado de restrições e coerções autoritárias que garantiam o controle do processo político por um Executivo Federal tutelado pelas Forças Militares, e impunham limites à atuação dos setores oposicionistas. Ao mesmo tempo, mantinham-se espaços de atividade político-partidária pelos quais diversos atores e organizações desenvolveram carreiras políticas. E o PCB seguiu por esse caminho. Apesar de mantida a sua condição ilegal pelo Estado autoritário, o partido defendia os princípios e as táticas de uma luta democrática, assumindo uma postura de oposição pacífica, moderada, legal e institucional. Assim, concentrou-se na formação de uma ampla frente democrática para derrubar o regime ditatorial, prioritariamente, pela via eleitoral. Observando essa posição, o estudo pressupõe que essa organização mantinha traços de uma linha política que norteou suas ações, principalmente a partir dos anos 1940 e 1950. Partindo desses pressupostos e considerando os aspectos da realidade política capixaba, o trabalho buscou apresentar de que maneira o PCB, na experiência da ilegalidade, utilizou os espaços institucionais e, portanto, formais, para alcançar seus objetivos no E.S. Mais precisamente, almejou-se identificar os fatores que possibilitaram seus militantes se inserirem nas disputas políticas regionais a partir da aproximação do partido com alguns movimentos sociais e suas entidades específicas, e principalmente, em sua relação com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Para tanto, foram analisados os documentos oficiais partidários da época e procedimentos metodológicos da *História Oral*, por meio de entrevistas, explorando-se a memória de ex-militantes do PCB. Assim, verificou-se a influência de múltiplos vetores oriundos da relação que o partido estabeleceu com a própria institucionalidade e com outros agentes políticos os quais permitiram, a partir de 1978, seus membros se aproximarem dos espaços de poder da vida política espiritossantense.

Palavras-Chave: PCB. Ditadura Militar. Abertura Política. Espírito Santo. Partidos Políticos.

ABSTRACT

The research analyzes the activity of the Brazilian Communist Party (PCB) in Espírito Santo state in the political opening of the military dictatorship context, specifically between the years 1978 and 1985. During this period, there was the maintenance of a controlled liberalization of the regime. Though the legal changes, that indicated the country's democratization, the political and institutional context was still formed by restrictions and constraints authoritarian that guarantee the control of the political process by Federal Executive guided by the military, and imposed limits on the opposition sectors. At the same time, preserved spaces for political party activities where different actors and organizations have developed political careers. The PCB followed that way. Although maintained their illegal status by the authoritarian state, the party defending democratic principles and tactics of a democratic struggle, assuming a posture of peaceful, moderate, legal and institutional opposition. In this way focused on the formation of a democratic front against the dictatorial regime mainly through elections. Considering the above, the study assumes that this organization maintained similar characteristics that guide their actions, mainly from the 1940s and 1950s. Based on these assumptions and considering aspects of local political reality, the study researched how the PCB, in the illegality condition used the institutional spaces to achieve their objectives in Espírito Santo. More precisely, tried to identify the factors that allowed their members insert in the regional political disputes from its approach with some social movements special and purpose entities especially with the Brazilian Democratic Movement (MDB) and the Party of the Brazilian Democratic Movement (PMDB). Therefore, we analyzed the party official documents and was used the methodological procedures of Oral History in which we analyzed interviews and the memory of PCB militants. Thus, we see the influence of multiple vectors derived from the relationship that the party established from 1978, that allowed its members approached the power of spaces of Espírito Santo political life.

Keywords: PCB. Military dictatorship. Opening Policy. Espírito Santo. Political parties.

LISTA DE SIGLAS

AC – Ato Complementar

AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação

AI – Ato Institucional

ALN – Aliança Libertadora Nacional

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AP – Ação Popular

APE – Ação Popular Estudantil

BOC – Bloco Operário Camponês

BPR – Bloco Parlamentar Renovador

CBM – Centro de Biomédicas

CC – Comitê Central

CD – Coligação Democrática

CECC – Comissão Executiva do Comitê Central

CE-ES – Comitê Estadual do PCB-ES

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CMP – Comissão de Mobilização Popular

CNOP – Comissão Nacional de Organização Provisória

CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

CT – Centro Tecnológico

CU-ES – Comitê Universitário do Espírito Santo

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DA – Diretório Acadêmico

DACBM – Diretório Acadêmico do Centro de Biomédicas

DCE – Diretório Central Acadêmico

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

ENCLAT – ES – Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo

FAMS – Federação das Associações de Moradores da Serra

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

FS – Frente Sindical

IC – Internacional Comunista

JUC – Juventude Universitária Católica

Libelu – Liberdade e Luta

MCI – Movimento Comunista Internacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ME-UFES – Movimento Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo

MR-8 – Movimento Revolucionário 08 de Outubro

MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores

OS – Oposição Sindical

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCI – Partido Comunista Italiano

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PCBR – Partido Comunista Revolucionário Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Popular

PPGHIS – UFES – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido Republicano

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRP – Partido Republicano Paulista

PRP – Partido da Representação Popular

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUA – Pacto Unidade e Ação

PUI – Pacto de Unidade Intersindical

SIMES – Sindicato dos Médicos do Espírito Santo

SSA – IC – Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista

STM – Superior Tribunal Militar

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional de Estudantes

UPC – União de Posseiros de Cotaxé

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2. UMA HISTÓRIA DO PCB (1922-1964): A GÊNESE DA LINHA INSTITUCIONAL | 39 |
| 2.1. AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NAS ORIGENS DO PCB (1922-1945) | 39 |
| 2.2. O PCB ENTRE 1945 E 1947: A LINHA INSTITUCIONAL NO BREVE PERÍODO DE EXPERIÊNCIA LEGAL..... | 43 |
| 2.3. O PCB ENTRE 1948 E 1954: A RADICALIZAÇÃO DO DISCURSO NO RETORNO À ILEGALIDADE | 54 |
| 2.4. O PCB ENTRE 1954 E 1964: A REAFIRMAÇÃO DA LINHA INSTITUCIONAL EM ANOS DE TURBULÊNCIA POLÍTICA | 58 |
| 3. O PCB E A DITADURA MILITAR: A LUTA INSTITUCIONAL NOS LIMITES DO ESTADO AUTORITÁRIO (1964-1974) | 74 |
| 3.1 A institucionalização da ditadura militar entre 1964 e 1974..... | 76 |
| 3.2 A luta institucional do PCB entre 1964 e 1974 | 97 |
| 3.3 O PCB no Espírito Santo no Pós-golpe: apontamentos gerais | 113 |
| 4. O PCB E A DITADURA MILITAR: A LUTA INSTITUCIONAL NOS ESPAÇOS E RESTRIÇÕES DA POLÍTICA DE DISTENSÃO (1974-1978) | 120 |
| 4.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA ENTRE 1974 E 1978 | 120 |
| 4.2 O PCB e a luta institucional durante a política de distensão (1974-1978)..... | 132 |
| 4.3 A reorganização do PCB no Espírito Santo (1974-1978): o embrião jovem universitário | 138 |
| 5. O PCB E A LUTA INSTITUCIONAL EM TEMPOS DA ABERTURA POLÍTICA (1978-1985) | 164 |
| 5.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA ENTRE 1978-1985..... | 164 |
| 5.2. O PCB E A LUTA INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA (1978-1985) | 177 |
| 5.3 O PCB-ES REORGANIZADO: UM ESBOÇO DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA | 189 |

| | |
|---|------------|
| 6. A atuação do PCB no ESPÍRITO SANTO no CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA (1978-1985) | 219 |
| 6.1 O PCB E O MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO capixaba | 220 |
| 6.2 O PCB-ES E OS MOVIMENTOS POPULARES NA GRANDE VITÓRIA-ES..... | 242 |
| 6.3. O PCB-ES E O MOVIMENTO SINDICAL CAPIXABA | 261 |
| 6.4. PCB NAS DISPUTAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DO ESPÍRITO SANTO | 280 |
| 6.5 O PÓS-1982: APONTAMENTOS SOBRE UMA APROXIMAÇÃO COM O PODER 311 | |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 322 |
| REFERÊNCIAS..... | 334 |

1. INTRODUÇÃO

Nas eleições gerais de 1982, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), principal organização partidária de oposição à ditadura militar¹ que governava o país, logrou, no Espírito Santo, importantes vitórias eleitorais diante dos seus adversários políticos. Mais precisamente, os peemedebistas superaram, nas disputas por vários cargos, os setores governistas agrupados no Partido Democrático Social (PDS), na época.

Dessa forma, o PMDB elegeu o governador do estado, Gerson Camata, e ainda parlamentares no Legislativo Municipal, Estadual e Federal. Entre eles, foram eleitos os candidatos Paulo Hartung (Deputado Estadual), Myrthes Bevilacqua (Deputada Federal), Stan Stein (vereador de Vitória-ES) e Felício Corrêa (vereador de Vila Velha-ES). Este, inclusive, foi o nome mais bem votado no pleito de 1982 e um dos mais votados da história eleitoral do município vilavelhense.

Em sua proposta de programa de governo para a candidatura como Prefeito de Vila Velha nas eleições de 1987, Felício Corrêa, como candidato pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), elogiava e utilizava como argumento para convencer o eleitorado, naquele momento, o passado recente do seu partido em Vila Velha. Assim, afirmou:

O PCB participou desta administração [do ex-prefeito Vasco Alves (1983-1986)], compondo a maioria do secretariado que com o apoio de vários companheiros de outras siglas partidárias e técnicos na PMVV, desenvolveram as principais propostas encaminhadas naquele governo. [...] participamos na Câmara Municipal propondo e articulando a aprovação de diversas leis de interesse popular, como foi, por exemplo, a lei de Discussão do Orçamento Municipal (FRENTE DEMOCRÁTICA, 1987, f.2).

O que teriam, esses fatos, em comum e que despertaria, entre outros aspectos, o interesse de um historiador? As informações apresentadas acima tratam de personagens políticos que estiveram ligados direta ou indiretamente ao PCB. Eram militantes dessa organização ou eram apoiados por ela nas disputas do cenário político capixaba entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980.

¹Neste trabalho endossamos a perspectiva que considera que, entre 1964 e 1985, vigorou no país uma ditadura militar. Dessa forma, coadunamos com a visão de autores como Carlos Fico (2001), Marcos Napolitano (2014), João Roberto Martins Filho (1994), que sem desconsiderarem o papel de setores civis no plano técnico-burocrático, e do apoio político e econômico de parte da sociedade na legitimação da ordem política estabelecida a partir do golpe civil-militar de 1964, enfatizam o processo de militarização do Estado brasileiro iniciado a partir daquele fato, conferindo, em seu arcabouço político-institucional, um lugar central às Forças Armadas. Assim, “[...] o coração do Estado, o eixo das decisões políticas e os ministérios estratégicos para a integração nacional (transportes, interior, comunicações) foram fundamentalmente, ocupados pelos militares informados pela Doutrina de Segurança Nacional” (NAPOLITANO, 2014, p.347).

Entendemos que tal fenômeno não soaria, no mínimo, curioso, se não se tratasse de um indício de participação e da capacidade de influência de um partido de dimensões limitadas, para não dizer pequenas; com pouco tempo de vida ativa no cenário político do Espírito Santo, haja vista ter sido reorganizado em 1978; marcado pela grande presença e liderança de militantes jovens e de carreira político-partidária embrionária; mas, principalmente, considerado ilegal e atuando no contexto de um regime que se instaurou e empreendeu formas de controle político e social sobre a sociedade brasileira pautado na disseminação da propaganda ideológica anticomunista, segundo a qual o país estaria sob a constante "ameaça do inimigo" comunista, cabendo às forças de segurança garantir sua proteção.

Diante desse cenário político é que nasceu o problema que deu origem à narrativa histórica apresentada nas páginas seguintes: de que maneira os membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB-ES), na condição de ilegalidade, buscaram se inserir e influenciar os espaços institucionais e, portanto, formais, no Espírito Santo, no contexto da abertura política (1978-1985)?

Nessa direção, buscamos analisar a atuação do PCB no cenário político do Espírito Santo no contexto do processo de *abertura política* da ditadura militar, mais especificamente entre os anos 1978 e 1985. Nesse sentido, tentamos identificar e compreender os fatores que possibilitaram os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na experiência da ilegalidade, inserirem-se e influenciarem os espaços institucionais formais e, de algum modo, intervirem nas disputas político-partidárias regionais.

Se, na literatura nacional, a história do PCB fora muito explorada, poucas são as pesquisas acadêmicas que se propuseram a analisar a história desse partido em âmbito regional, deixando um enorme vazio historiográfico sobre sua trajetória no Espírito Santo. Assim, foi incipiente, por longos anos, o interesse acadêmico acerca da história de uma organização que, como veremos, teve significativa importância na história política capixaba recente, na medida em que, de seus quadros, por exemplo, emergiram figuras importantes da elite política atual.

Ao mesmo tempo, de acordo com o que verificamos na literatura sobre o partido em plano nacional, também são limitados os trabalhos que se dedicaram a analisar sua militância, indo além dos seus programas oficiais e do seu discurso. De outro modo, ao focarmos a atuação do partido em âmbito regional, tivemos a oportunidade de evidenciar aspectos peculiares da experiência comunista no Espírito Santo no período da *abertura política* (1978-1985), podendo, assim, contribuir para complexificar e diversificar a própria história acerca do PCB.

Assim, concordamos com o pesquisador Marco Aurélio Santana, o qual, justificando o significado de sua obra “Homens partidos: os comunistas e os sindicatos no Brasil” (2001), afirmou:

Se é que se pode considerar o PCB coisa do ‘passado, morto e enterrado’, engana-se quem pensa que essa história está morta para os seus agentes. Pode-se ficar impressionado ao perceber quanta emoção a temática ainda traz para aqueles que nela estiveram envolvidos. Em cada depoimento uma certa ansiedade de se realçar e/ou atenuar este ou aquele ponto, combater esta ou aquela interpretação, usar a entrevista como momento de crítica acerba, mas também de autocritica dolorosa. Por outro lado, no caso mais oficial, isto é, por meio dos jornais do partido, relativizado o intento autopromocional e ainda que nas entrelinhas, pôde-se também ter a noção não só dos projetos de vida do PCB, mas, sobretudo, das lacunas, às vezes impossíveis de preencher, entre o que pensava a direção e o que efetivava a base militante (SANTANA, 2001, p.25).

Para a realização da pesquisa, então, exploramos, em um primeiro momento, uma série de entrevistas produzidas pelos pesquisadores Renato H. Santoro Moreira (2008) e Margô Devos Martin (2008) para as suas respectivas dissertações de mestrado pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-Ufes). Os referidos trabalhos têm como objeto analisar a trajetória de um grupo de estudantes que participaram da rearticulação do Movimento Estudantil da Ufes (ME-Ufes) e de outros movimentos e espaços do cenário político capixaba a partir da segunda metade da década de 1970. Parte desses universitários participou também, e em paralelo, como veremos, do processo de reorganização do PCB no Espírito Santo naquela conjuntura.

Mesmo considerando que os enfoques de análise de Martin (2008) e Santoro (2008) se diferenciam do objeto da corrente pesquisa, as narrativas recolhidas por esses pesquisadores junto a diversos ex-militantes do ME-Ufes nos propiciaram pistas sobre a própria militância e organização do PCB-ES. Isso, porque, ao testemunharem suas trajetórias políticas a partir de finais dos anos 1970, principalmente no movimento estudantil, também relatavam sua experiência na organização comunista. Com esse mesmo intento, também exploramos parte do acervo de entrevistas com ex-militantes estudantis universitários do período, produzidas para a pesquisa “Geração Gota d’Água: memória do movimento estudantil da Ufes entre 1976 a 1980” (2007), coordenada pelo pesquisador Paulo Roberto Fabris, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias (NEI) do Departamento de Ciências Sociais – Ufes.

Apesar do valioso conteúdo encontrado nessas fontes, achamos necessário realizar a produção de entrevistas com ex-militantes do PCB-ES que atuaram no partido entre 1978 e 1985. Mesmo admitindo que, nesse processo, acabamos por repetir a pesquisa com alguns personagens já explorados nos trabalhos referidos, consideramos indispensável o contato e a

realização de um roteiro de questões mais direcionados aos objetivos a que nos propusemos perseguir neste trabalho. Ao mesmo tempo, na seleção dos nossos entrevistados, buscamos atores que, de alguma maneira, estiveram mais próximos ou diretamente relacionados com a militância pelo partido nos espaços formais da política, e outros que não foram contemplados em pesquisas anteriores².

Ao optarmos por explorar as narrativas elaboradas pela memória dos ex-militantes do PCB-ES, aproximamo-nos da perspectiva metodológica da *História Oral*. Dessa forma, estamos de acordo com autores como Alberti (2004) e Amado e Ferreira (2006), ao conceberem a história oral como um método de pesquisa. Para Ferreira,

[...] como todas as metodologias, [a História Oral] apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre o seu trabalho –, funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da história oral, o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais solucionar questões, ou seja, formular perguntas, porém não pode oferecer respostas (FERREIRA, 2012, p.170).

Assim, a História Oral pode ser definida

[...] como método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 2004, p.18).

Utilizando esse método, é preciso considerar que trabalhamos, em sua maioria, com as reminiscências de ex-jovens militantes comunistas os quais desenvolveram suas trajetórias em um período de intensa efervescência política e social, no seio da luta pelas liberdades democráticas contra um regime ditatorial que os expunha, por vezes, ao risco da repressão policial. Seguindo as orientações de François (2006, p.12), realizamos um esforço de pesquisa no sentido de fazer com que o depoimento não fosse apenas individual e fechado sobre si mesmo. Assim, buscamos relativizar a conhecida antinomia entre história militante e história científica, entre finalidade cognitiva e finalidade política da história.

² Importante ressaltar que, em nosso esforço de pesquisa, a produção de entrevistas com alguns personagens que considerávamos relevantes, por vezes, não foi possível. Justificam essa situação casos os quais, por motivos de problemas de saúde do possível entrevistado, por exemplo, tornou-se inconveniente a realização do nosso trabalho. Além disso, em outras situações, pesou a inacessibilidade e/ou a falta de disponibilidade de alguns dos ex-militantes do partido que estão fora do Espírito Santo ou ocupam cargos políticos, e argumentando a “falta de agenda”, impossibilitaram o registro dos seus depoimentos.

Ao utilizarmos como documentos as narrativas de personagens ainda vivos para nos aproximarmos dos processos históricos referentes às últimas décadas do século XX, entendemos que nossa pesquisa localiza-se no campo da *História do Tempo Presente* (CHAUVEAU; TÉTART, 1999). De imediato, isso implica em reconhecermos as suas especificidades analíticas, já que, como apontou Eric J. Hobsbawm (1998, p.243), “[...] uma coisa é escrever a história da Antiguidade clássica, ou das Cruzadas, ou da Inglaterra dos Tudor como filho do século XX [...] e outra coisa bem diferente é escrevermos a história do próprio tempo em que vivemos”.

Entre outros aspectos, Roger Chartier (2006, p.215-216) destaca a condição do historiador do tempo presente. Este tem a possibilidade de se deparar com os personagens que são contemporâneos daquele que lhes narra a vida. Assim, o pesquisador é contemporâneo de seu objeto, dividindo com os que fazem a história e seus atores as mesmas categorias e referências. Nessas condições, a falta de distância, segundo Chartier, em vez de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para uma melhor compreensão da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental que, ordinariamente, separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história.

Nesses termos, salta a importância das fontes orais para diversos trabalhos de historiadores do tempo presente, como também utilizamos. Nesse sentido, consideramos o alerta de René Remond (2006, p.208) para esse procedimento investigativo, segundo o qual “[...] é preciso estender o método histórico à crítica dos depoimentos [...]”.

Além disso, apesar de não termos o processo de produção das memórias dos ex-militantes do PCB como objeto da pesquisa, é preciso considerar as especificidades dos tipos de informações sobre o passado que elas apresentam nas narrativas dos entrevistados. Assim, focando a atuação dessa organização entre os anos 1970 e 1980, necessitamos considerar, na análise dos dados trazidos pela memória dos entrevistados, as próprias experiências individuais e sociais no passado e no presente. Nelas se enraízam e se estimulam a conservação e atualização das lembranças, ou melhor, das impressões passadas, ou que são representadas como tal em seus depoimentos (LE GOFF, 2012, p.405).

Esse aspecto é fundamental quando percebemos, no conteúdo das entrevistas, diferentes lembranças que alguns personagens trazem sobre um mesmo acontecimento, sobre as relações

internas e externas do partido no contexto que aqui estudamos. Nessas condições, precisamos lembrar, na análise dos depoimentos, que o fenômeno da memória,

[...] é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p.9).

Também consideramos importante destacar a questão da disponibilidade e seleção dos documentos como um aspecto peculiar de um estudo na perspectiva da *História do Tempo Presente*. Nessa direção, Serge Berstein e Pierre Milza (1999, p.129) apontam a ampla oferta de instrumentos documentais que, por vezes, se deparam os pesquisadores, exigindo deles a escolha, a classificação e o rigor do ofício histórico, de forma mais indispensável que em outros tipos de pesquisa. Ao mesmo tempo, conforme argumenta Marcia M. Menendes Motta (2012, p.32), essa condição autoriza ao historiador decidir acerca das fontes a serem examinadas, cabendo a ele escolher a documentação que o permitirá dialogar com o acontecimento e construir sua narrativa histórica.

Quando iniciamos este trabalho, pressupomos a possível inacessibilidade ou mesmo a inexistência de qualquer registro oficial que se reportasse à rotina das atividades do PCB, considerando sua condição ilegal e a possível adoção de ações clandestinas como alternativa à repressão estatal a qual estava sujeito no período histórico delimitado. No entanto, durante o processo de pesquisa, fomos surpreendidos, pois encontramos um acervo documental do PCB-ES levantado por projeto de pesquisa realizado por professores e alunos do Departamento de História da Ufes em meados da década de 1990. Pouco explorado academicamente até então³, tal conjunto documental assumiu significativa relevância neste estudo, ampliando nossas perspectivas de observação, restritas, anteriormente, ao trabalho com as fontes orais. Nessa direção, teses, resoluções, formulações para debates internos, jornais partidários, entre outros foram analisados e enriqueceram os resultados de nossa pesquisa.

³ O projeto de pesquisa a que nos referimos recebeu o título de “História e Memória do PCB no Espírito Santo (1922-1992)”, coordenado pela ex-professora do Departamento de História da Ufes, Wânia Malheiros e com o auxílio do então aluno Rafael Cláudio Simões. Além do levantamento do material e da produção de entrevistas junto de ex-militantes do partido, esse trabalho resultou somente num artigo intitulado “História eleitoral e parlamentar do PCB no Espírito Santo de 1945 a 1992” (ALVES; SIMÕES, 1996). Descobrimos a documentação, praticamente, abandonada e desorganizada na Ufes, em novembro de 2015, situação que a partir de então tentamos reverter, dado o seu evidente valor histórico. A partir desse fato, buscamos selecionar os documentos que exploraríamos em nossa pesquisa. Assim, infelizmente, em virtude da falta de tempo e de recursos técnicos, não pudemos analisar as gravações em fita K7, sob o receio de danificá-las, considerando a degradação aparentemente sofrida pelo material.

Assim, buscamos empreender um trabalho de análise pelo qual, por um lado, nos colocamos diante das evidências históricas apresentadas pelas narrativas orais de modo a interpretá-las e situá-las historicamente; por outro, buscamos complementar as fontes orais com outros documentos, majoritariamente textos oficiais do PCB de finais dos anos 1970 e inícios de 1980.

Para tanto, colocamo-nos em um processo de análise qualitativa dos documentos, optando por seguir os passos da metodologia vinculada à *análise de conteúdo*, de acordo com as indicações de Laurence Bardin (2002). Em síntese: primeiro, selecionamos os documentos considerando sua representatividade para os objetivos da pesquisa; em seguida, elencamos uma série de categorias analíticas que direcionaram a exploração do material, de modo que nos possibilitasse explorar os textos e as informações que, depois de analisadas, aproximariam-nos da realidade da militância do partido no contexto a que propusemos verificar.

Como se trata de um estudo de uma organização partidária, concebemos a noção de *partido político* como fenômeno das sociedades modernas e contemporâneas. Dessa forma, de acordo com a perspectiva clássica de Maurice Duverger (1970, p.20), o fenômeno partidário emergiu associado ao desenvolvimento das democracias representativas modernas a partir da segunda metade do século XIX, consolidando-se, principalmente, no seio das sociedades de massa do século XX. Dessa forma, originou-se, pioneiramente, na Europa industrializada e nos Estados Unidos, como reflexo da expansão do sufrágio popular e das atividades parlamentares, em comunidades em acelerado processo de complexificação e massificação.

Nesses termos, os partidos políticos modernos são organizações vinculadas aos interesses e às demandas de populações cada vez mais amplas e complexas nos espaços de disputa e de tomada de decisões políticas. Assim, são capazes de interferir direta ou indiretamente na vida de uma sociedade. Como aponta Anna Oppo (1997, p.899), eles

[...] surgem quando o sistema político alcançou um certo grau de autonomia estrutural, de complexidade interna e de divisão de trabalho que permita, por um lado, um processo de tomada decisões políticas em que participem as diversas partes do sistema e, por outro, que entre essas partes se incluam, por princípio ou de fato, os representantes daqueles a quem as decisões políticas se referem. Daí que na noção de partido político, entrem todas as organizações da sociedade civil surgidas no momento em que se reconheça, teórica ou praticamente, ao povo o direito de participar na gestão do poder político. É com este fim que ele se associa, cria instrumentos de organização e atua.

A existência de partidos políticos com livre organização e manifestação é um dos pré-requisitos dos regimes democráticos contemporâneos (SCHMITT, 2005, p.7). No Brasil,

alguns estudiosos afirmam que somente a partir da experiência democrática inaugurada com a Constituição de 1946 se institucionalizaram as condições jurídico-legais que condicionaram o aparecimento de partidos políticos nacionais, na acepção moderna do termo (CAMPELLO, 1990; CHACON, 1934; SCHMITT, 2005; VIEIRA, 2004).

No entanto, como atesta Duverger (1970), a história mostrou que há partidos que tem sua origem desvinculada – *no exterior* – das disputas eleitorais e parlamentares, e para os quais, em alguns casos, na busca pelo acesso ao poder e ao governo da sociedade, tais instrumentos das democracias representativas assumem um caráter secundário em suas linhas de ação tático-estratégicas.

Seriam exemplos desse fenômeno⁴ os partidos comunistas que emergiram ao longo do século XX. Em sua origem e/ou em seus princípios doutrinários fundadores, organizações desse tipo chegam a assumir o seu caráter antieleitoral e antiparlamentar, vislumbrando uma possível completa tomada do poder. No entanto, isso não significou que, ao longo de suas trajetórias, esses partidos eliminem a possibilidade de acionar os mecanismos de representação política como alternativa para a consecução de seus objetivos políticos (DUVERGER, 1970). Verificamos essa situação na trajetória do PCB. Veremos que ao longo da sua história na vida política brasileira, essa organização vislumbrou as disputas eleitorais e a conquista de postos nos quadros da institucionalidade republicana como caminhos para chegar ao poder e garantir a defesa dos interesses das camadas sociais que julgava representar.

Nesse sentido, consideramos duas perspectivas conceituais que apontam, a partir de ângulos específicos, as definições e funções dos partidos políticos nas sociedades contemporâneas, mas que, ao mesmo tempo, entendemos que se complementam no que tange à natureza representativa desse tipo de organização.

Concebendo os partidos políticos como agentes fundamentais do processo democrático representativo, coadunamos com Maria D’Alva Kinzo (2004, p.25-26) acerca das características e funções de partidos políticos. Para a autora, as organizações partidárias acessam ao poder com o respaldo popular das eleições, assumindo o papel de canais de expressão dos interesses de seus eleitores e vinculando os cidadãos aos espaços de decisão política. Dessa forma, tornam-se aptos a atuar na arena política decisória, tendo a possibilidade de lançar políticas públicas como atores ativos do jogo de poder. Nesses termos, basicamente, no âmbito das democracias, os partidos políticos assumem as seguintes tarefas:

⁴ Maurice Duverger (1970) denomina tais fenômenos de “partidos políticos de origem externa”.

- 1) estruturar a disputa eleitoral, ou seja, definir e diferenciar as opções a serem oferecidas ao eleitor, facilitando o ato de votar e possibilitando a construção de identidades políticas; e
- 2) mobilizar o eleitorado, isto é, incentivar o eleitor a ir às urnas e a votar em uma das opções oferecidas, opções que se constituem como agregações de preferências, representação de interesses.

Sob outro prisma, Serge Berstein (2003) entende os partidos políticos como mediadores entre as aspirações sociais e o campo do político, sendo este concebido como lugar do discurso e da expressão de ideias. Por meio de linguagem própria, as organizações partidárias articulam as necessidades e os problemas dos indivíduos em sociedade.

Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente particulares, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir (BERSTEIN, 2003, p.61).

Assim, os partidos assumem uma série de funções nas sociedades contemporâneas, como: possibilitar a socialização política integrando comunidades ideológicas, estruturando eleitorados e dando-lhes identidade política; permitir o jogo político, inserindo limites e regras; e selecionar as elites políticas, ao formatar e subsidiar carreiras políticas, permitindo a determinados indivíduos ascenderem aos estratos de classe dirigente de uma sociedade (BERSTEIN, 2003).

Corroboramos com as definições de Kinzo e Berstein na medida em que tratamos de um partido com determinadas peculiaridades histórico-organizativas. Abordando o PCB no âmbito da política formal do Espírito Santo entre as décadas de 1970 e 1980, deparamo-nos com um partido ilegal no contexto da institucionalidade autoritária estabelecida pela ditadura militar brasileira (1964-1985), mas que vislumbra atuar em espaços legais e, assim, inserir seus membros nas disputas político-partidárias capixabas da época. Nota-se que sua condição de ilegalidade não permite que a organização em si – legenda, programa, propaganda, símbolos e ritos políticos – possa atuar explícita e formalmente nas disputas eleitorais e parlamentares. No entanto, com programas e discursos próprios, representados na atuação de seus militantes na sociedade, o partido se propõe a “mediar” as aspirações de determinados segmentos sociais, buscando realizá-las no seio das disputas políticas vigentes. Para tanto,

busca sua inserção eleitoral e parlamentar tentando embutir seus membros –formados e subsidiados politicamente pelo partido – em legendas oficiais, a fim de ascender à arena política decisória, em que poderiam defender, relativamente, elementos do seu programa partidário e influenciar o campo decisório.

Na verdade, ao retrocedermos em sua história, em âmbito nacional e regional, foi possível verificar que esse traço de atuação não era uma novidade, levando-nos a indagar: que tipo de partido político foi o PCB no século XX?

Fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, o PCB⁵ buscou se legitimar e se organizar como partido político do operariado nacional e, dessa forma, como a expressão política da classe trabalhadora brasileira. Tal aspecto foi enfatizado em seu discurso, sua prática e sua organização ao longo da sua trajetória no século passado.

A concepção de partido político a qual o PCB reivindicou como referência para sua estrutura organizativa, desse modo, tem sua matriz nos princípios teóricos e práticos revolucionários postulados por Lênin nas primeiras décadas do século XX: o *marxismo-leninismo*⁶. Assim, o discurso partidário oficial defendeu a ideia de que a organização e seus militantes eram –ou deveriam ser – os verdadeiros representantes dessa corrente marxista, a qual norteava sua interpretação da realidade e de seus princípios e práticas tático-estratégicas.

Lênin desenvolveu suas concepções a partir da experiência da luta dos trabalhadores russos, à luz das leituras e reflexões dos textos de Karl Marx e Friedrich Engels, fundadores do marxismo. Nesse contexto, defendeu uma saída revolucionária para a superação dos problemas das classes trabalhadoras da Rússia no início do século XX.

Na trilha do marxismo, Lênin reafirmou o papel do proletariado como agente responsável pela missão histórica de derrubar o estado burguês capitalista e instaurar a *ditadura do proletariado*, fazendo, assim, a sua revolução, com a necessidade de sua organização em um *partido de classe*.

⁵ De sua fundação no ano de 1922 até 1961, o partido se denominava Partido Comunista do Brasil. A partir daquela última data o mesmo altera seu nome para Partido Comunista Brasileiro. Em ambos os momentos, utilizou-se a sigla PCB para organização. Trataremos dessa mudança no decorrer de nossa narrativa.

⁶ Corrente marxista baseada nas contribuições teóricas realizadas por Lênin e que de modo restrito, refere-se a uma concepção científica da sociedade que busca esclarecer as leis que regem o seu desenvolvimento, e principalmente sua marcha rumo ao comunismo. Nesta direção, suas principais concepções apontam para a tomada de poder pelo proletariado; a construção da sociedade socialista que legitima a ação revolucionária do partido em nome da classe operária (BOTTOMORE, 1988, p.213). Segundo Daniel Aarão Reis Filho (1990), de uma forma geral, a expressão *marxismo-leninismo* denomina uma corrente intelectual revolucionária que se baseia numa certa concepção do devir histórico (determinismo histórico, inevitabilidade da revolução), numa visão do papel histórico da classe operária (messianismo operário) e numa concepção dos comunistas como vanguarda revolucionária, entre outras referências.

Nesse processo, o *partido comunista* seria uma “arma de luta”, o “condutor” das “massas proletárias”. Esse seria formado *não por todos* os trabalhadores, mas pelos militantes intelectuais marxistas dotados de consciência de classe e organizados *centralizadamente*, os quais deveriam catalisar o movimento e levar a teoria revolucionária e a organização política às massas, ou seja, educá-las para a luta política. O partido seria um *agrupamento de vanguarda* que dominaria os conhecimentos teóricos sobre a realidade e a visão de futuro, elementos necessários para orientar e conscientizar o proletariado para o que considerava a *inevitável revolução socialista* (BOTTOMORE, 1988, p.213-214).

O *partido de vanguarda* seria indispensável ao processo revolucionário. Isso porque, como um dos eixos centrais da concepção revolucionária marxista-leninista, a revolução, além de inevitável, seria resultado de previsões científicas. A teoria emerge como algo necessário, central para o assalto ao poder. No entanto, os elementos teóricos escapavam às massas, sendo, essas, incapazes, por suas próprias ações, de ir além de suas reivindicações econômicas imediatas e de instaurarem uma “nova sociedade”. Assim, o partido comunista seria a reunião da *vanguarda*, um *agrupamento de elite* que detinha o domínio teórico e a visão de futuro. Em uma fase inicial, tal organização poderia, inclusive, prescindir do próprio movimento operário, formando-se de fora e independente dele. Os revolucionários, ou seja, os intelectuais comunistas levariam – como elemento externo – a consciência de suas condições e sua missão histórica para a classe operária, e por isso, deveriam prepará-la para a revolução.

Diante disso, percebemos, já em sua natureza teórica, uma concepção hierárquica na organização partidária leninista, na medida em que o partido é compreendido como uma espécie de agrupamento especial. Tal concepção, como aponta Daniel Aarão Reis Filho (1990. p.114), contribuiu para afirmar a supremacia do partido, o que permitiria seus membros e, mais especificamente, a sua direção, utilizar métodos centralizadores e até autocráticos na condução do movimento.

Ao partido marxista-leninista caberia orientar e conduzir à *revolução socialista*. Esta é concebida como um processo de ruptura com o Estado burguês capitalista, e a consequente instauração do socialismo. Distintas visões em torno das formas pelas quais ocorreria a construção do caminho revolucionário emergiram a partir da experiência das organizações comunistas do século XX ao interpretarem, reforçarem e/ou revisarem as ideias de Lênin, mas sempre reivindicando o seu legado.

Reis Filho (1990) afirma, ainda, que esse fenômeno fez com que a própria concepção de marxismo-leninismo fosse de difícil definição, visto que muitos foram os que invocaram e contribuíram – revisando ou aprofundando – os elementos formulados por Lênin, o que dificulta encontrar seus fundamentos (Marx, Lênin, Mao Tse Tung, Stálin). E, nesse caminho, uma das questões de significativa diferença entre as diversas leituras e experiências marxistas-leninistas, seria justamente a forma pela qual se desencadearia o processo revolucionário (táticas e estratégias) para o socialismo.

Além disso, é preciso considerar, que, até a década de 1940, as orientações para o processo revolucionário para os partidos comunistas pelo mundo eram centralizadas nos Congressos da chamada Internacional Comunista (IC) – *Komintern* (1919-1943), organismo que reuniu tais organizações dando ensejo ao Movimento Comunista Internacional (MCI). Dos seus Congressos emanavam diretrizes da luta revolucionária as quais deveriam seguir seus membros (BOTTOMORE, 1988, p.197-198). A partir de 1947, a IC foi substituída pela Agência de Informação dos Partidos Comunistas (*Komiform*), a qual assumiu o papel de centro do MCI, sendo fortemente marcada pelas concepções do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), sob a liderança de Joseph Stálin, que buscou enquadrar os movimentos revolucionários pelo mundo às concepções do modelo soviético (MAZZEO, 1999).

Nesse sentido, o próprio PCB teve como principal referência orientadora o MCI e o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A presença das influências político-ideológicas e organizativas soviéticas estiveram presentes em toda a história do PCB, em diferentes formas e níveis. Tal realidade permaneceu no partido, mesmo quando em outras organizações comunistas brasileiras, e até mesmo no interior dos próprios quadros pecebistas⁷; e as influências de outras experiências revolucionárias, como na China (1949) e em Cuba (1959), por exemplo, tornaram-se mais atraentes (CHILCOTE, 1982; MAZZEO, 1999).

⁷ Com intuito de melhor se aproximar da objetividade e da imparcialidade de análise aqui empreendida, evitaremos termos na maioria das vezes criados pelos próprios militantes do partido para se referir a sua organização, e que denotam simpatia ou algum tipo de valorização da militância do PCB. Dessa forma, ao contrário de outros trabalhos, não utilizaremos a designação “Partidão”, como historicamente ficou conhecido o partido seja por seus militantes ou adversários políticos, e “comunista”, como sinônimo de militante do PCB, haja a vista a necessidade de considerarmos outras organizações comunistas que atuaram na vida política nacional, com identidades e programas políticos próprios. Assim, o termo “pecebista” aqui utilizado se refere, quando necessário, à militância do PCB, acreditando que ele melhor se aproxima do esforço de pesquisa que neste trabalho é dedicado.

Não nos deteremos e abordar as raízes nacionais e internacionais da política do PCB⁸. No decorrer do texto, tentamos demonstrar de que forma tais influências se fizeram presentes para a construção da linha de ação dos pecebistas no cenário político brasileiro. No entanto, consideramos importante sublinhar que, na formulação de objetivos, táticas e estratégias no contexto nacional, além de uma inspiração teórico-organizativa, as referências da IC foram utilizadas como mecanismo de legitimação do partido como parte do MCI, sendo apresentado pelos seus membros como o verdadeiro representante nacional do comunismo.

No que tange à sua organização interna, o PCB incorporou elementos do vanguardismo do partido político leninista em sua estrutura organizativa. Sua principal e mais duradoura referência teria sido o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Dessa forma, ao longo de sua trajetória, o PCB contou com uma evidente divisão hierárquica entre seus dirigentes e as bases, e uma cadeia de funções e distribuição de autoridades que hierarquizavam a participação dos seus membros. Para tanto, a legitimação da autoridade dos dirigentes foi respaldada pelo princípio organizativo do *centralismo democrático*, presente em seus estatutos (CHILCOTE, 1982).

Segundo Duverger (1970, p.92), o *centralismo democrático* dos partidos comunistas assegura um sistema de articulação entre a direção e as bases, fundamentada em uma ligação vertical que possibilita a centralização do poder na cúpula partidária. Nesses moldes, a organização cria mecanismos que permitem ao núcleo dirigente partidário acessar as percepções dos seus membros nas bases acerca das questões pertinentes à vida partidária para, assim, tomarem decisões que, teoricamente, deveriam representar a maioria. O “diálogo” entre polos hierárquicos diferentes seria a faceta democrática do sistema. No entanto, conforme Duverger, o que acabou prevalecendo no caso do PCUS foi o aspecto centralizador desse princípio organizativo, na medida em que as decisões, de fato, originam-se pelo alto, por aqueles que detinham o poder no partido.

Chilcote (1982) avaliou a estrutura organizativa do PCB nesses mesmos termos. Para ele, o princípio democrático explícito na teoria do partido esteve distante de acontecer, de fato. A realidade da tomada de decisões internas da organização foi marcada, historicamente, pela falta de democracia e por uma centralização excessiva de poder nos núcleos dirigentes

8 Uma discussão acerca dessa questão pode ser encontrada em Lima (1995) e Mazzeo (1999). Neste último trabalho, inclusive, podemos encontrar uma síntese das orientações do *Komintern* e do *Kominform* sobre o MCI e sua influência sobre o PCB no século XX.

centrais, excluindo a participação das bases nas formulações programáticas partidárias. Isso resultou, em diversos momentos, em críticas internas e externas e até em dissensões.

Tal fenômeno também se manifestou no âmbito da estrutura organizativa do Comitê Estadual do PCB no Espírito Santo (CE-ES), como veremos; traço importante a ser considerado para compreendermos a dinâmica interna do processo decisório que construía a atuação política dos pecebistas no cenário político capixaba a partir do final da década de 1970.

Dessa forma, manifestava-se a oligarquia em um partido que, ao longo de sua história, reiterou, no caso brasileiro, a luta democrática na sociedade. Verificamos, em termos, o que Robert Michels identificou, no início do século XX, em seu estudo sobre o Partido Social-Democrático Alemão (PSDA). Michels desenvolveu a tese acerca de uma possível *lei sociológica dos partidos políticos* – “a lei de ferro dos partidos políticos” – pela qual qualquer organização partidária, invariavelmente, irá se conformar de maneira oligárquica. Nessa linha, os partidos acabam por desenvolver, após o seu nascimento – mesmo que sob discurso e forma democrática –, a *supremacia dos chefes* e seus interesses, suprimindo a vontade das massas. Postulando fatores de ordem psíquica, técnico-profissional e socioeconômica que produziram tal fenômeno, define, enfaticamente, o autor:

[...] a organização é fonte onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia.

Toda organização de partido representa uma potência oligárquica repousada sobre uma base democrática. [...] A estrutura oligárquica do edifício abafa o princípio democrático fundamental (MICHELS, 1982, p.238).

Tal concepção norteou a análise do fenômeno organizativo dos partidos políticos em autores clássicos, como o já citado Duverger (1970), e, mais contemporaneamente, os trabalhos do cientista político Ângelo Panebianco (2005), o qual, apesar de tentar relativizar e até mesmo criticar a rigidez teórica de Michels, considera a ocorrência, em diferentes partidos políticos, de uma tendência oligárquica⁹.

⁹ Dessa forma, coadunando com Michels, afirma Panebianco (2005, p. XVI): “As organizações diferem enormemente entre si. Porém, quaisquer que sejam as diferentes atividades que desenvolvam e os benefícios ou malefícios que proporcionam aos homens, cada uma delas, invariavelmente, também serve para garantir, perpetuar ou aumentar o poder social daqueles que as controlam, daquelas elites mais ou menos restritas que as comandam [...]”.

No caso do PCB, a oligarquia partidária esteve concentrada em dois órgãos principais: o Secretariado Geral e o Comitê Central (CC). O CC¹⁰ e sua Comissão Executiva (CE) compõem o núcleo dirigente central do partido, agrupando a liderança máxima nacional da organização. Ele é responsável por funções especializadas, como aplicar o estatuto e o programa partidário; supervisionar as finanças; listar membros para a participação em pleitos eleitorais gerais; e controlar os meios de comunicação da organização (CHILCOTE, 1982). Como discutiremos, no seio desse órgão não serão incomuns as divergências e disputas pelo poder ao longo da história do partido. Já o Secretário Geral exerce a autoridade suprema, sendo responsável por administrar o funcionamento do partido, com o poder de substituir seus quadros. O mais longo ocupante desse cargo foi Luís Carlos Prestes, entre 1943 e 1980.

Além da questão da sociologia interna da organização partidária, para os objetivos que propomos neste trabalho, consideramos necessário pautar os aspectos teóricos a respeito da relação entre o partido político e o ambiente institucional. Analisamos a atuação do PCB-ES no âmbito da política formal entre 1978 e 1985, em um período definido pela historiografia como a fase da *abertura política* da ditadura militar brasileira (1964-1985). Assim, interessamos observar a inserção de uma organização ilegal nos espaços institucionais legais de disputa política considerando a institucionalidade de um regime militar.

Nessa direção, consideramos importante verificar a influência do ambiente institucional sobre a fisionomia do partido. E corroboramos com a perspectiva de Panebianco (2005) ao postular a necessidade de se compreender a evolução organizativa dos partidos políticos, tendo em vista tanto aspectos específicos da sua *ordem* interna, quanto da sua relação com os mais diversos ambientes ao longo de sua trajetória.

Um partido como qualquer organização, é uma estrutura em movimento que sofre evoluções, que se modifica no tempo e que reage às mudanças externas, à modificação dos ‘ambientes’ nos quais está inserido e atua. É possível afirmar que os fatores de maior incidência na ordem organizativa dos partidos, que explicam sua fisionomia e seu funcionamento, são a sua história organizativa (o seu passado) e as relações que ele estabelece com os seus inconstantes ambientes externos [...] (PANEBIANCO, 2005, p.91).

¹⁰ O período de análise ao qual se dedica o corrente trabalho de pesquisa – 1978-1982 –, este órgão central recebia a denominação de Comitê Central (CC). No entanto, é preciso ressaltar que ele também foi chamado de Comitê Executivo Central na década de 1920 e de Comitê Nacional entre 1961 e 1964, num período em que mudanças estatutárias alteram siglas e denominações utilizadas internamente no partido. A partir daquele último ano se retomou a nomenclatura CC (CHICOLTE, 1982, p.165). Utilizaremos no texto a denominação Comitê Central nas diferentes épocas, como usualmente fazem os pesquisadores, a fim de evitar excessos de siglas e nomenclaturas que talvez contribuísse para confusões ou para torná-lo exaustivo.

Por *ambiente* entendemos, na realidade, uma pluralidade de arenas nas quais a organização age, quase sempre, simultaneamente, e que são interdependentes e comunicantes entre si, mas também distintas (PANEBIANCO, 2005, p.23). Nesse sentido, buscamos observar, especificamente, a relação do PCB-ES com os espaços institucionais legais que permitiam, em certa medida, a inserção do partido no cenário político formal. Nesse caso, a atenção foi dada aos sindicatos, às associações de bairros e a entidades do movimento estudantil, mas isso, principalmente, na arena político-partidária oficial no Espírito Santo, que verificamos como eixos fundamentais da militância pecebista capixaba.

Tratamos, então, da relação e das leituras políticas do partido no que se refere à ordem político-institucional em que atuava. Doravante, damos atenção ao modo como o partido se comportou diante das *coerções institucionais*, ou seja,

[...] fatores relativamente estáveis que estruturam as arenas (os ambientes em sentido estrito) do partido e, por essa via, influenciam a organização. Em certos casos, as coerções institucionais podem atuar diretamente sobre o partido: tais são, por exemplo, a legislação que regula certos aspectos da vida interna dos partidos [...] ou as leis sobre os financiamentos estatais das atividades dos partidos. Porém, com mais frequência, esses fatores [...] institucionais, desempenham uma ação indireta sobre a organização (influenciando seu ambiente) (PANEBIANCO, 2005, p.404).

Apesar de realizarmos uma análise acerca da luta institucional do PCB entre os anos de 1978 e 1985 no Espírito Santo, entendemos, assim como Duverger (1970) e Panebianco (2005), que o estudo de uma organização partidária em um dado contexto não deve se restringir a buscar explicações sobre o fenômeno partidário e, especialmente, no que tange aos aspectos organizativos e relacionais com o ambiente em que se insere, considerando o lugar e o tempo imediato em que atua. Compreendemos que a dimensão histórica, o passado, a trajetória de origem e a consolidação da organização partidária impactam o seu futuro. Os fatores acerca da origem dos partidos políticos

[...]exercem forte influência em sua estrutura. Assim, a compreensão da natureza de uma organização partidária exige o conhecimento das circunstâncias do seu nascimento (DUVERGER, 1970, p.20-21).

Ao longo de sua história, e já na sua origem, uma entidade partidária política pode ser colocada diante de uma série de *dilemas organizativos*, ou seja, exigências contraditórias as quais qualquer partido deve tentar equilibrar. Esses impasses e desafios influenciam a construção da fisionomia da organização e a forma como ela se relaciona com outros organismos e instituições. Dessa forma, deixam marcas na sua evolução organizativa que

transcendem ao momento em que emergiram e foram enfrentadas – dominando ou adaptando-se – pelo partido (PANEBIANCO, 2005).

No caso do PCB, consideramos como uma peculiaridade significativa de sua trajetória histórica na vida política nacional a constante condição de ilegalidade imposta pelo Estado brasileiro, em suas diferentes formas institucionais. A história do partido, no século XX, foi marcada por longos períodos de ilegalidade, clandestinidade e repressão policial promovida pelas forças de segurança estatais. Essa condição que se impôs à trajetória do partido refletia a lógica de desconfiança e aversão fundada no *anticomunismo*¹¹. Isso emergiu na sociedade brasileira a partir dos anos 1920, mas se consolidou, principalmente, a partir da década seguinte. Por meio dele, legitimou-se o combate à militância comunista no país através da construção de todo um imaginário depreciativo sobre suas organizações e seus militantes (MOTTA, 2002).

Nessas circunstâncias, desde a sua fundação em 1922, o PCB viveu curtos períodos de atuação legal¹², defrontando-se com os obstáculos impostos pela marginalização de suas atividades na vida política nacional, além das suas limitações e de dilemas organizativos internos – divergências, cisões, desacertos de leitura da realidade e de caráter tático-estratégicos.

Consideramos tal fenômeno como um dos *dilemas organizativos* que o PCB teve que enfrentar em sua história, um forte condicionante para a construção de sua prática política ao longo do século XX. De uma organização que nasceu com pretensões políticas e de poder, a disputar um novo modelo de sociedade com outros atores e com o Estado, coube ao partido lidar com a repressão das forças policiais e a marginalização política, que o excluía de atuar

¹¹ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2002), por anticomunismo se entende a ideologia embasadora de um conjunto de atividades que expressam o sentimento de oposição ao pensamento comunista ou ao que a ele é identificado. De uma forma geral, esse autor define que, entre 1945 e 1964, a ideologia anticomunista teve como matrizes fundamentais o nacionalismo militar, o cristianismo católico e o liberalismo, elementos ideológicos basilares para a construção de imagens, discursos e ações contra as organizações comunistas e seus representantes brasileiros. Ainda, segundo Motta, a ação anticomunista no Brasil e no mundo, partiu tanto do Estado, quanto de grupos da sociedade civil.

¹² Na história do PCB, os períodos de legalidade se restringiram aos seguintes momentos: de 25 de março a 22 de julho de 1922; de janeiro a agosto de 1927; e entre maio de 1945 e o mesmo mês de 1947. Acharmos necessário verificar que o grau de “tolerância” do Estado e da sociedade para com a militância comunista será responsável por relativizar a clandestinidade que viverá o partido em períodos de ilegalidade. Dessa forma, há momentos que, mesmo ilegal, as atividades do partido não se dão de forma obscura, tendo uma maior liberdade e visibilidade para suas ações. Como veremos adiante, esse fenômeno ocorreu entre os anos 1950 até o golpe civil-militar de 1964, quando mesmo sob a condição de ilegalidade, as atividades do PCB não ocorriam com o pleno desconhecimento das autoridades policiais e políticas. Essa situação é definida por Marco Aurélio Santana (2001) como *legalidade de fato*.

legalmente nos espaços decisórios do cenário político formal e de representação política da sociedade.

Apesar dessas dificuldades, para pesquisadores como Antônio Carlos Mazzeo (1999), Marco Aurélio Santana (2001), Raimundo Santos e José Antônio Segatto (2007), entre outros, o PCB conseguiu construir uma história de significativa relevância no contexto político brasileiro. Nesse sentido, o partido teria contribuído para a construção do pensamento político e social do país, assim como se tornou influente, quando não liderança, nas disputas e lutas políticas e sociais do século XX. Dessa forma, essa organização teria sido, por longo período, uma das principais representantes dos interesses das camadas trabalhadoras. Ao mesmo tempo, os autores citados o consideram como uma das principais referências de agrupamento de esquerda na história política brasileira do século passado, construindo um legado que teria ultrapassado sua própria extinção oficial no ano de 1992¹³. Mas, como isso aconteceu?

A sobrevivência da militância política pecebista, a partir de 1922, dependeu da sua capacidade em construir e se inserir em espaços que permitissem o crescimento de seu potencial de influência na sociedade e, principalmente, em meio à classe trabalhadora brasileira. Consequentemente, a busca por campos de atuação com vistas a alcançar seus objetivos políticos exigiu do partido a conciliação entre uma vida de lutas legal e ilegal, clandestina e institucional.

Nessas condições, coube ao PCB atuar e sobreviver ilegalmente e, por vezes, clandestinamente, escapando, na medida do possível, das ações repressivas estatais. Ao mesmo tempo, buscando se constituir como força política e representante legítimo dos trabalhadores, o partido priorizou, em grande parte de sua história, a ocupação de espaços legais e institucionais de militância, atuando no campo da política formal e entendendo a democratização da sociedade como parte importante – quando não, central – de seus programas e objetivos revolucionários.

¹³Autores como Raimundo Santos e José Antônio Segatto (2007), e Santana (2007), por exemplo, sinalizam, ressaltando os nuances necessários, que a postura frentista do PCB, estabelecendo alianças para além da esquerda, construiu uma tradição de centro-esquerda na história política brasileira. Essa via teria sido adotada, com suas especificidades, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nos processos eleitorais do século XXI, sendo determinante para a sua chegada ao poder, a partir da vitória de Luís Inácio “Lula” da Silva, em 2002. Importante ressaltar que, comumente, considera-se o X Congresso do PCB, em janeiro de 1992, como aquele que findou com a sua experiência histórica iniciada em 1922. Neste pleno, ocorreu a dissolução da organização, e parte de seus membros e lideranças se organizaram para fundar o Partido Popular Socialista (PPS). No entanto, vale ressaltar, que já em 1993, parte da sua militância, não concordando com a extinção do partido, buscou dar continuidade à história pecebista, lutando pela manutenção da sigla e dos símbolos da organização junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tal processo se consolidou em 1996, quando o registro definitivo PCB foi autorizado pelo TSE, tendo o partido se mantido, até os dias atuais, no quadro político-partidário brasileiro (ABREU, 2000).

Assim, consideramos que a história do PCB, na sua relação com o Estado e a sociedade brasileira, imprimiu-lhe o traço da vida ilegal. Como medida de sobrevivência política, o partido precisou utilizar caminhos alternativos, optando, em raros momentos, pela via insurrecional e radical. Dessa forma, privilegiou-se o meio institucional e legal, comportamento político já sinalizado nos primeiros anos de sua formação e consolidação, e que se fortaleceu a partir dos anos 1940, acompanhando grande parte de sua trajetória, como forma possível de inserção e adaptação às regras do jogo político.

Para alguns autores, como Maria Alice Rezende Carvalho (2007, p.272), o PCB consagra tal postura no decorrer das décadas de 1950 e 1960, quando teria inovado na agenda política das esquerdas latino-americanas ao pensar e adotar o caminho de construção de uma *via pacífica e processual*, ou seja, *por etapas*, da *revolução brasileira*.

Nessa mesma direção, Santos e Segatto (2007, p.13-14) afirmam que a partir da década de 1950 o partido abandona a sua *práxis* revolucionária e passa a valorizar a via política em sua militância, dando origem ao que denominaram de *pecebismo*. Os pecebistas teriam passado a representar um exemplo de agrupamento de esquerda que transitou de *partido revolucionário* a partido com *vocação política*, o que significa que, doravante, o PCB passou a se dedicar à luta política nos limites da legalidade vigente. Assim, a organização atuou estruturando suas ações em torno de uma *frente única permanente*, descentrando sua *práxis* da ideia de revolução em sentido estrito, apostando na democratização política da vida nacional como caminho para a consolidação de reformas parciais concretizáveis que mudariam a ordem política, econômica e social.

Concordamos com os respectivos autores quando assinalam a importância das décadas de 1950 e 1960 para a definição da linha política adotada pelo partido posteriormente. No entanto, ao nos deparamos com a bibliografia e com alguns dos documentos oficiais do partido, percebemos, que as formas de atuação desenhadas nesse período não seriam, inicialmente, resultado de um momento de total ruptura, ou de “renovação radical” na trajetória do partido, como sugerem alguns autores ao se referirem às décadas citadas (SANTOS e SEGATTO, 2007; SANTOS, 1988; CARVALHO, 2007).

A luta política pacífica, institucional, eleitoral, com base na articulação de amplas alianças – para além dos setores, dos movimentos sociais, das organizações e das entidades representativas da esquerda brasileira – fez-se presente na experiência militante pecebista em contextos anteriores aos anos 1950. Como pontuaremos mais adiante, mesmo em seus

momentos de maior radicalização e sectarismo, em seus discursos e práticas, as vias legais do campo da política formal, mesmo quando criticadas pela direção do partido, não estiveram excluídas dos seus horizontes táticos e estratégicos, e muitas vezes assumiram centralidade.

No caso específico do Espírito Santo, até o ponto que pudemos verificar, o PCB capixaba refletiu a postura de seus copartidários em âmbito nacional, em diversos momentos de sua história. Dos anos 1930 até a extinção da sigla em 1992, o Comitê Estadual do PCB capixaba (CE-ES) buscou a política formal como meio tático para se aproximar dos espaços de poder e influência sobre a política local e nacional. Como apontaram Alves e Simões (1996), o PCB-ES se dedicou a participar de eleições em todos os níveis e a exercer mandatos nos legislativos municipais, estaduais e federais no período. Ao mesmo tempo, atuou junto de entidades representativas de estudantes e em sindicatos, acompanhando os principais movimentos sociais e políticos da história capixaba.

Como analisa Chicolte (1982), em sua trajetória, o PCB tinha como objetivo a conquista do poder. Como alvo da repressão do Estado brasileiro, o partido foi levado a adotar posturas próximas dos socialdemocratas e a enfatizar a participação eleitoral, assumindo um caráter conservador e moderado em suas ações.

Dessa maneira, enquanto organização que advogava sua identidade revolucionária e marxista-leninista, o PCB optava por caminhos que o aproximavam do *reformismo*, alimentando, historicamente, os argumentos de seus críticos e competidores políticos no campo da esquerda no século XX, muitos deles, dissidentes dos próprios quadros militantes.

Nesse sentido, como partido que buscava se legitimar como expressão política dos trabalhadores brasileiros e que objetivava a superação da ordem capitalista e a instalação do socialismo no país, o PCB não fugiu ao dilema em torno da questão *reforma* ou *revolução*, que marcou a trajetória de inúmeras organizações da esquerda marxista ao longo do século XX.

Para Adam Przeworski (1989), esse debate se enraizou já no contexto de emergência do movimento socialista na Europa, na segunda metade do século XIX. Diante da consolidação das instituições políticas da sociedade burguesa – burocracia, exército permanente, parlamento eleito por sufrágio universal –, tornou-se central a questão sobre como se portar diante da estrutura democrática que se estabelecia: tratá-la como inimiga ou instrumento em potencial? Optar pela “ação direta” ou pela “ação política”? Abrir o confronto dos

trabalhadores contra o mundo do capital ou uma estabelecer uma luta via instituições políticas?

De acordo com Przewoski (1989, p.20),

Marx afirmou que os trabalhadores tinham de organizar-se em partido político, e que esse partido deveria conquistar o poder na trajetória para o estabelecimento da sociedade socialista. A questão perturbadora, porém, era se esse partido deveria ou não fazer uso das instituições já existentes em sua busca do poder político. A democracia política, especificamente o voto, era uma arma já pronta, à disposição da classe trabalhadora. Tal arma deveria ser rejeitada ou empunhada na trajetória da “emancipação política para emancipação social”?

Enquanto os anarquistas negavam a “ação política” como caminho, os socialistas, a partir de 1884, afirmavam a utilização da democracia política como possibilidade de alcançar, em etapas, reformas políticas e sociais que levariam ao socialismo – dando origem dos partidos de esquerda socialdemocratas em diversos países da Europa (PRZEWORSKI, 1989, p.20-21). E como foi tratada a questão entre os comunistas, adeptos ao marxismo-leninismo?

Para os partidos comunistas, Lênin pregou, como vimos, a missão histórica revolucionária. Por tal ação, essas organizações conquistariam o poder e promoveriam o *salto* da democracia liberal da era burguesa para a ditadura do proletariado, consolidando o socialismo (STEMBRINI, 1997, p.682). O líder revolucionário russo, no entanto, já a partir da própria experiência da Revolução Socialista Russa de 1917, não descartou, em seus textos, a necessidade de atuação eleitoral e parlamentar pelos comunistas. Nessa direção, alertou em “Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo”, de 1920, sobre o papel da luta parlamentar para o processo revolucionário, ao afirmar que

[...]a participação nas eleições parlamentares e na luta através da tribuna parlamentar são obrigatórias para o partido do proletariado revolucionário, precisamente para educar os setores atrasados de sua classe, precisamente para despertar e instruir a massa aldeã inculta, oprimida e ignorante. Enquanto não tenhais força para dissolver o parlamento burguês e qualquer outra organização reacionária, vossa obrigação é atuar no seio dessas instituições, precisamente porque ainda há nelas operários embrutecidos pelo clero e pela vida nos rincões: mais afastados do campo. Do contrário, correis o risco de vos converter em simples charlatões (LÊNIN, 1981).

Todavia, se com esse texto Lênin alertava sobre os riscos do *esquerdismo* e do erro em desprezar a via parlamentar na ação revolucionária comunista, no II Congresso da Internacional Comunista, entre julho e agosto de 1920, elaborou-se a orientação e o enquadramento da organização e da ação tático-estratégica dos partidos comunistas de todo o mundo. Dessa forma, nas chamadas “21 condições” para admissão à IC, estabeleciam-se os critérios para a criação de um novo modelo de partido revolucionário, funcionando como um

instrumento seletivo para impedir que as organizações comunistas fossem invadidas por lideranças de caráter reformista. Assim, entre outras “condições”, os partidos comunistas buscariam atuar no sentido de articular táticas de luta legal e ilegal, não podendo se fiar estritamente na legalidade burguesa. Ao mesmo tempo, deveriam, de forma iminente, romper completamente com o reformismo e a política do centro. Nessa direção, quando atuando na legalidade, tinham que, periodicamente, depurar-se e se afastar dos elementos pequenos burgueses e rever suas frações parlamentares (CARONE, 2003).

No ato de sua fundação, o PCB aprovou, em seu primeiro estatuto, a adesão às “21 condições” da IC. Nas décadas seguintes, o partido, identificando-se como marxista-leninista, manteve o discurso revolucionário, mas adotou de forma prioritária posturas moderadas, com eixo na política formal e, assim, na luta parlamentar eleitoral. Dessa forma, como enfatiza Chilcote (1982, p.26),

na luta pelo poder, o PCB transformou-se de partido revolucionário dos trabalhadores em partido burguês; tornou-se mais competitivo do que revolucionário e mais harmonioso do que heterogêneo; e buscou coalizões e alianças em sua determinação de aumentar o número de seus membros e de conseguir um papel proeminente no sistema eleitoral.

Diante desses pressupostos, retrocedemos à gênese do PCB e à longa trajetória de um partido que, na ilegalidade, apostou na legalidade institucional como caminho para a sua inserção política e para a conquista dos seus objetivos político-partidários. Percebemos uma linha de continuidade na história da militância do partido no século XX, na qual, por um lado, manteve-se constantemente presente o cerceamento das suas atividades políticas, pela insistente condição de ilegalidade e pelos impactos das ações repressivas; por outro, a escolha pelos caminhos institucionais de atuação política.

Diante de tudo isso, organizamos a pesquisa da seguinte forma: em seu capítulo inicial, “Uma história do PCB (1922-1964): a gênese da linha institucional” (item 2), percorremos a trajetória pela qual se enraizou a *linha institucional* como traço do comportamento político do PCB. Para tanto, realizamos um breve histórico das atividades no período que vai de sua formação nos anos 1920 até a execução do golpe civil-militar em 1964. Tentamos esboçar uma narrativa histórica focando a militância do partido na busca pela ocupação e construção de espaços legais e institucionais de atuação no âmbito da política formal. Na medida do

possível¹⁴, tentamos estabelecer um diálogo entre o panorama do partido em âmbito nacional e regional, buscando lançar perspectiva sobre a militância da organização no estado do Espírito Santo, no referido contexto.

Em seguida, com o capítulo “O PCB e a ditadura militar: a luta institucional nos limites do Estado autoritário (1964-1974)” (Item 3), passamos a analisar a luta institucional do PCB no decorrer do processo de institucionalização da ditadura militar brasileira (1964-1985). Logo de início, é importante destacar que concordamos com a perspectiva de pesquisadores como Maria D’Alva Kinzo (1988) e Maria Helena Moreira Alves (2005) acerca da institucionalidade erigida a partir do golpe civil-militar de 1964 que estruturou o regime militar autoritário o qual vigorou no Brasil por 21 anos.

Kinzo (1988) e Alves (2005) atestam o caráter ditatorial do regime político instaurado a partir de 1964, baseado em uma centralização das decisões políticas na esfera do Executivo Federal, e no uso da repressão política como forma de controle político e social. No entanto, consideram que o Estado autoritário erguido sobre essas balizas não dissolveu por completo os espaços institucionais de atividade política formal.

Para Kinzo (1988), a partir de 1964, as novas forças militares que assumiram o comando do Estado brasileiro buscaram constituir um sistema político *híbrido* combinando mecanismos de controle social e político, e a manutenção – ou reconfiguração – de espaços – mesmo que limitados – de representação política democrática. Assim, entre 1964 e 1985, tentou-se institucionalizar – sem sucesso ao final – o que autora definiu como uma *democracia tutelada* ou *restrita*, moldando o sistema político brasileiro. Nesse contexto, o ambiente institucional no qual os atores e organizações políticas desempenharam suas atividades e carreiras políticas era marcado por espaços e restrições. Dessa forma,

[...] o regime militar-autoritário instalado após o golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart e interrompeu quase 20 anos de experimento democrático no Brasil, procurou manter alguns mecanismos da democracia representativa. A ‘Revolução’ não aboliu o Legislativo e o Judiciário, embora seus poderes tenham sido posteriormente restringidos. Não eliminou eleições periódicas, embora as tenha mantido sob controle. Inicialmente, não extinguiu os partidos políticos existentes, embora tenha expurgado seus elementos ‘antirrevolucionários’. Tampouco suprimiu a Constituição de 1946, que vigorou até 1967, embora tenha sido alterada substancialmente pelos atos institucionais da ‘Revolução’[...] (KINZO, 1988, p.16).

14 Nesses termos, expressamos a dificuldade em realizar tal intento, na medida em que as pesquisas sobre aspectos relativos à história do PCB no Espírito Santo são ínfimas, assim como o contato com documentos históricos a respeito. Dessa maneira, tivemos que nos ater aos poucos trabalhos sobre tema produzidos pelo Departamento de História e pelo Programa de Pós-Graduação em História da Ufes. No decorrer do texto, eles foram identificados.

Partindo dessas perspectivas, dividimos aqui a trajetória da luta institucional do PCB no processo de institucionalização da ditadura militar brasileira em três capítulos.

Ainda no item 3, buscamos observar os aspectos históricos e políticos da institucionalização da ditadura militar brasileira entre os anos de 1964 a 1974, considerando os elementos relativos à radicalização repressiva explícita na legislação autoritária e na atuação de um aparato de segurança que se aperfeiçoava, entre os governos dos generais Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Neste período, apesar dos nuances, incertezas, avanços e recuos, observamos a ascensão de uma *utopia autoritária*. Tal fenômeno foi analisado pelo historiador Carlos Fico (2004) como uma *ânsia repressiva* disseminada entre setores radicalizados das Forças Armadas, que defendiam, desde o limiar do regime militar autoritário, a necessidade de ampliação e endurecimento da legislação autoritária e das ações repressivas sobre a sociedade. Como justificativa, pautavam-se, principalmente em um forte discurso anticomunista que apontava os representantes do comunismo no país como “ameaças” à sociedade e ao sistema político nacional, e que, nesse sentido, deveriam ser eliminados.

No capítulo “O PCB e a ditadura militar: a luta institucional nos espaços e restrições da política de distensão (1974-1978)” (Item 4) buscamos realizar tal discussão considerando as alterações institucionais promovidas pela *política de distensão* do Governo Geisel (1974-1979). Assim, tentamos observar os avanços e as contradições das medidas políticas que ora flexibilizavam o regime, ora criavam limites para a atuação dos setores de oposição político partidário e dos movimentos oriundos da sociedade civil que emergiam com maior intensidade naquele contexto. Nessa direção, buscamos verificar como o PCB dialogou e se inseriu nessa conjuntura política-institucional, ao mesmo tempo em que foi obrigado a sobreviver a uma forte onda repressiva que se abateu sobre sua organização, forçando sua desarticulação, mas sem impedir a continuidade da luta institucional do partido. No Espírito Santo, verificamos o contexto do processo de reorganização do Comitê Estadual do PCB-ES, após sua desestruturação a partir do golpe de 1964, provocada pela forte repressão que se abateu em seus quadros políticos.

Com o texto “O PCB e a luta institucional em tempos da abertura política (1978-1985)” (item 5) iniciamos o período de enfoque da pesquisa. Analisamos, assim, o quadro histórico institucional brasileiro e verificamos a atuação do PCB no âmbito da *abertura política* (1978-1985). Ainda ilegal, durante o último governo militar do General João Baptista Figueiredo

(1979-1985), o partido manteve sua atuação institucional no contexto de uma nova institucionalidade e conjuntura política nacional e regional.

Abordamos a atuação do PCB no plano nacional, na tentativa de se firmar como protagonista de oposição ao regime, centrando-se no reforço à tática da *frente ampla* em torno do novo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), entendendo-a como forma fundamental e apropriada para superar a ditadura militar brasileira e consolidar a democracia. No entanto, ao mesmo tempo, sob pressões internas e externas o PCB se viu imerso a fortes dificuldades para consolidar seus objetivos políticos. Internamente, a crise provocada por cisões na direção e nas bases levou à saída do seu mais conhecido dirigente histórico: Luis Carlos Prestes. Externamente, sua identidade e representatividade, enquanto partido de *esquerda* e *revolucionário*, era colocada em xeque por parte importante dos movimentos sociais. Entre esses, principalmente, o movimento operário questionava e rejeitava a postura moderada e reformista pecebista, ao demandar e exercitar posturas oposicionistas mais combativas no campo das lutas políticas e sociais no país. Nesse processo, somou-se o surgimento de novos competidores no campo da representação política dos trabalhadores brasileiros e, nesse caso, mais especificamente o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT).

No último capítulo, “A atuação do PCB no Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)” (Item 6), discorremos como o partido reorganizou seu Comitê Estadual (CE-ES) a partir de 1978 e buscou se inserir nos movimentos e espaços de disputa política espiritosantenses, almejando influenciar a arena política formal. Assim, como vimos no início desta introdução, o PCB-ES participou diretamente das eleições de 1982 e tentou se aproximar de e influenciar espaços de poder no cenário político do Espírito Santo, tanto no âmbito das questões políticas regionais quanto no que tange à luta pelas liberdades democráticas e pelo fim da ditadura militar. Nesse contexto, o principal é tentar responder como os pecebistas realizaram a tarefa proposta.

Após o percurso feito nos capítulos anteriores, por fim, ressaltamos algumas condicionantes importantes na construção, e conseqüentemente, na própria leitura da narrativa histórica aqui pretendida. Ao longo do texto, propomo-nos a realizar uma observação histórica do partido em âmbito nacional, mas embutindo aspectos relativos à história do PCB no Espírito Santo, desde as primeiras notícias sobre a sua atuação. Porém, deparamo-nos com a baixa produção acadêmica sobre o tema. Assim, para a construção dos três primeiros capítulos (itens 2 a 4), baseamo-nos em alguns dos poucos trabalhos referentes à militância pecebista capixaba entre

os anos 1920 e 1970. Doravante, dado o recorte temporal de nossa análise, tentamos contribuir com uma pesquisa de maior fôlego, no intuito de ampliar a perspectiva sobre a experiência regional da organização entre 1978 e 1985.

2. UMA HISTÓRIA DO PCB (1922-1964): A GÊNESE DA LINHA INSTITUCIONAL

2.1. AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NAS ORIGENS DO PCB (1922-1945)

Entre 25 e 28 de março de 1922, em um Congresso de comunistas, em Niterói-RJ, nasceu o Partido Comunista do Brasil (PCB). A organização emergia, naquele contexto, na esteira do recrudescimento das mobilizações operárias nos principais centros industriais do país e como reflexo dos impactos internacionais da Revolução Russa (1917), da fundação da Terceira Internacional Comunista (1919), e até mesmo da recepção de alguns brasileiros de notícias do processo revolucionário mexicano (1910-1917)¹⁵.

Com seus estatutos e organização influenciados pelo Partido Comunista Argentino e pelos princípios e ideais da Internacional Comunista (IC), o PCB se assumiu como organização marxista-leninista, e, nos anos 1920, buscou se consolidar como representante e defensor do operariado nacional, um instrumento de luta concreto que tentaria superar as debilidades das organizações – socialistas e anarco-sindicalistas – e elevar os trabalhadores aos espaços de disputa política que até então estavam alijados nos quadros do sistema elitista da República Oligárquica (1889-1930) (MAZZEO, 1999). No Espírito Santo, Wania Malheiros Alves e Rafael Claudio Simões (1996) atestaram que as primeiras notícias que se têm sobre o partido no estado datam do final de 1927, com a chegada do estivador de Santos, Antônio Bernardino.

No entanto, nessa direção, já no limiar de sua história, o partido se deparou com as primeiras *coerções institucionais* que impuseram obstáculos a sua militância. Dessa forma, meses após a sua fundação, o PCB foi colocado na ilegalidade, em julho de 1922, no final da presidência de Epitácio Pessoa (1918-1922). Para além da proscrição da vida legal, sob o impulso da ascensão do anticomunismo na sociedade brasileira, o PCB se tornou alvo preferencial da repressão policial (CHILCOTE, 1982).

Nessas condições, por um lado, coube ao PCB adotar a clandestinidade. Por outro, mesmo diante de um ambiente político expressamente hostil às suas atividades, a organização buscou atuar nos espaços institucionais e tentar se inserir nas disputas político-partidárias da época, nesse caso, adotando um comportamento político que a diferenciava de outras entidades criadas para defender os interesses dos trabalhadores. Conforme salientam autores como Mazzeo (1999) e Carone (1982), por exemplo, o partido, a partir dos anos 1920, buscou

¹⁵ Sobre as origens do PCB, ver CARONE (1982), SEGATTO (1989), MAZZEO (1999), LIMA (1995).

inserir as reivindicações do operariado no interior das disputas políticas formais, superando ações pontuais e espontâneas como greves, protestos etc., e galgando espaços de poder por meio das eleições.

Assim, por exemplo, entre 1925 e 1928, o PCB defendia a tática frentista, pacífica e eleitoral, vislumbrando, naquela conjuntura, a luta unificada dos trabalhadores a fim de fortalecer uma frente popular nas eleições (CHILCOTE, 1982, p.63). Nessa direção, já em 1925, o partido participou, pela primeira vez, das eleições municipais na cidade de Santos – SP, para o qual foi apresentada, sob a legenda da Coligação Operária, a candidatura não eleita do garçom João Freire de Oliveira (BUONICORE, 2008).

Em 1927, na breve experiência de atuação legal, o partido participou da construção do Bloco Operário Camponês (BOC), visando reunir setores da classe média e lideranças operárias em uma *frente única* em apoio a possíveis candidaturas operárias (CARONE, 1982, p.6). Naquele ano, junto daquela organização, os pecebistas viabilizaram a candidatura de João da Costa Pimenta e João Batista de Azevedo Lima, ambos pelo Distrito Federal, sendo eleito o último. Em 1928, já de volta à ilegalidade, conquistam, por meio do BOC, vagas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro elegendo Otávio Brandão e Minervino de Oliveira (CHICOLTE, 1982, p.63-65).

Nas eleições de 1930, o partido, que naquela conjuntura adotava um discurso mais à *esquerda* e *sectário* sobre seus possíveis aliados políticos¹⁶ e na crítica à institucionalidade da República Oligárquica (1889-1930), concorreu em todos os cargos com candidatos abrigados no BOC, inclusive para Presidência da República, com Minervino de Oliveira¹⁷ (SEGATTO, 1989, p.40). Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933, o PCB participou das disputas apoiando centenas de candidatos identificados com o proletariado. Ao mesmo tempo, teria conseguido eleger um representante próprio, o estivador Álvaro Ventura, por Santa Catarina (CHICOLTE, 1982, p.76). No Espírito Santo, o partido teria encaminhado a

¹⁶ Segundo Mazzeo (1999), desde o seu III Congresso (entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929), mas, principalmente, depois de sua participação na I Conferência Latino-Americana dos Partidos Comunistas, convocada pelo Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista (SSA-IC), o PCB assumiu um discurso mais à esquerda e sectário, enquadrado e subordinado à política da IC e do MCI, dominando pelo PCUS de Joseph Stálin. Nessa direção, por exemplo, o partido passou a negar a política frentista e a aproximação com setores burgueses, reforçando a necessidade da hegemonia proletária sobre o movimento revolucionário. Organizativamente, tal alinhamento refletiu-se no chamado processo de “proletarização” de sua direção, pelo qual dirigentes e intelectuais partidários, como Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Leôncio Basbaum, Fernando Lacerda entre outros foram afastados de seus cargos para dar lugar a uma direção operária sem experiência (SEGATTO, 1989, p.41).

¹⁷ O PCB ainda apresentou candidatos ao Senado Federal. Foram eles: Duvitiliano Ramos, gráfico e romancista, e Domingo Brás, tecelão e ex-anarquista, pelo estado do Rio; e Paulo Lacerda, advogado, e Mário Grazini, gráfico, pelo Distrito Federal. Nenhum deles foi eleito (ABREU, 2000).

candidatura não vitoriosa de Antônio Bernardino, dando início à participação eleitoral da organização no estado (SIMÕES, ALVES, 1996, p.82).

Apesar de considerarmos essas experiências dos anos 1920 e 1930 como sinais de um determinado comportamento do PCB no ambiente político brasileiro, corroboramos com as perspectivas de Santana (2001), Mazzeo (1999) e Ramos (2013), que apontam a década de 1940 como o momento de consolidação do que chamamos de sua linha institucional de atuação.

Nesse contexto, o PCB tentava se recuperar dos abalos da forte repressão lançada pelo Governo Vargas (1930-1945), principalmente após os Levantes Comunistas de 1935¹⁸, quando, junto com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), o partido participou das insurreições militares no Nordeste e no Rio de Janeiro visando derrubar o governo. Segundo Motta (2006, p.57), mesmo derrotados pelo aparato militar e policial estatal, esses movimentos fizeram com que o comunismo fosse elevado ao posto de pior inimigo da sociedade brasileira e da polícia política, tornando-se um marco fundamental para a “obsessão anticomunista” que emergiu entre forças de segurança no país a partir de então. Com isso, abriu-se uma onda de perseguições, prisões e assassinatos dos envolvidos naquela revolta e de membros do partido de uma forma geral, em que se destaca a prisão de Luís Carlos Prestes, em março de 1936 (VIANNA, 2010).

Com o início do regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945), chefiado por Vargas, o PCB continuou como alvo preferencial das forças policiais brasileiras, e a organização foi, praticamente, desarticulada. Segundo Carone (1982, p.12), entre 1939 e 1940, prisões de membros do Comitê Regional de São Paulo e do Comitê Central deixaram o partido praticamente sem direção e sem atuação homogênea¹⁹. Assim, até 1942, o que subsistiu foram ações isoladas de núcleos estaduais do partido. No Espírito Santo, a franca desarticulação do PCB capixaba entre 1938 e 1944 teria resultado em um interregno de suas atividades (ALVES; SIMÕES, 1996, p.83).

¹⁸Pejorativamente denominado por setores anticomunistas de “Intentona Comunista”, os Levantes Comunistas de novembro de 1935 foram liderados pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e derrotados a partir de uma forte repressão por parte das forças políticas e militares do governo Vargas. O movimento baseou-se na deflagração de revoltas armadas em Natal-RN (23 de novembro), em Recife-PE (24 de novembro) e na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal (27 de novembro). Sem contar com a esperada adesão das massas trabalhadoras e sua disseminação por outras regiões do país, a rebelião foi debelada pelas forças de Getúlio Vargas (PANDOLFI, 2003, p.32).

¹⁹ Em 1942, por exemplo, Prestes, então Secretário Geral do partido, que já estava preso desde março de 1936, é julgado por assassinato e tem pena acrescentada em mais 30 anos.

A reorganização do partido a partir de 1943 aconteceu quando, com o apoio brasileiro ao Bloco Aliado na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve um relaxamento da repressão sobre o PCB, criando mínimas condições para que seus militantes iniciassem a rearticulação do partido. Esse processo foi marcado pela disputa pela direção da sigla entre três tendências: os antigos militantes paulistas, os chamados “baianos” e os comunistas do Rio de Janeiro que formavam a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP)²⁰.

Um [grupo], em São Paulo, era formado por antigos militantes que desconfiavam de Prestes e desejavam reviver o partido dentro da linha tradicional e de uma política independente. Um segundo grupo, também em São Paulo, englobava comunistas fugitivos da Bahia – ‘oportunistas e direitistas que pretendiam dominar o novo CC’. Um terceiro grupo, a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), era composto de comunistas novos e antigos do Rio de Janeiro. Enquanto o primeiro grupo buscava apenas conselhos de Prestes, os outros dois buscavam sua liderança sobre o movimento [...] (CHICOLTE, 1982, p. 88).

Em 27 de agosto de 1943, organizou-se a II Conferência Nacional do PCB, conhecida como a “Conferência da Mantiqueira”. Essa reunião oficializou a linha política da CNOP, grupo que dominou o encontro, o qual, para tanto, centralizou as decisões ao excluir possíveis opositores de sua proposta do encontro, e passou a hegemonizar o partido. Desse grupo, emergiu um novo núcleo dirigente que assumiu o Comitê Central²¹, sendo capitaneado por Luis Carlos Prestes, que mesmo preso, foi indicado para o Secretariado Geral (CARONE, 1982).

Seguindo a proposta do Movimento Comunista Internacional (MCI) para a formação das *frentes populares* contra o fascismo, o PCB, naquela conjuntura, encaminha uma política de *união nacional* pela qual deveria costurar alianças entre todos os “setores democráticos” da sociedade. Dessa forma, abriu-se a possibilidade de formação de uma *frente pluriclassista*, que permitia aproximação dos pecebistas com o que chamavam de *setores burgueses progressistas*. Tal tática seria coerente com a *etapa nacional democrático-burguesa* que assumia a revolução brasileira. Nesses termos, a partir de uma concepção *etapista* para a luta revolucionária, o proletariado não buscava a hegemonia política. O objetivo imediato seria a consolidação do capitalismo nacional, superando as barreiras da estrutura agrária semifeudal, o combate ao fascismo e a conquista das liberdades democráticas. Naquele momento, na prática, essa via revolucionária se expressou no apoio ao governo Vargas, na luta pela

²⁰ Em fins de 1941, a CNOP foi criada no Rio de Janeiro para tentar articular a reorganização do partido (CHACON, 1998, p.138).

²¹ O novo CC foi composto por nomes que terão participação decisiva na história do PCB nas décadas seguintes. A direção do partido ficou assim estruturada: Luís Carlos Prestes, ainda preso, é considerado Secretário Geral, *in absentia*, sendo substituído pelo operário José Medina e depois por Álvaro Ventura; Mário Alves, Arruda Câmara, Maurício Grabois, Amarildo Vasconcelos, João Amazonas, Pedro Pomar, Ivan Ramos, Álvaro Ventura e mais dois outros constituíam a direção nacional (CARONE, 1982, p.4).

legalidade do partido, pela anistia geral dos presos políticos e pelo apoio ao envio de tropas brasileiras para Segunda Guerra Mundial em apoio à URSS.

Luta pacífica, legal e frentista embasada na união de amplos setores com foco imediato na conquista da democracia foi uma tática que definia, naquele momento, a consolidação de um comportamento político de significativa longevidade na trajetória do PCB no século XX. Assim interpreta Mazzeo (1999, p.71) ao afirmar que entre 1943 e 1945 emerge a linha política mais duradoura da história do PCB, pela qual, priorizando a democracia e a atuação por meio das instituições legais, os pecebistas passam a atuar como uma espécie de *esquerda institucional*.

Nessa direção, também corrobora a análise empreendida pela tese de doutorado de Carlos Alexandre Ramos (2013). Esse pesquisador percorreu a trajetória do que chama de “pensamento democrático dos comunistas brasileiros” no interior do PCB, do qual se constituiu o que define como uma *concepção politicista* na história da organização. Esse seria um traço da fisionomia intelectual do partido, que teria sua gênese em 1943, consolidando-se a partir de 1945, e que, guardados algumas nuances e variações, permaneceria vivo até os anos 1980. Em suma, segundo as definições desse autor, por tal postura os pecebistas faziam opção pela política institucional, pelo caminho pacífico, pela defesa reiterada da tática de ampla frente pluriclassista e pluripartidária, e do compromisso com os processos Constituintes e eleitorais. Além disso, o partido demonstraria uma forte tendência a aderir e a colaborar com governos nacionais.

No decorrer do crescimento das lutas pela democratização do país a partir de 1943, mas principalmente entre 1945 e 1947, durante outra breve experiência legal, a linha democrática e institucional definida pela Conferência da Mantiqueira (1943) se consolidou nas formulações e no comportamento do partido diante do quadro institucional e das disputas políticas que o configuravam a partir de então.

2.2. O PCB ENTRE 1945 E 1947: A LINHA INSTITUCIONAL NO BREVE PERÍODO DE EXPERIÊNCIA LEGAL

No início de 1945, com a aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a intensificação da oposição a Vargas por diversos setores políticos e sociais, o processo de democratização dava indícios de se consolidar, com a promoção de alterações na estrutura

institucional do regime político brasileiro. Segundo Capelato (2010, p.136), a participação do Brasil ao lado dos Aliados na Guerra expunha as contradições do regime do Estado Novo: um regime autoritário, internamente; e, externamente, favorável à democracia. Tal ambiguidade enfraqueceu a imagem do “ditador”, colocando-o sob o alvo de uma oposição mais sistemática. Mais do que isso, a participação do país no conflito criou dificuldades à população diante da falta de abastecimento de gêneros essenciais diversos, criando o descontentamento entre as camadas populares e a classe média.

Diante dessas condições, em fevereiro de 1945, Vargas lançou Ato adicional fixando as eleições para aquele ano. Em abril, o PCB é beneficiado pela declaração de anistia aos presos políticos, o que permitiu, por exemplo, a libertação de Prestes. Em maio, com um novo Código Eleitoral (Decreto nº 7.586/45), o partido retorna à legalidade. Assim, o PCB se somou aos novos partidos políticos que foram formulados visando às eleições para Assembleia Nacional Constituinte marcada para o final de 1945.

Segundo Schmitt (2005, p.12), a “Lei Agamenon” – em referência ao seu formulador, o então Ministro da Justiça Agamenon Magalhães –, como ficou conhecido aquele Código Eleitoral, introduziu normas que exigiram, pela primeira vez na história política brasileira, critérios para a organização de partidos com bases nacionais²². Nessa direção, emergiram novas siglas partidárias. Entre elas, até 1964, destacaram-se nas disputas eleitorais: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Os dois primeiros foram criados sob a influência e órbita dos setores próximos a Vargas, enquanto a UDN reunia setores liberais de oposição a setores varguistas (SCHMITT, 2005).

No Espírito Santo, Vinícius Oliveira Machado (2013) afirma que a reorganização das bases do PCB ocorreu a partir de 1942, quando chegou ao estado o pecebista Antônio Ribeiro Granja. Contratado para trabalhar na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), “Granja”, filiado ao Comitê Estadual de São Paulo, teria organizado uma base comunista com 92 militantes na oficina de vagões da empresa, em Cariacica. Já no final de 1944, o PCB capixaba consolidou seu processo de reorganização.

²²Para se oficializar no Tribunal Superior Eleitoral, a organização partidária teria seu registro provisório concedido caso fosse apoiada por listas de, no mínimo, 10 mil eleitores, distribuídos em, pelo menos, cinco estados da federação, tendo em cada um ao menos 500 eleitores (SCHMITT, 2005, p.12).

Em maio do ano seguinte, atuando na legalidade, os pecebistas capixabas lançaram o jornal “Folha Capixaba”, que se tornou um importante meio de difusão do programa partidário local nas décadas seguintes (ALVES; SIMÕES, 1996, p.83).

O quadro político no decorrer de 1945 é marcado por intensas agitações (greves e disputas partidárias). Nesse contexto, em um discurso que se tornou histórico, em maio de 1945, Prestes, já libertado, reafirmava a linha democrática da Conferência da Mantiqueira (1943) indicando os caminhos do partido para chegar ao poder: a luta ordeira, pacífica, moderada, democrática, frentista e institucional (SEGATTO, 1989, p.58).

Nessa direção, primeiro, o partido aproxima-se do PTB e encampa a luta pela permanência de Getúlio Vargas na presidência junto do “movimento queremista”. O apoio a Vargas era justificado como meio de se evitar uma guerra civil e a ascensão de reacionários e fascistas ao poder, diante da saída do presidente da época (CHICOLTE, 1989, p.94-95).

Essa linha moderada e de colaboração com o governo também foi aplicada no Espírito Santo. Seguindo as orientações do CC, os pecebistas capixabas adotaram uma postura conciliatória para com o interventor do estado na época, Jones dos Santos Neves (1943-1945), e defenderam a tática frentista. Dessa forma, propunham a formação de uma ampla aliança, independente das diferenças ideológicas e socioeconômicas, contra o perigo nazifascista e pela democracia. Com isso, o PCB-ES iniciou a organização dos Comitês Democráticos Progressistas (CDP). No dia 28 de maio de 1945, surge o primeiro CDP, no bairro da Vila Rubim, na capital capixaba, seguido de outros que espalharam pela região metropolitana de Vitória e pelo interior²³ (ALVES; SIMÕES, 1996, p.83).

O PCB também retomou com mais intensidade suas ações junto ao movimento operário e sindical nacional, nos quais também coloca em prática a política frentista. O seu estabelecimento no centro das forças sindicais se relacionava à necessidade de o partido se fortalecer perante as massas no seio do sistema político naquele momento. Nessa direção, o partido criava uma frente trabalhista: o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Demonstrando a centralidade da democracia nos objetivos políticos pecebistas, para o MUT, o partido estabelecia bandeiras de luta que ultrapassavam as questões trabalhistas, inserindo, por exemplo, a luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas (SANTANA, 2001, p.40-41).

²³ Outros bairros capixabas onde se formaram CDPs pelo PCB: Santo Antônio e Vila Maruípe, em Vitória; São Torquato, Aribiri, Vila Garrido e Ilha das Flores, em Vila Velha; Jardim América, Alto Lage e Campo Grande, em Cariacica; e no município de Guaçuí (ALVES; SIMÕES, 1996, p. 83).

De acordo com Alves e Simões (1996, p.83-84), o PCB capixaba participou ativamente da construção regional do MUT no Espírito Santo. Sua diretoria foi eleita em 17 de junho de 1945, formada pelos pecebistas Rodrigo de Sá Cavalcanti (Presidente), Hermógenes Lima da Fonseca (1º Secretário) e Lamartine Barbosa (tesoureiro). O MUT atuaria somente até outubro de 1945, quando Vargas renuncia ao cargo de Chefe do Executivo Federal. Segundo os pesquisadores citados, a organização foi importante, mesmo naquele curto período de sua existência, para a defesa dos trabalhadores e para o fomento do processo de organização do movimento sindical capixaba.

Em outubro de 1945, Getúlio Vargas sofreu um golpe militar e se retirou do poder. Assim, efetivava-se o fim da ditadura do Estado Novo e, doravante, iniciou-se a democratização da vida política nacional. Nesse caminho, os primeiros passos foram dados com a concretização das disputas eleitorais do final daquele ano, das quais o PCB também participou.

Nas eleições de 1945, o empenho da campanha pecebista permitiu que a organização emergisse como significativa força política ao conseguir resultados expressivos. O PCB indicou o nome de Yedo Fiúza como seu candidato à presidência, com um programa que expressava a manutenção de aspectos *reformistas*, *etapistas* e *moderados* de sua linha política. Assim, falava em *revolução nacional burguesa* por meio da formação da *união nacional*, não sendo o comunismo um objetivo imediato. A prioridade para o país no programa partidário pecebista era a reforma agrária e uma Constituição Democrática (CHICOLTE, 1982, p.97). O caminho deveria se basear na ordem e na tranquilidade, buscando ampliar sua inserção política de forma cautelosa.

Nas eleições de 1945, é evidente o crescimento do PCB que, até 1947, emergiu no cenário político eleitoral angariando a simpatia entre jovens intelectuais e uma geração que só havia experimentado a política fechada do Estado Novo (CHICOLTE, 1982). Os números da eleição revelam esse fenômeno, com seu candidato à Presidência da República, Yeddo Fiúza, obtendo quase 600 mil votos (10% do total), ficando em terceiro lugar na disputa. Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal, deputado por Pernambuco, pelo Rio Grande do Sul e pelo Distrito Federal²⁴, e o PCB ainda elegeu 14 deputados federais (SEGATTO, 1989, p. 63-64). Esse pleito levou ao posto de Presidente do país o General Eurico Gaspar Dutra (PSD).

²⁴ Segundo as regras eleitorais da Lei Agamenon (7.586/45) que regulamentou o processo eleitoral de 1945, os candidatos poderiam concorrer simultaneamente a mais de um cargo eletivo em um ou mais Estados. Além do exemplo de Prestes, vale destacar a manutenção da popularidade de Vargas, que mesmo derrubado da Presidência, concorreu às eleições e conseguiu se eleger senador e deputado federal em diversas unidades da federação.

No Espírito Santo, Fiúza também obteve significativo apoio eleitoral. O candidato à presidência pelo PCB alcançou o total de 4.442 votos (4,15% do total). O partido promoveu as candidaturas para a Assembleia Nacional Constituinte, que elaboraria uma nova Carta Constitucional para o país no ano seguinte. Dessa forma, para o Senado Federal, o PCB capixaba indicou Luiz Carlos Prestes (3.866 votos) e Vespasiano Meireles (3.444 votos), somando 3,65% dos votos válidos. Os dois ainda foram indicados como candidatos para a Câmara Federal, obtendo, respectivamente, 962 e 1.190 votos. A eles, somaram-se as candidaturas de Otto Netto (464 votos), Érico Neves (229 votos), Pedro Corrêa Reis (153 votos), Lamartine Barbosa (112 votos) e Edith Castex Olivier, a primeira mulher candidata a um pleito eleitoral no Espírito Santo. Nenhum deles foi eleito nessas disputas (ALVES; SIMÕES, 1996, p.87).

Em 1946, iniciou-se o Governo Dutra (1946-1950). Esse foi marcado, inicialmente, pelo processo de democratização da sociedade brasileira, tendo como marco fundamental a promulgação de uma nova Constituição naquele ano, que estabeleceu as regras da experiência democrática brasileira até o golpe de 1964 (SKIDMORE, 1982).

Sobre o caráter do regime político que vigorou no país entre 1946 e 1964, Schmitt (2005, p.11) define tal período como a primeira experiência democrática na história brasileira. Isso porque em nenhum outro momento anterior da trajetória política e institucional do país, combinaram-se, de forma duradoura, sufrágio universal e eleições competitivas de fato. Dessa forma, a Constituição de 1946 teria criado a base legal para a institucionalização de um Estado nos moldes liberais, fundado em um sistema democrático representativo: separação e autonomia de poderes, pluralismo partidário, eleições diretas e periódicas para os cargos do legislativo e executivo, e em todos os níveis, sufrágio universal.

No entanto, sob outra perspectiva, Maria do Carmo Campello de Souza (1990) aponta para as linhas de continuidade institucional que marcam a transição do Estado Novo para o regime político configurado na Carta Constitucional de 1946. Dessa forma, sem desmerecer as inovações democráticas desse regramento constitucional para o sistema político brasileiro, essa autora aponta para as permanências ideológicas e institucionais autoritárias do regime anterior. Assim, mantiveram-se presentes mecanismos de controle político-social na estrutura do Estado brasileiro, o que impede conceber na experiência política - que se abre com a queda de Vargas - uma democracia representativa plena. Nesses termos,

[...] O advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Carta Constitucional de 1946,

foram supostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória, para não mencionar a plena vigência, na quadra histórica a que nos referimos, de uma ideologia autoritária de Estado [...]. (SOUZA, 1990, p.105-106)

Consideramos pertinente a análise de Souza (1990) quando observamos a trajetória do PCB entre os anos de 1946 e 1964, marcada, em um primeiro momento, pela breve experiência legal e, em seguida, pelos percalços impostos pela permanência do anticomunismo na sociedade e nos quadros estatais brasileiros, que resultaram em ações repressivas contra o partido e ao seu retorno à ilegalidade e às ações clandestinas.

Considerando essas questões, durante o Governo Dutra (1946-1950), o PCB viveu duas experiências distintas. Até maio de 1947, a organização atuou na legalidade e participou ativamente das disputas políticas e eleitorais e dos movimentos sociais. Em seguida, a sigla foi colocada, novamente, na ilegalidade, estimulando a adoção de discurso e práticas radicais.

Dessa maneira, entre 1945 e 1947, a despeito das constantes ameaças policiais e das críticas oriundas dos grupos políticos conservadores, o PCB lança suas energias nas disputas do jogo democrático, valorizando a luta política pacífica e eleitoral como caminho. Mazzeo (1999), ao analisar esse contexto de atuação do partido, afirma que os pecebistas agiram adotando um *politicismo taticista* nesse cenário, que priorizava a formação de uma *ampla unidade de forças* pela consolidação da democracia. A direção pecebista se esforçou por reforçar a imagem de um partido da ordem, da luta pacífica e legal nas campanhas eleitorais, nos discursos parlamentares e em sua política operária, defendendo, inclusive, um “apertar dos cintos” em relação às mobilizações dos trabalhadores, posicionando-se, em algumas ocasiões, contra os movimentos grevistas. O partido receava se deparar, novamente, com a reação conservadora, a repressão e a ilegalidade em seu horizonte.

Analisando a mudança de postura e a reorientação dos objetivos oficiais que deram origem à organização – como a revolução socialista – e diante dos objetivos específicos, isto é, a vitória eleitoral e as reformas sociais, entendemos o fenômeno como uma tentativa de adaptação do PCB ao ambiente político-institucional em que atuava. Como aponta Panebianco (2005, p.23), o fato de a organização tender a se “adaptar” ou a “dominar” o próprio ambiente depende, obviamente, das características ambientais. “Dominar” é parte vital da estratégia de qualquer partido, mas pode ser contraproducente na medida em que pode resultar em reações agressivas de adversários, aumentando as incertezas acerca de sua sobrevivência política. A prioridade de uma ou outra estratégia dependerá tanto do ambiente em que será vivenciada

quanto da forma pela qual a organização resolve os outros dilemas organizativos. Assim, como se processará em outros contextos ao longo do século XX com um histórico marcado pelo enfrentamento contra o anticomunismo e a repressão e restrito à ilegalidade, o PCB buscou, nesse e em outros momentos de sua trajetória, construir sua autoimagem moderada, pacífica e institucional como possibilidade de se manter ativo nas lutas políticas e sociais brasileiras como organização.

Dessa maneira, atuando segundo as regras democráticas, o PCB se constituiu a maior força de oposição ao governo Dutra a partir de uma ativa atuação parlamentar. Durante a Assembleia Constituinte de 1946, os representantes do partido adotaram posturas e discursos críticos defendendo cláusulas sociais e repudiando medidas liberais. Apesar de ataques e restrições promovidos pela bancada conservadora que predominava no Congresso, esse espaço era visto pelo PCB como fundamental para a aplicação de sua linha política, e que, mesmo ocorrendo deslizos de posição, o parlamento foi palco importante para a defesa de suas concepções e dos interesses dos trabalhadores (SANTANA, 2001, p.49-53).

A inserção do partido nas Assembleias Legislativas também era taticamente visada como fundamental para a atuação em âmbito regional. Nas eleições estaduais e suplementares do Congresso em janeiro de 1947²⁵, o PCB se manteve como quarta força política do país, obtendo significativas vitórias nos legislativos estaduais e municipais por todo o Brasil. Nesse pleito, o partido também fez uso de outras siglas como abrigo para os seus candidatos. Dessa forma, através do Partido Socialista Progressista (PSP), de São Paulo, os pecebistas conseguem eleger Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara para o Congresso (CHICOLTE, 1982, p.99). Assim, o partido se mantinha firme na luta democrática nos limites da institucionalidade vigente, ao mesmo tempo em que mantinha traços de sua militância ilegal. Conforme Duverger (1970, p. 30), entendemos esse fenômeno como uma demonstração da influência das origens partidárias no desenvolvimento de sua própria estrutura organizativa. Por outro lado, a manutenção de uma militância clandestina em sua experiência na legalidade emergia como mecanismo preventivo diante de um possível retorno à marginalização política.

No Espírito Santo, a organização apresentou uma chapa composta por 32 nomes para as eleições do Legislativo capixaba, dentre os quais o único eleito foi Benjamim de Carvalho Campos, com 996 votos. A atuação desse parlamentar pecebista foi marcada por uma ativa oposição ao governo estadual de Carlos Lindenberg (1947-1951), inclusive tendo criado

²⁵ Em 19 de janeiro de 1947 foi realizada uma eleição suplementar para a escolha de 19 deputados federais e de 24 senadores.

Projeto de Lei para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) visando apurar a possibilidade de crime de responsabilidade pelo Chefe do Executivo Estadual. Além disso, posicionava-se criticamente em relação à política e à atuação da Cia. Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE)²⁶ no setor elétrico do Espírito Santo, e propôs projetos de lei de caráter social (ALVES; SIMÕES, 1996, p.95).

Além da ênfase nas eleições e nos espaços de disputa político-partidária durante o período de legalidade, o PCB manteve uma complexa relação com as bases operárias e com o movimento sindical. Este era considerado um espaço institucional prioritário para o partido que buscava se aproximar das massas e ampliar sua força política. No entanto, inicialmente, sua política moderada orientava-o à defesa de posições cautelosas em relação a greves.

Segundo Santana (2001), a moderação do PCB se encontrava deslocada da postura dos movimentos operários que, a partir de finais de 1945, defendiam, cada vez mais, o uso das greves como instrumento de pressão pela defesa dos direitos trabalhistas. Mesmo em suas bases operárias, a direção pecebista encontrou a resistência de diversos militantes que convergiam na direção de ações mais radicalizadas na luta dos trabalhadores. Dessa forma, como analisa o autor citado, além de convencer as massas, o partido precisou controlar e assegurar a adesão a sua linha entre os seus próprios quadros muitas vezes. Com o passar do tempo, a pressão desses elementos de base levou a organização a se inserir e a contribuir com a sistematização de ações mais agudas na esfera sindical²⁷.

Ainda no campo sindical, o partido defendeu a unidade dos trabalhadores, postura exemplificada na criação da MUT, em 1945, mas também na tentativa de se criar uma ampla intersindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, em 1946. Reproduzindo a flexibilização de sua postura em relação à política geral, a tática de unificação dos

²⁶ Segundo Machado (2014, p.35), atuando no Espírito Santo desde 1928, a CCBFE era responsável pelo abastecimento elétrico e transporte nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Vitória e arredores, como é o caso de Cariacica. Existia uma grande insatisfação em relação à empresa devido à péssima qualidade dos serviços e às tarifas cobradas junto aos usuários capixabas. Segundo análises de Alves e Simões (1996), o combate à política da empresa e a defesa de propostas para a sua nacionalização foram constantes nos discursos de parlamentares pecebistas capixabas entre as décadas de 1940 e 1960.

²⁷ Para análise e apresentação detalhada da participação dos pecebistas nas greves desse período, ver Santana (2001).

trabalhadores permitiu a aproximação do partido a setores conservadores *pelegos*²⁸, ligados, principalmente, ao PTB, e assim, também, buscou a inserção no aparelho sindical oficial.

Nessa conjuntura, a inserção dos pecebistas “por dentro” da estrutura sindical oficial com atuação junto de setores conservadores baseou-se em disputas e não na submissão da política do partido a alianças a qualquer preço. Os pecebistas disputaram com as lideranças pelegas a efetivação de suas linhas de ação. É dessa forma, por exemplo, após o fechamento do MUT pelo Governo Dutra, em 1946, que lideranças sindicais militantes do PCB contrariaram os sindicatos pelegos e efetivaram a proposta partidária de criação de uma intersindical nacional, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) ainda em 1946 (SANTANA, 2001).

Apesar do ambiente democrático, da legalidade e da adoção de uma postura moderada e institucional, os pecebistas tiveram que enfrentar a repressão política. O partido recebeu duros golpes com invasões às suas sedes e prisões de militantes, e seus deputados foram vítimas de ações policiais, ignorando, inclusive, as imunidades parlamentares vigentes. Além de demonstrar as contradições e incongruências do novo sistema democrático, tal postura expressava a maneira como as elites continuavam a ver o PCB: uma “ameaça à ordem e à disciplina” na sociedade e na política brasileira, e por isso sofria contenção (SANTANA, 2001).

O fechamento do cerco às atividades do partido se reforçou a partir de maio de 1947, quando, novamente, sua sigla é colocada na ilegalidade pelo Estado brasileiro. Segundo a interpretação de Chilcote (1982, p.100-101), confluíram para tanto, além do crescimento eleitoral e partidário²⁹ do PCB, o enrijecimento da sua postura crítica em relação ao governo no Congresso e o fato de que, por vezes, a ação repressiva contra a militância do partido, nesse contexto, tenha resultado em confrontos entre militantes e forças policiais, o que reforçava a repressão de caráter anticomunista. No plano internacional, o período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o início da Guerra Fria entre Estados Unidos e União

²⁸ A partir da década de 1930, no contexto de montagem da estrutura sindical alicerçada no corporativismo do Governo Vargas (1930-1945), o termo “pelego” foi incorporado ao sindicalismo brasileiro para designar um tipo de dirigente sindical produzido dentro do arcabouço burocrático e corporativo do Estado varguista. Essa estrutura atuava como conciliadora entre os interesses dos trabalhadores para com os patrões. Assim, atuava no âmbito das negociações e dos conflitos entre patrões e empregados, buscando representar as demandas dos trabalhadores, mas sem contrariar os interesses do capital e do governo, evitando-se greves e mobilizações radicais por parte da classe trabalhadora e expressando-se de forma espontânea e direta. O termo *peleguismo* assumiu, na história do movimento de trabalhadores, um cunho depreciativo que designa a ação conciliatória de representantes sindicais tendo em vista amenizar os atritos entre capital e trabalho, transformando-se em corrente sindical legítima e reconhecida pelo Estado e única forma de desenvolvimento das atividades sindicais (D’ARAÚJO, 2010).

²⁹ Segundo Vinas (1982, p.89), em 1947, o PCB atingia o número de 200 mil inscritos, dos quais, 60 mil só em São Paulo.

Soviética, e o consequente alinhamento do governo Dutra ao bloco capitalista, criou-se um ambiente desfavorável à atuação dos pecebistas na vida política e social brasileira (CHICOLTE, 1982, p.100-101).

Diante desses fatos, em 07 de maio de 1947, o TSE julgou procedentes as acusações acerca da irregularidade dos estatutos do PCB³⁰ e cancelou o seu registro. Entre outros argumentos, dizia-se que a organização era um partido estrangeiro, apresentando como prova o seu nome: não era um Partido Comunista Brasileiro e sim um Partido Comunista do Brasil. Em 10 de maio, o ministro da Justiça, Benedito Costa Neto, determinou o encerramento das atividades do PCB.

A partir de então, desencadeou-se uma forte repressão sobre os núcleos comunistas. A polícia do Rio de Janeiro fechou cerca de seiscentas células do partido. Em São Paulo, foram fechados em torno de 360, 22 núcleos distritais e 102 comitês. Em Porto Alegre, 123 células tiveram suas atividades encerradas pela polícia (ABREU, 2000).

Mesmo sob essas condições, em novembro de 1947, o partido tentou ocupar postos nas Câmaras Municipais. Os pecebistas respondiam aos apelos de Prestes para que os militantes comunistas adotassem uma política realista e objetiva e aderissem à batalha eleitoral nos municípios brasileiros. Assim, o PCB capixaba elegeu Antônio Ribeiro Granja pela UDN, em Cariacica, com 404 votos (13,24% dos votos válidos), e em Vitória, Hermógenes Lima Fonseca³¹ pelo Partido Republicano (PR), com 749 votos (10,45% dos votos válidos)³². Considerando os dados proporcionais ao eleitorado da época, ambos estão entre os vereadores mais bem votados na história dos respectivos municípios, mostrando a representatividade que

³⁰ Em março de 1946, o PCB foi denunciado ao TSE pela declaração dada por Prestes ao Jornal do Comércio e da Tribuna Popular de que apoiaria a URSS em caso de uma guerra imperialista com o Brasil. Por esse fato, no dia 23 de março, o advogado Honorato Himalaia Virgulino, enviou àquele Tribunal um pedido de cancelamento do registro do PCB. Pouco tempo depois foi apresentada denúncia contra o PCB pelo deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Edmundo Barreto Pinto, baseando seu argumento no fato de o PCB ser um partido internacional comandado por Moscou, insuflador da luta de classes, antidemocrático e que apoiaria a União Soviética no caso de uma guerra entre esta e o Brasil, da qual se originou uma sindicância. Em setembro de 1946, foi encerrado o processo, aparecendo no relatório do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do antigo Distrito Federal a afirmação de que haviam sido encontrados dois estatutos do partido: o que estava registrado oficialmente e outro intitulado “Projeto de reforma”, situação que fundamentou o cancelamento do seu registro no ano seguinte (ABREU, 2000). Para os embates no Congresso Nacional sobre o processo de cassação do PCB, ver Chacon (1998, p.145-148).

³¹ Hermógenes Lima Fonseca foi um destacado militante do PCB capixaba entre a década de 1930 e 1960. No partido, galgou altos postos na organização e esteve à frente da diretoria do jornal Folha Capixaba (1945-1964). A respeito da sua atuação na Câmara Municipal de Vitória entre 1947 e 1951, ver Oliveira (2014). Como verificaremos mais adiante, no final da década de 1970, em um processo de reorganização do partido, esse militante fez parte de um novo quadro partidário formado a partir de 1978.

³² Sobre a atuação parlamentar de Antônio Ribeiro Granja como vereador no município de Cariacica-ES, ver Machado (2014).

os dois personagens adquiriram (MACHADO, 2014). O partido ainda conseguiu eleger Custódio Tristão em Guaçuí-ES, mas os dados eleitorais são desconhecidos (ALVES; SIMÕES, 1996, p.88).

Em janeiro de 1948, os parlamentares pecebistas são cassados no Congresso Nacional e nas demais Assembleias legislativas. Entre esses, o Deputado Estadual Benjamin Campos (PCB-ES), cassado no Espírito Santo (MACHADO, 2014, p.17).

Dessa maneira, o regime democrático de Dutra se fechava e limitava os espaços institucionais de atuação do PCB. O Estado brasileiro também interviu nos sindicatos, subordinando-os a um maior controle do Ministério do Trabalho. O CTB foi fechado. Afastaram-se lideranças operárias indesejáveis das diretorias sindicais, principalmente os comunistas. Passou a se exigir atestados ideológicos para os candidatos a tais cargos, o que dificultou o acesso do partido ao sindicalismo oficial, abrindo caminho ao predomínio de diretores pelegos, que tentaram conter os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores nos anos seguintes, reforçando a estrutura corporativista na relação Estado e entidades sindicais (CHILCOTE, 1982; SANTANA, 2001). A partir desse momento, difundiu-se entre os militantes do PCB o amargo sentimento de que haviam superestimado a democracia liberal no país (KONDER *apud* SEGATTO, 1989, p.69). Como consequência, a partir de 1948, o partido abandonou a via democrática e politicista.

Tal postura passa a ser profundamente criticada pela direção do partido, que promove, segundo Mazzeo (1999), uma *guinada à esquerda* em sua linha política. Com isso, inicia-se um processo de radicalização do discurso contra o governo e os setores burgueses da sociedade. Formulam-se novas práticas revolucionárias de militância que se orientavam para a luta independente das classes proletárias para a derrubada do regime e para a instalação de uma democracia popular seguida pela revolução socialista.

No Espírito Santo, o período de legalidade permitiu que o PCB conseguisse se organizar em diversos municípios do Estado e que adquirisse relativa influência nas disputas políticas locais. O momento que se seguiu à repressão do Estado brasileiro, a partir de 1947, a radicalização do discurso programático do partido, não implicou em um abandono da tentativa de se aproximar do poder e atuar por meio da política formal, nem no âmbito nacional quanto ao que tange às disputas políticas regionais, como veremos a seguir.

2.3. O PCB ENTRE 1948 E 1954: A RADICALIZAÇÃO DO DISCURSO NO RETORNO À ILEGALIDADE

As reorientações políticas que inclinaram o PCB à radicalização emergiram a partir do documento conhecido como “Manifesto de janeiro de 1948”. No entanto, é no “Manifesto de Agosto de 1950”, escrito por Prestes, que se consagra oficialmente a *esquerdização* de sua linha política. A partir da autocrítica e das consequentes reorientações apresentadas pela direção partidária nesses documentos, o partido passou a adotar uma postura à esquerda e sectária, reaproximando-se com as matrizes teóricas do *leninismo* e sua concepção revolucionária (MAZZEO, 1999, p.75-77).

Nessa direção, a cúpula central partidária defendeu uma *revolução democrática e socialista simultânea* por meio da luta de massas hegemônica pelo proletariado. Foi proposta a formação de uma *Frente Democrática de Libertação Nacional*, uma espécie de exército popular que deveria se preparar para a guerra contra a burguesia nacional e internacional atuante no país e empreender uma *revolução agrária e anti-imperialista*. Apesar de ser explícito o não abandono do caminho democrático para o socialismo e também da visão etapista da revolução brasileira, a democracia defendida pelo partido passou a ser concebida de forma radicalizada, implantada pelo povo (SEGATTO, 1989).

Nessa direção, a partir de 1948, a autocrítica construída pelo CC reconheceu como um erro a crença exagerada na luta do partido nos quadros legais da institucionalidade instaurada pela Constituição de 1946, silenciando-se sobre seus objetivos revolucionários. A leitura era que, de 1946 a 1948, no Brasil viveu-se um governo submisso ao imperialismo americano, com sistema político formado por partidos antidemocráticos e reacionários representantes das classes dominantes (SANTANA, 2001, p.69).

Com essa visão, o PCB buscou romper as alianças com organizações não comunistas e passou a adotar posturas mais independentes no que tange às eleições e à sua relação com o movimento operário. Nas eleições presidenciais de 1950, por exemplo, a descrença nos candidatos e no sistema político vigente fez com que a direção do partido orientasse seus membros a votar em branco. Com a vitória e o retorno de Getúlio Vargas à presidência naquele pleito, o PCB assumiu a oposição ao governo, concebendo-o, em um primeiro momento, como representante dos interesses norte-americanos (CHICOLTE, 1982).

No movimento operário, diante dos limites impostos pela intervenção e repressão estatal nos sindicatos, o partido se viu deslocado desses espaços. Assim, o PCB também radicalizou sua

linha sindical, orientando sua militância operária a priorizar os interesses imediatos da classe trabalhadora e a combater os sindicatos oficiais liderados por pelegos e controlados pelo Ministério do Trabalho. Assim, as bases operárias pecebistas deveriam buscar a criação de entidades paralelas no interior das fábricas e tentar superar a imagem moderada construída nos anos anteriores, defendendo a realização de greves a qualquer custo (SANTANA, 2001, p.69).

No entanto, concordamos com Chilcote (1982, p.107) que, ao analisar o Manifesto de Agosto de 1950, ressalta que apesar da retórica sectária e radical de esquerda do PCB, a organização não previa a implantação do socialismo de imediato, e não afastava a possibilidade de apoio do capital nacional. A própria Frente Democrática de Libertação Nacional expressava a manutenção da tática frentista e se mostrava ambígua em torno dos setores nacionais que ela deveria abarcar.

Tanto no discurso quanto na prática, o partido também expressava as contradições e ambiguidades. A ilegalidade e a crítica à institucionalidade do regime democrático brasileiro não eliminou a luta eleitoral de seu repertório. Como observa Santana (2001, p.71), o PCB criticava sua atuação anterior e a prioridade da luta política formal e legal, mas não retirava esses objetivos de suas propostas quando defendia a legalidade da sigla e a devolução dos mandatos parlamentares.

Com isso, os pecebistas continuaram participando do “jogo eleitoral” atuando segundo as regras institucionais vigentes. Para tanto, abrigou candidatos em outras siglas partidárias, apoiando políticos concebidos como progressistas. Assim, o PCB elegeu representantes mesmo que em postos de pouca expressão: em 1950, Roberto Morena elegeu-se para o Congresso pelo Partido Republicano Trabalhista (PRT) do Rio de Janeiro, tornando-se porta-voz do PCB; em Recife, Paulo Cavalcanti, pelo Partido Social Progressista (PSP), representou o PCB na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Pelo PTB, quatro vereadores elegeram-se para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro³³ (CHICOLTE, 1982, p.105). No Espírito Santo, o partido elegeu Custódio Tristão como Deputado Estadual pela Coligação Democrática

³³ Segundo Chilcote (1982, p.108), o governo Vargas (1951-1954) buscou reprimir as atividades comunistas em seu início. Dessa forma, a inserção de representantes do PCB nos espaços parlamentares foi alvo da vigilância das autoridades políticas e policiais. Tentou-se eliminar os comunistas dos processos eleitorais, fazendo com que o partido perdesse diversas candidaturas abrigadas em outras legendas. A exceção ficou por conta do deputado federal do Partido Republicano Trabalhista (PRT) do Distrito Federal, Roberto Morena, que conseguiu se manter no cargo.

(CD)³⁴ (ALVES; SIMÕES, 1996). Além disso, continuou contanto com a atuação dos vereadores Antônio Ribeiro Granja, pela UDN, na Câmara Municipal de Cariacica-ES, e Hermógenes Lima Fonseca, pelo PR, em Vitória-ES.

Considerando esses fatos acerca da militância do PCB nesse período, Santana (2001) faz interessante análise acerca da importância dada pelo partido aos espaços institucionais da política formal no contexto de radicalização de seu programa. Para o autor,

Apesar da crítica ao espaço de atuação institucional e da autocrítica por tê-lo priorizado no momento da legalidade, estas duas reivindicações [legalidade e retorno dos mandatos parlamentares] indicam uma certa valorização daqueles espaços pelo PCB e seu interesse de retornar a eles. [...] Como bem indicou Rodrigues (1981), o partido parecia se utilizar dos espaços institucionais como meros instrumentos de efetivação de sua política. Daí que, neste momento mais radicalizado, a instrumentalização fique bem mais explícita. Diante da cerrada repressão, pensava o partido, estes espaços poderiam servir para dar-lhe fôlego (SANTANA, 2001, p.71).

Santana (2001) destaca que, nos espaços sindicais, apesar de a linha política sindical pecebista defender posições sectárias nos movimentos de trabalhadores, na prática, por resistência a essa orientação – ou por necessidade de adequá-la à realidade –, as bases operárias do partido, por vezes, atuaram na contramão das orientações do novo programa. Assim, membros do partido mantiveram estreitas ligações com a estrutura oficial, e a criação de entidades paralelas nos locais de trabalho não foi utilizada para combater o sindicato enquanto instituição e, assim, não se visou à construção de uma nova e concorrente estrutura sindical. Associações e comissões de fábrica foram instrumentos de organização e combate às lideranças sindicais pelegas, a fim de criar canais de inserção e libertar esses espaços do controle oficial, atuando “por dentro” dos sindicatos existentes. Isso também se refletiu no Espírito Santo ao observarmos que, entre 1947 e 1956, os pecebistas capixabas continuaram atuando junto da estrutura sindical oficial, exercendo influência expressiva nos sindicatos dos portuários, estivadores, gráficos, da construção civil, da indústria de energia hidroelétrica e dos contabilistas (ALVES; SIMÕES, 1996, p.88).

Apesar da tentativa de plena aplicação da linha esquerdizante do PCB ter ocorrido no período de 1948 a 1954, já em finais de 1951, para além das posições ambíguas e divergentes na experiência da atuação política do partido nesse período, a militância e a cúpula do partido

³⁴A Coligação Democrática se tratava de uma frente partidária formada pelo PR, pela UDN, pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e pelo Partido de Representação Popular (PRP). Reunindo importantes lideranças políticas regionais, foi o principal polo opositor do PSD nas disputas político partidárias do Espírito Santo, a partir de 1945. Mais informações, ver a tese de doutorado do pesquisador José Ueber Oliveira (2013).

apontavam para ajustes na linha revolucionária presente. Inicialmente as reformas ocorrerão na política sindical e depois de modo geral.

Nesse sentido, a postura flexível e menos sectária que já se dava no cotidiano do movimento sindical, a partir de 1952, foi oficializada, abrindo o PCB a alianças heterogêneas e consolidando o seu “retorno” aos sindicatos oficiais. Dessa forma, a Resolução Sindical do CC daquele ano orientou a militância à constituição de alianças na base, lutando pela organização e unidade da classe operária contra a política sindical do governo, mas combatendo posturas sectárias. Os sindicatos são assumidos em linha oficial como espaços de disputa pela hegemonia (SANTANA, 2001, p.82-83).

Segundo Segatto (1989, p.78-80), essa nova postura fortaleceu as lideranças comunistas no campo sindical. A partir de 1952, membros do partido assumem a direção dos sindicatos mais representativos do país. A influência e a direção dos pecebistas se fizeram presentes em movimentos como a de “greve dos 300 mil”, em 1953, em São Paulo. A política de unidade se consolida com a participação do partido na formação de intersindicais. Assim, em 1954, os pecebistas lideraram a formação do Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que nesse ano promoveu uma greve de 01 milhão de trabalhadores contra a carestia. O partido também atuou na organização dos trabalhadores rurais, contribuindo com a formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), a qual agia como sindicato e tinha como bandeiras a reforma agrária e a sindicalização dos camponeses.

Em descompasso com a linha política geral, que defendia o combate ao governo de Getúlio Vargas, o programa sindical do partido, em defesa da unidade dos trabalhadores, legitimava a reaproximação dos pecebistas com setores trabalhistas e getulistas nos sindicatos. Para além dos interesses específicos das alianças firmadas nas lutas operárias, elas também vislumbravam conquistas no campo político e eleitoral. Assim, segundo Chilcote (1982, p.111), membros da esquerda do PTB ligados à figura de João Goulart abriram negociações para uma aliança eleitoral com os comunistas a partir de 1953. Depois de atuar nas campanhas que permitiram a aprovação da lei que garantiu a criação da Petrobras e o monopólio estatal do petróleo nesse ano, já em 01 de maio de 1954, o partido recuava explicitamente em suas críticas ao governo de Getúlio Vargas (1951-1954).

Esse paulatino recuo no processo de radicalização da direção política do PCB, que se expressava no campo sindical a partir de 1954, alcançou também a sua direção política geral,

fenômeno que ficou mais explícito nas teses aprovadas em seu IV Congresso (entre dezembro de 1954 e janeiro de 1955).

2.4. O PCB ENTRE 1954 E 1964: A REAFIRMAÇÃO DA LINHA INSTITUCIONAL EM ANOS DE TURBULÊNCIA POLÍTICA

Segundo Antônio Carlos Mazzeo (1999), o IV Congresso do PCB (1954-1955) oficializou o início da flexibilização do discurso partidário e da retomada do programa reformista e moderado experimentado entre 1945 e 1947, sendo o momento inicial de reconstrução de um partido institucional de esquerda que sobrevive por décadas. Dialogando e se posicionando em relação às tensões políticas das conjunturas nacional e internacional, assim como no que se refere às divergências e crises no seio da sua própria organização, os pecebistas iniciaram ali, o que o autor chamou de uma nova “viragem à direita” em sua linha política, pela qual a democracia assumiria o papel de eixo fundamental do processo revolucionário brasileiro.

Pelas resoluções do IV Congresso, o Comitê Central do PCB, de forma autocrítica, defendeu o combate às posturas esquerdizantes defendidas no Manifesto de Agosto de 1950. Apesar de reiterar a manutenção de parte das ações radicais da Revolução Nacional Libertadora³⁵, uma nova atitude anti-imperialista foi proposta à sua militância a partir daquele momento. Dessa maneira, apontou-se para a necessidade da união das forças democráticas, defendendo a formação de uma *frente pluriclassista*, que incluísse a aproximação com setores burgueses. A prioridade, nesse momento, era assegurar as liberdades democráticas e a legalidade constitucional combatendo ameaças golpistas articuladas aos interesses imperialistas norte-americanos (SEGATTO, 2003, p.124).

Tais perspectivas podem ser compreendidas como uma reação do partido às tensões emergentes no cenário político brasileiro a partir do suicídio do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), em 24 de agosto de 1954, fruto das pressões dos seus opositores (classes médias, elites civis e militares), principalmente por parte da UDN, de Carlos Lacerda e do tenso ambiente político que se aprofundou naquele ano (SKIDMORE, 1982, p.173-176). O CC analisa o panorama de crise política que se abre a partir daquele fato, identificando evidências de movimentações golpistas por parte das forças reacionárias (políticos da UDN e

³⁵ Mantinha-se a proposta de assalto militar ao Estado traidor dos interesses nacionais, parte da Revolução Nacional Libertadora sugerida no Manifesto de Agosto de 1950.

comandos militares das Forças Armadas), influenciadas pelos Estados Unidos, o que culminou na instalação do que classificava como uma “ditadura americana de Café Filho”, seguido do “governo reacionário” de Carlos Cruz (SEGATTO, 2003, p.126).

Nessa conjuntura, o PCB abandonou, primeiramente, sua postura unilateral e dogmática e de crítica ao getulismo para se juntar às massas, aproximando-se ainda mais do PTB. Dessa forma, os pecebistas buscaram se inserir nos movimentos que defendiam o respeito às regras democráticas e constitucionais para a sucessão presidencial e a execução de um processo eleitoral livre, conforme era previsto legalmente para outubro de 1954. Depois de afastadas as ameaças golpistas e já sob a direção da nova linha política, o partido decidiu apoiar a candidatura presidencial e a eleição da chapa formada por Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB) – respectivamente para Presidente e Vice –, em 1955, assim como atuou junto a outros setores legalistas para garantir a posse dos eleitos em janeiro de 1956, diante das novas ameaças de golpe lançada pelos setores de direita³⁶ (CARONE, 1982, p.8).

As alterações na linha política do PCB na década de 1950 se aceleraram a partir de 1956. Nesse ano, o PCB foi fortemente abalado pelos desdobramentos do XX Congresso do Partido Comunista Soviético (PCUS). Nesse encontro, as denúncias e os ataques ao stalinismo realizados por Nikita S. Khrushchev, substituto de Joseph Stálin desde sua morte, em 1953, no comando da União Soviética (URSS), deram início ao chamado *processo de desestalinização*.

As críticas lançadas ao regime stalinista soviético³⁷ abalaram o MCI, que viu a emergência de divisões, e de forte autocrítica no interior dos partidos comunistas pelo mundo. No Brasil, isso não foi diferente. A recepção dos informes soviéticos gerou profundas reações e reflexões no seio do PCB, que sofreu com fraturas internas e promoveu novos rumos para o partido (SEGATTO, 2003, p.126).

Segundo Mazzeo (1999, p. 82-83), desde a preparação do IV Congresso (1954), o partido estava cindido por divergências internas, quando ocorreu inclusive a expulsão de membros dissidentes do CC. A influência do XX Congresso do PCUS dois anos depois incentivou a autocrítica realizada por parte da direção nacional ao que seria um passado de *dogmatismo, mandonismo, sectarismo, falta democracia e de culto à personalidade* de Luis Carlos Prestes,

³⁶ Segundo Jorge Ferreira (2007, p.518-519), “a extrema direita da UDN, liderada por Carlos Lacerda, apoiada por grupos civis conservadores e amplos setores da oficialidade da Marinha e da Aeronáutica tentaram golpear as instituições democráticas em novembro de 1955. O objetivo era impedir que JK e Jango, eleitos no mês anterior, tomassem posse. No entanto, a maioria dos generais do exército, liderados pelo ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, deram um ‘contragolpe’ preventivo, garantindo o cumprimento da Constituição”.

³⁷ Na leitura de um relatório secreto, Khrushchev atacava aos crimes, ao “culto à personalidade” de Stalin, às práticas ilegais e ao autoritarismo do stalinismo soviético (SEGATTO, 2003, p.126)

que implicou em erros os quais teriam isolado e enfraquecido o partido (SEGATTO, 2003, p.126).

Nessa situação, o CC entendia que “um verdadeiro furacão democrático deveria varrer o partido internamente” (SANTANA, 2001, p.91). Dessa forma, a forte crítica à falta de democracia interna gera um intenso clima de tensão que leva ao afastamento de inúmeros militantes do PCB. Ao mesmo tempo, os debates em torno da análise dos erros do passado e as propostas para o futuro desnudaram a presença de três tendências no interior da organização: os *renovadores*, mais radicais e que desejavam uma total revisão da linha partidária, liderados por Agildo Barata; os *conservadores*, defensores da manutenção das tradições do partido, que foram isolados, composto inicialmente por Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois e Carlos Marighela; e o *centro pragmático*, o grupo “vitorioso”, que se encaminhou mesclando tradição e renovação e representado, principalmente, por Giocondo Dias, Mário Alves e Jacob Gorender (SEGATTO *apud* MAZZEO, 1999, p.84).

Para Mazzeo (1999), de forma conciliatória, o *centro pragmático*, ao qual aderiu Luís Carlos Prestes e membros das outras alas do partido, formou um núcleo dirigente que passou a hegemonizar a organização. Mesmo não isento de defecções, esse agrupamento diretivo conseguiu dar continuidade às suas formulações políticas e se tornou a fonte de identidade política do PCB a partir daquele momento, pelo menos até a grave crise que extinguiu o partido em 1992.

Das mãos desse novo grupo dirigente, nasce a chamada “Declaração de Março de 1958”, considerado o documento “fundador” dos princípios basilares da linha política assumida pelo partido nas décadas seguintes. Suas resoluções fortaleceram a autocrítica à postura esquerdizante do Manifesto de 1950 e estabeleceu a linha política que norteou as estratégias e táticas da *revolução brasileira*.

Entre os principais elementos teóricos e políticos apresentados pela Declaração de Março de 1958, apresentou-se uma nova visão do capitalismo brasileiro, que, na perspectiva da direção partidária, dinamizava a sociedade, promovendo a valorização da luta pela democratização política do país (SANTOS; SEGATTO, 2007, p.18).

Segundo a “Declaração”, o desenvolvimento das forças produtivas promoveu o surgimento de uma burguesia nacional e progressista, contrária às intervenções imperialistas, e possibilitou o crescimento da camada proletária urbana e rural na sociedade. O capitalismo brasileiro teria permitido, dessa forma, o surgimento de um Estado não mais monopolizado pelos

latifundiários e grandes capitalistas vinculados aos interesses imperialistas. Assim, os espaços democráticos se alargavam desde 1945. Nessa conjuntura, a transformação social seria resultado de *reformas* promovidas pela pressão política de movimentos *pluriclassistas*. Assim, a estratégia revolucionária deveria se pautar na busca pela formação de uma ampla *frente nacional democrática* constituída por diversos setores: *patriotas da burguesia nacional, pequena burguesia e proletariado urbano e rural*. Taticamente, a ação deveria se basear na ocupação dos *espaços institucionais legais* por meio de uma *luta política e pacífica*, que se tornam os elementos centrais da estratégia do partido (MAZZEO, 1999, P.85). Nota-se que, assim como no período de legalidade da década de 1940, o PCB reforçava a ideia de construção de um *partido institucional de esquerda*.

Partindo de uma concepção de “*revolução por etapas*”, o caminho traçado para a revolução brasileira dependeria de duas fases. Primeiramente, ela deveria ser uma *revolução anti-imperialista e antifeudal*, e assim, *nacional e democrática*. Dessa maneira, fazia-se necessária para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro a derrocada dos interesses imperialistas norte-americanos e da estrutura “feudal” ou “semifeudal” que garantia o monopólio da terra. A luta entre o proletariado e a burguesia, deveria ser adiada diante da necessidade do povo e, mais basicamente, das forças sociais progressistas de todos os setores da sociedade que almejassem superar o atraso e consolidar o capitalismo brasileiro. Desse modo, justificava-se que, apesar das contradições implícitas e explícitas dos setores sociais que formariam a frente nacional democrática, a unidade do grupo estaria radicada nos interesses progressistas que comungavam pelo desenvolvimento econômico independente do país contra os interesses e agentes imperialistas (SEGATTO, 1989, p.92-93). Um conjunto de reformas estruturais promoveria a transformação socioeconômica e política da sociedade brasileira na medida em que ela se democratizasse. Tal quadro criaria condições ideais para o êxito da segunda etapa: *a revolução socialista*.

No entanto, para o sucesso do processo revolucionário, caberia ao proletariado conduzi-lo. A aceitação de sua liderança entre as massas urbanas e rurais se justificava pela amplitude dos seus interesses, que iam das demandas específicas dos trabalhadores à luta pela ampliação das liberdades democráticas. Tal posto hegemônico não seria, porém, conquistado facilmente, e exigiria o apoio dos camponeses e de uma forma acertada de defender os diferentes interesses das diversas forças que participavam da aliança (SEGATTO, 1989, p.93).

Na retomada da linha reformista, democrática e institucional do PCB, as formas pelas quais o partido se relaciona e analisa tanto a conjuntura nacional, quanto as mudanças no MCI são

fundamentais. Dessa maneira, é importante considerar que, nesse momento de sua história, o partido é influenciado pelos direcionamentos da política soviética de *coexistência pacífica* adotada pela URSS entre 1958 e 1964³⁸, no seio das disputas político-ideológicas da Guerra Fria (MAZZEO, 1999, p.82).

Ao mesmo tempo, a conjuntura política e as alterações socioeconômicas provocadas pelo governo desenvolvimentista de JK (1956-1961) também estimulam a mudança de percepção do PCB em relação à realidade brasileira, o que impacta suas direções políticas. Segundo Segatto (2003, p. 126), a estabilidade política desse governo, levou o partido à reflexão sobre a Constituição de 1946, caracterizada como autoritária, que mascarava o caráter oligárquico e opressor do regime político brasileiro. Assim, a democracia só se realizaria de fato por meio da implantação de um governo democrático de libertação nacional. Economicamente, o acelerado desenvolvimento capitalista que se processava no país estimulava reformulações em suas teses da dependência econômica brasileira em relação ao mercado mundial e ao próprio capitalismo nacional.

Nessa mesma linha, Daniel Aarão Reis Filho (2000, p.23) aponta para a percepção otimista do partido em relação às possibilidades de ação política naquele contexto. A partir de 1958, então, a leitura pecebista sobre o panorama socioeconômico brasileiro identifica não um contexto crítico, explosivo e catastrófico, mas de amplas condições de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os pecebistas enxergavam brechas e divisões no seio das classes dominantes, permitindo o partido a vislumbrar e a atrair a burguesia nacional para uma *frente única*. Dessa forma, o recurso da força é deslocado, passando a se valorizar as instituições políticas vigentes e o caminho pacífico como via transformadora. Além disso, segundo Carone (1982, p.8), durante o Governo de JK (1956-1961), os pecebistas teriam vivido sob um clima de maior tolerância política por parte do Estado brasileiro, o que permitiu que, mesmo na

³⁸ Segundo José Antônio Martínez Alonso (2000, p.88), a *coexistência pacífica* se refere à “doutrina política internacional adotada pela União Soviética entre 1958 e 1964. Foi uma iniciativa de Nikita Krushev após a morte de Stálin, em 1953, baseada na convivência pacífica de Estados com sistemas políticos diferentes (capitalismo e socialismo) que aceitaram mutuamente. A coexistência pacífica não supõe relações de amizade, embora indica [sic] uma situação distante da agressão armada. Ambos os blocos podem coexistir em paz, sem destruir-se, competindo nos campos econômico e político, com respeito mútuo às fronteiras e à soberania. Na época, o presidente americano J.F. Kennedy e o soviético Nikita Krushev iniciaram um diálogo para frear a corrida armamentista e atingir um equilíbrio estratégico entre blocos. Apesar disso, produziram-se situações de tensão como a construção do Muro de Berlim (1961), a crise dos mísseis de Cuba (1962) e a Guerra do Vietnã (1964-1975)”.

ilegalidade, o partido atuasse de forma aberta e com maior possibilidade de inserção no cenário político brasileiro, vivendo uma *legalidade de fato*³⁹.

Santos e Segatto (2007, p. 18) consideram que a “Declaração de Março de 1958” ampliou os horizontes do mundo político aos comunistas, que, a partir de então, conseguiriam alçar mais espaços de liderança das lutas populares: movimentos sindicais urbanos e rurais; movimento estudantil; meio intelectual e em campanhas por reformas nacionalistas e democráticas. A movimentação comunista pelo mundo político-institucional aguçou a percepção da realidade brasileira no partido e gerou novas visões sobre ela, ampliando a perspectiva do seu núcleo dirigente. No entanto, por outro lado, para Mazzeo (1999, p.85), suas orientações acabavam por subordinar a luta do proletariado ao *politicismo institucional* e liberal, pela qual o PCB traçava seu caminho, priorizando a formação de amplas alianças. Ao mesmo tempo, expressava-se o gradualismo da formulação do novo núcleo dirigente do partido, na medida em que acreditavam que a hegemonia proletária no processo seria alcançada mediante as graduais conquistas democráticas favorecidas pelo desenvolvimento econômico do país.

Com um olhar retrospectivo sobre a trajetória do PCB, podemos perceber que a Declaração de Março de 1958 cumpriu o papel de consolidação de táticas, estratégias e visões políticas experimentadas pelo partido ao longo de sua história. Firmava-se uma tradição na qual democracia, reformismo, etapismo e luta pacífica, legal e institucional, tornam-se centrais em seus discursos e em suas práticas militantes, linha política que, como veremos, manteve-se presente no discurso do partido nas décadas seguintes. Ao mesmo tempo em que, por outro lado, elementos de seu discurso revolucionário não são abandonados.

Nesse contexto, expressava-se no caso brasileiro o fenômeno da *articulação dos fins*⁴⁰, verificado por Ângelo Panebianco (2005, p.32-33) quanto à trajetória das organizações socialistas e comunistas. Para esse pesquisador, em diferentes casos, esses modelos partidários buscaram conciliar uma *práxis reformista* e um *discurso revolucionário*, sendo,

³⁹ Como aponta Edgar Carone (1982, p.8), em 1957, o governo brasileiro manda finalizar o processo contra Luis Carlos Prestes e outros comunistas, que havia 10 anos ameaçava de prisão diversas lideranças da organização. Assim, o PCB volta a agir com maior liberdade e espaço de ação. Uma fotografia que sintetizaria esse fato seria, por exemplo, a presença de Luis Carlos Prestes em comício pomposo de JK nos jardins do Palácio do Catete, em 1959, apoiando o anúncio do presidente em relação ao rompimento do governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (AQUINO, 2001, p.547).

⁴⁰ Baseando-se em Theodore Lowi (ano?), Panebianco (2005, p.31-32) define o fenômeno partidário da *articulação dos fins* como aquele pelo qual “[...] os objetivos oficiais, para cuja obtenção a organização surgiu e que têm contribuído para forjá-la, não são abandonados nem decaem em mera ‘fachada’. Eles são ‘adaptados’ às exigências organizativas [...]. As insuprimíveis funções internas e externas dos objetivos oficiais impõem que um certo grau de atividades a eles relacionadas seja continuamente realizado, porque a essas atividades está ligada a identidade coletiva do partido e, como veremos a seguir, a legitimidade da liderança”.

este, fundamental à identidade coletiva do movimento. As estratégias eleitas, pragmáticas e reformistas, serviriam para garantir a estabilidade organizativa sem, contudo, tirar a credibilidade da tese de que se está sempre trabalhando pelos objetivos oficiais, originários da organização. A *práxis* quotidiana é sempre justificada com a ideia de que as reformas não estão em contraste, mas representam uma passagem intermediária no caminho do socialismo.

Tal conjuntura se refletiu no crescimento orgânico e político do PCB no Espírito Santo. O partido ampliou sua inserção política em novos municípios (Ecoporanga, Barra de São Francisco, Linhares, Viana e Baixo Guandú) e no nascente movimento estudantil capixaba. O foco na luta eleitoral é mantido, inserindo candidatos em outras legendas. Dessa maneira, elegeu-se como Deputado Federal, em 1958, pelo PTB, Ramon de Oliveira Netto. Além disso, Gil Xavier Nunes, em Cachoeiro de Itapemirim, e Altamiro Felisbino Teixeira, em Ecoporanga, elegem-se como vereadores, ambos também pelo PTB (ALVES; SIMÕES, 1996, p.89).

A essa altura, membros do PCB capixaba também se envolveram com as lutas do campo, pelas quais buscaram aplicar as orientações da linha política que se consolidava. Dessa forma, um grupo de militantes do partido atuou na região do extremo-noroeste do Espírito Santo, no Distrito de Cotaxé, município de Ecoporanga, organizando, politicamente, a luta dos posseiros do chamado “Movimento de Cotaxé”⁴¹. Segundo a pesquisa de Elio Ramires Garcia (2015), a atuação da militância pecebista deu longevidade à luta pela terra na região. Para tanto, com a criação da União dos Posseiros de Cotaxé (UPC), abriu-se um espaço legal e público para a defesa política dos interesses dos posseiros da região, orientando-os no sentido de utilizar a luta pacífica e por vias institucionais, ficando a ação armada como recurso extremo para responder à violência de jagunços a mando dos grileiros na região.

As resoluções do V Congresso do PCB, em 1960, praticamente ratificaram as análises e conclusões apresentadas pela Declaração de Março de 1958. Para Santos e Segatto (2007), as teses oriundas dessa reunião são esclarecedoras quanto aos rumos e à visão que se

⁴¹ Segundo Elio Ramires Garcia (2015), Movimento de Cotaxé se iniciou ao final da década de 1940, assumindo um caráter sociorreligioso, sob a liderança do baiano Udelino Alves de Matos que aporta à região defendendo, por meio de um discurso que mesclava a luta pela terra e pregação religiosa, a construção de um novo ente federativo, o “Estado União de Jeovah”, na zona litigada pelos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. “Udelino” organizou um grupo armado para expulsar proprietários e tomou a iniciativa de lançar as bases organizativas do novo estado. O intento foi liquidado por forças policiais capixabas em 1953, e seu líder desapareceu. Porém, manteve-se a luta em torno da questão da posse e titulação das terras entre posseiros e grileiros, assim como a violência institucional e informal. Nesse contexto, o PCB, atuou na região mediando a transição de um movimento inicialmente sociorreligioso para um movimento eminentemente político e organizado, a partir dos trabalhos de orientação e mobilização dos posseiros pela União de Posseiros de Cotaxé (UPC).

hegemonizava no partido e que reforçavam a politização de sua *práxis*, apesar de ainda trazer a tentativa de conciliar a valorização da política com o marxismo-leninismo arraigado na organização.

A manutenção das orientações da Declaração de 1958 para o novo programa do partido a partir de 1960 refletiu a própria experiência vivida pelo PCB durante o governo de JK (1956-1961). Nesse contexto, o ambiente político e socioeconômico fazia com que a maioria do seu Comitê Central acreditasse na tendência democratizante da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, as condições socioeconômicas geradas pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro possibilitavam a progressiva inserção das massas no processo político, sendo, então, o motor da democratização. Assim, a ampliação da participação política na sociedade não resultava de um movimento revolucionário. Era o capitalismo nacional que movimentava as classes sociais urbanas. O movimento sindical junto das cidades cresceu, assim como os partidos políticos. O industrialismo seria, dessa maneira, o fator determinante das diferenças sociais que animavam a vida nacional. Esse fenômeno havia ensejado a formação de um bloco de interesses nacionais. (SANTOS; SEGATTO, 2007, p.21-24).

Diante disso, mantinha-se a concepção de uma *revolução nacional democrática* promovida pela *união de forças nacionalistas e democráticas* através da *luta pacífica, legal e institucional*, capitaneada pelos proletários. Estes, ao hegemonizarem e liderarem a frente única nacionalista e democrática, seriam capazes de elevar o processo à revolução socialista (CARONE, 1982).

Operando-se no contexto de centro-esquerda, as teses apontavam para a conquista de ganhos pontuais para a consolidação das reformas estruturais por meio da pressão pacífica, popular e política, dentro e fora do Parlamento brasileiro, realizada por uma *frente única*. Esta articulava forças para apoiar o polo nacionalista do governo e combater os “entreguistas”. Ao mesmo tempo, apesar da ilegalidade, o caminho eleitoral era visto como possibilidade política. Em caso de retrocesso ou articulação golpista reacionária, os setores nacionalistas do governo e das Forças Armadas e as massas populares seriam chamados a impedir os ataques à normalidade constitucional e, se necessário, previa-se o uso de ações militares (SANTOS; SEGATTO, 2007, p.28).

Além da confirmação das tendências políticas que se gestavam desde os anos 1950, a preparação do V Congresso marcou a história do partido na medida em que resultou em mais um momento de embates internos que estão na origem da fragmentação do comunismo

brasileiro. As divergências em relação à linha política adotada pelo partido colocavam, de um lado, os defensores do seu programa – maioria do CC e das bases –, representados por nomes como Jacob Gorender, Mário Alves, Carlos Marighella e Moisés Vinhas. De outro lado, os que se opunham, desde 1958, não só às teses que se consolidavam, mas à própria forma como foram encaminhadas e discutidas. Este grupo contava com João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, entre outros.

Das discussões e divergências se encaminhou para a cisão do partido. Em setembro de 1961, buscando ampliar suas áreas de atuação, o CC do PCB reforma seus estatutos em Conferência Nacional. Com vistas a obter a legalidade de sua legenda, o partido aprova um novo programa e regimento, pelo qual altera o seu nome para Partido Comunista Brasileiro – em vez de Partido Comunista do Brasil – e retira as menções ao marxismo-leninismo e à ditadura do proletariado de seus textos. A ideia era tentar “burlar” os antigos entraves impostos pelo Tribunal Superior Eleitoral à sua legalização⁴². Diante dessas alterações, o grupo divergente da linha política não aceita as mudanças e se afasta da organização. Em fevereiro de 1962, eles se reagruparam no Partido Comunista do Brasil, com a sigla PC do B, e passaram a advogar as tradições comunistas brasileiras, assumindo as resoluções do IV Congresso (1954) e algumas formulações do Manifesto de Agosto de 1950 do antigo PCB⁴³ (SANTANA, 2001, p.96). A partir de então, duas organizações comunistas passaram a conviver e a disputar os flancos da esquerda política no país.

Mesmo sofrendo resistência interna e gerando divergências, a aplicação da linha política pecebista, que se consagrava desde 1954, foi importante para a ascensão do partido no seio da vida política e social do final da década de 1950 e dos primeiros anos da década de 1960. Apesar da condição ilegal, o PCB abriu espaços de atuação e se aproximou do centro de poder, sendo capaz de exercer influência e participar ativamente das disputas políticas que marcaram aquele contexto. Como observa Santana (2001, p.93),

[...] foi a partir das alterações no quadro geral e da mudança de rota proposta na Declaração que os comunistas saíram da clandestinidade e trabalharam suas políticas abertamente, atuando em uma legalidade de fato. Nesse processo, são lançadas duas

⁴² Buscando a legalização da legenda, o PCB buscou ainda as 50.000 assinaturas consideradas pelo Tribunal Superior Eleitoral, necessárias para entrar com o processo de registro da legenda. Os militantes comunistas capixabas conseguiram 1.719 assinantes, representando 2,70% do país, ficando em 8º lugar em número de assinaturas recolhidas nos estados (ALVES; SIMÕES, 1996, p.90).

⁴³ Lembramos que a desejada legalização não ocorre, ficando na ilegalidade até 1985. Ademais, sobre o processo de cisão que resultou da preparação do V Congresso, as acusações dos setores divergentes do CC que fundam o PC do B, além de contrários à linha adotada pelo PCB, atacam o partido de se afastar de suas tradições, e se colocam contrários à mudança de nome. Também acusavam a falta de democracia interna, que permeou o encaminhamento das teses de 1960, outorgadas sem consulta ao partido (MAZZEO, 1999, p.89).

publicações comunistas importantes: a revista *Estudos Sociais* e o semanário *Novos Rumos*; reuniões dos diversos níveis hierárquicos são realizadas nas sedes do partido; acordos políticos garantem a candidatura e eleição de comunistas sob a legenda de outros partidos nas eleições de 03 de outubro. Os comunistas lançam-se na luta pela obtenção de sua legalidade. O PCB ia, novamente, integrando-se ao cenário político institucional.

Sob as orientações táticas e estratégicas do V Congresso (1960), o PCB se inseriu no panorama das disputas eleitorais presidenciais de outubro de 1960. Enfatizando a união de forças patriotas e democráticas e almejando o retorno à legalidade, o PCB se aliou ao PTB na Frente Nacionalista, apoiando a candidatura de Marechal Henrique Lott à presidência. A derrota desse militar e a vitória de Jânio Quadros representaram, na visão do partido, apenas um interregno do processo revolucionário nacional-democrático em curso. A partir de então, caberia às forças populares pressionar o governo e evitar o retrocesso político (SANTANA, 2001, p.94-95).

Em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou ao cargo, em uma atitude que, para alguns historiadores, seria uma manobra golpista mal sucedida do próprio presidente, que sob a forte pressão oposicionista e sem apoio no Congresso, tentava comover a sociedade com o abandono do cargo, comoção que, de fato, não ocorreu (AQUINO, 2001; FERREIRA, 2007). A saída do presidente eleito abriu um período de crise política e militar envolvendo a tentativa dos Ministros Militares, junto de setores da UDN e do Exército, de barrar a posse do vice-presidente João Goulart (PTB), rompendo com as regras constitucionais.

Nesse contexto de ameaça à ordem democrática, o PCB apoiou a posse de Jango. O partido se articulou a outros setores para defender a legislação democrática. Assim, seus militantes integraram a campanha pela legalidade liderada pelo líder petebista gaúcho, Leonel Brizola⁴⁴, que exerceu forte movimento de pressão pela posse de João Goulart, o que acabou por ocorrer em 07 de setembro de 1961 (MAZZEO, 1999, p.90).

Segundo Santana (2001, p.96), a posse de Jango, naquele momento, era vista como positiva pelo PCB, na medida em que o presidente levaria consigo o programa nacionalista para resolução dos problemas nacionais e seus compromissos com o povo brasileiro, expressados

⁴⁴ No auge da crise militar que sucedeu à renúncia, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul pelo PTB e cunhado de Jango, articulou uma cadeia de rádio contra a conspiração golpista, conhecida como “Rede da Legalidade”. Para além desse mecanismo midiático, o movimento pela legalidade foi fomentado por partidos políticos, inclusive por setores da UDN; governadores, sindicatos, organizações estudantis, imprensa, movimentos operários, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e parte do Exército brasileiro. Tal campanha exerceu importante pressão contra os grupos golpistas naquele momento, e contribuiu para assegurar a posse de Jango (AQUINO, 2001, p.632).

principalmente na plataforma das “Reformas de Base”⁴⁵. Durante o governo João Goulart (1961-1964), os pecebistas continuaram acreditando na viabilidade da revolução democrático-burguesa, fazendo uma leitura conjuntural que evidenciava o avanço da democratização, das forças nacionais, das reformas sociais e das massas (CARONE, 1982, p.9-10). Ao mesmo tempo, o partido vislumbrava que as raízes nacionalistas de Jango favoreceriam a consolidação de um capitalismo nacional autônomo, que, junto da democracia, seria fator fundamental para o combate ao imperialismo e para a etapa seguinte da Revolução Brasileira: a tomada do poder pela classe proletária (MAZZEO, 1999, p.90).

Nesses termos, e seguindo uma aproximação que se dava desde os anos 1950⁴⁶, o partido apoiou o presidente na maior parte desse período. Ao analisar essa relação, Santana (2001, p.139) afirma que, embora o PCB apontasse os limites do elemento progressista de Jango, sua direção confiava que, por meio de uma pressão sindical atrelada à sua linha política, o partido conseguiria utilizar o Chefe do Executivo da época para submeter a ala conservadora do Congresso Nacional e aprovar as reformas de base. Ao mesmo tempo, João Goulart também funcionaria como escudo contra um possível movimento reacionário, já que, visando os seus próprios interesses e dos setores que representava, ele se postaria a combater ameaças golpistas. Assim, o partido via, na aproximação com os centros de poder constitucionalmente vigentes, o caminho para alcançar seus objetivos.

No entanto, em um contexto no qual as forças políticas cada vez mais se polarizavam e se radicalizavam, dificultando acordos e compromissos (FERREIRA, 2007, p.523), é importante ressaltar que o apoio do PCB a Jango não foi irrestrito, e pendulou de acordo com as posições à esquerda ou à direita tomadas pelo presidente (SANTANA, 2001, p.96-97).

Nessa direção, o PCB buscou expandir sua influência, tentando, mesmo que na ilegalidade, conquistar cadeiras parlamentares para os seus membros visando ampliar as chances de confrontar os polos conservadores do governo e intervir diretamente nas decisões políticas nacionais. Segundo Santana (2001, p.98), nas eleições de outubro de 1962, o PCB conseguiu, por meio de outras legendas, eleger deputados federais e estaduais, possibilitando a Prestes declarar que 17 dos 409 membros da Câmara dos Deputados pertenceriam ao PCB. Assim, alimentava-se o otimismo pecebista considerando o quadro positivo no campo do movimento social e no institucional, o que gerava certa euforia.

⁴⁵ As reformas de base se fundamentavam em um conjunto de medidas que visavam a modificações na estrutura socioeconômica nacional, como reforma agrária, tributária, administrativa, bancária, educacional e urbana (AQUINO et. al., 2001, p.638).

⁴⁶ Sobre a aproximação entre João Goulart e o PCB, ver Ferreira (2007).

No âmbito das batalhas congressistas, o PCB ainda se inseriu na Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), somando-se a outros setores (socialistas, católicos, petebistas e udenistas nacionalistas) que se identificavam com as propostas nacionalistas e progressistas, principalmente em defesa das reformas de base⁴⁷ (AQUINO, 2001, P.641). Nesse Bloco Parlamentar, estava inserida a figura de Ramon de Oliveira Netto, filiado ao PCB, mas abrigado sob a sigla do PTB e reeleito nas eleições de 1962. De acordo com Ueber José de Oliveira (2013, p.93), o referido Deputado Federal capixaba era uma das lideranças da FPN e atuava de forma bastante combativa no Congresso Nacional, sendo autor de projetos de lei polêmicos à época, como o substitutivo de reforma agrária e a lei de remessas de lucro ao exterior.

No campo dos movimentos sociais, Segatto (1989) aponta que a leitura realizada pelo PCB sobre os primeiros anos da década de 1960 identificava o avanço de forças nacionais, democráticas e populares, que almejavam reformas econômicas, políticas e sociais para o país. Nesse contexto, através do trabalho de massas e se inserindo em diversas instituições, os pecebistas assumiram papel de destaque na direção das lutas sociais e políticas do período, sendo fundamentais no movimento de trabalhadores urbanos e rurais e nas mobilizações pelas reformas sociais.

Nessa direção, o PCB aplicou sua política frentista ao se integrar à Frente de Mobilização Popular (FMP). Liderada por Brizola, a FMP reunia setores da esquerda brasileira como a União Nacional de Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), e adotava a estratégia do confronto, denunciando a política de conciliação do governo e pressionando-o para a promoção das reformas de base (FERREIRA, 2007, p.523)

A inserção do PCB dentro dos movimentos do cenário político e social teve como eixo fundamental a expansão do partido no seio dos movimentos sindicais. Entre 1954 e 1964, o partido reforçou sua inserção no setor e participou intensamente, por meio de suas entidades representativas, de todos os movimentos decisivos do cenário político na entrada dos anos sessenta (SANTANA, 2001, p.89).

Nessa conjuntura, o PCB buscou efetivar o princípio de unidade dos trabalhadores tentando ocupar e criar organizações pluriclassistas que articulassem em nível superior as mobilizações

⁴⁷ Esse agrupamento se postou como importante polo de oposição à bancada conservadora formada por UDN e PSD que dominaram o Congresso a partir das eleições de 1962, quando passam a ocupar 64% das cadeiras da Câmara Federal, dificultando os avanços progressistas do governo (AQUINO, 2001, p.641).

operárias. Isso se refletiu na atuação do partido no sentido de ocupar a direção de intersindicais como fez na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a maior e mais estruturada daquele contexto; no Pacto de Unidade e Ação (PUA), entre outras. Ao mesmo tempo, liderou a criação, em 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade de âmbito nacional que comandou os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores urbanos naquele momento e exerceu significativa influência nos rumos políticos do período⁴⁸ (SANTANA, 2001, p.100).

O crescimento da influência do PCB no seio das lutas sindicais também ocorreu na medida em que o partido reforçou sua aproximação com outros setores de esquerda, principalmente da ala progressista e nacionalista do PTB. Por meio dessa aliança e do trabalho de sua militância operária, o partido aumentou sua influência nos locais de trabalho e nos sindicatos e com significativo sucesso, e ampliou a inserção do movimento sindical na vida política do país. Mesmo com diferenças expressas, a união de esforços desses setores ampliou a ressonância do segmento *combativo* do operariado que buscou enfrentar e desarticular as forças conservadoras pelegas do movimento de trabalhadores. Assim, a tendência combativa do movimento, liderada por pecebistas e trabalhistas, visava, principalmente, democratizar a estrutura sindical oficial e libertá-la do controle do Estado brasileiro (SANTANA, 2001).

A partir do início dos anos 1960, o PCB buscava capitalizar a força política dos espaços sindicais para reforçar o seu próprio capital político, aproveitando-se da ascensão do movimento operário. A relação do PCB com tais espaços é bem definida por Santana (2001, p.112). Ele afirma que “os comunistas convertiam o poderio sindical em peso político e recebiam de volta sustentação para o aumento de seu poderio sindical, que seria convertido, posteriormente, em mais apoio político”. Dessa forma, o aumento da influência do PCB sobre significativa parcela do operariado brasileiro foi utilizada pelo partido como ponto de apoio para conquista dos seus objetivos políticos gerais.

Nesse aspecto, o papel exercido pelo CGT para os objetivos do PCB inicia-se a partir de 1962. Durante o governo Jango, o CGT, ao mesmo tempo em que defendeu os interesses específicos dos trabalhadores em âmbito nacional, atuou destacadamente como instrumento de negociação e pressão sobre o governo em vários momentos de elevada tensão política.

⁴⁸ É importante ressaltar que a experiência na luta campesina também possibilitou a inserção dos militantes do PCB nos movimentos de trabalhadores rurais, organizando e conscientizando as massas do campo para a luta pela reforma agrária. Dessa forma, o partido hegemonizou a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), central criada em 23 de dezembro de 1963 e que unificou grande número de sindicatos rurais de todo o país (SEGATTO, 1989, p.110).

Liderando essa entidade intersindical com a esquerda petebista, o partido a utilizou como um espaço institucional de aplicação do seu programa partidário tanto no campo da luta dos trabalhadores quanto na luta política geral.

Segundo Santana (2001), o CGT ascendeu rapidamente à liderança do movimento sindical nacional, transformando-se no espaço superior de representação dos trabalhadores até o seu fechamento em 1964. No plano da política geral, o CGT trouxe os sindicatos para o cenário político ao mobilizar os trabalhadores, principalmente por meio das greves, para pressionar o governo – tanto o presidente, quanto o parlamento – a aprovar as reformas estruturais. Mas também é acionado a se posicionar em situações de corte aparentemente restrito à política.

São exemplares desse tipo de postura da entidade, suas mobilizações no processo de luta pelo retorno ao sistema presidencialista no país. Em setembro de 1961, como “saída de compromisso” para a crise militar que se abriu após a renúncia de Jânio Quadros, Jango assumiu a presidência dentro de um regime parlamentarista, que limitava seu raio de ação no Executivo, e, assim, atendeu, em parte, às intenções dos Ministros Militares que tentaram impedir sua assunção ao cargo. Um plebiscito para decidir acerca da mudança ou não do sistema político ficou marcado para 1965, mas sob a pressão popular e de parte dos chefes militares, a consulta acabou sendo antecipada para 06 de janeiro de 1963. Como resultado, a população brasileira optou pelo retorno ao presidencialismo (AQUINO, 2001).

Nessa vitória de Jango, pesou a influência dos movimentos e das organizações populares do período, com destaque para a atuação do CGT. Assim como pensavam o PCB e seus aliados, essa organização entendia que a retomada das prerrogativas presidenciais por Jango permitiria que este superasse os entraves conservadores do Congresso para aprovar o seu programa reformista (SANTANA, 2001, p.117-118). É dessa forma que o órgão intersindical atuou como movimento de pressão pela antecipação do plebiscito e engrossou a campanha pelo retorno do sistema presidencialista. Nesses termos, ficava clara a influência da linha política do PCB sobre a intersindical na medida em que, além desse caso, ela apoiou a luta pelo desenvolvimento do país, pelas reformas de base e pela formação de um governo nacional e democrático, reproduzindo pautas essenciais da linha partidária pecebista.

Assim, é possível compreender que o PCB tinha no CGT, entre 1962 e o golpe de 1964, o seu espaço privilegiado para atuação como esquerda institucional. O órgão pode ser compreendido como instrumento de difusão e defesa do seu programa nacional, democrático e reformista. Ao mesmo tempo, vivendo ainda uma *legalidade de fato*, a participação e

liderança do partido sobre a entidade criava uma via aberta de acesso aos centros decisórios da política nacional. Foram diversos os momentos, mesmo nesse curto período, que o CGT negociou de forma autônoma com Jango, por exemplo, em relação ao fim de greves, impondo condicionantes a partir das propostas e demandas políticas dos trabalhadores e da sociedade em geral. O apoio do CGT ao governo acontecia de acordo com o posicionamento e as promessas do Presidente em torno da efetivação das reformas estruturais que, na visão da entidade e do PCB, consequentemente, abririam caminho para a melhoria das condições de vida do proletariado nacional.

Diante disso, compreendemos que o movimento de massas preconizado pelo partido para pressionar a uma guinada progressista do governo tinha, no CGT, seu centro de ação e um espaço fundamental para o partido influenciar, na ilegalidade, a vida política nacional.

O CGT ainda participou como instrumento de pressão do PCB em momentos decisivos do contexto que diretamente precedeu e contribuiu com a efetivação do golpe civil-militar de março de 1964. A entidade apoiou o chamado “Levante dos Sargentos”, em setembro de 1963, o qual abriu um sério questionamento dos setores conservadores em torno da quebra da disciplina nas Forças Armadas e da capacidade de João Goulart garantir a ordem social e política do país (FERREIRA, 2007). Ela ainda se posicionou contra as propostas dos Ministros Militares para a instalação de um estado de sítio que se seguiu ao movimento dos suboficiais, negada por Jango. Nos primeiros meses de 1964, a organização representou a pressão do PCB por um posicionamento mais efetivo do presidente para superar o conservadorismo no Congresso e operar a instalação das medidas reformistas. Em março de 1964, o mesmo respondia com discursos e posturas aparentemente mais radicalizadas à esquerda⁴⁹.

A partir do quadro aqui apresentado, podemos perceber que, como afirma Segatto (1989, p.111), na primeira metade da década de 1960, a política empregada pelo PCB levou o partido para além das lutas dos trabalhadores urbanos e rurais. Com isso, a organização esteve no seio de um movimento nacional e popular que envolvia diversos setores políticos da sociedade

⁴⁹ Para Ferreira (2007), Jango radicalizava sua postura à esquerda na medida em que se encontrava sem apoio do PSD, ao centro, e via galopar a reação da extrema direita civil da UDN e do meio militar, que se articulavam para conter o crescimento dos movimentos populares. Dessa forma, a radicalização política do período o deixava sem alternativas e possibilidades de costurar acordos, restando-lhe se apoiar em suas bases históricas: as esquerdas e o movimento sindical. É nesse sentido que se compreende a mudança de tom de seu discurso em torno das reformas de base, tentando, com a pressão das massas, forçar o Congresso a aprová-las. Imagem síntese desse processo de enfrentamento que acelera o golpe de 31 de março de 1964 pode ser identificada no comício presidencial de 13 de março desse ano, na Central do Brasil, quando o presidente anunciou várias medidas reformistas, acentuando as hostilidades dos grupos conservadores.

brasileira. A influência comunista sobre os estudantes, as correntes nacionalistas das Forças Armadas e os intelectuais era significativa. Dessa forma, na medida em que a luta nacional popular se aprofundava, a proposta política do PCB, baseada na resolução das questões agrária, nacional e democrática, era absorvida e defendida como bandeira por amplas camadas da sociedade civil, chegando mesmo a ser identificada com a política do Estado a ser realizada pelo governo.

No entanto, apesar desse caminho reformista, moderado, pacífico, legal e institucional como via transformadora, o partido sofreu, junto com o Presidente João Goulart, mais um duro golpe em sua história. Avançando e crescendo organizativamente junto a outros agrupamentos e movimentos populares de esquerda na sociedade, as ações do partido entre 1960 e 1964 podem ser identificadas como uma das fontes que alimentaram o discurso e as representações anticomunistas, as quais eram usadas para legitimar a conspiração golpista levada a cabo no início de 1964 por membros da elite política civil e de comandos militares das Forças Armadas contra o Governo Jango (1961-1964). Assim, participando e influenciando ativamente do cenário político nacional no início dos anos 1960,

[...] a turbulência se deu de tal forma que a ameaça do que se chamou “república sindicalista” foi utilizada como uma das justificativas pela precipitação do golpe militar de 31 de março de 1964 [...] [que] impediu que o esforço dos comunistas fosse recompensado e em vez das reformas de base, eles viram a implementação de um governo militar que vai transformar o Brasil; porém, não na direção pretendida pelo PCB. Ao partido e [aos] seus militantes, mais uma vez, caberá a prisão, a clandestinidade e o exílio (SANTANA, 2001, P.89-100).

3. O PCB E A DITADURA MILITAR: A LUTA INSTITUCIONAL NOS LIMITES DO ESTADO AUTORITÁRIO (1964-1974)

O golpe civil-militar iniciado na madrugada do dia 31 de março de 1964, que resultou na deposição do então Presidente João Goulart (PTB), foi o marco limiar de um novo período da história política brasileira. A partir de então, ergueu-se um sistema político caracterizado, em sua essência, por princípios e práticas autoritárias que interromperam o processo democrático iniciado em 1945. Dessa forma, entre 1964 e 1985, o Brasil vivenciou vinte e um anos de ditadura militar, marcada pelo autoritarismo explícito na legislação que fundamentava as ações repressivas policiais, a censura, o controle do processo político e a concentração dos poderes republicanos no Executivo Federal tutelado pelas Forças Armadas Brasileiras (COUTO, 1999, p.41).

Apesar do caráter ditatorial desse regime político, alguns pesquisadores (KINZO, 1988; ALVES, 2005; OLIVEIRA, 2013) enfatizam que a forte centralização das decisões políticas na esfera do Executivo Federal e as medidas repressivas lançadas pelo Estado autoritário não implicaram na dissolução completa dos espaços institucionais de atividade política formal. Nesse sentido, consideram que a institucionalidade construída ao longo da história da ditadura militar brasileira (1964-1985) não determinou, diretamente, o fim imediato dos horizontes e disputas que movimentavam as classes políticas brasileiras, principalmente, nos âmbitos regional e local, isto é, nos estados e municípios do país.

Assim, consideramos que, mesmo sujeitos às restrições impostas por um regime militar autoritário, os setores políticos de oposição buscaram se inserir e contribuir na construção de campos legais de atuação no combate ao Estado que os reprimia.

A formalização destes aspectos pertinentes à relação entre Estado e partidos políticos durante a vigência da ditadura militar no país, são resultantes do processo de construção do seu arcabouço institucional, ou seja, a sua institucionalização. Nessa direção, coadunamos com a definição da pesquisadora Maria D'Alva G. Kinzo (1988) para tal processo. Segundo a autora, a partir de 1964, o regime militar autoritário brasileiro se institucionalizou de forma *híbrida*, isto é, combinando elementos arbitrários de uma nova institucionalidade com elementos constitucionais da experiência democrática que vigorou desde 1946.

Neste caminho, para Kinzo (1988), as forças militares que assumiram a direção do processo político brasileiro e, principalmente, os setores moderados e legalistas dos quartéis, vislumbraram institucionalizar o que julgavam “Revolução” iniciada com o golpe de 1964.

Isso significava incorporar à ordem constitucional do país, os princípios e objetivos “revolucionários” que legitimavam a derrubada do presidente João Goulart (PTB). Dessa forma, a ideia era criar um sistema político que dito *democrático, estável, seguro e protegido* das forças políticas “corruptas e subversivas”, que supunham estar disseminadas na sociedade e no interior da classe política.

Nesses termos, para os setores militares e civis que participaram da coalizão golpista, caberia às novas forças no poder criar condições políticas para a institucionalização de uma *democracia tutelada ou restrita*, pela qual moldariam uma fachada democrática para o Estado autoritário que se instituíra. Ao mesmo tempo, a institucionalização possibilitaria aos golpistas civis, espaços para manutenção de suas carreiras políticas⁵⁰ (KINZO, 1988).

Partindo desses pressupostos e considerando que “[...] as organizações partidárias sofrem pressões para se adaptar à fisionomia institucional do regime político [...]” (PANEBIANCO, 2005, p.405), neste presente capítulo, nos concentramos em discutir os aspectos históricos do processo de institucionalização do regime militar no Brasil e seus impactos sobre a organização da vida política nacional e no Espírito Santo entre os anos 1964 e 1974. Consideramos que, nesse período, foram constituídos elementos basilares da institucionalidade ditatorial que vigorou no país entre 1964 e 1985.

Dessa forma, buscamos compreender os limites e possibilidades estabelecidos pelo sistema político construído a partir do golpe civil-militar para a atuação dos diferentes atores e organizações interessados nas disputas políticas no campo político formal, principalmente, na esfera político-partidária, e de oposição, até o final do governo do General Emílio Garrastazú Médici (1969-1974). Assim, intentamos esboçar um panorama acerca do campo de atividades políticas formais possíveis, no qual o Partido Comunista Brasileiro (PCB) vislumbrou e buscou ocupar como espaços de atuação de oposição ao regime, principalmente, no âmbito das disputas político-partidárias, mesmo vivendo sob a experiência da ilegalidade e da clandestinidade que lhe estavam impostas. Sobre sua atuação no Espírito Santo, tentamos esboçar o cenário de desarticulação que se abriu à organização nos 10 primeiros anos de ditadura militar.

⁵⁰Segundo Kinzo (1988), a tentativa de construir uma fachada democrática diante do cenário internacional – principalmente dos Estados Unidos – visava eliminar o risco da perda de credibilidade e do apoio econômico do qual o país dependia.

3.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR ENTRE 1964 E 1974

Em 02 de abril de 1964, por meio de uma manobra política, o presidente do Congresso Nacional, o então senador Auro de Moura Andrade (PSD-SP), declarou vago o cargo da Presidência da República. Em nome do Parlamento e de todos os brasileiros, o senador justificava a vacância denunciando o “abandono” do posto e do país pelo então presidente João Goulart (PTB), o que feria os preceitos da Constituição Federal de 1946. Assim, a obra golpista iniciada pelos movimentos militares da madrugada de 31 de março daquele ano era concluída pelos políticos civis. Dessa maneira, foi por meio de suas próprias instituições que a democracia brasileira entrou em agonia.

Apesar do discurso democrático e do cenário de aparente normalidade constitucional, exemplificado na ascensão do líder da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzili à Presidência, o Alto Comando militar envolvido no golpe buscou se articular para, já nos primeiros momentos, assegurar o controle do processo político e construir as condições políticas necessárias para consecução dos objetivos “revolucionários”. Nesse caso, falava-se em uma “operação limpeza” que eliminasse os políticos populistas e “corruptos” ligados ao presidente deposto, considerando-os “focos” de “ameaça comunista”, tal medida visava “proteger” a democracia e a sociedade brasileira.

Dessa forma, o General Arthur Costa e Silva, então comandante do Exército, criou, em 02 de abril de 1964, o “Comando Supremo da Revolução”, instituição comandada por ele, pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica) e pelo vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha). A partir de então, observou-se que “Ranieri Mazzilli funcionava como ‘testa de ferro’, estando o poder nas mãos do Alto Comando da Revolução [...]” (ALVES, 2005, p.63).

Pesquisadores como Carlos Fico (2004) e Marcos Napolitano (2014) apontam que, já de início, as movimentações políticas indicavam a escalada dos militares ao poder e a institucionalização de um novo regime de caráter autoritário. Esses rumos ficaram claros especialmente a partir de 09 de abril de 1964, quando o Comando Supremo da Revolução decretou o Ato Institucional nº1 (AI-1), o primeiro de uma série de outros “atos” que o seguiram ao longo da história do regime militar.

Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005, p.67-68), o AI-1 foi o primeiro instrumento jurídico voltado para a institucionalização de um novo Estado. Tinha como orientação fortalecer o Poder Executivo Federal, atribuindo ao mesmo, competências, outrora, exclusivas

do Legislativo. Destaca-se, entre elas, a possibilidade do Presidente poder introduzir Emendas Constitucionais.

Visando a efetivação da “operação limpeza”, o AI-1 permitiu a suspensão temporária das garantias de imunidade parlamentar, no prazo de sessenta dias após empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, poderia suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, sem a apreciação judicial desses atos. Com objetivo de “limpar” também o funcionalismo público e militares contrários à “Revolução”, suspenderam-se, por seis meses, as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade, abrindo a possibilidade legal para demissões, aposentadorias compulsórias, transferências, e colocar na reserva ou reformar burocratas civis ou militares. O ato também estabeleceu a criação dos inquéritos para julgar crimes contra o Estado e seu patrimônio, e a ordem política e social, ou de Atos de “guerra revolucionária”⁵¹. Daqui se originaram, a partir de 14 de abril de 1964, os chamados Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que permitiu que se punisse arbitrariamente, geralmente sob coordenação de coronéis do Exército, milhares de cidadãos brasileiros ao longo do regime militar (FICO, 2004).

A primeira lista de políticos cassados foi divulgada já no dia seguinte à promulgação do AI-1. Encabeçava o documento, o ex-presidente Jango, seguido de mais 40 membros do Congresso Nacional. Somava-se, ainda, um rol de 100 pessoas que perderam seus direitos políticos por dez anos (ALVES, 2005, p.67).

Dessa maneira, sob o discurso da “ordem” e da “salvação nacional”, a ditadura militar promoveu a primeira onda de intimidação e controle sobre a atuação parlamentar. No limiar do regime, os expurgos contra o legislativo e partidos políticos tinham como alvos prioritários os representantes do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os maiores e mais fortes partidos da experiência democrática anterior ao Golpe - 1946 a 1964. Assim, naquele momento, as cassações buscaram destruir as bases políticas que fortaleciam aquelas siglas e, por consequência, favorecer à UDN, partido que mais se alinhou à coalizão golpista de 1964. Como resultado, a partir de 1964, observou-se a transformação da

⁵¹ Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005), a concepção de “guerra revolucionária” integrava a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Aquela expressão se referia a um tipo de conflito interno, estimulado ou auxiliado pelo exterior e inspirado geralmente em uma ideologia, e que visava à conquista do poder pelo controle progressivo da nação. Ele nem sempre envolveria a agressão armada, sendo uma guerra ideológica, que poderia assumir formas psicológicas e indiretas de desafiar as políticas de Estado, e se infiltrar no corpo político e social. Neste caso, a guerra revolucionária era vinculada à infiltração comunista capitaneada, internacionalmente, pela União Soviética.

composição parlamentar do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais (ALVES, 2005, p.74-75).

No campo das organizações e movimentos da esquerda, o cenário não foi diferente. Com a instauração das primeiras leis repressivas e autoritárias do novo regime, aqueles foram imediatamente alvos de repressão. O historiador Jacob Gorender (2014, p.79), membro do PCB na época, oferece um “testemunho” do “dia seguinte ao golpe”:

Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisado queimaram a sede da UNE, na praia do Flamengo [...] algumas centenas de políticos, sindicalistas e professores tomaram o caminho do exílio. Em uns tantos casos, sem motivação senão a do pânico. Uma parte dos militantes cessou a atuação política, ao menos momentaneamente [...]

As mudanças institucionais apresentadas pelo AI-1 e as medidas repressivas que o mesmo regulamentava também alteraram diretamente o sistema de poder. Sua normatização foi de encontro ao discurso democrático profanado pelos agentes civis e militares golpistas da “Revolução de 1964”, ao apontar para uma brusca ruptura com os princípios democráticos.

Nesse sentido, segundo Ronaldo Costa Couto (1999, p. 60-61), a edição do AI-1 criava condições para a transferência do poder aos militares. Ademais, ao Executivo, foram atribuídos poderes excepcionais, sobrepondo-o ao Legislativo e ao Judiciário. Nesse sentido, Maria Helena Moreira Alves (2005, p.65) fez interessante interpretação sobre tal legislação:

Sentia-se, com toda evidência, a necessidade de institucionalizar um novo aparato que apoiasse a ‘revolução’. Já no preâmbulo do primeiro Ato Institucional define-se a autoridade como decorrente não do povo, mas do exercício de facto [sic] do poder. É o Executivo que ‘resolve’ manter a Constituição e o Congresso Nacional, limitando drasticamente seus poderes. O Congresso derivará sua legitimidade não de seu mandato eleitoral, mas do poder de facto [sic] do Executivo [...]

Nessa direção, vale ressaltar a importância dos atos institucionais no processo de normatização do Estado autoritário construído a partir de 1964. Concordamos com o historiador Marcos Napolitano (2014), quando afirma que os instrumentos jurídicos, os decretos presidenciais – secretos ou não – e atos complementares cumpriram, ao longo da história da ditadura militar, a função de, paulatinamente, reforçar o Poder Executivo e legitimar juridicamente a rotina autocrática que se expandia. Nessa direção, os inúmeros “atos” lançados pelos presidentes militares, até 1977, serviram aos chefes do executivo como um mecanismo que os permitiram manter sob sua *tutela* o sistema político e a sociedade, ao

mesmo tempo em que legitimavam o exercício do poder, já que o seu próprio lugar na hierarquia institucional emanava da norma⁵².

A percepção desse aspecto pelos políticos civis já no primeiro Ato desembocou em reações diversas. De acordo com Maria Helena Moreira Alves (2005), a decretação do AI-1 gerou uma reação negativa nos segmentos que apoiaram o Golpe, atitude expressa, principalmente, na imprensa da época. Para a autora, o AI-1 rompeu o apoio tácito à coalizão civil-militar, dando origem à dialética Estado/oposição que embasou a institucionalização do regime militar⁵³. Já no campo das oposições, a força da repressão e a velocidade com que os estrategistas do novo Estado trataram de aplicar suas diretrizes desarmaram os setores oposicionistas ao golpe e ao novo governo.

No estado do Espírito Santo, conforme o trabalho do pesquisador Ueber José de Oliveira (2013, p.104-107), o golpe civil-militar não encontrou significativa resistência por parte daqueles que defendiam o Presidente João Goulart e as Reformas de Base. As forças políticas capixabas do PSD e da Coligação Democrática (CD) aderiram ao golpe, com exceção da Ala Progressista do PTB. Na Assembleia Legislativa capixaba, dominada por membros do PSD, UDN, PSP e PTB, as posturas eram discretas e não contrárias ao movimento de 1964, refletindo o receio de possíveis cassações políticas. A exceção teria ficado por conta do deputado Mario Gurgel (PTB), que se colocou publicamente contra as novas condições políticas do país. Apesar disso, não houve cassações nos primeiros momentos do golpe no Legislativo estadual capixaba. Já o governador estadual, Francisco Lacerda de Aguiar, o “Chiquinho”, depois de protelar, posicionou-se favorável ao novo governo, mantendo-se no cargo até 1966.

Para eleição do novo presidente da República, o AI-1 estabeleceu o sistema indireto, pelo qual, caberia ao Congresso Nacional enquanto Colégio Eleitoral, definir o novo Chefe do Executivo. Nesses termos, em 11 de abril de 1964, um parlamento já expurgado de 40 membros cassados, e sob um clima de ameaças e incertezas provocadas pela onda de cassações, somente ratificou, como novo presidente, o nome do General Humberto de Alencar Castelo Branco, indicado pelo Alto Comando da “Revolução”. Inaugurava-se, naquele

⁵² Entre 1964 e 1977 foram lançados 17 atos principais e 104 complementares (NAPOLITANO, 2014).

⁵³ Para Alves (2005, p.64) “a coalizão no poder não dispunha de um modelo pronto para todas as estruturas do novo Estado; contava apenas com uma elaborada doutrina, ou ideologia, em que se baseava seu pensamento político. Os interesses econômicos da aliança de classes que apoiou o golpe combinaram-se com elementos desta doutrina para impor ao Estado um caráter autoritário. Mas a efetiva edificação do Estado de Segurança Nacional resultou de um confronto dialético com a oposição. Foi um processo contínuo de reformulação de planos e normas de expansão da abrangência do poder coercitivo”.

momento, o sistema de transferência do Poder Executivo, que só será abandonado com o fim do regime militar e a redemocratização do país (ALVES, 2005, p.67)

Num primeiro momento, o Governo Castelo Branco (1964-1967)⁵⁴ foi concebido como uma transição, uma “intervenção saneadora” no sistema político e na sociedade, visando salvaguardar a democracia brasileira. Apesar do reforço do Poder Executivo e dos mecanismos de controle sobre a vida social e política do país, o primeiro AI-I não eliminou as outras esferas de poder, assim como não tocava no sistema político-partidário, e nas eleições legislativas. Inicialmente, a manutenção desses espaços de representação política-eleitoral respondia à tentativa de construção de uma fachada democrática para a ordem autoritária que se constituía. Além do que, eram mantidos espaços institucionais para atuação política formal dos políticos que apoiaram o golpe e agora se alinhavam ao regime (KINZO, 1988). Dessa forma, apesar das intimidações e restrições, pelo menos até 1965, as antigas forças políticas, inclusive de oposição, encontravam seus antigos canais de atuação e representação política, seja nos partidos, seja nas instituições representativas vigentes.

As perspectivas de “intervenção saneadora” com objetivo de manutenção da democracia ruíram, paulatinamente, diante das subsequentes medidas autoritárias que obscureceram os horizontes democráticos e, assim, frustraram os interesses políticos dos setores civis que contribuíram para o golpe (NAPOLITANO, 2014, p.67). Isso, porque, durante o governo do primeiro presidente-militar, o processo de institucionalização da ditadura militar brasileira avançou.

O funcionamento do processo político sobre as bases institucionais dependia, na visão dos setores golpistas, do êxito de suas medidas repressivas sobre os setores considerados “indesejáveis”. Assim, apesar dos expurgos promovidos contra inúmeros parlamentares do primeiro ano de governo, em 1965, a “limpeza” do Congresso e a construção de uma base parlamentar “confiável” ainda preocupavam o governo militar, e principalmente, os setores

⁵⁴ Inicialmente, de acordo com o AI-1, o mandato presidencial de Castelo Branco teria limite em 1966. No entanto, por meio da Emenda Constitucional nº9, de julho de 1964, este prazo foi prorrogado para 15 de março de 1967.

militares mais radicalizados, à “extrema-direita dos quartéis”, comumente designados como a “linha dura”⁵⁵ (COUTO, 1999, p.68).

Segundo Carlos Fico (2004), os “duros” estavam disseminados pelos diversos escalões das Forças Armadas, atuando sob a forte influência da ideologia anticomunista e inspirados no que define como uma “utopia autoritária”. Ao longo da história do regime militar, esses setores defenderam o aprofundamento ou mesmo a manutenção da política repressiva contra aqueles que consideravam “inimigos” do Estado e da sociedade brasileira. Para tanto, em diferentes contextos, entre 1964 e 1985, pressionaram os chefes do executivo para que criassem condições legais para um maior controle da sociedade. Dessa forma, foram peças importantes no processo de endurecimento da estrutura autoritária do Estado brasileiro a partir do golpe civil-militar.

Nesses termos, podemos compreender o avanço da normatização autoritária, desencadeada a partir de 1965. De acordo com Kinzo (1988), as mudanças legais e institucionais pelas quais passou o sistema político brasileiro, refletiram as incertezas em torno dos caminhos da oposição político-partidária ao regime e da sua atuação nas eleições para governador de 11 estados⁵⁶, previstas para ocorrer em outubro desse ano⁵⁷.

No pleito eleitoral de 1965, as candidaturas da UDN, afinadas com o governo militar, foram derrotadas para candidatos da aliança PSD-PTB, em dois importantes centros do país: no estado da Guanabara, venceu Negrão de Lima; e em Minas Gerais, Israel Pinheiro. Estes candidatos, além de pertencerem aos quadros adversários dos udenistas, eram identificados com o populismo. Isso, porque, estavam ligados à figura de Juscelino Kubistchek, ex-senador que tivera seu mandato cassado pelo regime, em junho de 1965, e passado à oposição em 1965 (NAPOLITANO, 2014, p.83).

⁵⁵ Mariana Joffily (2013, p.25) indica que a expressão “linha dura” designava um “grupo de militares de extrema-direita, disseminados pelos quartéis, que defendiam o uso da violência como instrumento de afirmação do poder”. A autora faz ressalvas em relação ao uso genérico do termo, ao apontar para a dificuldade em polarizar, como comumente é feito, uma ala moderada e outra “dura” no que tange à postura em relação à repressão política do regime. Por exemplo, houve indivíduos normalmente indicados ao primeiro grupo que defendiam, em determinadas circunstâncias, posturas radicais.

⁵⁶ Os estados eram: Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás.

⁵⁷ Antes, segundo Couto (1999, p.68-69), o clima de incertezas descrito teria se prenunciado a partir da vitória do udenista brigadeiro José Vicente Faria Lima para a prefeitura de São Paulo, nas eleições de março de 1965, com apoio do ex-presidente Jânio Quadros, político cassado pelo regime. Tal fenômeno influenciou diretamente para a edição, respectivamente em abril e junho daquele ano, das Emendas Constitucionais nº 12e 14, alterando as regras do jogo político. A primeira instituiu que os prefeitos das capitais dos estados, territórios e estâncias hidrominerais passam a ser nomeados pelos governadores. A segunda estabeleceu a exigência de domicílio eleitoral mínimo para os candidatos a governador e prefeito. Ambas as modificações serão incorporadas no Ato Institucional nº02, decretado pouco depois.

Diante desses resultados, o Governo Castelo Branco imergiu numa crise político-militar, na qual se viu pressionado, internamente, pela direita militar e por lideranças políticas civis golpistas, como Adhemar de Barros (UDN-SP) e Carlos Lacerda (UDN-GB), que exigiam uma posição mais dura em relação ao processo político (KINZO, 1988, p.22-24). Reagindo a essa situação, o então Presidente militar impôs o Ato Institucional nº 2 (AI-2) em outubro de 1965. Por meio dessa norma, o governo aprofundou a restrição às liberdades democráticas, cerceou ainda mais os espaços institucionais de disputa política e reforçou a centralização de poder no Executivo. Nesses termos, Fico (2001, p.74-75) interpretou a decretação do “novo Ato” como o sinal da retomada da operação limpeza, sendo as “derrotas” eleitorais os pretextos para o fechamento do regime, atendendo, assim, ao objetivo principal dos setores extremados dos quartéis.

Para Marcos Napolitano (2014, p.78), o AI-2 representou “a certidão de nascimento” da ditadura militar e marcou “a passagem do governo que se considerava transitório para um regime autoritário mais estruturado”. Por meio do ato, foram lançadas condições legais que permitiram o recrudescimento do processo de coerção e restrição das atividades políticas na sociedade, buscando, principalmente, dificultar atuação dos setores de oposição ao governo e seus aliados, tanto nos movimentos sociais quanto no campo da política formal.

Nessa direção, entre outras regras, o AI-2 manteve o poder do Presidente de suspender direitos políticos, cassar mandatos, dispensar funcionários públicos, determinar o recesso do Congresso Nacional e das casas legislativas estaduais, governar por decretos, e decretar o estado de sítio. Além disso, extinguiu, oficialmente, os partidos políticos existentes criados ao longo da experiência democrática entre 1945 e 1964.

No entanto, o fechamento dos antigos partidos políticos não significou o fim dos espaços de representação política e de luta política formal. Paralelo às medidas restritivas, determinados espaços de atividade política e mecanismos típicos da institucionalidade democrática foram mantidos, e, neste caso, as disputas partidárias não foram abolidas.

Nessa direção, ocorreu o reordenamento do sistema político-partidário brasileiro, concretizado pela imposição do Ato Complementar nº4 (AC-4) pelo presidente Castelo Branco em novembro de 1965. Tal ato estabeleceu os critérios para a formação dos novos partidos, originando a formação do *bipartidarismo*. A intenção era criar uma estrutura que agrupasse em um partido todos os membros do Congresso que endossassem as tendências políticas de sustentação do regime e apoio ao governo; e um fraco partido que agrupasse a oposição e as

forças políticas remanescentes (KINZO, 1988, p.37). Ademais, como aponta Oliveira (2013, p.113), o objetivo da nova institucionalidade forjada pelo regime era garantir o pretendido apoio civil a partir da incorporação das elites políticas, especialmente as regionais, no partido pró-regime.

Em março de 1966, foram oficializadas as novas siglas que passariam a disputar os restritos espaços de representação político-eleitoral. Elas absorveram a classe política brasileira em duas novas agremiações: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), identificada como um partido de situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), numa espécie de “oposição consentida”.

Buscando garantir a continuidade das carreiras políticas e assegurar a participação no jogo político que os aproximaria dos espaços de poder, os políticos brasileiros precisaram adotar uma postura pragmática e superar, num primeiro momento, as diferenças político-ideológicas e as antigas rivalidades de suas siglas para se acomodarem nas únicas agremiações partidárias possíveis (NAPOLITANO, 2014, p.79). Dessa forma, como demonstra os estudos de Kinzo (1988), a principal característica de ARENA e MDB era a sua heterogeneidade política-ideológica.

Nessa direção, no Espírito Santo, a institucionalização do bipartidarismo resultou em rearranjos, mas não significou uma ruptura com o cenário das disputas políticas que vigoraram no Estado no período anterior ao Golpe de 1964. É o que demonstra o trabalho do pesquisador Ueber José de Oliveira (2013), que analisou a configuração e as disputas político-partidárias capixabas no contexto de vigência desse sistema. Sua pesquisa verificou que, apesar das novas condicionantes legais e institucionais, no processo de enquadramento das forças políticas estaduais a partir de 1966, o cenário político capixaba continuou marcado pelas polarizações e rivalidades pretéritas à instalação do regime militar.

Isso porque, no Espírito Santo, a ARENA contou com a adesão majoritária de políticos do PSD e da então CD, recebendo a maior bancada da Assembleia Legislativa, ao lado do PTB. Assim, as principais lideranças políticas estaduais migraram para o interior do partido juntamente com os dois polos que tradicionalmente rivalizavam o poder local entre os anos 1940 e 1960. Doravante, os mesmos passaram a se digladiar no interior do partido governista pelos espaços de atuação política e de poder, como na indicação de nomes de candidatos às eleições para governador, para a composição das Mesas Diretoras da Assembleia, por cargos nas equipes de governo no Executivo estadual, entre outros (OLIVEIRA, 2013).

Já o MDB refletiu, estadualmente, os impactos da instauração de um regime autoritário e das limitações que se impunham à formação do partido de oposição. A classe política capixaba, assim como em âmbito nacional, compreendeu os riscos políticos da adesão ao partido de oposição no contexto de um estado que já mostrava, desde 1964, a sua hostilidade em relação àqueles que desejassem incisivamente questionar e rejeitar os planos políticos prevalecentes. Dessa forma, a agremiação teve dificuldades de se estruturar, na medida em que não conseguiu reunir um número significativo de políticos de peso pertencentes aos antigos partidos dominantes.

No Estado, os quadros emedebistas capixabas foram, majoritariamente, compostos por egressos do PTB, especialmente, parte de sua ala mais conservadora, capitaneada pelo Deputado Federal Argilano Dario. No entanto, também figuraram na formação da oposição formal capixaba figuras de diferentes matizes políticas. Assim, filiaram-se ao MDB a Ala Progressista do PTB, com nomes como os de Mário Gurgel e Ferdinand Berredo de Menezes; petebistas mais moderados, como Saturnino Rangel Mauro, Adalberto Simão Nader; e também um grupo de pessedistas, como Mickeil Chequer e alguns membros da Ala Moça do PSD (OLIVEIRA, 2013).

Dessa maneira, refletiu-se no estado o processo demonstrado por Kinzo (1988), em que havia a preferência pela ARENA por parte dos principais atores do quadro político nacional que buscavam sobreviver politicamente e obter maiores chances de poder. Fato que fortaleceu, num primeiro momento, o partido governista e fragilizou a representatividade do partido de oposição. No entanto, como veremos adiante, apesar das dificuldades em se estruturar organicamente como oposição, tanto em âmbito nacional quanto regional, o MDB se constituiu como um espaço possível para os setores contrários ao regime. Mesmo sendo criada pelo governo e pelas elites parlamentares, ao longo dos anos, a sigla apareceu como um lugar institucional legal no horizonte dos atores políticos e sociais e suas organizações, interessados em combater os governos militares e seus projetos econômicos, sociais e culturais.

Observando o funcionamento do arcabouço institucional instaurado para as disputas político-eleitorais, é preciso considerar que, a criação de uma opção oposicionista oficial pelo Estado autoritário foi contrabalanceada pela manutenção de mecanismos voltados à restrição da participação eleitoral da população brasileira. As medidas impostas pelo AI-2 limitaram as possibilidades de intervenção do eleitorado nacional no sistema político, reforçando um panorama de crescente exclusão dos cidadãos do processo de formação dos governos

(KINZO, 1988, p.65-66). Assim, por exemplo, a norma estabeleceu as eleições indiretas para escolha dos presidentes, via Colégio Eleitoral, formado pela maioria absoluta de membros do Congresso e por delegados dos Legislativos estaduais. O processo de escolha do chefe do executivo se basearia no voto nominal e em sessão pública. Com tais regras e sob o clima de intimidação que pairava sobre grande parte dos parlamentares, criavam-se condições para inibir posturas oposicionistas e combativas nos debates políticos e no processo de escolha dos ocupantes dos cargos de poder.

Segundo Kinzo (1988), a adoção do sistema de Colégio Eleitoral expressava o caráter *híbrido* do regime militar-autoritário, um dos mecanismos da *democracia tutelada* que se tentava normatizar. Por um lado, a eleição e ratificação pelo Congresso dos presidentes militares demonstrava a tentativa de manutenção relativa de um mecanismo democrático. No entanto, as disputas políticas em torno dos candidatos ficavam restritas ao processo de indicação dos nomes por parte do sistema militar. Isso porque, com as arenas parlamentares majoritariamente dominadas pelo partido governista, e com a oposição coagida pelos dispositivos autoritários de que dispunha o Executivo, o nome indicado pelo Presidente em exercício, enquanto representante das Forças Armadas, tinha chances quase que totais de ser confirmado. Ademais, como afirma, de forma categórica, Couto (1999, P.74-76), “[...] o verdadeiro Colégio Eleitoral são as Forças Armadas. A candidatura é, antes de tudo, militar [...] os generais-presidentes [...] são escolhidos para governar em nome do sistema militar [...]”.

Doravante, ao observarmos a trajetória de institucionalização do regime autoritário brasileiro, as seguidas alterações nas regras eleitorais tiveram como objetivo garantir, ao governo, a continuidade deste sistema de transferência de poder, criando medidas que assegurassem o controle das Casas Legislativas pela ARENA, e, mais precisamente, pelo governo militar.

De forma indireta, também seriam definidos os prefeitos de capitais e de cidades consideradas “áreas de segurança nacional” ou estâncias hidrominerais, sendo indicados pelos governadores dos seus respectivos estados. Estes, a partir do Ato Institucional nº 3 (AI-3), de

fevereiro de 1966, passaram a ser indicados pelo Executivo Federal e aprovados pela Assembleia Legislativa Estadual⁵⁸.

No âmbito da configuração do Executivo estadual, os estudos de Oliveira (2013) demonstram como, no Espírito Santo, as limitações impostas à oposição permitiram à ARENA monopolizar, por longo período, o poder de decisão sobre os governadores estaduais, confirmando, em certa medida, o acerto do reordenamento bipartidário. No entanto, ao mesmo tempo, analisando o processo de escolha do candidato, no caso capixaba, o autor demonstra as disputas internas no partido do governo, e neste caso, os antigos confrontos entre PSD e Coligação Democrática. Fica demonstrado em sua pesquisa como as classes políticas, para além da polarização governo-oposição no plano nacional, mediavam forças em torno dos interesses específicos circunscritos na atmosfera e história política regional e local. Assim, as lideranças políticas estaduais e municipais movimentavam a vida político-partidária, disputando espaços de poder na defesa de suas tradições e projetos, permitindo-nos superar a ideia de uma atuação política artificial por parte dos atores políticos.

Em novembro de 1966, ocorreram as primeiras eleições baseadas no novo sistema bipartidário para o legislativo federal e estaduais. Nesse pleito, a ARENA venceu o MDB no Senado com 57% dos votos, na Câmara com 64% dos votos e nas Assembleias Legislativas também com 64% dos votos válidos. Dessa forma, expressava-se o êxito das reformas político-partidárias empreendidas do governo militar. Por outro lado, atestava-se a fragilidade do novo partido de oposição naquele momento (COUTO, 1999, p. 80).

No Espírito Santo, antes das eleições legislativas, as disputas no campo da política formal estiveram envoltas pela sucessão do governador. Seguindo as regras do AI-3, a ARENA definiu pelo nome de Christiano Dias Lopes como novo Governador do estado. A importante liderança arenista daquele momento assumiu o posto a partir de fevereiro de 1967.

Nas eleições majoritárias para o legislativo federal, estadual e municipal, o resultado confirmou a eficiência dos mecanismos de castração da oposição emedebista e o

⁵⁸ Segundo as regras eleitorais vigentes, caberia ao governador em exercício, os senadores, os deputados federais e estaduais da unidade da federação elaborarem previamente uma lista tríplice e enviar ao governo Federal para aprovação do nome dos candidatos ao cargo de governador. Depois, caberia à Assembleia Legislativa eleger, como Colégio Eleitoral, entre os três, o novo Chefe do Executivo estadual. Não havia qualquer impedimento legal para uma candidatura da oposição. No entanto, diante de um contexto de forte intimidação política do regime de exceção e com espaços de poder, majoritariamente, dominados pela Arena, neste momento, as condições políticas favoreciam a candidaturas encabeçadas por lideranças locais arenistas. No processo eleitoral de 1966, no Espírito Santo, três nomes foram enviados pelo Diretório Regional da ARENA à presidência da República, que, por final só referendou os nomes de Dias Lopes, e do Senador Raul Gilberti. Em julho de 1966, em Convenção Regional, os políticos arenistas, praticamente, decidiram pelo nome do primeiro. Sobre mais detalhes desse pleito, ver Oliveira (2013).

fortalecimento das bases governistas com a consagração do domínio arenista nos espaços de poder no Espírito Santo. Para a Câmara Federal, ARENA e MDB inscreveram suas chapas, com 10 e 07 candidatos, respectivamente ⁵⁹. O partido do governo conquistou 06 das 08 vagas. A oposição garantiu a vitória de Mário Gurgel e a reeleição de Dirceu Cardoso como deputados federais. Para o Senado, a ARENA venceu com Carlos Lindenberg.

Na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, o MDB conseguiu 13 das 43 cadeiras em disputa, consagrando a maioria arenista também no parlamento estadual. Nos pleitos municipais, a supremacia da ARENA foi confirmada, uma vez que o partido elegeu 43 prefeitos enquanto o MDB conquistou 10 prefeituras. O resultado foi semelhante nas Câmaras Municipais, considerando os dados totais, os arenistas conquistaram 361 vagas (71,48%). Na prefeitura da capital Vitória-ES, seguindo as regras do AI-3, o governador Dias Lopes indicou um ex-udenista e rival político, Setembrino Pelissari⁶⁰.

Apresentados esses resultados, naquele momento, mostrava-se exitoso o novo arranjo institucional no sentido de assegurar uma base de apoio civil ao governo militar, restringindo os espaços decisórios às forças políticas dispostas a se alinhar ao governo, tanto em âmbito federal, quanto regional. No entanto, a partir de 1966, o caráter ditatorial, cada vez mais evidente do regime, estimulou o crescimento de uma onda oposicionista, por parte de setores liberais e de esquerda na sociedade civil, e a dissensão de políticos conservadores que até então apoiavam o regime.

Segundo Napolitano (2014), no governo Castelo Branco se desenvolveu um processo de esgarçamento da coalizão golpista civil-militar formada em 1964. Neste sentido, a partir de 1965, e especificamente do AI-2, algumas das lideranças civis que participaram do golpe, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, assistindo ao fechamento do regime e vendo os seus interesses político-partidários ameaçados, romperam com o governo militar e passam a se opor ao mesmo. Em outubro de 1966, Lacerda e JK, outrora grandes inimigos políticos, articulam a *Frente Ampla*, dando origem a um bloco de resistência parlamentar aos projetos políticos e econômicos do regime militar. A partir de meados de 1967, esta frente política passou a contar também com o apoio João Goulart e demarcou forte oposição no Congresso Nacional às propostas de governo.

⁵⁹Pelo MDB inscreveram-se Mário Gurgel (ex-PTB), Argilano Dario (ex-PTB), Dirceu Cardoso (ex-PSD), Gilson Caroni, Meroveu Pereira Cardoso Junior, Manoel Moreira Camargo, Humberto P. de Vasconcellos (OLIVEIRA, 2013, p. 161)

⁶⁰Dados eleitorais retirados da pesquisa de Oliveira (2013).

Assim, em 1967, além das pressões internas por parte dos setores da extrema-direita militar, Castelo Branco, passou a enfrentar uma crescente pressão da sociedade civil, principalmente do movimento estudantil. Como resposta, criou medidas que avançaram o processo de institucionalização autoritária do regime. Em janeiro desse ano, o governo revogou a Constituição de 1946 e fez aprovar no congresso dominado pela ARENA, uma nova Carta Constitucional: a Constituição Federal de 1967 que incorporou a legislação implantada pelos atos institucionais anteriores. Desse modo, confirmou o Executivo como uma espécie de “suprapoder”, conferindo-lhe o direito exclusivo de legislar sobre segurança nacional e finanças públicas, e lhe facultou a proposição de Emendas Constitucionais. Mantiveram-se as eleições indiretas para o cargo de presidente e o sistema bipartidário vigente⁶¹.

Nestes termos, Castelo Branco determinava os últimos atos de seu governo com um discurso moderado e afirmando o compromisso com a democracia e a “devolução” do poder aos civis. O primeiro presidente militar erigiu legal e institucionalmente a ditadura militar brasileira. Como afirma Couto (1999, p.82), politicamente, sua passagem deixou como legado aos seus sucessores uma institucionalização autoritária avançada e um país reconstitucionalizado, dentro da visão e dos limites do sistema militar. Criou mecanismos legais para o controle do Executivo Federal pelas Forças Armadas e, principalmente, pelo Exército brasileiro. O processo de normatização do regime iniciado em abril de 1964, e consolidado em 1967, havia deslocado a essência da atividade política para o meio militar.

Analisando o processo de institucionalização do regime militar, Maria D’Alva G. Kinzo (1988) afirma que o governo Castelo Branco (1964-1967) representou uma tentativa inicial e fracassada da construção de uma *democracia tutelada*. O primeiro presidente militar tentou governar dentro da antiga ordem constitucional ao mesmo tempo em que buscou reformá-la e adaptá-la aos ideais “revolucionários” de 1964. Seus atos revelavam a ambivalência entre manter mecanismos democráticos e instituir um sistema político protegido sob um arcabouço legal autoritário. Na direção da institucionalização de uma *democracia restrita*, Castelo Branco fracassou. Em sua ambivalência oriunda de seu caráter híbrido, o regime enfrentou crises que atrapalharam a evolução de sua institucionalização, resultantes de pressões por parte daqueles que desejavam o reforço de sua face autoritária e, por outro lado, por parte da sociedade civil que defendia a retirada dos militares do poder. Assim, enfraquecido nos

⁶¹ O aparato legal repressivo também foi reforçado. Em fevereiro, erigiu-se uma Lei de Imprensa. Em seguida, uma nova Lei de Segurança Nacional (decreto lei nº 314 – março de 1967) e o Conselho de Segurança Nacional foram instituídos. Sobre o aparato legal da repressão durante a Ditadura Militar no Brasil, ver a obra “No centro da engrenagem” (2013), de Mariana Joffily.

quartéis e com frágil legitimidade social devido ao seu autoritarismo e as suas medidas econômicas, o primeiro presidente-militar tendeu a ceder aos primeiros, e institucionalizou as características autoritárias e ditatoriais do regime político.

O recrudescimento do autoritarismo e a institucionalização dos elementos tipicamente ditatoriais no arcabouço legal do Estado brasileiro, durante o governo Castelo Branco, indicava o sucesso da pressão exercida pela direita militar (FICO, 2004). A ascensão desses setores permitiu a definição de General Arthur Costa e Silva para a sucessão presidencial. Um dos principais expoentes dos “duros” foi o nome de consenso entre os militares em uma candidatura única. Dessa forma, em 15 de novembro 1967, o Colégio Eleitoral, ratificava aquele personagem como o segundo presidente militar do regime (COUTO, 1999, p.76-79).

O Governo Costa e Silva (1967-1969) iniciou enfrentando oposições no Congresso e nas ruas. Entre 1967 e 1968, “três setores principais adquiriram força e coordenação suficiente para afetar em profundidade as estruturas políticas do país: o movimento estudantil, o dos trabalhadores e a Frente Ampla” (ALVES, 2005, p.141).

Nas ruas, o Movimento Estudantil universitário e secundarista que vinha numa escalada de manifestações desde 1966, radicalizava suas ações, atacando a política universitária e o regime autoritário. A partir de março de 1968, os protestos estudantis aumentam pelo país após a morte do estudante Edson Luís pela polícia em uma manifestação no Rio de Janeiro. O ápice dos protestos desse ano ocorreu com a chamada “Passeata dos Cem Mil”, em 26 de junho, na cidade do Rio de Janeiro (ANGELO, 2009). Segundo Caetano (2014), este fenômeno também se observou no Espírito Santo, quando efervesceu o movimento estudantil capixaba, desembocando em atos organizados contra assuntos ligados à política universitária local, e depois, contra a ditadura militar, estimulados pelo “caso Edson Luis”.

No campo das lutas dos trabalhadores, em 1968, o movimento operário irrompeu no cenário, superando os entraves a sua organização, reforçados desde 1964. A rearticulação da mobilização sindical com manifestações e greves pelo Brasil indicava a radicalização das lutas populares por melhores salários e condições de vida, atacando, principalmente, a política de arrocho salarial. Intelectuais e artistas de esquerda também se somavam ao coro de críticas ao regime ditatorial. Ao mesmo tempo, as ações dos agrupamentos de esquerda que se lançavam à luta armada e se aproximavam do movimento estudantil ganhavam mais visibilidade (NAPOLITANO, 2014).

No campo político-parlamentar, a Frente Ampla passou a pressionar e criticar, de forma mais veemente, o governo, apelando também à mobilização popular por meio de comícios de rua. Assim, desde 1966, essa frente política construiu uma base de legitimidade junto a diversos setores, como estudantes, trabalhadores e, inclusive, militares (ALVES, 2005, p.155). O poder excepcional de cassar mandatos e suspender direitos políticos pelo presidente foi excluído da Constituição de 1967, fato que colaborou para uma atuação mais contundente dos políticos de oposição no plenário.

Nessas condições, no Espírito Santo, verificou-se uma postura mais aguerrida da oposição emedebista no Legislativo estadual. Segundo Oliveira (2013), desde 1967, deputados do MDB capixaba firmaram incisiva resistência aos projetos e propostas do governo, tentando obstruir aprovações de matérias emanadas do Executivo estadual na Assembleia Legislativa. Neste sentido, por exemplo, deputados de oposição, como José Ignácio Ferreira, Dailson Laranja e Hugo Borges, foram emblemáticos opositores ao projeto de Constituição Estadual proposto pelo Governador arenista Christiano Dias Lopes. No ano seguinte, à esteira da agitação política que emergia no país e no estado, os emedebistas, apesar das dificuldades da oposição em âmbito local, acentuavam o tom e a postura oposicionistas.

Diante deste quadro, o governo Costa e Silva respondeu com o recrudescimento do autoritarismo e da repressão. A Frente Ampla foi proibida de exercer suas atividades em 05 de abril de 1968. Nas ruas, a polícia reprimia violentamente estudantes e operários. Em outubro, as forças de segurança do regime intervieram na clandestina realização do XXX Congresso da UNE de Ibiúna, levando centenas de estudantes à prisão.

As ações autoritárias também avançaram sobre o campo institucional do regime. Os episódios envolvendo o Deputado emedebista Márcio Moreira Alves a partir de setembro daquele ano foram o estopim para o enrijecimento da Ditadura Militar brasileira a partir de 1968. O referido parlamentar, em discurso na Câmara dos Deputados, fez duras críticas ao autoritarismo estatal e às práticas violentas do Exército brasileiro. Em resposta, essa instituição pediu aos congressistas que concedessem licença para que pudesse processá-lo. Diante da recusa, pela maioria do Congresso, inclusive com votos da própria ARENA, a situação indicava a perda de controle do sistema político por parte das Forças Armadas (NAPOLITANTO, 2014, p.93). Abriu-se, assim, mais um momento de crise do processo de institucionalização do *regime híbrido*. Nos seio dos limitados espaços democráticos mantidos pela ditadura militar, emergiam elementos de pressão que forçavam alterações nos rumos do processo político (KINZO, 1988).

Reagindo a tal conjuntura, em 13 de dezembro de 1968, o governo fez o uso de suas atribuições constitucionais excepcionais para decretar o Ato Institucional nº 5 (AI-5), o mais conhecido e lembrado “ato” do regime militar pelo alto grau de autoritarismo de suas normas.

Abriu-se, assim, uma nova fase do processo de institucionalização da ditadura militar brasileira. A legislação imposta pelo AI-5 reforçou o caráter autoritário do Estado brasileiro. Suas medidas possibilitaram um maior fechamento do sistema político brasileiro, ampliando ainda mais os poderes ao Poder Executivo à custa da redução drástica do que existia de liberdades democráticas, e da restrição das atividades nos espaços de representação política da sociedade. Nessa direção, os poderes discricionários do presidente foram ampliados; as garantias constitucionais e individuais foram suspensas por prazo indeterminado; o Congresso foi fechado; a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) viram membros importantes dos seus quadros serem cassados - o primeiro foi colocado sob a total subserviência do Estado e o segundo relegado à quase impotência (MENDONÇA; FONTES, 1988, p.45-46).

Ao mesmo tempo, o AI-5 ampliou os mecanismos de controle e repressão à sociedade. Segundo Mariana Joffily (2013, p.27), ele abriu o caminho jurídico para uma nova estrutura repressiva e concedeu maior liberdade de ação aos agentes da repressão, legalizando e institucionalizando práticas antes ilegais e clandestinas, abolindo o *habeas corpus* para os crimes políticos e permitindo que as prisões prescindissem de acusação formal e mandado judicial. Dessa forma, afrouxavam-se as limitações legais para o combate violento aos considerados “subversivos”.

Dessa forma, a partir de então, nas ruas e nos espaços institucionais, ampliaram-se as restrições às atividades políticas, fechando o cerco, principalmente, às organizações e atores de oposição ao regime. No âmbito das lutas político-partidárias, a supressão das imunidades parlamentares prevista pelo novo dispositivo institucional fomentou a configuração do ambiente repressivo nas casas legislativas. Favoreceu-se à castração das posturas de oposição, com constantes ameaças aos mandatos políticos pelo Executivo⁶² (KINZO, 1988, p.66). O movimento estudantil também sofreu duro golpe em fevereiro de 1969, com o lançamento do

⁶² Vale lembrar que a restrição às atividades no campo da política formal em 1969 foi rapidamente aplicada pela edição do Ato Complementar nº38, pelo qual, o presidente Costa e Silva fechou os legislativos estaduais e federais, e o Senado Federal. Assim, o Chefe do Executivo ficava incumbido de legislar. No Espírito Santo, tal ato favoreceu ao governador Dias Lopes que passou a ter maior liberdade de ação para impor seus projetos de desenvolvimento industrializantes para o Estado, na medida em que não precisaria a enfrentar a resistência que encontrava desde 1967 no legislativo estadual por parte de setores emedebistas, e até mesmo de polos dissidentes arenistas (OLIVEIRA, 2013).

Decreto-lei nº477 que, de uma forma geral, proibia qualquer manifestação de caráter político por professores, alunos e funcionários das instituições de ensino no país, e previa duras punições aos seus infratores (CUNHA, 1991).

Segundo Kinzo (1988, p.220), o ano de 1968 marca uma guinada mais profunda na direção militar-autoritária, sendo essa imprescindível para manter o domínio militar de vinte e um anos no país. Diante da normatização que se impôs a partir do AI-5, convencionou-se, entre os estudiosos, afirmar que o Brasil entraria nos “anos de chumbo”, expressão que passou a designar o período de maior repressão política que a sociedade brasileira viveu em sua história, mais precisamente sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que assumiu o cargo de presidente após o afastamento e seguido falecimento do General Costa e Silva em 1969⁶³.

O Governo Médici (1969-1974) foi profundamente marcado pela escalada repressiva sobre a sociedade, justificada oficialmente pela necessária violência para combater os “inimigos comunistas” da luta armada, que expandiam suas ações a partir de então. Desde 1966, principalmente oriundos das dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como veremos, emergiam agrupamentos políticos que defendiam o emprego das ações de guerrilha, como forma de combate à ditadura militar, principalmente, após o fechamento político promovido pelo AI-5. Entre essas organizações, destacaram-se, por exemplo, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-PALMARES), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), e sua dissidência, a Ala Vermelha do PC do B. Segundo Caetano (2014), no Espírito Santo esses grupos guerrilheiros conseguiram atrair, principalmente, parte das lideranças do movimento estudantil capixaba. Na UFES, por exemplo, teria se destacado a influência do PC do B.

⁶³Médici sucedeu Costa e Silva, a partir de outubro de 1969, após o então presidente ser afastado do cargo no dia 31 de agosto daquele ano, depois de sofrer um acidente vascular cerebral. Vale ressaltar que, antes disso, o presidente Costa e Silva deu outros passos em direção ao enrijecimento do regime editando, decretando mais cinco atos institucionais. Além disso, encaminhou o processo de promulgação de uma nova Constituição, a partir de maio daquele ano, que resultou na Emenda Constitucional nº1, outorgada no dia 17 de outubro, pela Junta Militar que assumiu seu lugar após seu afastamento. O processo sucessório que se seguiu ao afastamento de Costa e Silva demonstrou naquele momento que a fonte do poder do regime estava com as Forças Armadas, e principalmente com os comandantes do Exército. A regra constitucional foi sobrepujada, e o vice-presidente Pedro Aleixo, um político civil, foi impedido de assumir. A partir do AI-16, a Junta Militar declarou vacante a Presidência e a Vice-presidência da República, e marcou as eleições presidenciais para o dia 25 de outubro e a posse para o dia 30. A esta altura o nome do general Emílio Garrastazu Médici ganhava força nas Forças Armadas para ocupar o cargo (COUTO, 1999).

Para combater o que se identificava como a “subversão” e as “ameaças comunistas”, o Estado brasileiro utilizou o aparato normativo a fim de legitimar a repressão. Assim, por exemplo, instituiu a censura prévia pelo Decreto nº1077 (26 de janeiro de 1970), e sistematizou a edição de decretos secretos (NAPOLITANO, 2014, p.121). Neste sentido, avançou a construção de um verdadeiro edifício ditatorial, por meio de atos institucionais, atos complementares e decretos, pelos quais o formalismo encobria as arbitrariedades cometidas pelo governo militar naqueles tempos (ANGELO, 2009, p.81).

Além do aparato legal, a onda repressiva que se abriu a partir de 1969 foi instrumentalizada por meio da consolidação e formalização dos sistemas de segurança e informação do regime. Segundo Fico (2001), estes podem ser concebidos como uma rede de órgãos que assumiria a tarefa de espionar e combater os indivíduos considerados subversivos. Essa estrutura ainda ficaria conhecida como a “Comunidade de Segurança e Informação”. Junto com o AI-5, ela era resultado das pressões e anseios repressivos da linha-dura, que almejava fortalecer a repressão a fim de finalizar a “operação limpeza” na sociedade. Entre órgãos e siglas que se destacaram na política repressiva, tornaram-se famosas e temidas as ações vigilantes da rede de agências do Serviço Nacional de Informações (SNI), a repressão ostensiva de órgãos de segurança como o Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI); e os sistemas de informação e segurança das Forças Armadas, como o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Além disso, no âmbito das forças policiais em seus respectivos estados, tiveram importante atuação as Delegacias de Ordem e Política Social (DOPS).

A partir de 1969, a máquina repressiva estatal funcionou com base no tripé vigilância–censura–repressão, preexistente à assunção do regime militar, mas reforçado e aperfeiçoado por este, ancorado em toda a legislação autoritária produzida a partir de 1964. As ações repressivas ganhavam novo respaldo legal no período com a Emenda Constitucional nº1, decretada em outubro daquele ano, sendo também conhecida como a “Constituição de 1969”. Essa, além de incorporar todas as alterações estabelecidas pelo AI-5, inseriu o princípio de defesa do Estado com base na Doutrina de Segurança Nacional. Ademais, a Lei de Segurança Nacional foi reformulada tipificando ainda mais os crimes políticos e endurecendo as penas, soma-se ainda, a decretação dos Atos Institucionais nº 13 e 14, respectivamente, instaurando a

pena de banimento e de morte. Além disso, entre a legalidade e a ilegalidade, o sistema de tortura emergiu como uma verdadeira política de estado⁶⁴ (NAPOLITANO, 2014).

Dessa forma, se no plano econômico o Governo Médici (1969-1974) ficou marcado pelo acelerado crescimento e desenvolvimento da economia brasileira no que se chamou de “milagre econômico”, no plano político, a ditadura intensificava suas ações repressivas e restringia os espaços de atuação política nas ruas e em suas instituições. É dessa forma que alguns autores como Daniel Aarão Reis Filho (2000) e Rodrigo Patto Sá Motta (2014) definem o momento como o de melhor expressão do projeto de *modernização conservadora*⁶⁵ do regime, no qual o desenvolvimento industrial, tecnológico e econômico era promovido segundo a ótica militar, garantindo a segurança do processo por meio de ações autoritárias e repressivas com vistas a remover os obstáculos opostos ao caminho. Ao mesmo tempo, os índices de crescimento econômico acelerado criavam a uma base de legitimidade à ditadura militar junto à elite e setores médios da sociedade⁶⁶.

No campo das atividades políticas formais, o Governo Médici (1969-1974) foi marcado institucionalmente pelo amplo fechamento dos espaços de disputa e oposição. O elevado grau de autoritarismo, repressão e radicalização política implicou na construção de um ambiente de grande restrição para as atividades políticas dos setores desalinhados ao regime. Dessa forma, a oposição política, alvo de centenas de expurgos nos dois governos anteriores e no da Junta Militar, foi debilitada. A confluência entre os impactos da repressão, o crescimento econômico e a influência da propaganda oficial ufanista do “milagre”, aumentaram a

⁶⁴ Segundo Napolitano (2014, p.137) “[...] a tortura é um sistema, integrado ao sistema geral de repressão montado pelo regime militar brasileiro, que combinou suas facetas ilegais e legais. Os procedimentos da repressão brasileira se pautavam pela combinação de repressão militar (interrogatórios à base de tortura ou execuções dentro da lógica de ‘não fazer prisioneiros’) e rituais jurídicos para imputar culpa, dentro dos marcos da Lei de Segurança Nacional”.

⁶⁵ Segundo esses autores, os governos militares buscaram conduzir o país sob a lógica de um “desenvolvimento com segurança”. Nesta direção, lançou-se uma pauta modernizadora que buscava promover o desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico nacional, ao mesmo tempo em que se conservariam as “tradições morais” e a ordem social brasileira. Dessa forma, o autoritarismo via ações repressivas serviria tanto para remover possíveis obstáculos – oposições – aos anseios modernizadores do governo, e como meio de combate às utopias revolucionárias de esquerda e demais formas de “subversão” e “desvio”, como questionamentos à moral e aos comportamentos convencionais (MOTTA, 2014).

⁶⁶ Para Reis Filho (2000), para além do aumento das desigualdades socioeconômicas, a industrialização e o crescimento da economia nos moldes do “milagre”, beneficiaram muitos setores sociais – classe média, funcionários públicos, trabalhadores autônomos, operários qualificados de multinacionais –, e uma massa de produtos, de fato, melhorava as condições de vida de seus consumidores, criando uma base social de legitimidade para as ações do estado autoritário, entre os polos extremos da pirâmide social brasileira. Dessa forma, o autor assim defende que não seria correta a visão histórica de uma sociedade dividida em dois polos antagônicos, entre prós e contras ao regime militar: os setores arcaicos, defensores da ditadura, e os modernos, defensores do progresso e da democracia.

popularidade do regime e abalaram a oposição político-parlamentar do MDB (COUTO, 1999).

O AI-5 abriu um cenário de controle permanente com a suspensão de garantias constitucionais. Os ataques contra a atividade política formal transformaram, de forma quantitativa e qualitativa, os espaços de representação política. Entre 1969 e 1979, um total de 113 deputados federais e senadores, 190 deputados estaduais, 38 vereadores e 30 prefeitos tiveram seus mandatos cassados, obviamente a maioria do MDB (ALVES, 2005).

Dessa forma, o partido de oposição sofreu, desde o início de 1969, um processo de fragilização dos seus quadros políticos. A nova onda de cassações inaugurada pelo AI-5 impactou o MDB afetando negativamente sua atuação político-eleitoral e parlamentar até 1973. No caso do MDB capixaba, já em 07 de fevereiro de 1969 o partido foi atacado ao ver um dos seus mais importantes e aguerridos representantes na Câmara Federal ser cassado, o deputado Mário Gurgel. Em 13 de março, foi a vez dos deputados estaduais José Ignácio Ferreira e Daílson Laranja (OLIVEIRA, 2013, p.184-186).

Fragilizado em âmbito nacional e regional, nos pleitos eleitorais de 1970 e 1972, o MDB sofreu derrotas significativas para o partido do governo nas diferentes esferas de poder. Nas eleições de 1970, 21 dos 22 governadores eleitos sob o sistema indireto eram arenistas. Estes passaram a controlar 89% do Senado e 72% da Câmara dos Deputados. O MDB chegou a “perder” para a quantidade de votos nulos e em branco em vários estados, que alcançaram índices altíssimos neste pleito. Tais resultados expressavam as condições de um partido de oposição, que se via enfraquecido, implacavelmente amputado em seus quadros desde a fundação, sem espaço, vulnerável, sujeito à censura e à repressão, e ofuscado pela popularidade auferida pelo governo e sua política econômica (COUTO, 1999, p. 118).

No Espírito Santo, os emedebistas se abstiveram de participar do Colégio Eleitoral de 1970, o qual elegeu o arenista Arthur Carlos Gerhart como governador do Estado. Em seguida, nas eleições para o Legislativo Federal e Estadual de 15 de novembro, o MDB se apresentava ainda mais debilitado. Além da perda de figuras de peso eleitoral por conta das cassações, parte dos seus quadros migrou para a ARENA, reagindo ao domínio da figura do Deputado Federal Argilano Dario sobre o partido. Nessas condições, a organização decidiu por focar nos candidatos que acreditava potencializar a captação de votos do eleitorado, especialmente

na Grande Vitória-ES⁶⁷. Assim, lançou dois nomes para o Senado, oito para a Câmara Federal, e trinta e seis para a Assembleia Legislativa⁶⁸ (OLIVEIRA, 2013, p.218-220).

O resultado das eleições mostrou, mais uma vez, a desigualdade de forças das organizações partidárias no Espírito Santo, e as dificuldades da oposição política no estado. O partido governista manteve seu domínio sobre os espaços de representação política e de poder. Naquela conjuntura, a ARENA aproveitava o clima de otimismo da sociedade capixaba resultado da política econômica do governo Dias Lopes (1967-1971), que resultou na superação da profunda crise econômica estadual e no início do processo de desenvolvimento industrial capixaba (OLIVEIRA, 2013).

Dessa forma, a ARENA conquistou as duas cadeiras do Senado. Na Câmara, manteve a mesma vantagem sobre a oposição, conquistando 05 das 08 vagas, e tendo os quatro mais votados da disputa. O MDB conseguiu eleger Argilano Dario, Adalberto Simão Nader e Dirceu Cardoso como deputados federais. Na Assembleia Legislativa, o partido governista conquistou 14 das 21 vagas. Nos pleitos municipais, a ARENA ampliou sua vantagem conquistando 44 prefeituras contra 09 do MDB. Já nas eleições municipais para vereador em 1972⁶⁹, os arenistas conquistaram 86% das cadeiras do legislativo municipal e 31 dos 52 postos de chefe do Executivo (OLIVEIRA, 2013, p.227-230).

Para Kinzo (1988), o MDB até 1971 havia fracassado na autoconstrução da imagem de partido de oposição ao governo, tanto quando adotou postura e discurso mais radicais como nos períodos de excessiva moderação, o que, somado aos impactos da repressão, afetou negativamente a sua credibilidade junto ao eleitorado brasileiro. No entanto, a partir daquele ano, os emedebistas mudaram o seu foco de trabalho e, assim, passaram a atuar segundo as regras do jogo, passando a usar o espaço político sem ameaçar diretamente o Estado.

Este comportamento do partido se expressou, primeiramente, na chamada campanha da “anticandidatura” presidencial de 1973. No processo sucessório, por eleição indireta, marcado para esse ano, o MDB se empenhou na campanha do que chamou de seus “anticandidatos”, indicando o nome de Ulysses Guimarães e Barbosa de Lima Sobrinho para concorrer com

⁶⁷ Na época, a chamada Grande Vitória-ES era composta pelos municípios de Vitória, Serra, Cariacica e Viana. Posteriormente as cidades de Guarapari e Fundão foram incorporadas à região. No entanto, considerando o recorte temporal de nossa análise, consideraremos o formato anterior quando a essa área nos referirmos.

⁶⁸ Para o Senado, o MDB lançou Berredo de Menezes e Sólon Borges. Para Câmara Federal, Argilano Dario, Dirceu Cardoso, José Cupertino Leite de Almeida, Adalberto Simão Nader, José Gonçalves Rosa, Humberto Pinheiro Vasconcelos, Luiz Silva e Wallace Vieira Borges (OLIVEIRA, 2013, p.219-220).

⁶⁹ Em 1970, as eleições municipais previam um mandato de dois anos para os eleitos, com o objetivo de regular a escolha dos cargos em nível local e nacional.

general Ernesto Geisel no Colégio Eleitoral que definiria o sucessor do presidente Médici. Segundo Couto (1999, p.125), apesar da esperada derrota, o partido utilizou a campanha para percorrer o país e denunciar a violência do regime, fazer críticas ao seu modelo econômico e social, e assim fortalecer a sua base eleitoral, com vistas nas eleições majoritárias para os legislativos federal e estadual, marcadas para o final de 1974.

A campanha dos “anticandidatos” emedebistas serviu para o partido de oposição alertar parte da população para a utilização do voto como mecanismo de protesto. Ao mesmo tempo, serviu também para estimular o ímpeto oposicionista na grande imprensa para combater a censura e desafiar o governo, haja vista que os principais jornais do país cobriram a campanha eleitoral do MDB em 1973 (ALVES, 2005, p.217-218).

Preparavam-se, assim, as bases políticas para ascensão nacional do partido de oposição nas eleições de 1974, dando novos rumos a oposição política ao regime militar. Como salienta Alves (2005) ao final de 1973, a experiência da campanha presidencial emedebista, abriu o horizonte da política formal como espaço possível de contestação ao Estado autoritário. Os setores de oposição aprenderam a utilizar os canais formais para atuar de forma mais eficaz. Assim, concentrarão suas energias no MDB.

3.2 A LUTA INSTITUCIONAL DO PCB ENTRE 1964 E 1974

Consolidado o golpe civil-militar e a instauração das medidas autoritárias do novo regime político a partir de abril de 1964, o PCB foi imediatamente colocado como um dos alvos privilegiados da repressão política praticada pelo Estado brasileiro. Dessa maneira, seus membros foram perseguidos, presos, torturados e assassinados pelas forças policiais e militares no contexto da “operação limpeza” iniciada pelo governo militar. Nessa direção, contra as organizações comunistas, e principalmente, o PCB, as novas forças político-militares que ascenderam ao poder reforçaram o discurso anticomunista, apelando à imagem do comunismo como “ameaça” à nação e à moral cristã-ocidental (SEGATTO, 1989, p.114).

Dessa forma, por exemplo, já em 02 de abril de 1964, o líder pecebista pernambucano Gregório Bezerra foi preso e arrastado amarrado em um jipe pelas ruas de Recife-PE, e depois espancado por um oficial do Exército. Como havia ainda alguma liberdade de imprensa, os jornais divulgaram o caso. Em seguida, Luís Carlos Prestes, Secretário-Geral do PCB,

encabeçou a lista de políticos e cidadãos perseguidos pelas forças militares nas primeiras semanas de governo.

A perseguição a Prestes ainda rendeu o indiciamento e à punição de vários membros do partido nos anos seguintes. Em uma busca policial em sua casa, em São Paulo, no dia 09 de abril de 1964, as autoridades policiais encontraram 20 cadernetas com anotações do líder comunista sobre as atividades partidárias desde 1961. Em consequência disso, 74 pecebistas foram indiciados, 60 julgados e presos dois anos depois, e 10 tiveram seus direitos políticos suspensos⁷⁰ (CHILCOTE, 1982, p.143). Este seria o episódio das “cadernetas de Prestes”, que para além da repressão policial, acentuou as divergências no interior do partido, como veremos adiante.

O quadro da violência repressiva contra o PCB no limiar do regime militar, entre 1964 e 1965, também se constatou pelo levantamento realizado por Milton Pinheiro (2012, p.01), que apurou, nesses anos, o assassinato de 10 militantes pecebistas pelas forças policiais e militares brasileiras, em diferentes pontos do país.

Como resultado dos impactos desse ambiente repressivo vivido pelo partido, entre abril e dezembro de 1964, o PCB ficou, por algum tempo, desarticulado. Uma das poucas atividades desenvolvidas por sua direção, nesses primeiros momentos pós-Golpe, foi o remanejamento dos seus quadros e personalidades mais visadas para outros países (LIMA, 1995, p.138).

O PCB ainda assistiu a limitação dos espaços legais tradicionalmente utilizados pelo partido para se inserir na vida política e social brasileira. Assim, ocorreu, mais especificamente, com o movimento estudantil e sindical, inicialmente, obstruídos à atuação dos pecebistas pelas intervenções do governo militar.

No campo sindical, a repressão agiu sobre sindicatos, federações e confederações, principalmente, aquelas que figuravam com tonalidades mais radical-progressistas. As intervenções do Ministério do Trabalho se abateram em um grande número de entidades. Em médio e longo prazo, a legislação trabalhista autoritária que, paulatinamente, foi “aperfeiçoada”, reforçou o controle sobre os espaços sindicais sob a lógica do corporativismo (SANTANA, 2001).

⁷⁰ Segundo o historiador Moisés Vinhas (1982, p.236), a apreensão desse documento permitiu a condenação de Prestes a 14 anos de reclusão. Ramiro Luchesi, Geraldo Rodrigues dos Santos, e o próprio Vinhas receberam de 07 a 10 anos, e outros como o médico Fued Saad e o físico Mário Schemberg, até seis anos.

Contudo, apesar das condições adversas impostas pela institucionalidade autoritária inaugurada decisivamente pelo AI-1, o PCB, retomou suas atividades no final de 1964 na clandestinidade. Para o partido, assim como para outros atores políticos da época, o início do governo Castelo Branco (1964-1967) representava o começo de uma transição, estando ainda no horizonte o retorno da normalidade democrática (CARONE, 1982, p.3-4).

Porém, ao mesmo tempo, o partido identificava a montagem de um arcabouço institucional autoritário. A partir disso, coube ao PCB, no processo de rearticulação das suas atividades, a partir do final de 1964, estabelecer os rumos de sua militância política.

Antes de se posicionar e lançar orientações de como responder às mudanças institucionais em processo e reagir à repressão da qual eram alvos, os dirigentes pecebistas primaram pela tentativa de compreender as razões do golpe de 1964 e, principalmente, o papel do partido nesse processo, realizando sua autocrítica. Nessa direção, entre o final daquele ano e início de 1965 – na verdade até 1967 – abriu-se um panorama de disputas internas na organização, acerca da “versão verdadeira” dos fatos concernentes à atuação do PCB no Pré-64, ou melhor, as causas daquilo que era considerado como uma *derrota* das forças populares e de esquerda brasileiras diante dos setores de direita civil e militar.

Basicamente, o partido se dividiu a partir dali em dois polos que divergiram acerca da autocrítica “correta”. Desse modo, lançaram-se, mais especificamente, duas visões sobre a “derrota”. Elas, entre outros argumentos⁷¹, defendiam: *à esquerda* do partido (encabeçada por membros da Comissão Executiva do CC (CECC) como Carlos Marighela, Mário Alves, Jacob Gorender, Jover Telles, Apolônio de Carvalho e outros), atacava-se o *desvio à direita* da direção, expresso no despreparo da organização diante dos fatos, provocado pela absolutização da linha pacífica, do seu reboquismo em relação à burguesia e ao governo (“burguês”), e na crença “ilusória” no dispositivo militar legalista de Jango, que o impediu de articular a resistência; *à direita*, juntamente com setores prestistas, apontava-se para o *desvio à esquerda*, ou seja, o sectarismo radical de setores do partido, que, superestimaram as forças nacional-populares progressistas, e fomentaram o golpismo de esquerda, que estimulou a reação violenta da direita (LIMA, 1995, p.142).

⁷¹Concordamos com Hamilton Garcia Lima (1995) quando afirma que a tarefa dos estudiosos interessados em analisar o processo de autocrítica do PCB entre 1964 e 1967, implica em reconhecer que os discursos e a imagem construídos sobre a responsabilidade do Partido no golpe de 1964, tanto pelos atores contemporâneos, quanto pela historiografia que se debruçou sobre a trajetória do partido estão repletas de argumentos engajados que mascaram ou atacam o lugar do partido naquela conjuntura, e mais especificamente as diferentes tendências que passaram a cindir o partido após o Golpe de 1964.

Apesar das divergências de posições, as autocríticas que emergiam no partido coadunavam para com a responsabilização do PCB pela derrota, somando-se aos ataques das outras organizações de esquerda que desmoralizavam a imagem do partido junto de setores progressistas do cenário político e social.

Entre 1965 e 1967, por meio da “Resolução do CC de maio de 1965” e das teses do VI Congresso do PCB (1967)⁷², a autocrítica e a linha política do partido foram afirmadas e, basicamente, nortearam suas atividades até a década de 1980. Com um Comitê Central dominado por setores à direita e alinhados a Luís Carlos Prestes, essa tendência do partido acabou por impor sua visão do passado e os rumos do partido no novo cenário político-institucional foram inaugurado em 1964.

Dessa forma, o CC considerou que o partido teria errado por se *desviar à esquerda*, postura que, doravante, deveria ser evitada. Assim, dirigentes, como, Jaime Miranda, Walter Ribeiro, Francisco Gomes, Moisés Vinhas, Giocondo Dias, Zuleika Alambert e Prestes, imputavam a *culpa pela derrota* a militantes como Jacob Gorender, Mario Alves, Apolônio de Carvalho (ambos da Comissão Estudantil) e Jover Telles (direção sindical) (VINHAS, 1982, p.237).

Segundo Lima (1995), a imposição da culpa *à esquerda* do partido serviu para isentar a uma maioria dominante do CC e legitimava sua posição na direção organizativa, assim como a manutenção da própria liderança geral de Prestes. Ao mesmo tempo, validava a linha política moderada e reformista construída entre 1958 e 1960, defendida pela *direita* do partido e setores prestistas naquele momento. Assim foi que o programa pecebista definido pelo CC entre 1965 e 1967 reafirmou as teses do V Congresso (1960) e da “Declaração de Março de 1958”, ressaltando-as de críticas. O que teria ocorrido foi uma má interpretação da linha política, que levou tanto a desvios de direita, mas principalmente, ao golpismo sectário de esquerda (SANTANA, 2001, p.147).

Dessa forma, além de assegurar controle sobre a direção do partido por Luís Carlos Prestes, como Secretário Geral e seus aliados internos no CC, a exemplo de Giocondo Dias⁷³ (VINHAS, 1982), o VI Congresso do PCB (1967) fixou uma resolução política que

⁷² As teses do VI Congresso de 1967, praticamente confirmam os direcionamentos do CC da Resolução de Maio de 1965.

⁷³ O CC composto, em 1967, seria formado por: Luís Carlos Prestes, Luiz Maranhão Filho, Walter Ribeiro, Ramiro Luchesi, Orestes Timbaúba, Sebastião Vitorino da Silva, Aristeu Nogueira Campos, David Capistrano, Élon Costa, Dinarco Reis, Renato Oliveira Mota, Antônio Ribeiro Granja, Armando Ziller, Ivan Ribeiro, Orlando Bonfim Júnior, Marco Antônio Tavares Coelho, Salomão Malina, João Massena Mello, Jaime Miranda de Amorim, Luiz Tenório de Lima, Hercules Corrêa dos Reis, Geraldo Rodrigues dos Santos, Francisco Gomes Filho, Moisés Vinhas, Zuleika D’Alambert, Giocondo Dias, Osvaldo Pacheco da Silva, Agliberto Vieira de Azevedo, Fernando Pereira Cristino, Severino Teodoro de Melo e Antônio Chamorro.

caracterizou o golpe de 1964 como uma derrota das forças nacionalistas e democráticas diante das correntes reacionárias e entreguistas. Ele teria sido o marco fundador de um regime ditatorial afinando com setores imperialistas, antidemocrático e antioperário, contrário aos interesses do povo e da nação. Nesse quadro, enraizado na linha política da *revolução nacional-democrática* de 1958 e 1960, afirmou-se uma plataforma de atuação contra a ditadura baseada na mobilização de massas, pelo acúmulo de forças democráticas visando *isolar e derrotar* o regime para, assim, reestabelecer um governo de caráter democrático-representativo. O caminho deveria ser a ocupação dos espaços legais, numa luta pacífica e moderada, evitando-se o *esquerdismo, o golpismo e o sectarismo*⁷⁴. Doravante, o objetivo imediato dos comunistas seria a luta contra a ditadura e o restabelecimento das *liberdades democráticas* (SEGATTO, 1989).

Nessa direção, a luta antiditatorial teria como tática a formação da *frente única democrática*. Isso significava que o partido deveria se empenhar em mobilizar todos os setores opostos ao regime ditatorial e, mais especificamente, articular a aliança em torno de um *núcleo* formado por trabalhadores urbanos e rurais e pela burguesia urbana, tendo no proletariado a sua força motriz⁷⁵. Caberia ainda a possibilidade de incorporação de setores progressistas da Igreja Católica.

Nessa direção, e diante da manutenção de um mínimo espaço de disputas político-partidárias pela legislação eleitoral e a Constituição de 1967, o partido apontou para o MDB como possível instrumento de mobilização popular antiditatorial, em torno de eleições livres e diretas, contra o arrocho salarial e a desnacionalização econômica (SANTANA, 2001, p.148-149).

Entre os objetivos da luta política do PCB, as teses do VI Congresso (1967) definiram um programa mínimo de quatro pontos que, em síntese, defendiam: 1) a abolição dos decretos ditatoriais, e a restauração das liberdades democráticas, das eleições, da anistia para os presos políticos; 2) uma política de desenvolvimento econômico independente; 3) a elevação das condições de vida do povo trabalhador e a implantação parcial da reforma agrária; 4) e a

⁷⁴ No texto das teses do VI Congresso (1967), o PCB não excluía a possibilidade de adotar a tática da luta armada. No entanto, como interpreta Santana (2001, p.149), enquanto um partido que desejava afirmar sua identidade marxista-leninista, o recurso violento em seu discurso, naquele contexto, funcionava mais como um elemento do ritual partidário.

⁷⁵ A hegemonia da classe operária na ampla frente democrática era considerada como condição necessária para que o caráter heterogêneo das alianças para a luta democrática não prejudicasse os interesses dos trabalhadores (CARONE, 1982).

manutenção de uma política externa de afirmação da soberania nacional e de autodeterminação (CHILCOTE, p.146, 1982).

De acordo a linha política de 1967, a ruptura com o Estado capitalista, objetivo final das organizações que reivindicavam identidade marxista-leninista, ficaria para uma *segunda etapa* do processo de lutas. Isso, pois, o PCB concebia a vitória sobre a ditadura como condição necessária para o reestabelecimento da democracia. Este como objetivo prioritário, depois de conquistado, permitiria o avanço das forças populares na defesa dos seus interesses e a consequente instalação do socialismo. Portanto, a etapa revolucionária compreendida como urgente à sociedade brasileira pelo CC, naquele momento, compreendia, além da *luta antiditatorial*, as *lutas anti-imperialista* e *antifeudal*, já que o latifúndio e o imperialismo eram concebidos como as causas principais da manutenção da exploração das massas trabalhadoras (SEGATTO, 1989, p.117-118).

Nesses termos, percebemos como o PCB conservava o seu caráter moderado, pacífico e etapista que moldava sua fisionomia reformista no início da ditadura militar⁷⁶. A linha política do VI Congresso (1967) foi mantida com pequenos nuances, muito mais discursivos, do que práticos, basicamente, durante toda a experiência pecebista na luta contra o regime. Doravante, o partido se abriu a alianças políticas com os setores mais diversos e pautou uma luta democrática por meio da institucionalidade vigente e, principalmente, colocando o MDB como espaço fundamental de suas ações tático-estratégicas.

Apesar da afirmação oficial da linha política moderada, tal condição não se deu sem custos organizativos. Das divergências na direção do partido, em torno da autocritica que emergiram de forma mais clara no final de 1964, a tensão e a tendência para o fracionismo em seus quadros se acentuaram na medida em que as teses partidárias foram formuladas e praticadas pela sua militância e o processo de institucionalização da ditadura militar avançava.

Neste contexto, o ambiente confuso e tenso vivido pelo partido nos primeiros anos pós-golpe de 1964 e a construção do Estado autoritário se constituiu como um ambiente político repleto de instabilidade e incertezas políticas, favorecendo aos conflitos internos que abalaram a estrutura organizativa partidária. Dessa forma, expressava-se a teoria formulada por Panebianco (2005, p.400-401) o qual afirmar que “[...] a instabilidade ambiental aumenta a

⁷⁶ Apesar de afirmar a luta pacífica e legal como tática revolucionária, segundo Santana (2001, p.149), de forma ambígua, as Teses de 1967, não excluem a luta armada como possibilidade, mesmo que isso expressasse um mero caráter ritualístico da postura de um partido comunista.

incerteza e se reflete sobre a organização [...] aumentando a conflituosidade [sic] e a contraposição entre linhas políticas”.

Dessa forma, entre 1964 e 1968, a consolidação da linha política *frente única democrática* que defendia a luta pacífica e legal acentuou as polarizações no interior do partido entre os defensores dessa linha e um polo que defendia a radicalização do partido, apostando na adesão à tática da luta armada. Na medida em que se ampliaram as divergências, cresceu também a tendência às cisões e defecções nos quadros pecebistas. Para além da crescente hostilidade e distanciamento entre a *Corrente Revolucionária* – o setor *à esquerda*, radicalizado – e o CC, as divergências e cisões atingiram também a base militante e, mais especificamente, o setor estudantil, que passou, em muitos casos, a atuar de forma autônoma, buscando fugir do controle da cúpula do partido, dando origem, em 1965, às chamadas “Dissidências” (REIS FILHO, 1990, p.48-49).

O clima tenso que emergiu no âmbito interno do PCB, com debates e trocas de acusações entre setores opostos na estrutura partidária, atingiu seu ápice no VI Congresso (1967). Para a consolidação das teses defendidas pelos setores *à direita* do partido, o CC chegou a utilizar métodos autoritários para afirmar suas “soluções políticas”⁷⁷. Dessa maneira,

Parte do setor universitário da Guanabara é expulsa e organiza um grupo denominado ‘Dissidência’. Em agosto de 1967, Carlos Marighela vai para Havana, participando da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), na qual a luta armada através de focos guerrilheiros é apontada como forma central para se chegar ao socialismo. Em setembro, a Comissão Executiva do CC intervém e destitui os Comitês Estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro e o Comitê Metropolitano de Brasília; são expulsos, ainda, alguns elementos do CC: Marighela, Jover Telles, Câmara Ferreira, Mário Alves, Jacob Gorender, Miguel Batista e Apolônio de Carvalho. Além disso, são afastados vários dirigentes intermediários e vários delegados eleitos para o Congresso (SEGATTO, 1989, p. 115).

Como fruto das divergências políticas e teóricas que se arrastavam desde 1964, que resultaram nas saídas de figuras históricas do partido, como Carlos Marighela, Jacob Gorender, Mário Alves, Jover Telles, Joaquim Câmara Ferreira, abriu-se um processo de defecções em seus quadros militantes. Essa situação, além de fragilizar a legitimidade política do PCB junto a setores de esquerda, foi responsável pelo nascimento de outras organizações

⁷⁷ A afirmação da linha política por um CC dominado pela direita partidária e setores sob órbita de Luis Carlos Prestes, diante da resistência de seus opositores, contou com métodos antidemocráticos, numa organização que acabava de firmar a luta pela democracia. Vinhas (1982, p.237) relata que em maio 1965, também ocorreu a reorganização do CC e da CE. A coalizão dominante em torno de Prestes e tendência majoritária no órgão afastou os dirigentes radicalizados da antiga CE e são direcionados a ocupar postos comitês estaduais. Para Vinhas, tratava-se de uma estratégia dos dirigentes centrais para evitar os confrontos diários no partido, a exemplo com o que foi feito com os membros dissidentes que deram origem ao PC do B.

comunistas, que passaram a concorrer com o partido afirmando, ao contrário da linha moderada e pacífica do CC, os anseios da *Corrente Revolucionária*, assim se lançando à luta armada.

Como consequência, formou-se o campo da *esquerda revolucionária* que defendia a instalação de um governo nacional-popular e socialista a partir do choque violento contra o regime. Entre eles, por exemplo, surgiu a Dissidência da Guanabara, posteriormente rebatizada de Movimento Revolucionário 08 de outubro (MR-8); o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), de Gorender e Mário Alves, e a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighela. Nos primeiros momentos, o potencial atrativo dessas organizações sobre jovens estudantes de classe média, comprometeu importantes setores da base social do partido nas universidades.

A partir de Panebianco (2005, p.417), consideramos que, para o PCB, esse novo quadro de *competidores* no campo de esquerda emergiu como uma ameaça, uma vez que sua base organizativa poderia se sentir atraída por outras propostas e organizações. A base social que o PCB tinha como *território de caça* era, principalmente o proletariado e a juventude da classe média. Mesmo com sob o risco de perder parte da base organizativa, o partido manteve a linha política que defendia a partir de então.

Doravante, cabe-nos o questionamento: como se expressou, na prática, a aplicação da linha política afirmada oficialmente pelo PCB entre 1965 e 1967, na luta contra uma ditadura militar que paulatinamente tornava-se mais fechada e repressiva? Que espaços institucionais foram de fato utilizados para a aplicação das ações políticas de *frente* do partido, e como a partir destes, o partido se inseriu no processo político naquele momento?

Entre 1964 e 1968, os pecebistas, na condição de ilegalidade, mantiveram a execução de ações clandestinas ao mesmo tempo em que buscaram assegurar a sua inserção junto aos espaços tradicionalmente utilizados pelo partido para uma luta legal. Desse modo, sua militância tentou se manter próxima e ou na liderança dos movimentos estudantis e operários, mesmo com o avanço das restrições.

Nessa direção, apesar das seguidas intervenções estatais e das medidas restritivas incorporadas à legislação, o discurso oficial do PCB entre 1965 e 1967 compreendia que o movimento sindical seria o principal espaço de mobilização dos trabalhadores. Para tanto, os pecebistas deveriam se concentrar no trabalho no interior das empresas e, assim, utilizar todas as esferas legais, como delegacias sindicais, Comissões Internas de Prevenção de Acidentes

(CIPA) para aquele objetivo. Os militantes sindicais deveriam também incentivar a filiação para fortalecer os sindicatos e criar instrumentos que atenuassem e, principalmente, libertassem os sindicatos da interferência estatal. Neste aspecto, o eixo da militância sindical pecebista focalizava a atuação no seio da estrutura oficial legal para combater os setores conservadores e tutelados pelo regime, formando chapas de oposição para tentar ocupar as direções das entidades. Assim, poderiam impedir que essas entidades se tornassem instrumentos de docilização do operariado a serviço do governo militar. Dessa forma, do “chão da fábrica” à mecanismos intersindicais, era necessário organizar a luta dos trabalhadores nas suas demandas específicas e imediatas, como contra o arrocho salarial, a exploração dos patrões, ao mesmo tempo em que se aglutinaria as lutas e interesses mais amplos, transformando num movimento contra o regime⁷⁸ (SANTANA, 2001).

No entanto, refletindo o caráter moderado, pacífico e reformista dos pecebistas na política sindical, os militantes do partido optaram, pelo menos, em suas cúpulas, por ações menos agressivas ao regime. Assim, por exemplo, preferiram abaixo-assinados articulados pelas lideranças sindicais e o trabalho de mais longo prazo de articulação dentro das fábricas, do que às greves (SANTANA, 2001, p.163).

No movimento estudantil, o PCB viu sua presença cada vez mais fragilizada, a partir de 1964, com a perda em massa de militantes estudantis (LIMA, 1995, p.161). Para Gorender (2014, p.161), o decréscimo da capacidade de atuação do PCB nesse setor também refletiu as cisões de cúpula no interior do partido. Nas bases estudantis, os “dissidentes”, se não migraram para outras organizações de esquerda que germinavam àquela altura, passaram a atuar de forma autônoma na estrutura partidária, como, por exemplo, com a “Dissidência Universitária da Guanabara”.

A luta legal e clandestina do partido encontrou na cultura um campo privilegiado de atuação nos primeiros anos do regime. Nessa direção, por exemplo, a intelectualidade militante ou simpatizante das propostas político-ideológicas do PCB usou de canais como a “Editora e

⁷⁸ Segundo Vinhas (1982) destaca que no terreno sindical, o PCB, participa da formação do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), a partir de 1966, que buscava a unidade de ação de diversas correntes do movimento operário, para lutar contra a política de congelamento salarial imposta pelos planos econômicos do regime para conter a inflação. Expressava-se aqui, a perspectiva *frentista* pecebista. O partido ainda buscou se aproximar da Igreja Católica, mais especificamente daqueles que passavam à oposição ao regime, e estavam mais próximos às camadas populares operárias.

Revista Brasiliense” de São Paulo e a “Editora e Revista Civilização Brasileira” do Rio de Janeiro, para postar resistência ao autoritarismo⁷⁹.

Marcos Napolitano (2013) buscou demonstrar o lugar privilegiado que a resistência cultural ocupou dentro da política *frentista* do PCB durante todo o regime militar. Assim, a cultura era compreendida como campo propício para a formação da unidade de forças democráticas na medida em que, em torno dela, poderiam se aglutinar os setores de oposição na defesa da liberdade de opinião, na denúncia ao *terror de Estado*, superando possíveis diferenças socioeconômicas e político-ideológicas.

No que tange, mais especificamente, ao período de 1964 a 1968, Napolitano (2013) defende o pioneirismo de intelectuais e artistas do PCB na resistência cultural, ao fundar, logo após o golpe, o “Grupo Opinião”⁸⁰, espetáculo teatral que foi escrito pelo pecebista Oduvaldo Viana Filho, apresentado por Augusto Boal e interpretado por artistas e músicos como Nara Leão, José Ketti e João do Vale. Por meio do “Opinião”, o partido propunha uma arte que buscasse a forma adequada de ampliar o público. Para tanto, apelava, principalmente, à música popular. Suas peças sintetizavam, no campo da cultura, as bases estético-ideológicas da política pecebista. Dessa forma, buscava-se uma linguagem convencional e realista popular para tratar dos problemas socioculturais, trazendo uma proposta *nacional-popular* e hibridizando elementos de diversos setores e lugares sociais, o que, simbolicamente, representava o *frentismo patriótico* do PCB⁸¹.

Apesar da presença dos elementos táticos do programa do PCB em sua militância nos espaços sindicais, estudantis e culturais legais, era no âmbito da política formal, das disputas político-partidárias eleitorais, que a linha política da *frente única democrática* era enfatizada.

Assim, segundo Vinhas (1982, p.232), o PCB participou da construção das candidaturas vitoriosas da oposição concentrada na aliança PTB-PSD que elegeu governadores em 1965. Nesse cenário, o resultado das eleições estimulou a crença do núcleo dirigente do partido no acerto de sua linha pacífica e eleitoral.

⁷⁹ Segundo Santos e Segatto (2007) este também era um espaço onde setores da intelectualidade pecebista debatiam aspectos teóricos do marxismo e da linha política do partido o qual estavam vinculados.

⁸⁰ O Grupo Opinião tinha suas origens no Centro de Cultura Popular (CPC) da UNE, fundado por artistas e intelectuais ligados ao PCB, como Ferreira Gullar, Paulo Pontes entre outros. Para mais informações sobre o espetáculo e sua relação com a política pecebista, ver Napolitano (2013).

⁸¹ No campo cultural, Vinhas (1982, p.239) destacou o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, como uma entidade de massa, que agrupou ilustres intelectuais, artistas de diferentes áreas. Na Guanabara, segundo o autor, organizou-se Comitê Cultural, estimulando as atividades culturais pelos espaços legais, onde os intelectuais e artistas ligados ao partido utilizariam dos seus vínculos profissionais e sociais para atuar politicamente, como Jorge Amado, Caio Prado Junior, Oduvaldo Viana Filho, Leandro Konder, Di Cavalcanti, Oscar Niemeyer, Ênio Silveira, entre outros.

A partir da instauração do bipartidarismo, a luta frentista do PCB se concentrou no fortalecimento do MDB. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (1997), o partido esteve ligado ao MDB desde a sua formação na gênese do sistema bipartidário, contribuindo com sua criação, sendo, assim, o primeiro agrupamento organizado da esquerda brasileira a realizar este movimento tático na luta pela democracia. Tal pioneirismo se devia ao fato de que a organização comunista percebia o partido oficial de oposição como um espaço privilegiado para por em prática, de forma legal, a tática da *frente única democrática*. Assim, o PCB orientou a filiação de parte de sua militância aos quadros emedebistas, a fim de viabilizar a luta contra o regime militar por meio da política formal, ou seja, pela via eleitoral, nos limites do sistema político-partidário vigente.

Dessa forma, afirma-se que, apesar de numericamente minoritários nos quadros emedebistas, os membros do PCB abrigados no MDB teriam influenciado, significativamente, o funcionamento e a sua política de oposição (MOTTA, 1997). Ademais, vale frisar que, até o início dos anos 1980, os pecebistas exerceram um papel chave na articulação do MDB/PMDB em diversos estados (sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco) e intervieram decisivamente na manutenção da legenda ao longo dos anos 1970 e início dos anos 1980 (SANTOS; SEGATTO, 2007, p.36).

Motta (1997) também destaca que a presença do PCB no interior do partido oficial de oposição, ajudava-o na construção de sua legitimidade política junto a setores politizados e intelectualizados da sociedade. Em contrapartida, nos seus quadros internos, a aliança à heterogênea frente oposicionista que sustentava o MDB, rendeu-lhe críticas por parte dos setores radicalizados, sendo mais um elemento explicativo importante para as cisões que abalaram as estruturas do partido entre 1965 e 1968.

Sobre a participação de membros do PCB junto ao MDB, é importante destacar que, em alguns casos, a direção pecebista precisou ser seletiva em relação à escolha dos militantes que deveriam migrar para os quadros do partido oficial de oposição. Tal postura refletia a necessidade de se esquivar do anticomunismo impregnado nas forças repressivas que ascendiam ao poder. Dessa forma, como analisa Motta (2007, p.292) em estudo sobre a relação do MDB com as organizações de esquerdas:

O PCB que aderiu ao MDB estava bastante enfraquecido [pelas cisões internas e pela repressão] e, além disso, não podia entrar em peso no partido, pois os quadros comunistas mais experientes estavam “queimados” por serem identificados pelos órgãos de repressão. Dezenas de militantes comunistas foram cassados e/ou

impedidos de candidatar-se a vagas parlamentares pela legenda do MDB entre 1966 e 1978, forçando o PCB a filiar no partido apenas quadros mais jovens⁸².

Nesse sentido, segundo Vinhas (1982, p.237-238), já nas primeiras eleições bipartidárias de 1966, o PCB apoiou o MDB, mobilizando forças para as vitórias oposicionistas nesse pleito. Além disso, abrigando seus militantes sob a legenda oficial de oposição, conseguiu eleger em São Paulo, o Deputado Estadual Fernando Perrone (MOTTA, 2007, p.292).

Considerando esse panorama, concordamos com Chilcote (1982, p.148) quando afirma que, naquele momento, a cúpula pecebista impôs à organização uma "posição cautelosa, conciliadora", na medida em que suas táticas priorizavam o apoio ao MDB, enquanto partido de oposição moderada, e flexibilizava sua política de alianças abrindo-a a amplos setores da sociedade. Situação que se aprofundará até o final do regime militar.

Em 1968, no contexto em que a sociedade viveu a efervescência das manifestações antiditatoriais, o PCB buscou dar continuidade a sua linha de atuação, já respaldado pelas teses do VI Congresso (1967). É um momento em que o princípio tático do acúmulo de forças democráticas contra o regime encontrava um terreno fértil para sua realização diante da ascensão dos movimentos de massa que emergiram naquele ano. No entanto, para além das divergências no interior do partido, sua linha moderada, pacífica e reformista teve que disputar espaços com a *esquerda revolucionária* que expandiam sua influência nos movimentos sociais.

Segundo Segatto (1989, p.122), os comunistas buscaram de forma paciente e lenta se lançar no trabalho de massas em diversos espaços, buscando influenciá-los ou mesmo dirigi-los: estudantes, sindicatos, comunidades. No entanto, como atestou Lima (1995, p.160), "malgrado a ofensividade do programa de 67, os comunistas não conseguiriam reverter o afastamento partidário em relação ao movimento popular inaugurado com o golpe".

Assim, no início de 1968, o PCB apoiou e contribuiu para a formação da Frente Ampla, onde, segundo Vinhas (1982, p.238), atuaram dirigentes partidários como Armênio Guedes, Orestes Timbaúva e outros membros do CC, sendo forte a influência do Comitê Estadual da Guanabara e do Rio de Janeiro.

No campo sindical, o partido aprofundou sua aproximação com setores sindicais menos combativos e com lideranças *pelegas*. Apesar do otimismo em relação às lutas dos

⁸² Tal fenômeno também ocorrerá no Espírito Santo, a partir de 1978, como veremos no capítulo seguinte. No entanto, a questão não se relacionava exclusivamente com a repressão, mas pelo fato de ser uma nova geração de militantes capixaba do PCB, o principal quadro militante que rearticulará o partido naquele ano.

trabalhadores desde 1967, o partido negava e rechaçava posturas e ações mais radicais na esfera sindical, alertando para o risco da reação autoritária do regime. Dessa maneira, por exemplo, o PCB se posicionou contra a forma como fora conduzida a famosa greve de Osasco – SP, em maio de 1968, e concebia como acertada sua postura diante do movimento, já que, contra os trabalhadores, as forças repressivas endureciam a violência e a prisão contra os grevistas (SANTANA, 2001, p.171). Dessa maneira, enquanto a esquerda armada se aproximava e imprimia seu tom nas manifestações operárias de 1968, o PCB se ausentava na luta de massas e via minguar sua capacidade de direção e organização dos trabalhadores (GORENDER, 2014, p.156-157).

No movimento estudantil, marcado, principalmente, pelas manifestações de março a junho de 1968, o PCB assistiu ao estreitamento dos laços entre as organizações da esquerda armada com setores secundaristas e universitários no país. Por exemplo, a “Passeata dos Cem Mil”, no Rio de Janeiro, foi organizada por lideranças estudantis do PCBR, da AP, e como mais próximo ao PCB, da Dissidência da Guanabara. Tal situação comprovava a fragilização do partido no âmbito desse movimento social (LIMA, 1995).

A partir de outubro as manifestações de massa que inflamaram o cenário político em 1968, entravam em declínio. Um mês depois, o CC avaliou a conjuntura nacional e lançou uma Resolução Política, pela qual reafirmava as teses e princípios de atuação do partido plasmados no VI Congresso (1967). A direção nacional fazia uma leitura positiva e demonstrava otimismo em relação às manifestações de estudantes, trabalhadores e intelectuais. Por outro lado, reforçava o coro contra o que definia como “ultra-esquerdismo” e “aventurismo” das organizações de esquerda que já haviam iniciado ações de guerrilha urbana. Dessa maneira, o PCB manteve a proposta de “derrotar” o regime a partir do acúmulo de forças numa frente única democrática. Persistia a orientação às bases militantes de se manter uma linha tática que combinasse formas legais e ilegais de luta política (CHILCOTE, 1982, p.150). Mesmo diante da decretação do AI-5 e do consequente fechamento do regime, essas diretrizes não se alteraram. Mais do que isso, inicialmente, o CC encarou o contexto de avanço do autoritarismo como um momento positivo para o reforço da luta democrática.

Segundo Reis Filho (1990, p.70), esse otimismo da direção nacional pecebista era comum a outras organizações de esquerda naquele momento. Isso, pois, a leitura que se fez sobre o processo apontava para o fato de que a referida legislação autoritária expressava, por um lado, o desmascaramento do Estado autoritário brasileiro; e por outro, representava o próprio

“desespero” do governo militar na condução do país. Assim, as condições eram favoráveis para a mobilização política e social para a luta patriótica e democrática contra regime.

A Resolução Política do CC de fevereiro de 1969 mantinha a linha de ação do partido centrada na tática de trabalhar pela unidade de ação entre todas as forças de oposição, exceto os agrupamentos radicalizados na luta armada (CHILCOTE, 1982, p.151). Dessa forma, ao contrário da esquerda radicalizada que se lançou ao confronto direto contra o Estado autoritário numa “guerra revolucionária”, o PCB manteve sua postura moderada de oposição (CARONE, 1982, p.5).

Entrando a década de 1970, a aplicação da linha do VI Congresso (1967) encontrou uma série de dificuldades internas e externas ao PCB que implicou num recuo das ações pecebistas até 1974. Primeiramente, há que se considerar, como aponta Chilcote (1982, p.151), que a moderação frente à crescente repressão deixava o partido isolado e com suas atividades obscurecidas diante da ascensão dos confrontos armados entre as forças de segurança do regime e as organizações armadas comunistas.

Ao mesmo tempo, o quadro de dificuldades do partido emergiu, fundamentalmente, do próprio avanço da repressão política e da institucionalização autoritária oriundas das medidas lançadas pelo Governo Médici (1969-1974). Essas condições promovem perdas em sua militância, das bases à direção, e restringiram os espaços para a sua atuação. Ademais, o PCB recebeu forte pressão à esquerda por parte das organizações que se lançaram à luta armada e criticavam sua moderação e reformismo⁸³ (SEGATTO, 1989, p. 121).

Dessa forma, neste período, segundo Carone (1982, p. 4-6),

[...] mais de 4.000 membros e simpatizantes do partido são presos e doze membros do CC são mortos. Apesar de a estatística abranger o ano de 1979, o grosso das prisões se dá entre 1969 e 1974

[...]

A ação constante, a infiltração e o incentivo a política antiditatorial, a publicação de livros e jornais clandestinos motivam a reação policial e o PCB, sofre perdas cada vez maiores entre seus quadros. [...] a partir de 1969, vários Comitês Estaduais são atingidos e seus membros presos, centenas de militantes são sequestrados e torturados e até membros do Comitê Central são mortos [...]

⁸³Em seus próprios círculos internos, alguns grupos promoverão leituras, em certa medida, autônomas sobre o quadro político nacional. Assim, diante do avanço da repressão do Estado brasileiro, em março 1970, o Comitê Estadual da Guanabara faz sua própria interpretação sobre a realidade nacional. Através da “Resolução Política do CE da Guanabara”, os dirigentes estaduais cariocas conceituaram o regime em vigor como *fascista*. Tal tese só será absorvida pelo CC em 1973 (CARONE, 1982).

Entre 1970 e 1972, enquanto a esquerda armada sofria constantes derrotas em seus focos guerrilheiros, o discurso oficial do PCB atacava a política econômica do governo brasileiro no reforço da dependência externa, principalmente em relação aos capitalistas norte-americanos; a corrosão do salário do trabalhador brasileiro; a repressão política; as torturas e os desaparecimentos políticos. Apesar de fragilizado e acuado pela repressão sobre seus quadros, o partido considerava favorável o momento para uma ação unitária dos trabalhadores que comungavam da opressão econômica e política do contexto. A frente única democrática deveria ser alcançada por meio do reforço da militância sindical, da aproximação com a Igreja Católica⁸⁴, no parlamento com o MDB, com estudantes, intelectuais e artistas (CHILCOTE, 1982, p.156).

Santana (2001, p.171) observa que, no movimento sindical, os militantes operários pecebistas mantinham a busca por ocupar os espaços possíveis, a partir do interior das fábricas, para mobilizar os trabalhadores pelas suas demandas imediatas e contra a política de arrocho salarial do regime, e assim contra o próprio Estado autoritário.

A partir da radicalização repressiva iniciada com o AI-5, o movimento sindical teve que se restringir a “ações subterrâneas”. O trabalho da militância sindical do PCB e os debates promovidos em torno de questões da legislação trabalhista em seu órgão de imprensa “Voz Operária” permitiu à organização um avanço sensível no interior das entidades sindicais. Com esse trabalho silencioso e quase invisível, o PCB manteve a chama do movimento sindical brasileiro em pleno recrudescimento do controle repressivo sobre o mesmo (SANTANA, 2001).

No plano da resistência cultural, artistas, produtores e diretores ligados ao partido buscaram sobreviver econômica e politicamente, inserindo-se, principalmente, nos espaços abertos pela expansão da indústria cultural na sociedade brasileira. Como apontam os estudos de Napolitano (2013) e Cardenuto (2013), militantes pecebistas buscaram espaços, principalmente, na teledramaturgia da Rede Globo, empregos, mas também um “biombo” legal para que, por meio da arte, tecer críticas aos diversos problemas da realidade política e social brasileira.

No plano político formal, com o endurecimento do regime, a partir da década de 1970, o MDB se consolidou, cada vez mais, como laboratório da militância de esquerda,

⁸⁴ Vislumbrando o acúmulo de forças democráticas, o PCB reconhecia oficialmente a necessidade de trabalhar com a Igreja Católica, que, cada vez mais se posicionava na crítica e denúncia à violência do Estado autoritário brasileiro, e mais expressivamente, desde os movimentos de massa de 1968 por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

principalmente do PCB. O partido oficial de oposição é reforçado pela direção pecebista como o principal instrumento legal de oposição ao regime militar e canal de divulgação de suas plataformas e de inserção política de seus quadros militantes (MOTTA, 2007, p.300). Dessa forma, nas eleições estaduais e federais de 1970 e municipais de 1972, o PCB apoiou o MDB e tentou inserir candidaturas abrigadas na sigla oficial nesses pleitos.

Nas eleições de 1970, para o MDB e outros setores de oposição, a superação dos votos daquela legenda pelo número de votos nulos e em branco indicava a descrença e desesperança dos eleitores brasileiros em relação ao partido de oposição oficial e à própria política institucional (MOTTA, 1997, p.136). Para o PCB, o sucesso da “campanha do voto nulo” significava, já naquele momento, um forte indício de descontentamento popular com o regime militar, expressando a posição de não participar do seu “sistema representativo de fachada” (SANTANA, 2001, p.172). Segundo Lima (1995), tal perspectiva pecebista se tratava de ser um dos elementos característicos do discurso oficial do partido entre 1969 e 1974: o otimismo exagerado em relação à redemocratização e ao fim do regime⁸⁵.

No entanto, por outro lado, a violência repressiva lançada pelas forças de segurança do Governo Médici (1969-1974) contra os focos guerrilheiros no país soava perigosa para a direção nacional do PCB, que sentiam o aumento da insegurança sobre a organização. Dessa forma, o CC adotou, como dispositivo de segurança, a ação de exilar na Europa a maior parte dos seus membros, a partir de 1973, ficando o partido, praticamente, sem sua direção nacional no país até 1980⁸⁶.

Nesse contexto, analisando a conjuntura política e econômica nacional, por meio da Resolução Política *Por uma frente patriótica contra o fascismo* (1973), a direção nacional do PCB adotou a perspectiva que já havia sido ditada pelo Comitê Estadual da Guanabara desde 1970. Nesses termos, diante do avanço da repressão e do fechamento maior do sistema político, o partido definiu que o Brasil vivia sob o controle de uma *Ditadura fascista*. Além de

⁸⁵Segundo Lima (1995), o arrefecimento da repressão indicava ao partido o isolamento e a instabilidade do regime militar. As disputas no meio militar eram compreendidas como “brechas” para tentativa de cooptar setores das Forças Armadas para causa democrática. Além disso, divergências na Arena, no Superior Tribunal Federal e no Superior Tribunal Militar indicavam ao partido um quadro de crise político-institucional. Para aquele autor, erros graves de leitura que fomentavam um otimismo exacerbado em torno da frente democrática e o fim do regime naquele momento.

⁸⁶Segundo Carone (1982, P.6-7), a ida da maioria do CC do partido para a Europa, em 1973,, acompanhando o caminho tomado pelo seu Secretário Geral Luis Carlos Prestes, em 1971, era uma questão de sobrevivência política diante do avanço da repressão. Entre os que estiveram fora do país até 1980, estavam nomes como o de Armênio Guedes, Zuleika D’Alembert e outros. Em 1975, foi a vez de partir para o exílio outra figura chave da organização, Giocondo Dias. Da Europa o CC formulará suas orientações aos militantes e demais dirigentes que no país permaneceram.

totalitário e antidemocrático, o governo militar ainda era definido como antinacional. Isso, pois, para o partido, o modelo de desenvolvimento econômico que fomentou o “milagre” subordinava o país aos interesses econômicos das potências capitalistas internacionais e se sustentava na exploração dos trabalhadores no campo e na cidade (CARONE, 1982).

Dentro dessa perspectiva, a proposta frentista do partido alargou os seus limites, abrindo espaço para *todos os setores democráticos e patrióticos* interessados em combater a ordem vigente. Neste sentido, o partido apontava para a aproximação entre operários, camponeses, classe média, e setores burgueses nacionais desprestigiados pelo governo, em torno de uma *frente única patriótica e democrática contra fascismo*. Assim, a organização estipulava um precedente para ampliar o seu leque de alianças com segmentos sociais e políticos diversos. Nesse sentido, inclusive, orientava, uma possível convergência com alas da ARENA que comungassem da defesa das causas democráticas (CARONE, 1982).

Essa leitura sobre o Governo Médici (1969-1974) foi transposta ao seu sucessor, o Governo Geisel (1974-1979). Assim, o partido não aludia um horizonte no sentido de uma mudança no caráter do regime, mas sim, da continuidade do processo *fascistização* que decorria desde a decretação do AI-5 (CARONE, 1982)

Com tais perspectivas, e diante das duras derrotas sofridas pela luta armada, podemos perceber que se mantinha a visão do CC, pela qual a derrubada do regime passava pela aplicação das proposições do VI Congresso (1967). Nesse sentido, pautava-se a aproximação com setores para além da esquerda e das massas populares, ao mesmo tempo em que não se excluiu o caminho eleitoral como opção prioritária para a derrubada do regime. É dessa maneira que podemos compreender o alto grau de envolvimento dos pecebistas nas eleições parlamentares de 1974, envidando todos os seus esforços para a mobilização de massa em prol das candidaturas do MDB. Como veremos adiante.

3.3 O PCB NO ESPÍRITO SANTO NO PÓS-GOLPE: APONTAMENTOS GERAIS

Segundo as indicações de Alves e Simões (1996, p.90), entre o Golpe de 1964 e o início dos anos 1970, desencadeou-se um processo de desarticulação da organização e das atividades do PCB no Espírito Santo, resultado, principalmente, dos impactos da repressão ao partido.

Nessa direção, já no dia 31 de março de 1964, o semanário “Folha Capixaba”, jornal do PCB no estado, foi fechado por ordem do 3º Batalhão de Caçadores (3º BC). No contexto da

primeira leva de expurgos do novo governo militar contra o parlamento brasileiro, constou em sua lista inaugural, o nome do Deputado Federal capixaba, Ramon Oliveira Netto, que, como já destacamos, era um militante pecebista abrigado sob a legenda do PTB-ES.

Num relato do membro da base Darly Santos ao militante Francisco Flores, em março de 1974⁸⁷, na Rádio Espírito Santo, Darly Santos descreveu o quadro de dispersão do PCB-ES nos primeiros momentos pós-golpe:

Logo nos primeiros dias após o golpe militar, a dispersão da militância comunista foi geral. Um tipo de dispersão que eu entendi, no princípio, pois a situação não estava muito clara e tangível a ponto de se saber o que deveria ser feito. Todos os membros do partido conhecidos meus, da direção ao militante de base, pareciam estar evitando locais públicos, talvez para não virar alvo de provocações dos que comemoravam o novo regime (SANTOS apud FLORES, 2013).

Corroborando com essa interpretação, o ex-militante estudantil pecebista Perly Cipriano relata sobre as dificuldades de articulação do partido⁸⁸. A partir de 1964, depois de coordenar o setor secundarista do PCB-ES, Perly Cipriano passaria a militar no Movimento Estudantil da UFES (ME-UFES), ao ingressar no curso de Odontologia. Por meios de suas experiências, afirmou que, até o golpe daquele ano, o partido vinha numa crescente em suas atividades, junto aos sindicatos urbanos e rurais, no movimento estudantil, e com o seu jornal legal. Porém, a partir daquele fato e do início das ações repressivas, a organização teria ficado muito desestruturada (CIPRIANO, 2016).

Ainda assim, membros do partido que atuavam no meio sindical e no movimento estudantil teriam participado de um primeiro ato de resistência ao golpe em 01 de abril de 1964, como nos narrou Perly Cipriano, que participou do protesto como membro da União Estadual de Estudantes (UEE):

No dia 01 de abril, nós fizemos a primeira resistência ao golpe. Foi uma assembleia dos trabalhadores, chamado pela Frente de Mobilização Popular, pela CGT, no Sindicato dos Portuários. Fizemos uma marcha lá do sindicato até a Praça Oito, quase tudo se concentrava lá.

[...]

⁸⁷O relato do falecido militante do PCB-ES, o jornalista e radialista Darly Santos, do qual nos referimos neste texto, refere-se a uma conversa entre ele e o outro militante do partido, Francisco Flores, realizada em 1974, e registrada por este último e postada em sua página virtual, em 2013. Disponível in: <http://cronicasdechicoflores.blogspot.com.br/2013/05/tambem-temos-nossos-martires-sim-senhor.html> Acesso em: 14 fev. 2013.

⁸⁸Segundo nos narrou, Perly Cipriano teria iniciado sua militância no início dos anos 1960, quando se mudou de Barra de São Francisco-ES (interior do estado) para Vitória-ES. Em 1964, teria sido uma espécie de coordenador do setor de estudantes secundaristas do PCB-ES, atuando no movimento estudantil. Foi também representante estudantil na Frente de Mobilização Popular, na defesa e divulgação das reformas de base no pré-Golpe. Em 1969, transferiu-se para a Aliança Libertadora Nacional (ALN).

Teve essa do porto, dos trabalhadores, e teve outra da UEE. Nós fomos para UEE e de lá fizemos uma marcha da UEE, atravessamos a [Praça] Costa Pereira, a Praça Oito, e fomos até o Palácio cobrar uma posição do governador [...] (CIPRIANO, 2016).

Segundo Darly Santos, a reorganização das bases do partido teria sido obra quase de iniciativa autônoma da militância em suas *células* partidárias, como ele mesmo relata: “[...] a dispersão durou até o dia em que resolvemos reunir a pequena base do partido que funcionava na Rádio Espírito Santo e que era integrada por mim, Maurício de Oliveira, Adam Emil Tshartorisk, Cody Santana Có e Anselmo Gonçalves” (SANTOS apud FLORES, 2013).

Perly Cipriano (2016) recordou que, depois do Golpe de 1964, o partido teria assistido a um recuo na militância sindical e um relativo avanço no movimento estudantil. No primeiro setor, a justificativa, segundo aquele ex-militante, encontrava-se no processo de intervenção estatal lançado sobre os sindicatos na Grande Vitória-ES, como o dos metalúrgicos e da área portuária, o que resultou, inclusive, na prisão de militantes do PCB-ES “Romeu” e “Agostinho”.

Mesmo assim, a militância sindical pecebista ainda teria conseguido ocupar a direção do sindicato dos trabalhadores da empresa “Ferro e Aço”, concorrendo com militantes do PC do B, aplicando a orientação de se inserir e liderar a partir do *chão de fábrica*. Assim, segundo Perly Cipriano (2016):

Na época só tinha a Ferro e Aço. Nos sindicatos dos metalúrgicos fizeram intervenção. O Pimentel que era do PC do B acabou sendo, praticamente, o candidato do interventor, que era o “Coronel”. Daí já na luta interna do PCB [...] Tinha a eleição para tirar o interventor e surgiram 03 chapas: uma chapa que o interventor apoiou, que foi essa do PC do B, com Pimentel; nós que já estávamos numa luta interna com essa divergência organizamos uma chapa também. Nessa chapa, para organizar essa chapa eu fui ao Rio de Janeiro e consegui trazer o Edvacyr Martins, que está aqui hoje. Ele veio, e conseguiu trabalhar na Ferro e Aço. E com ele nós divulgamos, e criamos uma chapa. Eram três chapas que concorreram. Ganhou a chapa que nós apoiamos. [...] (CIPRIANO, 2016).

Em outra frente, segundo Amarildo Mendes Lemos (2014, p.166), os pecebistas capixabas, desde os limiares do regime militar, teriam atuado na organização dos movimentos comunitários de Vila Velha-ES, como a Associação de Moradores do bairro São Torquato.

Já no movimento estudantil, apesar das intervenções na UEE, o PCB-ES teria conseguido ocupar a direção da entidade central de organização do movimento estudantil. Narrando esse processo, Perly Cipriano (2016), nos fornece evidências da aplicação prática da política de amplas alianças da militância pecebista nesse setor:

Houve intervenção, nós retomamos o prédio e fizemos uma eleição. Elegemos na UEE, Antônio Carlos Darlô. Ele era da medicina, já era do PCB. Ele foi como independente e nós: “olha você é independente”. E aí um grupo da Ação Popular e da JUC [Juventude Universitária Católica], e outros grupos também, nós fizemos aliança com o PC do B, e apresentamos ele como independente. Então ele foi eleito no Congresso, Antônio Carlos Darlô, mas ele já era do Partido Comunista Brasileiro.

O PCB-ES no ME-Ufes teria ainda conquistado alguns diretórios acadêmicos, como o da Odontologia. O partido chegou a contar com um Comitê Universitário que foi dirigido no final da década de 1960 por Renato Viana Soares, Xerxes Gusmão Neto, entre outros (CIPRIANO, 2016).

Expressando a orientação em torno da luta frentista e por vias institucionais no Espírito Santo, o PCB também direcionou o seu apoio a quadros emedebistas capixabas nas eleições de 1966. Dessa maneira, segundo Alves e Simões (1996, p.90), o partido “sentindo os efeitos da repressão se restringiu a apoiar a candidatura a deputado de Dáilson Laranja”. Além desse, Perly Cipriano recordou que os pecebistas também apoiaram o nome de Mário Gurgel (MDB) neste pleito (CIPRIANO, 2016). Em 1970, o PCB chegou a “lançar a candidatura” não eleita de Ferdinand Berredo de Menezes ao Senado, alcançando 18,79% dos votos válidos⁸⁹ (ALVES; SIMÕES, 1996, p.90).

De acordo com as narrativas de Darly Santos (apud FLORES, 2013) e Perly Cipriano (2016), conseguimos identificar alguns quadros da direção partidária no final dos anos 1960. O então CE-ES tinham como figuras principais os nomes de Francisco Souza, antigo militante potiguá⁹⁰; o jornalista Otacílio Gomes, o médico José Caetano Magalhães de Jesus – antigo comunista conhecido como “Dr. Magalhães”; o político Aldemar de Oliveira Neves; o violonista Maurício de Oliveira; o sindicalista Manoel Santana; e Enéas Pinheiro.

No VI Congresso do PCB (1967), o Espírito Santo chegou a ser representado pelo dirigente capixaba Otacílio Gomes. Este, junto com Antônio Ribeiro Granja, integrou o novo CC, como suplente e titular, respectivamente. Os dois ainda se juntaram na cúpula partidária a outro capixaba, Orlando Bonfim, que atuava pelo PCB-MG.

⁸⁹Ferdinand Berredo de Menezes faleceu em setembro de 2015. Não conseguimos entrevistá-lo. Sobre sua relação com o PCB-ES, há indicativos imprecisos de que ele de fato fosse membro do partido, como defendem Alves e Simões (1996). Os ex-militantes por nós entrevistados discordam sobre a questão. No entanto, fica o registro de que pelo menos até 1982, sua ligação com a militância pecebista era orgânica, com mútuo apoio e suporte político. Assim, por exemplo, diversas reuniões partidárias, no final da década de 1970 e início dos 1980 teriam acontecido em seu apartamento, situação citada em inúmeros depoimentos com os quais trabalhamos.

⁹⁰ Segundo Perly Cipriano (2016), ele teria participado dos Levantes Comunistas de 1935, no Rio Grande do Norte.

Segundo Perly Cipriano (2016), a partir de 1966, o PCB-ES sofreu dois duros reverses, que acelerou a desarticulação de suas atividades no estado. Ocorreram rachas internos refletindo os conflitos na direção nacional que geraram dissidências e defecções no CC e nas bases, o próprio Perly Cipriano se transferiu para a ALN em 1969, nesse sentido, o partido perdeu significativos quadros da juventude e alguns sindicais para o PCBR, nesse período. Ademais, a continuidade das ações repressivas fragilizou sua militância e favoreceu ao desmonte do CE-ES.

Entre 1964 e 1973, a atividade repressiva sobre os membros do PCB-ES foi intensa. Darly Santos e Francisco Flores, lembrando, em 1974, elencaram alguns históricos e jovens militantes partidários da base e da direção que se viram cerceados pelas forças de segurança do aparelho repressivo, principalmente aqueles que faziam parte do jornal “Folha Capixaba”. Entre eles, são citados e “identificados”, os seguintes:

[...] *Clementino Dalmácio*, diretor-gerente da Folha, que foi preso várias vezes e está respondendo a Inquérito Policial Militar [...] com base na Lei de Segurança Nacional, por crime de subversão; *Vespasiano Meirelles*, diretor-proprietário da Folha, que há dois anos [1972] foi preso pela terceira vez desde o golpe e também está respondendo a IPM por subversão; *Hermógenes Lima Fonseca*, diretor-responsável da Folha, que está respondendo IPM por subversão e também sofre a humilhação de prestar contas de sua vida e seus afazeres aos órgãos de repressão, praticamente, todo dia; e *Manoel Santana*, colunista da Folha, igualmente preso duas vezes até agora, submetido a torturas e que está respondendo IPM e não se encontra bem de saúde, em função das torturas.

[...] *Zélia Stein*, aquela jovem lourinha que publicava poemas modernos na seção “Página dos Jovens” da Folha Capixaba e militava também no DCE da UFES, que foi presa, sofreu tortura e mudou-se do Espírito Santo para sempre [...]

[...] *Xerxes Gusmão Neto*, que editava a “Página dos Jovens” na Folha Capixaba e tinha militância ativa no DCE da UFES, e com *Ewerton Guimarães* que também escrevia na mesma seção dos jovens e militava no movimento estudantil universitário, só que esses dois, mesmo sob vigilância [sic] dos órgãos de repressão, continuaram no Espírito Santo, pois daqui não tinham como sair. Ainda na relação de jovens estudantes e colaboradores da Folha vítimas da repressão estão *Jorge Wilson Pereira*, que resolveu deixar Vitória e ir para Barra de São Francisco [...] e *Renato Soares*, que conseguiu fugir do Brasil e se asilou [sic] na Europa.

A lista é grande [...] dela também constam *Nelson Ortega*, aquele redator [...] da Folha e que, até hoje, não se sabe se foi preso ou se, simplesmente, fugiu do Espírito Santo. Temos o repórter *Antônio Germano* que foi proibido de exercer o jornalismo e o redator da editoria de política *Mário Mainardi*, que também foi obrigado a largar o jornalismo (FLORES, 2013, grifo nosso).

Outros documentos do Superior Tribunal Militar (STM), do final da década de 1960 e início dos anos 1970, nos dão alguns indicativos sobre a ação repressiva sobre os pecebistas

capixabas. Nesse caso, a Ação Penal nº 8.591⁹¹, resultante de denúncia realizada em agosto de 1966, acusa um conjunto de supostos de militantes do PCB no Espírito Santo pela tentativa de supressão da independência do Brasil, tentativa de subversão, associação prejudicial à segurança nacional, agrupamento perigoso à segurança nacional, incitação a crime contra a segurança nacional e agrupamento paramilitar. Entre os réus constavam 41 nomes. Entre os punidos, após julgamento, em 1969, estiveram: Enéas Pinheiro de Souza (03 anos e 06 meses de reclusão), Pedro Rodrigues Frade (04 anos de reclusão), Arlindo Sperandio, Jephthe Barbosa de Mattos e de André Germano da Silva (03 anos e 04 meses de reclusão); Orlando Lerbach, Domingos Cândido da Silva, Jair Storch e de Pedro Magalhães Barbosa (06 meses de reclusão); e José Caetano Magalhães de Jesus, João Luiz da Silva e de Elpenor Elias (02 anos de reclusão)⁹².

Entre os dirigentes pecebistas perseguidos e presos pelas forças de repressão da ditadura militar, em 1973, foi apreendido o então Secretário Político do PCB-ES, o radialista e ex-redator-chefe do jornal pecebista “Folha Capixaba”, Otacílio Gomes. Segundo alguns pesquisadores (LIMA, 1995; VINHAS, 1982), a prisão do dirigente pecebista capixaba teria contribuído para os órgãos de segurança mapear o PCB e realizar uma série de ataques ao partido em meados da década de 1970. Isso, porque, ele teria “entregado” informações dos locais de encontro, aparelhos do CC, delegados do VI Congresso (1967), e suas funções à polícia política durante a prisão.

O panorama de desmantelamento das atividades do PCB-ES no início da década de 1970 foi narrado oficialmente em 1980 num documento intitulado “Rumo ao VII Congresso”, de autoria de um novo CE-ES. Assim, esse processo teria ocorrido da seguinte maneira:

No início da década de 1970, o então CE do Partido deliberou enviar seu principal dirigente para fora do Estado, por entender que não existiam condições mínimas de segurança para mantê-lo aqui e por avaliar os riscos que sua prisão poderia causar à Organização. Entregou-se aos cuidados do Comitê Central, que resolveu escondê-lo em refúgio de duvidosa segurança, com um enorme ‘liberalismo’ das pessoas que ali circulavam. A queda deste refúgio, e nele o companheiro dirigente, redundou no imediato desmantelamento do CE do Espírito Santo, em decorrência da prisão de quase todos os seus titulares e suplentes. Caíram, também, as organizações de base

⁹¹ Tivemos acesso ao referido documento por meio do acervo digital do site do projeto “Brasil Nunca Mais Digital”. Disponível in: <http://bnmdigital.mpf.br/sumarios/500/494.html#T1>. Acesso em: 13 mar. 2016.

⁹² Desses, depois de uma série de recursos e apelações estiveram penas alteradas os seguintes: Elpenor Elias, José Caetano Magalhães de Jesus e de Arlindo Sperandio, para condená-los às penas de 01 ano de reclusão, 01 ano de detenção e de 01 ano e 06 meses de detenção, respectivamente. Ademais, foi dado parcial provimento aos apelos de Pedro de Magalhães Barbosa e de Jair Storch, para condená-los à pena de 06 meses de reclusão, declarando-se, porém, extinta sua punibilidade, em razão da prescrição. Teria sido homologada a desistência aos embargos de José Caetano de Magalhães de Jesus. Dados da Ação Penal nº 8591 do STM. Disponível in: <http://bnmdigital.mpf.br/sumarios/500/494.html#T1>. Acesso em: 13 mar. 2016.

do Norte e do Sul do Estado, levando o partido em massa para os porões da repressão (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980).

Essa situação começará a ser revertida a partir da segunda metade da década de 1970, quando se inicia um processo de reorganização do PCB-ES. Dele resultará a reorganização do CE-ES e a retomada das atividades partidárias. Esse processo se dará, mais especificamente, a partir de 1978, num novo contexto institucional do regime militar, com novos atores e novas experiências políticas reconstruindo a militância pecebista capixaba. Tais fenômenos, trataremos nos capítulos seguintes, sendo eles, objetos centrais do estudo proposto nesta pesquisa.

4. O PCB E A DITADURA MILITAR: A LUTA INSTITUCIONAL NOS ESPAÇOS E RESTRIÇÕES DA POLÍTICA DE DISTENSÃO (1974-1978)

4.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA ENTRE 1974 E 1978

A partir de 15 de março de 1974, o general Ernesto Geisel assumiu a Presidência. No plano político-institucional, seu governo foi marcado pelo início do processo de liberalização do sistema político brasileiro. Em seus primeiros discursos, o novo presidente já anunciava a implantação de uma nova etapa do processo de institucionalização do regime militar com o que chamou de *política de distensão*.

O início de uma *política de distensão* significava que, a partir de então, seriam adotadas medidas que permitissem a *abertura lenta, gradual e segura* do regime. Assim, apontava-se para uma liberalização política sob o controle do sistema militar. Nessa direção, não se previa a manutenção do modelo político tal como estava em vigor, porém, não se pautava o retorno imediato à plena democracia.

Nesses termos, Napolitano (2014, p.234) ressalva que os processos definidos quase como homônimos, de “distensão” e “abertura”, precisam ser delimitados temporalmente e, sobretudo, diferenciados em sua forma e conteúdo. Para o autor, ambos tratam de um projeto de institucionalização do regime, baseado numa visão estratégica de Geisel e sua equipe de governo – com destaque para a participação Golbery do Couto e Silva, Ministro do Gabinete-Civil. Assim, a cúpula *geiselista* considerava que a repressão era insuficiente e arriscada para tutelar o sistema político, sob o risco de isolamento do governo. Ao mesmo tempo em que, conjunturalmente, o regime reuniria condições possíveis para a retomada das reformas que permitiriam a construção de uma *democracia tutelada*.

[...] a ‘subversão’ havia sido neutralizada com o desmantelamento das organizações de guerrilha, a oposição legal estava sob controle, e um certo grau de prosperidade econômica havia sido alcançado. Para boa parte dos militares, o país aparentemente gozava das condições ideais para a instauração de uma ‘nova ordem democrática’, e consequente retorno dos militares à caserna após tantos anos de exercício direto do poder. Uma distensão, lenta, gradual e segura era a melhor fórmula para a construção desta tão almejada ordem política [...] (KINZO, 1988, p.220).

Dessa forma, a *distensão* seria a política do governo militar até o final de 1977, pautada na institucionalização da exceção, descompressão pontual, restrita e tática, projeto estratégico de retirada para os quartéis. Ao passo que, a *abertura* do regime, baseada numa agenda política

que possibilitasse a *transição* para a democracia, só floresceu, mais precisamente, a partir de 1978 principalmente, durante o governo de João Batista Figueiredo (1979-1985) (NAPOLITANO, 2014).

As medidas encaminhadas pelo governo da distensão refletiam e dialogavam de forma casuística com o novo panorama econômico, político e social que se desenhava desde finais de 1973. Primeiramente, Geisel assume a presidência enfrentando dificuldades no contexto de início do esgotamento do modelo do “milagre econômico”. Isso significava que o governo militar perdia sua principal base de legitimidade social, na medida em que os efeitos da desaceleração econômica impactavam o cotidiano das elites e camadas médias brasileiras⁹³. Para Alves (2005, p.223), emergia como necessário ao governo buscar outras bases de legitimação política e social para a manutenção do controle sobre o processo político pelo sistema militar que governava o país desde 1964.

No campo das oposições, a luta armada havia sido derrotada, no início de 1974, quando as forças de segurança do regime terminaram de desarticular o foco guerrilheiro do PC do B, no Araguaia-PA (ANGELO, 2009, p.104). No entanto, a violência aplicada pelo Estado no combate aos grupos guerrilheiros e a expansão da repressão à sociedade pelo AI-5, propiciou o deslocamento crescente da oposição para as camadas médias, a Igreja e setores da elite, preocupados com a tortura, com os desaparecimentos políticos, e com as graves violações dos direitos humanos (ALVES, 2005, p.377).

Dessa forma, aquelas questões mobilizaram setores católicos capitaneados, principalmente, pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, da Arquidiocese de São Paulo, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁹⁴. Nessa direção, também se encaminhou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Pela liberdade de expressão e fim da censura, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) passou a questionar o autoritarismo estatal.

Diante desse contexto, podemos considerar que,

⁹³ A economia brasileira sofreu os primeiros impactos da crise internacional do Petróleo de 1973, expondo o grau de dependência dos recursos energéticos externos da industrialização nacional. A inflação, já em 1974, duplicava, enquanto o PIB caía pela metade. Nessa conjuntura, como resposta, e visando a manutenção de suas bases sociais de apoio político, o novo governo prometeu a manutenção dos índices de crescimento e o aperfeiçoamento do democrático (NAPOLITANO, 2014).

⁹⁴ As relações entre a Igreja Católica e o regime militar se distanciaram, principalmente, a partir da morte do estudante da USP, Alexandre Vannuchi Leme, em março de 1973, nas dependências do DOI-CODI em São Paulo, comovendo estudantes e parte da comunidade católica paulista. Esse fato e sua repercussão fez com que a cúpula católica brasileira assumisse o tema dos direitos humanos como eixo central de crítica ao regime. Em 30 de março, foi realizada uma missa em memória do estudante reuniu cinco mil pessoas, sendo considerado o primeiro ato de massa contra o regime desde 1968 (NAPOLITANO, 2014, P.244-245).

A teoria da ‘distensão’ pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica. Associando-se a níveis mais elevados (mas sempre controlados) de participação política, os planejadores do Estado intentavam erigir mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores da oposição. Desse modo, a ação do Estado, especialmente no primeiro período do governo Geisel, destinava-se a dismantelar gradativamente os mecanismos mais explícitos de coerção legal, simbolizados no Ato Institucional nº5. Além disso, dar-se-ia especial atenção ao sistema eleitoral, a fim de obter suficiente flexibilidade para um processo aparentemente livre de escolha e ainda assim garantir ao partido do governo força eleitoral a longo prazo [sic] (ALVES, 2005, p.223-224).

A partir de 1974, os políticos da oposição moderada, até então abafados pelo AI-5, revigoraram-se. Concentrados no MDB, obtiveram importantes conquistas eleitorais naquele ano. Depois do êxito da estratégia política das “anticandidaturas” presidenciais de 1973, os emedebistas aproveitaram um ambiente de maior liberdade de campanha no início do Governo Geisel (1974-1979), para, por meio do uso do rádio e da televisão, divulgar suas propostas e debater com os candidatos arenistas.

Naquela conjuntura, o MDB se lançava a ocupar todos os espaços políticos disponíveis. Ao mesmo tempo, a sigla passou a atrair diversos setores de oposição, inclusive da esquerda armada, que reavaliavam suas táticas de combate ao regime. Assim, com uma nova postura, organizações como o PC do B e o MR-8 adotavam como tática de resistência o empenho na luta política formal e pacífica, inserindo-se no interior da frente emedebista (ALVES, 2005, p.226). Notamos que, dessa forma, elas assumiam o caminho defendido pelo PCB desde o início do governo militar, o qual, até aquele momento, se dedicaram a criticar.

Nessas condições, no pleito de 15 de novembro de 1974, o MDB ascendeu nacionalmente com vitórias que indicavam o seu crescimento eleitoral e a sua afirmação como canal político das oposições. Para o Senado, dos 22 postos em disputa, o MDB conquistou 16 (com 50% dos votos), aumentando de 07 para 20 o número de senadores. Na Câmara Federal, obteve 44% das cadeiras, passando a inviabilizar as ações unipartidárias arenistas, já que a aprovação de medidas no Congresso exigia um *quórum* mínimo de dois terços. No âmbito estadual, a oposição conseguiu se tornar a maioria em 06 estados da Federação, inclusive, em importantes centros econômicos e políticos do país, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, e Paraná (COUTO, 1999).

Nesse momento, o MDB superava a imagem desacreditada enquanto canal de oposição política. Segundo Kinzo (1988), o crescimento do partido a partir de 1974 se deu principalmente nas áreas mais urbanizadas e industrializadas do país, regiões onde, ao mesmo tempo, a ARENA declinava eleitoralmente. O eleitorado emedebista se expandia, principalmente, entre as camadas mais pobres dos grandes centros, o que expressava o

resultado da construção de uma identificação partidária que via na sigla a imagem de um “partido dos pobres”, daqueles que, de alguma forma, estavam sendo vitimados pelo sistema político e econômico em vigor.

No Espírito Santo, não se reproduziu o fenômeno da ascensão do MDB. Segundo Oliveira (2013), a população capixaba não incorporou a ideia do *voto de protesto* contra o regime e, assim, não transferiu seu apoio para a sigla. O partido havia perdido uma série de membros de peso eleitoral na primeira metade da década 1970, cooptados pela ARENA⁹⁵. Nessas condições, o MDB-ES construiu suas candidaturas com os nomes de Dirceu Cardoso para o Senado e Berredo de Menezes na suplência; e para a Câmara Federal as candidaturas de Argilano Dario, Pedro Maia de Carvalho, Aloízio Santos, Humberto Pinheiro Vasconcelos, Arnaldo Pratti, Tranquilo Dias, Meroveu Pereira Cardoso, Mario Alves Moreira.

Nos resultados das eleições estaduais de 1974, apesar de um leve crescimento do MDB capixaba, o predomínio da ARENA se manteve. No Senado, o partido de oposição conseguiu eleger Dirceu Cardoso⁹⁶. Na Câmara Federal, o partido governista conquistou 05 das 08 vagas em disputa, enquanto o MDB conseguiu reeleger Argilano Dario – como o mais votado (5,5%) dos votos. Além dele, duas jovens lideranças emedebistas alcançaram o parlamento Federal, sendo eles Mario Moreira Alves e Aloizio Santos. Já na Assembleia Legislativa, a oposição mantinha-se em minoria, uma vez que os arenistas conquistaram 15 das 24 vagas (OLIVEIRA, 2013, p.265-266).

Após as eleições de 1974, o governo militar deu sinais de continuidade à flexibilização política anunciada pela *política de distensão*. Nesse sentido, depois de reconhecer os resultados eleitorais, Geisel anunciou, ainda no final desse ano, o fim da censura prévia sobre a imprensa liberal, criando um ambiente de maior liberdade de informação e de debates nos noticiários impressos, na TV, no rádio, e nas artes, principalmente, a partir de 1976⁹⁷.

No entanto, pelo menos até 1977, as ações do Governo Geisel (1974-1979) não implicaram no imediato aprofundamento do processo de liberalização. Segundo Napolitano (2014, p.239), esse caminho foi marcado ainda por contradições, avanços, desvios e recuos, que

⁹⁵Segundo Oliveira (2013, p.251-252), “debandaram” para a ARENA, emedebistas da ala composta por ex-pessedistas, como Miceil Chequer, Carlos Alberto Von Shigen (“Carlito”), e de alguns petebistas como Ely Junqueira e Solon Borges.

⁹⁶ Para Oliveira (2013, p.268-269), a vitória de Dirceu Cardoso (MDB) resultava mais dos rachs internos da ARENA do que pelo mérito da sigla de oposição e do fenômeno do *voto de protesto*.

⁹⁷ Segundo Couto (1999), entre 1974 e 1978, a censura perde força no país. Geisel não editou normas liberalizantes para o setor, mas adotou orientações que permitiram uma maior liberdade à mídia. Em janeiro de 1975, findou-se a censura prévia ao jornal “O Estado de São Paulo”, setor crítico ao regime, e no ano seguinte, à revista “Veja”.

expressavam a visão gradual e segura do processo que tinham os idealizadores da *distensão*. A cúpula *geiselista* vislumbrava uma transição de médio e longo prazo subordinada à segurança do regime militar. Dessa forma, falava-se em liberalizar, mas não se abria mão dos instrumentos e órgãos repressivos.

Dessa maneira, os elementos de segurança da política de distensão se evidenciaram já em 1975. A partir dos resultados eleitorais de 1974, cresceu a pressão interna ao governo por parte dos setores à direita das Forças Armadas exigindo um maior controle do processo político. Externamente, as oposições democráticas civis também recrudesçam.

Nessas condições, segundo Alves (2005), o governo se viu pressionado e foi orientado pelo Sistema Nacional de Informações no sentido de adotar medidas visando brear o crescimento da oposição, principalmente, no campo político-partidário. No horizonte, as próximas eleições de 1976 e 1978, influenciariam a composição do Colégio Eleitoral e responsável pela escolha do próximo presidente da República.

Neste sentido, contrastando com a faceta liberal do seu discurso, o General Geisel utilizou os instrumentos de exceção e a repressão para combater os setores que considerava indesejáveis e que poderiam obstaculizar a *abertura*. Dessa forma, por exemplo, já em 1975, o governo militar elegia o PCB como seu inimigo prioritário, na medida em que era visto como o responsável pela vitória da oposição nas eleições do ano anterior (NAPOLITANO, 2014, p.249-250). Como veremos adiante, mesmo com sua trajetória de oposição moderada, o partido viveria mais uma onda repressiva. Nessa direção também, ao contrário do setor liberal, a imprensa de esquerda ainda se viu censurada e vítima de atentados por parte de setores mais exaltados das forças de segurança do regime (COUTO, 1999, p. 171).

A repressão também foi lançada contra o MDB. Utilizando dos poderes que lhes atribuía o AI-5, em julho de 1975, por exemplo, Geisel cassou o mandato senatorial de Wilson Campos (PE). Em 1976, deputados federais e estaduais emedebistas perderam seus mandatos e direitos políticos (COUTO, 1999, p.194). Entre 1975 e 1976 a face de um regime que ainda vigiava, prendia, torturava e matava explodiu no noticiário brasileiro, a partir de dois fatos emblemáticos no processo de distensão e abertura política. Primeiro, o assassinato sob a farsa de suicídio do jornalista Vladimir Herzog nas instalações do DOI-CODI paulista, no II Exército. Depois, em condições parecidas, apareceu morto no mesmo prédio, o operário sindicalista Manoel Fiel Filho. Ambos os casos repercutiram na mídia e aguçaram os sentimentos oposicionistas em diversos segmentos sociais e políticos, principalmente por

parte da Igreja, da OAB e da ABI⁹⁸. Para o governo, os culpados seriam a extrema-direita militar, a “linha dura”.

Segundo Napolitano (2014), a partir de então, criou-se a visão que a “linha-dura” do regime se rebelava contra a distensão e atuava como força paralela, fugindo ao controle presidencial. Baseado nesses argumentos e apontando a falta de comando sobre os agentes da repressão, Geisel optou por exonerar o comandante do II Exército, Ednardo D’Ávila Mello, responsável por aquelas operações, e nomeou para o seu lugar o General Dilermano Gomes Monteiro, de perfil mais moderado. Para aquele autor, mesmo o governo considerando a utilidade dos órgãos de repressão no combate às esquerdas e aos movimentos sociais, atuando daquela maneira, eles colocavam em risco o processo de institucionalização. Nesses termos, tais setores precisavam ser controlados, o que justificava a mudança de comando. Por outro lado, o presidente tentava demonstrar força sobre os militares mais exaltados do regime.

Neste sentido, a demissão do comandante do II Exército daria início ao que Couto (1999, p.192-194) definiu como processo de “enquadramento das Forças Armadas”. O governo tentava imobilizar as forças repressivas exaltadas, buscando neutralizar sua pressão e limitar a autonomia da direita militar que atuava no seio da Comunidade de Segurança e Informações. Tais controles, no entanto, não representou a desmontagem e o fim das ações do aparelho repressivo e das ações radicais de direita. Passo maior foi dado em 1977, quando, no início do processo sucessório, o presidente desarticulou o golpe planejado pelo Ministro do Exército, Sylvio Frota, visto como braço político da extrema-direita. Dessa maneira, garantiu-se a candidatura do General João Baptista Figueiredo⁹⁹.

Para conter o avanço da oposição civil moderada que entrava numa crescente desde 1974, além dos instrumentos jurídicos de exceção e a repressão, buscou-se promover mudanças no arcabouço político-institucional, visando à manutenção da tutela do processo político pelas forças militares e pelos setores governistas da ARENA nos próximos pleitos eleitorais.

⁹⁸Momento emblemático da mobilização provocada pela morte do jornalista Herzog foi o culto ecumênico celebrado por Dom Paulo Evaristo Arns, e pelo pastor da Igreja Presbiteriana, James Wright, e pelo rabino Henry Sobel. O ato ocorreu na Catedral da Sé, no dia 25 de outubro de 1975, reunindo mais de 08 mil pessoas e sob uma forte vigilância policial, o que não impediu a mobilização.

⁹⁹Segundo Couto (1999), o general Frota articulava junto aos setores exaltados das Forças Armadas sua candidatura à presidência para o Colégio Eleitoral de 1978. Sob essa ameaça, que interromperia os planos presidenciais de indicar um nome para a sucessão afinado com a ideia da abertura controlada do regime, Geisel se antecipa e demite Frota do cargo que ocupava, no dia em 12 de outubro de 1977. Estava aberto o caminho para impor a candidatura do general Figueiredo, ao mesmo tempo, que o presidente golpeava os setores internos ligados à Comunidade de Segurança e Informação.

Segundo Alves (2005), as eleições eram questões centrais para Geisel e Golbery, tanto para assegurar a transferência do poder presidencial de acordo com a estratégia prevista, como para servir de base de legitimação política do governo. Dessa forma, as disputas eleitorais diretas municipais de 1976, e federais e estaduais de 1978, apareciam como fundamentais no processo político da distensão.

É neste sentido que, primeiramente, o governo impôs, em 01 de julho de 1976, a chamada “Lei Falcão” (Decreto-Lei nº6.339), limitando o uso do rádio e da televisão nas campanhas eleitorais. Por essa norma, a propaganda eleitoral foi limitada à leitura do número de registro, legenda, dos dados biográficos do candidato e da agenda dos próximos comícios, acrescidos de imagem e fotografia. O objetivo era castrar a difusão e o debate de ideias das candidaturas oposicionistas nos meios de comunicação de massa, considerados fundamentais para a ascensão do MDB em 1974. (KINZO, 1988).

Limitando a oposição, aquela manobra do governo favoreceu à vitória da ARENA nas eleições municipais de 1976. No entanto, mesmo restringido o uso dos meios de comunicação, o partido de oposição garantiu o governo de importantes cidades do país, o que indicava a manutenção de seu processo de crescimento¹⁰⁰ (COUTO, 1999, p.195-196).

No Espírito Santo, os emedebistas permaneceram deslocados do processo de ascensão nacional da sigla. No estado, apesar do leve crescimento da oposição, 47 das 53 prefeituras ficaram sob o controle arenista, e 69,47% do legislativo municipal dominado por membros do partido do governo (OLIVEIRA, 2013).

Percebendo o constante crescimento do eleitorado oposicionista, principalmente, nas áreas urbanas do Sul e Centro-Sul do país, o SNI orientou o governo da necessidade de se ampliar as restrições às disputas político-partidárias (ALVES, 2005, p.231-232).

Dessa forma, enxergando o risco de uma possível perda do controle do processo político para as oposições nas eleições de 1978, o governo aprofundou as limitações à oposição moderada institucional. Em 14 de abril de 1977, Geisel decretou¹⁰¹ o chamado “Pacote de Abril” (Emenda Constitucional nº 8), normatizando um conjunto de medidas que alteravam as regras para as disputas político-eleitorais vindouras. O governo alçava assegurar o controle do

¹⁰⁰ A ARENA conseguiu alcançar o número 35% dos votos válidos, contra 30% do MDB. Este partido mostrava seu crescimento ao garantir 59 prefeituras e a maioria em suas câmaras, entre as 100 maiores cidades do país. Além disso, ganhou em 10 das 15 maiores cidades (COUTO, 1999, p. 196).

¹⁰¹ Neste fato, mais uma vez o presidente utilizou dos instrumentos autoritários do AI-5, que o permitiu fechar o Congresso por 15 dias, e governar por decretos. Isso possibilitou a Geisel decretar as medidas do “Pacote de Abril” sem o debate e as possíveis intervenções da oposição parlamentar (KINZO, 1988).

Congresso pelos políticos governistas da ARENA, visto como condição essencial para a continuidade da institucionalização. Entre as medidas do “Pacote”, destacou-se a criação do que ficou conhecido, popularmente, como “senador biônico”. Isso porque a norma estabelecia que 1/3 dos senadores deveriam ser eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral estadual. Também se reduziu o *quorum* para aprovação de emendas constitucionais de 2/3, para maioria absoluta, tentando limitar o poder de decisão dos parlamentares emedebistas. Além disso, estendeu-se os mandatos presidenciais seguintes de 04 para 06 anos (COUTO, 1999, p.201-202).

Segundo Reis Filho (2000, p.69), a edição da “Lei Falcão”, do “Pacote de Abril” e a manutenção do aparato repressivo indicavam, para diversos segmentos sociais e políticos, os limites e as incertezas do processo de liberalização política anunciado pelo governo desde 1974. Diante desse contexto, é que, a partir de 1977, reascendem os movimentos sociais e as manifestações de massa somando-se às vozes críticas da CNBB, OAB, e ABI desafiando as forças de segurança e o AI-5, contra a repressão, pelos desaparecidos e pela democracia. Dessa forma, o movimento estudantil e a luta nacional pela anistia começaram a se espalhar pelo Brasil. No ano seguinte, o movimento operário sindical iniciaria uma onda de manifestações, entre as quais se destacam as mobilizações grevistas dos trabalhadores metalúrgicos da região de São Bernardo do Campo, SP – o ABC paulista – incrementando novos atores políticos e sociais ao cenário¹⁰².

A partir de julho de 1977, o partido oficial de oposição estreitou sua aproximação com esses movimentos sociais e de base. Nesse momento, o MDB foi impedido de acessar o rádio e a TV, mesmo fora de período eleitoral, com decretação do Ato Complementar nº104. Dessa forma, é nesses espaços que o partido buscou acumular fôlego para as disputas eleitorais do ano seguinte, ao mesmo tempo em que engrossou as fileiras oposicionistas nas ruas e praças do país.

A perseguição ao MDB dava-lhe legitimidade aos olhos desses grupos, e todos os setores de oposição aderiram à campanha de seus candidatos. Em quase todos os estados a campanha do partido de oposição [em 1978] foi conduzida por uma rede de militantes de diferentes grupos de oposição da sociedade civil: estudantes, organizadores sindicais, militantes partidários, ativistas sociais da Igreja e membros dos movimentos pela anistia política e pelos direitos das mulheres e dos negros. [...] (ALVES, 2005, p.238).

Para Napolitano (2014), a emergência desses movimentos, a partir de 1977, foi fundamental para a superação dos limites da liberalização política anunciada pelo Governo Geisel (1974-

¹⁰² Para uma visão geral desses movimentos, ver Alves (2005).

1979). Nessa perspectiva, tanto o processo de *distensão* e a seguinte *abertura* do regime não devem ser compreendidos como uma ação unilateral resultante, somente, das intenções democratizantes do presidente e seus estrategistas a partir de 1974. Dessa forma, é importante ressaltar que, até 1977, a democracia não era parte da agenda política da distensão do regime. Além disso, o autor ressalva, que, apesar das críticas de diversos setores liberais da sociedade, como o clero, os advogados e a imprensa, precederem aos movimentos de massa, aqueles pareciam aceitar o ritmo e a forma da abertura oficial¹⁰³.

Assim, Kinzo (1988) reforça esta perspectiva, inserindo-a num novo contexto de crise do regime híbrido que se tentava institucionalizar. Dessa maneira,

[...] a abertura do sistema político, mesmo quando mantida dentro dos limites de uma democracia restrita, leva a que o espaço ampliado para a participação política seja usado pelas forças políticas que exigem uma democratização genuína [...]

[...] a abertura de um espaço para participação política haveria de resultar em pressões crescentes por uma democracia sem os componentes protetores que os militares tanto almejavam instituir (KINZO, 1988, p.222).

Nessa direção, considerando a crescente oposição da sociedade civil organizada, Geisel abriu negociações com seus representantes. Para tanto, acionou o presidente do Senado, Petrônio Portella (ARENA) para articular a construção de uma proposta de reforma política que aprofundasse a abertura. Retomava-se a “Missão Portella”, baseada em uma série de encontros entre o governo e as lideranças chaves das organizações de oposição civil – principalmente MDB, CNBB, OAB, ABI – visando estabelecer um espaço de consenso e negociação para as questões mais urgentes em torno da reforma do sistema político. Por outro lado, buscava-se atenuar as tensões políticas do período e cooptar parte da oposição conservadora¹⁰⁴ (ALVES, 2000, p.263).

Como resultado desse processo, em 13 de outubro de 1978, o governo aprovou – sem o apoio do MDB – a Emenda Constitucional nº 11, conhecida como “Pacote de Reformas”. Assim, o

¹⁰³ Ainda segundo Napolitano (2014), além das pressões internas, externamente, e mais especificamente, dos Estados Unidos, também emergiam críticas à violação dos direitos humanos por parte do governo Jimmy Carter (1977-1981), que assumia a questão como central em sua diplomacia. O presidente norte-americano reconhecia oficialmente que o Brasil não respeitava os direitos humanos. Nessa direção, o país caminhava para o isolamento internacional, algo que poderia impactar fortemente sua economia dependente.

¹⁰⁴ Segundo Napolitano (2014), o início da atuação mediadora do senador Portella teria ocorrido, primeiramente, logo após as eleições municipais de 1976, quando regime se revigorou eleitoral e institucionalmente com a vitória da ARENA. Nesse momento, a pauta de consolidação da institucionalização do regime, e consequentemente, superação do AI-5, passava pelas negociações com a oposição política emedebista. Já em 1977, a “reedição” das negociações do governo com a sociedade para tal plano, tinha como interlocutores prioritários a sociedade civil organizada. Segundo Alves (2005) a abertura de negociações com setores chaves da oposição, estava colocada nas estratégias da política de distensão, visando atenuar as tensões políticas do período e cooptar parte da oposição conservadora.

presidente fabricou mais um conjunto de normas que introduzia mudanças políticos-institucionais no Estado brasileiro. Entre elas, destacamos que a nova legislação estabeleceu a revogação do AI-5 em 01 de janeiro de 1979, extinguiu a censura prévia e abriu caminho para o fim do bipartidarismo, ao simplificar os critérios para a criação dos partidos políticos¹⁰⁵.

Com tais alterações, o horizonte da abertura política parecia mais claro para os atores políticos envolvidos nas lutas democráticas do contexto e, assim, para a própria oposição. No entanto, o regime militar se resguardou em manter mecanismos de força que permitissem sua intervenção autoritária sobre a sociedade, demonstrando mais uma vez a ambiguidade de suas práticas. Nesse sentido, a Emenda Constitucional nº 11 mantinha o poder do Presidente de decretar estado de sítio, de guerra e de emergência, em caso de guerra externa, e ameaça à existência do Estado ou de sublevação interna¹⁰⁶, o que lhe daria poderes excepcionais.

É sob este clima de inovações institucionais que, em 15 de outubro de 1978, o General João Baptista Figueiredo foi eleito pelo Colégio Eleitoral, vencendo a chapa concorrente encabeçada por outro militar, o General Euler Bentes Monteiro, candidato pelo MDB. Confirmava-se exitoso o plano arquitetado por Geisel desde a demissão de Sylvio Frota, e, aos olhos do presidente e sua cúpula, dava-se passo importante para garantir a abertura controlada do regime.

Em novembro de 1978, as regras do “Pacote de Abril” e as restrições impostas à campanha eleitoral ao MDB criadas ao longo do Governo Geisel (1974-1979) foram testadas. No dia 15 daquele mês, ocorreram eleições para governador, deputados estaduais e federais, e senadores. Conforme se objetivava desde as alterações nas regras eleitorais, a ARENA assegurou o controle parlamentar e o Poder Executivo na maioria dos estados. O MDB, mesmo continuando em desvantagem numérica nas disputas no parlamento, obteve crescimento relativo na região Centro-Sul para a representação na Câmara e no Senado e, como um todo,

¹⁰⁵ Filiação mínima de 10% de representantes da Câmara e do Senado, ou titularidade 5% da votação na eleição para o Congresso, distribuída no mínimo em nove estados, obtendo 3% em cada um dos mesmos. A fidelidade partidária foi mantida.

¹⁰⁶ Consideramos expressões amplas de sentido e flexíveis o bastante para se acionar o fechamento e a repressão, diante de um governo autoritário, que se sustentou, desde 1964, pela disseminação lógica da suspeição e da paranoia do “inimigo comunista”.

nas assembleias estaduais¹⁰⁷. Porém, é evidente o impacto do “Pacote de Abril” atenuando crescimento eleitoral emedebista (COUTO, 1999, p.249).

No Espírito Santo, diante das mudanças políticas pelas quais passavam o país, o ano de 1978 se iniciou agitado pelas movimentações em torno das eleições indiretas para a sucessão do então Governador Élcio Álvares (1975-1979). As regras do “Pacote de Abril” ampliaram o número de membros do Colégio Eleitoral estadual. Depois de tumultuadas disputas internas entre as tradicionais tendências que polarizavam a ARENA, definiu-se pelo nome do Senador arenista, Eurico Rezende. Em setembro desse ano, num Colégio Eleitoral dominado pelo partido do governo, Rezende foi eleito governador. Nessa mesma sessão, decidiu-se por João Calmon, como primeiro “senador biônico” capixaba. Os 09 deputados emedebistas que teriam direito de participar do pleito, não compareceram, atestando assim o poder decisório arenista na vida política local (OLIVEIRA, 2013).

Para enfrentar a força dos quadros políticos da ARENA junto ao eleitorado capixaba, o MDB, nas eleições diretas de novembro de 1978, compôs chapa para o Senado com o ex-arenista Raul Gilberti (que migrara para a oposição depois de perder espaço na sigla governista), com Berredo de Menezes e com Hélio Carlos Manhães. Para a Câmara Federal, o partido de oposição lançou 10 candidatos¹⁰⁸, e para a Assembleia Legislativa, 48 nomes (OLIVEIRA, 2013, P. 291).

O resultado das eleições no Espírito Santo demonstrou novamente a força política da ARENA, apesar de um relativo crescimento do MDB. No Senado, os candidatos do partido do governo garantiram as duas vagas disponíveis, inclusive o “biônico”. Na Câmara Federal a ARENA conquistou 05 dos 08 lugares. Pelo MDB, Argilano Dario não conseguiu se reeleger, mostrando a perda de fôlego no cenário capixaba e no seio do próprio partido. Na Assembleia Legislativa, manteve-se o predomínio arenista, com a conquista de 14 das 24 vagas – uma a menos que no pleito anterior (OLIVEIRA, 2013, p.293-296).

Diante dos resultados do processo eleitoral de 1978, no Espírito Santo, importante apontamento faz Oliveira (2013, p.296-297) sobre os quadros políticos capixabas formados a

¹⁰⁷ No Senado o MDB consegue 57% dos votos, mas conquista apenas nove cadeiras, contra 36 da ARENA, beneficiada pela eleição indireta dos chamados “senadores biônicos”. Para a Câmara, a ARENA consegue 50,4% dos votos - com 1% a mais que a oposição – mas assegura ampla maioria no parlamento brasileiro, elegendo 231 deputados, contra 189 emedebistas. Nos estados, o MDB cresce em quantidade de deputados eleitos, passando a contar com 353 deputados, contra 492 arenistas.

¹⁰⁸ Seriam eles: Argilano Dario, Mario Alves Moreira, Luiz Baptista, Max Freita Mauro, Gerles Gama, Aloizio Santos, Francisco de Assis Borges, Martinho de Castro Machado, Joaquim Leite de Almeida, e Degazito Fernandes da Silva (OLIVEIRA, 2009, p.291)

partir de então. O pesquisador observou que parte significativa dos políticos de ARENA e MDB eleitos nessas eleições haviam iniciado suas carreiras já no contexto do sistema bipartidário, assim como se verificou o insucesso de tradicionais figuras do cenário político-partidário local. Dessa maneira, o autor conclui, que naquele momento, estaria em curso um significativo processo de renovação da política capixaba.

No caso específico do MDB, seus quadros e lideranças sofriam importantes alterações. Dos 10 deputados que o partido elegeu 09 eram novas lideranças, o que demonstrava também a preferência do eleitorado pelos chamados “autênticos”. É partir desse momento que figuras conservadoras e o próprio presidente da sigla, Argilano Dario, passam a ser suplantados por novas lideranças “autênticas”, como Max Freitas Mauro, Carlos Alberto Cunha, Roberto Valadão, Nelson Aguiar, Nyder Barbosa, entre outros (OLIVEIRA, 2013).

Após as eleições de novembro de 1978, o Governo Geisel (1974-1979) promoveu suas últimas alterações rumo à abertura do regime. Dessa forma, modificou a Lei de Segurança Nacional, dando fim à pena de morte, em 27 de novembro de 1978, e revogou os banimentos de mais de 100 exilados políticos, em 29 de dezembro. Em 30 de dezembro de 1978, foi revogado AI-5, devolvendo as liberdades democráticas e retirando os suprapoderes do Executivo Federal. Era o fim do principal instrumento de intimidação e limitação dos direitos políticos que ordenou a sociedade brasileira desde 1968.

Avaliando a presidência de Geisel e o significado do seu governo para a história do regime militar, e principalmente, no sentido de sua abertura, concordamos com Napolitano (2014), ao ressaltar que, apesar dos avanços da liberalização política promovidos no período desse governo, devemos questionar a memória liberal construída em torno da imagem do Presidente, representando-o como o artífice da abertura, o “ditador sem ditadura”. Neste sentido,

Quando olhamos para alguns dados isoladamente, o saldo repressivo do governo Geisel não autoriza falar em democracia ou mesmo em distensão: durante o seu governo houve 39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão. A censura à imprensa, às artes e às diversões foi amplamente utilizada, abrandando-se somente em meados de 1976; o Congresso foi fechado durante 15 dias (NAPOLITANO, 2014, p.234).

Ao mesmo tempo, ao questionar o suposto papel determinante do presidente Geisel e afirmar a importância da pressão dos movimentos sociais no processo político, Napolitano (2014, p.262) diz que:

A questão democrática saía das enfadonhas discussões institucionais sobre o “modelo político” mais adequado para institucionalizar o regime e ganhava a opinião pública mais ampla. Se essas mobilizações não conseguiram “derrubar a ditadura” pela pressão das ruas, como dizia a palavra de ordem, implodiram os limites da tímida abertura de Geisel. Ou seria mera coincidência o fato de que, em setembro de 1978, cada vez mais criticado por vários atores sociais e políticos, o governo anunciou a Emenda Constitucional nº11 [...] Será que estas medidas estavam previstas, em sua plenitude, desde o começo da “distensão”? Mesmo previstas, não poderiam ser consideradas como respostas aos protestos que explodiram a partir de 1977?

Nesses termos, é importante salientar que as mudanças institucionais promovidas por Geisel, principalmente a revogação do AI-5, não representaram o fim do regime ditatorial e a imediata radicalização da transição política democrática. Dessa forma, Couto (1999, p.254) lembra que o aparelho repressivo ainda permanecia vivo, e se Figueiredo herdou um governo sem os poderes ditatoriais de seus antecessores, ele ainda possuía instrumentos excepcionais, como os dispositivos da Lei de Segurança Nacional, as salvaguardas constitucionais impostas pelo “Pacote de Reformas”, o controle do Congresso via domínio da bancada governista, além da disponibilidade repressiva da Comunidade de Segurança e Informação.

4.2 O PCB E A LUTA INSTITUCIONAL DURANTE A POLÍTICA DE DISTENSÃO (1974-1978)

Durante o governo Geisel (1974-1978), a relação do PCB com o regime ditatorial exemplificou o cenário político contraditório e ambíguo que resultou da institucionalidade lançada pela *política de distensão*. Assim, da mesma forma que o partido se viu exposto a uma forte intervenção repressiva sobre os seus quadros, ele buscou se rearticular no seio dos movimentos de massa que retomaram suas ações mais amplas, e nos espaços políticos que se abriam na segunda metade da década de 1970

Em 1975, o PCB estava entusiasmado com os resultados das eleições de 1974. As vitórias do MDB sobre a ARENA reforçavam a tese do partido acerca do avanço do descontentamento e da oposição popular ao regime. Mais do que isso, as conquistas eleitorais emedebistas nas grandes cidades do país teriam confirmado, para os pecebistas, o acerto da linha política frentista e pacífica (CARONE, 1982, p. 6).

Nesse sentido, depois de perder parte dos seus quadros para a luta armada e ser duramente criticado por seu pacifismo e reformismo, o PCB via seu prestígio político aumentar. Enquanto isso, os ex-guerrilheiros sobreviventes se viram obrigados a se redirecionar

politicamente, buscando, inclusive, abrigo no MDB¹⁰⁹ ou retornando ao próprio PCB (MOTTA, 2007). Segundo Lima (1995), nessas condições, emergia uma sensação de vitória em relação à esquerda armada no interior do PCB:

[...] A “perplexidade nos quadros do PCB” em função da repressão [...] seria compensada pela sensação de vitória sobre a esquerda revolucionária: enquanto estes desarticulavam-se os comunistas experimentavam um lento crescimento nas camadas médias que apontava para a restauração de sua hegemonia na esquerda tal como no pré-64. O momento crítico vivido entre 65-68 parecia definitivamente ultrapassado sendo substituído pela perspectiva da unificação da esquerda em torno do programa nacional-democrático pecebista [...] A volta de remanescentes da luta armada ao partido engrossava e as estimativas eram de que o contingente partidário girava em torno de 20 mil militantes em 73-75. (LIMA, 1995, p.159)

No entanto, para o MDB, a participação cada vez mais ativa de pecebistas em seus quadros tornava-o mais exposto à vigilância e à repressão política alicerçada na ideologia anticomunista. Segundo Motta (2007, p.293), políticos emedebistas, comunistas ou não, estiveram sob as lentes dos órgãos o Sistema de Segurança e Informação. Isso porque, apesar do caráter moderado e reformista do PCB até aquele momento, setores à *direita* continuaram a demonizá-lo como o “perigo vermelho”.

Após as vitórias eleitorais da oposição em 1974, o discurso anticomunista foi reforçado contra o MDB, visto como “abrigo de comunistas”. Dessa forma, apesar do anúncio da *política de distensão* do governo Geisel (1974-1979), o monitoramento e a repressão a políticos eleitos pelo MDB continuaram, alegando sua relação com o PCB:

[...] Em meados de 1975 foi preso um vereador emedebista de Salvador, [...] acusado de ligação com o Partido Comunista. Além das prisões, alguns parlamentares eleitos pelo MDB foram cassados sob o argumento de pertencerem ao Partido Comunista, a exemplo do que ocorreu aos deputados paulista Marcelo Gatto (federal) e Nelson Fabiano (estadual), eleitos em 1974 e punidos com a perda do mandato no ano seguinte (MOTTA, 2007, p.293).

Nesse ambiente, o PCB mal pôde colher os frutos de sua participação com o MDB nas eleições de 1974. Até 1976 o partido encarou uma nova onda repressiva, que quase o desmantelou por completo (SEGATTO, 1989, p.124). Para a Ditadura Militar, a organização comunista teria sido fundamental na construção das conquistas emedebistas nas eleições daquele ano.

Carlos Fico (2001, p.13) considera que a forte repressão sobre os quadros do PCB, a partir de 1974, refletia também o fim da luta armada urbana e rural. Isso, pois, depois de derrotar a “esquerda revolucionária”, a Comunidade de Segurança e Informação buscou encontrar – ou

¹⁰⁹ Sobre a autocrítica realizada pelas organizações sobreviventes à luta armada, e seu redirecionamento à luta política-institucional e democrática, a partir de 1974, ver Ângelo (2009) e Motta (1997).

produzir – novos inimigos. Dessa forma, diante da maior aproximação entre PCB e MDB na década de 1970, na frente de oposição o aparato repressivo focalizou a militância pecebista.

Assim, entre 1974 e 1976, a repressão interviu fortemente sobre o PCB, expondo a organização ao que, de acordo com o próprio vocabulário comunista, seria mais uma *queda* em sua história:

Os órgãos de segurança responderam [às vitórias do MDB em 1974] lançando uma espécie de arrastão contra o PCB, que levou à prisão centenas de pessoas por todo país, no espaço de poucos meses. Em meio a essa onda repressiva, foram assassinadas cerca de duas dezenas de pessoas, na maioria quadros dirigentes do Partido Comunista, mas também militantes da base (Manoel Fiel Filho) e intelectuais (Vladimir Herzog). Ao desencadear essa operação repressiva, os homens do aparato de segurança visavam dois objetivos: desarticular o trabalho político e organizativo do PCB e dar um “puxão de orelha” no MDB, para conter seu entusiasmo com os resultados eleitorais e mostrar os limites da tolerância ao exercício da oposição (MOTTA, 2007, p.294).

À direção partidária foram impostas enormes dificuldades de articulação. Grande parte do Comitê Central (CC) – cerca de 1/3 dos dirigentes nacionais – rumou ao exílio europeu desde 1971. Entre 1974 e 1976, a situação na direção do partido se agrava com parte importante de seus dirigentes nacionais desaparecendo “nos porões da repressão política do regime militar: David Capistrano da Costa, Luís Inácio Maranhão Filho, João Masena de Melo, José Montenegro de Lima, Elson Costa, Nestor Veras e outros” (BRASIL..., 1988, p.92). Um exemplo do quadro complicado na cúpula do partido neste contexto foi o fato de que, até 1980, o PCB tinha basicamente duas direções: uma exilada no exterior e outra no país, com os dirigentes remanescentes.

Nessas condições, entre 1975 e 1978, a leitura oficial do partido em relação ao Governo Geisel (1974-1979) o define, a exemplo de seu antecessor, como uma *ditadura militar fascista*. O partido delineou sua visão sobre as medidas da “distensão” compreendendo-as como “manobras políticas” do regime autoritário, que buscava construir uma faceta democrática no plano internacional e desmobilizar setores sociais “vacilantes” em relação à luta antiditatorial (CARONE, 1982).

Considerando os resultados das eleições de 1974 e 1976, o CC apontava para o avanço das oposições e da resistência ao regime na segunda metade dos anos 1970. Assim, afirmava-se que diferentes setores sociais ampliavam seu apoio às candidaturas emedebistas, impulsionados, principalmente, pelas dificuldades enfrentadas pela economia brasileira, que impactavam a vida da maioria da população, como também, pela condenação às ações repressivas das forças de segurança do regime, à tortura e desaparecimentos. Nessa direção, o

Pleno do Comitê Central, em março de 1977, identificava as “brechas” políticas que se abriam no regime militar a partir de sua falência econômica e do consequente desgaste social, o que sinalizava o seu próprio esgotamento. No entanto, alertava sobre a necessidade de combatê-lo, na medida em que sua recuperação era ainda possível, sujeitando a sociedade às forças repressivas de que ainda dispunha.

Diante deste quadro, a orientação a sua militância era para que continuasse os trabalhos de massa, visando o acúmulo de forças democráticas em torno da *frente antifascista e patriótica*, clamando para o esforço de unidade os seus setores fundamentais – operários, camponeses e camadas médias urbanas –, mas também buscando aliança com todos os setores descontentes com o “fascismo” do Estado brasileiro. Nessa direção, mantinha-se a possibilidade de se estender a aproximação com setores das Forças Armadas, da ARENA, e da grande burguesia, desde que comungassem na defesa das liberdades democráticas.

O crescimento da oposição era também verificado pelo partido ao identificar a ascensão dos movimentos de massa no país, impulsionados desde 1975. É dessa forma que, mesmo enfraquecido pela repressão, a ordem da direção era para que os comunistas estreitassem suas ligações principalmente com setores dos movimentos estudantil, dos trabalhadores, e da Igreja (LIMA, 1995, p.177-178). É por esse caminho, que, segundo Vinhas (1982, p.249), teria ocorrido a própria reconstrução do Partido após as quedas de 1974 e 1975.

No entanto, no geral, o partido teria sido incapaz de liderar e impulsionar as mobilizações sociais da segunda metade da década de 1970. Segundo a análise de Lima (1995), nesse contexto, por mais que os movimentos galvanizados pelas classes médias e populares urbanas incorporassem o repertório crítico do programa pecebista contra o regime ditatorial e ascendessem no cenário de oposição ao governo, criando um campo de possibilidades para o crescimento da organização, o partido pouco participou de forma decisiva de suas ações e entidades. Dessa forma, por exemplo, a maioria das mobilizações estudantis no Rio de Janeiro, entre 1977 e 1978, foram capitaneadas por remanescentes da esquerda radical, e não pela militância estudantil pecebista. Tal distanciamento do meio estudantil refletia a própria reprodução neste setor da política moderada, de não enfrentamento, de cautela sob o risco de uma reação repressiva do regime militar e do retrocesso político.

Apesar desses obstáculos, entre 1975 e 1980, observou-se um crescimento da militância estudantil pecebista em alguns campos universitários do país. Segundo Lima (1995), em algumas universidades houve uma maior receptividade à estratégia democrática-reformista

defendida pelo partido, assim como de sua perspectiva de luta por etapas, em paralelo a uma rejeição ao esquerdismo por uma parcela de estudantes. Em alguns desses espaços, o próprio partido foi reconstruído, regional e localmente, de fora para dentro, por estudantes, principalmente, por meio da tendência *Unidade* que reunia estudantes de inclinação democrática. Nesse panorama, o Espírito Santo seria um desses casos.

No âmbito do movimento operário, apesar do discurso oficial reforçar seu papel enquanto representante legítimo dos trabalhadores e orientar a sua militância sindical a se aproximar e organizar as mobilizações, a partir de 1978, observamos um desencontro entre o programa pecebista e os anseios reivindicativos das massas operárias urbanas.

Dessa forma, nesse momento o partido objetivou assegurar sua influência e, por vezes, lideranças na organização da luta dos trabalhadores. Nesse sentido, as mobilizações operárias tomaram maior vulto, saindo das fábricas e tomando às ruas, em movimentos que lhes deram uma maior visibilidade na sociedade brasileira a partir de 1978.

Segundo a análise de Marco Aurélio Santana (2001), nesse contexto, no auge das mobilizações operárias alavancadas pelo chamado “novo sindicalismo”¹¹⁰, o partido, refletindo sobre o seu passado, buscou evitar *esquerdismos* nem se afastar dos sindicatos. O PCB se lança ao caminho do que considerava uma “linha justa”, entre a *conciliação do desvio à direita* e o *golpismo do desvio à esquerda*. Sua experiência histórica havia lhe mostrado que ambas as posturas os afastaram das massas em outras conjunturas. Diante dessa percepção é que seus militantes tentaram se inserir nos movimentos operários desta época. No entanto, como veremos, tal perspectiva não encontrou eco no seio das lideranças e bases sindicais que passaram a dar o tom da luta dos trabalhadores no Brasil. Nessa direção, com posturas mais combativas, não se identificava com o discurso e a prática moderada da linha política sindical pecebista.

No final de 1978, às vésperas das eleições legislativas, o PCB avaliou positivamente e apoiou as greves operárias que tomaram o país naquele ano, que tiveram como epicentro a região do ABC paulista. Para o CC, o fenômeno do “reflorescimento” das lutas operárias nas grandes capitais brasileiras integravam e elevavam as lutas democráticas a outro patamar. Isso, pois,

¹¹⁰A expressão “novo sindicalismo” é comumente utilizada para definir o movimento sindical emergente na década de 1970, que se diferenciava das práticas e formas organizativas dos sindicatos anteriores, e principalmente, dos oficiais, sendo alavancado por um novo proletariado urbano-industrial fruto do acelerado processo de industrialização pelo qual passava o país neste momento. Antunes e Santana (2014) questionam o caráter de novidade do movimento, ao demonstrar fortes elementos de continuidade desse movimento sindical em relação às experiências pretéritas que negavam.

tais mobilizações estariam abrindo uma “brecha” significativa em um dos pilares do regime, que era a sua política de arrocho salarial – base de sua política econômica. O partido afirmava que a luta operária deveria se ampliar à luta democrática, na medida em que, somente pela conquista dos espaços democráticos, os trabalhadores poderiam ter força e influência na sociedade. Para tanto, era necessário se manter e reforçar uma luta unitária aproximando, inclusive, das massas de trabalhadores rurais (SANTANA, 2001, p.185-186).

Dessa forma, percebemos que, para além da tentativa de envolvimento e inserção no movimento de massas, era no âmbito da política formal das disputas eleitorais que a linha de ação do PCB focalizava o seu discurso e suas ações em finais dos anos 1970. Assim, em 1978, a direção do partido orientava sua militância para a campanha das eleições legislativas que ocorreriam no final daquele ano.

Nessa direção, avaliando as reformas do sistema eleitoral empreendidas pelo Governo Geisel (1974-1979) - a Lei Falcão (1976) e o Pacote de Abril (1977) - o PCB as denunciava como uma série de manobras políticas para conter a oposição nas urnas. No entanto, apesar das medidas coercitivas à representação política e à liberdade de expressão, o partido reforçava o discurso em torno da centralidade das eleições como instrumento fundamental para derrotar a ditadura, pois as concebia como passo fundamental para o avanço da democratização do país e a consequente derrubada do regime. Assim, a campanha eleitoral de 1978 deveria se transformar em um grande movimento de mobilização de massas, eixo central de combate ao regime, para a qual as lutas sociais deveriam convergir, apostando que a reconquista das liberdades democráticas tornaria possível o encaminhamento das demandas mais específicas dos diferentes segmentos sociais.

Nessa direção, o PCB trabalhou para mobilizar o povo a votar no MDB, e mais uma vez, tentou inserir candidaturas “próprias”, posição agora também comum a outros setores da esquerda. Segundo Motta (1997), o ano de 1978 marca um maior encontro entre as esquerdas e o MDB. Nas eleições desse ano, além do apoio político à sigla, vários grupos políticos marxistas concorreram a cadeiras legislativas e se elegeram abrigados na legenda emedebista. De acordo com o autor, a própria imprensa nacional reverberou a ideia de que a esquerda aumentou sua representação parlamentar naquele ano.

4.3 A REORGANIZAÇÃO DO PCB NO ESPÍRITO SANTO (1974-1978): O EMBRIÃO JOVEM UNIVERSITÁRIO

Após a desarticulação da estrutura organizativa do PCB no Espírito Santo a partir de 1969, o partido retomou suas atividades na vida política capixaba na segunda metade dos anos 1970.

Analisando os depoimentos de parte dos seus ex-militantes e dirigentes do período, dados produzidos em nossa pesquisa e por outros trabalhos (FABRIS, 2007; MARTIN, 2008; MOREIRA, 2008), percebemos a convergência de alguns argumentos explicativos para esse processo, que nos forneceram pistas para tentarmos melhor nos aproximar da trajetória de reorganização do PCB capixaba.

Neste sentido, verificamos que diversos depoimentos confluem ao apontar o Movimento Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo (ME-Ufes), e principalmente, os estudantes do Centro de Biomédicas (CBM) dessa instituição, como o nascedouro das ações que resultaram na reorganização do PCB. Nessa direção, também indicam alguns documentos partidários do início dos anos 1980, como o texto “Contribuição acerca do trabalho operário sindical”, de março de 1982, que afirmava o fato do partido ter se “reiniciado no movimento estudantil” (CONTRIBUIÇÃO..., 1982, f.2).

O fenômeno de reconstrução do PCB-ES a partir do movimento estudantil, na segunda metade da década de 1970 no Espírito Santo, não é algo isolado naquela conjuntura. Segundo Lima (1995, p.189-190), nesse contexto, o setor estudantil foi responsável pela reorganização do partido em centros de menor tradição pecebista, além de contribuir para ampliar, significativamente, a influência da organização, a ponto de torná-la a principal força do movimento estudantil universitário no Rio de Janeiro, Goiás, Pernambuco, Santa Catarina, Paraíba, e Mato Grosso do Sul.

A partir dos documentos analisados, identificamos a reorganização do PCB capixaba como um processo dividido em duas fases. Primeiramente, percebemos que, entre 1974 e 1977, desenvolveu-se uma *aproximação* e a formação de um *primeiro grupo* de jovens estudantes da Ufes que passaram a se identificar e a tomar contato com o ideário e a teoria partidária, sem, no entanto, haver uma organização institucional formal. Assim, o que vemos inicialmente, é o desenvolvimento de um agrupamento político entre jovens estudantes no seio das lutas do movimento estudantil, onde a experiência dessa militância começa a se cruzar com a influência teórica e política pecebista.

Numa segunda fase, entre finais de 1977 e início de 1978, procedeu-se uma *reorganização formal*. Doravante, teria se iniciado um processo de institucionalização organizativa, com a estruturação de um mínimo aparato burocrático, a distribuição de funções partidárias, a formação de uma hierarquia interna, para além da adequação das ações e objetivos aos estatutos e princípios partidários do PCB. Nesse momento, emergiu uma nova direção partidária oriunda, principalmente, das lideranças do ME-Ufes, reconstituindo o Comitê Estadual do Espírito Santo (CE-ES).

Partindo dessa periodização, o caminho da reorganização do partido passou, primeiramente, pela superação do impacto da repressão sobre o PCB no Espírito Santo, o que teria provocado desânimo e desinteresse inicial pela retomada das ações partidárias por parte daqueles que escaparam à repressão.

Segundo o documento oficial “Rumo ao VII Congresso” elaborado pelo CE-ES, em 1980, após a desarticulação resultante das ações repressivas sobre seus militantes capixabas, no início da década de 1970, o cenário encontrado entre os remanescentes do partido era desanimador. Tal condição era aguçada pela própria orientação da direção nacional, no sentido de se executar uma espécie de “recuo estratégico” durante os anos de combate à luta armada. Dessa forma,

[...] ainda em princípio da década de 70, alguns militantes remanescentes procuraram reatar o contato com o CC. Receberam, então, a orientação no sentido de não reconstruir o Partido, em virtude da difícil conjuntura política da época, devendo esperar dias melhores... [...] Ainda assim, nos anos seguintes, várias tentativas foram feitas, mas permanecia, estranhamente, a mesma *ordem*. Disciplinadamente, foi a orientação acatada, fazendo com que, há pouco tempo atrás, no mesmo PCB que tinha uma tradição de mais de meio século de lutas em nosso Estado, restassem apenas alguns poucos militantes desgarrados de qualquer prática partidária. Verdadeiramente imobilizados e desarticulados de qualquer trabalho político nas frentes de massas [...] Pouco depois, foi o Partido reconstruído, sem que, no entanto, qualquer auxílio pudesse ser prestado por parte da “estrutura” remanescente. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.2, grifo do autor).

No documento acima, podemos notar a elaboração de uma narrativa que reconstrói um passado oficial de revitalização do PCB no Estado, como obra de *novos militantes*, de uma *nova geração* de pecebistas capixabas, já que não havia disponibilidade do auxílio de uma “estrutura remanescente”.

Nessa direção, também convergiram diversos depoimentos de ex-militantes a que tivemos acesso. Os mesmos, inclusive, nos dão pistas para o ponto inicial do processo: caberia à então

estudante de Medicina da Ufes e militante pecebista Merli Alves dos Santos, a articulação entre os atores do ME-Ufes, em ascensão a partir de 1975, e a reorganização do PCB¹¹¹.

Segundo sua própria narrativa, Merli Alves dos Santos (2007), na busca por remanescentes clandestinos do PCB capixaba, relatou o panorama de medo e de acuamento que tomava conta daqueles que escaparam à repressão:

[...] no momento em que eu começo a tomar conhecimento que partidos existiam e tinham umas propostas que achava interessante, no momento em que eu comecei a cutucar para me aproximar das pessoas que formavam esse partidão no Espírito Santo, eu percebi que eles estavam muito recuados, eles estavam muito amedrontados, pois a caça aos comunistas no Espírito Santo estava muito aguçada neste momento [...]

Dessa forma, sem amparo de uma organização em âmbito estadual, sua inserção nos quadros pecebistas, num primeiro momento, dar-se-ia fora do Estado. Assim, depois de entrar no curso de Medicina do Centro de Biomédicas da Ufes, em 1973, numa participação em debate na USP, em São Paulo, Merli teria conhecido militantes do PCB, como David Capistrano e o cartunista Laérte Coutinho, com o qual, inclusive, começou a namorar naquele momento, e se casaria anos depois. Dessa maneira, estreitados os laços com a militância paulista, ao retornar ao Espírito Santo, manteria contato de forma mais organizada com partido, passando a receber influências mais diretas sobre ideias e propostas políticas pecebistas por meio do contato com o jornal oficial partidário, o impresso “Voz Operária” (SANTOS, 2007).

Dessa maneira, a estudante universitária capixaba se tornava uma *militante* do partido, na medida em que, nos anos seguintes, passaria a atuar ativamente como parte do círculo interno partidário, assumindo-se como membro da sua comunidade e se responsabilizando por assegurar sua organização e seu funcionamento, desenvolver sua propaganda e a suas atividades em geral (DUVERGER, 1970).

Entre os anos 1973 e 1974, no Espírito Santo, a militante pecebista Merli Alves dos Santos iniciaria as ações para rearticular o partido tentando, primeiro, remobilizar seus remanescentes:

[...] eu estava no Espírito Santo e percebi pelas conversas que o partido tinha sido completamente desarticulado no estado, desarticulado como PC do B também tinha sido, estava todo mundo, quem não caiu na clandestinidade estava na semiclandestinidade, porque o negócio estava pesado mesmo em 1973 com o Médici. Então, frente a isso, eu mesmo percebi sem que fizesse necessário que ninguém me explicasse, eu percebi somando A com B que o melhor era tentar

¹¹¹ Nessa direção confluem, por exemplo, os depoimentos de Antônio Claudino de Jesus (2015), Fernando Herkenhoff (2015), Lauro Ferreira Pinto (2016), Paulo Hartung Gomes (2006), Geraldo Corrêa Queiroz (2015).

contato com esses companheiros, era tentar fazer o que fosse possível fazer [...] (SANTOS, 2007).

Nesse processo, para além das dificuldades relativas à desarticulação e ao aparente medo que atingia aos remanescentes do PCB-ES, a militante teria se deparado com a falta de “assistência” da direção nacional, o que, para ela, expressava a própria desorganização do partido, provocada pelo exílio da maioria do CC naqueles tempos. Dessa maneira, o processo de reorganização partidária pecebista no Estado, pelo menos de início, não teria contado com um suporte dos órgãos nacionais do partido (SANTOS, 2007). Fato possível, se considerarmos que, entre 1974 e 1976, como vimos, o partido sofria mais uma onda repressiva fragilizando bases e direção em outros centros.

Mesmo nessas condições, a partir da leitura tática do partido, a ex-militante Merli teria buscado a formação de um novo núcleo do PCB no Espírito Santo, partindo dos seus próprios espaços de inserção política e social, e assim como lembrou, atuando “onde estivesse” (SANTOS, 2007).

Assim, Merli Alves dos Santos se lançou à militância estudantil do curso de Medicina que, a partir de 1975, retomava as lutas para a reabertura do Diretório Acadêmico do Centro de Biomédicas (DACBM), num contexto, como descreve Renato Santoro Moreira (2008, p.23), de reestruturação do movimento estudantil por meio da reabertura dos diretórios acadêmicos e sua organização na Ufes¹¹².

Dessa forma, dos encontros, discussões e lutas pela reabertura dos espaços de representação estudantil no CBM-Ufes, a partir de 1975, Merli iniciaria a formação de um primeiro grupo de novos militantes pecebistas. Segundo sua narrativa, inicialmente, isso teria ocorrido por meio de um processo de recrutamento informal, não organizado, como algo “natural” das lutas cotidianas na Universidade:

[...] Então, com algumas pessoas, sempre que se tinha oportunidade a discussão avançava um pouco mais, mas sem falar sobre o Partidão, “se você quer entrar para o partidão”, não era assim, eu não acreditava nessa fórmula, eu achava que as pessoas tinham que começar a fazer política, a discutir, que elas de repente iam começar a perceber que existiam as estruturas organizadas, partidárias, que eu era de uma delas e se elas quisessem seria muito bem-vindas, mas eu nunca saí recrutando a torto direito, nunca tive essa preocupação, as coisas foram acontecendo naturalmente. Eu vinha a São Paulo, participava das reuniões partidárias, discutia, pegava material voltava para trás e chegava lá e deixava as coisas acontecendo. [...] (SANTOS, 2007).

¹¹² Segundo o levantamento de Moreira (2008), teriam sido reativados, entre 1975 e 1976, além do DACBM: o Diretório Acadêmico do Centro Tecnológico (Engenharia) (1976), o Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Gerais, Diretório Acadêmico de Pedagogia (Fundado em agosto de 1976), o Diretório Acadêmico do Centro de Artes (1975) e o Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (1976).

Nessa direção, o primeiro interlocutor da ex-militante Merli teria sido o também estudante de Medicina, e seu companheiro de turma, Antônio Claudino de Jesus. Esse integrou aquilo que entendemos como uma “primeira geração” de novos pecebistas que iniciaram a rearticulação do partido, segundo ele, já a partir de 1974. “Claudino”, como comumente era reconhecido entre seus pares do movimento estudantil e do PCB, já tinha um contato formal com o partido antes de entrar na Universidade, por meio de sua inserção no movimento secundarista e popular da Igreja Católica, no Município de Colatina, na segunda metade da década de 1960. Sobre sua aproximação com Merli e com o PCB, na Ufes, narra o início do processo da seguinte maneira:

[...] eu venho pra Vitória, 72 por aí, antes até, mas em 72 eu faço vestibular e entro na UFES em 73. Já com esse contato anterior com o Partido.

[...] Já no primeiro semestre de aula, alguns de nós, já reagindo contra o sistema interno da escola, a questão da qualidade, muito dentro da questão acadêmica, nós começamos a nos juntar. Lembro-me deste período muito bem de *Merli Alves dos Santos, Fernando Herkenhoff, Lauro Pinto, [...] Geraldo Correia*. Que eram os expoentes mais próximos. O Biomédico começa a se rearticular e montar um núcleo de rearticulação do diretório. Neste momento, o partido já se aproxima da gente. Eu trazia uma memória, alguns tinham memória, outros não, e a *Merli Alves dos Santos*, talvez tenha sido a pessoa, não tenho dúvida, a pessoa mais importante nesse momento, que fez o elo de ligação *[sic]* da gente com o partido. *Nos transformamos, a partir daí, de 74 pra frente, em núcleos formais do partido, e passamos a rearticulação do Partido [...]* (DE JESUS, 2015, grifo nosso).

Em seguida, no decorrer das lutas estudantis, houve a aproximação com outros militantes do ME, na medida em que avançavam as discussões políticas e ideológicas no contexto das mobilizações do movimento estudantil do CBM-Ufes. Tal fenômeno teria conduzido Merli ao recrutamento de alguns atores, inaugurando um modelo que será reproduzido nos anos seguintes, com o partido já formalizado no Espírito Santo. Assim, contou a ex-militante pecebista:

[...] eu me lembro que a primeira coisa que me ocorreu é que a gente para *avançar na discussão ideológica* precisa fazer *um grupo de estudos*. Então, no fim de semana eu sugeri que a gente fosse estudar *Gramsci*, que era minha paixão [...]

[...]

[...] a primeira proposta que eu fiz para *Fernandão (Fernando Herkenhoff), Geraldo (Geraldo Corrêa Queiroz), Lauro (Lauro Ferreira Pinto), Claudino (Antônio Claudino de Jesus) e Adaauto (Adaauto Emmerich)* para juntar um grupo lá. “Então como que é?” “Então vai ser lá em casa, vai ser sábado”. Sábado à tarde estávamos nós lá *discutindo o Gramsci*, [...] e depois a surgiram outros textos, e a gente começou a discutir e num dado momento deu para perceber quem é que estava mais avançado na discussão ideológica. Foi nessa hora que eu fiz o primeiro movimento no sentido de recrutá-los para o partido. [...] Aí eles foram para a primeira discussão sobre partido e então foi colocada a questão da organização partidária, mas já tinha um monte de lideranças. Não foi um ano depois não, foram

dois anos depois de começar que o movimento [estudantil] em si, sem o corte partidário, de partidão ou de quem fosse (SANTOS, 2007, grifo nosso).

Dos atores citados no depoimento acima como componentes de um primeiro grupo articulado em torno da influência de Merli e do ideário teórico e político pecebista, somente o Aduino Emmerich Oliveira, então estudante de Odontologia, ingresso na Universidade em 1975, destoa em seu depoimento sobre essa articulação e aproximação com o partido. Em sua narrativa, Emmerich (2016) é enfático em admitir que iniciou sua articulação política a partir de 1976, e mais precisamente a partir de 1977, ao se aproximar de um conjunto de militantes estudantis do CBM-Ufes “quando já tinham pessoas consolidadas”, “o partido já estava atuando” no Movimento Estudantil deste *campus*.

Apesar das ambiguidades e imprecisões cronológicas presentes em sua narrativa, Geraldo Corrêa Queiroz, então estudante de medicina e amigo de turma de Merli, fornece indícios em seu depoimento a nossa pesquisa que corroboram a visão de um processo de aproximação de estudantes da turma de medicina de 1973 com o PCB, intermediado pela militante pecebista Merli Alves dos Santos. Dessa forma, relata:

[...] Eu entrei na universidade [em 1973], *tinha uma aproximação*, tinha uma discussão, a gente lia muito, pelo menos uma parte da turma que acabou indo para o Partidão e tal, tinha uma curiosidade grande por ler filosofia, enfim, nos aproximamos do pensamento marxista, nos aproximamos do pensamento leninista, *começando a ler Gramsci*, então houve *uma aproximação primeiro no campo teórico* (QUEIROZ, 2015, grifo nosso).

Verificando a representação construída por Merli em seu depoimento sobre o passado do processo de aproximação entre PCB e ME-Ufes, é constante a referência a uma “naturalidade” do fenômeno. Dessa forma, em sua perspectiva, na medida em que se consolidavam as lutas e entidades estudantis na Universidade, emergia a necessidade de uma maior organização para “levar a frente” o movimento, com os atores, por suas posturas e objetivos políticos, identificando-se “naturalmente” com as ideias do PCB. Assim, reconhecia, naquele momento,

[...] que o movimento [...] no seu nível mais elementar das demandas dos estudantes ele está indo muito bem, tem lideranças comprometidas, agora tem um outro patamar de organização que só é possível num recorte partidário, dentro de um recorte partidário. Foi só aí que eu *com toda naturalidade fiz esse primeiro recrutamento em lote* [...] (SANTOS, 2007, grifo nosso).

Consideramos importante cotejar alguns aspectos da narrativa da ex-militante Merli para compreendermos a própria natureza deste “novo” PCB que se reorganiza a partir da sua iniciativa, entre os anos de 1974 e 1978. Primeiramente, a narrativa da mesma aponta para a

falta de estrutura e orientação organizativa do partido no Estado. Os encontros que produziram a “nova geração” de pecebistas capixabas, contaram com a iniciativa individual de uma militante recém-integrada aos quadros partidários a partir do PCB de São Paulo. Neste processo, há ainda que salientar as citações recorrentes sobre a leitura do intelectual comunista italiano Antônio Gramsci, lembrada constantemente nos depoimentos.

Achamos necessário também pensarmos acerca da “naturalidade” pelo qual o PCB teria se inserido no movimento estudantil capixaba, como insistentemente afirma Merli em sua narrativa. Até compreendemos como possível, que num primeiro momento, não houve uma rígida organização no sentido de recrutamento de militantes e de orientação às lutas estudantis a partir de 1975 na Ufes. Mas não podemos desconsiderar qualquer relação de influência do partido sobre o processo de reorganização de seus quadros no Estado, assim como sobre o ME-Ufes entre 1975 e 1976.

Nessa direção, percebemos que a própria Merli Alves dos Santos afirma que a orientação do partido era de atuar no espaço onde seus militantes tinham inserção, no seu caso, no próprio ambiente universitário. Ao mesmo tempo, sugere que os avanços das discussões políticas e ideológicas do ME-Ufes, acabaram, por sua própria presença como vinculada ao PCB, passando por leituras que integravam parte da teoria do partido naquele contexto. Por outro lado, o próprio recrutamento inicial por mais “natural” e espontâneo que se caracterizasse, permitindo que as pessoas se aproximassem pelas ideias, passou pela identificação dos setores “avançados” do meio estudantil, afinados com a postura e a visão do partido, para além das relações afetivas de amizade e afinidade.

No depoimento de Claudino, o primeiro interlocutor de Merli, temos mais evidente a ação orientada do processo inicial de aproximação do PCB com o ME- Ufes. Sua narrativa, inclusive, além de contradizer a própria espontaneidade do recrutamento executado por aquela militante, nos sugere os indícios de uma aproximação alimentada por uma mistura de afetividade oriunda das relações cotidianas na Universidade, assim como pela comunhão de ideias e vivências dos estudantes no interior da Ufes, como vemos a seguir:

[...] No final de 73 e início de 74, teve um dia que a Merli teve uma conversa séria comigo, e disse assim: “Eu tenho uma coisa muito séria pra te falar. Pode ser que te assuste”. E aí, *entre nós dois não tem nada, porque a gente sempre foi muito ligado, quase siameses dentro da Universidade. Ela falou: “Nós estamos atuando junto com o Partido Comunista Brasileiro e só falta formalizar, se você quer frequentar a reunião do núcleo clandestino”*. Eu falei: “já chegou atrasada a notícia”. Eu contei pra ela minha história pregressa. Eu falei: “não se assuste, na verdade, eu estava esperando um contato. [...] Mas assim, o primeiro contato me vem, quer dizer, a primeira verbalização “estamos no Partido Comunista Brasileiro” foi de Merli

comigo. Com os demais eu não sei como é que foi. Com os demais eu já não sei como é que foi. E daí parti para as reuniões clandestinas. [...] Isso no mais tardar, 74 (DE JESUS, 2015, grifo nosso).

Consideramos a possibilidade de não haver uma deliberação nacional para que o partido, num primeiro momento se reorganizasse e se reestruturasse, mas entendemos que tal processo ocorreu de forma minimante orientada pela própria atuação de Merli no movimento como militante pecebista. Ao mesmo tempo, as próprias dificuldades da direção nacional, que sofria uma onda repressiva lançada pelas forças de segurança do Governo Geisel (1974-1979) entre 1974 e 1976, possibilitaram autonomia para que houvesse formas “incomuns” e mais flexíveis de recrutamento e reorganização inicial do partido no Estado. Nesses moldes se deu origem ao primeiro grupo de militantes influenciado pela teoria e a linha política do partido. Nesses termos, relata Merli Alves dos Santos (2007):

[...] fiz [o recrutamento] de uma maneira inclusive que depois foi criticada por um companheiro de São Paulo, pois para ele eu tinha que passar por um rito e eu não sabia nem como é que era esse negócio, esse ritual, porque como não fui recrutada oficialmente não estava muito preocupada com isso. Eu não sabia nem direito como é que era isso e aí no que eu achei que já tava na hora de ter uma discussão sobre partido com algumas lideranças no meu em torno eu me lembro [sic] que eu chamei, eu coloquei para a direção, para um companheiro que se ocupava do movimento estudantil aqui em São Paulo, ele designou alguém para ir a Vitória, porque eu falei: “Oh, tem lá um grupo que a gente precisa recrutar, e eu preciso de ajuda porque eu não sei nem como que faz isso.” [...] Eu lembro que esse companheiro foi a Vitória e a primeira coisa que ele falou é que ele estava surpreso, e que ele nunca tinha visto recrutamento assim, em bloco, por questões de segurança. Eu fiquei meio sem graça. Mas aqui em Vitória as coisas são diferentes, vamos lá [...] (grifo nosso).

Como aponta Lima (1995, p.186), essa relativa autonomia gerada pela distância provocada entre as bases e a direção, pelo exílio do CC, exerceu influência no sentido de criar novas possibilidades de inserção e crescimento do partido no setor estudantil, inclusive, em outras experiências pelo Brasil, o que favoreceu a situações de reorganização partidária mais autônoma por parte da militância estudantil.

Doravante, do processo de aproximação e recrutamento iniciado por Merli Alves dos Santos, formou-se um grupo inicial originário do curso de Medicina da Ufes no Movimento Estudantil do CBM-Ufes. O mesmo contou, como indicado nos relatos, então com os estudantes: Merli Alves dos Santos, Antônio Claudino de Jesus, Fernando L. Herkenhoff Vieira, Lauro Ferreira da Silva Pinto Neto, Geraldo Correia, todos do curso de Medicina, da turma iniciada em 1973. No decorrer do processo, ainda foram integrados, no que seria o primeiro agrupamento de militantes influenciados pelo PCB, os estudantes de Medicina, Wellington Coimbra, conhecido como Lelo e Ildeberto Muniz de Almeida, conhecido como Paraíba, e o estudante de Odontologia Aduino Emmerich Oliveira, do curso de Odontologia,

sendo estes dois graduandos a partir de 1975. Paraíba nos concedeu um depoimento que reforça a leitura sobre o processo de reorganização do PCB-ES nessa primeira fase:

Creio que em 76, iniciei aproximação com colegas que estavam reconstruindo o movimento estudantil no Diretório Acadêmico do Centro biomédico (DACBM), em Maruípe [...]

[...]

Depois de engajar-me em atividades do diretório [...] em 77 ou 78, fui escolhido como candidato e eleito presidente do DACBM, sucedendo ao Aduauto Emmerich. Minha aproximação com o PCB nasceu nesse movimento. No CBM a convivência inicial com colegas como: Lauro Ferreira (Laurinho, que havia sido meu professor no cursinho), Fernando Herkenhoff, Lelo Coimbra, Geraldo Correa, Merly [sic] Alves dos Santos, Claudino de Jesus me estimulou muito. Quase todos eles eram espécies de intelectuais [...] A Merly [sic] foi uma das primeiras a me sugerir leituras marxistas, numa fase inicial em que não se falava em partidos. [...] (ALMEIDA, 2016)

Mais adiante, a influência desses setores já ligados ao partido iria se expandir pelo *campus* de Goiabeiras, inserindo-se em outros espaços da Universidade, principalmente no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Como relata Merli Alves dos Santos (2007):

[...] daí para frente esses companheiros também começaram a levar essa discussão partidária com naturalidade para outras pessoas e outras lideranças, e de repente o partidão [sic] começou a existir, assim como um dado momento a gente viu que tinha que ajudar a reconstruir todos os DAs. O DA da medicina é reconstruído, olha mais o CCJE, naturalmente movimento saiu dos muros da medicina, a gente se conectou com outros grupos de jovens que também queriam mudar a situação do CCJE, *ninguém partidarizado, mas enfim, naturalmente já existia* (grifo nosso).

Percebemos, que, em sua narrativa, “Merli” se preocupa em afirmar a ausência da partidarização do PCB dos setores ligados à rearticulação do ME-Ufes a partir de 1975. Lauro Ferreira da Silva Pinto Neto, ex-militante e dirigente do PCB-ES entre 1978 e 1982, e integrante do primeiro agrupamento que reconstruiu o partido no Espírito Santo, em seu relato à nossa pesquisa, coaduna com essa interpretação, ao dizer que, entre 1975 e 1977, os estudantes, ao participarem de encontros do ME nacional, começaram “[...] a ser alcunhados do grupo do Partidão do Espírito Santo, sem ninguém ser organizado. [...] as pessoas achavam que a gente era organizado, mas na verdade não era [...]” (PINTO NETO, 2016).

Pelo que podemos apurar, até 1977, não encontramos indícios que nos permita apontar para uma estrutura partidária organizada do PCB no Espírito Santo. No entanto, a partir da análise de outros depoimentos e das ambiguidades presentes nos relatos, principalmente de Merli, consideramos como evidentemente possível que, entre 1974 e 1977, as ações desses indivíduos que vão reorganizar o partido a partir do final daquele último ano, já recebiam a influência na sua formação política, orientando suas táticas e alianças no movimento

estudantil regional e nacional. A própria militante em seu depoimento, ao mesmo tempo em que faz questão de enfatizar algumas vezes que não “havia partido” no ME nesse período, afirma de forma enfática a seguinte relação:

Bom, a primeira coisa é que para falar do movimento estudantil como uma coisa separada da história do partidão (PCB) já fica muito difícil porque enquanto militante comunista não existia movimento estudantil para gente separado da questão partidária. Nós éramos militantes de um partido que tinha uma orientação no sentido de que cada militantes atuasse onde ele tivesse uma inserção social, então como a gente era estudante a nossa inserção era dentro do universo estudantil, a gente participava e organizava essa coisa que a gente chama de movimento estudantil, mas meio difícil a gente separar as duas coisas, [...] (SANTOS, 2007).

Nessa direção, verificamos que antes de 1978, e daquele que entendemos como momento de reorganização formal do partido, Merli, como exposto em depoimento anterior, fala em “recrutamento em bloco” de militantes. Ela mesma define como “tarefa” de sua militância pecebista até a sua saída da Universidade, em 1978, “plantar as condições, ajudar a criar as condições para que as pessoas viessem fazer política, fazer política no centro acadêmico [...]” (SANTOS, 2007). E isso se deu a partir do momento em que o grupo se inseria na reabertura e ocupação dos espaços de representação estudantis.

Assim, para alguns dos ex-militantes do partido que participaram dos movimentos pela reabertura dos Diretórios Acadêmicos (DA's), entre 1975 e 1977, mesmo que sem filiação formal, a presença da teoria e da ideologia partidária pecebista já se fazia presente. Nessa direção, o então estudante de Medicina Wellington Coimbra (2006) enfatiza que, nesse período, havia nas ações dessa militância estudantil, um “misto de organização partidária”, sob a influência do PCB, que trabalhou na reabertura dos espaços de representação estudantil.

Dessa forma, segundo “Lelo” (2006), entre 1976 e 1977, a mobilização estudantil na Universidade “já era um movimento de organização do PCB, mas nós ainda não éramos filiados formalmente ao PCB enquanto núcleo”. Essa é, também, a interpretação de estudantes da época, como Anselmo Tozi, Fernando Pignaton, e Kátia Moura, todos da medicina, e Paulo César Hartung Gomes e Neivaldo Bragatto, ambos do curso de Economia, que se juntaram àquele primeiro agrupamento, principalmente a partir de 1977 (MOREIRA, 2008), integrando a militância estudantil sob a órbita de influência pecebista.

Dessa forma, para Coimbra (2006),

[...] Nós trabalhamos a organização dos diretórios e fizemos um movimento de debates, de disputas e promoção de eventos. Foi nesse período de 76 a 78 que a gente organiza, dá sentido cultural, sentido às lutas acadêmicas, que inclui luta por currículo, luta contra a reforma universitária, nós somos do movimento pós-reforma

universitária, embora críticos à ela. Quem foi o movimento contra a reforma foi o movimento 68-70, reprimido pela ditadura, que aqui no Estado teve a condução do PC do B. Então nós fizemos essa movimentação e, ao longo dos dois anos, meados de 76 a meados de 78, a condução das lutas universitárias: restaurante universitário, preço, ensino público gratuito e as lutas gerais da redemocratização, que foram a constituinte, anistia, liberdade democrática, que eram as três bandeiras principais do movimento que a gente organizava. Já era um movimento de organização do PCB, mas nós ainda não éramos filiados formalmente ao PCB enquanto núcleo.

Em 1975, setores sob a órbita de influência do PCB, além de fomentar e influenciar a rearticulação do ME-Ufes, já ocupavam postos de liderança e espaços de representação estudantil que se abriam. Assim, culminou-se a reabertura do DACBM, em 1975, como relata Antônio Claudino de Jesus (2015):

No Diretório Acadêmico do Biomédico, a gente tinha *um baluarte que era o Aloísio Falchetto*, [...] era um democrata católico e tal, [...] com ficha limpa, com tudo, e que tinha entrado na Universidade antes de nós, e que tinha visto a toda agressão que ocorreu com os colegas. E por ser uma pessoa do bem, democrata e tal, se revoltou com aquilo tudo. Quando a gente entra e começa a fazer esse movimento ele se encosta à gente e vira também o *nosso biombo*. [...] *O Aloísio era um biombo* nosso na frente do Diretório e uma pessoa absolutamente lúcida e sabia de tudo. Então, nunca quis saber desse negócio de saber de se filiar a Partido Comunista, partido nenhum, mas ele foi o primeiro presidente eleito. *Então, para abrir o diretório a gente escolheu ele. E a gente foi evoluindo lá dentro. Eu era diretor do departamento cultural, Marli diretora do departamento científico, o outro era diretor do departamento de esportes.* [...] (grifo nosso).

A reabertura do DACBM deu início a uma série de mobilizações que culminaram na reativação de outros espaços de representação estudantil na Ufes, e possibilitou o surgimento de novas lideranças no ME-Ufes a partir de 1975. Entre eles, no movimento de reabertura do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (DACCJE) emergiu uma série de nomes que se aproximaram do PCB a partir de 1976 e se tornaram figuras importantes nos quadros do partido no Espírito Santo. Assim, em torno das articulações que deram origem a chapa Gota D'Água, presidida pelo estudante de Direito, Joaquim Silva, o Quincas, e eleita em 1976, nomes como o de Paulo César Hartung Gomes, Neivaldo Bragatto, Marli Alves dos Santos, na Economia; e Estanislau Kotska Stein no Direito passaram a ficar sob a órbita de influência pecebista e integraram o partido a seguir.

No campo da representação estudantil, o Conselho Universitário, órgão colegiado superior da universidade, a partir 1974, e sob a pressão do ME, teve a participação discente flexibilizada pela gestão da Ufes (BORG, 2014, p.98). Dessa forma, Antônio Claudino de Jesus (2015) contou que teria sido “designado” pelos seus companheiros do Centro Biomédico para assumir a tarefa de ocupar uma das vagas, junto com a militante do PC do B Gley Coutinho, estudante de Jornalismo.

Claudino (2015) ainda afirmou que sua militância estudantil influenciada pelo PCB o levou a atuar ativamente no desenvolvimento de atividades e eventos culturais (cinema, teatro, artes plásticas) de cunho politizado na Universidade. Ali ele teria se destacado em torno do *movimento cineclubista*, que além de movimentar a cena cultural universitária, apresentava filmes que discutiam a sociedade e a falta de democracia no país. Segundo o ex-militante, desse núcleo cultural universitário emergiu a base do setor cultural do PCB depois de reestruturado.

Para o ex-militante Adauto Emmerich Oliveira, naquele momento, a utilização de eventos e movimentos culturais e científicos refletiam a influência que o grupo de militantes próximos ao PCB recebiam das leituras de Antônio Gramsci, de agir e enfrentar a partir das mobilizações sociais:

O Gramsci tem um livro extraordinário “Os intelectuais e a organização da cultura”, e ali, essas leituras foram que me movimentaram, me mobilizaram a entender aquele momento. Porque a opção era lutar pela democracia, porque aí vou chegar naquilo que o Partidão, a gente decidiu que foi de fazer enfrentamentos a partir de mobilizações sociais.

[...]

Então, nós criamos aqui no CBM, uma semana científica e uma semana cultural, com teatro, peças, as peças, várias peças eram censuradas. Fizemos semanas científicas aqui, com presença, por exemplo, do Zuenir Ventura, o Ferreira Gulart, que eram democratas, entendeu, não to nessa polarização que tai na política [...] E aí, esses movimentos nossos, isso eu to falando 77 [...] (OLIVEIRA, 2016).

Como apresentado acima, é recorrente nas narrativas de alguns ex-militantes dessa fase de articulação em torno do ideário pecebista, a definição dos espaços de representação estudantil, dos movimentos culturais, científicos e esportivos promovidos pelo ME-Ufes como “biombos” ou “brechas”. Neste sentido, a leitura de depoimentos como os que seguem, sugerem a influência do partido, de sua linha política, sobre a visão do sistema político vigente e as formas de luta adequadas para tal institucionalidade:

Como o partido era clandestino, ele não funcionava como partido. Ele tinha uma reunião ideológica, tinha discussões, mas ele trabalhava muito em cima de ação, de interferências, de espaços, que a gente já percebia desde 1977, que ele não era monolítico, ele tinha aberturas, ele tinha contradições acontecia isso em outros lugares (OLIVEIRA, 2016).

Assim como o movimento cultural serviu de biombo para a organização de várias outros setores, não nego que o cineclube da UFES serviu de biombo para a organização dos partidos clandestinos, de núcleos sindicais, que tavam vetados [...] (DE JESUS, 2015).

A participação em mobilizações estudantis de âmbito nacional também foram espaços fundamentais para a articulação e a formação política desses novos militantes, além da consolidação de suas identificações políticas e, neste caso, na sua aproximação com setores estudantis alinhados com o PCB nacionalmente. De acordo com alguns entrevistados, nesse sentido, teria sido importante o envolvimento com os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) e nos encontros da Semana de Estudos de Saúde Comunitária (SESAC).

De acordo com a historiadora Angélica Müller (2014, p.130) os quatro ENEs realizados entre 1976 e 1979 estiveram no bojo do processo de reorganização da União Nacional de Estudantes (UNE). Segundo a autora, mais do que o processo de reconstrução da UNE em si, as discussões nesses eventos revelavam a disputa pelo poder e pelo controle do movimento, e expressavam as concepções políticas preconizadas pelas diferentes tendências sobre o conjunto do Movimento Estudantil.

Em junho de 1977, estudantes capixabas, já articulados ao PCB, tentaram participar do III ENE, na cidade de Belo Horizonte-MG. Na esteira de um recuo da *política de distensão* do Governo Geisel (1974-1979) naquele ano, ao mesmo tempo em que avançavam as manifestações do movimento estudantil nas ruas dos grandes centros do país, a realização do evento foi impedida¹¹³ pela ação das forças policiais mineiras e de outros estados que coibiram a movimentação dos estudantes para o encontro. Muitos desses que se aproximaram da capital mineira, acabaram presos (MÜLLER, 2014, p.131). Entre esses, os ex-militantes do PCB, os estudantes da Ufes Adauto Emmerich (Medicina) e Paulo César Hartung (Economia)¹¹⁴.

Segundo Sarah Escorel (1999), enquanto os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) eram alvos do monitoramento e da coerção dos órgãos de repressão, setorialmente, a organização dos estudantes da área de saúde nas Semanas de Estudos de Saúde Comunitária (SESACs) era, relativamente, ignorada pelos mesmos, que não identificavam o caráter político das discussões. Os encontros da SESAC se iniciaram em 1974, em Belo Horizonte-MG e, até o início dos anos 1980 se tornaram espaços de reflexão politizada da saúde pública brasileira

¹¹³ Houve três tentativas de realização do III ENE em 1977. A primeira delas, em Belo Horizonte, foi abortada antes mesmo de começar. O evento acabou acontecendo em setembro daquele ano, em São Paulo.

¹¹⁴ Assim relata o caso, o então estudante de Economia da UFES, Paulo César Hartung (2006) [...] Eu, Dr. Adauto Emmerich e um terceiro estudante de Vila Velha [...] Nós três fomos representar o ES no EN que era o movimento que se fazia na época para reorganização da UNE. Este encontro foi em Belo Horizonte. Nós já saímos daqui sendo acompanhados pela Polícia Federal. A gente só descobriu isso no meio da viagem quando o ônibus parava, checava as presenças e os três foram presos na entrada de Belo Horizonte. Fomos levados, acho que para o DOPS de Belo Horizonte. Eu me lembro do prédio até hoje e isso criou um bloqueio com a cidade de Belo Horizonte. Eu não gostava de voltar lá. E nós ficamos lá, presos de um dia para o outro. [...]"

promovidos por estudantes e profissionais da área, de várias partes do país. Assim, se constituiu como um *lócus* da formação da consciência sanitária do país a partir de dois eixos: democratização do país e do setor, e contra a privatização da saúde. Contemporâneos aos embates do ME nacional no processo de reconstrução da UNE, nesses eventos rebatiam as diferenciações entre tendências político-ideológicas que se conflitavam naquele espaço.

Assim, segundo Adauto Emmerich Oliveira (2016), que ocupava a presidência do DACBM, em março de 1977, ele e um grupo de estudantes que incluía Fernando Luiz Herkenhoff Vieira, Paulo C. Hartung Gomes e outros personagens articulados ao PCB e simpatizantes, organizaram uma caravana para a IV SESAC, em Londrina – PR. Assim, o ex-militante pecebista narra o fato:

Nós alugamos um ônibus e fomos em [sic] Londrina na Semana de Saúde Pública lá. Chamava-se SESAC, Semana de Saúde Comunitária. Na minha visão [...] um *biombo fundamental nesse processo de construção da democracia do país*, a partir do regime de abertura, foi movimento da Reforma Sanitária, o movimento da Saúde.

[...]

Para mim aquilo foi um laboratório de ciência política muito importante, me marcou.

[...]

Em 77 conheci Sérgio Arouca em Londrina, que depois foi deputado constituinte. Conheci pessoas importantes do PCB, mas isso tudo era muito sutil. [...] *E o Partidão era o nosso fio condutor*, [...] (OLIVEIRA, 2016, grifo nosso).

Além de retomar a terminologia *biombos* para conceber os espaços de atuação política na luta contra a ditadura incorporada pelos setores próximos ao PCB no movimento estudantil capixaba, seu depoimento nos sugere a ideia da utilização daqueles encontros como lugar de formação política, e, ao mesmo tempo, como espaço de construção de elos com personagens e ideias do partido nacionalmente, reafirmando opções político-ideológicas. Nessa direção, Lauro F. S. Pinto Neto (2016) reforça nossa interpretação sobre o papel dos debates nas SESACs e ENs no processo de germinação do PCB capixaba:

[...] ao mesmo tempo em que a gente participava de reuniões, que eram reuniões nacionais, de articulações, havia reuniões da Semana de Saúde Comunitária, SESAC, reuniões como o movimento estudantil nacional. E havia uma coisa muito curiosa. Que a gente começou nos embates do movimento estudantil a aliar [sic], a fazer alianças com algumas lideranças do Rio, de São Paulo, que a gente achava que eram mais coerentes. [...] Enfim, mas na medida em que o tempo foi passando, assim, eu diria 75, 76, 77, cada vez mais, nos encontros nacionais, nas criações do que era o embrião do movimento estudantil no Brasil inteiro, a gente se alinhava nos debates com determinadas posições, e nós começamos a ser alcunhados do grupo do Partidão do Espírito Santo, sem ninguém ser organizado. E durante todo ano de 1977, a gente se conduziu mais ou menos assim [...].

Dessa forma, no âmbito do meio estudantil capixaba, a partir de 1977, a influência do partido sobre os estudantes foi ganhando maior organicidade, e assim, a militância universitária identificada com o PCB firmava suas bandeiras, tendo a luta pela democracia como elemento central. Ao mesmo tempo, uma determinada postura tática pelas “liberdades democráticas” também se consolidava. Como afirma Merli Alves dos Santos (2007):

[...] num dado momento em 77 a gente, com naturalidade, definiu as grandes bandeiras naquele momento, quer dizer, enquanto militante partidário. Eu, no primeiro momento sozinha, e depois com esses primeiros companheiros que passaram a pertencer ao Partidão. A gente estava muito convencida de que a orientação do partido naquele momento era uma orientação justa e é inviável se *organizar uma luta rumo ao socialismo sem passar pela questão da democracia*, diferente de outras orientações, outras orientações políticas que achavam, ao contrário, que quanto pior, melhor [...] (grifo nosso).

Taticamente, o PCB enraizava sua postura nas lutas políticas e sociais do Espírito Santo. Os estudantes, influenciados pelas leituras, nos embates estaduais e nacionais do movimento estudantil se inclinavam, como acima, a articular, num primeiro momento, a luta pelas liberdades democráticas e pelo socialismo. Nessa direção, aqueles novos militantes do partido pareciam incorporar a ideia de que o caminho democrático passava pela formação de amplas alianças e pelo acúmulo de forças, enquanto estudantes militantes de um partido político, como apontava a perspectiva de Merli e o seu grupo:

[...] tinha que lutar para democratizar e nessa luta, qualquer um que concordasse com isso tinha que estar, não podia ficar de fora. Então, o nosso empenho não era tanto sair recrutando gente para ter um partido de esquerda para fazer a revolução, nossa luta era trazer gente, o maior número de pessoas possível sem fazer discriminação, desde que essas pessoas estejam interessadas em que a gente volte a ter direito de decidir os nossos rumos pela vida política, pela vida da democracia representativa. (SANTOS, 2007)

É com essa perspectiva que o espaço de influência pelas ideias do partido, entre finais de 1976 e 1978, havia se expandido na Universidade. Como lembra Antônio Claudino de Jesus (2015), em seu depoimento:

[...] Isso avançou por outros centros acadêmicos, por outros núcleos estudantis, não tinham centros acadêmicos abertos, e a gente foi organizando o movimento estudantil, não havia representação estudantil nos órgãos, sob a forma de luta por melhoria da qualidade ensino, por representação estudantil nos órgãos colegiados, pela reorganização do movimento através dos seus órgãos, e fomos, aos poucos, nos agrupando e ao mesmo tempo nos diversificando. Com um tempo isso cresceu muito nos outros centros, especialmente, no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, mas não só lá, como no Centro de Educação Física, Centro de Artes, Centro Pedagógico tinha um núcleo grande, no Centro Tecnológico tinha muito grande, um grupo muito bom. Mas o Biomédico saiu na frente disso mesmo, talvez o núcleo primeiro e mais avançado dessa luta, e eu tava dentro desse núcleo [...].

Dessa forma, é a partir desse contexto que se dá o início do que consideramos como uma segunda fase do processo de reorganização do partido. Depois da formação do primeiro agrupamento articulado e influenciado pela estudante Merli Alves dos Santos no CBM-Ufes, seguido da aproximação com outras lideranças estudantis nos outros espaços universitários, naquele período, o partido que se revitalizava por meio de uma jovem militância estudantil, buscava, a partir de então, formalizar sua estrutura. Como afirmou Coimbra (2006), “[...] o corte do movimento estudantil puro para uma filiação formal se dá ao longo de 1978. Nós ingressamos no PCB no final de 1977, início de 78, quando a gente se organiza de fato. A história da reorganização do PCB se inicia em 78”.

Como vimos anteriormente, para o ex-militante Lauro Ferreira da Silva Pinto Neto (2016), esse agrupamento de estudantes já era, nos ENEs, identificado como PCB, em virtude de suas posturas, discursos e, principalmente, alinhamentos políticos no Movimento Estudantil Nacional. Nesse contexto, ocorreu seguidamente a estruturação organizativa do partido no Espírito Santo. Dessa forma, alguns fatos demarcariam essa etapa.

Nessa direção, na casa do militante estudantil pecebista Lelo Coimbra, no bairro Santo Antônio (Vitória-ES), teria se dado uma reunião organizada para a constituição de um núcleo formal de organização do PCB capixaba. Tal indicativo aparece no depoimento do ex-militante pecebista Ildeberto Muniz de Almeida,

Nessa época aconteceu uma reunião na casa do Lelo Coimbra, em Santo Antônio, com a participação do Laurinho, do Lelo, do Paulo Hartung e não me lembro quem mais. Até hoje tenho a impressão que, embora eu estivesse muito próximo das ideias discutidas naquela reunião, fui convidado por engano. *Nessa reunião discutiu-se a reorganização no estado, de uma célula do PCB.* Implicava em ler e aprovar a resolução política do 6º Congresso do partido, buscar contatos com o que existia do Partido fora do estado [...] (ALMEIDA, 2016).

Em entrevista a Moreira (2008), Ildeberto Muniz de Almeida afirma que essa reunião demarcaria a transição de um agrupamento militante, enquanto uma espécie de movimento social, para a conformação de uma estrutura partidária:

O primeiro núcleo que nós criamos, era de um grupo de pessoas que estava naquela reunião. E discutimos o seguinte: “olha, a vinculação ao partido implica em discutir esse documento, concordar com essa visão de mundo que tem aí”. Sabíamos que vamos precisar construir um vínculo com a direção fora do Estado – e tínhamos ideia de algumas pessoas a procurar em São Paulo e no Rio. [...] (ALMEIDA, 2008).

Com Merli, os militantes capixabas teriam contatos inicialmente com o PCB de São Paulo. O elo com o Rio de Janeiro foi realizado pelo estudante capixaba Luiz Paulo Vellozo Lucas, então discente em Engenharia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De acordo com sua narrativa, Luiz Paulo teria se aproximado do PCB em 1974, durante a campanha eleitoral do MDB no Rio de Janeiro. Em seguida, teria participado das atividades de reorganização e mobilização do Comitê Universitário naquele estado. Entre 1977 e 1978, ele teria sido designado para dar “assistência” à organização do PCB no Estado, o que significava, no vocabulário pecebista, a *tarefa* de subsidiar a formação da nova militância, a partir de sua experiência e educação marxista e contribuir para organização das bases e do partido em si, e neste caso, da reorganização do Comitê Estadual do PCB-ES. Assim, narrou o ex-militante:

Em 78 eu recebi uma missão lá do Comitê Universitário que estava vindo do Comitê Estadual [Guanabara], do Geraldo [...] Então eles me falaram: “nós estamos reorganizando o partido pelo movimento universitário, deve ter UNE em 1979, e nós temos que ver, e tá tendo um movimento no Espírito Santo. Então nós queremos que você faça o contato em nome do Comitê Central com o grupo que tá reorganizando o partido no Espírito Santo”. E foi então, me deram o contato. O contato era uma estudante de medicina que estava se formando [...] Merli [...] Ela que tava movimentando a base do partido, inicialmente, na medicina e fazendo os contatos com os remanescentes. [...] Com o pessoal da universidade a orientação que eu tive era organizar a base da universidade aqui, fazer o contato, trazer os documentos, orientação política, e tal, eu me tornei o assistente da base do partido, dessa primeira base do partido.

[...]

Então eu trazia muito dessa comunicação, organização da base, organização das reuniões, do secretariado, planejamento das atividades. O que é o planejamento das atividades? Obrigações da base, o que a base tem que fazer, o plano político, qual era o nosso objetivo esse semestre, esse ano, ganhar, ter eleição de diretório, atividade de finanças, atividade de educação, recrutamento [...] (LUCAS, 2016).

No seu trabalho de assistência à reorganização PCB no Espírito Santo, Luiz Paulo Vellozo Lucas teria trazido para os militantes capixabas influências da vertente política-teórica que se fazia presente no cenário que atuava no partido no Rio de Janeiro. Dessa forma, ele teria contribuído no sentido de reforçar as leituras de Gramsci e dos teóricos do *eurocomunismo*.

Eu era muito a favor da linha do VI Congresso, e muito da linha para o movimento estudantil. A linha da reconstrução das entidades, de movimento de massa dos estudantes e seus interesses. Tinha um documento, que até foi escrito pelo Azedo, um documento muito importante chamava-se “O interesse dos estudantes e a luta pela democracia” [...] Meio que o documento que eu trouxe para cá foi o texto do Carlos Nelson Coutinho “A democracia como valor universal”. Esse texto é de 78 e esse texto ele era uma espécie de reposicionamento mais claro da linha do VI Congresso e das teses da linha democrática, da aliança ampla para derrubar a ditadura, anistia ampla geral e irrestrita, a democracia não é um expediente, a democracia não é uma etapa para a Ditadura do Proletariado. É na democracia que nós temos que conquistar o socialismo ou o que é que seja o sistema que tenha que vir depois do capitalismo, superando suas contradições. Então essa mensagem, foi a mensagem que eu trouxe para a base aqui do partido (LUCAS, 2016).

Do contato com a direção nacional do partido, teria vindo a orientação de integrar os antigos comunistas do Estado. Coube a essa nova geração, procurá-los. O encontro entre “novos” e “antigos” militantes seria outro momento importante na reorganização do PCB capixaba, onde os jovens estudantes pecebistas tiveram a oportunidade de se aproximar de comunistas históricos do Estado, como Vespaziano Meireles - o “Meirelinho”; Clementino Dalmácio Santiago - “Seu Clementino”, José Caetano Magalhães de Jesus - “Dr. Magalhães”, e Hermógenes Lima da Fonseca. Segundo alguns dos depoimentos, esses e outros antigos foram, de certa maneira, incorporados nos anos seguintes à estrutura do partido, participando da direção ou atuando junto das bases nas diferentes frentes de militância que o PCB-ES desenvolveu nos seguintes, como veremos adiante.

O encontro entre a antiga geração pecebista e a geração que se constituía naquele momento resultou na integração inicial e parcial de alguns desses militantes numa nova direção esboçando os primeiros passos para o novo Comitê Estadual do PCB-ES (CE-ES), após a desarticulação ocorrida início dos anos 1970. Dessa maneira, o CE-ES era reativado com Lauro Ferreira da Silva Pinto Neto, como Secretário Político, o cargo mais alto posto da hierarquia partidária comunista em âmbito regional naquele contexto; além de Paulo César Hartung Gomes; “Meirelinho” e “Seu Clementino”, compondo, inicialmente, um esboço da direção partidária com dois novos e dois antigos militantes¹¹⁵ (MOREIRA, 2008, p.62-63).

A partir de 1978, ligação com a direção nacional do PCB e o contato com suas propostas também passaram a ser mais constantes. O partido passaria a receber e distribuir entre os seus militantes, naquele momento, o jornal impresso “Voz Operária”, pelo qual as propostas pecebistas chegavam ao Estado e aqui eram discutidas e experimentadas. Como conta, o militante Paraíba:

Após os contatos com o partido fora do estado passamos a ter acesso a documentos políticos sobre a conjuntura, os fatos da luta política nas diferentes frentes. Depois de um tempo, passamos a receber a Voz Operária (VO), o jornal oficial do partido [...] Eu fui encarregado de organizar o trabalho de reprodução do conteúdo do jornal e de impressão de cópias que passaram a ser distribuídas [...] (ALMEIDA, 2016).

Dessa maneira, a partir de 1978, o PCB consolidaria sua estrutura organizativa, iniciando a *reorganização formal* do CE-ES. Como veremos, em paralelo a esse processo, o partido se

¹¹⁵ Segundo consta em alguns documentos, em 1978, teria iniciado a formalização do PCB-ES uma “Comissão Estadual de Reorganização”. Não temos informações suficientes para determinar o término dos seus trabalhos e a data que se inicia o uso da nomenclatura de “Comitê Estadual”. Sabemos que em 1980, essa já era de utilização corrente na documentação. Usaremos essa definição para a direção estadual e sua sigla CE-ES, doravante, na medida em que trataremos de modo geral, a partir daquele ano, a existência de uma direção estadual do partido organizando e orientando sua militância no Espírito Santo.

lançou às frentes de luta política e social no Espírito Santo, buscando colocar em prática seus princípios, suas táticas e estratégias para atingir seus objetivos, tanto no âmbito das lutas democráticas contra a ditadura militar, eixo central de sua atuação, como no que tange a sua inserção nos movimentos sociais e disputas político-partidárias no estado.

O primeiro passo ocorreu no sentido de consolidar suas bases estudantis, buscando dar continuidade ao protagonismo que exerceu a partir de 1975 no processo de abertura dos DAs na Ufes, ao se empenhar pela reabertura e a conquista da direção do Diretório Central Acadêmico (DCE). Objetivo que foi alcançado, e que, num primeiro momento, demonstraria a força e influência que o partido adquiriu a partir de sua inserção no meio universitário capixaba naquela segunda metade dos anos 1970.

Antes de prosseguirmos com a nossa narrativa histórica do PCB-ES, a partir de sua reorganização num processo desencadeado da sua aproximação e expansão nos quadros da militância estudantil da Ufes na segunda metade da década de 1970, achamos necessário questionar e tecer algumas considerações sobre tal fenômeno histórico-partidário. Tais aspectos se referem a alguns traços da gênese do PCB-ES naquela conjuntura, que, assim como enfatiza Panebianco (2005), consideramos importante para que possamos compreender as características da evolução histórica e organizativa do partido nos anos seguintes.

Nessa direção, alguns aspectos do processo de reorganização e do crescimento da influência do PCB-ES no próprio meio universitário devem ser observados, antes que nos dediquemos ao seu estudo em outros setores e espaços da sociedade capixaba, como faremos a seguir.

Primeiramente, podemos questionar o que permitiu com que militantes identificados com o partido e seu ideário atraíssem forças do ME-Ufes para a sua órbita de influência e, ao mesmo tempo, contribuíssem para forjar suas lideranças e a assumissem direções de DAs e, como veremos, do próprio DCE reaberto em 1978. Nesse sentido, a iniciativa individual de uma militante, seguido do apoio “recrutado” de alguns colegas de turma não nos parece ser a única resposta.

Lauro Ferreira da Silva Pinto Neto, que veio a se tornar o primeiro Secretário Político do PCB-ES após a reorganização em 1978, assim explicaria o fenômeno:

Na verdade, o que nos aproximou muito do partidão era uma ideia menos radical no sentido de menos "porra louca" no movimento estudantil, mais sensata, de acúmulo de forças. Esse movimento estudantil que começou, a gente falava que era do bebedouro ao socialismo. Quer dizer, de pegar coisas concretas de necessidades dos estudantes de dificuldade de condição de ensino, de falta de liberdade, do

direito de reunião, e chegar nessa discussão até a ideia de exploração de homem pelo homem (PINTO NETO, 2016, grifo nosso).

Destacamos nessa narrativa, primeiramente, um indício acerca do tipo de comportamento compreendido como ideal e adequado por parte da uma militância estudantil e política daqueles tempos, composta por jovens estudantes universitários de classe média: *moderação, pacifismo e rejeição a radicalismos*. Nessa direção, coaduna com essa mesma visão sobre a política do partido, o ex-militante e também membro do CE-ES a partir de 1978, Paulo César Hartung Gomes ao dizer que, “[...] o ‘Partidão’ era aquela coisa: nada de ‘porra louquice, nada de aventura, um passo de cada vez. Não vamos fazer movimento que joga contra a gente. Não vamos quebrar porta de reitoria porque isso vai ser tiro no pé”.

Não fazer um “movimento que joga contra”, e neste caso, atitudes que poderiam resultar em retornos insatisfatórios aos grupos sob a influência do PCB e os estudantes, nos sugere acreditar que, por um lado, o receio se dava em relação à repressão, considerando o quadro institucional ditatorial ainda vigente e, especificamente, o clima de vigilância e repressão que ainda pairava sobre as universidades onde se mantinham ativas as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs). Por outro, talvez pesasse o risco da perda de legitimidade da luta e das lideranças do movimento estudantil sobre o público universitário.

Outro aspecto significativo da narrativa daqueles dois ex-dirigentes do PCB capixaba, refere-se à explícita crítica aos setores radicais da esquerda política. Nesse sentido, inclusive, os mesmo classificam as posturas mais agressivas de militância política e luta antiditatorial de uma forma pejorativa, quando, similarmente as definem como “porra louca”, “porra louquice”.

Ao mesmo tempo, como ficava evidente nas próprias orientações do PCB naquela conjuntura e nas práticas dos seus militantes na universidade, a agitação e mobilização política, taticamente, eram definidas à partir de demandas imediatas e específicas do campo de atuação dos seus militantes, dando maior concretude aos objetivos da luta política, como indicara Lauro F. S. Pinto Neto (2016), em passagem anterior. Essas medidas podem ter contribuído para fomentar a representatividade dessa militância na universidade.

Voltando a questão da luta democrática moderada, incorporada pelos estudantes da Ufes a partir de 1974, Lauro F. S. Pinto Neto, em outro trecho de sua narrativa, justifica a moderação política como algo comum aquela geração de jovens que viveram a vida pós-luta armada (1969-1974) e que ia ao encontro das bandeiras e da linha de ação do PCB naquela conjuntura:

[...] O renascimento do ‘Partidão’ foi muito numa luta pela liberdade e contra opressão. E muito na formação dos estudantes que então viviam isso, *muito uma ansiedade de liberdade e de posições que a gente entendia como posições não radicais*. Havia toda uma coisa esquerda no movimento estudantil daquela época, que a gente identificava como de “Liberdade e Luta”, que a gente identificava como os trotskistas [...] mas que na cabeça da gente era uma coisa de pegar em armas, e que a gente achava que não era. *Nós entendíamos a luta contra a ditadura como uma luta de acúmulo de forças*. De convencendo cada vez mais gente, de que a questão da liberdade [...] Então, assim, na minha cabeça, na cabeça dos estudantes, que recriaram o Partidão, *a recriação do Partidão foi uma identificação com as pessoas do movimento estudantil nacional que tinham posições mais tolerantes, mais moderadas, mais de aglutinação de forças, e menos de combates arriscados*. A gente fazia greve, mas a gente fazia sempre tentando caminhar com todo mundo. Nossa visão não era uma visão de vanguarda [...] para ser exemplo, mesmo que seja preso. A gente não queria ser preso. [...] Então, assim, era muito forte na formação do Partidão daquela época, a noção de caminhar com acúmulo de forças, mas de respeitar a democracia, de respeitar o debate de ideias. *Tanto que a gente se envolveu muito na luta pela Anistia, na luta pela Constituinte, as grandes bandeiras da democracia. Eram as bandeiras que nos atraía* (PINTO NETO, 2016, grifo nosso).

Esse fenômeno de encontro entre uma militância estudantil democrática moderada e o PCB não era algo específico do cenário das lutas estudantis no Espírito Santo. Lima (1995), analisando a relação do PCB com o Movimento Estudantil nacional nas décadas de 1970 e início da década de 1980, demonstrou os fatores que permitiram o crescimento do PCB entre os estudantes universitários em algumas regiões do país.

Dessa forma, para aquele pesquisador, o crescimento do PCB nesses locais refletia a receptividade dos estudantes às experiências genuínas de lutas democráticas e reformistas e, principalmente, nos cursos de exatas, medicina e economia, onde se concentravam os extratos mais elevados das classes médias e onde o partido recrutava seus quadros estudantis (LIMA, 1995, p.186-187).

Nesta conjuntura, pairava sobre a postura e o imaginário desses setores estudantis um receio em relação à repetição das experiências que levaram à violenta desarticulação da esquerda revolucionária, fazendo com que uma nova geração de estudantes-militantes se apartasse do “romantismo revolucionário” e não se conduzisse a uma “indignação heroica”. Ao mesmo tempo, a partir de 1975, e principalmente após à morte do jornalista membro do PCB paulista, Vladimir Herzog, em outubro daquele ano, as organizações clandestinas de esquerda e, principalmente, os quadros pecebistas, reforçariam o discurso moderado e democrático, Dessa forma, “[...] os pecebistas se limitaram a tirar proveito do estranhamento desses estudantes em relação ao resquício revolucionário-romântico ainda presente na atmosfera combativa das assembleias estudantis vigiadas por informantes e cercadas por tropas de choque [...]” (LIMA, 1995, p.189).

Os argumentos de Lima (1995) coadunam com a representação construída de alguns dos ex-militantes estudantis para explicar sua trajetória de aproximação com o partido na década de 1970. Para além dos exemplos demonstrados anteriormente, o impacto da recente marca da repressão na universidade é apresentado por alguns atores para explicar seus próprios comportamentos e de sua geração como um todo. Assim, por exemplo, Lauro F. S. Pinto Neto (2016), aborda a questão:

[...] um dos momentos que eu lembro que foi muito duro foi a morte de Herzog, a morte do Herzog mexeu demais com a gente, assim, a morte dele foi... (em 76 ou 77) A morte do Herzog nós não tínhamos entrado ainda, nós éramos simpatizantes, mas sentimos na carne, porque houve um momento de caça as bruxas e a gente teve que ter muito cuidado pra reunião, esconder nosso material, mimeógrafo, então aquela época de Herzog e morte de Manuel Fiel Filho quando o Geisel tirou o Ednardo [...] nós não éramos ainda [do PCB] mas nos sentimos perseguidos e vigiados, a gente ficou muito apavorado. A ideia era então exatamente criar condições para a democracia, derrotar a ditadura, derrotar a Arena, em termos políticos era isso.

O próprio ambiente da Ufes tinha passado por uma forte intervenção repressiva, mais especificamente, no setor do Centro de Biomédicas, quando, entre dezembro de 1972 e março de 1973, ocorreu uma série de prisões e perseguições de professores e estudantes na instituição, sobretudo aqueles que militavam no Partido Comunista do Brasil (PCdoB)¹¹⁶ (FAGUNDES, 2013, p.16).

Este cenário criou condições que permitiram a convergência entre a perspectiva de luta vislumbrada por parte significativa da geração de militantes do ME-UFES e a linha política do PCB, assim como foi constado por Lima (1995), por exemplo, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e na Universidade de Brasília. Ao mesmo tempo,

A convergência entre pecebismo e os democratas-radicais estudantis, para além do etapismo, da crítica do esquerdismo e da partidarização, explica-se fundamentalmente pela estratégia democrática na qual o partido se empenhava. Era ela que possibilitava a eles uma alternativa partidária ao esquerdismo na ausência de partidos liberais dispostos a organizar, ou simplesmente fazer-se representar, nos movimentos sociais [...] (LIMA, 1995, p.189)

Dentro dessa perspectiva, se justificaria o crescimento do PCB em algumas universidades do país a partir de 1975, na medida em que ele teria sido visto pelos estudantes como um instrumento político da luta democrática (LIMA, 1995). A ausência de competidores à esquerda, pelo menos no limiar da segunda metade da década 1970, também é constatada pela

¹¹⁶Segundo o estudo realizado pelo historiador Pedro Ernesto Fagundes (2013, p.16-17), do resultado da intervenção repressiva na UFES, entre 1972 e 1973, “foi aberto um inquérito policial militar (IPM) que arrolou 33 pessoas suspeitas de militarem no PCdoB. A maioria dos arrolados no IPM, ou seja, 18 pessoas, tinham ligação direta com a UFES. No total, eram 17 discentes – oito do curso de Medicina – e um professor (Vitor Buaiz, também do Departamento de Medicina)”.

ex-militante Merli Alves dos Santos (2007). Ela relata a “tranquilidade” de agir, inicialmente, sem adversários, no campo do recrutamento dos estudantes para o partido:

[...] Eu estava muito tranquila porque não tinha ninguém, não tinha concorrência, digamos assim. Acho que isso que deu uma certa [sic] tranquilidade de ver que as lideranças com quem discutia não tinha ninguém ali sabe, querendo roubar, digamos assim, a liderança que a gente estava trabalhando para facção, para o grupo tal ou grupo tal, facção tal, não tinha, e também eu não tinha muita essa preocupação (SANTOS, 2007).

O discurso e as práticas moderadas desse embrião do PCB-ES que emergiu no meio universitário capixaba a partir de 1974, além de encontrarem aos anseios dos estudantes, teriam aberto outras possibilidades de atuação no movimento estudantil. Nessa direção, teria pesado, quando não favorecido, a tática de aproximação com a gestão universitária daquele contexto.

O período no qual o partido se ramifica pelos cursos e centros universitários da Ufes coincide com o da reitoria Manoel Ceciliano Salles de Almeida (1975-1979). Para o então militante pecebista Claudino, essa gestão teria possibilitado avançar o ME-Ufes, e em paralelo, consideramos que favoreceu a própria ampliação da influência pecebista através de seus representantes na instituição. Assim explica o contexto:

[...] fazendo um parênteses, evidentemente, nós não fomos mais heróis que outros companheiros de outras universidades que não conseguiram todo esse avanço. A gente era uma grande referência nacional, o nosso movimento [ME-UFES]. As outras universidades estavam sufocadas pela ditadura. [...] evidentemente, houve uma conjuntura também que nos, digamos assim, facilitou o processo de trabalho. Foi a sucessão desse reitor, Máximo Borgo, que tinha sido tão duro, tão cruel, tão ditatorial, [e] vem o reitor Manoel Ceciliano Salles de Almeida, o “Manoelito”. Um democrata, que não acreditava, que comunista comia criancinha, que acreditava no direito de todo mundo, nas liberdades, inusitadamente a ditadura nomeia esse cara para reitor. [...] Então, “Manoelito” vem e traz um novo respiradouro na universidade e convida Rômulo Penina para ser sub-reitor comunitário. Esses dois fazem a diferença, porque eles nos abrigam sem nos ver como bandido. Nos viam [sic] como jovens libertários, com princípios e com objetivos na vida. E nos deram bastante tranquilidade dentro da universidade. A Polícia Federal não nos acossou, não entrou policial federal na universidade nesse período. A polícia veio a entrar dentro na universidade muito depois do processo da constituinte. Até então eu não tinha visto. A polícia tinha entrado antes de eu entrar, prendido. Toda a minha vida de estudante dentro universidade, nunca fomos acossado (DE JESUS, 2015).

As afirmações de Claudino podem ser observadas no que tange a essa “tranquilidade”, se considerarmos a manutenção da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI/Ufes) sob a chefia de Alberto Monteiro, como demonstram os estudos de Pelegrine e Baptista (2015) e Fagundes (2013). Ambos os estudos apontam para a dinâmica das atividades repressivas sobre a comunidade universitária neste período, mesmo tendo iniciada a *política de distensão*. Talvez, o aspecto “tranquilo” do ambiente universitário tenha sido reconstruído

na lembrança do ex-militante do PCB-ES, quando se compara com o momento da gestão e das intervenções das forças de segurança entre finais da década de 1960 e início dos anos 1970.

Ao mesmo tempo, podemos sugerir que uma aproximação direta entre o partido e a Reitoria universitária pode ter corroborado para uma relativa tranquilidade de ação dos militantes estudantis influenciados pelos PCB, além do seu comportamento moderado, como relatado por Claudino em passagem anterior. Sobre essa questão, Lelo Coimbra (2006) lembrou da seguinte maneira:

Nós tínhamos ao longo desse período um grande envolvimento com a subreitoria [sic] comunitária. O sub-reitor comunitário era o professor Rômulo Penina, então havia uma convivência institucional junto da comunitária, que tinha música, artes, apoiava os movimentos culturais, e nós nos organizávamos para fazer a reabertura dos diretórios [...]

A atuação próxima ou “por dentro” dos órgãos oficiais da universidade, ou como define o ex-militante Claudino de Jesus (2015), “sob esse guarda chuva” institucional, pode ter propiciado maiores possibilidades de ação aos estudantes no ME-Ufes, permitindo aos setores ligados ao PCB expandirem sua influência. Essa é a perspectiva de Merli Alves do Santos (2007) sobre tal questão:

O Penina [sub-reitor] entrou na universidade, e ele era *um democrata*, e a gente começou a perceber que a gente tinha que ocupar os espaços em torno da sub-reitoria comunitária porque a interlocução dos estudantes era em torno dessa sub-reitoria comunitária, e ele era o sub-reitor que tinha uma vocação para isso, ele se aproximou dos estudantes, ele inspirava confiança, então a gente começou a propor e ele nos procurava para fazer a política dele no MEC, mas não importa, nós aceitamos essa aproximação e também fizemos aproximação no sentido de: “olha a gente quer montar um cineclube”, então juntou à nossa vontade com a necessidade que o MEC tinha de ter quadros nas reitorias e sub-reitorias que fizessem pontes com os estudantes, e para nossa sorte a pessoa designada para isso foi o Penina que era democrata. *E então a gente abriu esse canal* e aí começamos a mexer, a falar em cineclube na universidade, e falar em teatro, organizar grupos de teatro.

Reforçando essa perspectiva e vislumbrando o apoio dos órgãos universitários como “brechas”, também lembra Adauto Emmerich de Oliveira (2016):

[...] Uma coisa curiosa [...] daquele momento histórico, é como *o sistema ele tinha brechas*. Aqui na Universidade *a sub-reitoria comunitária ela era um espaço de ação política* nossa muito forte através de um pró-reitor que tinha lá chamado [...] *Rômulo Penina*, e eu reconheço que esse *cidadão ele abriu muitos espaços para nossa atuação política*, para a nossa organização, sem ser do PCB, mas *tinha uma visão da democracia* [...] Sabia [que ele eram do PCB] mas criticava: Olha, não se envolve não”. Eu cansei de receber isso aí. (grifo nosso)

A ênfase no caráter “democrata” do então sub-reitor da Ufes Rômulo A. Penina presente nas narrativas, parece se ancorar na tese do PCB que vigorava naquela conjuntura, pelo qual o

partido, em busca da *frente ampla* – e, neste momento, *antifascista* e *patriótica* - deveria se aproximar de todos os setores democráticos, inclusive das Forças Armadas e da ARENA, para lutar contra a *ditadura fascista* que governava o país. Ao mesmo tempo, nos parece um argumento que busca justificar a aproximação dessa militância com gestores representantes do governo na universidade naquela conjuntura. Isso porque, na medida em que outras tendências e organizações de esquerda como os trotskistas da Libelu, o MR-8 do PC do B e anarquistas se organizavam e passavam a competir com a militância pecebista naquele meio, aqueles setores passaram a classificar os estudantes ligados simpatizantes do PCB e do seu ideário como "de direita", "reformistas", "pelegos", pela postura cautelosa e por suas vinculações com a gestão universitária (MARTIN, 2008, p.38-39).

Esse cenário parece nos trazer um exemplo das relações ambíguas que se configuraram no interior das universidades brasileiras, principalmente no contexto de distensão e abertura política, onde, conforme analisou Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p.59), "[...] a repressão foi temperada com a negociação e tentativas de acomodação, em certos casos, com a anuência dos órgãos de repressão". Esse quadro relacional entre atores de oposição e dirigentes universitários representantes do regime militar, que aquele autor definiu como "jogos de acomodação", parece ser representado naquilo que vemos como a adaptação de setores de esquerda do movimento estudantil aos quadros institucionais que regiam a Ufes a partir da segunda metade da década de 1970.

Num contexto no qual as universidades eram um dos campos de batalha mais destacados dos embates entre forças opositoras e àquelas representantes do regime militar (MOTTA, 2014, p.61), percebemos, na Ufes, que, na relação entre os dirigentes universitários e a militância estudantil influenciada pelo PCB, abriu-se um espaço intermediário que permitiu processos de adaptação dos atores ali envolvidos ao quadro político institucional.

Por um lado, aqueles militantes, ao defenderem e praticarem posturas moderadas, pacíficas e de luta institucional num momento de efervescência do ME-Ufes, abriam possibilidades de aproximação com a reitoria universitária que, por outro, diante do avanço das oposições nos *campi*, revestia-se de caracteres democráticos ao tolerar, proteger e até mesmo colaborar com aqueles setores que não colocavam em risco imediato a ordem institucional. Enquanto isso, mantinha seus instrumentos repressivos "disponíveis" para outros setores indesejáveis, radicais, se necessário. Ao mesmo tempo, sob a anuência da gestão da universidade, os militantes ligados ao PCB tiveram horizontes relativamente mais abertos para o crescimento de suas atividades e de sua força política naquele momento.

Assim, diante desse contexto, podemos encontrar um possível panorama com alguns fatores que permitiram o crescimento do PCB na Ufes. Num primeiro momento, inclusive, a militância ligada ao partido chegou a ter certa hegemonia na conquista dos espaços de representação estudantil, como veremos na ampla vitória eleitoral de sua chapa no DCE de 1978. No entanto, resta saber se tal fórmula se sustentaria nos anos seguintes.

5. O PCB E A LUTA INSTITUCIONAL EM TEMPOS DA ABERTURA POLÍTICA (1978-1985)

5.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA ENTRE 1978-1985

Sob uma nova estrutura institucional gerada nos anos da política de distensão do Governo Geisel (1974-1979), o General João Baptista Figueiredo assumiu o comando do Estado brasileiro em 15 de março de 1979. Momento em que a abertura política era o tema do qual se ocuparam os diferentes atores e movimentos políticos e sociais, com os quais o novo governo precisou dialogar.

Nessa direção, o Governo Figueiredo (1979-1985) se deparou com o desafio de conciliar a transição com os impactos da recessão econômica que, acentuados a partir de 1979, incitaram a radicalização das manifestações sociais contra o regime, principalmente entre setores do operariado urbano (COUTO, 1999, p. 255).

Segundo Napolitano (2014), o governo e sua agenda de abertura, em seus primeiros anos (1979 e 1981), se viram fortemente pressionados por movimentos sociais e políticos mais à esquerda, que defendiam uma democracia que fosse além dos princípios da igualdade política, e abrangesse a construção de uma sociedade social e economicamente mais justa. Destacou-se, neste contexto, o movimento operário que ficou conhecido como o “novo sindicalismo”.

Desde 1978, as crescentes manifestações e greves de trabalhadores tiveram como embrião o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – SP, logo em seguida se espalharam pelo país e por outras categorias profissionais, entrando na década de 1980, com pautas de luta contra a precarização da vida do trabalhador e, incorporando também, a luta pelas liberdades democráticas (ANTUNES; SANTANA, 2014, p.132). Com estes temas, inicialmente o movimento atraiu o apoio dos diferentes setores de oposição, formando uma espécie de frente antiditatorial, pelo menos até 1981 (NAPOLITANO, 2014). No Espírito Santo, o movimento sindical, à esteira do que acontecia nos grandes centros, amplificou-se a partir de 1979, quando, influenciados pelo “novo sindicalismo”, começaram a se articular as

chamadas “Oposições Sindicais”¹¹⁷, formada por lideranças operárias que desejavam combater a estrutura pelega do sindicalismo oficial capixaba (ROCHA JUNIOR, 2014).

Ao mesmo tempo, os movimentos em defesa da Anistia Política estouravam no país. Os anos de 1978 e 1979 foram marcados pelo auge da luta pela libertação dos presos políticos e o retorno dos exilados. Nesse contexto, junto com o crescimento das mobilizações operárias, as campanhas pela anistia ganhavam as ruas, capitaneadas pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), criado em fevereiro de 1978. Ecoando as vozes dos exilados políticos brasileiros no exterior, o CBA defendia a proposta de uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, assim como a punição aos torturadores e a democratização política e social da sociedade, permitindo reunir o apoio de diferentes polos de oposição ao regime militar.

Diante da ascensão do tema da anistia no debate político, o governo militar se preocupou em criar condições que inibissem a emergência de uma postura revanchista da sociedade brasileira que pudesse desembocar na apuração das violações dos direitos humanos cometidas pelas forças militares que comandaram o país desde 1964 (NAPOLITANO, 2014, p.284). Dessa forma, tal questão assumiu, já em 1979, um papel central na pauta do governo Figueiredo. Segundo Couto (1999, p.274), o tema era vital para a continuidade da *abertura*, na medida em que possibilitaria apagar o passado, destruir ressentimentos e possibilitar uma saída pacífica dos militares.

Assim, com aquele objetivo e, ao mesmo tempo, tentando responder às pressões das ruas, o governo Figueiredo propôs o seu próprio projeto de Lei da Anistia ao Congresso, em junho de 1979. Tratava-se de uma proposta de *anistia parcial*, que excluía os guerrilheiros da esquerda armada e expressava os objetivos da transição política controlada. Ao final dos debates e propostas substitutivas no Parlamento brasileiro, sancionou-se o projeto baseado na emenda proposta pelo deputado Ernani Satyro (ARENA-RN), dando origem à Lei nº 6.683/79. Esta representava, basicamente, a proposição oficial, anistiando torturadores, exceto os setores de oposição presos pelas práticas empreendidas durante a luta armada¹¹⁸. Nestes termos, o movimento popular por uma *Anistia Ampla Geral e Irrestrita* sofria um imponente abalo.

¹¹⁷ Segundo a pesquisadora Antônia Colbari (2010, p.175), no Espírito Santo, a trajetória dos grupos de Oposição Sindical é semelhante a outros casos no país. Sua origem remonta ao trabalho nos bairros sob a orientação da FASE, da Pastoral Operária e da Caritas, as duas últimas ligadas à Arquidiocese de Vitória. Entre 1980 a 1983 os grupos de oposição tiveram intensa atuação no movimento sindical capixaba.

¹¹⁸ A Lei da Anistia de 1979 anistiava os agentes repressivos no exercício de suas funções pelo Estado, inclusive os torturadores, mas excluiu os atores envolvidos em “crimes de sangue”, especificamente, militantes de esquerda que se lançaram à luta armada.

Doravante, parte dos setores de oposição que o encabeçaram optou por seguir em outros embates contra a reforma institucional que processava a *abertura* do general Figueiredo (NAPOLITANO, 2014, p.298-299).

Apesar dos seus limites, é preciso considerar que, na trajetória da abertura política e da normalização institucional do sistema político brasileiro, a Lei da Anistia de 1979 promoveu avanços, restabelecendo direitos políticos, a libertação paulatina de presos políticos e o retorno de exilados, inclusive de lideranças de esquerda, como a de Luis Carlos Prestes, líder comunista histórico do PCB.

“Resolvida” a questão da Anistia, a relação entre a abertura política e a oposição no campo político-partidário retornou à pauta do governo Figueiredo. Nesse sentido, em dezembro de 1979, refletindo o encaminhamento do processo de liberalização política e as preocupações com o futuro de uma oposição que se concentrava como frente no interior do MDB, o governo militar deu mais um passo no sentido da abertura política controlada, decretando a “Lei da Reforma Partidária” – Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP nº 6.767/79). Essa legislação, basicamente, decretava o restabelecimento do *pluripartidarismo*, extinguindo ARENA e MDB.

Aparentemente, a LOPP de 1979 significava um avanço na democratização do sistema político-eleitoral brasileiro, ao liberar a formação dos partidos políticos. Porém, ela expressou a tentativa calculada do governo de fragmentar e enfraquecer a frente de oposição unificada no MDB, partido que, ao longo da sua trajetória, passou a concentrar uma gama heterogênea de tendências oposicionistas. Consequentemente, pensava-se em criar condições para que um novo partido oficial, oriundo dos quadros arenistas, se mantivesse unido e forte para hegemonizar espaços de disputa política e favorecer a tutela do processo político pelo governo militar (ALVES, 2005).

O novo ataque do governo ao MDB expressava o peso político adquirido pelo partido em sua trajetória como oposição oficial. Segundo Kinzo (1988), em 1979, a sigla havia superado as dificuldades de sua origem artificial e da falta de legitimidade como oposição política ao regime diante da sociedade. Ao longo do tempo, o partido de oposição aproveitou das brechas eleitorais e dos momentos de maior liberdade de ação para ocupar espaços eleitorais deixados pelos arenistas. Ao mesmo tempo, seus quadros se fortaleceram na medida em que o bipartidarismo forçou diversos setores de oposição – conservadores, liberais, socialistas,

comunistas – a se unificarem no único canal institucional de disputa política que dispunham no âmbito do Estado autoritário.

Correspondendo aos cálculos do governo em relação à heterogeneidade do antigo MDB, o restabelecimento do pluripartidarismo resultou na fragmentação da frente de oposição em diversas siglas. De seus quadros surgiu o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), presidido pelo líder histórico emedebista Ulysses Guimarães. De acordo com Alves (2005, p.329), o novo grande partido de oposição congregou representantes de diferentes estratos sociais – das elites capitalistas a trabalhadores – e matizes ideológicas, integrando desde militares, a ex-integrantes da luta armada, abrindo espaço para inserção de organizações clandestinas como o PCB, o PC do B e o MR-8. Dessa maneira, reproduziu-se a frente democrática já praticada anteriormente no MDB, buscando imprimir derrotas eleitorais ao governo.

Da oposição ainda, Leonel Brizola, reunindo setores afinados ao antigo trabalhismo varguista, deu origem ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Além dele, um novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado por Alzyra Vargas, atuaria como legenda de centro-direita. Entre 1980 e 1981, ainda existiu o Partido Popular (PP), aglutinando setores conservadores de parte da Arena e moderados do MDB, representados, respectivamente, pelos políticos mineiros, Magalhães Pinto e Tancredo Neves¹¹⁹.

Em 1980, surgiu ainda o Partido dos Trabalhadores (PT), uma nova organização liderada pelo líder sindical Luiz Ignácio “Lula” da Silva. O PT reuniu significativa parcela da esquerda não comunista e buscou se postar na representação política dos novos sindicatos e do operariado nacional, refletindo o crescimento das lutas operárias nas grandes cidades brasileiras, e a aproximação com os movimentos de base da Igreja Católica (OLIVEIRA, 2009).

A reabertura dos trabalhos do Congresso, em março de 1980, refletiu o esfacelamento do antigo bloco de oposição emedebista e a afirmação do domínio parlamentar do novo partido do governo, o Partido Democrático Social (PDS), herdeiro da ARENA¹²⁰. Assim, o governo militar obtinha sucesso em sua estratégia de combate à oposição partidária unificada no MDB.

¹¹⁹ As divergências internas, e as novas regras eleitorais impostas em 1981, resultaram na dissolução do PP um ano após sua criação. Grande maioria dos seus quadros decidiu por se fundir ao PMDB, inclusive o próprio Tancredo Neves.

¹²⁰ Segundo Couto (1999, p.280), o PDS garantiu maioria absoluta com 36 senadores e 212 deputados. O PMDB viria em segundo lugar com 20 senadores e 113 deputados. O PP com 66 deputados e 10 senadores. PDT, PTB e PTB, só possuíam deputados, respectivamente com 10, 05 e 06, cada partido.

Os impactos da reinstalação do pluripartidarismo no contexto político-partidário nacional se reproduziram no Espírito Santo. Neste estado, o PDS foi fundado pelas tradicionais forças políticas arenistas. No entanto, o novo partido governista perdeu parte dos seus quadros, primeiro para o PP, que depois, com a dissolução desse partido em 1981, migraram para o PMDB, organização que herdou os quadros emedebistas do estado, e que tentou manter sua imagem de oposição (OLIVEIRA, 2013).

A debandada de políticos da ARENA para o PMDB fez com que esse partido passasse a conviver, em seu interior, com as disputas polarizadas entre ex-membros dos extintos PSD e da extinta Coligação Democrática (CD), que marcaram os bastidores arenistas no contexto bipartidário. No início da década de 1980, nomes que se tornariam importantes na cena política estadual, como o do Deputado Federal Gerson Camata, realizaram essa migração partidária,.

Mais à esquerda, em 1980, nasceu em solo capixaba o Partido dos Trabalhadores (PT), num processo bastante similar ao que deu origem à sigla em âmbito nacional, ou seja, com base no tripé: sindicalismo combativo, organizações de esquerda e católicos progressistas. Em seus quadros despontaram nomes como o do médico Vitor Buaiz, do jornalista Rogério Medeiros, e do ex-militante da resistência armada Perly Cipriano (OLIVEIRA, 2008).

A nova lei que institucionalizou o retorno ao pluripartidarismo tinha claros objetivos de dificultar e controlar a atuação da oposição política formal, sem abrir mão das “eleições livres”, enquanto mecanismo de autolegitimação (ALVES, 2005, p.322). Para tanto, a norma proibia as alianças partidárias e dificultava o registro dos novos partidos¹²¹. A vigência da Lei de Segurança Nacional impedia a legalização das organizações comunistas. Dessa forma, o PCB, por exemplo, manteve-se abrigado nos partidos legais, principalmente, no PMDB, como veremos adiante.

A reforma política-eleitoral prosseguiu em setembro de 1980, com a edição da Emenda Constitucional nº 15, que reestabeleceu as eleições diretas para governadores e senadores,

¹²¹Uma série de critérios foram estabelecidos visando dificultar a organização da oposição. Assim, os partidos só seriam reconhecidos oficialmente após as eleições de 1982, se atendessem às seguintes exigências: obter 5% dos votos nas eleições para o Congresso, com pelo menos 3% em cada um dos nove Estados, número mínimo de unidades federativas onde partido deveria realizar Convenções Regionais, além de atender um número mínimo de filiados.

dando fim aos “senadores biônicos”¹²². O avanço na liberalização da participação política eleitoral, neste momento, refletia a estratégia do governo de tentar se legitimar, via abertura política, na medida em que a recessão da economia brasileira desgastava o regime e conferia argumentos aos seus opositores (COUTO, 1999, p.282-283).

Doravante, em novembro de 1981, o Presidente Figueiredo anunciou mais um pacote de reformas eleitorais. Preocupado em assegurar o controle do Colégio Eleitoral de 1985, a partir das eleições gerais de 1982, o governo previu melhorar a posição do PDS junto ao eleitorado, na medida em que, como partido do governo, sua imagem se desgastava com o aprofundamento das dificuldades econômicas do país. Dessa forma, em 19 de janeiro de 1982, aprovou-se a Lei nº 6.978 que, entre outras medidas, estabeleceu o voto vinculado, mecanismo pelo qual o eleitor só poderia votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos em disputa¹²³ e proibia as coligações eleitorais. O objetivo era estimular a competição entre as siglas de oposição (ALVES, 2005).

Em 29 de maio de 1982, mais um conjunto de medidas foi lançado pelo governo com o intuito de fragilizar a oposição, principalmente do PMDB. Nessa direção, a Emenda Constitucional nº 22, entre outras determinações, reabriu as filiações partidárias e estendeu o prazo para validação dos partidos para 1986, buscando impedir que pequenas agremiações de oposição se extinguissem e migrassem para os quadros peemedebistas, tal como aconteceu com o PP, no final ano anterior. Além disso, a nova norma aumentou o número de deputados federais para 420 e alterou o *quorum* para aprovação de emendas constitucionais para dois terços, impedindo que, mesmo diante da vitória das oposições, essas tivessem possibilidade de alterar a Constituição e modificassem os rumos da abertura controlada (ALVES, 2005, p.337).

Além desses termos, o Colégio Eleitoral foi ampliado para 686 membros, com o aumento do número de delegados representantes das Assembleias Estaduais. Esses seriam escolhidos entre os deputados do partido majoritário da respectiva Casa Legislativa. Com essas mudanças institucionais, acreditava-se na ampliação do peso do PDS no Congresso e nos Estados para garantir ao governo o controle da próxima sucessão presidencial marcada para janeiro de 1985 (COUTO, 1999, p.309).

¹²² Mantinha-se ainda a eleição indireta para os prefeitos de capitais de áreas interesse da segurança nacional. Ademais, vale lembrar que, antes, em setembro de 1980, o governo editou a Emenda Constitucional nº14, prorrogando inicialmente os mandatos municipais até janeiro de 1983, ficando a data de 15 de novembro de 1982 para ocorrer as eleições gerais no país. O objetivo desses novos prazos era dar tempo para o fortalecimento do PDS em níveis locais.

¹²³ Com o voto vinculado, o governo visava aproveitar-se das históricas relações clientelísticas que ligavam políticos locais aos eleitores de sua influência, principalmente, em áreas rurais e periferias urbanas (ALVES, 2005).

Nas campanhas para as eleições do final de 1982, o PMDB se preocupou em superar o obstáculo que emergia pela regra do voto vinculado. Dessa forma, os peemdebistas apelaram à população a exercer o “voto útil”, ou seja, escolher candidatos de partidos de oposição que possuísem reais chances de conquistar cargos e enfrentar o PDS. Neste sentido, buscou-se reforçar o próprio PMDB.

O teste para essas reformas político-institucionais ocorreu nas eleições diretas de 1982. Mesmo sob os fortes abalos da recessão e da política econômica ortodoxa do governo, que precarizavam a vida da população das camadas baixas e médias da sociedade, os resultados não foram tão trágicos para o partido governista. O PDS concentrou 50% das cadeiras no Congresso e acumulou mais 13 Senadores dos 23 cargos em disputa, garantindo, assim, a maioria parlamentar (NAPOLITANO, 2014, p.302). Além disso, também dominou a maioria das Assembleias Estaduais. Nessas condições, o governo obtinha grandes chances de manter o controle do Colégio Eleitoral de 1985.

Assim, mostravam-se, novamente, exitosas as reformas eleitorais praticadas pelo governo militar entre 1979 e 1981, no sentido de salvaguardar a *abertura* com mecanismos de tutela, por parte do poder central, em relação ao processo político de transição.

Apesar desses fatos, é importante considerar que a oposição concentrada no PMDB também alcançou resultados expressivos, adquirindo vigor para as disputas e negociações para os anos seguintes. O partido passou a governar os estados mais ricos da Federação (São Paulo, Paraná, Minas Gerais), reproduzindo as tendências eleitorais de seu lugar de origem, o antigo MDB. No Congresso Nacional, conseguiu um pouco mais de 40% das cadeiras da Câmara Federal e 10 postos senatoriais, tornando-se, nestes termos, o grande polo de oposição ao PDS (NAPOLITANO, 2014, p.304-305).

Sobre o quadro político nacional em 1982, Alves (2005, p. 342-343) esboça interessante panorama dos resultados das eleições e dos impactos político-partidários da institucionalização no contexto de uma abertura controlada:

Os resultados preliminares das eleições [...] demonstraram a eficácia dos controles impostos pelos militares para a manutenção do poder, com a limitação das perspectivas de oposição. Em primeiro lugar, o pacote de reformas de abril de 1977 deu maior peso à representação do Nordeste [...] Isto era importante para o governo porque, apesar das alterações na legislação eleitoral, a oposição como um todo conquistou maioria na Câmara dos Deputados. Para os partidos de oposição, as eleições de novembro de 1982 representaram na realidade um grande avanço. Juntos eles ganharam o controle de cerca de 80% do Produto Nacional Bruto, distribuído por 60% do território, ocupados por 58% da população [...].

No Espírito Santo, a força do principal partido de oposição da época será ainda mais destacada. Inicialmente, as agitações e disputas internas nos partidos pela definição das candidaturas estaduais de 1982 e, principalmente, para o cargo de governador, marcaram o ambiente político-partidário capixaba. Superados os conflitos entre tendências no PDS, o partido do governo definiu o nome de Carlos Lindenberg Von Schilgen e José Maria Feu Rosa como candidatos a governador e vice, respectivamente. No entanto, o processo tumultuado de escolha desses nomes gerou um racha no interior da organização. Situação que, de forma similar, se deu no PMDB, levando à divisão interna do partido, entre um grupo de partidários ligados a Max Mauro; outro grupo liderado pelo Senador Dirceu Cardoso; e um setor perfilado com Gerson Camata. Ambos disputavam a indicação, sendo Camata vitorioso, e se tornando candidato oficial da sigla. A seu favor, teria pesado a sua capilaridade no interior do estado, considerando que a maior parte do eleitorado capixaba estava fora das áreas urbanas da Grande Vitória-ES (OLIVEIRA, 2013).

O PT capixaba também buscou participar do pleito, indicando a candidatura de Perly Cipriano, um ex-combatente da ANL e uma das lideranças estaduais do partido. O PDT, em reta final de campanha, lançou Oswaldo Mármore (OLIVEIRA, 2013).

Após as eleições, os resultados se mostraram favoráveis ao PMDB. O partido conseguiu eleger Gerson Camata como governador do Estado com 60,3% dos votos. Na Câmara Federal, conseguiu 05 das 09 cadeiras disponíveis, ficando o PDS com as outras 04. Os peemedebistas ainda conquistaram o Senado com a eleição de José Ignácio Ferreira. O partido também garantiu a maioria da Assembleia Legislativa, conquistando 16 das 27 cadeiras, sendo o restante ocupado pelo partido governista. Esse, em contrapartida, superou peemedebistas nas eleições para o Executivo municipal, passando a controlar 31 das 57 prefeituras do Estado. Com esses números, a partir de 1982, a oposição ascendeu à posição dominante na política capixaba (OLIVEIRA, 2013).

Passadas as eleições gerais, o cenário político da abertura, a partir de 1983, girou em torno do agravamento da crise econômica brasileira e dos novos passos da liberalização política, principalmente no que tange à transferência do poder central, marcado para 1985. Nesse sentido, as relações entre Estado e oposição se circunscreveram, por um lado, por meio de mecanismos de negociação e conciliação protagonizados por setores de oposição moderada da elite; e por outro, entre 1983 e 1984, pela retomada dos movimentos de massa e das pressões sociais advindas das ruas que inflamaram o ambiente político, exigindo posicionamentos por parte do governo e dos partidos políticos e seus representantes nos espaços de poder.

No decorrer de 1983, aguçaram-se os efeitos de quase duas décadas de políticas econômicas que provocaram o profundo endividamento externo do país e o colocaram refém das orientações de instituições financeiras internacionais, como o FMI e os bancos norte-americanos. Nesse sentido, a sociedade brasileira assistia ao acirramento das taxas de inflação, do alto custo de vida, do desemprego, dos altos índices de fome e miséria entre a população mais pobre, e a redução do poder de consumo da classe média.

Reagindo a essas condições, emergiu em 1983, mais uma onda de greves de trabalhadores que sacudiram a região de São Bernardo do Campo - SP e outras capitais do país (ALVES, 2005). São Paulo ainda assistiu, nesse ano, a manifestação explosiva de verdadeiras “guerras de fome” promovidas por desempregados em protesto que, em abril, ocuparam ruas, quebraram fachadas, realizaram saques e despertaram o medo entre as elites políticas e sociais do país (NAPOLITANO, 2014, p.304-305).

A conjuntura de crise socioeconômica e a reação popular aos seus efeitos interferiram nas relações de força e no processo de abertura política que se processava. Segundo Alves (2005), no campo de perspectivas do Estado autoritário, embora se mostrasse desorientado e confuso politicamente, principalmente no que tange a sua política econômica, em 1983, o governo militar ainda detinha considerável controle sobre a estrutura institucional construída desde 1964. Apesar das divisões que clivavam as forças militares a respeito dos rumos políticos do país, as estruturas fundamentais do poder político continuavam mantidas. Mesmo com o Congresso recuperando parte de sua influência após as eleições de 1982, restava saber se a oposição seria capaz de formar maioria suficiente para promover mudanças institucionais na Constituição para atribuir os poderes necessários ao Parlamento brasileiro e imprimir medidas transformadoras no modelo econômico e no quadro político-institucional. E neste caso, principalmente, restabelecer as eleições diretas para Presidente da República.

Considerando a importância das disputas do espaço parlamentar para a continuidade do processo de abertura, as clivagens que polarizavam internamente o PDS, preocupavam o Governo Figueiredo (1979-1985), na medida em que colocavam em risco a garantia do controle do processo sucessório no próximo Colégio Eleitoral. No entanto, a fragmentação das oposições que se processava desde 1979, e se reforçou em 1983, juntamente com a perda

de legitimidade política e social de alguns governos estaduais e municipais de oposição¹²⁴, fragilizavam os possíveis adversários políticos aos planos de governo, mantendo, no horizonte do poder central, a estratégia da abertura controlada.

No campo das disputas político-partidárias, os setores de oposição que já se encontravam divididos político e ideologicamente, debatiam-se, principalmente em relação ao teor das reformas políticas necessárias para avançar os processos de abertura do regime e da transição democrática.

Nas disputas internas aos partidos, as contradições e divergências se tornavam mais claras no decorrer do ano de 1983. Dessa forma, a entrada dos setores da oposição mais conservadora do PP nos quadros do PMDB, como Tancredo Neves, no final de 1981, contribuiu para afastar lideranças mais à esquerda do partido e para que ganhasse força um polo partidário favorável a posturas negociadoras para com o governo militar (NAPOLITANO, 2014, p.303).

Diante da ascensão daqueles setores no processo político, a partir de 1983, o governo lançou mão de mecanismos negociadores visando garantir a continuidade da essência do sistema. Para tanto, concedeu mais ações liberalizantes, buscando incorporar setores-chaves dessa elite de oposição. Estes, na medida em que se aproximavam ou passavam a deter o poder, reduziam e atenuavam suas demandas e passavam a buscar posições de consenso (ALVES, 2005). Tal processo ficou evidente nas articulações em torno da candidatura presidencial de Tancredo Neves para o Colégio Eleitoral de 1985.

No interior do PMDB, setores partidários defendiam uma postura “conciliatória” com a abertura de extensas negociações com o governo, mas sem tornar o partido refém dos militares. Dessa forma, o partido deveria se manter firme para a obtenção de novas medidas liberalizantes, almejando como metas principais, as eleições diretas para a Presidência e a convocação de uma Assembleia Constituinte (ALVES, 2005, p.370-371).

Por outro lado, já no final de 1983, o PMDB encontrou ambiente favorável para retomar uma aproximação com os movimentos de massa e tentar acelerar a *abertura*. As greves e

¹²⁴ Segundo Alves (2005), os políticos de oposição eleitos de forma direta para o Executivo em 1982, depararam-se com os limites impostos pela moldura centralizadora e autoritária do Estado brasileiro, que limitava sua autonomia fiscal e financeira, incapacitando-os para administrar localmente os impactos da crise econômica. Dessa maneira, da mesma forma que partilhavam o poder político, acabavam por também compartilhar com o governo militar a responsabilidade pela situação econômica e social nos Estados e Municípios. Ademais, eles também perdiam prestígio como oposição na medida em que suas forças de segurança reprimiam protestos e manifestações de trabalhadores. Assim, em muitos casos pelo país, o que se via era uma adaptação dos governantes à estrutura autoritária geral, de tal modo que os governadores de oposição já quase não se diferenciavam, na maneira de governar, de muitos governos do PDS.

manifestações de trabalhadores contra os efeitos da crise econômica e a postura do governo diante da situação, indicavam ao partido a politização das ruas. Neste contexto, em novembro desse ano, o maior partido de oposição se lançou na campanha nacional pelas eleições diretas para presidente, conhecidas, posteriormente, como as “Diretas Já!” (NAPOLITANO, 2014, p.306).

Neste sentido, nos primeiros meses de 1984, os peemedebistas se empenharam junto a outros partidos, movimentos sociais e entidades da sociedade civil, na organização das ações que desaguarão num enorme movimento de massas, levando milhões de brasileiros de distintas camadas sociais às ruas com passeatas, comícios, apresentações artísticas, acompanhadas pela grande mídia. O objetivo era pressionar o Congresso Nacional a aprovar a proposta de Emenda Constitucional do Deputado Federal mato-grossense, Dante de Oliveira (PMDB-MT). Para Alves (2005), o movimento em torno das “Diretas” significava, naquele momento, que os partidos de oposição retomavam a ofensiva no processo político, abandonando a passividade que durante o regime imperou nos momentos de transferência do Poder Executivo. Assim, voltaram a se reaproximar no campo das lutas democráticas.

O Espírito Santo se inseriu na onda das “Diretas Já”, onde se realizaram diversas manifestações entre janeiro e abril, na região da Grande Vitória, Colatina, Linhares e Cachoeiro do Itapemirim. O maior comício das “Diretas” no Estado teria reunido entre 60 e 80 mil pessoas na Praça Oito, no Centro de Vitória, em 18 de abril de 1984. Segundo José Carlos Rocha Júnior (2014), a organização dessas ações coube ao Comitê Suprapartidário Pró-Diretas e ao Comitê Teotônio Vilela Pró-Eleições Diretas, ambos coordenados por lideranças peemedebistas¹²⁵.

Nesse sentido, o PMDB capixaba aparecia como principal liderança do movimento, que também contou com apoio de outros partidos e organizações de oposição, como o PT e até mesmo de setores do PDS governista. Junto dos peemedebistas, também teria se destacado a ativa participação de comunistas do PC do B e PCB, que aproveitaram os palanques para, além de criticar o regime, reivindicar apoio popular para a legalização de suas siglas.

Apesar de derrotada a “Emenda Dante de Oliveira” no Congresso Nacional e o consequente clima de frustração que se abateu sobre os brasileiros nos meses que seguiram a abril de 1984, ALVES (2005, p.374) considera que o apelo popular da “Campanha das Diretas” teve um

¹²⁵ O Comitê Suprapartidário Pró-Diretas era coordenado pelo Deputado Estadual Salvador Bonomo (PMDB), e o Comitê Teotônio Vilela Pró-Eleições Diretas fora lançado pela Tendência Popular do PMDB (JUNIOR, 2014, p.227).

duplo efeito sobre o processo político da abertura democrática, e nas relações entre Estado e oposição naquele momento. Por um lado, as manifestações de massa colocaram em xeque o processo sucessório, mas também as próprias estruturas do Estado autoritário. Por outro, demonstraram o anseio popular pela ruptura dos mecanismos de transferência de poder e de controle social nos quais se baseava o regime militar ainda em vigor. Assim, exigindo o fim do sistema de Colégio Eleitoral, os movimentos de rua impuseram alguns limites às pretensões negociadoras e conciliadoras de setores de elite da oposição para com o governo militar.

Definida a manutenção do sistema indireto para a eleição presidencial, em 1984, as articulações políticas em torno das candidaturas para o Colégio Eleitoral agitavam os partidos políticos. No campo do governo, o PDS, depois de profundos debates internos e das manobras políticas do ex-governador de São Paulo Paulo Maluf, o mesmo conseguiu se tornar o candidato presidencial da sigla. No campo da oposição, desde 1983, mas principalmente em 1984, o então governador mineiro Tancredo Neves, pelo PMDB, iniciava suas articulações para eliminar concorrentes intrapartidários e alcançar uma possível candidatura de consenso entre oposição e forças do governo (NAPOLITANO 2014).

No decorrer de 1984, Tancredo Neves e o PMDB se dedicaram a neutralizar a possibilidade de prorrogação do mandato do presidente Figueiredo. Nesse momento, o partido já contava com o apoio da dissidência do PDS capitaneada por José Sarney, a chamada Frente Liberal. Em 14 de julho de 1984, a união entre PMDB e Frente Liberal deu origem à *Aliança Democrática*. Já com o apoio de governadores de oposição (PMDB e PDT) e de importantes lideranças peemedebistas, Tancredo tem sua candidatura oficializada em agosto de 1984, indicando Sarney como vice. Em sua mensagem inicial, demonstrando o aspecto conciliador que assumia, buscou acalmar os quartéis anunciando que, em seu governo, não haveria revanchismo (NAPOLITANO, 2014).

Dessa forma, enfrentado um candidato marcado por denúncias de corrupção e contando com apoio político que ia de setores oposicionistas à militares, Tancredo Neves venceu Paulo Maluf no Colégio Eleitoral de janeiro de 1985, tornando-se o primeiro presidente civil, após uma sequência de presidentes-generais no comando do Estado brasileiro. No entanto, caiu em enfermidade logo após ser eleito e foi internado antes de tomar posse. Faleceu alguns meses depois. Em seu lugar, a Constituição indicava o presidente da Câmara, naquele momento, uma histórica liderança “autêntica” do PMDB, Ulysses Guimarães.

O processo que se seguiu mostrou a vigência da tutela militar sob o sistema político. Ulysses foi vetado pelo comandante do III Exército, Leônidas Pires, e acabou desistindo. Em seu lugar, assumiu José Sarney, ex-Arena e PDS, vice de Tancredo. “Era o início da Nova República, tendo à frente José Sarney, um presidente imprevisto, tutelado pelos militares, mas que prometia recuperar as liberdades democráticas plenas e instaurar um processo constituinte” (NAPOLITANO, 2014, p.312).

Assim, findado o mandato do último presidencial militar, terminava a última fase de tentativas de institucionalização do Estado autoritário brasileiro. Para o historiador Marcos Napolitano (2014), com Figueiredo, a “distensão” se transformou em “abertura”, apesar das incertezas quanto ao futuro democrático do país, ainda presentes no limiar da década de 1980. Tais incertezas se enraizavam, principalmente, na manutenção da Lei de Segurança Nacional, na sobrevivência e na atuação de setores radicalizados da Comunidade de Segurança e Informação, nas ações repressivas contra os movimentos populares e nos mecanismos eleitorais de tentativa de controle do processo político decisório.

Dessa forma, segundo Maria Helena Moreira Alves (2005), a política de abertura praticada pelo governo Figueiredo (1979-1985) seguiu uma linha de continuidade em relação à “distensão” do período anterior. Assim, adotaram-se medidas que ampliaram a liberalização dos espaços de participação e representação política das oposições, ao mesmo tempo em que, mantiveram-se os parâmetros de construção de uma “democracia forte”. Nessa direção, setores de oposição de elite moderada e conservadora encontraram maiores espaços de atuação, enquanto organizações e movimentos sociais de base e da esquerda comunista estiveram sujeitos à repressão.

No campo da política formal, os setores oposicionistas moderados, neste caso, principalmente, o PMDB, mantiveram-se em ascensão, consolidando-se efetivamente como canal de oposição ao regime e espaço de pressão pelo aprofundamento da abertura política. Apesar das reformas eleitorais que visavam evitar a manutenção do seu caráter de frente de oposição, naquela altura, a sigla havia conseguido o respaldo político-eleitoral que a transformou na principal força institucional do processo de transição. Assim, capitalizou condições para influenciar no processo político de abertura política, seja pressionando o governo militar junto aos movimentos de base ou no Congresso, seja abrindo-se à negociação e à conciliação para com o mesmo. No Espírito Santo, o partido adquire representatividade suficiente para que, a partir das eleições de 1982, dominasse as diferentes esferas de poder regional.

5.2. O PCB E A LUTA INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA *ABERTURA POLÍTICA* (1978-1985)

Em maio de 1979, no limiar do Governo Figueiredo (1979-1985), o PCB fez um balanço do quadro político nacional e das lutas democráticas, até aquele momento. Nessa direção, o CC lançava sua visão oficial sobre os rumos do regime, avaliando o seu crescente debilitamento e o recuo diante do avanço dos movimentos de oposição nas ruas e nas urnas. Dessa forma, sua perspectiva apontava para o acerto de sua linha política na luta contra o regime.

Assim, a direção nacional pecebista avaliava os resultados das eleições de novembro de 1978, indicando o avanço das forças democráticas. Para o CC, apesar da manutenção do governo militar por meio da eleição do general João Batista de Oliveira Figueiredo, o resultado eleitoral reforçou o papel do MDB como eixo do combate à ditadura e demonstrou que o movimento democrático conseguiu, na prática, passar por cima das medidas restritivas do Governo Geisel (1974-1979), como a Lei Falcão (1976) e os Pacotes de Abril (1977). Assim, por exemplo, durante a campanha eleitoral de 1978, as oposições teriam conseguido promover debates acerca dos problemas nacionais, elevar a consciência popular, estimular unidade oposicionista, sua organização e combatividade (SANTANA, 2001, p.189).

Internamente, o PCB iniciou período da *abertura política* (1978-1985) se deparando com uma forte crise que se instaurou em seus quadros internos, principalmente a partir de 1979. Nesse ano, o início do retorno dos dirigentes exilados possibilitado pela “Lei de Anistia” trouxe consigo as divergências das diferentes correntes políticas que emergiram com mais nitidez no período do exílio, quando parte do CC entrou em contato com as experiências comunistas europeias, como a do Partido Comunista Italiano (PCI). Ao mesmo tempo, durante a década de 1970, desencadeou-se um crescente distanciamento entre os quadros dirigentes e as bases, entre aqueles que foram e aqueles ficaram no país. Segundo Lima (1995, p.265), nessas condições, emergiu um vácuo de poder, que somado ao esvaziamento da liderança de Prestes no Secretariado Geral, permitiu a construção de um novo núcleo hegemônico no CC nos anos 1980.

A partir dessas condições, entre 1979 e 1980, evidenciou-se mais uma forte disputa interna sobre os rumos do partido e sua linha política. Nesse cenário, o partido se dividiu da direção

às bases, mais especificamente, em três tendências: os *prestistas*, os *centristas*, e os *eurocomunistas* ou *renovadores* (CARONE, 1982).

A corrente *prestista* se reunia em torno do carisma e das ideias defendidas por Luís Carlos Prestes. Durante o exílio, esse dirigente se posicionou cada vez mais em discordância com as orientações do CC. De uma forma geral, as diferenças se concentravam, principalmente, em torno do etapismo e da política de alianças defendidas pela direção nacional naquele contexto. Os *prestistas*, próximos das orientações soviéticas e de concepções nacionalistas, posicionavam-se *à esquerda*, defendendo a reconstrução do partido nos moldes revolucionários. Portanto, defendiam uma luta revolucionária que transformasse imediatamente o país, derrubando tanto suas bases políticas – a ditadura militar –, quanto a sua ordem socioeconômica – o capitalismo – instalando o socialismo. Para tanto, negavam a aproximação com setores burgueses liberais e postulava a criação de uma *frente de esquerda*, indo ao encontro dos movimentos populares em ascensão. Por meio da chamada “Carta aos Comunistas”, de março de 1980, o até então Secretário-Geral do PCB declarava “guerra” ao CC, e à sua postura reformista, que, segundo ele, subordinava os interesses das classes operárias (LIMA, 1995).

No outro polo partidário, emergiu um setor *à direita*, sob a liderança principal de Armênio Guedes. Influenciados pela experiência dos comunistas italianos e do pensamento de Antonio Gramsci, seus representantes ficaram conhecidos como *eurocomunistas*. Esses atribuíam à noção de democracia, não um valor de elemento tático, mas *estratégico* no processo de mudanças que deveriam transformar a sociedade. Assim, compreendiam a democratização da vida social e política do país como parte integrante do socialismo, e não um caminho para conquistá-lo (SANTOS; SEGATTO, 2007, p.37). Nessa direção, também defendiam a tática da frente ampla, o que os aproximavam do polo centrista. Porém, apontavam a necessidade de expandi-la, incorporando, quando não priorizando, a aproximação com setores liberais e burgueses interessados na luta democrática (LIMA, 1995, p.284). Além dos textos de Gramsci, as contribuições de intelectuais partidários fomentaram as reflexões eurocomunistas no partido e nas esquerdas brasileiras. Entre estes, ganhou grande repercussão e influência o artigo de Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, de 1979.

E por último, os elementos *centristas*, maioria em torno do CC e da liderança de Giocondo Dias, que paulatinamente ascendeu ao comando do partido durante a década de 1970. Em síntese, este grupo se definia pela firme defesa da linha política do VI Congresso (1967). No cenário de disputas que se abriu no partido, esse núcleo partidário, já em 1980, combateu os

setores *à esquerda*, e, nos anos seguintes, conseguiu suprimir as correntes *à direita*, passando a hegemonizar a direção partidária (CARONE, 1982). Nesse processo, destacou-se o afastamento de Prestes do cargo de Secretário-Geral do partido e sua substituição por Dias.

Entre 1980 e 1981, o polo *centristas* de Giocondo Dias e os *eurocomunistas* de Armênio Guedes mantiveram aproximações e convergências que influenciaram a formatação da linha política do partido no período. Dessa forma, oficialmente, o CC passou a difundir suas orientações para a luta democrática por meio do seu jornal legal “Voz da Unidade”. Esse, inclusive, pelo menos até 1981, era dirigido e o principal canal de difusão de ideias dos intelectuais alinhados ao pensamento gramsciano no partido.

Segundo Carlos Alexandre Ramos (2013), a confluência entre as ideias da corrente *eurocomunista* com a linha política do VI Congresso (1967), defendida pelo CC, fomentou a manutenção e o reforço de traços da luta pacífica e institucional do partido. Assim, neste período a direção nacional assumiu o valor estratégico da democracia como elemento fundamental para a transformação política, social e econômica da sociedade brasileira, assim elemento fundamental ao socialismo, e não um recurso tático e transitório.

Tal concepção se reforçava a partir da própria leitura que a direção nacional pecebista fazia do ambiente político-institucional entre 1980 e 1981. Segundo Ramos (2013, p.196-197), o PCB assumia uma postura face à questão democrática enquanto estratégia da luta socialista, concebendo que a *abertura* controlada pelo governo militar poderia ser surpreendida e aproveitada como espaço de crescimento e afirmação das forças oposicionistas e democráticas. Ao mesmo tempo, entendia que a transição para a democracia encaminhada pelo regime seria caracterizada por uma “liberalização restrita” que não avançaria à democratização e que a mudança para esse rumo dependeria do trabalho organizado das forças de oposição em abrir gradualmente os espaços. É nessa direção que, na prática, a luta democrática deveria aprofundar a mobilização das massas e reforçar a unidade dos distintos setores progressistas e democráticos da sociedade brasileira numa frente ampla para isolar e derrubar o regime ditatorial, neste caso, prioritariamente, pela via eleitoral e pelos meios políticos-institucionais possíveis.

Alguns recuos das orientações do CC na direção do que Ramos (2013) definiu como um momento de resignificação da concepção democrática no PCB e de arejamento da sua orientação marxista sob a influência gramsciana, ocorreram a partir da preparação para as teses do VII Congresso, previamente, marcado para 1982.

Aquele pleno partidário iniciou seus trabalhos em dezembro de 1982, em São Paulo-SP. Porém, foi interrompido pela intervenção policial, o que gerou a prisão de todos os seus envolvidos. Dessa forma, suas elaborações só foram finalizadas e lançadas em 1984¹²⁶, na resolução intitulada “Uma alternativa democrática para a crise brasileira”.

Por aquele documento, o PCB definiu a revolução brasileira daquela conjuntura como *democrática-nacional*, e não mais como *nacional-democrática*. Para o CC, não se tratava de uma mera inversão formal, e sim de enfatizar a prioridade à questão democrática para assegurar os avanços na luta da classe operária. A luta pelo socialismo só poderia ser realizada com democracia como fase de transição para o comunismo (ABREU, 2000). Percebe-se o retorno à concepção etapista em torno da questão democrática.

Por outro lado, o VII Congresso do PCB praticamente oficializou a postura de negociação e conciliação que já orientava as relações do partido com outros setores políticos, sociais e, inclusive, com o próprio regime, durante a abertura política. Tais posicionamentos ficaram mais evidentes no contexto da transição entre os anos de 1984 e 1985. Nesse período, enquanto os movimentos populares, principalmente dos trabalhadores, ascendiam diante da crise econômica que os castigava, encontrando eco na postura combativa do recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT), o CC, de forma pragmática consolidava a perspectiva de “lutar para negociar, negociar para mudar”, aprofundando a lógica conciliatória de sua linha política. Apesar de retomar o discurso da luta de massas para derrotar a ditadura e a pauta das reformas sociais e econômicas em seu programa, na prática, ficava mais claro a operação do partido de buscar o fim do regime a partir de arranjos “pelo alto” e à direita, com setores conservadores e liberais da elite política brasileira (PINHEIRO, 2014).

Para Lima (1995), a direção das alianças do PCB na frente ampla, com vistas aos setores liberais, é uma construção que precede às teses do VII Congresso (1982/1984). A década de 1980 consolidou o abandono da linha política democrático-operária postulada em 1967. Para o autor, apesar da questão da democracia permanecer como elemento central da linha política desde 1967, na década de 1980, consolidam-se, na teoria e na prática do partido, modificações em relação ao seu conteúdo social, mais precisamente, no papel das reformas sociais e econômicas e no lugar das massas trabalhadoras nas lutas democráticas. Dessa forma,

¹²⁶ Segundo Santana (2001, p.237), a repressão policial ao VII Congresso, em dezembro de 1982, serviu para reforçar os argumentos do PCB na defesa da proposta de formação de uma ampla frente de forças contra o governo autoritário, que demonstrava sua capacidade de recuar politicamente, e ainda respaldava a postura moderada do partido, diante do risco pertinente de retrocesso político no processo de abertura do regime.

A distância que separa essa concepção de *frente ampla* [da linha política de 1967] daquela posta em prática nos anos 70/80, alicerçada nas forças liberais, é abissal. Em 67, a denúncia de uma saída elitista para a crise longe de ser usada para justificar novos recuos na política partidária articulava-se com um programa tático de afirmação dos interesses do proletariado baseado: a) na intensificação da luta de classes; b) na hegemonia proletária como condição para a *otimização* da luta democrática; c) na utilização de todos os meios de luta; d) no uso da violência como *auto-defesa das massas*; e) na consolidação de um programa pontual como instrumento de promoção de frente; f) na priorização da *organização popular*; g) na unidade das forças de esquerda (LIMA, 1995, p.160, grifos do autor).

A partir de 1975, o CC, passou a abrir mão do programa mínimo de mudanças sociais e econômicas a fim de assegurar a aproximação política com setores liberais que passavam, na perspectiva do partido, a ter a supremacia no seio do MDB. Em 1977, o partido se abriu a todos os setores de oposição ao regime que considerava fascista, inclusive, daqueles abrigados na ARENA. O tema das reformas econômico-sociais foi secundarizado pela direção nacional – à exceção de Prestes –, percebendo-se o avanço da centralidade na questão da democracia e a prioridade dada à preservação da frente antiditatorial. Dessa forma, para Lima (1995), a manutenção de um discurso com conteúdo operário, social e de críticas à burguesia, entre os anos 1970 e 1980, eram muito mais simbólicos, na tentativa de resguardar uma identidade comunista pelos dirigentes partidários.

É com esta postura e visão política que, no plano prático, entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, o PCB tentou se incorporar e direcionar as lutas políticas e sociais da abertura. No entanto, segundo Lima (1995, p.229), nessa conjuntura, persistiu-se as dificuldades do PCB em se inserir e liderar os movimentos sociais.

Dessa forma, por exemplo, no que tange ao movimento estudantil, o partido adotou posturas que aprofundavam o distanciamento já evidenciado no momento anterior – 1977 e 1978 – quando se deu o ápice de suas mobilizações. Secundarizando o papel dos estudantes nas lutas democráticas, já que, no discurso, a hegemonia dessas caberia aos operários liderados pelos pecebistas na *frente única*, e desconfiando do *esquerdismo* das novas gerações de lideranças estudantis, a orientação do partido para o setor era de rejeitar, inicialmente, a reorganização nacional do movimento. Com essa diretriz atuou no processo de reconstrução da UNE, em 1979, que se consolidou no seu XXXI Congresso, em maio daquele ano, na cidade de Salvador-BA. Nessa direção, com uma frágil presença nas mobilizações e no processo de

reorganização nacional dos estudantes, naquele encontro, sua militância teve fraca representação inserida na tendência *Unidade*¹²⁷ (LIMA, 1995).

No entanto, por outro lado, regionalmente, a militância estudantil pecebista conseguiu alguns resultados satisfatórios, elegendo diretorias em DCEs do Rio de Janeiro, da Paraíba, de Santa Catarina, de Goiás, do Mato Grosso e da Ufes. De acordo com Lima (1995), nesse caso, o êxito deve ser considerado quando observamos as dificuldades do partido em se aproximar das maiorias estudantis, na medida em que sua crítica ao radicalismo e sua posição cautelosa reforçavam seu enquadramento nos guetos do movimento estudantil, como facção minoritária, sendo taxado de reformista. No caso do Espírito Santo, como vimos anteriormente, esse aspecto não se colocou como um problema.

Assim, na década de 1980 houve um retrocesso do movimento estudantil, ao mesmo tempo, o PCB não conseguiu contribuir para a superação das dificuldades políticas daquele setor. Na verdade, no período de *abertura*, o partido, isolado, se viu sem a capacidade de arrebatar uma geração de estudantes pragmáticos. Sua militância estudantil, ainda respirou sob algumas conquistas no seio do movimento, como a conquista da maioria das direções da UNE, em 1982, no XXXII Congresso da entidade realizado em Piracicaba-SP. No entanto, fragilizado pelas disputas internas na direção e em seus quadros militantes, suas propostas de mudança de postura para o movimento não conseguiram se efetivar (LIMA, 1995).

Entre os operários, o PCB passou por uma crise que colocou em xeque a sua representatividade naquele setor e sua histórica liderança na luta sindical. Este processo se aprofundou na medida em que novas entidades sindicais e agrupamentos políticos de esquerda, neste caso, mais especificamente o Partido dos Trabalhadores (PT), emergiram deslocando o PCB de seu lugar de direção entre as classes operárias. Com uma postura moderada e um discurso que intentava coibir a combatividade do movimento operário, durante a abertura política, aquela organização não soube se relacionar com os novos operários urbanos daqueles tempos, que demandavam uma postura mais agressiva na busca por direitos (ANTUNES; SANTANA, 2007, p. 401).

Dessa forma, a partir de 1979, o CC criticava oficialmente as posturas mais *combativas*, considerando-as *esquerdistas* e *radicais* por determinadas lideranças da luta sindical nas greves do ABC paulista da primeira metade dos anos 1980. O discurso do risco do *desvio à*

¹²⁷ A “Unidade” era uma corrente do ME no país que se articulou formalmente em 1978, no seio das mobilizações pela reabertura da União Nacional de Estudantes (UNE). Ela reunia, principalmente, em Brasília, São Paulo, e Rio de Janeiro, setores de posição moderada da luta democrática, sendo o polo aglutinador de lideranças estudantis que recriaram as bases ou o próprio partido em outros Estados (LIMA, 1995, p.231-232).

esquerda diante de um estado ainda municiado de aparatos repressivos era utilizado para a defesa de posturas mais conciliatórias e moderadas do movimento operário. A radicalização poderia colocar em risco a democratização em curso. A ideia era evitar qualquer movimento que confrontasse a “abertura” do Governo Figueiredo (1979-1985), na medida em que a prioridade política deveria ser a construção de um ordenamento institucional-democrático, conduzido pela frente ampla por meio de ações cautelosas e no âmbito da institucionalidade vigente (SANTANA, 2001).

A perspectiva sobre a luta dos trabalhadores conservava o etapismo da linha política geral do PCB, indo de encontro com tarefas imediatas concebidas pelo movimento sindical combativo da época, o que afastava o partido dessas bases. Assim, por exemplo, sobre as greves do ABC paulista entre 1979 e 1980:

A posição do partido era de que a luta operária contra o arrocho, pilar da política econômica da ditadura militar, teria que se inserir na luta pela consolidação da democracia no Brasil (e de certo modo se subordinar a ela). A subordinação da luta social à luta política – a primeira, de extração operária e a segunda, de perfil policlassista – acarretou o distanciamento dos comunistas em relação aos novos contingentes da classe operária. E fez ressurgir um traço do velho etapismo, propugnado pelo PCB, de dar preferência às ações mais institucionais, em detrimento das ações de classe (ANTUNES; SANTANA, 2007, p.385).

Com uma postura moderada e institucional, coube ao partido, na década de 1980, manter-se próximo aos setores e lideranças sindicais tradicionais – *pelegos* – e aqueles oriundos do PC do B e do MR-8. Assim, no decorrer do processo de lutas e organização do movimento operário, a partir de 1979, a militância sindical pecebista integrou com aqueles setores, a chamada *Unidade Sindical*. Esta se constituiu como um bloco que marcou posição distinta do *bloco combativo*, que agrupava, de uma forma geral, representantes do *sindicalismo autêntico* e das *Oposições Sindicais*. Entre os principais fatores de divergência entre esses agrupamentos estavam a estruturação do movimento operário e a participação dos setores populares e das oposições sindicais no interior dos movimentos¹²⁸ (SANTANA; ANTUNES, 2007, p.390-391).

Doravante, junto da Unidade Sindical, o PCB participou ativamente da organização da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT), em Praia Grande-SP, em 1981.

¹²⁸Adentrando os anos 1980, e os embates nacionais e regionais entre lideranças e sindicatos, o movimento sindical brasileiro, basicamente, se polarizou em dois blocos. À esquerda, o chamado “Bloco Combativo”, nacionalmente representado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), mas também por militantes das Oposições Sindicais - geralmente, ligados à Igreja - e da esquerda radical de orientação trotskista ou leninista. A outra ala, “a moderada”, reuniu sindicalistas da tendência Unidade Sindical, com dirigentes menos engajados politicamente que controlavam sindicatos, federações e confederações importantes, além de sindicalistas do MR-8, PCdoB, e principalmente, do PCB (RODRIGUES, 2009, p.2).

Desse encontro saiu a proposta para a criação da Central única dos Trabalhadores (CUT), que visava unificar nacionalmente a luta dos trabalhadores brasileiros. Sua fundação deveria ocorrer, inicialmente, na II CONCLAT, marcada para 1982. No entanto, principalmente, as lideranças ligadas ao PCB propuseram, naquele ano, o adiamento do encontro e, assim, da própria criação da CUT, para 1983, abrindo enorme polêmica entre os polos rivais do movimento operário.

Nesse fato, observamos, mais uma vez, as prioridades políticas e a postura moderada do PCB no processo político no início dos anos 1980. Em 1982, a proposta de adiamento da II CONCLAT representava o foco na luta política-eleitoral dado pelo partido, em detrimento da luta social. Isso, pois, um dos argumentos para o “recuo” de sua militância sindical, era que num contexto pré-eleitoral como aquele, os embates oriundos do movimento de trabalhadores poderia levar à divisão das forças democráticas e populares, justamente no momento em que, para o CC, a frente única precisaria galvanizar e manter a unidade de forças para derrubar o regime militar nas urnas, aprofundando a democratização do país. Por outro lado, o partido resgatava o risco do retrocesso político como discurso para coibir mobilizações operárias de maior vulto naquela conjuntura, já que os setores duros já haviam demonstrado sua disposição em frear a liberalização do regime, com atos “terroristas” de direita, como o atentado do Riocentro do ano anterior (SANTANA, 2001).

Apesar das ponderações pecebistas, em agosto de 1983, a CUT acabou sendo criada sem a participação da Unidade Sindical, marcando a ruptura total entre os blocos sindicais. O PCB acabou por liderar a criação de outro organismo intersindical, em novembro daquele ano, a chamada Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), dividindo o movimento sindical brasileiro, o que, ao nosso ver, contradizia o próprio princípio da unidade de luta que cimentava sua linha política geral.

Refletindo sobre este processo, alguns autores (LIMA, 1995; SANTANA, 2001, SANTANA; ANTUNES, 2007) inferem que as disputas entre combativos e setores da Unidade Sindical no início dos anos 1980, refletiam a própria disputa pela hegemonia no campo político da esquerda, entre o PT, que se ligavam aos primeiros, e o PCB, que se vinculavam aos segundos. Nesses confrontos, o PCB se mostrou incapaz de responder às demandas e se inserir organicamente nas lutas sindicais daquele momento. Tal fato corroeu legitimidade da agremiação enquanto partido de expressão política dos trabalhadores, elemento importante para compreendermos os problemas externos que agravam os desafios enfrentados pela

organização naquela década e os descaminhos que levaram o partido à sua desarticulação em 1992. De uma forma geral, pode-se sintetizar esse processo da seguinte maneira:

Os debates entre as concepções do PCB e as do PT marcaram um fato importante na tradição da esquerda em nosso país. Se no período pós-45 o PCB pode, de certa forma, manter relativa hegemonia nas áreas sindicais e na representação política dos trabalhadores, tendo que lidar ou com grupos bastante minoritários ou mesmo com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que não ofereciam problemas maiores em termos das disputas de fora organizada na base, nos anos 80, o quadro modificou-se sobremaneira. Os grupos representados no interior do sindicalismo 'autêntico' e no PT seriam adversários de envergadura e disposição que o PCB jamais havia enfrentado, que acabaram por superar o PCB no espaço sindical e político, o que acabou por levar o Partido Comunista Brasileiro a uma crise (quase) terminal, no início da década de 1990 (SANTANA; ANTUNES, 2007, p.393-394).

Como já destacamos, era na arena político-partidária que se encontrava o eixo fundamental de atuação do PCB na oposição ao regime militar. Dessa forma, o partido reforçou sua perspectiva de luta que colocava as disputas eleitorais como terreno privilegiado para articulação da *frente ampla democrática*. Assim, os pecebistas mantiveram sua linha de ação em torno do apoio e concentração de forças no MDB e depois no próprio PMDB.

A partir de 1979, o primeiro desafio à manutenção da *frente única* para os anos seguintes emergiu com a reforma partidária a partir do reestabelecimento do pluripartidarismo. Desde 1978, no contexto da preparação das eleições daquele ano, o tema estava na pauta do discurso oficial do partido. Dessa forma, por um lado, era consenso no interior da organização a posição que acenava pela defesa do *pluripartidarismo* como fundamental para o exercício das liberdades democráticas. Porém, o PCB alertava sobre o risco de tal mudança naquela conjuntura, pois achava inoportuno o seu estabelecimento naquele contexto no qual o acúmulo de forças na frente única em torno do MDB seria fundamental para derrotar o regime nas urnas. Assim, as lideranças pecebistas identificavam a reformulação do sistema partidário como mais uma manobra da ditadura militar para fracionar e fragilizar as oposições e garantir a vitória dos setores governistas.

Nessa direção, o PCB buscou combater os setores defensores do pluripartidarismo, e, principalmente, no interior do próprio MDB, os quadros de esquerda, como do MR-8, PC do B e da Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), hostilizando-os pelos seus comportamentos *divisionistas* que ameaçavam a unidade oposicionista. Importante salientar que, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, considerados os resultados positivos da articulação da ampla frente de forças de oposição no partido oficial de oposição, era por este caminho que setores ligados àquelas organizações passavam cada vez mais a se

enveredar, aumentando a disputa no campo de esquerda no interior dos bastidores emedebistas com a militância pecebista (MOTTA, 2007).

Dessa maneira, para Lima (1995, p.258), diante dessa condição, os ataques do PCB às demais organizações de esquerda abrigadas no MDB e depois no PMDB, expressavam, na verdade, a busca do partido por preservar e respaldar sua política aliancista no interior daquela frente. Como já destacamos, essa, sob o discurso do acúmulo de todas as forças de oposição, baseava-se cada vez mais no estreitamento dos seus laços com os setores liberais do partido oficial de oposição.

Imposto o sistema pluripartidário e mantido o PCB ilegal pela legislação eleitoral respaldada pela vigência da Lei de Segurança Nacional, seguindo o princípio da unidade, a orientação partidária era para que os seus quadros militantes migrassem para o PMDB. No campo da esquerda legal, a direção pecebista se mostrou receosa e resistiu à criação de um “outro” partido que representasse a classe trabalhadora, e neste caso, assim se posicionou entre 1978 e 1980, no processo que culminou com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em fevereiro daquele último ano.

Por um lado, a atitude resistente ao PT por parte das lideranças pecebistas, naquele contexto, expressava a tentativa do partido de se postar de forma coerente a sua perspectiva de luta unitária e frentista. Dessa forma, para o PCB, a criação de outra organização de corte operário poderia levar à fragmentação da luta dos trabalhadores, elemento importante da luta democrática. Por outro lado, esse discurso também era alimentado pelo risco da perda de espaço na representação e condução política do movimento operário diante de um novo partido que nascia ligado organicamente às ideias e práticas combativas do “novo sindicalismo” que florescia naquele contexto (SANTANA, 2001). Como vimos, ameaça que se concretizou ao longo da década de 1980, afastando a pretensa retomada da soberania pecebista do movimento sindical durante a abertura política.

Retornando as ações no interior do PMDB, os militantes pecebistas buscaram consagrar a manutenção da frente ampla contra o regime e pelo aprofundamento das medidas do processo de abertura, além de alertar aos outros partidos de oposição, recém-criados, sobre a necessidade de se manter a unidade de posições da frente democrática, para além das diferenças ideológicas das organizações. Para Lima (1995, p.263), essa postura e, principalmente, a adesão sem recuo ao PMDB, a partir dos anos 1980, expressava a predominância na direção política do partido de constituir um “concerto oposicionista” nos

moldes de uma *frente liberal*. Assim, o partido rejeitava – à exceção do *prestismo* – a ideia de construção de uma *frente única de esquerda*, na medida em que, para a maioria partidária, essa orientação levaria o partido ao isolamento, ao sectarismo, que poderia impor o retrocesso no processo de conquistas democráticas que se consolidavam desde 1974. Dessa maneira, a democracia liberal era pensada como mais influente, tendo os setores liberais maior possibilidade de consolidar o processo democrático. Nesses termos, conforme afirma aquele pesquisador:

O motivo básico para esta assimetria no tratamento dado ao centro e à esquerda pelos pecebistas [...] era o medo do retrocesso ao lado da aposta na inauguração de um longo período de estabilidade democrática no país a partir da coligação comunal-liberal. A esquerda era sinônimo de gueto, enquanto os liberais eram de hegemonia [...] a frente de esquerda [era] estreita, uma forma de isolamento [...] (LIMA, 1995, p.263-264).

Nessa direção, abrigada no PMDB, a militância pecebista buscou ocupar espaços no interior daquele que ainda era o maior partido de oposição legal, e externamente, buscou mobilizar a população em torno do “voto útil” nas forças da frente democrática concentrada no PMDB. O que se colocava em centralidade era a união de “todos” contra a ditadura. Enquanto durasse o regime militar, o “voto útil” expressaria mais do que uma estratégia eleitoral, sendo uma proposta de construção de uma força social e política que sustentasse a transição da sociedade brasileira para um sistema político de amplas liberdades democráticas.

Dessa maneira, o partido trabalhou no cenário da luta institucional para garantir o apoio aos candidatos do PMDB em 1982, contribuindo assim para as vitórias de amplas coalizões peemedebistas que formaram governos estaduais e municipais por todo o país (PINHEIRO, 2014). O próprio PCB galgou ocupar espaços no âmbito da representação política. Nas eleições gerais de 1982, o PCB lançou candidatos e os elegeu em diferentes regiões do país, abrigados em candidaturas emedebistas. Assim, conseguiu eleger, novamente Alberto Goldman (PMDB-SP) e Roberto Freire (PMDB-PE). Como veremos adiante, tal fenômeno também se deu no Espírito Santo.

Passadas as eleições de 1982, o partido se posicionou diante das questões que envolveram o processo de sucessão presidencial de 1982. No contexto da luta por eleições diretas, em 1984, num primeiro momento, o PCB não se integrou imediatamente à campanha das “Diretas Já!”, mesmo considerando o amplo apoio da sociedade e dos setores de oposição. O partido defendia sua postura vislumbrando o risco de um retrocesso político na “abertura democrática”. Quando decidiram participar, os pecebistas atuaram de forma temerosa. Depois

de derrotada a “Emenda Dante de Oliveira” e afirmado o voto indireto para presidente no Colégio Eleitoral, o partido contribuiu para a construção da Aliança Democrática, em torno da candidatura de Tancredo Neves (PMDB). Após a sua morte, o partido apoiou parte do programa de governo de José Sarney, como o Plano Cruzado (SANTANA, 2001).

Diante deste quadro, autores como Lima (1995) e Pinheiro (2014) destacam tal período como o de consolidação da via aliancista e conciliatória que empurrava o partido cada vez mais para próximo dos setores liberais e elitistas da política, distanciando-o dos movimentos e lutas sociais populares à esquerda, num proposta de saída “pelo alto” do regime militar.

Assim, para Lima (1995), no processo que decorre o final dos anos 1970 e início dos 1980, o PCB fez, paulatinamente, concessões em nome da manutenção das conquistas democráticas, mas que o levou a compromissos com setores elitistas. Dessa forma, por exemplo, havia renunciado a um programa mínimo de reformas sociais e econômicas e subsumiu ao MDB/PMDB. Ao mesmo tempo, no âmbito das lutas democráticas, sob o discurso da *reconciliação nacional*, adotou posturas conciliatórias, abrindo e costurando negociações de bastidores, inclusive, com setores do regime em relação a movimentos como o da Anistia e da Assembleia Nacional Constituinte, assim como, no processo de sucessão presidencial¹²⁹.

Por final, cabe lembrar que, durante o processo de abertura política, a questão da legalização do partido ganhou espaço nos debates internos e nos programas do partido. O PCB não deixou de lutar e reafirmar a importância da sua legalização tanto para a defesa dos interesses da classe operária, mas como sinal de aprofundamento da democratização do país. Da realização do seu VII Congresso, formulou-se criação da Comissão Nacional pela Legalidade do PCB. Por meio dela, campanhas pela legalização do partido foram realizadas em diversos pontos do país, inclusive no Espírito Santo. No seio do processo de transição democrática, em 08 de maio de 1985, PCB teve seu programa, estatuto e manifesto publicados no Diário Oficial da União. Doravante, o partido retornava à vida legal dando fim ao longo período de marginalização política que marcou sua trajetória no século XX.

¹²⁹ Dessa forma, por exemplo, nas tensões em torno da aprovação da Lei de Anistia, o PCB, buscando assegurar alguma conquista para a oposição democrática, teria, inclusive, cooperado para garantir articular o apoio para a decretação do projeto governista para o tema, por meio dos seus representantes no Parlamento abrigados no MDB, especificamente, os deputados Marcelo Cerqueira (MDB-RJ) e Alberto Goldman (MDB-SP). Desse modo também defendeu a Assembleia Nacional Constituinte como saída pacífica para a crise social e econômica, e para a transição democrática, de forma que não implicasse na quebra da estrutura política. Já no processo de sucessão presidencial, depois de definido a manutenção do Colégio Eleitoral para escolher o sucessor de Figueiredo para 1985, o partido teria até mesmo negociado com setores mais próximos do regime, tendo sido um elemento importante para a aceitação do ex-arenista José Sarney nos quadros do PMDB, e um dos artífices da Aliança Democrática, com ativa participação de Giocondo Dias (Secretário-Geral-PCB) e “seus” deputados Goldman e Roberto Freire (LIMA, 1995).

5.3 O PCB-ES REORGANIZADO: UM ESBOÇO DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Com uma nova direção estabelecida a partir de 1978, o Comitê Estadual do PCB do Espírito Santo (CE-ES) buscou se estruturar organizativamente para atuar no cenário político capixaba nos anos seguintes.

Antes de nos aproximarmos da relação do partido com os espaços institucionais de luta política no Espírito Santo, consideramos importante tentarmos compreender os principais aspectos da estrutura organizativa do PCB-ES, entre 1978 e 1985. Apesar dos limites e desafios que emergiram ao perseguirmos esse objetivo¹³⁰, entendemos, conforme Panebianco (2005, p. 15), “[...] que, sejam quais forem os partidos e o tipo de solicitação a que possam responder, eles são, acima de tudo, organizações, e de que a análise organizativa deve, portanto, preceder qualquer outra perspectiva [...]”.

Nessa direção, tratando-se de um estudo sobre uma organização comunista, devemos considerar que, a princípio, o CE-ES, tentou se enquadrar nos princípios organizativos estabelecidos pela direção nacional em seu estatuto partidário¹³¹. A própria “assistência partidária” prestada pelo militante Luiz Paulo Vellozo Lucas, entre 1977 e 1978, como destacamos, também buscava atender esse objetivo.

Segundo Chilcote (1982, p.65), de uma forma geral, o PCB, à semelhança do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), constituiu-se ao longo de sua história com uma *estrutura piramidal e verticalizada*. Assim, contava com organizações *dirigentes centrais, intermediárias e locais*, escalonadas hierarquicamente, dirigindo e orientando a ação dos militantes. Por outro lado, tal arcabouço partidário vertical estruturou suas instâncias em níveis nacional, regional ou territorial, estadual, ou municipal e distrital.

¹³⁰ As dificuldades emergiram da ausência ou da imprecisão das informações exploradas na documentação acerca dos aspectos organizativos do PCB-ES entre 1978 e 1985. A memória de seus ex-militantes nos forneceu poucos e imprecisos dados sobre cronologia dos fatos, sobre cargos, funções, órgãos e personagens que os ocuparam. Nos documentos partidários, aos quais tivemos acesso, infelizmente não encontramos qualquer tipo de “manual” ou “organograma partidário” e atas de qualquer tipo de reuniões partidárias. A despeito dessa condição, tentaremos um primeiro esboço acadêmico sobre a questão. Correções e aprofundamentos poderão ser explorados ao interesse de novas pesquisas e à luz de novos documentos.

¹³¹ No final dos anos 1970, ainda vigoravam as orientações e os princípios do estatuto do PCB formulados no seu VI Congresso Nacional (1967). Além desse documento, baseamo-nos na análise geral da estrutura organizativa do PCB realizada por Ronald H. Chilcote (1982). Não tomamos esse trabalho de maneira rígida, importando seus modelos explicativos sem balizá-los com a experiência capixaba. No entanto, precisamos considerar suas contribuições, pois se trata de um dos únicos estudos de maior fôlego sobre tal objeto. Assim, utilizaremos-no como um norte para a interpretação dos dados indicados pela documentação que utilizamos.

Diante dessa estrutura, o CE-ES ocupava o lugar de *organização intermediária* em relação à estrutura partidária nacional, sendo o elo entre a militância estadual e o Comitê Central (CC); e de *organização superior* na condução do partido no âmbito da vida política no Espírito Santo. Assim, de acordo com os estatutos partidários, ao CE-ES caberia coordenar e resolver todas as questões políticas e organizativas de sua área administrativa. Seu *órgão dirigente superior* seria a *Conferência Estadual*, instância plena que deveria se constituir, *a priori*, a cada 24 meses, sendo formada por delegados eleitos pelas organizações que lhe eram subordinadas diretamente e, nesse caso, basicamente, os *Comitês Municipais*¹³² e as *organizações de base* no estado. Pelo que podemos identificar, entre 1978 e 1985, teriam ocorrido duas Conferências Estaduais do PCB-ES, respectivamente, nos primeiros semestres de 1982 e 1984.

Por meio das Conferências Estaduais deveriam ser eleitos os membros do CE-ES (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1967, p.179-180). No caso capixaba, vimos que na reorganização de 1978, o processo eleitoral não foi a base de formação daquela “primeira” direção, visto que não houve uma Conferência que a subsidiasse. Dessa feita, provavelmente, apesar de não citado diretamente por nenhum ex-militante, a escolha desse novo núcleo de dirigentes possivelmente ocorreu através da *cooptação*, como sugeriam as regras estatutárias do PCB¹³³.

Geograficamente, identificamos que, entre 1978 e 1985, o partido contou, para além do seu CE-ES, de Comitês Municipais nas cidades de Vila Velha, Vitória, Serra e no interior do estado, de forma mais sólida, aparentemente, no município de Cachoeiro de Itapemirim. Assim, acreditamos que naquele período as ações do partido se concentravam, primordialmente, na região da Grande Vitória-ES. Inclusive, oficialmente o partido reconhecia tal aspecto de sua atuação como um problema. Em 1984, por exemplo, em tom de autocrítica, a direção do estadual pecebista entendia isso como uma de suas “debilidades orgânicas” naquele contexto, afirmando: “Demonstramos escassa mobilidade quando, só

¹³² Segundo os estatutos do PCB, os Comitês Municipais ou Distritais também eram compreendidos como organizações intermediárias, estando localizada hierarquicamente entre as bases municipais e a direção estadual. Tais núcleos diretivos também poderiam organizar suas Conferências Municipais com poderes similares ao da direção estadual, mas limitados à sua circunscrição administrativa (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1967).

¹³³ No Artigo 9º, item “b”, do Capítulo II do Estatuto do Partido Comunista Brasileiro (1967) afirmava-se: “[...] Sempre que um órgão dirigente do Partido ficar com o seu efectivo incompleto, deve completá-lo por cooptação até a primeira realização de sua assembleia ou conferência; [...]”. Apesar de não detalhar o processo, a experiência como “dirigente cooptado” de Luiz Paulo Vellozo Lucas, e a nós relatada, sugere que se tratava de uma designação para assumir e executar uma tarefa partidária, realizada por lideranças superiores do partido por meio de um consenso entre eles (LUCAS, 2016).

agora [em 1984] conseguimos nos agrupar em alguns poucos municípios do interior. E ainda não dispomos de nada em Cariacica [...]” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, maio de 1984, p.1).

Não conseguimos apurar, precisamente, a quantidade nem todos os nomes dos núcleos dirigentes que comandaram o PCB no Espírito Santo entre 1978 e 1985. Sabe-se que, estatutariamente, o número de membros efetivos e suplentes do Comitê era de no mínimo sete e no máximo quinze membros efetivos; e de três a sete suplentes. No interior do Comitê Estadual, o *Secretariado* era o cargo principal da hierarquia partidária, responsável por *executar* as decisões do Comitê e atender as questões de ordem prática do trabalho de direção (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1967). De acordo com o que conseguimos verificar nos documentos, durante aquele período, o PCB-ES teve três nomes que se destacaram na ocupação desse posto: Lauro F. S. Pinto Neto (1978-1980); Paulo C. Hartung Gomes (1980-1982) e Fernando Luiz Herkenhoff Vieira (1979-1989)¹³⁴.

A estrutura piramidal do PCB expressava-se de forma mais explícita na distribuição de poderes a partir dos cargos e das funções partidárias da organização. Nessa direção, Chilcote (1982, p.163) revela que, à semelhança de outros modelos de partidos políticos, o partido comunista no Brasil se organizou com base em uma divisão hierárquica entre *direção e bases*; com órgãos auxiliares e de apoio; e com funções e princípios organizativos. Essa estrutura, somada às instâncias, aos plenos decisórios (Encontros, Convenções, Conferências, Congressos etc.) e a uma cadeia de funções e autoridades internas davam a identidade e hierarquizavam verticalmente a participação dos seus membros.

Assim, o CE-ES ligava-se verticalmente com as demais organizações de base que a ele estavam subordinados no estado. Conforme previsto estatutariamente, identificamos que, da direção estadual, alguns membros eram direcionados para compor “órgãos e cargos auxiliares temporários ou permanentes, assim como órgãos especiais de direção” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1967, p.176).

Diante disso, um documento manuscrito de autoria do ex-dirigente partidário Paulo C. Hartung Gomes¹³⁵ nos forneceu um possível quadro organizativo de órgãos e funções

¹³⁴ Infelizmente, não conseguimos dar precisão quanto a todos os nomes que compuseram e dirigiram os Comitês Estadual e Municipais do PCB-ES. Ao longo de nossa análise, daremos indicativos sobre alguns desses personagens e seus possíveis lugares na hierarquia partidária.

¹³⁵ O documento a que nos referimos se trata de um esboço manuscrito da “estrutura do partido”, entre 1979 e 1982, produzido pelo ex-Secretário Político do CE-ES, Paulo C. Hartung Gomes, segundo consta no próprio documento assinado pelo seu autor, em 08 de março de 1995, e que encontramos junto ao conjunto documental que teria feito parte da pesquisa já citada, “História e Memória do PCB no Espírito Santo (1922-1992)”.

partidárias do PCB-ES. Comparando-o com outros textos partidários da época e com os depoimentos dos seus ex-militantes, tentamos nos aproximar de alguns possíveis órgãos que compunham a estrutura do CE-ES e coordenavam a militância pecebista em diferentes *frentes* de luta política e social no Estado.

Dessa forma, no Espírito Santo, o PCB teria contado, entre 1978 e 1985, com *comitês setoriais* – por vezes também identificados nos documentos como *seções* – para coordenar o trabalho *sindical*, os *movimentos populares de bairro*, o *movimento estudantil* e *político-partidário*, e neste caso, como veremos, mais diretamente organização para articular as ações, primeiro, em relação ao MDB-ES, depois, ao PMDB-ES. Segundo o depoimento de alguns ex-dirigentes, como Ildeberto Muniz de Almeida (2016) e Fernando L. Herkenhoff Vieira (2015), o partido teria contado ainda com um Comitê Universitário (CU-ES), dada a importância do espaço da Ufes para fomentação da militância estudantil do partido e como fonte de quadros partidários.

Para circular as informações e orientações partidárias entre seus militantes e simpatizantes, o PCB-ES contou também com o seu próprio órgão informativo, o jornal impresso ilegal “A Voz dos Trabalhadores: órgão informativo dos comunistas capixabas”, lançado no primeiro semestre de 1980¹³⁶. Segundo Ildeberto Muniz de Almeida (2016), eram distribuídos “quase 200 exemplares desses jornais na Ufes”. O ex-militante ainda nos informou que seus possíveis formuladores – e o que seria o seu “Conselho Editorial” – pertenciam àquilo que se chamou de “setor intelectualizado” do partido, formado por figuras como Izildo Corrêa Leite, professor de Sociologia da Ufes, e estudantes universitários¹³⁷. Lauro F.S. Pinto Neto (2016), dirigente partidário na época, também nos informou sobre sua participação nesse informativo, que pelo que observamos, apresentava os objetivos da luta partidária, sua leitura sobre a conjuntura brasileira e capixaba e balanços de encontros e conferências partidárias. Encontramos também textos e artigos de nomes importantes do comunismo no Brasil à época, como um texto de Anitta Leocádia Prestes e uma entrevista com Gregório Bezerra.

Vale fazermos, aqui, uma ressalva acerca dessa estrutura do PCB-ES para não superestimarmos sua dimensão, seu funcionamento e sua organização. Quando perguntados sobre questões relativas ao passado organizativo do PCB, foi comum ouvir dos entrevistados

¹³⁶ Tivemos acesso a 06 exemplares do referido jornal os quais foram publicados nos anos de 1980 e 1982. Não encontramos nenhum exemplar de 1981. Em maio de 1980, saía a edição de nº03 do “ano 1” de “A voz dos trabalhadores”, indicando-nos, assim, que seu início teria ocorrido no primeiro trimestre daquele ano.

¹³⁷ Entre nomes que Ildeberto Muniz (2016) lembrou como prováveis colaboradores na alimentação intelectual do jornal estariam, além do Professor Izildo Corrêa Leite, as “contribuições da Miriki, que era namorada do Neivaldo Bragato, e do Júlio Hartung como mais frequentes, mas também do próprio Bragato e de outros”

indícios de uma frágil organização estrutural, ou mesmo sua inexistência. Os dados apresentados nos documentos oficiais do partido também tendem a nos indicar que, organicamente, o partido contasse com poucos membros nas bases e na direção, o que impediria uma rígida divisão de setores e seções de trabalho, além da própria falta de recursos materiais para pensarmos em uma organização própria. Em nossos depoimentos, foi comum ouvir relatos de dirigentes que se viam atuando em mais de uma frente de trabalho, como Ildeberto Muniz de Almeida (2016), o qual afirmou que era “uma marca da atuação do partido [...] a designação de pessoas para atuação específica em diferentes frentes de atuação política legal”. Como ele, por exemplo, que teria atuado nos movimentos estudantil, sindical e popular.

Nessa direção, uma autocrítica acerca da situação do partido, em 1982, por exemplo, lamentava a falta de organicidade dos militantes partidários com as tarefas partidárias, o que gerava a “sobrecarga de tarefas” e a sobrevivência do partido, que só continuava “a existir, em grande parte, graças à boa vontade de número reduzido de militantes” (A VOZ DOS TRABALHADORES, nº9, set. 1982).

Por outro lado, algumas coisas indicam a distribuição organizada de cargos e funções. Na narrativa dos entrevistados, por exemplo, quando perguntados sobre suas atividades – ou *tarefas*¹³⁸ –, a maioria se autoidentificava prontamente como do “trabalho sindical”, “dos movimentos populares”, do “quadro formulador”, e se excluía de outros campos de atuação, inclusive, usando esse argumento como justificativa para afirmar o seu desconhecimento de determinados fatos da vida partidária na época.

Assim, como os demais partidos comunistas, a estrutura de trabalho fundamental do PCB se assentava nas *organizações de base*. Os *elementos de base*¹³⁹ desse tipo de organização comunista são definidos como *células*. A princípio, todo comunista deveria pertencer a uma célula, a qual era formada por, no mínimo, três pessoas por local de trabalho ou moradia. Sua função primordial era o recrutamento de novos quadros, a partir do contato de seus membros com possíveis simpatizantes do partido. Além disso, deveria arrecadar recursos financeiros e promover a discussão de textos teóricos e a educação dos novos quadros militantes. Ademais,

¹³⁸ Segundo Reis Filho (1990, p.124), no vocabulário comunista, as tarefas correspondem à gama de atividades que deveriam ser realizadas pelos militantes comunistas para atender os imperativos da própria vida orgânica partidária – *internas* – e aquelas referentes à sociedade envolvente – *externas*.

¹³⁹ De acordo com Duverger (1970, p.52), os elementos de base correspondem às pequenas unidades que, articuladas por instituições coordenadoras, constituem uma comunidade maior: o partido político. Seriam exemplos, dependendo do modelo partidário, as seções, os comitês, as associações locais, as células, entre outros.

funcionavam como instrumentos de agitação e propaganda, principalmente, em contextos de atuação clandestina, na medida em que sua estrutura e localização em contato direto com as massas nos seus ambientes de trabalho e moradia seriam adequadas para tais atividades (CHILCOTE, 1982, p.170).

Depois de reorganizado a partir do interior da Ufes, o PCB-ES fez dos *campi* dessa instituição o nascedouro das primeiras *células* partidárias. Em seguida, a partir de 1978, os militantes pecebistas e principalmente aqueles que terminavam sua experiência na universidade buscaram organizar as bases partidárias em seus locais de trabalho, nos bairros onde moravam, nos sindicatos, entre outros espaços.

Na relação das organizações de base partidária com os setores de direção, e mais precisamente na construção das decisões acerca da vida partidária, os estatutos do PCB se pautavam no *centralismo democrático*. Em teoria, esse princípio organizativo de matriz marxista-leninista garantiria o debate livre e aberto em todos os níveis do partido. As posições políticas e diretrizes que deveriam ser seguidas por toda a organização resultariam do consenso de opiniões das bases, da maioria, consolidando a *democracia interna*. Por outro lado, o sistema seria *centralizado*, já que as decisões são tomadas e proferidas pelas instâncias superiores, “pelo alto”.

Vimos que, ao longo da experiência histórica do PCB, tais princípios explícitos na teoria partidária estiveram distantes de uma realidade democrática no partido. A falta de democracia interna e a centralização excessiva das decisões nos núcleos dirigentes centrais (Secretariado, CC, CE), excluindo a participação das bases nas formulações programáticas partidárias, fomentaram profundas crises no interior da organização em distintos momentos.

Dessa maneira, no âmbito da distribuição de poder no interior do PCB, conferiu-se o argumento verificado por Duverger (1970, p.91), o qual defende que a terminologia *democrática* nas organizações comunistas serviu mais para corrigir o efeito *oligárquico* que resultava das práticas centralizadoras as quais fundamentavam a estrutura do seu arcabouço partidário, e, basicamente, a relação entre a direção e as bases partidárias.

Na relação entre o CC e a direção capixaba, a partir de 1978, podemos encontrar manifestações daquela prática centralizadora, quando não eram interpretadas como autoritárias entre os militantes capixabas. Dessa forma, consideramos o caso de tentativa de intervenção do CC sobre o CE-ES em 1980 como um exemplar da própria maneira como se

impôs o centralismo democrático na dinâmica das relações da direção nacional do PCB com os Comitês Estaduais nessa conjuntura.

Esse processo teria emergido das divergências entre a direção pecebista capixaba e o CC no que tange à política no movimento estudantil e mais precisamente no processo de eleições para a diretoria da UNE, em 1979. Assim, o CE-ES lançou sua versão oficial sobre o caso, em 1980:

Quando faltavam poucos dias para as eleições que iriam definir a nova diretoria da União Nacional de Estudantes (UNE), um representante da Seção Juvenil do PCB veio ao Espírito Santo e exigiu uma reunião com a direção estadual no Partido, na qual informou que a Executiva Nacional havia baixado uma “resolução” que deliberava que todo estudante comunista deveria apoiar uma determinada chapa no processo eleitoral. Informou, ainda, que caso a resolução não fosse acatada, estariam imediatamente dissolvidas e destituídas as direções no Estado, caracterizando-se a intervenção do CC no Espírito Santo. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.04).

Segundo apurou Martin (2008), o interventor enviado pelo CC foi o jornalista Luiz Carlos Azedo, vindo de São Paulo no ano de 1980. Ele era coordenador nacional da Seção Juvenil do Comitê Central do PCB. Em depoimento à pesquisadora, Azedo apresentou sua explicação sobre a origem do conflito interno no partido, e confirma a versão apresentada oficialmente pelo CE-ES:

No episódio da intervenção, do qual participei, o que houve foi o seguinte: o PC do B, a AP (Ação Popular) e outras tendências resolveram nos excluir da diretoria da UNE. Aproveitaram o racha com os prestistas para cooptar algumas lideranças no Sul e o pessoal do Espírito Santo, nos enfraquecendo mais ainda. A alternativa que restou foi a aliança que fizemos com o MR-8 na eleição direta para a UNE. Eles conseguiram colocar um prestista na diretoria da UNE e deixaram o partido de fora. Nós éramos a segunda força no país, com absoluta hegemonia no Rio e os DCEs da USP, UNB e Ufes, dentre outros. Recebi orientação do assistente da seção Juvenil, Givaldo Siqueira, de vir ao Espírito Santo discutir com o comitê universitário a situação no movimento estudantil e comunicar a decisão de lançar uma chapa em aliança com o MR-8. Os companheiros se recusaram a cumprir a orientação. [...] Recebi as instruções para comunicar à direção universitária que a organização seria dissolvida se não cumprisse a orientação do comitê central. E que o comitê estadual sofreria uma intervenção se apoiasse a decisão dos universitários. (AZEDO *apud* MARTIN, 2008, p.82-83).

A interpretação dada ao caso pelos dirigentes capixabas é que o centralismo o qual norteava a organização interna do PCB expressava, naquele momento, um profundo autoritarismo sobre a militância capixaba. Dessa forma, de maneira irônica e pejorativa, o CE-ES chegou a definir o interventor como “jovem monarca”, de “postura stalinista e autoritária” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.04). Os pecebistas capixabas não recuaram e descumpriram os direcionamentos para o processo de eleição da UNE, desrespeitando o centralismo democrático.

Justificando o que o CC teria definido como “desrespeito à disciplina e ao centralismo democrático e violação dos Estatutos do Partido” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.01), a direção capixaba nos dá indícios acerca da dinâmica da relação entre *centro* e *periferias* partidárias na condução das lutas políticas do PCB no Brasil no início da década de 1980. Além de revelar os limites da democracia interna, o fato expressa as dificuldades de comunicação e articulação partidária que, de alguma maneira, permitiam aos organismos intermediários do partido, como os Comitês Estaduais, assumir posturas relativamente autônomas em relação à política nacional partidária. Podemos notar tal fenômeno nos motivos expostos pelo CE-ES para a manutenção da sua postura “desviante” naquele caso:

O partido foi convocado sem antecedência para reunião [chamada de Ativo Nacional da Seção Juvenil do PCB]. [...] Deliberamos, então, manifestar nosso protesto, não participando desse ativo. Nada conseguimos, pois tal prática, infelizmente, continuou a prevalecer. Continuamos a ser convocados às vésperas das reuniões, o que fazia com que jamais tivéssemos tempo hábil para discutir previamente a pauta, ou mesmo os documentos que nos eram enviados [...].

[...] todas as vezes que discussões mais acesas se desenvolviam [...], jamais se procurou chegar a um denominador comum, sob a alegação de que a palavra final competiria ao Comitê Central. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.05-06).

Percebemos que os dirigentes capixabas atacavam com autoritarismo no processo decisório do PCB, o qual teria sido o motor para que o CE-ES “reagisse” desconsiderando as orientações determinadas pelo CC. Em outro trecho do documento, a direção pecebista capixaba rechaçava a postura autoritária do CC; reconhecia o “erro” e os “prejuízos” de seu posicionamento político no processo eleitoral da UNE, mas exigia uma solução “política”, e não “administrativa”, e “arbitrária”, como concebia aquele processo de “intervenção” intentado pela direção nacional (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.31).

Ao final dessas divergências, o PCB-ES acabou por não ter sua direção destituída. O interventor Azedo afirmou que a orientação teria sido dada pelo CC, e o Espírito Santo, naquele caso, fora usado como um exemplo para outros setores partidários divergentes em outras regiões, e mais especificamente, “um recado para o comitê estadual de São Paulo e para a direção da Voz da Unidade” (AZEDO *apud* MARTIN, 2008, p.83).

Esse caso nos permite questionar a efetividade do princípio do centralismo democrático no sentido de disciplinar e dar unidade de ação e pensamento ao partido como um todo, o que rebateria sobre a própria atuação no cenário político estadual.

A nosso ver, o tom da crítica explícita que perpassa todo o documento, do qual destacamos os trechos citados, ao mesmo tempo em que narra um caso de intervenção centralizadora “pelo alto” sobre a organização no Espírito Santo, demonstra a possibilidade de uma relativa autonomia crítica por parte dos militantes e dirigentes capixabas. Acreditamos que em meio ao choque entre a postura centralista da direção nacional e a divergência política dos dirigentes estaduais, abriam-se brechas organizativas no interior de uma estrutura centralizada.

No entanto, também consideramos importante avaliar a própria natureza e o contexto de produção do documento. Trata-se de uma série de reflexões do CE-ES em preparação para um Congresso Nacional do PCB que ocorreria dois anos depois, mas que teria circulado no partido. Ao mesmo tempo, podemos questionar se a própria conjuntura partidária não possibilitaria mais espaços para posturas como aquela. Desde 1979, com a implosão de debates e divergências explícitas pela imprensa partidária a partir do retorno do CC do exílio, abriu-se um flanco de disputa e posicionamentos em torno das correntes políticas que se digladiavam no centro partidário, mas que impactavam e poderiam encorajar posturas divergentes e autônomas em áreas de menor tradição do partido, como entendemos que seria o caso do Espírito Santo naquela conjuntura.

No âmbito estadual, traços centralizadores também estiveram presentes na relação da direção com as bases capixabas. Alguns depoimentos de ex-dirigentes do CE-ES chegam a negar a existência de qualquer caráter antidemocrático ou *oligárquico* no ambiente partidário, conforme a terminologia de Michels (1982). Fala-se em “ampla discussão com as bases”, “abertura à discussão”, em “movimento de massas” e outras expressões que indicam o predomínio da democracia interna. Apesar disso, quando confrontamos depoimentos entre setores da direção e, principalmente, das bases, o centralismo democrático aparece como elemento de disciplinamento, de afirmação de diferenças qualitativas entre instâncias superiores e inferiores.

Para Lauro F.S. Pinto Neto, que foi Secretário Político do partido a partir de 1978, o clima era de discussão democrática com todos os setores:

A gente cansava de fazer reunião com base. Claro que tinha o Comitê Estadual. A gente entendia que a história das instituições partidárias era um encastelamento das direções. Então, a gente achava muito importante estar sempre na reunião de base, estar sempre participando de tarefas. Não havia essa distância de comitê para base [...] (PINTO NETO, 2016).

Porém, quando abrimos espaços às lembranças de ex-militantes que atuaram de forma mais efetiva nas bases, a noção de participação democrática é contestada. A ex-militante Irene Leia Bossois (2016), por exemplo, percebia a hierarquia interna no PCB-ES da seguinte maneira: “[...] Muito rígida, [...] era o famoso centralismo democrático. Então eu conhecia o elo. O meu era o Geraldo [Correia Queiroz, seu recrutador], acima disso... [...]”.

Podemos notar que a ex-militante não tinha contato com a direção, em um esquema típico do sistema de células em que a comunicação entre as instâncias partidárias tende a ocorrer por meio de atores intermediários em posição superior, e não diretamente, expressando o que Duverger (1970) entendia como característico de partidos comunistas em situação de ilegalidade e sujeito à repressão estatal.

“Irene” ainda nos demonstrou a forma como se percebia diante de outros quadros partidários, como em relação a nomes como o de Paulo C. Hartung, também membro da direção do PCB-ES em 1980: “dizem as más línguas que o Paulo não me considerava um quadro [...] só fui ser recrutada lá para 1980, eu não me considerava uma liderança do partido. Era o partido de quadros [...]”.

Esse sentimento de diferença também ficou claro na narrativa de Aurélio Carlos Marques de Moura (2015). Seu depoimento demonstra um dos aspectos que, a nosso ver, fomentavam uma diferenciação entre formuladores e executores de tarefas partidárias no PCB-ES. Aurélio diz que se sentia uma “formiguinha” dentro do partido, mesmo depois de ter se inserido na direção do Comitê Municipal do município de Serra. Isso, porque sentia que:

[...] Fernando [Herkenhoff] tava um milhão de luz à minha frente [...]. Fernando era um cara que já formulava há muito tempo, e eu, pra formular, ficava tremendo, [...] perto de caras... [...] Renato Soares! Cara, sabe, eu me sentia constrangido, [...] embora eu estivesse lá. E eles, [...] os caras eram fantásticos, te davam todas as condições pra você, não cerceavam não, pelo contrário, entendeu. Os caras bons. Tão bons que faziam isso (MOURA, 2015).

Não “cerceavam”, mas o tempo de militância e a formação política-teórica advinda nessa trajetória possibilitavam distanciamentos entre os militantes e os núcleos dirigentes partidários, pelo menos por parte daquele que se sentia “pequeno” perto dos “cachorros grandes” do partido, como o próprio Aurélio C. M. de Moura classificava seus superiores mais antigos. Esse caso parece expressar aquilo que Robert Michels (1982, p.52) observou em seu estudo, quando, à medida que passam a dominar a direção do partido e se circunscrevem às atividades que lhe são inerentes, os “chefes” acumulam instruções que os possibilitam adquirir um arcabouço intelectual, tornando-os diferentes das “massas” e superiores aos

militantes operários por suas capacidades intelectuais, sendo, essa, uma importante fonte de poder, de liderança sobre os demais.

Indícios de autoritarismo são encontrados em debates e crises internas por quais passou o PCB-ES até 1985, situações que aparecem na própria documentação oficial. Em setembro de 1982, por exemplo, CE-ES se defende das acusações internas de “autoritarismo”, sendo acusado de tomar “decisões que procura impor ao coletivo” (A VOZ DOS TRABALHADORES, set. 1980, p.8).

Nesse caso, também consideramos interessante fazer uma ressalva acerca do centralismo no interior do PCB-ES. Nossa percepção sobre as relações e as articulações entre base e direção no caso capixaba deve considerar as próprias dificuldades organizativas pelas quais passava o partido entre finais da década de 1970 e 1980. Ao mesmo tempo, não devemos superestimar sua estrutura organizativa.

Assim, no início da década de 1980, encontramos textos autocríticos da organização pecebista que apontam para as inúmeras dificuldades internas que criavam limites à sua ação externa, na sociedade e nas disputas políticas. Dessa forma, por exemplo, em setembro de 1982, o CE-ES fazia um balanço organizativo descrevendo o seguinte:

É extremamente grave a situação vivida hoje pelo P. no Estado. Grande número de militantes encontra-se, de fato, afastado da vida política, não se inserindo nem nas atividades orgânicas, internas ao P. nem nos diversos trabalhos de massa que nossa organização, ainda que com grandes dificuldades, tem assumido no Espírito Santo. De outro lado, constata-se a desestruturação da vida partidária, na medida em que, para a ausência de reunião nas OB's, para a desarticulação das direções intermediárias, para a falta de planejamento que leve uma atuação organizada dos militantes nos diferentes setores sob sua responsabilidade. Dessa desestruturação não está isenta a própria direção estadual, [...] (A VOZ DOS TRABALHADORES, set. 1982, p.01).

A grave situação do partido marcada pela falta de envolvimento orgânico com as atividades, aparentemente, foi acrescentada pela debilidade quantitativa de seus quadros militantes. Em maio 1984, o CE-ES, faz outro balanço da organização e questiona se seus problemas não seriam próprios “[...] de um Coletivo pequeno, ainda em busca de unidade doutrinária e política [...]” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1984a, f.1). Deste último fator, inclusive, apareciam divergências e rachas internos que muitas vezes forçavam brechas e colocavam em xeque, a nosso ver, pelo menos entre os dirigentes, o centralismo democrático que embasava a ligação entre instâncias partidárias. Diante disso, em setembro de 1982, por exemplo, reclamava a direção:

[...] ocorrem articulações ‘por dentro’ e ‘por fora’ do P., envolvendo militantes e não militantes que, atropelando os Estatutos que os primeiros frequentemente costumam brandir (quando de seu interesse), passam por cima da estrutura do Coletivo, com reuniões paralelas ao funcionamento normal deste e cujos efeitos negativos fazem-se sentir intensamente [...] (A VOZ DOS TRABALHADORES, set. 1980, p.02).

Com base nesses dados, somos levados a pensar sobre a constituição dos quadros militantes do partido. Por se tratar de uma organização ilegal e ainda sujeita a medidas repressivas por parte do regime militar, aparentemente, os cuidados com a segurança impediam a criação de listas e registros de filiação partidária. Essa condição foi expressa, por exemplo, pela ex-militante Merli Alves dos Santos (2007), a qual afirmou, em entrevista, que a filiação ao partido fugia, naquele momento, a ritos burocráticos, como cadastro em fichas, carteiras de identificação etc. Lauro F. S. Pinto Neto (2016), o qual dirigiu o partido no final da década de 1970, chegou a dizer que “[...] Não tinha carteirinha. Não podia ter [...]”.

Dessa forma, restou-nos perceber, em nossos documentos, a maneira como seus próprios militantes e dirigentes concebiam o tamanho do corpo militante do partido. Nessa direção, verificamos que, de acordo com a maioria dos ex-militantes entrevistados¹⁴⁰, a partir de 1979, a militância partidária era diminuta. Os documentos oficiais do período também apontam para isso. Constantemente, setores do CE-ES lamentam tal condição, que caracterizaria o partido até 1985.

Tentando compreender os fatores que confluíam para uma possível configuração de um agrupamento partidário com reduzido número de militantes, fomos levados a pensar acerca do processo de recrutamento e filiação partidária no PCB-ES. Em termos gerais, Chilcote (1982) constata que, enquanto partido marxista-leninista, o PCB buscou se autodefinir e se constituir como um *partido de massas*, centralizado, mas oficialmente igualitário, coeso e rígido no processo de recrutamento. Nesse caminho, na história do partido, operavam-se recrutamentos seletivos, que não vislumbravam nem incluíam toda a classe operária, mas apenas uma *vanguarda* ou a parcela “esclarecida” do proletariado durante o período que a organização definia como de uma ditadura burguesa. Em vez de como uma classe, o partido se configuraria como uma *elite* dotada de um conhecimento não assimilável pelo operário médio, explicitamente organizada em uma estrutura centralizada e rigidamente disciplinada para a coordenação e o controle do proletariado. A escolha primava pela qualidade, e não pela quantidade de membros militantes.

¹⁴⁰ Exceto alguns, como o ex-dirigente do Comitê Universitário e do CE-ES entre finais da década de 1970 e início dos anos 1980, Fernando João Pignaton (2016), que fala de aproximadamente “200 militantes na Universidade”.

Nessa direção, a ideia de *agrupamento de elite* foi um dos postulados – “mitos” – do marxismo-leninismo, fator de coesão dos núcleos dirigentes de partidos comunistas no Brasil. A concepção de que a construção de um *partido de vanguarda* era indispensável ao processo revolucionário reforçava a ideia da formação de quadros intelectualizados, na direção de um *partido de estado-maior* que orientasse a luta revolucionária. Dessa forma, enquanto organização de vanguarda, o partido comunista seria superior à classe que representava, pois dominaria os conhecimentos de presente e futuro (REIS FILHO, 1990).

E como ocorria esse recrutamento? Segundo o próprio estatuto partidário, a filiação ao PCB se realizaria mediante pedido a uma organização do Partido, encaminhado por meio de um de seus membros e por ela aprovado. Em casos particulares, previa-se que a filiação se efetivaria depois de ratificada pela instância superior a que for atribuída essa competência. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1967, p.170). Nesses termos, evidenciamos o caráter seletivo na formação de novos quadros partidários quando da necessidade de encaminhamento por parte de militante do partido e, principalmente, diante da exigência de aprovação de instâncias superiores.

A formação dos quadros militantes do PCB-ES, a partir dos primeiros recrutamentos executados por Merly Alves dos Santos na Ufes, desde 1974, enraizaram-se na formação de *grupos de estudos* da literatura marxista, como indicam, praticamente, todos os nossos entrevistados. Alguns deles chegaram a definir tal prática como *circulismo*¹⁴¹. Segundo o Secretário Político do PCB-ES, Lauro F. S. Pinto Neto (2016), o processo ocorria da seguinte forma:

[...] A [sic] medida que a pessoa se aproximava, se identificava com a prática, a gente estimulava a pessoa e ia oferecendo material de leitura... [...] você tá comigo, se identificando comigo, a gente vai falando, tem esse texto, lá pelas tantas escuta, isso não é uma coisa gratuita, existe um movimento político por traz disso, quer participar? E tentava recrutar, tinha pessoas que eram muito hábeis em recrutamento, eu, como tava na coordenação não recrutava muita gente, mas tinha muita gente que recrutava... Na medida em que você ia tendo identidade de participação na vida política, você ia dando texto. A gente sempre tinha textos para fornecer para as pessoas lerem. Iam se identificando: “isso segue uma linha, a linha do Partido Comunista Brasileiro [...]”.

¹⁴¹ A partir do que interpretamos e dos estudos de Martin (2008) e Moreira (2008), o *circulismo* se configurava na formação de um grupo de estudos conduzidos por organizadores de bases, em que obras de introdução ao marxismo e os seus clássicos eram estudados e debatidos. Do grupo, alguns indivíduos eram identificados e selecionados para integrar, depois de aproximado, à célula do PCB. Entre os autores citados comumente entre os entrevistados constam Marta Harnecker, Karl Marx, Frederick Engels, Lênin, Antônio Gramsci e Carlos Nelson Coutinho.

Para além de indicar uma relativa divisão de trabalho no cotidiano das atividades partidárias, notamos a preocupação em localizar indivíduos que, por sua identificação política e ideológica, passam a receber leituras “orientadas” para discussão e reflexão. Isso se assentava basicamente em textos de introdução ao marxismo e reflexões mais aprofundadas teórica e filosoficamente de seus temas e categorias. Robson Leite Nascimento era estudante de Engenharia Agrônoma (Ufes) e narra o seu recrutamento a partir do momento em que entrou na instituição de ensino, em 1979:

[...] em 79 foi quando um dos membros do partido, que já estava filiado na clandestinidade, me faz a primeira abordagem, e essa abordagem era uma discussão dobre o socialismo, e o material usado pra fazer essa discussão eram os livros da autora Marta Hanecker [...], ele tinha várias brochuras, e essas brochuras o partido fazia em mimeógrafo e distribuía quando ele queria discutir o que é o socialismo, o que é o comunismo, a divisão de classes e essas questões básicas do estudo do Marxismo [...] (NASCIMENTO, 2016).

Nesse caso, o ex-dirigente Antônio Claudino de Jesus (2016) nos deu mais detalhes do processo, pelo qual o recrutamento de novos quadros partidários era uma das *tarefas* da militância pecebista, a partir dos seus ambientes sócio-profissionais:

[...] Cada um de nós, no setor [sic] da nossa área de atuação que identificávamos as pessoas mais bem preparadas, mais prontas, aptas a ouvir esse tipo de tema, e a terem estrutura para poder entrar. Íamos identificando, íamos convidando e íamos botando pra dentro do nosso núcleo, eu botava pra dentro do núcleo cultural e comunicava ao grupo central e aí aos poucos, as pessoas, aos poucos, iam tomando conhecimento da estrutura. Nem todo mundo podia saber de tudo, internamente. Quem era o nosso Secretário Geral? Porque senão você vitimizava aquela pessoa. Você centrava nela os olhos da ditadura.

Em um primeiro ponto, essa narrativa vai ao encontro da experiência de alguns militantes que aderiram aos quadros do PCB-ES a partir da década de 1980. Nesse caso, consideramos exemplar o caso do pecebista¹⁴² Aurélio Carlos Marques de Moura. Ele era, no início daqueles anos, enfermeiro de empresas da construção civil e já envolvido com as mobilizações populares em Bairro de Fátima, no município de Serra-ES. Para Aurélio Moura, sua afinidade com a política em si, sua atuação profissional entre os trabalhadores e o envolvimento com o movimento comunitário podem ter pesado para o seu recrutamento, em 1981 (MOURA, 2015).

O caráter sigiloso e o cuidado com as informações sobre o “conhecimento da estrutura” citado por Claudino de Jesus anteriormente é apontado também por Irene Leia Bossois, estudante de

¹⁴² Aurélio Carlos ainda faz parte do PCB-ES, sendo um dos responsáveis pela reorganização do partido no Espírito Santo e tendo participado da sua refundação no estado em 2013.

Economia da Ufes na época, recrutada para o partido em 1980¹⁴³. Seu relato reforça a manutenção de alguns “ritos” partidários:

[...] só ia conhecer a pessoa que me recrutou e a minha base. Eu não ia conhecer os outros membros. Então, os outros eu intuía quem era, mas eu não sabia. Só nas Conferências que eu ia saber, mas eu não sabia quem era o Secretário. Por uma questão de segurança você só conhecia a sua ligação com a direção. Eu não sabia quem era a direção do PCB, até hoje eu não sei naquele período quem era o Secretário. Não sei, por uma questão de segurança, para preservar a direção, porque se você fosse pego, ninguém sabe a resistência à tortura (BOSSOIS, 2016).

Um último elemento que consideramos interessante apontar na formação dos quadros militantes pecebistas diz respeito ao crivo que era utilizado para selecionar os futuros membros do partido. Lauro F. S. Pinto Neto (2016), que “não recrutava”, mas dirigia o partido, como disse, aponta para três aspectos para os quais convergem as narrativas de outros ex-militantes: “[...] Proximidade na vida diária, identidade de ação e de ideia. [e] Claro que tinha interesse numa pessoa que tem destaque numa liderança sindical, claro que interessava. Uma pessoa que tinha potencial para liderança sindical interessava mais [...]”.

Nesse sentido, a experiência com o ambiente de atuação sócio-profissional e de militância política eram campos privilegiados em que determinadas lideranças consolidadas ou em potencial deveriam ser identificadas pelos militantes do partido que ali atuavam e serem selecionadas para o recrutamento partidário. Nessa direção, corrobora, por exemplo, a experiência, agora como recrutador, de Aurélio Carlos M. Moura (2015), o qual afirmou: “[...] a gente fazia um recrutamento baseado em quadro. Então, essas visitas nossas, em associações, [...] a gente via o cara, ‘namorava’, no sentido... olhava, via as opiniões e tal... Aquele cara que a gente recrutava, ou a gente tentava [...]”.

Sob o crivo da proximidade diária (afetiva ou de militância), do cuidado com a segurança do partido e de seus membros constituintes, da identificação teórica e político-ideológica, acreditamos que o PCB-ES estabeleceu limites à constituição de seus quadros militantes, impondo critérios para filiação à organização no Espírito Santo. Esse traço nos leva a aproximar tais atitudes da concepção de partido marxista-leninista as quais, correntemente, aparecem na documentação oficial do CE-ES da época. Assim, a ideia de “agrupamento de elite”, de formação de uma “vanguarda” de militantes para guiar a luta política dos trabalhadores capixabas é corrente nos textos do partido no estado. Nesse aspecto, encontramos um exemplo em texto autocrítico formulado possivelmente por militante

¹⁴³ Em seu depoimento, Irene Leia Bossois afirma que apesar de recrutada somente em 1980, já tinha proximidade diária com setores estudantis da Ufes ligados ao PCB, na medida em que, como estudante de Economia do CCJE-UFES, participou, inclusive de movimentos pela reabertura do DACCJE e do DCE.

partidário para o debate em uma Conferência Estadual do PCB, em 1982. Seu autor, partindo da constatação da ascensão das lutas dos trabalhadores, em março daquele ano, apontava o trabalho organizado dos militantes partidários “[...] como único meio de levarmos as ideias do socialismo às grandes massas trabalhadoras e da construção de um forte instrumento de vanguarda” (CONTRIBUIÇÃO..., 1982, f.3).

Em outro documento de setembro de 1982, o CE-ES faz um balanço da Conferência Estadual do PCB-ES ocorrida em abril do mesmo ano. No texto, encontramos a reafirmação dessa concepção como “indispensável” para a luta política do partido no Espírito Santo:

Não é esse o momento para a discussão teórica acerca da *necessidade de uma vanguarda organizada do proletariado*, vanguarda que, fundindo a teoria marxista com o movimento operário, constitui-se em Partido Comunista, absolutamente *indispensável para impedir que as lutas das massas caiam no espontaneísmo, no economicismo, no reformismo* (A VOZ DOS TRABALHADORES, set. 1982, p.03-04, grifo nosso).

O caráter seletivo da formação partidária e, principalmente, do núcleo dirigente fez com que ex-militantes, como Irene Leia Bossois (2016) e Aurélio Carlos Marques de Moura (2015), por sinal, membros mais próximos de setores de base e que se viam como fora do círculo de liderança, definissem o PCB-ES como um “partido de quadros”. Tal expressão nos remete às discussões entre partido de quadros e partidos de massas que tomou a atenção de alguns cientistas políticos no século XX, a partir, especialmente, das definições de Maurice Duverger, na década de 1950.

Em virtude das especificidades dos partidos comunistas e de sua organização pautada nos elementos teóricos do marxismo-leninismo, o cientista político Maurice Duverger (1970) se viu colocado diante da necessidade de compreender tais organizações a partir dos modelos teóricos de *partidos de quadros* ou *partidos de massa* que formulava¹⁴⁴. Para o autor, no que tange à discussão sobre a constituição dos membros de um partido, nos primeiros, predominaria a “qualidade” – “partido de notáveis” –, enquanto nos segundos, a “quantidade”, e as organizações comunistas guardariam suas peculiaridades.

¹⁴⁴ De modo sintetizado, Maurice Duverger (1970) define os *partidos de massa* como frutos da expansão do sufrágio popular no início do século XX, comum aos partidos socialistas europeus. Eles seriam caracterizados pela busca por um amplo e massivo recrutamento de adeptos, numericamente fundamentais para sua atividade política na medida em que o maior número de membros seria crucial à sustentação política (agitação, propaganda e eleições) e econômica (financiamento independente dos capitalistas). São mais centralizados e doutrinários. Por outro lado, os *partidos de quadros* eram típicos das experiências partidárias liberais ocidentais do século XIX, formado, seletivamente, por pessoas ilustres, com influência, prestígio e afortunados que financiavam uma organização com o objetivo explicitamente eleitoral-parlamentar.

Segundo Duverger (1970, p.106), a seletividade de militantes se concretizou na experiência dos partidos comunistas no Ocidente. Além de realizar “depurações internas”, esvaziando os quadros partidários daqueles personagens considerados indesejáveis à militância política (“indecisos”, “inativos”, “suspeitos”) – como vimos algumas vezes na própria história do PCB – há ainda uma tendência mais nítida quanto ao recrutamento qualitativo de membros. Isso corresponderia à própria noção de “partido de elite” concebida por Lênin, em que o partido engloba não toda a massa que representa, mas somente a sua “parte avançada”, “mais consciente”. Por outro lado, apesar desse traço, os partidos comunistas preservam em sua estrutura elementos de organização de massas. Isso porque buscam independência econômica e, assim, autonomia em suas ações, pois se sustentam da contribuição financeira de seus militantes e simpatizantes; expressam-se como representante político da classe operária; e buscam se legitimar no apoio político das massas, às quais se destinam a fim de educá-las e guiá-las para a conquista revolucionária.

Para além dessas concepções e da própria evolução dos conceitos e modelos de partidos ao longo das experiências partidárias nas democracias representativas do século XX e XXI¹⁴⁵, entendemos que, no caso do PCB-ES no período que analisamos, a experiência da organização e formação dos quadros militantes vai ao encontro daquela descrição de Maurice Duverger. Nessa direção, inclusive, parece, apontar a representação do processo apresentada pela memória de Antônio Claudino de Jesus (2015):

A gente tinha muito mais simpatizantes do que membros. A gente nem tinha como tarefa, nem como princípio, inchar e botar todo mundo pra dentro, até porque estamos na clandestinidade, não podemos ficar expondo as pessoas. As pessoas, pra entrar [sic], têm que estar muito convictas, muito seguras e sabendo dos riscos que estão correndo.

Esse depoimento nos leva a outras questões em relação à formação do corpo militante do PCB-ES, para além da influência da noção leninista de partido de vanguarda. A questão da seletividade na incorporação de novos militantes também pode ser pensada como reflexo da própria experiência da atuação do partido no ambiente político-institucional que constituía parte do cenário de sua atuação. Dessa forma, coadunamos com a análise de Panebianco (2005), o qual considera que a expansão ou a retração das dimensões organizativas de um partido político, no que tange ao número de filiados, é de decisão de seu núcleo dirigente. No entanto, sobre essas escolhas, pesa influência do ambiente, em que a tolerância e/ou a hostilidade do Estado e da sociedade podem determinar a necessidade de manutenção de um

¹⁴⁵Uma síntese das discussões teóricas em torno da tipologia dos partidos políticos pode ser encontrada em Oswaldo E. Amaral (2013).

partido em número reduzido de agentes organizativos. Nesse caso, entendemos que a segurança e os cuidados com o recrutamento respondiam à necessidade de se adaptar aos limites impostos pela vigência ainda de um Estado ditatorial, leitura de realidade que encontramos em vários documentos analisados de 1980 a 1985.

Assim, a insegurança e as incertezas da militância como comunista é algo a ser considerado na inserção de indivíduos nos seus quadros, tanto por quem recrutava quanto por quem estava sendo recrutado. Além disso, supomos que a ilegalidade a que se estava sujeito poderia dificultar também o trabalho partidário no sentido de propagar seus símbolos, explicitar seus objetivos e bandeiras partidárias e criar identificação direta com as massas, não podendo contar, inclusive, com as campanhas eleitorais, já que estava impedido de participar formalmente dos pleitos na época. Ao mesmo tempo, a atuação em um plano menos visível – para não dizer mais subterrâneo – do que outras organizações legais dificultava a superação de estigmas, preconceitos e distorções sobre o comunismo em si, alimentado pela manutenção das representações anticomunistas na sociedade.

Nesses termos ainda, no caso específico do PCB no Brasil e também no Espírito Santo, salientamos as próprias disputas no âmbito dos movimentos sociais e políticos da época, principalmente no campo da esquerda. Vimos que a partir de finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, justamente a época de reconstrução do PCB no Espírito Santo, é o momento em que os movimentos de massa em ascensão, e principalmente o movimento sindical-operário, buscaram se representar em “novas” lideranças e em uma nova organização partidária – o Partido dos Trabalhadores (PT). Como veremos adiante, a partir, principalmente, de 1981 e 1982, essas disputas também aparecem na realidade dos pecebistas capixabas, impondo-lhes desafios na sua inserção e aproximação com segmentos políticos e sociais no estado.

Apesar do “caráter de elite” do modelo partidário pecebista, entendemos que não podemos superestimar a qualidade teórica e política dos seus quadros partidários. Apesar de sua origem intelectualizada do meio universitário, do recrutamento por meio de estudos de teóricos marxistas, fazendo, inclusive, com que o militante Aurélio Carlos M. de Moura (2015) rememore o fato que ele “tinha que estudar” que “o PCB exigia estudo”, encontramos, em alguns documentos, fortes autocríticas lamentando a “debilidade” teórica dos quadros militantes do partido, da falta de envolvimento com as atividades partidárias e o compromisso com as lutas sociais e políticas no Estado, o que, inclusive, aponta para as deficiências do recrutamento que era exercido no período.

Um aspecto que não pode ser esquecido e, frequentemente, não temos conseguido dar a devida atenção, é a formação de nossos quadros. Essa dificuldade se reflete no nosso mecanismo de recrutamento e mantém um círculo vicioso de crescente debilidade na formação ideológica dos militantes. O quadro atual de militância partidária é, conforme conhecimento de todos, bastante precário. Uma grande maioria de companheiros é descuidada de sua formação – não lê jornais ou mesmo textos simples de educação e formação – e não tem mecanismos [...] de formação em seus organismos de base. Isso tem feito com que os companheiros se reúnam apenas para ‘homogeneizar’ impressões sobre o seu trabalho prático (quando o fazem), mas não para discussões sobre a realidade nacional, realidade sindical dentre outros’ (CONTRIBUIÇÃO..., 1982, f.5).

Ao mesmo tempo, também não podemos ignorar o fato de que os estudos e a influência política e teórica das leituras marxistas das reuniões e dos encontros em células e espaços de direção do partido podem ter contribuído com a formação dos militantes do PCB-ES. Assim, de algum modo, orientaram a maneira como vislumbravam e perseguiram os objetivos partidários e as formas de inserção no seio das lutas políticas do Espírito Santo entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980.

Ainda sobre a constituição da militância do partido, os dados que analisamos apontam para uma composição socioeconômica predominantemente de classe média do PCB-ES. Apesar do envolvimento do partido com espaços importantes das lutas populares na Grande Vitória-ES, como veremos adiante, a presença ativa de setores daquele estrato social parece ser, pelo menos, significativa, senão predominante nessa fase da história do partido, principalmente em seus quadros de direção.

Essa condição está na própria origem do processo de reorganização do partido no Espírito Santo na segunda metade da década de 1970, que, como vimos, desencadeia-se a partir do meio universitário capixaba. Expondo, genericamente, a caracterização da composição socioeconômica do PCB no período em que analisamos, na memória dos seus ex-militantes, a imagem que se faz é de um partido de classe média. Assim, Robson Leite Nascimento explica a aproximação de jovens como ele com a luta política pecebista e as leituras marxistas propiciadas pelos grupos de estudos nas células do partido:

[...] há um encantamento juvenil, normal, focado muito na questão da justiça, das desigualdades e tudo que mexe com a cabeça de nós jovens, filhos da classe média, que tínhamos essa vontade, e sede de justiça e por viver em um país com democracia, no qual a gente não tinha vivido ainda, esse foi o início, tudo no *campus* da Ufes.

[...]

Se a gente quiser usar um termo marxista, eram todos da pequena burguesia (NASCIMENTO, 2016).

Afirmção que “todos” eram de classe média, aos quais se refere aquele militante, parece emergir de suas reminiscências do círculo de militância pecebista que ele integrava, oriundo do Movimento Estudantil (ME-Ufes). No entanto, acreditamos que, como veremos melhor adiante, a partir de 1978, mas principalmente de 1979, na medida em que o partido se lançou a outros espaços de luta política e social, a entrada de militantes de origem popular se ampliou. Em 1982, pelo menos aos olhos de alguns setores partidários, tal condição não teria se alterado, quando, tentando justificar as dificuldades para a inserção do PCB no movimento operário-sindical da época, argumentou-se: “[...] Efetivamente somos um partido com uma composição social predominantemente de classe média – evidenciado pela sua própria história de reorganização – especialmente egressos do movimento estudantil [...]” (CONTRIBUIÇÃO..., 1982, f.2).

De igual modo, somos inclinados a perceber que ao longo desse período na direção do partido havia também um predomínio dos setores de classe média nos postos mais altos da hierarquia partidária. Para além da liderança de jovens estudantes egressos da Ufes a partir de 1978, outros setores oriundos da mesma camada social passam a ocupar os quadros dirigentes da organização pecebista no Espírito Santo. Nesse caso, por exemplo, um documento produzido pelo Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas do Espírito Santo comunicava sobre a nova direção partidária eleita em abril de 1984, indicando a ocupação socioprofissional que predominava nesses quadros e sugerindo tal cenário como uma das “debilidades orgânicas” do partido:

Aos 21 dias do mês de abril de 1984,

[...]

Foi escolhido o novo Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas, do qual fazem parte, além de sindicalistas, profissionais das seguintes áreas: jornalismo, medicina, advocacia, magistério, engenharia, arquitetura, economia, assistente [sic] social, publicidade, comércio e estudantil.

[...]

Assim, se ainda não temos um Coletivo predominantemente de operários e trabalhadores agrícolas – como é nosso objetivo – já conseguimos uma composição em que predominam profissionais. Isso representou um avanço orgânico [...] (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1984a., f.1).

A presença de membros da classe média nos quadros militantes do PCB foi constatada por outros estudiosos. O historiador Daniel Aarão Reis Filho (1990) ao trazer os dados acerca das organizações comunistas, afirma que, de uma forma geral, entre 1961 e 1968, elas eram majoritariamente compostas e principalmente dirigidas por setores da elite socioeconômica

nacional. Como Hamilton Garcia Lima (1995), já citamos aqui a importância assumida na reorganização de Comitês Estaduais e Universitários em diversos estados do país na década de 1970. Além disso, como já apontamos ao longo do texto, a aproximação com setores da classe média esteve presente em maior ou menor grau de interação durante a maior parte da história do PCB no Brasil. Nas décadas de 1970 e 1980, tal direção se tornava ainda mais clara, na medida em que a ideia do acúmulo de forças democráticas na frente ampla contra a ditadura empurrava setores do partido cada vez mais a alianças à direita e com as elites.

Não pretendemos aprofundar uma análise da questão socioeconômica em nosso trabalho, até pela falta de dados mais precisos a respeito. No entanto, para além de constatar uma significativa presença de setores mais bem privilegiados socioeconomicamente na composição partidária, fomos levados a questionar se tal condição não teria favorecido a abertura de determinados flancos de militância política no Estado.

Nessa direção, por exemplo, sabemos que, ademais da formação profissional e intelectual nos quadros da Ufes, a militância partidária do PCB-ES contou com recursos financeiros para além de suas próprias contribuições individuais e coletivas¹⁴⁶. Isso foi possível pelo apoio econômico de setores mais afortunados da sociedade, para o qual contribuíram os laços familiares do partido, como o pai de Paulo César Hartung (2006) que, segundo este, era um simpatizante histórico do partido e teria contribuído financeiramente com a organização no estado.

A experiência no PCB daquele militante de classe média ainda nos traz outro exemplo. Paulo Hartung, junto com Eduardo I. Pignaton e Neivaldo Bragato, estes últimos também integrantes do PCB-ES na época, teriam se transformado em socioproprietários de uma gráfica, a “RENOGRAF” (Renovação Gráfica e Editora Ltda.). O estabelecimento, por sinal, para além dos lucros com a oferta de serviços no ramo, era utilizado para confeccionar materiais do partido, sendo, inclusive, importante nas campanhas eleitorais em que o PCB participou direta ou indiretamente, como veremos.

Depois de atentarmos para alguns traços da organização interna do PCB-ES, preocupamo-nos também em apontar os direcionamentos que norteavam a luta política dos pecebistas no cenário político capixaba entre 1978 e 1985.

¹⁴⁶ Em seu depoimento, Lauro F. S. Pinto Neto (2016) aborda diretamente a questão apontando para as poucas necessidades econômicas do partido, mas que, para supri-las, contava com as contribuições individuais, a organização de festas e a doação de simpatizantes.

Considerando a análise dos depoimentos e da documentação oficial partidária, entendemos que, por um lado, no Espírito Santo, os pecebistas alçavam os objetivos da linha política defendida pelas diretrizes nacionais do partido. Assim, segundo a memória dos seus ex-militantes, o objetivo do PCB no Espírito Santo era se dedicar à “luta pelas liberdades democráticas”, pela “redemocratização” do país. Dessa forma, como nos indicam narrativas como a do ex-dirigente do CE-ES, Antônio Claudino de Jesus (2015), o “grande ideário”, independente do local que o militante atuasse, era a “liberdade de organização e expressão”. Nesses termos, assumiam-se tradicionais bandeiras partidárias e dos movimentos de massa de oposição da época, como a luta pela Anistia, pela “Constituinte livre e soberana”, pelas “eleições diretas”, pelo fim da repressão e da ditadura militar.

Por outro lado, a diversidade de focos da luta democrática, para além da própria amplitude que ela trazia no Brasil naquele momento, no caso da experiência dos pecebistas capixabas, parece emergir da própria ligação dos indivíduos com seus campos de atuação pelo Partido. Dessa forma, a narrativa de Ildeberto Muniz de Almeida (2016) parece sintetizar essa questão ao lembrar que:

[...] cada movimento específico ensejava a tentativa de reflexões e de construção de reivindicações e bandeiras próprias. Cabia aos militantes conhecer cada situação, estimular a criação de oportunidades de participação em que as reivindicações pudessem aflorar e ser discutidas. E uma vez avaliadas como importantes, ensejar a criação de lutas políticas em defesa desses objetivos.

No movimento estudantil, a defesa do ensino público e gratuito tinha lugar de destaque. Nos movimentos sindical e popular também havia pauta predominante, embora no popular existissem movimentos nacionais contra a carestia, por moradia, etc. que rebatiam localmente (ALMEIDA, 2016).

Assim, algumas bandeiras locais são citadas por nossos entrevistados. Antônio Claudino de Jesus (2015) aponta alguns exemplos:

[...] no Espírito Santo, havia lutas específicas. Por exemplo, a luta ambiental, no início da década de 1980. A luta, por exemplo, do Rusky. Nós estávamos por trás das mobilizações todas, contra a derrubada das florestas, a derrubada da monocultura do eucalipto. Contra a instalação das grandes empresas. Então tínhamos [...] os ideários locais, que nós lincávamos [sic] com os nacionais. [...]

Nos documentos oficiais notamos argumentos que confluem com essas memórias, dando centralidade à questão da democracia dada a vigência de uma ditadura militar. No entanto, percebemos, ademais, a presença de um forte apelo aos elementos simbólicos mais tradicionais de um partido marxista-leninista, revolucionário e socialista, assim como sua autoidentificação nesses termos, o que esteve mais ausente ou foi negado nas narrativas de nossos entrevistados.

Dessa forma, variados documentos entre 1980 e 1985 mantinham o objetivo final socialista para a luta política dos pecebistas. Em um texto da Seção Sindical do PCB-ES, de 1982, por exemplo, setores partidários vislumbravam o seguinte horizonte ao país:

[...] Das contradições surgidas no seio dessa moderna e complexa sociedade brasileira há que se forjar o NOVO. Há de se fortalecer um poderoso movimento social que transforme as nossas ideias de hoje no Brasil Socialista do amanhã [...] (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1982).

Além das bandeiras em torno das lutas pelas liberdades democráticas e pelo socialismo, como sugerem os dados aqui apresentados, a legalidade partidária também era colocada em pauta como uma dos objetivos a serem conquistados naquela conjuntura, menos dos depoimentos, muito mais nos documentos da época. Assim, um texto de J. Araújo em “A Voz dos Trabalhadores”, de agosto de 1980, descrevia a legalização do partido como intrínseca à luta pela democracia naquele contexto:

Os comunistas capixabas vêm, já há algum tempo, propagandeando e divulgando, em todos os momentos, a bandeira da liberdade de organização e expressão para todas as correntes de opinião da sociedade civil. Entendem claramente que uma das conquistas fundamentais na luta pela democracia é a garantia da legalidade para as diversas organizações que permanecem clandestinas no atual momento da cena política brasileira, entre elas o nosso Partido (ARAÚJO, 1980, p.6).

No entanto, para o CE-ES, pelo menos naquele momento, não deveria se superestimar a possibilidade da legalização, mantendo-se a atuação ilegal como necessária. Assim nos sugere o documento abaixo, que alerta, em forma de crítica, sobre o risco que se colocava ao partido se abrisse mão dos seus instrumentos de luta ilegal, trazendo a polêmica em torno do fechamento do jornal Voz Operária em 1980, pela direção nacional:

A medida de desativar a Voz Operária foi tomada sob a falha argumentação de que a legalização de fato dos dirigentes [CC] não se coadunaria com um jornal de caráter clandestino que em seu nome falasse, o qual, portanto, deveria ceder lugar à imprensa legal. Entretanto, parece-nos que uma organização revolucionária e clandestina (vivendo sob um regime arbitrário) é que não deve, nem pode, possuir uma direção abertamente legal e que subestime o papel da imprensa clandestina. [...]

[...] Não podemos compreender que organização revolucionária, nas condições atuais, possa prescindir da imprensa ilegal, que cumpra o papel de veículo orientador de seus militantes e na qual, inclusive, sejam tratadas as questões e divergências internas [...] (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.20).

Surgiria em 1984, no Espírito Santo, a Comissão Regional Pró-legalidade do Partido Comunista Brasileiro, responsável pela organização de eventos e mobilizações pela legalização do partido, o que, como veremos, acabou ocorrendo em maio de 1985.

Diante desses objetivos diversos, quais seriam os caminhos vislumbrados e trilhados pelo PCB capixaba para tentar alcançá-los? Conforme vimos, as pistas sobre a forma de luta política empenhada pela militância pecebista capixaba já se enraizavam no seio das disputas e mobilizações do ME-Ufes entre 1974 e 1978. A partir da reorganização formal partidária do PCB no estado e com o término da experiência universitária de uma primeira geração de militantes na Ufes, o partido ganhou a rota de outras frentes de atuação.

Antônio Claudino de Jesus (2015) nos fala dessa espécie de “transição” na luta política do PCB:

[...] o partido se organiza dentro da universidade, da universidade para as classes trabalhadoras, para os outros movimentos: movimento sindical, movimento de periferia, movimento de moradia, sempre, evidentemente. com roupagens as mais diversificadas.

Estavam ali apresentados alguns dos campos de atuação que seriam privilegiados pelo PCB a partir de 1978 no Espírito Santo: o movimento estudantil, o movimento cultural, o movimento sindical e o movimento popular. Ildeberto Muniz de Almeida (2016) nos apontou o caminho da militância estudantil pecebista após o término do curso na Ufes. Sua narrativa coaduna com a de Antônio Claudino de Jesus, seu companheiro de militância e direção partidária na época:

Os militantes eram estimulados a buscar novos contatos de acordo com suas histórias. Após concluir seu curso podia iniciar militância sindical. Se era estudante e professor ou bancário, etc., podia buscar inserção sindical. Alunos de Serviço Social que iniciavam contatos com movimentos comunitários podiam iniciar pontes de contato para militantes da seção popular. Já tendo concluído meu curso de medicina, a emergência de movimentos como as ocupações na área de mangues em São Pedro, onde existiam lideranças conhecidas de militantes do partido que eram alunas do serviço social, ensejou minha inserção na área e início de trabalho naquela região.

Segundo os relatos dos antigos militantes do partido, e como vimos anteriormente, quando tratamos da divisão das *tarefas* partidárias, era comum que um militante se ocupasse de executar atividades em mais de um espaço, não sendo rígida a divisão no que tange isso¹⁴⁷. Geraldo Correa Queiroz (2015) chega a lembrar desse fato e de outro curioso, que respondia a necessidade de avaliar o estereótipo, o comportamento do militante, antes de designá-lo, por exemplo, para dialogar e participar de determinados espaços. Assim, segundo ele:

¹⁴⁷ Além da presença desse fato na própria definição dos indivíduos na execução de atividades do partido da época, tal cenário, nos foi delineado enfaticamente por Ildeberto Muniz de Almeida (2016), ao dizer que “[...] uma marca da atuação do partido era a designação de pessoas para atuação específica em diferentes frentes de atuação política legal. Eu atuei mais no movimento estudantil e depois nas áreas sindical e popular”. Tal situação nos inclina, mais uma vez, a acreditar no caráter diminuto do corpo militante pecebista no estado, como já afirmamos em outros momentos de nossa narrativa.

A divisão de trabalho era por quem sabe fazer, convence melhor Pignaton, cabelão, conversar com metalúrgicos? Os caras iam falar: ‘Pô! Não dá... não dá... (risos), to fazendo brincadeira com ‘Pig’. Na época era um pouco assim, um pensamento que nunca foi externado, mas a figura quer queira, quer não, a figura representa. Se eu tivesse uma tatuagem dessa [apontando para a sua própria tatuagem], naquela época, os caras iam falar: "esse cara não dá!".

Como veremos a seguir, mais detalhadamente, questões em torno da personalidade, comportamento, e formação cultural – profissional e intelectual – impactava diretamente na condução das lutas políticas. Nem sempre o grau mais elevado de conhecimento científico e teórico, por exemplo, teria sido elemento facilitador para a conquista do diálogo e do espaço junto a moradores, operários etc., para “esclarecer” os movimentos, como previa uma organização que se definia marxista-leninista.

Alguns militantes pecebistas, como Irene Leia Bossois (2016) e Aurélio Carlos M. de Moura (2015), foram mais enfáticos em sua narrativa no sentido de afirmar como um dos objetivos centrais do partido no Estado era o “poder”. Tal meta passava pela participação do partido no âmbito das disputas político-partidárias formais, nas eleições, na aproximação e tentativa de ocupar cargos ou influenciar diretamente governos e mandatos parlamentares eleitos.

Nessa direção, como veremos, mesmo estando restrito pela ilegalidade, o PCB-ES buscou se aproximar da arena política formal, e mais precisamente das disputas eleitorais, buscando extrair recursos dali, a partir da conquista de votos e influência política em torno de seus próprios militantes abrigados em instituições legais, ou para seus possíveis aliados políticos. Nesse aspecto, a partir dos dados que obtivemos, veremos que o início desse processo já teria ocorrido nas eleições de 1978, no limiar da organização formal partidária, mas atingiu seu ápice nas eleições de 1982, quando o PCB-ES elegeu candidatos próprios pelo PMDB, além de favorecer a vitória de outros políticos desta sigla.

Quando exploramos a documentação oficial do Partido, no que tange a táticas e estratégias do PCB-ES, foi perceptível uma alteração sutil, mas não menos substancial, no que diz respeito aos caminhos e recursos de luta do PCB-ES. Entre críticas e elogios à situação do partido no estado e no país, percebemos de que modo o partido se relacionava com a linha política oficial nacional e vislumbrava a execução de suas táticas no Espírito Santo, não sem divergências e conflitos internos pelo caminho mais adequado à conquista dos seus objetivos.

Nessa direção, de uma maneira geral, os posicionamentos e as formulações partidárias do PCB-ES dialogavam diretamente com a realidade político-institucional no Brasil e no Espírito Santo; com o panorama das lutas dos movimentos sociais; mas, principalmente, considerando

as diretrizes do CC e as as próprias condições organizativas do partido para atuar na realidade capixaba.

Dessa forma, por exemplo, em junho de 1980, um texto assinado por A. Mathias no jornal “A Voz dos Trabalhadores” fazia uma autocritica em relação à moderação da postura do CC no que se refere ao avanço dos movimentos de massa, acusando-o de não aprofundar a linha política do VI Congresso (1967) em relação à “organização das massas” e à constituição da frente única, hesitando em “impulsionar realmente o avanço das forças populares e democráticas” (MATHIAS, 1980, p.14).

Na edição de nº4 (junho de 1980) desse informativo pecebista capixaba, o seu “Conselho Editorial”, formado por membros do CE-ES na época, lançou um texto em que apresentava sua visão, em tom de crítica, à linha defendida pelo CC, já sob o Secretariado de Giocondo Dias, acerca do *etapismo* da luta política pecebista no país:

Ora, concordamos plenamente em que a luta contra a ditadura seja a principal tarefa que deve unir, hoje, os comunistas às demais forças de oposição em nosso País e, além disso, que esta luta se faz tendo sim a defesa dos interesses econômicos e políticos das massas. No entanto, a necessidade de articular esta ampla frente com um programa mínimo, que reúna interesses das diversas forças sociais que a compõem, não implica em que tenhamos que nos resguardar na propaganda da luta contra o imperialismo, os monopólios e o latifúndio, nem que devamos deixar de fazer, sempre que possível, a propaganda do socialismo (A VOZ DOS TRABALHADORES, jun. 1980, p.04).

No contexto em que se pronunciavam essas sentenças, o CC tentava superar a crise em torno das críticas e do afastamento de Prestes do posto de Secretário Geral do PCB. Ao mesmo tempo, como vimos, em termos de linha política, tratava-se de um momento em que a direção nacional, hegemonizada pela *corrente centrista* em torno de Giocondo Dias e próximos aos setores *eurocomunistas*, tornava mais nítido o abandono da “hegemonia proletária” das teses do VI Congresso de 1967, com vistas a estender as fronteiras à *direita*, para alianças que engrossariam a *frente ampla democrática*.

Pelo documento anterior fica posto, a nosso ver, que naquele momento, a posição de setores da direção do partido no Espírito Santo era a defesa da linha política de 1967 e o não abandono do horizonte socialista. Assim, defenderia sua “visão revolucionária” de acordo com as orientações da linha nacional-democrática, na qual democracia e transformações sociais e econômicas fariam parte de um mesmo processo passando pela aproximação e organização das massas trabalhadoras:

[...] Acreditamos que as tarefas essenciais de hoje, no sentido de aprofundar na conquista das liberdades democráticas e de organizar o povo na luta contra a

exploração, constituem requisito essencial para que possamos avançar nas lutas exigidas pela etapa atual da Revolução Brasileira: anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária. Portanto, a ideia exposta pelo Comitê Central, de lutar “antes contra a ditadura” e depois, numa fase “ulterior da vida política brasileira”, combater os monopólios nacionais e estrangeiros e o latifúndio, transparece como um raciocínio mecanicista e antidialético (A VOZ DOS TRABALHADORES, jun. 1980, p.05).

E completa de forma irônica a crítica ao *esquerdismo* denunciando o pragmatismo do partido na conformação de suas alianças:

[...] tachando-o [Prestes] de esquerdista; esse tipo de acusação traduz um comportamento que esses mesmos dirigentes vêm tendo já há alguns anos e que consiste, basicamente, em se eximir da crítica aos setores vacilantes da frente única, em nome da coesão desta mesma frente. Trata-se, verdadeiramente, de uma tese inédita entre os marxistas, a de se abster da luta ideológica no interior de uma frente de forças sociais, em defesa da unidade desta frente (A VOZ DOS TRABALHADORES, jun. 1980, p.05, grifos do autor).

É expressa a crítica à política de alianças do partido e à ênfase etapista das orientações táticas do CC naquele momento, questionando como próprio intitulam esse trecho do documento, “o caráter da frente e o comportamento junto aos setores burgueses liberais”. Tal postura nos leva a pensar que, no Espírito Santo, a direção partidária coadunaria, naquela conjuntura, com setores mais à *esquerda* do partido e com táticas menos moderadas, ou pelo menos que ao invés do recuo, avançariam no interior das lutas sociais contra a ditadura sem se desviar do objetivo socialista. Se seguirmos as pistas do discurso oficial do partido em 1980, podemos concluir positivamente nesse sentido¹⁴⁸.

Em meados de 1980, o CE-ES publicaria o texto com as teses e reflexões para o VII Congresso Nacional do PCB, convocado em 1979 e marcado para 1982. O documento “Rumo ao VII Congresso”, de 1980, apresenta os posicionamentos acerca dos objetivos e das táticas do partido naquele início de década. Depois de elogiar a postura tática lançada pelo VI

¹⁴⁸ Em suas narrativas, correntemente, ex-dirigentes partidários daquele contexto, como Paulo Hartung, Fernando Hekenhoff, Lauro Ferreira S. Pinto Neto, Antônio Claudino de Jesus e Geraldo Corrêa, afirmaram que se vinculavam à corrente eurocomunista, sendo esse o principal núcleo do partido no Espírito Santo. Assim, as leituras de Antônio Gramsci e Carlos Nelson Coutinho, entre outros, seriam suas influências teóricas fundamentais. Dessa maneira, enfatizaram mais o objetivo *democrático* do que o *revolucionário socialista*, atenuando possíveis posições de esquerda e de um passado como membro de uma organização comunista de fato. Não desprezamos a possibilidade das influências de Gramsci e do eurocomunismo no interior do PCB-ES, na época. Porém, notamos uma distância dessa memória atual em relação ao passado registrado nas orientações oficiais do CE-ES, pelo menos até 1982, e, possivelmente, por muitos deles. Não nos aprofundaremos nessa discussão. Mas sugerimos como hipótese que, nesse caso, esses ex-pecebistas exemplificam o que Michael Pollak (1989) definiu como processo de *enquadramento da memória*, pelo qual, na elaboração memorial do passado, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. Assim, sob a influência do presente, a produção da memória recorda e enfatiza a um ou outro aspecto do passado, silenciando outros. Dessa maneira, é possível ordenar acontecimentos e trajetórias que justificam identidades políticas e sociais e confere-se coesão a grupos sociais, nações etc., no presente. Uma frutífera pesquisa poderia explorar a influência das posições políticas atuais desses indivíduos, como membros de partidos de direita, em postos de governo etc., na construção de sua memória de militância comunista.

Congresso (1967) como um “acerto”, exaltou o seu pioneirismo de conteúdo e a forma que imprimiu às lutas democráticas na sociedade brasileira contra o estado ditatorial, sendo, assim, “[...] um patrimônio não somente de nosso Partido, mas de toda a oposição brasileira [...]” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.18).

A defesa de uma postura mais incisiva e mais próxima à luta dos trabalhadores e, aparentemente, à construção de uma *frente democrática* mais afinada com setores progressistas é apontada quando afirmam

[...] que, na atualidade, a conquista da unidade reside em aglutinarmos todos aqueles de fato interessados na luta pelas reivindicações dos trabalhadores e no combate ao regime arbitrário. E, mais do que isso, a política da unidade passa, evidentemente, pela articulação dos dirigentes e lideranças sindicais, mas volta-se, de maneira prioritária, para as bases (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.25).

Em 1982, temos indícios de mudanças na direção estadual do PCB e seus objetivos “revolucionários” parecem também atenuados, mas não abandonados. Nessa direção, por exemplo, a Conferência Estadual de 1982 teria definido o caminho a ser tomado pela militância pecebista no Espírito Santo:

[...] como prioridade do P. [PCB] o *trabalho nas frentes de massa*, destacando-se a atuação no meio operário e sindical e uma presença marcante na campanha eleitoral visando ao 15 de novembro. De outro lado, reafirmou-se a necessidade do trabalho organizado e, ao mesmo tempo confirmou-se a *identificação da estrutura estadual com a política geral e com a estrutura nacional do PCB*. Em outras palavras, valorizou-se, mais uma vez, a concepção segundo a qual o *caminho para o Socialismo necessita de uma atuação organizada dos comunistas [...]*, a *defesa da unidade e unicidade sindicais*, a *luta pela constituição de uma ampla frente democrática contra o regime instaurado em 1964*, o *esforço constante pela unidade das Oposições e o empenho prático por um processo de ampla democratização da sociedade brasileira*, que permita a incorporação efetiva das massas à vida política nacional, da qual tem sido sistematicamente afastadas (A VOZ DOS TRABALHADORES, set. 1982, p.2-3).

Apesar da presença do “objetivo socialista” e do apelo às massas, notamos, nessa passagem, um tom mais ameno quando comparado com aqueles postulados nos documentos de 1980, que observamos anteriormente. Talvez pudéssemos pensar em se isso refletia as mudanças na direção partidária ou até mesmo devido à proximidade das eleições de novembro, que eram prioritárias da política pecebista nacional e estadual. No entanto, a mudança no discurso e nas perspectivas táticas de luta no PCB-ES aparece mais claramente em alguns textos oficiais a partir de 1983. Depois dessa data, oficialmente, a direção política pecebista parece mais alinhada à linha política negociada e conciliatória do CC, propondo uma maior flexibilização de sua política de alianças.

Assim, por exemplo, no texto do CE-ES “Democracia sempre, unidade e participação: a opinião dos comunistas capixabas”, de dezembro 1983, aparecem elementos claramente apontados para aquela direção. Aparentemente, o PCB-ES identificava que naquele momento, em que se aproximavam o Colégio Eleitoral e mudanças na Chefia do Executivo Nacional, era [...] necessário, mais do que nunca, combinar mobilização popular, unitária e combativa, **com a necessária negociação política**, que desobstrua os caminhos, acelerando e aprofundando a transição democrática (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, dez. 1983, p.01, grifo nosso).

Em abril de 1984, essa postura seria utilizada como argumento de crítica à direção estadual por parte de militantes e membros da direção que saíam do partido. Um grupo de 05 pecebistas, entre outras críticas, atacava a disposição do CC a “negociar com o governo”, tática, supostamente, apoiada por setores do partido no Espírito Santo (MANIFESTO, 1984). Segundo Ildeberto Muniz de Almeida, que era um daqueles que rompiam com partido naquele ano, a resposta veio com o documento produzido pelo jornalista Jairo Régis¹⁴⁹, membro da direção do partido naquele contexto. Dessa forma, o texto rebate a crítica à postura negociata do PCB ao afirmar que:

[...] a posição dos comunistas foi sempre clara: é preciso ampliar a frente democrática, atrair outros setores do PDS, impedir que se recomponham com o centro do Poder. Só assim poderemos, minar definitivamente o que resta do apoio interno e externo ao regime autoritário, neutralizando ainda os setores mais reacionários que poderiam tentar um golpe de força (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, abril de 1984, p.01, grifo nosso).

Processava-se, de forma mais clara no discurso partidário, a assunção da linha política conciliatória à direita, que já predominava no CC, para a condução da inserção do partido no processo de *transição democrática*. Dessa forma, em 1984, o CE-ES é ainda mais enfático ao afirmar:

[...] devemos insistir na mobilização popular, não desocupar as ruas e praças, dentro da perspectiva de lutar para negociar e negociar para mudar. Só assim, exigindo o seu lugar à mesa de entendimentos, as forças populares evitarão um pacto excludente e de elites. Para os comunistas, a negociação é outro aspecto da pressão da sociedade pelas mudanças, pelo fim do regime autoritário e da pressão das massas por suas reivindicações (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1984b, p.1, grifo do autor).

¹⁴⁹ Declaração feita em manuscrito no próprio documento “Esclarecimento ao Coletivo de Comunistas do ES: Ação Anti-Partidária”, de abril de junho de 1984, e autoria coletiva indicada para a Comissão Pró-Legalidade do Partido Comunista Brasileiro no Espírito Santo.

A partir deste tópico, portanto, tentamos esboçar alguns elementos constituintes da estrutura organizativa do PCB-ES, mesmo considerados os limites e as dificuldades que se impuseram ao nosso objetivo. Doravante, buscaremos nos aproximar da execução dos princípios, objetivos e táticas do partido no interior das disputas políticas do Espírito Santo entre 1978 e 1985, elemento central de nossa análise.

6. A ATUAÇÃO DO PCB NO ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA (1978-1985)

A partir de 1978, ao mesmo tempo em que se consolidava sua reorganização, o PCB-ES retomou suas atividades buscando se inserir no âmbito das lutas políticas e sociais capixabas no contexto da *abertura política* (1978-1985). Nessas condições, seus militantes passaram a atuar em diferentes *ambientes* e *arenas* de disputa, porém, sujeitos às restrições de um Estado ditatorial que “se abria”, mas ainda dispunha de mecanismos de *coerção institucional* para, por um lado, definir as regras e os limites de atuação político-partidária e, por outro, reprimir as ações dos seus oponentes.

Por meio de sua militância no interior de distintos movimentos e instituições legais, compreendemos que o PCB-ES se relacionou com outros atores e organizações políticas capixabas naquele contexto. Dessa forma, a partir de Panebianco (2005, p.408), analisamos tal fenômeno considerando que

as arenas representam as diversas mesas de jogo a que o partido concorre e das quais extrai – com uma soma proporcional ao êxito dos diferentes jogos – os recursos necessários para o seu funcionamento. Em algumas arenas, o partido permutará recursos com outras organizações. Essas relações de troca podem ser, como sabemos, de três tipos: troca paritária, troca desigual em benefício do partido, troca desigual em benefício de outra organização. Em outras arenas, o partido competirá pelos próprios recursos com outras organizações.

Assim, entendemos que, atuando no movimento estudantil universitário, nos movimentos populares de bairro, no movimento sindical e, por fim, no âmbito das disputas político-partidárias, o PCB capixaba se inseria na esfera daquilo que Pierre Bourdieu (1989, p.163), em sua *teoria geral dos campos*, especificou como o *campo político*, “[...] entendido ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento [...]”.

Nesse sentido, orientado pelos objetivos da luta democrática contra a ditadura militar e junto às demandas específicas de distintos movimentos e instituições políticas, no *campo político* que se estruturava no final da década de 1970 e início dos anos 1980, o PCB-ES e sua militância se envolviam em uma

[...] luta que opõe profissionais, [...] forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social [...] ou mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a

sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimado-a [...] (BOURDIEU, 1989, p.173-174).

Partindo dessas premissas, buscaremos nos aproximar da forma com que o partido, na condição de ilegalidade, tentou se inserir em alguns dos movimentos políticos e sociais do Espírito Santo entre 1978 e 1985. Visamos, principalmente, analisá-lo em sua militância no campo da luta político-partidária, em sua atuação no interior do MDB, e depois do PMDB. Nesse cenário, tentaremos identificar os fatores e a maneira como a militância ilegal do partido atuou no âmbito das instituições legais e da política formal capixaba na tentativa de influenciá-las e, quando possível, liderá-las.

6.1 O PCB E O MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO CAPIXABA

Analisando a reorganização do PCB-ES a partir de 1974, observamos que tal processo ocorreu em uma relação direta com a retomada do movimento estudantil na Ufes. Nessa direção, a partir de 1978, o Comitê Estadual do PCB-ES preocupou-se em manter firme suas bases e seus espaços políticos na universidade e dar continuidade às suas lutas nesse campo, já que, como lembrou o ex-militante Antônio Claudino de Jesus (2015), o partido atuou “[...] em várias frentes, mas sempre com uma base sólida na universidade [...]”.

Assim, depois de contribuir com o processo de reabertura dos espaços de representação estudantil, e mais especificamente dos Diretórios Acadêmicos (DA's), a militância pecebista na Ufes, que já se espalhava por diferentes cursos e centros dos *campi*¹⁵⁰, buscou participar diretamente dos movimentos pela reativação do Diretório Central de Estudantes (DCE), os quais avançaram durante o ano de 1978.

Após o golpe civil-militar de 1964, o DCE-Ufes sofreu com a repressão política do regime ditatorial, sendo alvo de várias invasões policiais e sofrendo fechamento em 1969, na esteira da instalação do AI-5. A retomada da mobilização em torno da reativação desse órgão foi o ponto culminante dos movimentos estudantis que, desde 1975, reascendiam na instituição e refletia, regionalmente, o contexto de ascensão dos movimentos de massa e de oposição dos grandes centros do país naquela conjuntura (MOREIRA, 2008).

¹⁵⁰ Na década de 1970, a Ufes tinha seus cursos e centros de ensino descentralizados em três *campi*: o *campus* de Maruípe, onde se localizava o Centro de Biomédicas (CBM), o *campus* de Goiabeiras, com a maioria dos cursos no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), o Centro Tecnológico (CT), o Centro de Estudos Gerais (CEG) e o Centro Pedagógico (CP), ambos na cidade de Vitória; e o *campus* de Alegre, nos municípios de Alegre e São José do Calçado, Sul do Estado (BORGO, 2014).

O final de 1978 marcaria o término de curso de parte dos estudantes do Centro de Biomédicas-Ufes os quais atuaram na reconstrução do partido a partir de 1974, entre eles: Merli Alves dos Santos, Antônio Claudino de Jesus, Fernando Herkenhoff, Geraldo Corrêa Queiroz, Lauro F.S. Pinto Neto e Lelo Coimbra, todos da Medicina.

Nesse momento, uma segunda geração de estudantes que ingressou na universidade a partir de 1977 se integrou ao PCB-ES, “sucendendo” o núcleo anterior no interior das lutas do ME-Ufes. Antônio Claudino de Jesus (2015), um dos estudantes militantes que saíam da universidade naquela conjuntura, dá-nos uma ideia acerca dessa espécie de “transição”:

Coseguimos reorganizar o movimento estudantil, os Centros Acadêmicos. Conseguimos ao final do período do nosso curso, no último ano do nosso curso, [...] reorganizar o DCE. A esta altura o movimento já estava bastante engajado, aí já tinha esse grupo do CCJE, também vinculado ao partido, que era Paulo Hartung, Neivaldo Bragatto, e a turma lá da Economia, praticamente, Irene Leia Bossois, Lucinha Chequer, com algumas pessoas de Comunicação, Economia, algumas do Direito, Stan Stein. Então já tinha um núcleo bastante sólido lá, e no Biomédico a sucessão já havia se dado. Já havia organizado novos núcleos com novos estudantes. Aí vem Fernando Pignaton, Eduardo Pignaton, vem o Anselmo Tosi [...], vem essa turma que era de uma geração posterior à nossa, assume o trabalho dentro do centro, aí a gente consegue rearticular toda a universidade [...].

Com esses quadros, a militância estudantil do PCB-ES se empenhou na busca pela liderança do ME-Ufes estruturando suas ações na universidade. Nessa direção, a partir de 1978, assim como em outras experiências regionais do PCB no Brasil, na Ufes, o PCB-ES contou com um Comitê Universitário (CU-ES). Segundo o ex-dirigente do CE-ES, Fernando L. Herkenhoff Vieira (2007), aquele órgão teria sido liderado por estudantes de diferentes áreas, como Fernando João Pignaton (Medicina), Anselmo Tose (Medicina), Ernesto Negris (Medicina), Paulo C. Hartung Gomes (Economia), Estanislau Kostka Stein (Economia), José de Arimathéia Campos Gomes (Direito) e Robson Leite Nascimento (Engenharia/Direito)¹⁵¹. Este último, ingresso na universidade no curso de Engenharia Mecânica¹⁵² em 1979, ao falar de seu recrutamento e da organização do CU-ES, apontou indícios do caminho utilizado pelos militantes pecebistas para ampliar o núcleo de militância do partido na universidade:

¹⁵¹ Outros nomes que são citados aleatoriamente nas entrevistas, como militantes ligados ao CU-ES partir de 1978, são: Marli Alves dos Santos (Medicina), Rosa Helena Stein (Serviço Social), Dayse Maria Oslegher Lemos (Economia), Neivaldo Bragatto (Economia), Kátia Moura (Medicina) e Irene Leia Bossois (Economia).

¹⁵² Segundo nos narrou em entrevista, Robson Leite Nascimento ingressou na UFES em 1978, no curso de Engenharia Mecânica. No entanto, em 1982, optou por mudar de área e fazer graduação em Direito na mesma instituição. Segundo ele, a mudança refletia o impacto da militância política em sua vida. Assim, lembrou que “[...] [a influência] era tão grande que eu parei de estudar Engenharia, foi um pouco o partido [PCB][...], eu era uma pessoa muito estudiosa e eu fui vendo que fui deixando de ser, um pouco por causa das tarefas do partido e pelo meu envolvimento com a política [...]”.

Tudo começa com a minha chagada na Universidade, em 1978/79, na verdade são as pessoas do partido que nos descobrem pelas reuniões em assembleias na defesa das liberdades democráticas, que era a grande bandeira da época. Em 1979, foi o meu contato mais direto no partido, havia uma tendência do partido na universidade chamada Unidade, e era nos encontros da Unidade que a gente começava a discutir, além dos problemas da universidade, os pedagógicos, índices de estrutura, a gente começava também a discutir um pouco de política, [...] em 79, foi quando um dos membros do partido, que já estava filiado na clandestinidade, me faz a primeira abordagem, e essa abordagem era uma discussão sobre o socialismo, e o material usado pra fazer essa discussão eram os livros da autora Marta Harnecker. [...]

[...]

E a partir daí o partido se organiza por células. E as células se reúnem para discutir isso, as questões conjunturais, as lutas do campus, e as questões do Marxismo. [...] A minha inicial, não era pessoas apenas da Engenharia, era mesclado, devia ter umas seis, sete pessoas, no máximo. [...] Havia lugares que tiveram que fazer duas, porque, no Serviço Social, por exemplo, aparecia muita procura (NASCIMENTO, 2016).

Dessa maneira, na universidade, o PCB-ES teria contado com um número expressivo de militantes entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980¹⁵³, em células espalhadas pelos cursos, em torno das quais também girava um número significativo de simpatizantes. Doravante, o trabalho do Comitê Universitário, segundo o ex-dirigente Ildeberto Muniz de Almeida (2016), acontecia da seguinte maneira:

Na frente de atuação legal, tratava-se de estimular a abertura de representações estudantis, a criação de chapas para disputas eleitorais, o conteúdo de cartas programas com incentivo à difusão de conteúdos de defesa da luta pela democracia. Além disso, havia os eventos [científico-culturais][...] abertos a estudantes de diferentes cursos e isso nos movimentava por todos os cantos da universidade. Ao longo desse período houve também intensa atuação no plano cultural, seja com tentativa de influenciar a organização e manutenção do cineclube da Ufes e a criação de cineclubes em bairros, sempre com tentativa de influenciar na programação e na sua politização.

Para Robson L. Nascimento (2016), que integrou a direção universitária do PCB, por aqueles caminhos e a partir das células espalhadas pelos cursos, a militância pecebistas deveria

[...] levar as teses do partido para o movimento político estudantil, que eram: defesa [...] da democratização da Universidade, e da participação paritária nos comitês, nos conselhos de ensino e pesquisa, no conselho universitário, e no conselho fiscal. E havia as teses menores que eram tirar o 'R' do currículo, que era aquela matéria que você ficava reprovado e que você fazia de novo e passava, e quando você pedia o currículo, vinha que você estava reprovado com o 'R' e a gente achava que na medida [em] que você fez de novo a matéria e passou, tinha que tirar aquilo e a

¹⁵³ Fernando J. Pignaton (2016), que foi dirigente do CU-ES no final da década de 1970, em entrevista, afirmou que o PCB-ES teria chegado aos 200 militantes na universidade. Consideramos um pouco elevado esse número, visto que Ildeberto Muniz de Almeida (2007) teria apontado essa dimensão para o quantitativo de militantes dentro e fora da Universidade. Ficamos diante da impossibilidade de dar exatidão aos dados, mas os indicativos são de que, como veremos, pelo menos até 1982, os *campi* da instituição concentravam um corpo significativo da militância do partido.

Universidade insistia em não retirar uma bobagem dessa, e tiveram que fazer assembleias pra fazer isso.

Com essa estrutura básica e esses objetivos, a militância estudantil pecebista se lançou às disputas pelo controle do DCE-Ufes, principal entidade de representação e organização dos estudantes do Espírito Santo, sendo, esse, um objetivo central da política do partido na universidade. O ex-militante pecebista, Eduardo Isaías Pignaton (Medicina/Artes), mais conhecido como “Dunga”¹⁵⁴, aponta a importância da ocupação dos espaços de representação estudantil para o partido nesse período:

Todos os espaços que tinham representação estudantil nós ocupávamos. Conselho universitário, Conselho de ensino pesquisa [...]. Eram 2/3 de representação, 1/5 de representação, o pouco que tinha a gente ficava sabendo o que estava acontecendo e aquilo servia de mobilização pra todo mundo. Tanto que foi nessa época que nós fizemos os grandes movimentos do movimento estudantil, as grandes greves, as grandes passeatas; foi nesse período. Por quê? Nós tínhamos uma capilaridade de informação (PIGNATON, 2015).

Em 1978, na reta final para a reabertura do DCE-Ufes, alguns eventos fomentaram a mobilização e a articulação dos estudantes. Houve uma significativa participação da militância pecebista nesses eventos, e a partir desses fenômenos, ela teve a possibilidade de ampliar sua representatividade na universidade e se aproximar de outros segmentos da sociedade capixaba, ampliando suas redes de relações e influência.

Dessa forma, no primeiro semestre de 1978, os estudantes universitários capixabas se organizavam para a participação na IV Semana de Estudos sobre Saúde Comunitária (IV Sesac), que ocorreria na cidade de Santo André-SP. Os episódios os quais envolveram esse fato evidenciaram as contradições entre *moderação* e *repressão* que se manifestavam na conjuntura de abertura política e que se refletiam na universidade, como já destacamos.

Segundo algumas narrativas de ex-militantes pecebistas, os estudantes, depois de organizados para participarem de mais um encontro nacional, foram impedidos de sair da capital capixaba pela Polícia Federal, o que resultou na prisão de vários universitários, inclusive de militantes do PCB-ES. Assim um dos estudantes presos se recordou do episódio, o ex-dirigente universitário pecebista, Fernando J. Pignaton (2016):

[...] fomos organizar essa expedição [...] pra Sesac, aí todo mundo foi preso. Os ônibus foram proibidos. [...] Aí me tiraram, garoto, rapaz, tinha 20 anos, tiraram de dentro daquele ônibus, com os carros da Polícia Federal. Todo mundo do ônibus lá

¹⁵⁴ Eduardo I. Pignaton é irmão de Fernando João Pignaton. Este, já articulado ao partido, teria sido o elo daquele com o partido, a partir do momento em que este entra na Universidade. No entanto, no depoimento “Dunga”, ele ressalva que seu primeiro contato com o PCB se daria em seu bairro, a Glória (Vila Velha – ES), quando se aproximou de antigos militantes do partido no movimento comunitário.

vendo você sendo preso pela Polícia Federal. [...] Nós fomos lá para Jucutuquara [bairro onde ficava a sede da Polícia Federal] [...] com a Katia Moura, que era a minha mulher na época, o Fernando Machado, que é diretor da rede Record e o Adauto [Emmerich] que ficou preso lá dentro.

Como reação à repressão policial, os estudantes teriam resistido na universidade, formando um grande acampamento que, segundo Fernando J. Pignaton (2016), reuniu “[...] 3.000, 4.000 estudantes em frente à reitoria [...]”. A atuação de lideranças universitárias do PCB-ES teria contribuído para impedir possíveis ações repressivas no interior da universidade, à medida em que os pecebistas faziam a interlocução do movimento com a reitoria e o governo do estado. O depoimento de Antônio Claudino de Jesus (2015) retoma com detalhes o dia a dia dessa resistência e o papel da reitoria universitária para o desfecho do movimento:

[...] a polícia ficou do outro lado do asfalto. E a gente ficou ali uma semana, enquanto aconteceu a Semana de Saúde Comunitária. [...] A gente só saía do *campus* dentro do carro do reitor, do sub-reitor comunitário, sempre num carro oficial, protegido pela autoridade federal, que eram os dirigentes da universidade. Então a gente ia negociar com o governador. Então, o reitor e o sub-reitor comunitário passaram a ser os intermediários em negociação [...] para garantir que não havia nada de subversivo nisso, e aí tivemos uma sequência de reuniões com o governo do estado. [...] A população se mobilizou e levava alimentação pra gente, cigarro pra gente, bebida pra gente, chegava assim, 200 “marmitex” de uma vez do sindicato. A Igreja mandava café da manhã, e as famílias levavam [...].

Para além da simpatia e do apoio da população, destacamos naquela narrativa a colaboração da reitoria universitária para que os estudantes estabelecessem negociações com o governador, na época, Élcio Álvares (1975-1979). Para os estudantes presos, a direção universitária também atuou junto com outros segmentos, em uma rede de contatos que permitiu a libertação dos jovens universitários, como lembrou Antônio Claudino de Jesus (2015):

[...] acionamos o reitor, o reitor aciona o governo do Estado e o governo do Estado, Mariazinha Lucas, era chefe do Gabinete Civil do Governo do Estado. Ela intervinha também muito junto ao Governo Federal, e conseguimos tirar os meninos das prisões antes que algo de pior acontecesse [...].

Acrescentamos uma informação nesse cenário, ao lembrar que a citada Maria Terezinha Lucas era mãe de Luiz Paulo Vellozo Lucas, que, por seu cargo, segundo nos contou seu filho ex-militante do PCB-GB, era a sua “inside information” por lhe dar informações privilegiadas sobre as ações de segurança no Espírito Santo, já que exercia função no alto escalão do Governo Estadual (LUCAS, 2016).

Em relação a esse caso, o acampamento dos estudantes na Ufes em 1978 também teria possibilitado a aproximação de membros do PCB-ES com políticos tradicionais do estado,

mais especificamente do PMDB-ES. Segundo lembrou Lauro F. S. Pinto Neto (2016): [...] a gente foi perseguido na Sesac aqui. O Nelson Aguiar, o Argilano [Dario] foi visitar a gente. A gente teve solidariedade dos políticos do velho MDB [...].

Outro movimento importante ocorreu já no segundo semestre de 1978, no Centro de Biomédicas. Ali houve uma greve dos estudantes, sendo, de acordo com Moreira (2008), ponto crucial na concretização do processo de reabertura do DCE. Nesse movimento, Merli Alves dos Santos (2007) afirma que não se tratou de “uma luta dirigida por partido”, o que nos levaria a crer que o PCB-ES não participaria ou se envolveria com a greve.

Nesse caso, talvez deveríamos considerar a conjuntura político-institucional e a leitura pecebista sobre os caminhos da luta democrática naquele momento. No final de 1978, aconteceria mais uma eleição no sistema bipartidário, pela qual, como vimos, haveria grandes expectativas do CC em torno do crescimento das bancadas parlamentares de oposição emedebista, objetivo prioritário do PCB no combate à ditadura. Nesse sentido, o recuo da militância pecebista capixaba diante da greve poderia ser um reflexo pontual da postura moderada pleiteada pelo partido em âmbito geral, evitando movimentos radicalizados que pudessem prejudicar as previsões e os objetivos políticos.

No entanto, a greve aconteceu, e militantes pecebistas a protagonizaram, sendo, inclusive, essa a causa de embates no interior do partido. Com o desenrolar do movimento grevista e sua repercussão no novo CE-ES, o recuo não era uma posição hegemônica nos quadros dirigentes partidários. Antônio Claudino de Jesus (2015) aponta para as divergências em relação ao movimento grevista daquele ano, no qual o partido se inseriu:

Nós tínhamos parado o Hospital das Clínicas e parado o Centro de Biomédicas. E aí o bicho pesou pra cima de nós. E tudo muito bem, e nós acuados dentro do Centro. Sendo perseguido quando saí, recebendo ameaça. [...] Essa greve demorou mais do que conseguiria. A minha avaliação, por exemplo, era que a gente não consegue sustentar essa greve, ela já cumpriu o papel dela. [...] As bases queriam continuar na greve. Então esse foi um momento de tensão dentro do comitê. Porque havia os que achavam que a gente não podia recuar. [...] Eu fazia parte de um grupo que achava que não [...]. Muito apertadamente ganhou pela desmobilização da greve, e a gente foi. Foi um aprendizado, nós não sabíamos como fazer greve, fizemos sem saber. E agora, como desfazer a greve? Vai aprender. Deu certo. A gente desmobilizou. A greve não desmobilizou o centro, continuou a luta pelas melhorias.

Finalizada a greve, os militantes universitários do PCB buscaram liderar os trabalhos da “Comissão Pró-DCE”, entidade criada em agosto de 1978 e responsável por viabilizar a primeira eleição para a nova diretoria do DCE (MOREIRA, 2008, p.36).

A partir dos trabalhos daquela “Comissão”, em outubro de 1978, foi realizada a primeira eleição para a diretoria do DCE após seu fechamento. No pleito de reabertura concorreram cinco chapas: Construção, Ação Popular Estudantil, Retornando, Liberdade e Anistia, e Frente de Libertação Estudantil. A primeira era formada justamente por estudantes militantes e ou simpatizantes do PCB, sendo encabeçada por Paulo César Hartung, candidato à presidência; Fernando Pignaton, para a vice-presidência; e Neivaldo Bragato, Paulo Perdigão, Ildeberto Muniz (Paraíba), Hélio Castro e Evandro Brozeghini para os demais cargos.

A “Construção” enquadrava os setores que, na Ufes, aproximavam-se da tendência “Unidade” no movimento estudantil nacional (MARTIN, 2008, p.41). Seu candidato à presidência, Paulo César Hartung Gomes, era um estudante de economia que já figurava como liderança do ME desde 1976, participando da reabertura do Diretório Acadêmico do CCJE (DACCJE). Depois da aproximação com o ME do CBM, Hartung passou a integrar os quadros do PCB-ES¹⁵⁵, tornando-se parte da direção do Comitê Estadual do partido em 1978. Já Fernando João Pignaton era um estudante de Medicina que ingressou na universidade em 1977. Segundo narrativa dele, sua inserção no ME e no PCB ocorreu de forma imediata à sua inserção no ambiente do CBM-Ufes. Já influenciado pela família e por antigos membros do partido em seu bairro, Glória (Vila Velha-ES), e nos meios acadêmicos, seu recrutamento para o partido teria ocorrido no contato com a primeira geração de acadêmicos de Medicina os quais já estavam militando no ME-Ufes sob a influência pecebista:

Eu entrei no partido no primeiro ano de Medicina, em 1977. Ali, existia um núcleo muito antigo do PCB, e eu, em conversação principalmente com a Merli Alves dos Santos e com cada um desses aí, eu entrei no PCB. Eles já faziam parte do movimento do ‘Partidão’. Ali eu recebi [...] a primeira Voz Operária e me chamaram para ser do partido. Eu tinha uma influência do movimento comunista dentro da minha família, porque meu irmão foi um dos vice-presidentes do DCE quando fechou e era do Partido Comunista. Depois, naquela cisão ele acabou indo para o PCBR [...]. E no nosso bairro existia um barbeiro, chamado seu Almir Agostine, que era um grande comunista, um cara democrático, ele era da opção democrática de fato, era um militante [...]. Então, na Glória mesmo, na minha família eu tive minhas primeiras influências do PCB e do movimento comunista, mas era o PCB, [...]. Então, me recrutaram, principalmente, atribuo a Merli, a pessoa que mais teve mais diálogo político comigo, mas também o Fernando, Claudino, Geraldo, Lauro Ferreira Pinto, todas essas pessoas influenciaram os novos militantes que chegaram em 1977 (PIGNATON, 2016).

Encabeçada por pecebistas, a chapa Construção disputou a primeira direção do DCE pós-reabertura, em novembro de 1978, em um processo eleitoral que contou com uma ampla

¹⁵⁵ Segundo depoimento concedido aos pesquisadores Margô Devos Martin e Renato Heitor Moreira (2006), Hartung relata que sua proximidade com o PCB era de origem familiar na medida em que seu pai era simpatizante e contribuía historicamente com o financiamento da organização, sendo as discussões políticas e o contato com as ideias socialista parte da rotina da casa. Segundo ele, sua entrada no partido ocorreu em 1977, a convite de Luiz Paulo Vellozo Lucas.

participação de estudantes nas urnas¹⁵⁶. Ao final do pleito, a “chapa do PCB” saiu vitoriosa com grande margem de vantagem sobre as demais. A “Construção” conquistou, ao todo, 73% dos eleitores, o equivalente a 4.557 votos.

A vitória da “chapa pecebista” nas eleições universitárias de 1978 marcava, a nosso ver, um passo fundamental do partido na busca pela liderança do movimento estudantil capixaba. Dessa forma, a luta pela reabertura do DCE-Ufes e a vitória da chapa que colocou militantes pecebistas na sua direção, se por um lado representou uma conquista própria de todos os estudantes ligados a diferentes tendências políticas de esquerda (PCB, PCdoB, MR-8, Libelu, AP), por outro, indicava o avanço do PCB na sua inserção em lutas políticas e sociais capixabas depois de reorganizado.

Trechos da “Carta Programa” da chapa “Construção”, que controlou o DCE até novembro de 1979, aponta indícios acerca da perspectiva política de atuação da militância estudantil pecebista no movimento universitário capixaba, a partir de 1978. O documento indicava para a centralidade desse órgão como “canal de encaminhamento” das lutas e reivindicações dos estudantes. Compreendia que, para além dos assuntos e demandas específicos da vida universitária, os anseios estudantis coadunavam com a de amplas camadas da sociedade, e assim clamavam pelas “Liberdades Democráticas, por Anistia Ampla Geral e Irrestrita, por uma Constituinte livremente eleita e soberana”. Dessa forma, entendiam que caberia aos estudantes fazer parte de uma “frente democrática” que se consolidava reunindo diferentes setores da sociedade para contribuir com a “unidade da democracia” (BORG, 2014, p.100).

Assim, na “Carta Programa” é possível perceber que alguns de seus elementos basilares coadunavam com as propostas políticas do PCB naquela conjuntura. Dessa forma, aponta a centralização da luta institucional por meio do DCE como órgão formal de mobilização dos estudantes e indica a luta em torno da “unidade” de forças em uma “frente democrática”, elementos táticos da linha política pecebista. Além disso, refere-se à necessidade de articulação do ME às lutas políticas e sociais gerais no Espírito Santo.

Depois da gestão da chapa “Construção”, no ano de 1979, sabemos que, até 1985, universitários militantes do PCB ocuparam a presidência do órgão em mais duas ocasiões: em 1980, com o estudante de Economia Estanislau Kostka Stein (gestão “Hora de Mudar” –

¹⁵⁶ Segundo Roberto A. Beling Neto (1996, p.157), havia aproximadamente 8.000 alunos da Ufes; 6.247 votaram, o que significava cerca de 70%, mesmo com o voto não sendo obrigatório, aqueles números superam o das eleições estudantis em outros grandes centros do país, como em São Paulo, onde na USP, com cerca de trinta mil alunos, aproximadamente cinco mil votaram na eleição do DCE.

1980-1982)¹⁵⁷; e em 1982, com o estudante de Direito, José de Arimatheia Campos Gomes (gestão “Ação Conjunta” – 1982-1983).

Dessa forma, ao controlar o DCE, por exemplo, o CU-ES e o PCB-ES tentaram empreender ações com vistas a criar condições de mobilização dos estudantes, ao mesmo tempo em que buscavam ampliar o círculo de militantes e simpatizantes do partido. Assim, em torno das questões especificamente universitárias, alguns movimentos e ações pecebistas teriam permitido, em um primeiro momento, o crescimento da militância e do núcleo de simpatizantes oriundos dos *campi* da Ufes. Nesses termos, Paulo César Hartung (2007), primeiro presidente do DCE (1979), pós-abertura de 1978, lembra que

dentro da universidade teve luta de tudo quanto é tipo: lutas para tirar professor incompetente [...]; lutas para democratizar a universidade – que foram vitoriosas em parte; tem lutas em relação ao restaurante universitário; luta em relação à biblioteca. Muita coisa não me vem à cabeça, mas tinha uma agenda permanente de curso, de centro, de universidade. Foi um movimento muito ativo. O restaurante universitário era no Centro. Lembro do Stan [Stein] subindo na mesa para fazer discurso. Tinha um restaurante regional no CBM. Era uma hora boa para fazer convocações de assembleias. Teve um movimento grande no CBM, que era por materiais, condições de ensino. Esse movimento mobilizou e marcou muito a retomada do movimento estudantil. Anselmo, falecido Jaci, Ernesto Negris, o Paraíba (que era um pouco mais velho)... Isso marcou muito essa retomada do movimento estudantil. Pig e Dunga eram muito importantes nesse movimento.

Durante a gestão de setores ligados ao PCB na direção do DCE, algumas lutas ganharam destaque no interior da Universidade. Entre 1980 e 1981, o órgão mobilizou estudantes pela regulamentação da representação estudantil nos espaços dos colegiados da Universidade. A movimentação estudantil resultou em uma ação de pressão sobre a reitoria que provocou a adaptação completa do Estatuto e do Regimento Geral às novas determinações legais relativas aos órgãos estudantis e suas relações com a Universidade. Em 1982 foi a vez da luta contra a instalação de equipamentos do Núcleo de Processamento de Dados (NPD) na Biblioteca Central – Ufes, que implicaria em sensíveis prejuízos e limitações na utilização do espaço (BORGO, 2014, p.103). Sobre essa questão, o ex-dirigente do Comitê Universitário do PCB e presidente do DCE, na época, Estanislau Kostka Stein (2006) – conhecido como “Stan Stein” – descreveu assim o movimento:

[...] a biblioteca central corria o sério risco de ser metade biblioteca e outra metade uma central de ar condicionado para NPD e almoxarifado do NPD. [...] nós descobrimos que esse prédio seria ocupado, quase pela metade [...] com um

¹⁵⁷ De acordo com Borgo (2014, P.101), em quase todos os casos as gestões assumiam o nome das chapas vencedoras. É importante informar que a greve nacional dos docentes universitários provocou a extensão do mandato de Estanislau Kostka Stein para abril de 1982, sendo que seu mandato deveria terminar no final de 1981.

computador que era um sucata enorme, doado pelo Banco do Brasil. [...] Nós lutamos para que isso não fosse ocupado, para que o prédio da Biblioteca permanecesse biblioteca, nós resistimos, fizemos assembleia, deu gente, e da assembleia nós fomos, em passeata, ao prédio da reitoria sem nenhuma selvageria. Não tinha quebra-quebra na nossa época, a gente não pichava nada. A gente usava os restos de bobina da A Gazeta, fita crepe. A gente pichava o papel e colava na parede. Os grupos que contrastavam a gente pichavam parede, isso era uma diferença de postura.

Nesse depoimento, notamos a ênfase positiva no comportamento tático do movimento estudantil orientado pelo PCB: pacífico e moderado. Em outro trecho de seu depoimento, “Stan Stein” (2006) afirmou que tal postura de dirigentes e militantes pecebistas universitários, como ele, emergia como influência da visão marxista adquirida por meio do PCB. Apesar disso, na administração de seu sucessor - o estudante de Direito, também pecebista, José de Arimatheia -, em 1982, outro movimento teria ganhado destaque pela ousadia dos estudantes ao invadirem o Restaurante Universitário, ocupando-o por 15 dias, e prepararem e servirem suas próprias refeições (BORG, 2014, p.103).

A organização e a participação em eventos e debates científicos e culturais também serviram para fomentar a mobilização estudantil e ao mesmo tempo eram utilizada para aproximar a militância estudantil de outros segmentos políticos e sociais. Robson Leite Nascimento, ex-dirigente pecebista universitário e vice-presidente na direção do DCE, em depoimento, apontou para esse trabalho na época da gestão “Hora de Mudar” (1981-1982):

Uma coisa que achávamos importante era fazer alianças com a sociedade. Com o Hartung, a gente tinha uma ligação com a Igreja, com D. Luís e com D. João; tinha alianças com o Sindicato dos Trabalhadores; com os partidos políticos. Quando chegou o Stan, nós fizemos a [chapa] "Hora de Mudar", porque estava uma esculhambação, e retomamos não só o projeto de fortalecer os movimentos da Universidade, mas também de nos preocupar com a sociedade, e nessa época nós trouxemos grandes palestrantes para a Ufes, como Darcy Ribeiro, João Saldanha, Teotônio Vilela. (NASCIMENTO, 2006).

Stan Stein ainda se lembrou da organização da palestra com o cientista político René Armand Dreifuss no auditório do antigo Colégio do Carmo, no Centro de Vitória-ES, que, segundo Stein, esteve lotado para assistir a apresentação da visão daquele pesquisador sobre o golpe de 1964 e o regime ditatorial instalado a partir dele (STEIN, 2007).

Entre 30 de março e 05 de abril de 1980, os estudantes realizaram na Ufes a V Sesac, evento interdisciplinar sobre saúde comunitária que, como vimos, levava estudantes capixabas ligados ao PCB aos seus encontros nacionais desde 1976. O ex-dirigente universitário Robson L. Nascimento (2016) lembrou que esse evento contou “com a participação de mais de 04 mil

peessoas, assembleias gigantes e um debate intenso, pessoas de fora, participação das pessoas da sociedade, de associações religiosas, gente da ciência, médicos [...]”.

No campo cultural, a militância pecebista deu continuidade ao movimento cineclubista que, a partir da universidade, irradiou-se e se aproximou dos segmentos populares da sociedade capixaba. Dessa forma, o ex-dirigente pecebista Antônio Claudino de Jesus, que se formava em Medicina em 1979, pelo seu engajamento na liderança do cineclubismo, adquiriu representatividade em âmbito nacional na Associação Nacional de Cineclubes. No Espírito Santo, tal movimento multiplicava suas atividades, mobilizando estudantes e diversos setores sociais. Esse ex-militante do PCB afirmou:

Eu sigo com o movimento cineclubista, viro um expoente nacional, em 79, 80, eu já sou eleito pela primeira vez presidente do movimento nacional de cineclubes, que era uma organização do movimento cultural. [...] Quando eu conheço esse movimento nacional, vejo que, na verdade, toda essa organização do movimento cineclubista nacional, toda sua estruturação e todas essas vitórias que ele havia conseguido, encontro lá, o quê? O partido organizado nacionalmente dentro desse movimento. Aí sou eleito presidente, fui reeleito algumas vezes presidente, quando, no início da década de 1980, a gente rearticula a Federação Estadual de Cineclube, a Federação Capixaba de Cineclube, já com mais de 20 municípios com cineclube organizado, vários bairros de periferia etc. e tal e fizemos um grande trabalho [...] (DE JESUS, 2015).

A experiência com os movimentos culturais universitários permitiu que no interior do PCB-ES se firmasse, inclusive, uma espécie de “núcleo cultural”. A partir do que identificamos, esse setor dialogava e transitava pelas diferentes frentes de atuação partidária, mas, principalmente, entre áreas sindical e popular, pelos bairros periféricos da Grande Vitória, mas tinha sua base entre os estudantes universitários.

Entre os militantes entrevistados, o nome do ex-dirigente partidário, Antônio Claudino de Jesus, foi sempre indicado como a principal referência. Em seu depoimento, ele se lembrou dessa espécie de “núcleo cultural” o qual liderava, com maior ligação entre os militantes do município de Vila Velha-ES e com integrantes como Kátia Moura, Eduardo I. Pignaton, Lúcia Chequer, entre outros (DE JESUS, 2015).

Para além das questões universitárias, a partir de 1978, o ME-Ufes teria se aproximado de forma mais estreita com os acontecimentos e outros movimentos que mobilizaram diversos segmentos sociais capixabas. De acordo com Moreira (2008, p.31), por meio do DCE, os estudantes se organizavam e ampliavam suas ações para além do cotidiano universitário. Assim, passaram a se aproximar e a se envolver com questões mais amplas e de interesse da sociedade e em outros espaços.

Dessa forma, os estudantes teriam atuado e liderado, junto com a Igreja Católica, por exemplo, um grande movimento de solidariedade em ajuda às vítimas da histórica enchente na bacia do rio Doce, que assolou grande número de famílias no noroeste capixaba, atingindo cidades como Fundão, Ibirapu, Colatina e Barra do Riacho. Segundo Martin (2008), esse evento trágico da história capixaba acabou aproximando a militância estudantil pecebista da Igreja Católica, tendo como elo o Arcebispo de Vitória, Dom João Batista de Mota e Albuquerque, em um espaço em que outras correntes de esquerda já estavam inseridas, como o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e grupos populares alinhados com os movimentos operários, que viriam a formar o PT, principalmente na Cáritas¹⁵⁸ da Arquidiocese de Vitória.

Nessa instituição, estudantes de Medicina filiados ao PCB-ES também já atuavam na sua Comissão de Saúde nas regiões de Cariacica e Serra, por onde também ajudaram a mobilizar recursos para os desabrigados pelas enchentes de 1979. Para Fernando J. Pignaton (2016), dirigente do Comitê Universitário e vice- Presidente do DCE,

O movimento estudantil rompeu, a Igreja tinha uma resistência e quem estava no movimento estudantil estava liderando o movimento democrático no Espírito Santo. Naquela enchente de 1979, [...] foi uma aliança do PCB, aparentemente do DCE, mas foi a hegemonia do PCB com a Igreja que mobilizou a população e preencheu uma liderança política naquela omissão que a ditadura teve, que o governo do [...] Élcio [Álvares] teve... [...] A sociedade num momento de falta de liderança, a igreja e o DCE, quer dizer, os comunistas e os católicos, em termos de liderança fizeram uma aliança e [isso] comoveu o Espírito Santo todo, preencheu o espaço de liderança institucional, inclusive, não só político [...].

A participação em lutas populares em zonas periféricas da Capital do Espírito Santo também fez parte do repertório de ações de setores estudantis articulados ao PCB-ES. Assim, por exemplo, alguns desses militantes teriam articulado a mobilização em torno da defesa dos moradores da atual região da Grande São Pedro, pelo direito de permanecerem em suas moradias construídas a partir da ocupação dessas áreas, como lembrou Stan Stein (2006):

[...] a gente acompanhava os movimentos de ocupação dos lixões aqui na Grande Vitória, tinha São Pedro, Joana D'Arc, em que havia um grande embate entre a perspectiva de vida das pessoas que se encontravam ali e o impedimento de ocupação daquele lugar sem que o governo apresentasse uma alternativa. Então era uma disputa de ordem de despejo, polícia, fiscal da prefeitura para retirar... Mas e aí? Retirar e colocar onde? A gente já participava, muitas vezes junto com eles,

¹⁵⁸Cáritas Brasileira faz parte da Rede *Caritas Internationalis*, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Cáritas foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal. Atua com diversas cores e sotaques, com uma mística e um trabalho ecumênicos. Seus agentes trabalham junto aos excluídos, muitas vezes em parceria com outras instituições e outros movimentos sociais. Para mais informações, ver Vescovi (2007).

fazendo resistência, se colocando na frente de trator, não deixando fazer a demolição. Não que a gente defendesse a ocupação do mangue. A gente era favorável à preservação do mangue. Mas éramos contra a remoção daquelas famílias como sendo uma simples remoção de lixo. Internamente, a nossa discussão passou por vários aspectos.

Em 1979, também, o DCE apoiou os trabalhadores na greve da Construção Civil. Novamente, juntos com a Igreja, setores estudantis do PCB teriam se solidarizado com os trabalhadores mobilizados (MOREIRA, 2008).

Outro evento importante que aproximou a militância estudantil com as lutas sociais no Espírito Santo teria sido a mobilização contra a instalação de uma usina de beneficiamento de Urânio no município de Aracruz-ES. Entre 1979 e 1980, a militância pecebista participava do Comitê Capixaba Contra a Implantação de Usinas Nucleares, órgão suprapartidário que organizou a sociedade civil nas manifestações e atos do movimento. Entre os argumentos utilizados por esse comitê para justificar a mobilização da sociedade capixaba contra a decisão do governo, articulava-se o caso da falta de democracia e, assim, as manifestações se inseriam em uma luta “maior”, em uma luta democrática, bem à linha política do PCB. Assim aponta o órgão:

A poluição atômica, o controle da tecnologia e os altos preços pagos aos alemães, enfim, todo esse favorecimento ao imperialismo, são discussões que só fazem sentido se colocadas dentro de uma luta maior, que é a efetiva participação do povo nas decisões de nosso município, nosso Estado e de nosso País, participação essa que vai ser através da conquista de uma democracia autêntica, onde [sic] o povo seja realmente dono dos seus destinos (COMITÊ..., 1980, f.2).

Entre 1980 e 1981, realizaram-se diferentes tipos de mobilização em torno da campanha contra o lixo atômico no estado. Em outro trecho do documento supracitado, temos um indício acerca da popularidade desse movimento ao firmar que mais de “[...]10 mil pessoas fizeram um grande Ato público em protesto contra a implantação de usinas nucleares [...]” (COMITÊ..., 1980, f.1). Antônio Claudino de Jesus (2015) afirma que, além da passeata, os estudantes utilizaram sua experiência com o cineclube, pelo qual teriam rodado “filmes em todos os municípios [...] sobre a desgraça que é uma bomba e a desgraça que é a irradiação nuclear [...]”. Na visão de Ildeberto Muniz de Almeida (2016), as mobilizações sociais em torno das enchentes e contra o lixo atômico em 1979 teriam sido importantes para o PCB, pois elas “tinham forte presença de militantes e abriam oportunidades para novas tentativas de expansão da influência política e do partido propriamente dito”.

As lutas pelas bandeiras democráticas, como pela Anistia e pela Constituinte, também foram importantes na história do partido no Espírito Santo, o qual também teria, em um primeiro momento, atuado a partir de sua militância estudantil.

Assim, a militância estudantil do PCB-ES teria se envolvido e contribuído na organização de atos na Grande Vitória-ES e formulado eventos para sensibilizar e conscientizar a sociedade capixaba. Conforme Ildeberto Muniz de Almeida (2016), o PCB, via DCE, sempre incentivou a organização de palestras e debates nos quais procurava influenciar a escolha de convidados com destaque nacional na discussão dos temas. Para isso, o auditório do Colégio do Carmo, já citado, foi usado em muitos momentos. Para Ildeberto, um dos momentos de maior mobilização e emoção na luta pela anistia no E.S. envolveu a vinda do Senador Teotônio Vilela ao estado. Fernando J. Pignaton (2016) se lembrou de festas e acampamentos, como o que teria sido organizado pela militância do PCB em Nova Almeida (Serra-ES), o qual reuniu cerca de 1.000 pessoas em um terreno da família de um militante chamado Luis Carlos Bezerra, com o objetivo de “[...] mobilizar gente, aquele espírito de acampar, muito namoro, som, era a festa da juventude, era a juventude [...]”.

A organização no movimento estudantil também serviu para aproximar jovens estudantes, e nesse caso, entre outros, aqueles ligados ao PCB-ES ao campo das disputas político-partidárias capixabas. Assim, o movimento estudantil, já em 1978, teria se envolvido na campanha pró-candidatos do MDB¹⁵⁹. No dia 13 de novembro, antes mesmo da retomada das atividades do DCE, estudantes foram às ruas em passeata, partindo da Catedral de Vitória (Centro da Cidade), de uma missa em celebração à libertação do estudante pernambucano Cajá, membro da pastoral de Recife-PE, prisão que sensibilizou a Igreja e a imprensa de todo o País. No entanto, para além dessa questão específica, a mobilização criticava o governo militar, a carestia, reivindicava a Anistia e manifestava o apoio a candidatos emedebistas capixabas, como Max Mauro, para Deputado Estadual, e Berredo de Menezes, para o Senado. Sobre esse evento, Fernando J. Pignaton (2016) cita o ato e a repressão policial que recaiu sobre o movimento o qual tomou as ruas de Vitória:

A gente fez uma caminhada pela Rua Gama Filho, perto das eleições, que era Erasto Aquino, Max Mauro, Berredo. A gente fez uma caminhada, e nós tomamos uma reprimida. Foi uma passeata grande, mais de 1.000 pessoas, perto das eleições. Rapaz, nós tomamos tanta porrada, os caras pegaram a gente na Jerônimo Monteiro ali, nós subimos, por ali, atrás da Praça Oito assim, saindo pelo viaduto, descemos a

¹⁵⁹ Veremos, mais adiante, que vários jovens militantes do partido também buscaram militar no interior da Juventude MDB e depois, principalmente, no PMDB Jovem.

[rua] Gama Rosa, aí eles passaram por lá e meteram porrada mesmo. Acabou tudo. Foi muita porradaria naquele dia.

Com base nesses fatos e, principalmente, no controle exercido pela militância universitária do PCB-ES sobre o DCE-Ufes em três dos cinco pleitos realizados, entre 1978 e o início de 1985, podemos considerar que o partido, através de seus personagens e suas lideranças estudantis, conseguiu alcançar significativa influência sobre o setor pelo menos até 1983.

Analisando mais especificamente a vitória com ampla margem de votos da “Chapa Construção”, capitaneada por Paulo Hartung em 1978, Moreira (2008, p.35) explica esse resultado – mais de 70% dos votos, isto é, mais de 6.000 alunos – como fruto da eficiência das estratégias de propaganda e divulgação das plataformas políticas daquela chapa. Além disso, considera o acerto da tática eleitoral utilizada por aquele agrupamento de estudantes como fundamental. Ao propor uma diretoria que tentava contemplar todos os Centros de Ensino da Universidade, os pecebistas teriam formado uma *ampla aliança*, que deu respaldo à representatividade dos candidatos junto a estudantes de diferentes cursos e áreas.

Na verdade, tanto os estudos de Moreira (2008), quanto os de Martin (2008), ao abordarem o ME-Ufes a partir do final da década de 1970 e se depararem com o PCB-ES, estavam mais interessados em um determinado grupo de estudantes que nele atuava. Nesse caso, buscaram reconstruir a trajetória de um “agrupamento” que, segundo esses autores, emergiu do movimento estudantil e ascendeu aos postos de poder no Espírito Santo a partir da década de 1980 e 1990. Nessa perspectiva, consideram que, depois de liderarem o processo de reabertura dos DAs a partir de 1975, a “conquista do DCE”, em 1978, seria o primeiro passo de uma espécie de “saga vitoriosa” desses atores na vida política espiritossantense.

Interpretando esse caminho, Moreira (2008) e Martin (2008) afirma que, de uma forma geral, os personagens os quais constituíam tal “grupo”, por suas características pessoais, sua formação política, intelectual e profissional, e sua solidariedade de grupo, foram capazes de emergir das lutas político-universitárias capixabas na década de 1970, para se tornarem, nas décadas seguintes, um grupo de poder, um setor influente da elite capixaba, o que possibilitou a sua inserção nos mais diversos espaços da vida político-partidária local e regional. Seu ápice

teria sido a chegada de sua principal liderança ao comando do Executivo Estadual: Paulo César Hartung Gomes, eleito Governador em 2002¹⁶⁰.

Novamente, consideramos necessário realizar um esforço analítico que contemple outros fatores os quais teriam possibilitado, em certa medida, esses militantes do PCB-ES avançarem sobre os espaços do movimento estudantil a partir de 1978, permitindo a liderança de alguns movimentos e o controle de suas entidades, pelo menos até 1983.

Nessa direção, institucionalmente, consideramos importante lembrar que, em 1979, foi revogado o decreto-lei 477/69, que cerceava as liberdades políticas dos estudantes brasileiros¹⁶¹. Segundo Borgo (2014, p.101), no caso da Ufes, isso teria dado novo alento aos diretórios na representação estudantil, reduzindo as restrições e ameaças legais e dando mais possibilidades de atuação. Assim, entendemos que, diante dessas alterações no arcabouço jurídico-legal, as diferentes correntes políticas que militavam na universidade, inclusive dos setores do PCB-ES, puderam expandir suas ações.

Por outro lado, exemplificando o caráter “gradual” e “seguro”, as medidas repressivas do regime militar ainda se faziam presentes, expondo os limites da “abertura política” que afirmava em processo. Assim, por exemplo, para além da reação da Polícia Militar capixaba à passeata estudantil, que destacamos anteriormente, devemos lembrar que a AESI/Ufes se manteve em funcionamento no interior do *campus* universitário até 1986. Como verificou Fagundes (2013, p.20), enquanto parte das AESI/ASI findavam seus trabalhos em âmbito nacional, na Ufes, o órgão continuou em atividade, e a partir da reabertura do DCE/Ufes, monitorou, cotidianamente, assembleias, passeatas, reuniões, a participação dos dirigentes na campanha pela Anistia, eleições, e executou o confisco de material de propaganda das tendências do movimento estudantil¹⁶².

No entanto, no caso da militância do PCB na universidade, a sua capacidade de adaptação e convivência como setor de oposição ao regime diante dos órgãos e autoridades representantes da ditadura militar se manteve, ou ganhou novos elementos. Nessa direção, seu

¹⁶⁰ Paulo Hartung se reelegeu para o mandato 2006-2010. Em 2014, foi novamente eleito para o mesmo cargo, o qual ocupa atualmente. Os estudos citados trabalham com a trajetória do “grupo Hartung” durante o período de 1976 a 1992, quando, nesta última data, Hartung foi eleito Prefeito de Vitória-ES, capital do estado. No entanto, considerando que parte dos personagens identificados pelos pesquisadores como membros do “grupo” continuou sob a órbita de poder do atual governador, seria possível acrescentar o comando do Executivo Estadual como ato contínuo àquelas carreiras políticas.

¹⁶¹ O decreto-lei 477/69 foi revogado pela lei 6.680 de 16 de agosto de 1979. Junto com ele também foi anulado decreto-lei 228/67, que estabelecia regras restritivas a organização das entidades de representação estudantil.

¹⁶² Vale destacar que, entre 1975 e 1986, a Delegacia de Ordem e Política Social do Espírito Santo (DOPS-ES) manteve o monitoramento das atividades do ME no Espírito Santo, como identificou Athaydes (2016).

comportamento moderado e pacífico reduzia o estigma do “estudante radical-subversivo” diante da reitoria. A manutenção dessa linha de ação que se enraizou no processo de reorganização partidária e refletia as orientações da linha política geral pecebista corroborou para que seus militantes mantivessem seus canais mais abertos e de proximidade com as instâncias de poder universitárias. Estas, por outro lado, continuaram abrindo um campo de possibilidades, quando não de proteção, às ações de setores moderados nos *campi*.

Depois da reitoria de Manoel Ceciliano Salles de Almeida (1975-1979), que já teria “favorecido” à militância dos setores de esquerda moderados, assumiu outro nome também definido pelos ex-militantes pecebistas como possível facilitador das atividades do partido na Universidade: Rômulo Augusto Penina (1980-1984). Eduardo I. Pignaton (2015) é enfático ao afirmar que, com “Penina”, o que seria a “ala do Claudino [...] teria trânsito dentro da universidade, e a universidade abria portas pra essas pessoas militarem aí [...]”. O próprio Claudino de Jesus (2015) nos dá uma direção dessa relação com os espaços institucionais da Universidade empreendida por ele e pela militância pecebista, que para além de uma proteção, servia-lhes de estrutura para o envolvimento com outros segmentos e movimentos da sociedade capixaba:

De lá [da Ufes] a gente irradiava. Lá a gente tinha proteção, tinha estrutura para trabalhar com os outros segmentos. A gente trabalhou de tudo. Diante do depósito de lixo lá em Aracruz, estávamos nós lá na frente da luta [...]. No Sindiupes, Myrthes Bevilacqua. A primeira greve de professores [...] no Estado, na época, apoiamos, mobilizamos. Pegávamos a máquina de passar filme, rodávamos todo o interior mobilizando os professores.

Vale destacar que o próprio Antônio Claudino de Jesus (2015) incorporou o quadro profissional da universidade, depois de formado em 1979, tornando-se professor do CBM-Ufes, e chegou a ser assessor da sub-reitoria universitária, e segundo nos contou, era para “poder dar sequência ao movimento cultural”. Ademais, entendemos que o apoio e a proteção dados pela reitoria universitária aos estudantes no caso do “acampamento de resistência” de 1978, em reação à repressão da Polícia Federal naquele caso, são exemplares do nível de aproximação, acomodação e tolerância que demarcavam as relações entre estudantes de postura moderada ligados ao PCB e à tendência *Unidade* para com a direção da Ufes.

Por outro lado, o controle do DCE concedia uma série de recursos políticos que poderiam ser utilizados em prol de sua militância. O ex-militante Dunga mencionou o papel central que a

ocupação daquele espaço institucional tinha para a ação política do Comitê Universitário pecebista:

[...] nós começamos a ganhar DCEs, os Das, toda a máquina de poder. A gente foi ocupando esses espaços. Naquela época, ter o Diretório era ter o aparelho na mão. Naquela época usava como aparelho mesmo. Pra você ter infiltração dentro da comunidade, infiltração naquele ambiente político, pra você trazer mais gente no partido e ganhar simpatizantes principalmente pra poder [...].

Nesses termos, consideramos possível que os recursos políticos e táticos partidários e as condições das relações institucionais em que atuavam nos ajudem a vislumbrar o panorama que teria permitido certo avanço da militância pecebista no ME-Ufes, principalmente entre 1978 e 1982. Ao mesmo tempo, consideramos importante enfatizar que o processo que marcou a retomada das lutas e organizações estudantis, ao contrário do que fizeram outros pesquisadores (MOREIRA, 2008; MARTIN, 2008), deve ser pensado como resultado da ação de múltiplos atores e correntes políticas que atuavam na universidade, como os já citados PCdoB, Libelu, MR-8 e AP.

A partir de 1982, encontramos indícios que apontam para um aparente declínio da militância universitária pecebista. Alguns documentos, em tom de autocrítica, apresentam, por exemplo, o que seria uma mudança na condição da inserção do partido entre os estudantes, indicando a perda de organicidade e a desarticulação das atividades no setor.

Nessa direção, o CE-ES criticou os setores internos do partido que, segundo acusava, defendiam a “diluição” da organização no interior do PMDB e negavam a necessidade de “organicidade dos comunistas” nas lutas diárias, em 1982. Para tanto, a direção estadual pecebista apontou os resultados negativos da aplicação daquela formulação em alguns movimentos e espaços políticos e sociais, e entre eles, o próprio movimento estudantil, indicando:

[...] a incapacidade de realizar ações coordenadas, posturas divergentes entre si, o atropelo da ação política pelos fatos, aquela indo a reboque destes [...]. Um exemplo gritante disso foi a atuação que o P. teve no recente movimento de massa na área estudantil. Com efeito, como já se afirmou a tempos, a vida prática é que define a justeza (ou não) de uma teoria (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, set. 1982, p.03-04).

Continuando seu balanço autocrítico, o CE-ES avaliava que o PCB-ES conseguia, mesmo com dificuldades, manter-se influente nas frentes políticas e sociais a que se dedicava naquele momento, isto é, na área sindical, comunitária, partidária legal. No entanto, alertava sobre “certo desgaste na área estudantil” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1982, p.09).

É importante considerarmos que, no contexto em que são produzidas essas reflexões, a militância estudantil pecebista teria acabado de retomar o controle formal do DCE. Isso, porque, depois da primeira gestão naquele órgão, liderada pelo estudante Paulo C. Hartung Gomes no final de 1979, o vice-presidente do diretório na época, o estudante de Medicina Fernando João Pignaton – vice-presidente na gestão anterior –, não conseguiu suceder a presidência, e perdeu as eleições daquele ano para a chapa “Alternativa”, liderada pelo estudante de Engenharia Luiz Cláudio Ceolin, conhecido como “Shaolin”, já articulado com setores que dariam origem ao PT no Espírito Santo. Segundo Martin (2008, p.54), esse fato já manifestava o embate no campo da esquerda capixaba na universidade, o qual se ampliava nos movimentos sociais do Espírito Santo, entre segmentos ligados ao PCB e aqueles que formariam o PT. Para nós, também indica que o panorama de predomínio “inquestionável” da militância ligada ao partido não era uma realidade no início dos anos 1980, e a presença de outras propostas políticas para o movimento ganhava força.

Esse aspecto, inclusive, ficou mais evidente em 1979, quando houve o processo de reconstrução da UNE, tendo como marco o seu XXXI Congresso, em Salvador-BA e a eleição para uma nova diretoria em maio e em outubro daquele ano, respectivamente. Nesse contexto, as diferentes tendências políticas do ME-Ufes demarcavam suas posições em torno das chapas que se organizaram para concorrer à Executiva nacional da entidade. Dessa forma, os estudantes ligados ao PCB se identificavam à tendência *Unidade*, com uma postura e um discurso político moderados, portando, que o permitiram ser taxado de “reformista” por alas mais à esquerda do movimento. Dessa forma, eles recebiam uma forte resistência dos estudantes ligados ao PCdoB, à Libelu, ao MR-8 e à AP com posições e discursos mais radicais em relação às perspectivas de luta naquele momento.

Durante as eleições, as disputas se polarizaram entre os que apoiavam a chapa “Unidade”, presidida por Paulo Massoca, e aqueles que apoiavam a “Mutirão”, liderada pelo estudante baiano Ruy César e que, ao final, saiu vitoriosa¹⁶³ (MOREIRA, 2008, p.44).

¹⁶³ Apesar desse cenário na correlação de forças políticas no ME-UFES às vésperas das eleições da UNE de 1979, como vimos anteriormente, a posição da direção estadual pecebista e do seu Comitê Universitário se desviou da orientação do CC do partido. Naquela ocasião, a direção nacional do PCB havia pautado a união de esforços de sua militância estudantil pela candidatura de Paulo Massoca com a chapa “Unidade”, que contava com o apoio de setores estudantis do MR-8 para concorrer contra as chapas “Mutirão”, “Novação”, “Libelu” e “Maioria”. Porém, no Espírito Santo, os dirigentes pecebistas encaminharam o apoio independente à chapa “Mutirão”, que trazia o nome do estudante baiano Ruy César Costa e Silva como candidato à presidência da UNE e reunia um amplo arco de forças políticas que, inclusive no estado, disputavam o movimento com os estudantes do PCB, entre eles, lideranças do PCdoB. Tal atitude teria sido o fator que provocou uma tentativa de intervenção do CC no CE-ES e no CU-ES, no ano seguinte.

Nesse contexto de disputas, a derrota eleitoral dos pecebistas para o DCE em 1979 nos leva a questionar até que ponto a gestão pecebista a qual reabriu o DCE por meio da chapa liderada por Paulo Hartung, vitoriosa em 1978, teria, de fato, alcançado a representatividade e a força as quais os trabalhos de Moreira (2008) e Martin (2008) enfatizam. Fernando J. Pignaton (2016), derrotado na disputa, sutilmente utilizou a expressão “manobras” para indicar a forma como ocorreu a vitória da chapa “Alternativa”, liderada por Ceolin. Kátia Moura (2007), ex-militante do PCB, também atuante no movimento estudantil e cultural capixaba, afirmou que o caráter reformista da gestão de 1979 teria afastado a militância estudantil pecebista dos universitários, os quais recebiam uma influência mais forte de grupos afinados com posturas mais radicais no movimento, entre eles, aqueles que se aglutinaram para a formação do PT. Diante dessas informações, parece que o caráter moderado e pacífico, apesar de aproximar a militância da gestão universitária, já não encontrava tanta ressonância, como teria ocorrido mais significativamente até 1978.

As gestões de chapas pecebistas eram questionadas também por seu caráter centralista e antidemocrático. Moreira (2008, p.43) apurou que, durante o ano de 1979, a gestão do DCE, comandada por estudantes ligados ao PCB, foi acusada pelos setores estudantis do MR-8 e da AP, de deliberar as decisões nas Assembleias de forma pouco democrática, sem diálogo com as outras forças políticas. Essa, inclusive, seria uma das mais fortes críticas que, talvez, levaram à aglutinação de forças contra os setores estudantis identificados com a *Unidade* e o PCB, impondo-lhes uma derrota para o DCE nas eleições de novembro de 1979.

Nas narrativas dos ex-militantes do partido que atuaram nesse cenário, suas reminiscências indicam tais práticas, o que nos leva a vislumbrar a contradição entre um discurso oficial da “unidade de forças”, da democracia, e a prática centralizadora na relação das lideranças estudantis pecebistas com o ME-Ufes.

O aspecto centralizador da construção da gestão e dos próprios direcionamentos influenciados pela militância pecebista no ME-Ufes foi apontado por Moreira (2008, p.85), o qual identificou que os temas e pautas de assembleias estudantis e demais reuniões já tinham uma decisão tomada de forma precedente e intrapartidária, antes mesmo de serem levados aos plenos. Assim, a maioria das propostas previamente pensadas e encaminhadas pelo DCE sob a liderança pecebista era aprovada nas assembleias. Quando questionadas e rejeitadas, segundo apurou aquele Moreira, os militantes e dirigentes estudantis do PCB manobravam estrategicamente os plenos a fim de consolidar as propostas influenciadas política e teoricamente pelo partido.

Seja como for, nas eleições diretas de 1979, as lideranças estudantis pecebistas, apesar do discurso democrático e de unidade, viram-se derrotadas e questionadas na organização das lutas do movimento estudantil, impedindo o objetivo de dar continuidade ao controle do DCE. Segundo a leitura oficial dessa gestão, o estudante “Shaolin” encontrou dificuldades internas em sua diretoria para se manter no cargo de presidente do DCE. Assim, acabou renunciando e sendo sucedido por Cláudio Zanotelli (BORGGO, 2014, p.101).

Para Martin (2008, p.54), durante o ano de 1980, o DCE teria perdido a proximidade com a sociedade e passado por um momento de desestruturação. Esse aspecto é meramente reproduzido sem questionamentos pela pesquisadora a partir dos discursos de seus entrevistados, todos ligados ao PCB e de oposição àquela gestão. Talvez tal interpretação tentasse justificar o fato de que, no final de 1980, o “grupo” ao qual dedica o seu estudo chegasse novamente à direção da entidade. Nas eleições daquele ano, o estudante de Direito Estanislau Kostka Stein assumiu a presidência do DCE com a chapa “Hora de Mudar” – com 60% dos votos –, formada ainda por Robson Leite Nascimento (Vice), ambos do PCB. Com essa vitória, recolocaram-se setores pecebistas na direção formal da entidade até abril de 1982.

Para Claudio Zanotelli, que presidiu o DCE em 1980, ao contrário das lideranças pecebistas “reformistas”, sua direção não contou e nem teria buscado o apoio da reitoria, o que teria dificultado a gestão, como relata:

Nós éramos radicais, pelo menos no discurso, então a gente organizou piquetes, manifestações, greves, enfim. A "Reforma", como a gente dizia, fazia compromisso com a reitoria, nós não queríamos compromissos. Tanto que quando a gente entra no DCE fomos tratados a pão e água, somente tinha o espaço físico, não tinha mais nada. Isso de certa maneira nos ajudou, pois queríamos autonomia em relação à direção da Universidade. Eles tinham uma espécie de desconfiança total da gente (ZANOTELLI, 2007).

Em abril de 1982, outro pecebista, o estudante de Direito José de Arimathea Campos Gomes, conseguiu manter os setores estudantis ligados ao PCB no comando do órgão.

Diante desse quadro, consideramos que, possivelmente, a leitura do CE-ES, em 1982, sobre a falta de organicidade e a desarticulação da militância estudantil pecebista fosse influenciada pela derrota das eleições de 1979 e pela visão sobre a crescente participação no ME-Ufes de estudantes que já recebiam influências de setores originários do PT. Situação essa que representaria uma ameaça à posição alcançada pelos militantes estudantis pecebistas a partir de 1978.

Em 1984, a leitura crítica sobre as fragilidades do PCB no ME-Ufes se tornaram ainda mais duras no discurso oficial do partido. Em maio desse ano, outro documento nos dá indicativos da pouca participação de estudantes no PCB e de um recuo das atividades partidárias no setor jovem universitário capixaba. Assim, ao tratar da direção anterior, provavelmente referindo-se àquela que foi eleita na Conferência Estadual do PCB-ES, no primeiro semestre de 1982, um novo CE-ES afirmava que,

de fato, tratava-se de uma direção eleita por uma *conferência de maioria estudantil, hoje quase ausente do Coletivo*. Nesse período, a composição social e [a] proposta política mudaram significativamente. [...] *Porém, ao mesmo tempo registrou-se um aumento da debilidade no trabalho juvenil, particularmente entre os estudantes universitários, que precisa ser imediatamente retomado dentro de uma nova política* (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1982, p.2, grifo nosso).

Concorre para essas análises a possível perda de espaços do PCB no movimento estudantil capixaba para segmentos ligados ao PT. Assim, nas eleições de 1983, por exemplo, setores do partido não teriam conseguido fazer sucessor a José de Arimathéia Campos Gomes na presidência do DCE. Mais do que isso, assistiu-se à entrada definitiva da militância petista na direção do ME, a qual fez vitoriosa a chapa “Oposição”, liderada pelo estudante de Educação Física Arthur Sérgio Rangel Viana (MOREIRA, 2008, p.45).

Apesar das dificuldades e dos questionamentos sobre a força do PCB-ES no movimento estudantil universitário capixaba, entre 1978 e 1985, não podemos desconsiderar que é a partir dele que o partido ganha forma, inicialmente, e tem sua principal fonte de militantes no estado. Ao mesmo tempo, consideramos que a ocupação da direção do DCE-Ufes – entre outras entidades de representação estudantis setoriais (CAs e DAs) e institucionais (Conselhos Universitários) – serviu ao partido como um canal institucional legal que permitiu à sua militância se inserir e se aproximar de outros espaços e segmentos sociais e políticos capixabas, não sem a resistência e as críticas de tendências e organizações que lhe implicaram recuos e derrotas. Portanto, foi por esse caminho que a atividade militante pecebista expandiu seus horizontes de luta política e abriu novas possibilidades de militância no Espírito Santo.

Assim, além dos movimentos de massa que mobilizaram a sociedade capixaba em torno de bandeiras democráticas como as da Anistia, em apoio ao MDB, e de problemas específicos do Estado – como as enchentes, a luta contra o lixo atômico, contra a desocupação de moradores de áreas periféricas –, o partido também buscou se inserir em outros espaços, como associações de moradores, sindicatos, órgãos públicos e partidos políticos, paralelamente ao trabalho no setor universitário. Nesse caso, isso ocorreu, principalmente, por parte daqueles

militantes que terminavam suas experiências acadêmicas e buscavam se firmar na militância política por outros caminhos.

6.2 O PCB-ES E OS MOVIMENTOS POPULARES NA GRANDE VITÓRIA-ES

Uma das frentes de atuação do PCB-ES a partir de 1978 se concentrou junto aos movimentos populares da região metropolitana de Vitória (ES), e, mais especificamente, em suas associações de moradores e nos movimentos comunitários. Grande parte dos nossos entrevistados enfatizou esses espaços como arenas privilegiadas da militância política pecebista entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980.

Nessa direção, verificamos que os municípios de Serra-ES e Vila Velha-ES foram aqueles nos quais o partido mais se desenvolveu em termos de organização e atuação. Assim, alguns bairros dessas cidades se tornaram redutos importantes de *células* do PCB-ES, abrindo possibilidades para o recrutamento de lideranças locais para os quadros partidários e para a expansão da influência política do partido.

De acordo com a visão de alguns de seus ex-militantes, a partir do final da década de 1970, o PCB-ES funcionou como um dos motores responsáveis pela mobilização e organização dos movimentos populares e de suas associações de moradores na Grande Vitória-ES. O ex-militante Fernando J. Pignaton (2016) interpretou o processo assim:

O PCB tava surgindo no movimento estudantil, pulou para o movimento sindical, pulou para o movimento popular, e acabou sendo uma peça que impulsionou os movimentos. Não teve força política que impulsionou tanto os movimentos comunitários em Vila Velha e na Serra que eram mais fortes do que em Vitória. [...] Vitória era mínimo, era muito órgão, muita cooptação, se formou muito depois. [...] Eu tô [sic] pra te dizer, o PCB foi muito importante na formação dos movimentos da Serra e da Federação de Moradores da Serra, e uma força muito importante aqui em Vila Velha, até mais importante que a Igreja.

Explorando os documentos partidários, encontramos referências específicas sobre o funcionamento de um trabalho organizado do partido nos movimentos de bairro no Espírito Santo. Como já verificamos, no interior da estrutura partidária, existia um *Comitê de Mobilização Popular* que ramificava suas bases nos municípios da Grande Vitória-ES, com a formação de seções municipais e *células* que se espalhavam por diversas comunidades. Nas narrativas de nossos entrevistados ainda foram apontadas a organização de reuniões e grupos de estudo, desde os organismos de base até as instâncias superiores do setor, como a

realização de conferências, reunindo, possivelmente, os delegados indicados pelas células partidárias dessa frente de atuação.

Assim, provavelmente entre o final de 1981 e o início de 1982¹⁶⁴, ocorreu uma “Conferência do Setor Popular”. Nesse encontro, construiu-se um documento a partir do qual tentamos traçar algumas linhas do panorama de organização e trabalho que constituíam a Seção Popular do PCB-ES.

Dessa forma, na “pauta” do encontro, previa-se a discussão em torno da “atuação do partido”, da militância, em que destacamos a preocupação com o “recrutamento”, com o “papel pedagógico”, e com a “atuação concreta no movimento popular”. No campo das reivindicações, apontava-se a questão de “moradia, distribuição do solo urbano, transporte, saúde” e as “formas de luta para cada caso anterior”. Em questões mais amplas, propunha a reflexão dos delegados acerca da perspectiva em torno da “organização [do] Movimento Popular em nível nacional”. Sobre a organização do setor popular pecebista, há um indicativo da existência de “entidades, comissões de bairro, grupos de operários, mulheres, jovens, para questões específicas, como, saúde, transporte, saneamento, confronto com órgãos públicos e grandes projetos”. Ademais, colocava-se como atividade daquela reunião a própria “eleição da direção do setor popular” e “de delegados à Conferência Estadual do PCB”, que ocorreria em abril de 1982. Para esse ano, ainda, como previsto, o grupo de dirigentes do setor deveria discutir as perspectivas em torno das eleições gerais (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, [1981-1982?]).

Naquela circunstância, o partido fazia sua leitura acerca do papel dos movimentos populares no seio de uma conjuntura que considerava socialmente marcada pela carestia e o pelo desemprego e em um quadro de recessão econômica. Nesse momento destaca-se o índice de desempregados no setor metalúrgico capixaba – “25% dos trabalhadores” – a insegurança no emprego e o aprofundamento da precarização das condições de vida do trabalhador (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, [1981-1982?]). Com isso, a leitura do partido era:

[...] em todo país e em cada local de moradia [há] um novo momento de organização e conscientização do povo, através dos sindicatos, associações, atividades diversas, etc.

¹⁶⁴ Encontramos um documento de título “Conferência do Setor Popular” não datado. No entanto, explorando seu conteúdo, sugerimos tal periodização visto que no texto há alguns indícios que apontam para tal datação. Por exemplo, na “pauta” do encontro se apresentava a discussão em torno das perspectivas do movimento popular para as eleições de 1982, incluindo as teses do CC para o VII Congresso e para a Conferência Estadual do PCB, os quais teriam os plenos no decorrer de 1982.

O movimento popular tem tentado responder algumas questões mais sentidas hoje, seja a luta pela saúde, pelo saneamento, contra o aumento abusivo das prestações do BNH [Banco Nacional de Habitação], contra o aumento das passagens, pelo direito a moradia, etc. [...] (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, [1981-1982?]).

A militância em áreas periféricas marcadas por um alto índice de problemas socioeconômicos parece ter sido o norte de instalação das bases do PCB-ES nos bairros da Grande Vitória – ES. O ex-dirigente do PCB, Fernando J. Pignaton (2016), morador do bairro Glória na época, em Vila Velha, e onde também atuava entre finais da década de 1970 e início dos anos 1980, afirmou que esse foi o período em que “explodiram” os movimentos populares nesse município.

Para Pignaton, essa situação emergiu do quadro de calamidades que afetaram um grande contingente de trabalhadores os quais buscaram moradia na cidade a partir do momento em que eram contratados por empresas na Grande Vitória-ES. Nesse contexto, teria atuado o advogado Vasco Alves de Oliveira Junior, conhecido como “Vasquinho”, que se tornou prefeito de Vila Velha nas eleições de 1982, pelo PMDB (PIGNATON, 2016).

Em seu depoimento, o, à época, advogado da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória¹⁶⁵ fez uma retrospectiva de sua aproximação com os movimentos sociais no final da década de 1970:

[...] em 1975, passei a atuar como advogado da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, convidado pelo arcebispo Dom João Batista Albuquerque, pra defender essas pessoas mais sofridas, essas pessoas que pelas circunstâncias eram comprimidas a ocupar um pedacinho de terra pra tirar os filhos do sol e da chuva. Então, essas pessoas eram atraídas pelos projetos sociais e econômicos pela CST, ARACRUZ, VALE e vinham aos montões, porque nessa época, o Brasil vivenciou um êxodo rural fortíssimo, e essas pessoas ficavam na periferia, muitas vezes sofrendo uma violência muito forte da polícia e de grupos também de milícias. E foi aí que a Igreja achou que deveria tomar as dores dessas pessoas, e então ele me convocou, como cristão, para advogar na Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, e eu atuei. Nesse atuar a Igreja desenvolveu uma pastoral muito intensa no sentido de que os cristãos não ficassem só olhando aquela injustiça, mas que os cristãos tivessem uma presença na atividade política do país [...] (OLIVEIRA JUNIOR, 2016).

No município de Serra-ES, onde também houve uma significativa presença do PCB-ES nos movimentos populares da região, o processo de construção do setor popular pecebista a partir do final da década de 1970 também refletiu a realidade dos grandes problemas que assolavam a população. Assim nos narrou o ex-militante pecebista César Colnago (2016), um estudante

¹⁶⁵ A Comissão Justiça e Paz foi criada pelo Papa Paulo VI em 1967, mas somente em 1980 iniciou seus trabalhos na Arquidiocese de Vitória. Sua filosofia de trabalho foi de posicionar-se na defesa da justiça e dos direitos humanos, colocando-se ao lado dos injustiçados, sempre em sintonia com o bispo e as opções da Igreja. Para mais detalhes, ver Vescovi (2007).

de medicina, naquela época, que havia entrado na Ufes em 1977. Segundo lembrou ele, quase que imediatamente à sua entrada no partido, teria sido “designado” para as lutas populares da seguinte forma:

Por uma orientação do partido nós montamos uma base no município da Serra, porque era um município que se industrializava fortemente, tinha muitos operários, e tinha muitos problemas sociais, muitos problemas de infraestrutura, e de todos os problemas consequentes da condição de vida, e do nosso sonho de realizar, evidentemente, a luta pela instalação do socialismo, à época.

Porém, nos primeiros anos da década de 1980, o PCB-ES indicava, no geral, suas dificuldades na militância junto aos movimentos populares capixabas. Em primeiro lugar, apontava para frágeis inserção e participação ativa junto aos moradores e problemas específicos dos bairros, alertando certo distanciamento em relação às demandas cotidianas e urgentes desses locais. Dessa forma, em tom de autocrítica, o setor popular do PCB-ES caracterizava sua militância naquele momento assim:

Relativamente à militância, via de regra nos ‘definimos’ – até por força das circunstâncias – como agentes. Isso nos leva, quase sempre, *a nos assumirmos como estranhos, e faz com que percamos a oportunidade de vivenciarmos os problemas e a intimidade dos bairros*. Por este motivo, observamos entre nós uma **prática estreita**, a qual admite o comportamento de **irmos aos bairros “assinar o cartão de ponto”** (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, [1981-1982?], grifo nosso).

O risco de uma atuação de tal natureza, na perspectiva do partido, era a incapacidade de sua militância veicular a ideologia que o tirasse da imobilidade e que direcionasse “a participação das mais amplas massas de trabalhadores”. Para suprimir tais dificuldades, a orientação das lideranças do setor popular pecebista era para que seus militantes exercitassem mais sua “vida nos bairros”, tornando o partido mais presente no cotidiano, sendo “necessário ampliar o nível da militância tanto quanto possível e sempre que possível” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, [1981-1982?]).

Nessa direção, Antônio Claudino de Jesus (2015), morador do bairro Guadalajara, em Vila Velha-ES, onde, junto com os “irmãos Emmerich” – Nilton e Paulo –, mantinham uma base do PCB no início dos anos 1980¹⁶⁶, lembrou que o caminho inicial para o trabalho nos bairros deveria partir do lugar onde se morava, nos seguintes termos:

¹⁶⁶ Essa informação foi concedida, em depoimento, por Eduardo I. Pignaton (2015). Felício Corrêa Costa Neto (2016), também ex-militante do PCB-ES, lembrou que o dirigente do CE-ES na época, Antônio Claudino de Jesus, também atuou em outros bairros por meio da realização dos cineclubes, como em Jardim Marilândia - Vila Velha-ES.

[...] a gente tinha que participar no nosso bairro das lutas do bairro. [...] então a gente se inseria dentro das comunidades onde já existia e trabalhava ali, trazendo mais gente e organizando o movimento e as bandeiras de luta naquele setor.

No entanto, em Serra-ES, a formação de uma base de militância no movimento popular ocorreu por meio da designação da direção estadual para que membros do partido passassem a atuar nos bairros desse município. Nessa condição, é possível que, em alguns casos, ocorresse o “estranhamento” ou a “falta de organicidade” no envolvimento dos militantes para com as comunidades.

O ex-militante César Colnago (2016) relatou que o núcleo militante nos movimentos populares serranos teve seu embrião basicamente nos trabalhos que ele desenvolveu junto com outros estudantes de Medicina da Ufes que, segundo lembrou, na época, eram jovens acadêmicos os quais, designados pelo CE-ES, saíam do “CBM [Centro de Biomédicas] para ir ao encontro da população, do povo mais simples, mais humilde, operário”. Nesse caso, além dele, esses militantes seriam: Adão Célio, Carlos Alberto Rios Cavalcanti e Luís Carlos Bezerra.

Colnago (2016) citou que sua ida para Serra-ES foi uma decisão da direção estadual, “porque precisava de construir [sic] as coisas na Serra”, e assim teria passado a se dedicar a militar nos bairros periféricos do município, “sem questionar”. Dessa forma, também teria ocorrido com os outros três, como lembrou o ex-militante Carlos A. Rios Cavalcanti (2016), o qual via o trabalho como uma “militância profissional”.

No entanto, além de uma designação do partido, a dedicação aos movimentos populares foi atribuída a uma questão de afinidade e identidade com esse tipo de militância. Assim concebeu Carlos Alberto Rios Cavalcanti (2016), e César Colnago (2016), que assim explicou sua ligação com essa frente de luta:

Eu achava muito [...] movimento pequeno-burguês [militar no Comitê Universitário]. Eu queria saber dos operários, de quem faz a luta de classes, de quem vai mudar esse Brasil, e quem sofre na pele todas as consequências da apropriação do que eles produzem, a mais valia [...] (COLNAGO, 2016).

Depois de instaladas as *bases* nos bairros, as lideranças do setor popular pecebista orientavam sua militância no intuito de mobilizar e organizar as massas populares a considerar as lutas específicas do cotidiano da comunidade e a aproveitar todos os espaços possíveis em que se pudesse reunir e conscientizar pessoas, como “grupo de jovens, mulheres, o lazer, enfim, diversas atividades que são pontos de aglutinação da comunidade” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, [1981-1982?]).

Ao mesmo tempo, um amplo leque de objetivos fomentava a militância do PCB-ES nos movimentos populares do Espírito Santo a partir do final da década de 1970. Inserindo o movimento popular no campo das lutas democráticas, assim, o partido identificava a atuação junto aos bairros como um instrumento de desgaste e de combate à ditadura, sendo o governo militar o responsável pelas dificuldades cotidianas em que vivia cada morador em suas comunidades. O setor popular pecebista apontava essa articulação entre as demandas específicas imediatas da população a uma luta maior contra o sistema político e seus representantes, quando afirmava, oficialmente, o seguinte:

É através do compromisso com o trabalho do dia a dia de cada bairro, que o movimento popular avançará como mais um instrumento de desgaste e combate a esse regime antidemocrático e antipopular, principalmente se contribuirmos para elevar a luta econômica (água, luz, terra, etc.) dentro de uma visão mais ampla e interligada às verdadeiras causas das precárias condições de vida da população, que têm como responsável o atual governo e seu partido (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, [1981-1982?]).

Doravante veremos como ocorreram, de uma forma geral, as atividades do partido junto a algumas comunidades e às associações de moradores em Serra e Vila Velha, apontados pelos seus ex-partidários como principais centros de atuação do PCB-ES no movimento popular no período ao qual dedicamos nosso estudo.

No processo de formação do setor popular do PCB em Serra-ES, o grupo dos quatro estudantes de medicina que iniciou tal *tarefa*, por possuir uma origem externa à realidade local, foi ao encontro do que havia de militância partidária precedente. Assim, eles se articularam ao antigo militante pernambucano radicado no Espírito Santo, João Trindade. O ex-militante César Colnago (2016) fez o seguinte relato, citando Trindade como “João Pernambuco”:

[...] tinha um velho comunista, [...] o João Pernambuco, que morava em Novo Horizonte, que já tinha uma idade bem mais avançada que a gente. E além dele, outras pessoas que nós recrutamos no meio operário, lendo O Capital, lendo aqueles livros que conceituavam, mais ou menos, a luta de classes, e a luta política [...].

Para além do encontro com a militância antecessora, a nova geração de militantes pautou sua inserção na ampliação da influência do partido nos bairros de Serra-ES, considerando que a aproximação com os moradores e suas lideranças locais poderia resultar em recrutamentos de novos quadros partidários e, como sugerido acima, por meios já praticados na experiência da reorganização partidária no Espírito Santo em outras frentes.

Nessa direção, os militantes do PCB-ES buscavam a aproximação com moradores e operários que atuavam na região de Serra-ES, visando ampliar o espaço do partido e superar outras

organizações de esquerda que também se dedicavam a esse trabalho. César Colnago (2016) faz menção a isso ao narrar o panorama de atividades executadas pelas bases populares pecebistas nessa cidade:

[...] A gente discutia muito. A gente tinha uma reunião semanal, e tinha as bases, que a gente começava a estimular as associações de moradores e também um braço sindical de estimular a sindicalização. E aí, com as suas demandas. Por exemplo, eu me lembro que, na Serra, [em] nosso movimento do PCB focávamos muito, até pela história nossa, na questão da saúde. Até porque nós quatro éramos estudantes de Medicina. Por exemplo, tinha um movimento chamado Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), que a Brice [Bragatto] era uma dos expoentes lá da Serra, que achava que o transporte público que [sic] era prioridade, que ia mobilizar os operários. A gente achava que a questão fundamental era a saúde. Não era questão de certo ou errado, era questão de opção política [...] A gente fazia muito a organização da sociedade em associações. [...] Nossas pautas principais eram transporte, saúde e habitação, e a questão do braço sindical. E aí como a gente lidava com seu Isafas, que era morador de Vista da Serra, que estava na associação de moradores junto com seu Antônio, eles também eram operários da construção civil, que estavam lá construindo CST ou outras obras, a gente também entrava por aí e dava uma certa assessoria. Tanto que tinha gente nossa do partido, que atuava aonde?! Atuava na Federação dos Trabalhadores da Construção Civil, no Sindicato, na Federação dos Trabalhadores da Agricultura. FETAES tinha gente nossa, na assessoria política, jurídica [...]

Percebemos, portanto, a presença dos motes principais que eram mobilizados para organizar a população no município, partindo das demandas básicas ligadas às condições de vida locais até as da própria afinidade dos militantes com determinados temas e lutas, e, naquele caso, a questão sanitária para os estudantes de medicina. Podemos também verificar que, segundo esse depoimento, a militância acontecia no sentido de se aproximar dos espaços de representação dos moradores, ou seja, de suas associações e lideranças comunitárias, além das entidades sindicais.

Na base da militância nos bairros de Serra-ES atuou o enfermeiro Aurélio Carlos Marques de Moura, morador do município, com atuação precedente à sua inserção partidária nas lutas comunitárias na localidade do Bairro de Fátima. Antes de se tornar membro do CE-ES, como militante de base, suas atividades partidárias se vincularam às associações de moradores e aos sindicatos. Ele lembrou que, basicamente, o cotidiano de suas atividades, em conjunto, principalmente, com o médico e, à época, militante pecebista Santino Parrini, o “Neno”, era de:

Formar, reunir com os trabalhadores, lógico, não tinha burguesia. Reunia com as pessoas, mostrava a importância da associação de moradores, qual eram os objetivos. Aí nós tínhamos princípios básicos, e isso atraía muita gente, que era questão da independência, a luta contra a opressão, contra a ditadura. A gente aproveitava que o nosso gancho era este: associação. Movimento pela saúde, movimento pela justiça, questões aí básicas, moradia. Aqui na Serra, era uma

calamidade. Tinha a questão das grandes empresas, com uns bolsões de miséria, mas na Serra foi um problema sério [...] (MOURA, 2015, grifo nosso).

O ex-militante Carlos Alberto Rios Cavalcanti, também conhecido como “Carlinhos Bigode”, estudante de Medicina nesse período, também integrou o CE-ES no decorrer dos anos 1980, e trouxe outro elemento importante acerca da inserção do partido no movimento popular de Serra: a aproximação com a Igreja Católica via Arquidiocese de Vitória e articulação com o bispo Dom João Batista de Albuquerque. Nesse caminho, teria sido importante o próprio trabalho na mobilização pelas vítimas das enchentes de 1979, como nos conta Cavalcanti:

E pra nós virmos pra cá, nós fomos pela Arquidiocese. Nós sabíamos que não teríamos outra possibilidade pra se chegar ao povo. Então nós fomos através da Comissão de Saúde da Pastoral, a gente conseguiu isso por um feito que nós fizemos, que foi muito importante. O Partido Comunista já estruturado, nos seus primeiros passos, reage muito bem e mobiliza os estudantes e dá uma força muito importante de juventude no apoio aos flagelados da enchente em 79, isso a gente ganhou muito prestígio com Dom João Batista e ele viu e sentiu o cheiro do partido, ele me deu carta branca [...], senão a gente não conseguiria entrar, a gente não tinha nenhuma tradição de Igreja, de nada, [...] isso é importante dizer, não foi por acaso, pois nossa atuação naquele mês de fevereiro foi muito forte. Nós fizemos uma campanha, botamos estudantes pra ir no [sic] supermercado arrecadar comida, lançamos essa ideia e arrecadamos muita comida, e ajudava a carregar, enfim. Então a gente vai pra Serra e cada um vai pra um bairro, eu vou pra Boa Vista, o Adão vai pra São Marcos, e o Bezerra vai pra Vista da Serra (CAVALCANTI, 2016).

Reforçando essa perspectiva acerca da relação dos pecebistas com a Igreja Católica, Geraldo Correa Queiroz (2016) afirmou que, paralelo ao ME-Ufes, e antes da sua inserção no movimento sindical, ele teria atuado na Cáritas da Arquidiocese de Vitória, junto à Pastoral da Saúde, na Comissão de Justiça e Paz. Nesses espaços, teria se relacionado com outras figuras que se tornaram importantes nas lutas políticas e sociais do Espírito Santo, como Vítor Buaiz, Rogério Velo, Professor João Batista Herkenhoff e o Hugo Gongiroli, todos na cúria metropolitana sob a liderança de Dom João Batista Motta e Albuquerque, de Frei Beto e do padre italiano Aberto Fontana que, inclusive era do PCI¹⁶⁷.

Tais depoimentos corroboram com a visão do ex-dirigente Antônio Claudino de Jesus (2015), para o qual, além da reitoria universitária, a Igreja seria um dos “guarda-chuvas” protetores da militância do PCB naquele contexto, principalmente na sua atuação no movimento popular. Nesses termos, os militantes pecebistas também acabaram por participar dos próprios movimentos que a Igreja Católica realizava nas comunidades periféricas de Serra-ES para, a partir disso, aproximarem-se e poderem influenciar o processo de organização de associação de moradores. Sobre isso, “Carlinhos Bigode” (2016) menciona:

¹⁶⁷Lauro F. S. Pinto Neto (2016) também se recordou que chegou a trabalhar na Pastoral da Saúde com Frei Beto, e que a Igreja foi, de fato, uma porta para os movimentos populares tanto para o PT quanto para o PCB-ES.

[...] a gente vinha principalmente no final de semana – a gente participava da Caminhada, que é uma missa celebrada por leigos, que tinha sempre alguma coisa, uma visão política, muito interessante. E dava espaço pra gente no final falar: “olha gente, essa melhoria, que todos queremos, só será possível com a nossa organização, precisamos organizar uma associação de moradores pra reivindicar, que possa chegar ao prefeito”. Aí marcava um dia, eu vinha de Vitória – e isso aconteceu com todos nós – chegava e tinha duas pessoas, aí fazia com dois, na outra já tinha quatro, depois chegavam seis, e daqui a pouco tava a população se mobilizando e a gente criando algumas lutas sem a associação de moradores [...].

Considerando a maior experiência do PT na sua relação com a Igreja Católica junto aos movimentos populares, para além da disputa, “Carlinhos Bigode” (2016) lembrou que precisou se “formar” junto aos seminários petistas da época para aproveitar das práticas e dos conhecimentos daquela militância, competidora nas bases populares dos movimentos de bairro da Grande Vitória-ES na época, a fim de tornar mais eficiente sua militância nesses espaços. Nessa direção, a narrativa de “Carlinhos Bigode” explorou as dificuldades criadas pela origem socioeconômica de classe média dos quadros militantes pecebistas na direção de se aproximar das camadas mais pobres, assim como os recursos formulados no cotidiano para o estreitamento dos laços com as populações da periferia do município. Ele relata:

[...] eu frequentei seminários dele [PT], porque, abrindo parêntese, enquanto o estudante da classe média, falava gíria e tal, eu precisava me comunicar com a população e fui fazer lá em São Bernardo comunicação popular, eu fiz um workshop de três dias... por isso que o PT é assim, eles ensinam a ludibriar, eles ensinam a falar com o povo com um linguajar, e eu fui me dedicando mesmo, usando roupa simples, me misturando e daqui a pouco realmente eu tava misturado mesmo, tinha muito prestígio, a gente tinha muito prestígio porque eles viam: estudantes de medicina, não estão ganhando nada, e estão aqui com a gente. A gente dormia na casa da turma. Acolhiam a gente. Minha moto dormia do lado de fora e nunca arrancaram o retrovisor porque viam na gente alguém [...]. Então, a gente começa a conhecer pessoas de outros bairros e a lançar a semente e nesse meio tempo também fazendo recrutamento. Em cada bairro desse a gente ia uns dois militantes que já atuavam organizadamente, isso é que era a força do partido. Você trabalhando organizadamente e com metas, com tarefas individuais, três ou quatro pessoas e a gente fez, aqui, um trabalho muito grande [...].

Esse entrevistado lembrou, ainda, que houve, de fato, uma disputa pela “hegemonia nas associações de moradores” entre o PCB e o PT no início dos anos 1980. O ex-militante Aurélio C. Marques de Moura (2015) disse que, em alguns casos, os embates nas associações de moradores resultaram até em violência entre os militantes daquelas organizações¹⁶⁸.

De acordo com Carlos Alberto Rios Cavalcanti (2016), em um primeiro momento, a militância pecebista teria conseguido um significativo avanço em relação aos seus competidores petistas, conquistando, em pouco tempo, a influência dominante, senão a

¹⁶⁸ Em Vila Velha, o ex-militante Geraldo Correa Queiroz (2016) lembrou que havia embates entre a militância do PCB e a Ação Popular (AP).

liderança, de 33 associações de moradores¹⁶⁹, o que lhes permitiu ser um dos protagonistas no processo de criação da Federação das Associações de Moradores de Serra (FAMS), em 14 de março de 1982, instalando, em sua presidência, o antigo militante pecebista pernambucano radicado no Espírito Santo, João Trindade. Segundo Cavalcanti, o trabalho que unificou o movimento popular serrano foi importante para as campanhas eleitorais empreendidas pelo PCB naquele ano, mobilizando votos para os candidatos apoiados pelo partido.

Em Vila Velha-ES, as atividades dos pecebistas tinham forte enraizamento e organização no bairro Glória, que, pelo que identificamos, tornou-se uma de suas principais referências¹⁷⁰. Além de um reduto importante de militantes e lideranças partidárias naquela conjuntura, essa localidade teria se tornado central para a inserção do partido nos movimentos populares da cidade. Sobre essa base partidária, foi comum que ex-militantes moradores e atuantes ou não no movimento comunitário local atribuíssem, em suas narrativas, uma grande importância às atividades executadas por membros do partido junto ao seu Centro Comunitário e no dia a dia dos moradores.

Um desses personagens era Eduardo Isaías Pignaton, o “Dunga”. Seu depoimento aponta para a existência de uma base partidária do PCB-ES no bairro Glória, no qual, assim como em Serra-ES, reuniu uma nova geração de militantes (jovens universitários, principalmente) aos antigos pecebistas locais. Por meio dessa base partidária, o PCB-ES teria buscado influenciar o movimento comunitário local, tentando se distanciar da lógica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹⁷¹ da Igreja Católica. Quanto a essa atuação no bairro Glória, Eduardo Pignaton informa:

[...] Eu com 14, 15 anos assim, já era uma liderança dentro do bairro. Com 16 pra 17 anos nós fizemos um jornalzinho do bairro. Tinha uma discussão que era a

¹⁶⁹ Não conseguimos alcançar a plenitude dos nomes dessas comunidades. Aleatoriamente, em nossas pesquisas, os entrevistados indicaram atuação da militância do PCB no município de Serra nas seguintes localidades: Novo Horizonte, Bairro de Fátima, Serra Sede e bairros adjacentes, Cantinho do Céu (atual Jardim Tropical), Sossego (atual Central Carapina), Jacaraípe, José de Anchieta, Boa Vista e André Carloni; mas, como veremos adiante, esse processo foi mais amplo.

¹⁷⁰ Outras localidades citadas nos depoimentos dos ex-militantes foram: Alecrim, Aribiri, São Torquato, Ibes, Guadalajara, Divino Espírito Santo, Cobilândia, Ataíde, Jardim Marilândia e Rio Marinho.

¹⁷¹ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram organismos de intervenção pastoral propostos pela Igreja Católica inspirados na Teologia da Libertação - corrente cristã-católica formulada a partir do Concílio do Vaticano II (1962-1965) e da II Conferência dos Bispos da América Latina (1968) -, que fundamentava uma ação pastoral comprometida com as causas populares. Com base nisso e considerando o avanço das sociedades industrializadas e urbanas latino-americanas, as CEBs foram propostas como principal instrumento pastoral, ligando a forma comunitária à opção preferencial pelos pobres, por meio da formação de “pequenas comunidades” que facilitassem a participação leiga na Igreja e a influência desta na sociedade. No Brasil, a experiência nasceu e se expandiu a partir da década de 1970, no contexto da ditadura militar, sendo as CEBs, além de espaços de atuação religiosa, lugares de militância política possíveis para diferentes setores da esquerda brasileira (OLIVEIRA, 2000).

Comunidades Eclesiais de Base, mas eu nunca gostei disso. Eu nunca acreditei naquele negócio ali, que junto com a Igreja nós íamos organizar a sociedade, porque sempre vinha a coisa da religião. Nunca vinha a coisa da mobilização. [...] Me afastei direto das Comunidades Eclesiais de Base e passamos a militar pelo Partidão. Dentro do bairro, isso antes de eu entrar na Universidade. Criamos uma basesinha e começamos a trabalhar ali no sentido de trazer para o bairro orientação política, porque você não tinha informação. A ditadura não deixava chegar nada. Então o pouco que a gente conseguia fazer chegar, era de mim para o bairro. E no meu bairro tinha o seu Benjamim [Campos], que tinha sido deputado estadual pelo Partidão, o seu Almir [Agostine], velhos militantes do partido da causa lá de 1960 pra diante, que nós chamávamos eles lá no Clube do Glória pra fazer palestras para a juventude, do que era política capixaba (PIGNATON, 2015).

Além de “Dunga” e dos nomes desses antigos pecebistas locais supracitados, outros personagens se destacaram na militância popular no bairro. Seu irmão, por exemplo, Fernando J. Pignaton, apesar de sua maior ligação com o Comitê Universitário e com a frente político-partidária do PCB, teria também participado das atividades do setor popular no bairro Glória. Em seu depoimento, além de nos indicar outros atores do partido atuantes nessa localidade, também deu indícios de uma influência do PCB-ES para uma mudança nas características do movimento popular do bairro a partir de meados da década de 1970, além de elencar os espaços utilizados pela militância pecebista para se inserir e influenciar a mobilização da população local, conforme relato:

Eles [da associação de moradores] estavam naquele estatuto da [...] Secretaria Estadual de Ação Social que veio discutir, mas era coisa da ditadura [...]. Seu Almir [Agostine] fazia abaixo-assinado no bairro da Glória para ter a feira, para fechar uma vala. Eles já tinham uma militância anterior na Glória, e esse cara gostava de futebol, e nós, po***, éramos tudo [sic] jogador de futebol: Eduardo, meu irmão, eu, Tony, Felício... todo mundo era jogador de futebol ali na Glória... Zé Paulo, Fernandinho...esses caras tudo era [sic] do Partidão. E o time de futebol, o *Jornal da Glória*, logo depois, anos depois, a *Mocidade Unida da Glória* [escola de samba], foi criada pela esquerda [...] depois que os bicheiros tomaram. Ficaram vários anos com a juventude, foi junto o *Universitário* [time de futebol amador], mas um pouco depois do *Jornal da Glória* e da *Fundação do movimento comunitário* da Glória. Não era fundação, era uma assembleia para *eleger uma diretoria autêntica* porque era tudo atrelado a Secretaria de Ação Social Estadual. [...] Tinha uns negócios assim pra tentar interferir. [...] Tinha um negócio oficial, mas ele não foi respeitado. Aí teve uma assembleia na Glória, com mais de 300 pessoas, que nós elegemos Dona Lúcia, se eu não me engano, o *Braz Galina* era da diretoria, que era do movimento. Ele participou um tempo no sindicato da garoto e depois da Construção Civil. [...] e era do PCB [...] (PIGNATON, 2016, grifo nosso).

Fernando J. Pignaton apontou para uma possível mudança no caráter do Centro Comunitário da Glória, colocando-o fora da órbita e do controle estatal com a inserção de novas lideranças – “autênticas” – inclusive de um membro do partido, identificado como Braz Galina. A partir disso teria ocorrido a promoção de uma série de atividades esportivas e culturais no bairro, que mobilizaram seus moradores, e das quais participaram diretamente a militância do PCB local.

Entre aqueles instrumentos de mobilização e integração dos moradores, assim como de aproximação da militância pecebista para com os moradores da Glória, alguns ex-militantes destacaram a criação do time de futebol amador cunhado de “Universitários”. Tal nome é sugestivo, na medida em que, de fato, grande parte dos seus integrantes era formada por estudantes universitários e filhos de famílias do bairro, e alguns deles, jovens militantes do PCB. Tal equipe teria surgido em 1977, e segundo uma matéria do “Jornal da Glória”, de 1980, por iniciativa de

[...] um grupo de jovens, filhos de famílias do Bairro, que [em 1980], vem intensificando a integração entre as pessoas através do esporte. Assim esses jovens puderam conhecer melhor os grandes problemas que afligem aos moradores da comunidade [...] (NASCE..., Jornal da Glória, ano I, nº1, p.01, 1980).

Por sinal, esse informativo também era outro meio utilizado pelo movimento popular local do bairro da Glória para a mobilização e a conscientização dos seus moradores. O jornal citado era de distribuição gratuita e financiado pelos anúncios (comércio, serviços, profissionais liberais etc.). Tivemos acesso a alguns exemplares publicados entre 1980 - seu ano de lançamento - e 1982. Segundo verificamos, o informativo apresentava um forte direcionamento para a politização da comunidade, com matérias que denunciavam os problemas do bairro, apontavam as autoridades públicas responsáveis e cobravam as providências necessárias. Ainda abordava questões sobre a política estadual e nacional, relacionando suas consequências na vida da comunidade, discutindo, assim, temas que tratavam desde aspectos relativos aos problemas resultantes da política econômica do governo federal (recessão, inflação etc.) a questões sociais (desemprego, carestia, fome etc.) e à luta pela democracia contra o regime ditatorial. Ao mesmo tempo, divulgava eventos políticos, culturais, esportivos e outros, e convocava a população para participar ou prestigiá-los, identificando-os como fundamentais na aglutinação e integração dos moradores¹⁷².

Observando algumas de suas matérias, foi possível perceber também seu papel na educação política dos moradores, buscando, de forma didática (imagens, charges, e linguagem simplificada) e com a participação de especialistas sobre os temas (economistas, sociólogos etc.), conscientizar a população das possíveis causas dos problemas que vivenciavam,

¹⁷²Não conseguimos definir a periodicidade de publicação do jornal entre 1980 e 1982. No entanto, contando primordialmente com o financiamento dos anunciantes e de colaboradores, percebemos a partir, de alguns exemplares, que em alguns momentos houve interrupção na produção e na distribuição por falta de verba. Assim, por exemplo, nos indica o jornal do ano II – 1981 – no qual se lamentava a situação em matéria de capa: “O Jornal da Glória andou meio sumido, mas não foi à toa. Faltou dinheiro e sem dinheiro o jornal fica impossibilitado de sair” (EDITORIAL, Jornal da Glória, ano II, 1981, p.01).

apontando, ainda, a importância da mobilização organizada dos moradores para lutar por melhorias na realidade da comunidade em que viviam.

Além disso, ao explorarmos alguns números do “Jornal da Glória”, percebemos orientações no sentido de criar um nexo entre as calamidades locais e o papel do Estado brasileiro e das autoridades municipais e estaduais capixabas nas situações publicadas. Exemplo disso é, em uma matéria de 1980, o editorial apontar a “estrutura de governo” como responsável pelos problemas da comunidade, e incitar o caminho da mobilização organizada legal para pressionar o Poder Público, apontando, ainda, o caráter autoritário e ditatorial de um governo que investia recursos para reprimir o povo brasileiro:

Como a maioria dos bairros existentes na periferia das grandes cidades, a Ilha dos Aires [região do bairro da Glória] também não deixa de ter uma série de problemas. Problemas estes que não são tão simples de se resolver como muitas vezes se pensa. Mas porque não são tão simples assim? Precisamos entender que o problema da drenagem da vala, água, luz, e etc., está ligado à [sic] alguma coisa mais profunda que é a ESTRUTURA DE GOVERNO. Isto é, o governo que temos em nosso país não está preocupado com o bem-estar do povo. [...] Está o governo olhando pelo bem-estar dos trabalhadores, donas-de-casa, operários e outros explorados? Como podemos permitir que numa sociedade onde a maioria do povo é constituída de trabalhadores que movimentam todas as máquinas enriquecendo o país, esses trabalhadores não tenham nem o mínimo necessário para sobreviverem como seres humanos? Como podemos permitir que o dinheiro pago pelos impostos seja destinado a empréstimos às grandes firmas para aumentarem ainda mais seus lucros ou sejam empregados na compra de armas para continuar tampando a boca do povo?

Uma coisa é certa só mudaremos esse estado de coisas quando o povo conseguir através de suas organizações (Sindicatos, Associações de Bairro, Partidos Políticos e outras mais) que os seus direitos sejam respeitados. (ILHA..., Jornal da Glória, ano I, nº6, dez. 1980, p.07).

Segundo o ex-militante “Dunga”, a experiência desse jornal foi multiplicada para outras localidades do município de Vila Velha. Ele lembrou que o informativo citado “se tornou um jornal de grande circulação no bairro [...]. A experiência da Glória foi replicada em vários bairros. Começamos a criar jornalzinho em Guadalajara, no Ibes...[...]” (PIGNATON, 2015).

Nesse sentido é que o jornal pode ser entendido como um dos meios utilizados pelas lideranças comunitárias para incentivarem a organização do movimento popular na região da Glória. O referido informativo local não era especificamente um órgão de imprensa do PCB. No entanto, não podemos desconsiderar que tenha servido como um canal de comunicação do partido com a comunidade.

Eduardo I. Pignaton (2015) reconhece o papel daquele impresso na política do partido para com o movimento popular naquela comunidade. Ele era um dos responsáveis pela elaboração do jornal, sendo parte de seu Conselho Editorial e também, fotógrafo. Além disso, era sócio-

proprietário da Renograf, empresa gráfica responsável pela reprodução do impresso. Além de “Dunga”, na produção do jornal, estavam presentes outros membros do partido que exerciam papel ativo na comunidade, quando não de liderança, com destaque para a figura de Felício Corrêa da Costa Neto.

Narrando sua trajetória política, Felício Correia da Costa Neto (2016) cita que se mudou para o bairro da Glória em 1977, mesmo ano em que ingressou na Ufes, no curso de Comunicação. Segundo ele, antes de ser recrutado pelo PCB-ES, já exercia atividades políticas no bairro com outros jovens universitários, como o já citado “Dunga”, fazendo parte de uma geração de moradores que começou a questionar os problemas vividos na comunidade e o papel que até o momento exercia o movimento comunitário, atrelado à Secretaria Estadual de Ação Social. Assim, falou sobre o perfil dessa juventude, e como eram vistos pelas lideranças locais:

A gente questiona [sic] outras coisas, não só jogávamos futebol. Fazíamos festas diferentes com uma moçada diferente do clube do bairro, trazia gente de fora, da universidade. A gente começou a ser visto no bairro com outros olhos. A gente participava do movimento da Igreja Católica, fomos para dentro do movimento do Centro Comunitário que era atrasado, aquela diretoria atrasada que fazia aqueles cursos que a Secretaria de Estado de Ação Social oferecia, curso de corte e costura, curso de datilografia e a gente foi lá pra dentro discutir a vala aberta no bairro, a falta de assistência médica, a gente tava virando os meninos chatos do bairro. E no mesmo tempo chato para a administração local, e ao mesmo tempo sendo reconhecido: “pô, aqueles meninos do jornal da Glória ali...”. Passamos a ser uma referência no bairro de luta contra as coisas que estavam erradas (COSTA NETO, 2016).

“Felício Corrêa” (2016) contou que participou de diferentes atividades que mobilizavam a população, assumindo, muitas vezes, a sua liderança. Jogou e era um dos líderes do “Universitários”, time que, segundo ele, conseguia reunir as famílias e um grande número de adeptos em seus jogos. Por meio do time, ajudou na organização de festas e outros eventos culturais comunitários. Além disso, atuou junto ao Centro Comunitário e foi fundador de um dos principais nomes do “Jornal da Glória”, assinando como seu editor e formulando inúmeras matérias, de acordo com o que pudemos conferir nas publicações a que tivemos acesso.

Em 1980, Felício Corrêa, já com experiência na militância no bairro e no movimento estudantil universitário¹⁷³, foi recrutado por Geraldo Correa Queiroz e Eduardo I. Pignaton para integrar o PCB-ES, conforme narra:

¹⁷³ Segundo nos contou, Felício Corrêa foi vice-presidente da Chapa “Todo Mundo”, presidida pelo pecebista José de Arimatheia, o qual venceu as eleições para o DA do CCJE em outubro de 1979.

Eu tava entrando na universidade e aí o Partidão na universidade já tava organizado, principalmente no CBM, tava toda prosa... [...] E eu aqui no bairro, fazendo política do bairro, gostando daquilo ali e tal. E esses caras começaram a vir para cá para conversar comigo. Num dia me entregava [sic] um textinho, “O que é socialismo?”. Outro dia entregava [sic] outro textinho [...]. Um belo dia a gente se reúne na casa de Dunga [...] eles falaram assim: “Olha, essa daqui é uma reunião do Partido Comunista Brasileiro, e a gente está conversando com você, a gente quer que você entre para o partido”. Aquilo dava uma tremedeira. Pô, eu já tinha lido muito pelo partido, já tinha feito movimento; logo que entrei na universidade eu fui eleito vice-presidente do Diretório Acadêmico do CCJE [...]. Na gestão do Arimathéia eu fui vice dele [...].

Todo esse envolvimento com as questões do bairro da Glória, de acordo com Felício Corrêa (2016), acabou por forjá-lo como uma referência nas lutas do bairro no início da década de 1980. Isso, inclusive, teria pesado para que, no decorrer do ano de 1982, antes mesmo da formalização de candidaturas, seu nome emergisse nas ruas como candidato da comunidade em que morava e militava politicamente.

Ainda sobre o município de Vila Velha-ES, em outras comunidades, teria sido a partir da experiência das atividades do cineclube que se possibilitou a inserção e a organização dos movimentos populares e de novas bases partidárias pecebistas. O movimento cineclubista de origem universitária se irradiou pelos bairros da Grande Vitória-ES por meio dos militantes da área cultural do partido que concluíam seus cursos de graduação.

O caso de Irene Leia Bossois é exemplar, nesse contexto. Depois de militar no movimento estudantil – desde 1977 – junto à tendência *Unidade*, e já no final do seu curso de Economia, em 1980, foi recrutada pelo PCB-ES e passou a ter como “agenda” de militância a *tarefa* de criar uma base do partido no bairro Ataíde através da organização de um cineclube. Ela narrou sua experiência assim:

Então eu participei desse movimento cineclubista que me acompanha depois fora da universidade. Quando eu saio da universidade, em 81 eu me graduei, mas, em 1980, eu tinha praticamente terminado. E eu criei um cineclube de bairro, no bairro Ataíde, na Associação de Moradores do Bairro de Ataíde, que eu conhecia algumas lideranças lá, e esse cineclube, por um ano, mais ou menos, e ele foi fechado, porque eu fui passar “O homem que virou suco” do João Batista de Andrade. Foi um filme que se pagou no circuito cineclubista, porque o circuito cineclubista tinha uma distribuidora, “Dina Filmes”. A gente conseguia filmes de graça. E esse “O homem que virou suco” tinha cenas de sexo e estava cheio de criança [...]. A partir dessa inserção via cineclube eu participei de vários outros movimentos no bairro. Fiquei lá um tempo, criamos uma base do partido lá em Ataíde.

[...] Isso a partir de 1980 [...] tava na minha agenda (BOSSOIS, 2016).

Ao tentarmos localizar e nos aproximar da militância do PCB-ES nos movimentos populares, a partir das experiências específicas do partido nas regiões de Serra e Vila Velha, tentamos verificar de que forma a organização participou e atuou na mobilização e na organização dos

moradores dessas localidades. Assim, buscamos evidenciar alguns elementos que permitiram seus militantes se inserirem nas lutas populares e ocuparem os espaços de representação nos movimentos comunitários dessas cidades.

Ademais, nosso interesse por essa aproximação inicial também buscou verificar de que modo o setor popular do PCB vinculou suas atividades e seus objetivos específicos na mobilização e na organização em movimentos e associações de moradores a questões mais amplas, principalmente à própria participação e à influência do partido nas disputas político-partidárias e eleitorais.

A partidarização desses movimentos e a disputa por sua representatividade foi lembrada pelos ex-militantes do partido no que tange principalmente à concorrência com o PT. Oficialmente, tal assunto foi pauta de discussão da Conferência do Setor Popular do PCB-ES, a qual já citamos. No documento dessa discussão há referências sobre a disputa com a militância petista nos bairros e associações de moradores. Nesse caso, como podemos ver a seguir, os dirigentes pecebistas questionavam a ideia de atribuir a “paternidade” dos movimentos populares capixabas aos petistas no Espírito Santo, o que estaria trazendo prejuízos à militância pecebista naquele momento. Ao mesmo tempo, criticavam a forma como os petistas tentavam construir sua representatividade. Como registrou o partido:

Outra questão bastante presente é a *tentativa de dar a paternidade dos movimentos populares ao PT*, fato este que serve como grande divisor de lutas e atividades, contribuindo para o enfraquecimento de todo trabalho realizado. Este fato tem levado também a esta mesma corrente de oposição a criar inúmeras comissões, que dizem representar movimentos, para não perderem “espaços”. *Curiosa tentativa em garantir a “representatividade”, que não passa pela discussão nos bairros* (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, [1981-1982?], f.5, grifo nosso).

Para combater tal situação, a orientação partidária indica um trabalho de massas, com base no princípio da *unidade*, fundamento da linha política do PCB, buscando aproximação e aglutinação de diferentes setores, conforme se lê:

Estas deformações que estão presentes no nosso movimento, [sic] devem ter como resposta o trabalho incansável de contribuir para uma prática que tente inserir amplas massas em cada atividade e reivindicações, utilizando todo o potencial de organização com pessoas de diferentes idades e religião, pensamento político, etc. e preservando principalmente a independência do movimento frente aos partidos políticos (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, [1981-1982?], f.5)

Ao final do texto, os elaboradores do documento colocam como princípio da militância política do partido nos movimentos populares a preservação de sua independência frente aos partidos políticos. A ex-militante do PCB-ES Irene Leia Bossois que, como vimos, atuou

junto ao movimento popular de Vila Velha-ES, apontou que esta seria uma das diferenças e principais legados do PCB: o respeito à autonomia das associações e dos movimentos populares. Relatou, ela:

Algumas coisas que eu acho que foram muito positivas [na experiência do PCB], por exemplo, o respeito à autonomia do movimento popular, que eu guardo comigo até hoje. Ou seja, a associação de morador, e isso era dito com muita clareza, não podia ser correia de transmissão do partido. É claro que, eventualmente você podia recrutar alguém daquele movimento para o partido, mas você tinha que respeitar a autonomia do movimento popular e entender que aquilo era um movimento com vida própria e que você não ia aparelhar. Essa discussão, eu acho que era muito rica, era respeitosa [...] (BOSSOIS, 2016).

“Independência frente aos partidos políticos”, como apontava o documento oficial do partido, ou o “respeito à autonomia do movimento popular”, como lembrou a ex-militante, não nos deve afastar da possibilidade de tais movimentos populares dos bairros da Grande Vitória-ES e suas entidades representativas estarem no horizonte da luta política pecebista, e, assim, passível de sua influência, e atuarem como meio para alcançar objetivos partidários para além das questões relativas às lutas específicas desses movimentos. Nesse sentido, o relato do ex-militante Eduardo Isaías Pignaton (2015) parece-nos significativo ao indica alguns aspectos em torno da importância desses espaços para o âmbito das disputas eleitorais do início da década de 1980:

O partido tinha uma preocupação muito grande como sair da Ufes e ir pra bairro. Porque na Ufes a gente não ia eleger ninguém. Então, Stan Stein, que virou vereador [de Vitória], passou a militar em várias causas administrativas no Centro da cidade, ele já era advogado [...]. Felício Corrêa, estudante de Comunicação, já passou a ser editor do jornal [da Glória], pra ele vender anúncio, pra ele catar matéria, ele tirar foto do time, ele fazer as coisinhas, porque aí ele ia virando referência.

A questão eleitoral, direta ou indiretamente, pelo que constamos a partir de depoimentos, também pautava as ações e a participação dos militantes do partido nos movimentos populares. Também indicava a própria pauta da Conferência do Setor Popular, que apresentamos no início do texto, ao propor o debate sobre as perspectivas para as eleições de 1982.

Nessa direção, ainda, identificamos que a militância pecebista com os recursos e espaços que dispunham no movimento popular buscou, além de pressionar as autoridades públicas pela resolução dos problemas que afligiam a população, utilizar esse tipo de ação para criticar e combater políticos e partidos adversários e, nesse caso, mais especificamente, primeiro a Arena, e, no contexto pluripartidário, o PDS. Ao mesmo tempo, inseria-os na luta democrática do partido, concebendo-os como mais um flanco de oposição contra a ditadura militar.

Questionando as condições de infraestrutura e de vida básicas da população, a militância do PCB teria participado de mobilizações que acabavam por questionar as lideranças tradicionais municipais e estaduais que se encontravam no governo naquela conjuntura.

Em Serra-ES, tal postura teria sido um dos fatores que levou alguns militantes a se filiarem formalmente ao MDB e depois ao PMDB, buscando um caminho de oposição legal aos políticos de partidos representantes do governo militar na época. A partir dessa posição, teriam contribuído para com a organização de movimentos contra a administração municipal.

O ex-militante César Colnago (2016), por exemplo, lembrou que assim entrou na luta política e contribuiu para mobilizar, no final de 1981, a população de Serra-ES em um protesto com aproximadamente 1.500 pessoas contra o Prefeito do Município, na época, José Maria Feu Rosa (PDS – 1976-1982). O ex-militante Carlinhos Bigode citou o fato, dando detalhes sobre as dificuldades desse grande movimento, puxado pela FAMS, a qual, próximo das eleições gerais daquele ano, cobrava, de um prefeito do PDS, melhorias na saúde. Eis o relato:

Antes da eleição, isso é um fato muito importante, a Federação [das Associações de Moradores da Serra] faz um movimento vitorioso, e aí foi fantástico, que foi a abertura do pronto-socorro ali onde é a maternidade de Carapina, ali foi um pronto-socorro construído pelo “Feu Rosa”, só que ele construiu, vamos dizer, terminou em dezembro, mas só ia inaugurar em agosto, setembro, tipo assim, dava um ano, porque ele queria inaugurar perto das eleições. Aí, falamos de fazer um movimento para abrir o pronto-socorro. Rapaz, o troço deu certo. Conseguimos; na época, tinha um dono de uma empresa de ônibus que ele era pró [...], que me deu um ônibus, alugou um ônibus baratinho, só sei que nós botamos 2 mil pessoas na Serra Sede, naquele tempo, 81. Passeata, faixa, negócio de outro mundo, e fizemos no coreto, um ato público que eu comandava. Aí depois chegou o Feu Rosa e disse que queria falar, aí eu perguntei, pessoal, ele quer falar alguma coisa; a gente deixa ou não? Aí falaram, deixa, aí deixei. Aí ele fala, que “vou fazer”, “vou fazer”, “vou inaugurar” tal dia... Aí eu disse: “Sr. Prefeito, foi você quem falou, tal dia, né? Então uma salva de palmas pro prefeito. Aí tal dia tava aberto, ali que ‘nego’ viu que o caminho era esse, ali foi pro movimento popular da Serra, porque ele poderia não ter feito, ter enrolado, hoje ‘nego’ faz isso. Mas ele sabia fazer o jogo democrático, ele era danado, era boa praça. E fez, e abriu. Aí pronto... o povo queria isso, queria aquilo, aí começou... e aí o movimento popular vai [...] (Carlinhos Bigode, 2016).

Em Vila Velha-ES, recordando os objetivos da mobilização e integração dos moradores no Bairro da Glória, o ex-militante “Dunga” (2015) definiu os diferentes espaços e eventos desenvolvidos na comunidade, também como elementos facilitadores da mobilização e do direcionamento das escolhas eleitorais dos moradores locais, como nos descreveu:

Lá na Glória, em 77, [quando] eu entrei na medicina, nós começamos a organizar umas [...] gincanas: festival de música de bairro, gincana pra ajudar a escola [...], até que nós chegamos à criação da MUG (Mocidade Unida da Glória) *também pra que aquele movimento de bairro tivesse um sentimento junto*, para que *quando você fosse fazer o processo eleitoral, aquilo contaminaria todo mundo*. Aí nós juntamos

os times de futebol – Operário, Universitário, Glória, Tabajara, várias gincanas para criar a MUG [...] (grifo nosso).

Notamos em sua narrativa que, para além da questão do sentimento de comunidade, do incentivo à ação conjunta, “Dunga” aponta a importância desses aspectos para as eleições. Isso nos leva a pensá-los também como mecanismos de mobilização do eleitorado local para os objetivos político-partidários pecebistas.

A questão eleitoral e a própria importância da comunidade para as eleições eram tratados direta ou indiretamente pelo “Jornal da Glória”. Na publicação de lançamento, os editores do jornal, e neste caso, os pecebistas Eduardo I. Pignaton e Felício Corrêa, já definiam a capacidade eleitoral do bairro ao apontar para o grande número de moradores que o constituíam, com cerca de 12.000 habitantes, que “sempre elegeu seus vereadores” (NASCE..., Jornal da Glória, ano I, nº1, p.01, 1980).

Algumas matérias daquele informativo ainda exerciam “papel pedagógico” no sentido de informar a população acerca da importância tanto da união e organização das lutas populares quanto de sua participação na política formal, e mais especificamente no plano eleitoral. Assim, por exemplo, em 1980, diante das propostas de alteração do calendário das eleições municipais por parte do governo federal, passando-as para 1982 – como de fato ocorreu –, os editores do “Jornal da Glória” alertavam seus leitores acerca da importância das eleições, do voto. Eles afirmavam:

[...] as eleições são muito importantes. Elas são um momento em que aumentam o debate político, o debate sobre a situação do povo, o debate sobre a situação da economia, abrindo espaço, dessa forma para que se fortaleçam as lutas por melhores salários, por melhorias para os bairros, contra a carestia. Elegendo bons candidatos, o povo terá mais força para exigir que os impostos pagos sejam usados para a criação ou melhoria da rede de esgotos e da rede de água, para a limpeza dos bairros, para o calçamento das ruas, para a instalação de postes. [...] Com a realização das eleições, poderemos mudar a composição das Câmaras Municipais, já que muitas delas têm vereadores que, em sua maioria, não representam os interesses do povo. Com a eleição de bons candidatos, poderemos reforçar a luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, isto é, uma Assembleia que crie uma nova Constituição para o nosso país. (ELEIÇÕES..., Jornal da Glória, ano I, nº1, p.02, 1980).

Além dos aspectos que enfatizamos no que tange à relação entre os problemas locais e o papel do Estado na sua resolução, destacamos o fato de o jornal considerar determinada centralidade na questão eleitoral como meio de mudança da realidade local e como instrumento de luta pelas bandeiras democráticas, tais quais a Constituinte e a democratização do país. Ao mesmo tempo, em determinado trecho, o texto indica a necessidade de que o leitor escolha “bons

candidatos” para que os objetivos fossem alcançados, ou melhor, para que o povo se visse representado neles e tivesse suas demandas atendidas.

Na parte que dava continuidade a essa matéria, percebemos o jornal, indiretamente, já em um contexto no qual se abria o pluripartidarismo e em que se colocava a questão eleitoral em foco, indicando a sigla na qual se encontravam possíveis “bons políticos”. Assim, ao afirmar a luta pelas eleições municipais naquele momento, exalta, exclusivamente, o papel do PMDB, o qual estaria fazendo uma “campanha nacional em defesa das eleições e mostrando porque o governo tem tanto medo delas” (ELEIÇÕES..., Jornal da Glória, ano I, nº1, p.02, 1980).

Considerando esses fatos no campo dos movimentos populares, portanto, vemos não só mais um espaço de atuação e mesmo de inserção institucional em associações de moradores e outras entidades por parte dos militantes do PCB-ES, mas também mais uma arena de construção da representatividade de determinados personagens ligados ao partido, bem como de espaços de influência que pudessem capitalizar apoio para alcançar seus objetivos político-partidários no cenário político capixaba, mesmo atuando na ilegalidade.

6.3. O PCB-ES E O MOVIMENTO SINDICAL CAPIXABA

Depois de reorganizado, o PCB-ES buscou se aproximar dos trabalhadores capixabas para se inserir e influenciar a organização de suas entidades e, dessa maneira, participar do movimento sindical no Espírito Santo.

Segundo Antônia Colbari (2010), entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, houve um contexto de efervescência do sindicalismo no Espírito Santo, com a explosão de greves e a multiplicação de sindicatos e outras organizações que representavam o interesse de uma gama cada vez maior de trabalhadores que se concentravam, principalmente, nas periferias da Grande Vitória-ES. Nessas áreas, vivenciavam os problemas resultantes do

agudo processo de modernização e urbanização que alterava a estrutura socioeconômica e os expunham às precárias condições de trabalho e de vida¹⁷⁴.

Ao analisarmos os aspectos da estrutura organizativa do PCB-ES, vimos como, em seu discurso oficial, a atuação junto aos movimentos de trabalhadores foi um objetivo constantemente pautado nos documentos partidários. Assim, por vezes, esses textos mencionavam o ideal de uma organização que buscava se constituir como “instrumento de vanguarda do proletariado”, como o “partido da classe operária”, nos termos do marxismo-leninismo.

No entanto, por outro lado, identificamos que o PCB que se reorganizou no Espírito Santo na segunda metade da década de 1970 não teve sua origem enraizada no setor operário. Dessa forma, assim como em outras frentes de luta política e social no estado, o movimento sindical foi alcançado, em um segundo momento, em paralelo à atuação do partido no movimento estudantil e popular. Em março de 1982, alguns dirigentes partidários também interpretavam a origem do *Setor Sindical* do PCB assim,. Em um documento formulado para a Conferência Estadual do PCB, de abril desse ano, afirmava-se, por exemplo, que “a história de reorganização do Partido, reiniciado no movimento estudantil, determinou [que] a área sindical e operária somente se organizasse recentemente” (CONTRIBUIÇÃO..., 1982, f.2).

Dada essas condições, em 1980, no auge das disputas internas no CC, e em um ano marcado por fortes movimentos grevistas em São Paulo, o CE-ES fazia sua leitura dos acontecimentos e da condição da militância sindical do partido no Espírito Santo e no Brasil. Assim, avaliava a “débil” participação da organização nos movimentos dos trabalhadores no ano anterior:

Em 1979, a classe operária retomava seu lugar no cenário político capixaba. Grandes manifestações se organizaram, mobilizações as mais diversas foram levadas a efeito, as quais tiveram seu clímax nas greves da Construção Civil, que chegaram a envolver mais de 20 mil operários; mas não estava influenciando na condução das mesmas o PCB – paradoxalmente partido da classe operária [...] (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.2).

Tal avaliação talvez encontrasse justificativa na própria condição de organização do setor sindical do partido que, como apontado acima, tinha, provavelmente, uma formação incipiente

¹⁷⁴ Segundo Colbari (2010, p.171), no Espírito Santo, a fertilidade sindical verificada no período pode ser atestada por vários indicadores, entre eles a criação de 41 novos sindicatos no período de 1981 a 1990, sendo 39 referentes a trabalhadores urbanos, distribuídos nos seguintes setores: 10 na indústria, 14 em serviços e comércio, 4 em transporte e 11 de funcionários públicos. No meio rural, criaram-se 16 novas entidades de trabalhadores. Além das questões específicas da realidade socioeconômica capixaba, a autora explica a expansão do movimento sindical no estado como reflexo das lutas pela redemocratização do país, além de responder as dificuldades que eram impelidas aos trabalhadores pela política econômica Federal que achatava seus salários e os expunha a altos índices inflacionários, comprometendo suas condições de alimentação, moradia etc.

em 1979, no limiar da recente reorganização a partir do movimento estudantil. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que militantes partidários chegaram a participar ativamente no suporte aos trabalhadores em greve a partir da sua atuação junto ao DCE-UFES e ao Comitê Universitário do PCB, como já destacamos.

Todavia, em novembro de 1981, a Seção Sindical do PCB-ES reforçava a visão do quadro frágil de inserção de sua militância nos grandes movimentos dos trabalhadores no Estado, ao fazer esta avaliação:

Não podemos permitir, em hipótese alguma, que se repita o que ocorreu na preparação do DIA NACIONAL DE LUTA – o 1º de outubro – quando foi extremamente fraca a participação dos diversos setores do Partido. Temos que ser os primeiros a ‘puxar’ as manifestações de solidariedade em nossas áreas de trabalho [...] (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1981, p.5).

Apesar dos indícios de fragilidade do PCB em torno das lutas do movimento sindical capixaba, o partido ainda perseverava, e se esforçou em adquirir substância no setor, tentando ocupar a dianteira em seus atos e entidades. Nessa direção, inicialmente buscou se posicionar e realizar leitura da política sindical defendida nacionalmente pelo CC a fim de direcionar sua militância. Analisando a documentação, percebemos que, apesar de emergirem, por vezes, profundas críticas às posturas da direção nacional, o CE-ES, entre 1978 e 1985, manteve-se fiel às linhas de ação e aos princípios norteadores da luta sindical vislumbrada pelo partido de uma forma geral.

Nesses termos, em 1980, o CE-ES tece crítica enfática à política sindical do CC, condenando a priorização das ações de cúpula – o *cupulismo* –, em detrimento da aproximação com as bases. Por outro lado, atacava a incapacidade da direção nacional de fazer sua própria autocrítica e reproduzir a tradicional culpabilização ao *esquerdismo* como o motivo de suas insuficiências e erros no movimento sindical (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.23-24).

Na visão do CE-ES, a militância pecebista pouco poderia influenciar os movimentos operários ali no início dos anos 1980, em um plano geral, na medida em que sua presença no interior das lutas cotidianas era ínfima. Essa perspectiva reforçava a leitura da direção estadual acerca do distanciamento do partido em relação ao movimento sindical, visto que considerava o seguinte:

[...] se os comunistas não têm influência na classe operária, pois pouco participaram não só desta, como da maioria das outras greves; se não estão vivendo o dia-a-dia e os problemas da massa, lá junto dela, como vão opinar e que força teriam suas opiniões? (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.25, grifo do autor).

Compreendemos que, dessa maneira, a direção estadual explicitava o quadro de afastamento do partido do operariado nacional e dos movimentos ligados a ele que irrompiam nos grandes centros brasileiros. Indiretamente, apontava que a reversão dessa situação passava pelo retorno às bases, ao envolvimento com o “dia a dia e os problemas das massas”.

Em 1982, outros documentos traçavam uma leitura que, apesar de apontarem a manutenção de um trabalho sindical de sua militância, indicavam também desafios e dificuldades. Nesse contexto, um dirigente partidário reflete sobre as condições do partido e de sua militância sindical:

A partir do momento em que temos nos consolidado como força política no Estado, inclusive no meio sindical [...], os nossos compromissos passam a ser não mais cada um de nós por si. [...] é preciso que cada militante acredite no trabalho a ser construído associado à visão da construção de um partido forte, numeroso e inserido intimamente à vida das massas trabalhadoras no nosso Estado (CONTRIBUIÇÃO..., 1982, f.1).

O mesmo documento indica as dificuldades encontradas pelo partido para a inserção no movimento sindical capixaba, apontando como causa a própria origem socioeconômica de seus quadros e as deficiências teóricas de sua formação militante:

[...] vemo-nos diante da difícil tarefa de contribuir na organização dessa imensa massa de trabalhadores do País e, particularmente, de nosso Estado. Tamanha tarefa se nos apresenta ainda mais complexa ao nos fixarmos em dois aspectos básicos: a *pouca idade do coletivo no Estado somado à pequena inserção junto aos trabalhadores do E. Santo*.

Efetivamente somos um partido com uma composição social predominantemente de classe média – evidenciado pela sua própria história de reorganização – especialmente egressos do movimento estudantil. Além deste fato, a nossa ainda imatura organização política *não conseguiu elaborar uma efetiva política de formação de quadros, inclusive que estivesse voltada à organização das camadas trabalhadoras do ES* [...] (CONTRIBUIÇÃO..., 1982, f.2, grifo nosso).

A dificuldade de aproximação com as camadas populares no dia a dia, como resultado da própria origem “predominantemente de classe média”, já havia sido apontada na narrativa de Carlos A. Rios Cavalcanti (2016), a qual citamos, no que tange à necessidade de adequar o vocabulário como recurso para estreitar laços com as comunidades mais pobres de Serra-ES. Geraldo Correia (2016), em seu depoimento, também fez referência a essa questão ao citar a difícil tarefa de estabelecer interlocução com os trabalhadores, dadas as diferenças de

formação intelectual e cultural entre os atores envolvidos nas reuniões e nos grupos de estudo em sindicatos e em locais de trabalho¹⁷⁵.

Dessa forma, o partido encontrou dificuldades em realizar recrutamentos nesse setor. Tal aspecto é ressaltado em uma autocrítica de março 1982, a qual reafirmava a dificuldade do partido de formar quadros militantes “autenticamente” oriundos das camadas trabalhadoras e do movimento sindical, mesmo depois de quatro anos de reconstrução. É o que podemos observar neste trecho:

Nesse período conseguimos recrutar um pequeno número de operários, além da transferência de quadros de outros setores (popular, estudantil, etc...) todos esses companheiros têm trabalhado em torno das ideias gerais da política sindical traçadas historicamente pelos comunistas brasileiros. De um modo geral, o nosso trabalho tem se prendido à ação nas entidades sindicais e nas ações intersindicais que exigem pouco de uma militância a se preparar para um recrutamento o maior possível, junto aos diversos setores (CONTRIBUIÇÃO..., 1982, f.2).

Apesar dessas circunstâncias, a militância pecebista, segundo constamos, conseguiu se inserir no meio sindical em certa medida, chegando a ocupar a direção de sindicatos e a influenciar o movimento de trabalhadores no Espírito Santo.

O CE-ES ressaltava os resultados positivos de sua militância sindical em seu balanço de atividades de setembro de 1982, diante das dificuldades encontradas pelo partido ao longo dos quatro anos que seguiram a sua reconstrução:

O P. tem tido participação em todas as eleições sindicais do Estado, tendo sofrido uma única derrota, fruto do processo mal encaminhado, mas, mesmo assim, em uma categoria profissional na qual tem crescido a influência do Coletivo. Têm sido produzidos documentos sobre sindicalismo no Espírito Santo. Nossa Organização está trabalhando na articulação de grande número de entidades sindicais rurais, procurando trazê-las para o movimento intersindical estadual. Tem estimulado a criação de novos sindicatos. Participou ativamente do II Enclat-ES (Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo) e, a partir deste evento, mantém sua influência no movimento intersindical capixaba. (A VOZ DOS TRABALHADORES, set. 1982, ano III, nº9, p.5).

Naquele ano, um dirigente sindical apresentava os setores que o partido encontrava maior facilidade de inserção, como aqueles sindicatos “de classe média pelo maior nº de militantes nessa área, embora já consigamos articulações importantes como nos metalúrgicos e na construção civil” (CONTRIBUIÇÃO..., 1982). Em suas narrativas, os ex-militantes do PCB

¹⁷⁵ Outro obstáculo apontado por alguns ex-militantes como obstáculo para a aproximação com algumas entidades e categorias profissionais teria sido a própria falta de organicidade em meio aos trabalhadores e suas lideranças. Isso porque, em alguns casos, o militante pecebista aparecia como elemento externo ao cotidiano desses espaços. Aurélio Carlos Marques de Moura (2015), por exemplo, lembrou essas dificuldades ao citar a tentativa de executar uma *tarefa*, então inédita para ele, de atuar junto ao sindicato da construção civil. Sua avaliação foi: “[...] Fiz po*** nenhuma, fiz nada. Porque a distância né, cara. Até você ganhar a confiança num sindicato daquele tamanho lá, que era um sindicato complicado [...]”.

acabavam por corroborar com essa perspectiva, apontando algumas categorias nas quais a organização teria atuado: médicos, professores secundaristas e universitários, jornalistas, bancários.

Fortemente ligado a jovens da classe média capixaba, estudantes ou recém-formados em medicina, direito, economia, engenharia, era em direção à atuação junto a suas categorias profissionais que, *a priori*, iniciava-se a militância sindical de alguns membros do partido. Como lembrou o ex-militante e estudante de medicina Ildeberto Muniz de Almeida (2016), “[...] os militantes eram estimulados a buscar novos contatos de acordo com suas histórias. Após concluir seu curso podia iniciar militância sindical. Se era estudante e professor ou bancário, etc., podia buscar inserção sindical [...]”.

Ele mesmo teria se inserido assim no Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (SIMES), chegando a ocupar a vice-presidência dessa organização no início dos anos 1980. Nesse espaço também teriam atuado outros “médicos militantes” do partido, como Geraldo Correa Queiroz, Wellington Coimbra e Lauro F. S. Pinto. Segundo Fernando J. Pignaton (2016), no início dos anos 1980, o PCB tinha um núcleo muito forte de militância nesse sindicato.

Em contrapartida, nesse mesmo documento se apontava que o partido tinha frágil articulação junto aos setores produtivos, mais especificamente da Construção Civil e, até aquele momento, dos Metalúrgicos (CONTRIBUIÇÃO..., 1982, f.2). Essas duas categorias e suas entidades sindicais, somando-se ainda os ferroviários e portuários, representavam grande contingente de trabalhadores no Espírito Santo e importantes setores da economia capixaba¹⁷⁶ (COLBARI, 2010).

Dessa forma, a aproximação com esses setores se tornava necessária para o partido solidificar sua base sindical. Geraldo Correa Queiroz (2016) fez uma análise da visão tática do PCB-ES nesse movimento:

Os metalúrgicos, por exemplo, tinham uma inserção, um papel importante na vida do estado em razão das empresas que eles representavam, quer dizer, representava a categoria das grandes empresas localizadas no estado do Espírito Santo. Não foi à toa que a gente optou por fazer uma aproximação com aquele sindicato, com os ferroviários, a mesma coisa, pela posição estratégica do sindicato, óbvio. Então, não foi nada aleatório, as coisas aconteceram por decisões pensadas, né. Procurar um sindicato que não tem nenhuma expressão? Ou que não representa um segmento da economia, que não seja importante, que não representa impacto na sociedade? [...]

¹⁷⁶ O próprio partido, em 1981, por exemplo, reconhecia o peso dos trabalhadores da construção civil no conjunto do operariado capixaba afirmando que “a categoria dos trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil envolve aproximadamente 46.000 operários, dos quais 70% a 75% empregados em obras ligadas à Companhia Siderúrgica de Tubarão” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1981, f.1).

Nessa direção, o partido apontava, oficialmente, em 1982, o caminho a ser tomado por sua militância para superar as dificuldades de envolvimento com alguns tipos de sindicatos e categorias profissionais, assim como para a manutenção de suas conquistas no cotidiano da luta no movimento sindical. Na visão de um dirigente do PCB-ES na época, deveria se realizar:

[...] ações no sindicato, em bairros e, especialmente nos locais de trabalho, se possível. O seu mecanismo de atuação seria a ampliação da pequena experiência que hoje temos desenvolvido de reuniões para discussões dos mais variados problemas que interessem à categoria, como convenções salariais, condições de trabalho, etc... e mantendo-os em discussões periódicas. Nesses grupos, surgem elementos mais avançados que nos permitem desenvolver uma política específica de discussão da sociedade e sua transformação, através de material a ser selecionado e padronizado por esse coletivo (CONTRIBUIÇÃO..., 1982, f.4).

Podemos perceber que o partido se orientava a reproduzir, no campo da militância sindical, os métodos de recrutamento de militantes e aproximação de simpatizantes adotadas em outras frentes: pequenos grupos de estudo, e seleção de suas lideranças, dos “elementos mais avançados”. O ex-dirigente do PCB, Lauro F. S. Pinto Neto (2016), citou como deveria se dar o processo, afirmando que a ideia era “[...] em cada categoria, tentar criar uma célula que discutisse o sindicato, a ação nos sindicatos, tentasse ganhar os sindicatos, ou ter uma participação no sindicato. Era movimento sindical e popular [...]”.

No entanto, em sua narrativa, Ildeberto Muniz de Almeida (2016) lembrou das dificuldades de inserção do partido nos sindicatos de caráter mais popular e da dependência que a organização tinha em relação a determinados sujeitos intermediadores para realizar a sua aproximação com eles. O intermédio era feito, normalmente, por militantes ou simpatizantes do partido que já ocupavam algum espaço próximo da categoria ou já se relacionavam com suas lideranças, conforme Almeida.

Esses atores que o ex-militante definiu em sua narrativa como “pontes”, quando inexistentes, dificultaram o trabalho de aproximação do partido com as bases operárias e suas entidades sindicais. Tal trabalho contou, por diversas vezes, com o fato de que ao atuar na área da saúde alguns militantes estabeleciam o elo entre o partido e a base operária a partir de sua inserção profissional como médicos de empresas e sindicatos. Além de Lelo Coimbra e Ildeberto Muniz de Almeida, assim também teria ocorrido com o ex-militante Geraldo Correa Queiroz (2016), o qual afirmou:

Minha participação foi muito vinculada à área de saúde no sindicato dos médicos e também [...] de trabalhadores, no sindicato dos metalúrgicos e sindicato dos ferroviários. Fundamentalmente, era essa a minha circulação como militância

específica do partido. [...] eu participei de todos os movimentos da época, mas como atividade específica, tarefa, tarefa partidária, como a gente dizia na época, eu fiquei muito vinculado ao sindicato dos médicos e a uma inserção e aproximação com trabalhadores do sindicato dos metalúrgicos e sindicato dos ferroviários [...].

Assim, o então militante dos movimentos populares de Serra-ES, Aurélio Carlos Marques de Moura, enfermeiro e empregado das empresas desse região, recebia a sua segunda *tarefa* para atuar junto aos trabalhadores da Construção Civil, sindicato de grande expressão liderado pelas Oposições Sindicais (OS) entre finais da década de 1970 e início dos anos 1980 (COLBARI, 2010). Moura narrou a situação:

A gente era designado. Mas eu comecei fazer parte logo, logo da direção municipal por que eu era enfermeiro em empresa de construção civil. Aí, eles falaram: “vão pegar esse gancho pra você ir para o sindicato da construção civil que a gente tem interesse em ver como é que o negócio tá funcionando lá. E eu saía daqui, ia lá para a reunião no Morro do Quadro, de ônibus, tinha carro não. E eu comecei a participar do sindicato da construção civil. Porque eu podia. Eu era enfermeiro, mas era da empresa de construção civil [...] (MOURA, 2015).

Esses intermediadores foram, por vezes, simpatizantes do partido, como alguns advogados trabalhistas. Nessa direção, o ex-dirigente partidário PCB-ES, Fernando Luiz Hernkenhoff Vieira (2015), lembrou que o advogado Sizenando Pechincha teria “colocado na mesa” da organização cerca de 10 a 11 sindicatos para os quais ele prestava serviço, no sentido de que os pecebistas pudessem empenhar um trabalho de conscientização e educação política, ao mesmo tempo em que os colocaria sob sua “órbita” de influência.

Outra “ponte” para o acesso aos sindicatos de trabalhadores, segundo citaram ex-militantes como Eduardo I. Pignaton (2015), Geraldo Correa Queiroz (2016), César Colnago (2016), entre outros, teria ocorrido com a atuação dos antigos militantes partidários, como Clementino Santiago, João Trindade e Vespaziano Meirelles, os quais possuíam uma vivência histórica mais próxima ao operariado local e tentavam aproximar as bases operárias do partido.

Depois de instalados e atuando junto a entidades sindicais, visava-se ocupar a sua liderança. A Seção Sindical do PCB-ES chegou a formular diretrizes para a organização do trabalho de seus militantes nos contextos das disputas eleitorais pela direção dos sindicatos.

Nesse contexto, por exemplo, o setor sindical do partido deveria focalizar suas ações nas ruas e nos locais de trabalho como espaços privilegiados nos períodos de campanhas. Doravante, a militância pecebista deveria promover ações de massa com encontros dentro ou nas portas dos locais de emprego, distribuir material informativo escrito e agilizar o uso da própria máquina sindical, considerando que esse era, inclusive, um ato que “democratizava” os recursos

materiais, financeiros, etc. dos sindicatos (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, [1980?], f.1).

Expressando um enorme pragmatismo, a Seção Sindical do PCB-ES orientava os militantes a buscarem conhecer quem eram os componentes das chapas mais votadas em eleições precedentes e identificar se existiam setores “puxadores de votos”. Individualmente, cada militante deveria listar amigos, conhecidos, pessoas presentes na luta ou no dia a dia da categoria aos quais deveria ser pedido apoio à chapa do partido (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, [1980?], f.2). O caráter pragmático da busca pela direção dos espaços sindicais fica ainda mais claro e explícito na orientação a seguir:

Individualmente transar iniciativas de convivência comum com pessoal do seu setor de trabalho, ampliação de amizades e laços de confraternização (Ex.: festas, excursões, participações conjuntas tipo “cinema depois do trabalho”, “cervejinha nas sextas feiras”, etc) de preferência trazendo também a presença de membros destacados na chapa. Nestas ocasiões não ter medo de falar sobre a campanha e pedir voto para a sua chapa [...] (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, [1980?], f.3).

Notamos um partido que planeja e estabelece métodos para alcançar a inserção e a liderança nos espaços sindicais utilizando-se, além da difusão de suas propostas e ideias, as relações pessoais e as lideranças já estabelecidas. Dessa forma, podemos perceber, entre outros aspectos, a preocupação da Seção Sindical do PCB-ES em orientar sua militância a buscar aproximação com personalidades, “puxadores de voto”, “membros destacados”, a fim de conferir mais possibilidades de vitória nas disputas com os seus adversários no movimento sindical, além de aumentar a sua própria representatividade junto aos trabalhadores. Ademais, verificamos de que modo, em algumas ocasiões, a militância política e a vida pessoal desses atores se entrelaçavam de forma consciente e objetiva no seu dia a dia.

Com o trabalho dos intermediadores, isto é, das “pontes”, e de ações orientadas como as citadas há pouco, por exemplo, o partido conseguiu eleger uma chapa nas eleições do sindicato dos metalúrgicos em outubro de 1982, colocando um membro do CE-ES na presidência da entidade: Luiz Carlos Rangel, o “Crioulo”. Consideramos tal vitória importante também por ocorrer às vésperas das eleições gerais nesse ano, processo no qual, como veremos, paralelamente o partido se lançava de forma prioritária. Sobre o processo, assim

lembrou o ex-militante Ildeberto Muniz de Almeida ao falar da inserção no Sindicato dos Metalúrgicos¹⁷⁷:

No movimento sindical metalúrgico, a inserção inicial parece ter se apoiado em dois caminhos. De um lado, [...] houve a identificação da existência de um filho de um ex-comunista, trabalhando na categoria e que recebeu apoio e abriu portas para a aproximação de outros militantes. De outro lado, a inserção apoiou-se na atuação do Lelo Coimbra [dirigente do PCB-ES], que era médico contratado do sindicato e conhecia lideranças e abria espaços para nossa atuação. Foi por iniciativa do Lelo e do Luiz Carlos “Crioulo” [Luiz Carlos Rangel] que iniciou a organização de reuniões com trabalhadores metalúrgicos de base em diferentes locais (ALMEIDA, 2016).

Outras entidades sindicais importantes as quais o partido teria exercido significativa influência, segundo os depoimentos, teriam sido as categorias dos portuários, dos ferroviários e dos bancários, esta última, inclusive, com uma gestão liderada pela militância pecebista a partir de 1983¹⁷⁸.

No início da década de 1980, a política sindical do PCB-ES era reforçada na inserção e representação de sua militante, pela advogada e professora Myrthes Bevilacqua Corradi. Desde os anos 1960, ela construía uma trajetória junto à luta do magistério capixaba. Entre 1973 e 1981, liderou a União dos Professores do Espírito Santo (Upes), e de 1975 a 1983, foi vice-presidente da Confederação de Professores do Brasil (CPB), tornando-se reconhecida nacionalmente (MIRTES..., 2000). À frente da Upes, Myrthes liderou importantes movimentos e ações da categoria no estado, envolvendo-se em embates com o Poder Público estadual. Dessa maneira, tornou-se uma das referências na luta dos trabalhadores capixabas, provocando grande repercussão e visibilidade nos jornais locais (SOUZA, 2014).

Mesmo não ocupando as direções dos sindicatos e outras entidades do setor, o partido não dispensava a manutenção da militância no interior dessas organizações, nos locais de trabalho da categoria e em seus movimentos, visando amplificar os círculos de simpatizantes, possíveis militantes e a sua influência no movimento sindical capixaba. Nessa direção, a análise realizada pela Seção Sindical do PCB sobre a “Greve da Construção Civil” de 1981 nos parece exemplar. O documento traz alguns indicativos desse panorama, nos seguintes termos:

¹⁷⁷ Alguns ex-militantes fizeram fortes críticas de uma possível atuação “pelega” e “personalista” de “Crioulo” à frente do Sindicato dos Metalúrgicos, elemento que teria sido obstáculo para os trabalhos partidários junto à entidade e sua categoria. Nesses termos, corroboraram as narrativas de Ildeberto Muniz de Almeida (2016), Geraldo Correa Queiroz (2016) e Carlos Alberto Rios Cavalcanti (2016). Apesar desses apontamentos, nos quais não nos aprofundaremos, consideramos a vitória de uma chapa pecebista nas disputas do sindicato citado, em 1982, um indício do crescimento do partido em um setor, até aquele momento, considerado de frágil inserção do partido, e que assumia importância na estratégia da política sindical pecebista.

¹⁷⁸ O ex-militante César Colnago (2016) ainda lembrou que “[...] tinha gente do partido que atuava na Federação dos Trabalhadores da Construção Civil, no Sindicato, na Federação dos Trabalhadores da Agricultura. Fetaes tinha gente nossa, na assessoria política, jurídica [...]”.

[...] merece toda a atenção e dedicação dos comunistas. Sabemos muito bem que a greve se constitui em uma especial escola de educação política, de aprendizado das massas, que deve ser tratada como tal.

Os companheiros diretamente envolvidos com o movimento devem procurar se destacar pelo seu trabalho – como aliás estão fazendo e muito bem –, ganhar representatividade no Comando da Greve e no meio da massa [...] (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, nov. 1981, p.04).

Percebemos que o partido entendia a necessidade de participação dos comunistas no movimento grevista no sentido de os seus militantes aproveitarem as circunstâncias da greve para “educar as massas”, remetendo-nos à concepção leninista de *partido de vanguarda*. Ao mesmo tempo, orienta para a necessidade de os membros do PCB ganharem representatividade no movimento, o que significava tentar sobressair sobre as próprias lideranças diretas da categoria, influenciando, assim, “por fora” da direção da entidade. Nesse caminho a orientação era abrir espaços nos atos, como se lê:

Devem tentar em seus discursos *se preocupar ao máximo em elevar o nível de consciência dos trabalhadores* [...]. Evidentemente, com o clima de agitação predominante nas assembleias, não dá para entrar com discursos macios, explicativos. *Os discursos têm que ter garra mas tem que explicar aos trabalhadores o motivo da greve* – a pauta de reivindicações (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1981, p.4, grifo nosso).

Segundo esse registro partidário, a militância pecebista deveria adotar posturas mais “aguerridas”, para não dizer “com conotações radicais” em seu discurso, considerando o contexto efervescente da greve. Dessa maneira, de forma pragmática se abandonaria a moderação da linha política oficial do partido em nome da aproximação com os trabalhadores e do fortalecimento da representatividade dos seus militantes em atividade no contexto apontado.

A ressalva em relação à postura momentaneamente “desviante” é feita a seguir. O discurso radical seria um recurso tático para o trabalho de seus militantes no sentido de “conscientizar” as massas sobre o papel da greve no campo das batalhas que envolviam o movimento dos trabalhadores no país. Assim, ela seria uma “etapa”, e não “um fim em si mesma”:

Além de ganhar os trabalhadores para dar todo o empenho à greve, toda força à mobilização dos companheiros, tem que fazê-los compreender também que a greve é uma batalha, não esgota a luta nem vai resolver de vez todas as insatisfações atravessadas na sua garganta. Portanto, a luta deve continuar após a greve com a participação dos trabalhadores no seu sindicato, com a criação das delegacias sindicais – ou o esforço das já existentes, com a mobilização contra os aumentos dos preços das passagens, com a interferência dos trabalhadores nas políticas partidárias (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1981, p.4).

Para além das questões internas, a atuação do PCB no movimento sindical capixaba refletia a maneira como o partido se relacionava externamente com outras correntes e organizações políticas, seja para possíveis alianças, seja como competidores. A partir disso emergiam outros desafios, concretizados, principalmente, nas disputas com outros setores da esquerda capixaba os quais buscavam consolidar seus espaços no movimento sindical. Assim, no Espírito Santo, o PCB aderiu à linha do CC e se articulou aos setores moderados da *Unidade Sindical*. Dessa maneira, sua militância marcou posição nos embates estaduais contra outras tendências ligadas ao chamado *sindicalismo autêntico independente* e à *Oposição Sindical* (COLBARI, 2010, p.174).

Em relação a esse ambiente de disputas, foi comum, tanto no discurso oficial do partido quanto nas narrativas construídas pelos seus ex-militantes em nossas entrevistas, a construção de uma visão dicotômica, entre os *moderados, democráticos e unificadores* do PCB e os *radicais, esquerdistas e sectários* do PT e das Oposições Sindicais.

Avaliando a condução da luta dos trabalhadores da construção civil na greve de 1981, sob a liderança da Oposição Sindical, por exemplo, evidenciamos a crítica ao *radicalismo* e à *rigidez* na postura dessas lideranças:

A orientação política predominante hoje na Diretoria [do sindicato] – e mesmo em diversos militantes da base – desse sindicato é inspirada na linha das Oposições Sindicais.

[...]

[...] Boa parte dos companheiros sindicalistas da Construção Civil, com sua retórica radical, não tem a habilidade, “o jogo de cintura”, necessário para desenvolver uma negociação com classe patronal, especialmente em momentos mais delicados como o atual, de crise econômica, recessão e desemprego, quando é mais difícil a organização da categoria (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1981, p.1).

Além de percebermos os ataques aos setores das Oposições Sindicais capixabas, consideramos possível nos aproximarmos da concepção e dos caminhos ideais de luta vislumbrados pela Seção Sindical do PCB-ES para esse tipo de movimento. Para o partido, então, a falta de “jogo de cintura” isolava a luta à esquerda, radicalizando o movimento, o que o tornava incapaz de fazer leitura da realidade e dos limites que se impunham quando enrijecidas as posições. Ao que parece, o caminho sugerido pelos pecebistas capixabas previa, além da moderação, negociações com o patronato.

Tal prática era adotada, ao que parece, por direções sindicais sob a liderança do partido, ao ponto, inclusive, de serem acusadas de *cupulismo* e de afastamento das bases em algumas

situações. Assim sugere uma autocrítica realizada pela Seção Sindical do PCB, em 1982, afirmando, já como um problema, o fato de as lideranças sindicais pecebistas se distanciarem das bases ao adotarem “soluções pelo alto, negociações políticas com representantes do governo” e menosprezarem o “trabalho de organização, mobilização e conscientização política das massas trabalhadoras nos seus locais de emprego e ou [sic] moradia [...]” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1982, f.4).

Nesses termos, encontramos o traço legalista e institucional da atuação do PCB-ES. Diferentemente dos setores à esquerda, que desacreditavam as instituições oficiais, o PCB-ES ainda apostava nos espaços institucionais como arenas possíveis de resolução de contendas trabalhistas e meio de assegurar as conquistas dos trabalhadores. Nesse sentido, os setores sindicais do PCB-ES não desconsideravam o Ministério do Trabalho como parte do seu repertório de recursos táticos, almejando encontrar instrumentos jurídico-legais necessários para atingir seus objetivos. Como podemos ver a seguir, tal receita era levada a cabo em sindicatos que estavam sob a influência ou liderança do PCB no estado:

[...] não tentaram usar a arma que dispõe o Sindicato, quando os patrões emperram a negociação, antes da greve, qual seja a convocação compulsória, dos empregadores na Delegacia Regional do Trabalho.

Este expediente, que aliás [sic] tem sido usado por Sindicatos combativos em nosso Estado, como o Sindicato dos Médicos, Jornalistas etc, foi recusado pelos companheiros da Construção Civil, já que entendem que lutar por um sindicalismo independente pressupõe ‘ignorar’ a existência do Ministério do Trabalho (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1981, p.1).

Reproduzindo a posição do partido em âmbito nacional, a crítica ao que definia como *sectarismo* e *esquerdismo* dos setores do “bloco combativo” do sindicalismo no Espírito Santo encontrava fundamento no princípio da *unidade sindical*, elemento indispensável da linha política pecebista abraçada pelos dirigentes capixabas. Por ele, a *Seção Sindical* do PCB-ES pautou suas atividades e demarcou sua diferença em relação às correntes adversárias.

A defesa daquele princípio aparece em vários documentos do partido no início da década de 1980. Inclusive, a direção estadual chegou a formular críticas contundentes ao CC, em 1980, acusando-o de, na prática, se afastar da luta unitária ao afirmar:

[...] a conquista da unidade reside em aglutinarmos todos aqueles de fato interessados na luta pelas reivindicações dos trabalhadores e no combate ao regime arbitrário. E, mais do que isso, a política da unidade passa, evidentemente, pela articulação dos dirigentes e lideranças sindicais, mas volta-se, de maneira prioritária, para as bases (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.25).

No caso do Espírito Santo, para o CE-ES, a política de *unidade sindical* ideal era pensada no sentido de orientar a militância do *setor sindical* a evitar práticas *sectárias* e *discriminatórias*. Explicitamente, a direção estadual formulava a necessidade de se buscar a aproximação com todas as lideranças sindicais, na medida em que, de alguma forma, elas seriam representativas das massas trabalhadoras. Nesse caso, deveria se incluir também os setores tradicionalmente definidos como *pelegos*, desde que seus militantes não se colocassem de forma dependente deles para sustentar as ações. Assim, os dirigentes estaduais orientavam oficialmente a sua militância:

Nossa política não deve discriminar ninguém dentro do movimento sindical, exceção feita, aos policiais e aos agentes declarados dos patrões. É preciso dar fim à visão discriminatória contra dirigentes e lideranças sindicais atrasados, erroneamente confundidos com os pelegos, concepção essa muito difundida entre as esquerdas. O dirigente ou o líder sindical, ainda que atrasado, pouco politizado, em geral detém a confiança da massa, pois por ela foi escolhido. Combatendo-o apenas por seu atraso e sua despolitização, distanciamos-nos de sua massa ou até da categoria inteira. Também não devemos considerá-lo pelego, embora, por tais condições, possa vir a sê-lo no futuro [...] (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.26).

Taticamente, o aspecto corporativo dessa estrutura sindical oficial, historicamente identificada como *pelega*, na visão dos pecebistas capixabas, deveria ser corroído “por dentro”, a partir da ocupação de seus espaços e de sua liderança. Como orienta um documento da Seção Sindical do PCB de maio 1982,

[...] a luta contra a atual estrutura sindical deve passar por dentro dessa estrutura buscando uma maior aproximação das categorias profissionais com as entidades que hoje, queiramos ou não, as representem.

[...]

Somos então contrários ao PARALELISMO na vida nacional (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1982, f.4).

O ex-dirigente do PCB-ES, Ildeberto Muniz de Almeida (2016), afirmou que o fato de o partido estimular a “atuação por dentro” das organizações, mesmo quando elas estavam sob o controle de *pelegos*, era “uma das diferenças entre a linha de atuação do PCB e outros movimentos, como o de Oposição sindical (OS)”.

No âmbito da busca por uma ampla unidade de forças, os dirigentes capixabas compreendiam a necessidade de, em outro extremo, evitar a prática do sectarismo e a intolerância em relação às esquerdas. Mesmo sem desconsiderar as críticas a essas correntes, ali estariam seus aliados mais próximos, principalmente porque seus objetivos políticos também se aproximavam. Assim revelava a visão do partido, expondo uma forte crítica ao CC em 1980:

[...] a partir do retorno da direção nacional ao País, os comunistas engajados no movimento sindical vêm-se [sic] posicionando frente às esquerdas, cada vez mais, exatamente como elas se comportam em relação a nós: intolerante e sectariamente. Chega a parecer que o objetivo de combater a ditadura e seus agentes ficou para segundo plano, ascendendo ao primeiro o de derrotar as esquerdas. [...] Nada mais errado do que tal prática. Reconhecemos as dificuldades em trabalhar em conjunto com essas forças, devido à política estreita de várias delas [...]. Não podemos nos esquecer de que tais correntes *também lutam contra a ditadura e defendem o socialismo*. E, por isso mesmo, são nossos próximos e prováveis aliados, desde que, nesse sentido, tenhamos uma política justa, razão pela qual devemos buscar seu apoio para a unidade de ação (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.26, grifo do autor).

No interior dos sindicatos liderados pelo partido, a *unidade* norteava sua atuação. Assim, em março de 1983, a Seção Sindical do PCB orientava como passo inicial da nova gestão no Sindicato dos Bancários, formada por uma direção com membros do PCB-ES, “um permanente trabalho pela consolidação da unidade da diretoria”. Ao mesmo tempo, apontava sua postura moderada indicando a necessidade de se afastar os elementos de “extrema esquerda” dos movimentos na medida em que eles concebiam as lutas como momentos “do tudo ou nada”, impondo riscos para o futuro das ações (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1983a, p.01-03).

No entanto, é no âmbito dos organismos intersindicais que o PCB-ES tentou colocar tais princípios de luta em prática. Em um primeiro momento, a defesa de uma *luta unitária* o levou a se inserir e a disputar a chamada Frente Sindical (FS) que, criada em 1978, marcou a primeira tentativa de articulação de categorias de trabalhadores no período pós-64 e envolveu as forças políticas mais atuantes no movimento sindical capixaba, e, nesse caso, os sindicalistas autênticos independentes, a Unidade Sindical e a Oposição Sindical (COLBARI, 2010, p.75). Em 1982, a Seção Sindical do PCB-ES, avaliando o papel positivo da FS na unificação da luta dos trabalhadores capixabas, ressaltava: “em pouco tempo a FS conseguiu envolver um razoável nº de entidades” da qual “participavam: sindicatos dos bancários, dos metalúrgicos, dos portuários, guindasteiros, jornalistas, médicos, além de várias associações classistas de caráter pré-sindical” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1982, f.1).

Para os observadores contemporâneos, com o passar do tempo, a influência das disputas político-partidárias no campo da esquerda rebatia sobre a FS no Espírito Santo. O fenômeno da partidarização da entidade, que aumentava em 1982 diante da iminência das eleições nesse ano, foi percebido e criticado pelo militante pecebista Ildeberto Muniz de Almeida, dirigente do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (SIMES) na época, como se lê:

[...] um dos elementos que tem mais influenciado nessa política (prática) é a partidarização do movimento sindical. Polarizada ainda mais esse ano, por causa das eleições.

Ora a politização do M.S. é um fato em si, auspicioso. E ela se dá desde o momento em que o alvo central das reivindicações do movimento nacional dos trabalhadores é o próprio regime.

Ao falar de partidarização nos referimos à prática hegemônica disseminada no seio do movimento e que não reflete a inserção das correntes políticas no movimento real em curso. Trata-se de uma prática autoritária em sua essência.

Seguindo esse ritmo, as reuniões da FS tornaram-se palcos de disputas ideologizadas (e idealizadas também) que visam satisfazer restritos interesses das correntes de opiniões em detrimento da busca de unidade do movimento.

Como consequência, fica o enfraquecimento do movimento (ALMEIDA, 1982, p.03).

No interior da FS, os militantes pecebistas passaram a receber fortes críticas por parte da militância do PT em virtude dos posicionamentos e direcionamentos deles na formulação de alianças. É o que atestou a Seção Sindical do partido em maio de 1982 ao afirmar que a

[...] divergência política natural em qualquer situação foi interpretada de outra forma pelos ditos ‘sindicalistas independentes’ no PT [...] que [...] vêm sistematicamente desenvolvendo intensa campanha de articulações contra o Partido e nossa atuação na F. [Frente Sindical] (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1982, f.2).

Segundo Antônio Colbari (2010, p.175), apesar das divergências e disputas internas, a Frente Sindical permitiu o avanço do sindicalismo capixaba ao promover a unificação de diferentes categorias como médicos, professores da rede oficial, metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, etc. e sedimentar a principal bandeira de luta do momento: o desatrelamento do sindicato do Estado. Ademais, essa frente teve participação decisiva na realização do I e do II Encontro das Classes Trabalhadoras (Enclat-ES), em 1981 e 1982, respectivamente, fundamentais no processo que resultou na construção da CUT, em 1983.

Nos encontros e na Comissão Pró-CUT, a militância pecebista continuou demarcando seus posicionamentos em torno do princípio da *unidade*, alinhando-se aos direcionamentos do CC. Nessa direção é que, em 1982, após o II Enclat-ES (junho de 1982), o partido reafirmava a manutenção da defesa da luta unitária no movimento sindical e da ação “por dentro” da estrutura sindical vigente, evitando ações paralelas, como demonstra a análise realizada pela Seção Sindical do PCB-ES sobre os caminhos propostos para a luta dos trabalhadores a partir do encontro:

As propostas [...] apresentadas [...] delimitam esquematicamente um caminho a ser seguido na defesa da linha política que une os segmentos sindicais preocupados com

o avanço efetivo, com bases reais, do mov. Operário em nosso país. Tal caminho deverá se dar por dentro da estrutura intersindical aprovada no Enclat, aproveitando os aspectos positivos de sua estruturação (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 26 jun. 1982, f.3).

No entanto, em maio de 1984, refletindo, no estado, os conflitos e as consequentes rupturas que marcaram a construção nacional da CUT, o PCB-ES encaminhava seu afastamento dessa entidade e a sua manutenção na Conclat, seguindo os rumos indicados pela linha sindical do partido nacionalmente, com esta defesa:

Como Coletivo, nosso vínculo maior na cúpula operária no país, é com o Conclat. [...] Recusamos a estreiteza da CUT, quase totalmente aparelhada por partido político e inimigo do princípio de unidade sindical e operária. Apesar de adversário do divisionismo e isolacionismo da CUT, nosso Coletivo não abre baterias contra essa organização, porque não quer aprofundar o fosso que poderá cindir a classe operária. Mantemo-nos firmemente adeptos da unidade do proletariado e da intelectualidade – por isso, dos sindicatos – em torno dos seus objetivos. E trabalhamos ativamente em favor dessa unidade (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1984, p.2-3).

No seio dessas disputas com as Oposições Sindicais e depois, mais significativamente, com o PT no movimento sindical capixaba, é preciso considerar que, na memória dos seus próprios militantes, há um reconhecimento acerca da vantagem dos setores mais à esquerda do movimento em relação ao PCB, como apontou o ex-dirigente pecebista Fernando Luiz Herkenhoff Vieira (2015), afirmando o seguinte:

[...] o PCB participou na organização dos movimentos sociais. Não era majoritário. Majoritária era a Igreja Católica e [o] PT. Mas participou... Participou da reorganização da Central Única dos Trabalhadores. Não era majoritário, mas o nosso candidato a representante da CUT foi Dr. Lauro Ferreira Pinto. E ele quase derrotou Dr. Vitor Buaiz [PT] [...].

Alguns ex-militantes, como Eduardo I. Pignaton (2015) e Carlos Alberto Rios Cavalcanti (2016), até definem como “pequena”, “pouca”, a inserção pecebista nos sindicatos capixabas.

No entanto, não podemos desconsiderar que o partido, entre finais da década de 1970 e início dos anos 1980, teve atuação ativa no segmento, participando, quando não liderando, de algumas de suas entidades. Sobre esse quadro, Antônio Claudino de Jesus (2015) considerou o papel do PCB no conjunto de outras organizações e movimentos nas lutas políticas e sociais capixabas da seguinte maneira:

Toda a recomposição do movimento sindical, na reorganização do movimento sindical, não só o PCBÃO [sic], mas também os outros partidos de esquerda. Na década de 1970 e 1980, o PCBÃO [sic] esteve à frente da esquerda capixaba indubitavelmente e foi o motor das transformações do estado naquele período, rumo à democracia, isso eu não tenho dúvida nenhuma. Mas não se pode esquecer que não foi sozinho. Muitos outros companheiros de várias tendências de esquerda contribuíram, participaram [...].

Se, porventura, não “esteve à frente da esquerda capixaba” por todo o tempo, como lembrou Claudino de Jesus, entusiasmado, considerando, principalmente, o crescimento do PT no Espírito Santo, entendemos que no início da década de 1980 o PCB teve significativa atuação e envolvimento com as lutas políticas e sociais no estado. E também no meio sindical, pelo qual se abria um flanco de possibilidades para extrair quadros representativos e apoio para seus objetivos, o que extrapolava as bandeiras, as entidades e as ações desse movimento em si.

Considerando o que vimos até aqui, verificamos o caráter legalista, moderado, etapista, e aliancista da perspectiva de luta no movimento sindical da Seção Sindical do PCB-ES. Além disso, percebemos as condições que se colocaram diante do objetivo do partido em tentar ocupar espaços e liderar movimentos e entidades, ao mesmo tempo em que forjava a representatividade de alguns de seus militantes.

No entanto, também percebemos o esforço do PCB-ES no sentido de articular o esforço dos trabalhadores no campo da luta democrática contra o regime ditatorial. Ademais, tentou-se elevar as reivindicações para o plano das disputas político-partidárias, sendo os trabalhadores interpretados como atores capazes, então, de influenciar os rumos da política formal capixaba.

Tal percepção vislumbrava a necessidade de que o empenho dos trabalhadores transpusesse seus objetivos e espaços específicos do movimento sindical, e coadunava com a própria concepção da política sindical do partido: integrando a luta social à luta política, mais no sentido de subordinar os interesses da primeira à segunda.

Dessa forma, por um lado, a luta dos trabalhadores assumia o seu papel no combate à ditadura militar, cabendo ao partido atuar no sentido de que tal aspecto não fosse sublimado pelas demandas específicas e imediatas das greves e dos atos do movimento. A Seção Sindical do PCB-ES formulava nesse sentido em 1982:

A participação ampliada do povo na vida política nacional vai exigir ainda como condição fundamental a conquista das mais amplas liberdades políticas em nosso país. Daí, contrariamente ao caminho de afastamento das lutas de massas, urge que nos esforcemos no sentido de que o M.S.O [Movimento Sindical Operário] assuma da forma mais decidida a luta pelo fim do regime autoritário instalado em 1964 (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1982, f.5).

Nesses termos, Fernando Luiz Herkenhoff Vieira (2015) também lembrou a visão sobre o papel dos movimentos sociais para os objetivos do PCB-ES:

Fortalecer os movimentos sociais, sempre nessa concepção de Unidade [...] é claro que com pessoas idôneas e sérias. O movimento dos estudantes, o movimento

sindical, o movimento intelectual, formar um grande bloco para derrotar o regime militar e pra depois disputar a hegemonia dentro do regime democrático.

A atuação no movimento sindical, assim, teria possibilitado que membros do partido atuassem em movimentos mais amplos no âmbito das lutas políticas e sociais de finais da década de 1970 e início dos anos 1980. Dessa forma, com uma forte presença no SIMES e já conectados aos movimentos pela reforma da saúde que deram origem ao Sistema Único de Saúde (SUS) na década de 1980, membros do partido teriam se aproximado de outros segmentos e espaços políticos. Em relação a isso, Geraldo Correa Queiroz (2016) lembrou-se de sua experiência no I Simpósio Nacional de Saúde (outubro de 1979), na Câmara dos Deputados, em Brasília:

Daqui participaram alguns delegados, eu fui delegado, inclusive nesse evento. Foi o I Simpósio de Política Nacional de Saúde no Congresso Nacional. O deputado [federal] Max Mauro era membro da Comissão de Saúde da Câmara e ele que criou condições, facilitou a ida do sindicato, ajudou o sindicato ir e tal. Ele tava no PMDB na época. [...] o Partido tinha uma deliberação de participar dentro do PMDB, foi deliberado essa participação [...]. E lá que surge, pela primeira vez, eu tenho o documento, eu tenho, inclusive, os anais do simpósio, e lá que surge pela primeira vez um documento, cria-se um sistema único de saúde. E fala, conta algumas coisas que acabaram se consolidando na constituinte de 1988 [...].

A narrativa acima nos coloca diante de um quadro que, em nossa análise, é bastante significativo. Além do trabalho efetivo no movimento sindical, da articulação de objetivos e bandeiras partidárias do campo específico ao geral, da luta social e política, democrática, percebemos, nesse contexto, a aproximação da militância sindical do partido com setores do PMDB capixaba, tanto pela via do espaço sindical quanto da própria inserção político-partidária de seus militantes, aspecto melhor avaliado adiante.

A articulação das lutas e reivindicações sociais específicas dos trabalhadores à luta política formal, por meio de espaços e instituições típicos para isso, como os partidos políticos, o parlamento e o governo, estava no horizonte dos embates cotidianos do PCB-ES nos movimentos sociais. No caso das lutas sindicais, tal situação fica explícita na medida em que o partido avaliava esse movimento como elemento de pressão capaz de interferir no cenário das correlações de força no Espírito Santo. Assim, por exemplo, no interior da Comissão Pró-CUT do Espírito Santo, pecebistas defendiam alguns encaminhamentos no contexto pré-eleitoral de 1982, como

[...] [enviar] expediente a todos os candidatos do governo do estado nas próximas eleições, solicitando reconhecimento público do legítimo direito de organização dos trabalhadores, e o compromisso de eleito, de ceder local para a futura sede da nossa Com. Estadual [...] (ALMEIDA; SOSSAI, 1982, f.1).

Também não podemos desconsiderar que o envolvimento e a liderança da militância do partido com os movimentos e as entidades sindicais naquela conjuntura também poderiam propiciar apoio político para as propostas e ações do PCB-ES em suas disputas no campo político-partidário.

6.4. PCB NAS DISPUTAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DO ESPÍRITO SANTO

Depois de analisarmos a atuação do PCB-ES no âmbito dos movimentos sociais e suas entidades, almejamos compreender a sua inserção na luta política formal, ou seja, na arena político-partidária capixaba. Entre 1978 e 1985, o partido participou das disputas pelo poder no Espírito Santo, apoiando inicialmente o MDB, e, depois, no interior do PMDB. O ex-dirigente Lauro Ferreira da Silva Pinto Neto (2016), personagem muito lembrado por outros ex-militantes como um dos que mais participou nessa frente de luta, quando perguntado sobre os objetivos do PCB-ES no período em que atuou – 1978-1982 – respondeu, categoricamente que: “o objetivo básico era a luta contra a ditadura, enfraquecer a Arena aqui, era a ideia”.

Dessa maneira, com o partido atuando na ilegalidade, o CE-ES seguia a direção da linha política da *frente ampla democrática*, que norteava a luta antiditatorial do PCB afirmada pelo seu VI Congresso (1967) e pelos documentos oficiais do CC naquela conjuntura. Assim, seus esforços foram centralizados no apoio e na inserção de militantes e candidatos nos quadros emedebistas e peemedebistas. No entanto, isso não significou que estivessem excluídas as possibilidades de se apresentarem objetivos e interesses específicos do partido, em âmbito estadual, assim como individuais, por parte dos pecebistas que atuaram nessa frente no Espírito Santo.

Oficialmente, o CE-ES afirmava os elementos da linha política de 1967 junto à sua militância. Em 1980, por exemplo, a direção estadual pecebista pautava sua inserção na luta democrática defendendo a *unidade* e a formação de uma *ampla frente* de oposição ao regime ditatorial, sem excluir o horizonte socialista de seus objetivos. Nesses termos, as lideranças do partido, através do Conselho Editorial de “A Voz dos Trabalhadores” (ano I, nº4, jun. 1980, p.04), descreviam a perspectiva tática dele:

Ora, concordamos plenamente em que a luta contra a ditadura seja a principal tarefa que deve unir, hoje, os comunistas às demais forças de oposição em nosso País e, além disso, que esta luta se faz tendo sim a defesa dos interesses econômicos e políticos das massas. No entanto, a necessidade de articular esta ampla frente com um programa mínimo, que reúna interesses das diversas forças sociais que a

compõem, não implica em que tenhamos que nos resguardar na propaganda da luta contra o imperialismo, os monopólios e o latifúndio, nem que devamos deixar de fazer, sempre que possível, a propaganda do socialismo.

Nesse caso, entendemos que, em seu discurso oficial, o CE-ES exemplificava o fenômeno da *articulação dos fins*, por vezes realizado na história organizativa do PCB. Nessa direção, o objetivo oficial ligado à ideologia embasadora da organização – o *socialismo* – era adaptado às exigências da organização em sua relação com o ambiente institucional em que atuava, sem que ele fosse abandonado (PANEBIANCO, 2005, p.409), considerando a prioridade dada à luta democrática.

Lembrando as táticas e os objetivos que norteavam a inserção dos militantes do PCB no MDB-ES e no PMDB-ES, Fernando J. Pignaton (2016), ex-dirigente partidário e com forte atuação naqueles partidos de oposição legal, na época, reforçou a perspectiva da luta legal, institucional, “por dentro”, praticada pelos pecebistas capixabas, ao dizer:

A turma do Partidão toda foi para o único espaço legal para alargá-lo, pensando que ele iria começar a influenciar, ia crescer, ia esparramar para a sociedade até que ia derrubar a ditadura num movimento de opinião política. Então, não tinha condição. Ou você entrava no MDB pra fazer um movimento democrático dentro da legalidade, dentro da institucionalidade democrática e reformando o Brasil, ou você ficava de fora.

Com isso, a partir das proposições de Scott Mainwaring (2002), entendemos que entre os objetivos específicos, regionais, e aqueles propostos pela linha política oficial nacional, diante da condição de um partido de oposição ilegal buscando atuar nos limites legais de um regime autoritário, o PCB-ES atuou na arena política-eleitoral em um *jogo de duas frentes*. Conforme postulou o autor citado, nesses termos, por um lado, o partido participou do *jogo eleitoral* tentando conquistar votos e posições políticas para os seus candidatos (neste caso, pecebistas abrigados ou membros aliados de outra sigla – o MDB e o PMDB). Por outro lado, prevendo e lutando pela transformação do sistema político, a organização participou do *jogo acerca do regime*, mais especificamente o *jogo da transição democrática*, pelo qual se empenham oposições democráticas, como analisou Mainwaring:

[...]se não parecerem ameaçar os interesses estabelecidos das elites ou dos militares, poderão ser capazes de ampliar as possibilidades de uma transição a um regime político competitivo (democrático ou semidemocrático). Outros partidos da oposição poderão canalizar esperanças de mudança do regime através de uma ampla mobilização contra o regime autoritário. No jogo da transição democrática há um jogador com capacidade de veto fora do sistema partidário – frequentemente os militares, ou às vezes um regime civil estabelecido que controla as Forças Armadas (2002, p.254).

Diante disso, a filiação ao MDB e, posteriormente, ao PMDB era uma orientação de cúpula do CE-ES à militância capixaba¹⁷⁹. No entanto, no interior da estrutura organizativa partidária e sua divisão de *tarefas*, existiram aqueles militantes com maior envolvimento e atuação orgânica no âmbito político partidário. Entre os nomes mais citados nesse tipo de militância estão os dos ex-dirigentes Fernando L. Herkenhoff Vieira, Lauro Ferreira da Silva Pinto Neto, Paulo C. Hartung Gomes, Fernando J. Pignaton e Izildo Correia Leite¹⁸⁰. Mas além desses, outros chegaram a ocupar cargos no interior dos diretórios estadual e municipais dos partidos citados.

A atuação no âmbito das disputas político-partidárias estaduais pelo PCB-ES ocorreu imediatamente à sua reorganização em 1978, nas eleições parlamentares de novembro desse ano. Vimos como antes das disputas eleitorais alguns eventos colocaram em contato a militância pecebista que atuava nos movimentos sociais, e mais especificamente, no movimento estudantil, com alguns nomes de candidatos ao Legislativo Estadual e Federal naquele pleito. Entre eles (principalmente no caso da prisão de estudantes que viajavam para a SESAC, seguido do consequente “acampamento de resistência” na Ufes), políticos do MDB, como Max Mauro, Nelson Aguiar, Berredo de Menezes, Salvador Bonomo, Roberto Valadão e Argilano Dario, teriam prestado apoio e suporte aos estudantes reprimidos pelas forças policiais.

Ao mesmo tempo, orientados pela linha política partidária, os militantes do partido buscaram se aproximar dos quadros políticos emedebistas. Assim, primeiramente, identificaram aqueles políticos que tinham propostas mais progressistas, e mais especificamente, o setor “autêntico” da organização. Não por coincidência, entre eles estavam, justamente, os nomes dos políticos supracitados. No caso de Max Mauro e Berredo de Menezes, especialmente, a aproximação já havia ocorrido inclusive com outras gerações de militantes do PCB-ES, em campanhas eleitorais pretéritas, como já destacamos. Consideramos, a partir de nossas fontes, que esses dois personagens foram importantes elos e pontos de apoio para a participação da militância pecebista nos quadros legais da oposição partidária.

¹⁷⁹ Irene Leia Bossois (2016), que militava no partido no início dos anos 1980, reforça tal perspectiva ao lembrar que “[...] Certamente as discussões eram de cúpula. A gente só recebia a notícia de que a gente devia, deveria militar. As discussões políticas eram nesse sentido, que a gente deveria militar nesses espaços legais”.

¹⁸⁰ Alguns documentos e depoimentos chegam a apontar para o fato de que no interior da organização existia uma *Comissão Executiva* do partido a qual reuniria alguns quadros mais destacados principalmente no âmbito da formulação teórica e político-partidária no geral. Aqueles quatro são indicados como integrantes desse espaço interno do partido.

No decorrer de 1978, a militância do PCB-ES teria apoiado candidatos do MDB-ES nas disputas eleitorais com a Arena-ES. Lembrando desses personagens e justificando o apoio a eles, sublinhou Fernando J. Pignaton (2016):

Nós tiramos a proposta de apoiar quatro candidatos mais fortes, que eram Erasmo Aquino [Deputado Estadual], Salvador Bonomo [Deputado Estadual], Max [Freitas Mauro], para [Deputado] Federal, e Berredo [de Menezes] para Senador... Carlos Dorsch [Deputado Estadual] e Dilton Lyrio [Deputado Estadual]. [...] Porque eles eram do MDB autêntico, porque o resto, era Luis Batista, eram [sic] aqueles caras fisiológicos que tinham acordo com a Ditadura por baixo. [...] Nós nos aproximamos dessa ala [autêntica] [...].

A militância pecebista, então, prestou seu apoio nas campanhas eleitorais participando das atividades de rua e nos movimentos sociais em que atuava. Dessa forma, o ex-militante Eduardo I. Pignaton (2015) lembrou o apoio da militância estudantil ao candidato Salvador Bonomo nos seguintes termos: “[...] dentro da Universidade nós fizemos uma campanha muito forte pra ele [...]”. Vale lembrar que através da organização do DCE-ES, com a vitória da “chapa-pecebista” presidida pelo dirigente do PCB-ES na época, o estudante Paulo C. Hartung Gomes, às vésperas das eleições, estudantes foram às ruas em protesto por bandeiras democráticas e manifestaram um claro apoio ao MDB. O ex-dirigente Fernando L. Herkenhoff Vieira (2016) citou o apoio a Ferdinand Berredo de Menezes e indicou o significado disso da seguinte maneira: “[...] foi a primeira participação eleitoral maciça nossa. Foi impressionante. Rendeu uma sova aqui na Grande Vitória. A gente ia pra Cariacica, Vila Velha, Serra, Vitória [...]”.

Naquele pleito, os candidatos emedebistas apoiados pelo PCB-ES tiveram alguns resultados expressivos. Apesar de não eleito, Berredo de Menezes conquistou 114.300 votos válidos. Para a Câmara Federal, Max Freitas Mauro foi o mais votado, com 54.412 votos. No Legislativo Estadual, Roberto Valadão Almokdice recebeu 14.150 votos, Nelson Alves de Aguiar, 6.904, e Dilton Lyrio Netto, 6.619 votos. Salvador Bonomo, como suplente, obteve 6.046 votos (BRASIL, 1978).

Entendemos que, em 1978, houve o primeiro momento de efetiva aproximação de jovens militantes pecebistas e os quadros mais consolidados da política capixaba. Sobre esse fato, a memória de nossos entrevistados nos apontou alguns indícios dos objetivos específicos que norteavam a participação indireta do PCB-ES nas eleições desse ano. Eduardo I. Pignaton (2015) apresenta a seguinte interpretação sobre a questão:

Eu lembro Salvador Bonomo, que [...] foi candidato a deputado estadual, em 78. [...] ele teve uma votação muito grande e ele sempre foi um braço meio nosso dentro do

PMDB. Ele tinha uma ligação muito grande. E Dilton Lyrio [...] era presidente da Assembleia, então ele tinha decisões importantes. Então a gente tinha aproximação [...] porque era a maneira de evitar que a repressão baixasse [...] na gente. Você entende?! E a gente queria militar de forma aberta e não tinha como.

A narrativa desse ex-militante nos leva a pensar acerca do papel atribuído ao partido de oposição legal, na luta política do PCB-ES. Primeiro, vale destacar a visão desse espaço como meio de proteção diante da repressão, o que, ao mesmo tempo, evidencia que tal possibilidade era considerada por setores partidários naquele ambiente político-institucional. Segundo, o ex-militante apresenta a ideia de ter os candidatos oficiais eleitos como um “braço” ou, talvez, um “canal”, um meio de acesso e influência sobre as decisões que geriam a vida política capixaba por meio da Assembleia Legislativa. Dessa forma, estar próximo e construir propostas, discursos e posicionamentos políticos sobre os diversos temas acerca da sociedade brasileira e capixaba parece ser um dos objetivos traçados pelo partido naquele primeiro momento de atuação.

Assim, participar “por dentro” do MDB e acompanhar os candidatos com os quais os pecebistas se alinhavam passava a ser parte da rotina partidária do PCB a partir de 1978. Em 1980, quando cresciam os debates em torno da “Assembleia Nacional Constituinte” no Brasil, como eixo do processo de redemocratização, o partido fazia uma leitura desses “braços políticos” na Assembleia Legislativa, como no caso do Deputado Estadual Nelson Alves de Aguiar, já pelo PMDB, nos seguintes termos:

[...] o deputado estadual Nelson Aguiar vem explicitando seus pontos de vista na tribuna parlamentar e na imprensa capixaba. Infelizmente, sua postura tem-se [sic] alicerçado sobre equívocos e incorreções primárias. Um exemplo disso, é pensar ser possível (embora não agora) haver transformações estruturais (transição ao socialismo) através de uma Assembleia Nacional Constituinte [...] (M.C.O. In. A Voz dos Trabalhadores, ano I, nº5, p. 08, ago. 1980).

É interessante notarmos que um político filiado naquele momento já ao PMDB, no espaço parlamentar capixaba, estaria falando de socialismo. Por um lado, acreditamos que tal indício aponta para uma contínua relação de influência e afinidade política e ideológica entre alguns setores do PMDB para com o PCB-ES. Talvez essa perspectiva corrobore com a forma pela qual os pecebistas passaram a atuar no interior do MDB e depois de 1979, no PMDB, no Espírito Santo. Fernando L. Vieira Herkenhoff Vieira (2015) declara o seguinte sobre isso:

[...] a gente começou a frequentar, nos diversos municípios, as reuniões do MDB. Então, a gente entrava lá, não era infiltrado não [...], era um negócio diferente [...]. Entrava pra crescer [...]. É claro que dentro desse trabalho a gente ia tentando trazer pra nossa corrente. Os quadros de esquerda mais destacados [...]. Eles cresciam e nós cresceríamos.

Tal depoimento, assim como o de outros ex-militantes, afasta, no caso do Espírito Santo, a ideia de que a inserção de militantes do PCB no MDB e no PMDB ocorreu por meio de uma total ação clandestina, por “infiltração”. Quando perguntados se os políticos daqueles partidos sabiam que eram comunistas do PCB, a maioria apontou para o fato de que, pelo menos, as principais lideranças partidárias sabiam, não sendo isso um problema, inclusive para setores mais conservadores daquela organização, como Argilano Dario.

Dessa forma, consideramos possível que as ideias e as propostas políticas do PCB transitassem e recebessem aceitação positiva entre alguns setores emedebistas e peemedebistas. Principalmente considerando que, no início dos anos 1980, a linha política pecebista pautada na luta pacífica e moderada pela democracia era publicamente conhecida no país¹⁸¹.

Retomando a citação de “A Voz dos Trabalhadores”, parece-nos também curiosa que a defesa do socialismo, objetivo final da estratégia política pecebista, por um parlamentar do PMDB, ser alvo de críticas do PCB-ES. Na verdade, partindo de sua concepção revolucionária etapista, o que se critica é o erro de “leitura tática” por parte do peemedebista, que considerava a conquista da Assembleia Nacional Constituinte como “ponto final possível” para a instalação da revolução socialista, e não como vislumbra o partido, como um “passo”, um instrumento de transição.

Enquanto tecia críticas às leituras de um parlamentar, por outro lado, o PCB-ES dava continuidade à matéria elogiando outros dois deputados estaduais - Roberto Valadão e Dilton Lyrio Netto, ambos também apoiados pelo partido em 1978 – da seguinte forma:

Merece destaque, também, a defesa intransigente e lúcida da ANC [Assembleia Nacional Constituinte] livre e soberana feita pelos deputados Roberto Valadão e Dilton Lyrio, ambos do PMDB (M.C.O. In: A Voz dos Trabalhadores, ano I, nº5, p. 08, ago. 1980).

Nessa perspectiva, a direção estadual pecebista colocava em destaque a defesa da Assembleia Nacional Constituinte, uma das suas principais bandeiras na luta pela redemocratização do país naquele momento, vista como instrumento dos trabalhadores para a conquista do socialismo. Por isso enxergava como um acerto a posição de Roberto Valadão e Dilton Lyrio, e um equívoco a de Nelson Aguiar. Na visão do partido, como exposta em conclusão da matéria supracitada:

¹⁸¹ Como demonstra Carlos Alexandre Ramos (2008), entre 1979 e 1980, os debates políticos acerca da linha política do PCB por membros do CC ocorriam, inclusive, em jornais de grande circulação no Brasil.

[...] a conquista das liberdades democráticas consolidadas interessa principalmente aos trabalhadores, do que decorre a importância que vemos na ANC livre e soberana, não como ponto final de luta, mas como um passo importante no caminho rumo ao socialismo [...] (M.C.O. In: A Voz dos Trabalhadores, ano I, nº5, p. 08, ago. 1980).

Diante do contato e da “proteção” de quadros políticos do MDB, a partir de 1978, a presença dos pecebistas na rotina interna desse partido passaria a ser mais ativa. Imposto o *pluripartidarismo* a partir de 1979 e mantido o PCB na ilegalidade, seus militantes capixabas seguem para o interior do PMDB. Neste partido, a inserção e a participação do PCB cresceram significativamente, conforme lembrou Fernando J. Pignaton (2016), com destaque para a atuação de Fernando L. Herkenhoff Vieira e Paulo C. Hartung Gomes, os quais apoiavam os candidatos mais progressistas, ampliavam relações e “cavavam espaços de influência”.

Entre esses espaços de influência, um de quase imediata inserção teria sido o *PMDB Jovem*. Os pecebistas teriam participado de sua criação e ocupado a liderança desse organismo que, com o tempo, somado à militância desses personagens em outros movimentos da sociedade, respaldou a sua participação mais orgânica nas instâncias decisórias peemedebistas, além de expandir os seus espaços de atuação no estado. Foi o que pontuou Fernando J. Pignaton (2016), o qual chegou a presidir o órgão peemedebista capixaba:

Fizemos o PMDB Jovem. Eu fui presidente do PMDB Jovem estadual. Que era uma força que se organizava no estado todo. Fazia Congresso lá no norte, fazia Congresso em Colatina, Cachoeiro, Jerônimo Monteiro, muita gente. [...] era uma escola de renovação de pessoas [...] [O trabalho] era política com a juventude. Quem queria na juventude fazer política [...]. O PMDB Jovem era uma máquina [...] Existia PMDB Jovem em Cachoeiro, que era o Salim Carone. Existia em Colatina e vários municípios. Onde tinha mais luta política-ideológica [...] tinha o PMDB Jovem atuante.

Pelo que entendemos, o PMDB Jovem foi a principal porta de entrada de pecebistas no seio das atividades peemedebistas. Por outro lado, utilizando esse espaço como canal de atuação legal na vida política capixaba e como meio de proteção e suporte para as suas atividades, a militância do PCB-ES se intensificou junto à juventude capixaba e o ME-Ufes. Na memória dos ex-militantes é até comum encontrar, em alguns trechos das narrativas, certas ambiguidades no que se refere à identidade como militante do PCB, do ME e do PMDB Jovem, que se mesclam. Nos depoimentos, por vezes, uma mesma manifestação é identificada como obra de uma ou outra organização, o que entendemos como resultado da própria relação intensamente entrelaçada que se estabelecia entre elas naquela conjuntura.

Por meio do PMDB Jovem, a militância pecebista, principalmente a que já adquiria experiência nas lutas políticas e sociais nos bairros e na universidade, encontrou um meio de aproximação com figuras tradicionais da política capixaba, além de tornar visíveis e representativos alguns de seus nomes através dos eventos que promovia, como Paulo Hartung, Stan Stein, Felício Corrêa, Fernando J. Pignaton e Fernando Herkenhoff.

O depoimento de Eduardo I. Pignaton (2015) estabelece um panorama da visão do partido e do papel que era atribuído pelos pecebistas acerca do PMDB Jovem, afirmando:

O Partidão era dono do PMDB Jovem. Mas já não era essa militância clandestina, era para PMDB Jovem, mas era tudo comunista, mas era legal, dentro da estrutura partidária que era PMDB [...]. E aí nós conseguimos criar o PMDB Jovem e essa militância partidária foi para PMDB Jovem, mas a militância mesmo, ficou escondida.

[...] Nós não tínhamos espaços para militar [...]. Nossa introdução dentro PMDB Jovem, ela foi abençoada pelo Salvador Bonomo, pelo Dilton Lyrio, por Max [...].

“Militância escondida” no geral, mas reconhecida e “abençoada” pelos aliados políticos do PCB-ES no interior do PMDB-ES. Irene Leia Bossois (2016) e Felício Corrêa Costa Neto (2016) lembraram que, em Vila Velha-ES, o próprio gabinete do Deputado Federal Max Freitas Mauro (PMDB) era utilizado como local de reunião da juventude peemedebista repleta de comunistas no início da década de 1980. Tal fato evidencia o apoio dado por políticos do PMDB aos trabalhos da militância pecebista no interior do principal partido de oposição legal naquele contexto.

Essas reuniões pautavam as atividades que eram realizadas no estado, as quais giravam em torno da cultura, do esporte e da discussão político-intelectual. Felício Corrêa Costa Neto que, na época, estudava Comunicação na Ufes, além de militar no movimento comunitário da Glória, como vimos, atuava no PMDB Jovem em Vila Velha-ES. Seu depoimento apresenta as ações fomentadas a partir daquele espaço:

Na área esportiva e cultural, a gente fazia eventos nos bairros, esporte, rua de lazer, aí entrava para o PMDB Jovem. Entrava para o PMDB Jovem porque era um grãozinho pequeno dentro do partido. Eu lembro que tinha alguns seminários que o PMDB promovia aqui no Colégio do Carmo, em plena ditadura, era um negócio enriquecedor. [...] no atacado a gente conseguiu trazer aqui: Alceu Colares, Paulo Brossard, Mário Covas, num seminário para discutir política. [...] Os caras eram expoentes da oposição contra a ditadura e tudo mais. O PMDB sabia quem tava mexendo com aquilo, então, embora o PMDB fosse um partido muito atrasado, Argilano Dario, Dilton Lyrio Neto, mas esses meninos do partidão tocavam bem aquilo ali (COSTA NETO, 2016).

Um indício dessa presença significativa contínua e influente do PCB-ES no PMDB Jovem, no início dos anos 1980, é encontrado no conteúdo de uma comunicação da “Comissão

Executiva Municipal do Movimento Estudantil no PMDB Vila Velha”. Em ata de uma convenção realizada em 13 de junho de 1983, no Diretório do PMDB de Vila Velha, registrou-se a sucessão na presidência da referida comissão. Naquela situação, dois militantes do partido, na época, passavam o cargo; Eliomar Mazzôco, indicado pelo vereador Felício Correa, naquele tempo, assumia o posto – “por aclamação” – no lugar de Alberto Flávio Pêgo da Silva, conhecido como “Beto Pêgo”. Ademais, é importante observarmos que, segundo consta no documento, a referida convenção contou ainda com a presença de outra figura importante do CE-ES, Fernando J. Pignaton, identificado como “Vice-Presidente Nacional do Movimento Estudantil do PMDB” (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 1983).

Outro espaço legal de inserção de pecebistas no PMDB-ES teria sido a Comissão de Mobilização Popular (CMP)¹⁸², criada em 1980. Esta se tornou um canal fundamental de participação de militantes do PCB-ES no interior do PMDB. Em seu ano de criação, a CMP se autodefinia em documento oficial e explicava sua origem assim:

A Comissão de Mobilização Popular do PMDB [...] do Espírito Santo nasceu da necessidade de uma ligação mais estreita entre, de um lado, nosso partido e, de outro, os movimentos populares, as lutas dos setores oprimidos de nossa sociedade, a organização de grupos sociais que lutam por seus legítimos direitos, não reconhecidos pelo regime político que existe atualmente em nosso país [...]. Consideramos, portanto, a CMP como uma “ponte” entre o partido e os setores populares e democráticos da população, contribuição para fazer do PMDB, na prática, não apenas uma organização com objetivos eleitorais, mas constantemente ligada aos anseios mais sentidos no dia-a-dia por nosso povo. Esse papel – é forçoso reconhecer – foi cumprido de forma precária pelo extinto MDB, levando-se em conta as dificuldades políticas impostas pela ditadura à sua atuação” (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 1980, p.1).

Podemos perceber que, naquela conjuntura, em meio ao crescimento das lutas políticas e sociais no Espírito Santo e no Brasil, o PMDB capixaba buscou elaborar um instrumento que permitisse a aproximação com as massas, com os movimentos sociais e suas entidades. Tal proposta teria sido levada a cabo pela militância do PCB-ES filiada e abrigada no PMDB. Segundo lembram alguns de nossos entrevistados, os pecebistas capixabas teriam, de fato, liderado os trabalhos da CMP realizando uma série de atividades a partir de 1980, a fim de cumprir os objetivos que davam origem àquele espaço. Isso fica aparente neste trecho:

A CMP busca, através de várias formas, conscientizar a população sobre o que se passa, hoje, em nosso País. Isso inclui informações e explicações sobre fatos do dia-

¹⁸² A ideia da Comissão de Mobilização Popular remete a abril de 1968, quando, no Congresso Nacional, parlamentares do MDB, preocupados com a falta de organicidade social do partido diante da ascensão dos movimentos sociais daquele ano, criaram tal comissão para se aproximarem de sindicatos, estudantes e demais movimentos de rua. Para mais informações, ver Motta (1997).

a-dia que atingem nosso povo (carestia, crise econômica, falta de certos produtos etc.). Inclui, também, uma educação política da população, no que se refere a seus direitos, àquilo que lhe tem sido negado pelos que hoje têm o poder, à necessidade que tem o povo de se organizar para conquistar novos direitos, à importância da anistia, à importância das eleições da Assembleia Nacional Constituinte etc (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 1980, p.1).

Como espaço de “educação política” e “instrumento de conscientização” das massas pelo PMDB, a CMP se propôs a realizar uma série de ações no sentido de informar e debater os problemas vividos pela população brasileira, relacionando sua causa à vigência do regime ditatorial, e sua solução por meio da democratização do país. Para isso, propunha-se a criar panfletos, mas principalmente a realizar eventos como de debates, palestras, seminários com personalidades políticas e intelectuais, apresentação de filmes, peças teatrais etc. (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 1980, p.3).

Nesse aspecto, a militância do PCB-ES teve papel importante, segundo a memória dos seus ex-militantes, utilizando a formação profissional, acadêmica e política e, principalmente, a experiência com a realização de eventos e atividades culturais no ME-Ufes para dar forma às atividades da CMP. Assim, desde a organização dos eventos em locais como o Colégio do Carmo (Centro de Vitória-ES) até a escolha dos nomes de palestrantes convidados conforme a influência do PCB-ES era significativa. Dessa forma, em 1980, o histórico comunista Gregório Bezerra foi convidado pela CMP para participar de debate em Vitória-ES, no auditório do Colégio do Carmo, como noticiou o jornal “A Tribuna”, em 12 de setembro de 1980¹⁸³ (GREGÓRIO..., A Tribuna, 12 set. 1980, p.3).

Felício Corrêa Costa Netto (2016), que presidiu a CMP em seu diretório municipal em Vila Velha-ES, afirma que, também nesse sentido, a experiência do partido na mobilização popular norteou os trabalhos desse órgão peemedebista. Ele lembrou a diferença que a militância pecebista trazia para a atuação do PMDB no estado:

Totalmente diferente do que o partido [PMDB] fazia. O que o partido fazia na época? Reunia pra indicar candidato, não mobilizava nada, não discutia a cidade. A CMP discutia questões da cidade, como na área cultural. Então, a gente fazia uma sessão do cineclubes lá em Jardim Marilândia [bairro de Vila Velha-ES], o PCB ia disfarçado de Comissão de Mobilização Popular do Espírito Santo [...].

Mais uma vez a experiência da militância do PCB-ES no movimento estudantil e cultural é transposta para outras atividades, corroborando a menção da utilização do cineclubes como

¹⁸³ A matéria do jornal ainda trazia uma entrevista realizada com o antigo comunista no escritório de Roberto Valadão (PMDB) (GREGÓRIO..., A Tribuna, 12 set. 1980, p.3), justamente, um parlamentar que já estaria entre os círculos de aliados políticos da militância pecebista no seio da correlação de forças político-partidárias estadual.

mecanismo de promoção de debates e conscientização popular. Além disso, emerge da narrativa outro traço da atuação dos militantes do PCB-ES no PMDB por meio da CMP, que é ideia de o que tal relação servia à construção de uma faceta popular ao partido legal.

Isso também é recordado por outros ex-militantes do PCB-ES que militaram nessa frente. A criação da CMP, então, tinha como objetivo tentar legitimar o PMDB capixaba nos movimentos populares e aproximá-lo das camadas mais pobres no âmbito das disputas político-partidárias estaduais, em um contexto de reformulação e recriação dos partidos políticos no país. Segundo Paulo C. Hartung Gomes (2007), que atuou nesse espaço junto com Fernando Herkenhoff e teria sido uma de suas principais lideranças¹⁸⁴, o órgão foi criado para “fazer movimento de rua que o PMDB não tinha [...]”. Nessa direção, propunha-se a servir, a apoiar e a atuar nos movimentos populares e a defender suas reivindicações sociais, econômicas e políticas, e, com isso, ajudar na criação e no fortalecimento de suas organizações de massa (sindicatos e associações profissionais, associações de bairros, comitês pró-anistia etc) (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 1980, p.2).

Para tanto, previa a própria democratização interna do PMDB, abrindo o partido à inserção de elementos e lideranças populares. Assim, a CMP afirmava, em março de 1980:

[...] o PMDB será sem dúvidas o grande partido nacional de oposição ao regime autoritário, antinacional e antipopular vigente, e que por isso, é fundamental a participação ativa dentro do PMDB, de lideranças sindicais, estudantes, representantes de comunidades, mulheres, assalariados, enfim, de amplos setores da nossa população [...] (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 1980a.).

Para alcançar esses objetivos, o PMDB abria espaço para a inserção dos setores populares e buscava a capilarização do seu trabalho por diferentes frentes de atuação nos municípios e bairros capixabas, desenvolvendo campanhas de filiação em massa e criando núcleos em distintas localidades e entidades internas para organizar os trabalhos, como diretórios movimentos trabalhista e feminino, órgãos de cooperação etc. (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 1980, p.3).

Dessa forma, se por um lado a CMP tentava legitimar o PMDB junto aos movimentos populares no Espírito Santo, para o PCB-ES, ela se tornou um canal de inserção dos pecebistas capixabas na luta política formal. Nela, abria-se um duplo espaço de atuação e de oposição legal, a nosso ver: na aproximação e no suporte das ações dessa militância nos

¹⁸⁴ Em sua página virtual, outro ex-militante do PCB, José Augusto Azeredo, afirma que foi um dos fundadores da CMP em Vitória – ES. Tal informação está disponível em: <http://zeaugustoblog.blogspot.com.br/p/sobre-ze-augusto.html>. Acesso em: 13 jan. 2016.

movimentos sociais; e como meio de interferir e galgar espaços nessa frente política-partidária.

Fernando J. Pignaton (2016) sintetizou, em sua narrativa, os argumentos até aqui analisados, lembrando-se da confluência entre um partido oficial de oposição que queria forjar popularidade e um partido comunista ilegal que ambicionava construir suas lideranças e seus espaços de influência na política capixaba no interior de uma estrutura legal e alcançar seus objetivos:

[...] a Comissão de Mobilização Popular foi uma maneira da gente ter um órgão lá no diretório, que eram só 6, 7 pessoas, mas tinham vários deputados, federal, estadual, tinham assento. Tinham os líderes do partido histórico [...] foi uma maneira de o Partidão ter um cargo no diretório estadual, que não era cargo, mas tinha importância política. [...] Era forma do Partidão dar bases populares ao PMDB, tipo assim, pra atuar mais ou menos com o PCB, tinha organizações populares para estar presente nos movimentos, pra não ser um partido só de gabinete, como o PT acusava, e nós mesmos falávamos do PMDB. Não ser um partido só eleitoral, pra ter uma atuação social. [...] o PMDB Jovem, a Comissão de Mobilização Popular que era para atuar nos movimentos populares. PMDB sindical nunca cresceu muito, mas tinha, permitiu com que Crioulo [Luis Carlos Rangel] fosse membro do Diretório Estadual, o Rangel, que era do Comitê Estadual do PCB [...]. Era uma maneira de se representar mais lá, dando essa contribuição que era a inserção nos movimentos sociais, com um discurso mais de esquerda. O movimento estudantil que a gente era líder. [...] Os nossos líderes, inclusive eu, em parte, mas particularmente, eu atribuiria isso ao Paulo Hartung e ao Fernando Herkenhoff, eles tinham habilidade de transformar essa força em espaços de influência nas decisões do PMDB [...] (PIGNATON, 2016).

A respeito disso, outro espaço de inserção dos pecebistas no PMDB capixaba teria sido possibilitado pela criação da Fundação Pedroso Horta do Estado do Espírito Santo, em 04 de setembro de 1981. Esse órgão de cooperação tinha a liderança de um dirigente pecebista, considerado por muitos ex-militantes como um dos principais quadros intelectuais do partido, o professor universitário e sociólogo Izildo Corrêa Leite. Ademais, a fundação contava ainda com a presença na diretoria de Geraldo Correa Queiroz, outro membro do CE-ES (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 1981). De acordo com Ildeberto Muniz de Almeida (2016), esse era um dos organismos pelo qual os pecebistas tentavam atuar no PMDB-ES, por meio da promoção de debates e eventos, sendo que, nessas ocasiões, eles tentavam “influenciar a indicação de convidados, com ênfase em parlamentares de outros estados reconhecidos por sua vinculação com o partido”¹⁸⁵.

Os objetivos da referida fundação passavam pela contribuição no campo intelectual na compreensão da realidade brasileira e capixaba para orientar ações políticas por diferentes

¹⁸⁵ Criada na segunda metade da década de 1970, ainda na época do MDB com o nome de Instituto Pedroso Horta reunia, nacionalmente, quadros intelectuais do partido. Para mais detalhes, ver Motta (1997, P.167-168).

frentes políticas e sociais em que poderiam atuar setores de oposição, mas de forma conectada aos setores populares. Assim, entendiam que sua função seria:

[...] promover o conhecimento da realidade social, econômica, política e cultural da qual fazemos parte. [...] compreender mais profundamente a realidade, para, assim, melhor agir politicamente sobre ela, em todos os espaços em que isso for possível: nos movimentos populares, no parlamento, no movimento operário, nos meios intelectuais etc..

Nosso objetivo não é produzir e propagar conhecimentos para uma minoria, mas procurar democratizá-lo, levá-lo para onde tivermos condições para tanto. Assim sendo, a atuação da Fundação Pedroso Horta do Estado do Espírito Santo deve-se dar pela promoção de palestras, debates, mesas redondas; pela publicação de estudos de interesse da Oposição; pela assessoria a parlamentares e militantes em geral do PMDB; pela produção de textos em linguagem popular, que tornem possível a aproximação entre, de um lado, a mensagem do partido e, de outro lado, o trabalhador, a dona de casa, o morador dos bairros esquecidos pelos donos do poder etc... (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 1981).

Assim, passadas as eleições de 1978 e avançando a atuação junto a quadros políticos e no interior do próprio PMDB-ES, a militância pecebista passou a costurar possíveis candidaturas de membros do CE-ES, abrigando-os sob aquela legenda. Segundo lembrou o ex-dirigente do PCB-ES Fernando L. Herkenhoff Vieira (2015), nesse contexto, “além de fortalecer os movimentos sociais, as lutas reivindicatórias nos bairros e tal [...], a gente se reunia com os prefeitos. Com os órgãos. Havia a ideia de lançar alguns vereadores”.

Dessa forma, no início dos anos 1980, depois de o partido acumular alguns poucos anos de experiência nas lutas sociais no Espírito Santo, parece-nos que passava a ficar mais claro como um objetivo da inserção política no PMDB-ES “[...] eleger os seus quadros. [...] Isso é que dá dimensão, dá força, possibilitar você conquistar espaços”. Foi como a ex-militante Irene Leia Bossois (2016) se recordou desse fenômeno.

Adiadas as disputas municipais de 1980 e marcadas as eleições gerais para 1982, esse pleito passou a ocupar as discussões no partido acerca das possibilidades de candidaturas dentro do PMDB-ES. Segundo lembram alguns ex-militantes pecebistas, no partido de oposição legal não houve uma resistência ao fato de que, para aquelas eleições, do núcleo pecebistas, alguns personagens conquistassem o direito a uma vaga como candidato. Para isso, segundo alguns depoimentos, corroborava justamente a participação ativa da militância no PMDB Jovem e na Comissão de Mobilização Popular. Nessa direção, por exemplo, Paulo C. Hartung Gomes (2007) lembrou, além desse motivo, o apoio de políticos já consolidados nos quadros peemedebistas, como o então deputado estadual Roberto Valadão (PMDB-ES):

Acho que também Roberto Valadão nos estimulou. Roberto era o líder do PMDB na Assembleia Legislativa. Nos colocou dentro da vida de um partido legal. Nós estávamos em um partido clandestino, em um movimento social. Você tinha uma cultura, uma forma de agir dentro de uma estrutura de partido legal. Isso nós fomos aprender dentro do PMDB, então foi um instrumento importante na nossa legitimação dentro do partido, do prestígio nosso dentro do partido.

Retomando o argumento da “contribuição de esquerda” do PCB-ES ao PMDB-ES naquela conjuntura, Hartung Gomes justifica a possibilidade que se abriu aos pecebistas de uma candidatura oficial sobre abrigo peemdebista pela própria história recente que seus militantes constituíam junto aos movimentos sociais e, principalmente, no ME-Ufes:

O movimento estudantil tinha [militância de rua, popular]. Isso tinha um papel, eu não sei dimensionar, mas primeiro, nos legitimou no PMDB, tanto que nós nunca tivemos problema para arranjar legenda para disputar eleição nesse início, muito pelo contrário, e um acolhimento extraordinário (GOMES, 2007).

É “extraordinário” algo exagerado pela narrativa de Paulo C. Hartung Gomes se considerarmos que o PMDB-ES se tratava de um partido ainda repleto de políticos tradicionais os quais também ambicionavam garantir suas possibilidades de poder, disputando cargos na vida política capixaba, e constituir suas carreiras. Talvez tal acolhimento no nível citado ocorresse junto a aliados já consolidados na relação entre peemedebistas e pecebistas naquele momento. Ao mesmo tempo em que, em um cenário de renovação nos quadros políticos estaduais e de alterações na correlação de forças entre “autênticos” e setores conservadores do PMDB (OLIVEIRA, 2013), a abertura do partido a jovens políticos com trajetórias ascendentes na liderança de entidades estudantis, em associação de moradores e em sindicatos, parece-nos bastante plausível.

Nesse contexto, alguns dos ex-militantes entrevistados em nossa pesquisa apontaram justamente a “juventude” como outro fator de aproximação entre pecebistas e peemedebistas. Seja para o trabalho de militância durante campanhas eleitorais, seja no interior dos debates que faziam parte dos diretórios e as convenções do PMDB-ES, Fernando L. Herkenhoff Vieira (2015) apontou a questão dessa forma:

Eu e Paulo Hartung íamos em [sic] todas as reuniões do diretório regional [...] Tínhamos voz dentro do MDB e PMDB [...] Muito bem recebidos [...] Argilado Dario, Max Mauro, Dilton Lyrio, [...] Daílson Laranja [...] claro que eles vibravam vendo a presença da juventude ali. Aquele sangue novo. Sabiam que a gente era comunista, socialista [...]. Mas a gente ia para o interior e falava, numa vibração [...]. As pessoas sabiam [que era do PCB]. Max Mauro sempre soube. Não tinha inocente nessa história. Argilano Dario nos deu uma força enorme. O velho e bom Argilano Dario. [...] Ele sabia [...].

Reforçando e sintetizando esses argumentos, ao ser questionado sobre isso, o ex-dirigente do PCB-ES Lauro Ferreira S. Pinto Neto (2016) retoma o histórico de aproximações e a confluência de interesses entre PMDB-ES e PCB-ES que respaldaram a indicação de candidatos pecebistas no interior dos quadros desse primeiro partido de oposição:

Havia uma identidade que a gente era de esquerda, mas claro que naquele momento o PMDB se beneficiava disso e claro que eles queriam. A gente era organizado, disciplinado, ia para rua, claro que eles queriam isso.

[...] Era fácil. Paulo tinha sido presidente do DCE. Então não era muito complicado conseguir legenda. E aí, tem ajuda do Berredo protegendo e algumas pessoas acabaram protegendo, e acabam puxando para ser indicado. Então não era difícil, eu não lembro ter sido particularmente complicado [...].

[...] Isso trazia votos para ele. Isso agregava. Eu lembro que quando a gente foi perseguido na Sesac aqui, o Nelson Aguiar, até o próprio Argilano [Dario] foi visitar a gente. Então, a gente teve solidariedade dos políticos do velho MDB quando a gente foi perseguido aqui. Então, havia sintonia, não era tão complicado.

Assim, entre 1980 e 1981, teriam começado os debates internos acerca dos candidatos que o PCB-ES abrigaria no PMDB-ES, bem como outros possíveis aliados que seriam apoiados em campanha pelos pecebistas. Segundo pudemos constatar, os personagens que representariam o partido nas eleições de 1982 resultaram de um processo marcado por algumas turbulências e reviravoltas provocadas por embates políticos, considerando os interesses partidários, mas também questões pessoais e de poder. Tudo isso, segundo o funcionamento centralizado da estrutura pecebista, passando por uma discussão de cúpula entre o CE-ES e os setores formuladores da organização.

Na construção do candidato a deputado estadual, por exemplo, o primeiro nome indicado pela direção foi o de Fernando L. Herkenhoff Vieira, citado sempre como grande liderança do PCB-ES no início dos anos 1980. No entanto, internamente, houve uma alteração nessa situação, dando chance de candidatura a outro dirigente, que além de ter se destacado na direção partidária, havia se tornado uma histórica liderança estudantil ao ter sido o primeiro presidente na reabertura do DCE-Ufes e com franca atuação no PMDB-ES: o, já, economista Paulo C. Hartung Gomes.

A justificativa para essa troca foi apontada pelo próprio Fernando L. Herkenhoff Vieira (2015), com uma explicação também exposta por outros ex-militantes entrevistados:

O meu nome foi aventado, num primeiro tempo, mas, o meu pleno consentimento e entendimento, nós decidimos em lançar uma candidatura com mais viabilidade, que era a do economista [...]. Isso dentro do PMDB. [...] Isso foi uma decisão colegiada [...]. Eu nunca fui candidato, nunca quis ser candidato, e achava que a candidatura de Paulo Hartung era uma candidatura interessante. E o tempo me deu razão.

Robson Leite Nascimento considerou outros elementos que também corroboraram para a escolha de Hartung como candidato a deputado estadual em 1982. Segundo ele,

no início o nome para deputado estadual não era Paulo Hartung, era Fernando Herkenhoff; ocorre que uma pessoa ligada ao partido, lá em Guaçuí, Luiz Moulin, falou que tinha como ajudar, mas que pra ajudar tinha que ser Paulo Hartung porque ele é da região, e o ‘Fernando não dá pra mim [sic] arrumar voto pra ele não’, o Luiz disse. Ele tinha sido candidato a deputado estadual em 78, e não era do PCB, era desses que a gente chamava de simpatizantes, e em 82, ele não foi e apoiou Paulo Hartung e foi fundamental isso, pra haver a troca. A gente quis que Fernando fosse vereador, ele não quis, então foi o Stan [Stein] aqui em Vitória, teve muito voto (NASCIMENTO, 2016).

Lauro F. S. Pinto Neto (2016) disse que, apesar de Fernando Herkenhoff ser, naquela conjuntura, uma liderança partidária maior do que Paulo Hartung, pesou a favor deste último, que até então sairia como vereador em Vitória-ES, o fato de que “no relacionamento pessoal, o Paulo era muito mais fácil [...]. Fernando foi vetado por ele mesmo, porque ele era muito pesado, muito duro, muito seco, muito difícil. Paulo [era] muito mais maleável, muito mais fácil”.

Em torno dessa primeira discussão que, minimamente, pudemos conhecer acerca da construção das candidaturas do PCB-ES de 1982, observamos que os argumentos apontados consideraram correntemente a sua “viabilidade”. Paulo Hartung é lembrado pela sua liderança estudantil por ser mais “mais fácil”, isso quer dizer, mais articulado e flexível nas relações, e ainda contar com apoio no interior de políticos ligados à sua terra de origem no Sul do Espírito Santo – a cidade de Guaçuí. Assim, a perspectiva do jogo eleitoral e da busca do poder, já experimentada pelos pecebistas nas campanhas pelos diretórios acadêmicos universitários, nas disputas pelas associações de moradores e nos sindicatos, emergiam no âmbito da arena eleitoral.

Como citado há pouco, Stan Stein acabou ficando com a vaga para concorrer a vereador de Vitória-ES. Ildeberto Muniz de Almeida (2016) chegou a lembrar que, quanto à indicação do nome dele, o qual, entre o final de 1980 e o início de 1982, era o presidente do DCE-Ufes, ocorreram alguns questionamentos internos. Conforme Almeida, “as dúvidas foram superadas depois que o Berredo comentou que o jeito do Stan tinha ‘cheiro de voto’, significando que ele tinha tudo para ser um bom candidato, daqueles que atraía votos [...]”. Aqui, além da presença das relações com setores consolidados no interior do PMDB para a construção da atuação pecebista no interior do partido oficial, mais uma vez o argumento foi a viabilidade do poder.

No Senado, assim como em 1978, o PCB-ES apoiou seu histórico aliado Berredo de Menezes. Para o cargo de Deputado Federal, o partido decidiu pelo nome da grande liderança sindical na luta dos professores no estado na época, Myrthes Bevilácqua Corradi, personagem de militância política reconhecida na sociedade estadual e nacional junto da Upes, como pontuamos anteriormente. Em 1981, depois de finalizado o segundo mandato na direção daquela entidade, ela decidiu levar a luta do magistério para o parlamento. Assim, filiou-se ao PMDB-ES para atuar junto ao que identificava como uma “ala do Partidão” (SOUZA, 2014, p.156). Em Vila Velha-ES, o partido se definiu pelo nome de Felício Corrêa, liderança estudantil no final da década de 1970, mas, principalmente, nome forte do movimento popular da Glória, localidade daquele município.

Nesses termos, com Myrthes Bevilácqua (Dep. Federal), Paulo Hartung (Dep. Estadual), Stan Stein (Vereador) e Felício Corrêa (Vereador), o PCB-ES, no início de 1982, definia os nomes os quais, abrigados institucionalmente sob a sigla do PMDB, disputariam as eleições naquele ano. Ao observarmos esse processo, notamos que, entre suas trajetórias individuais no *campo político* capixaba, no início dos anos 1980, alguns aspectos eram convergentes e nos levavam a refletir sobre a construção dessas “candidaturas pecebistas”.

Em primeiro lugar, todos eles apareciam naquele contexto como novos atores, sem histórico nos quadros das disputas político-partidárias capixabas. Em segundo lugar, à exceção da candidata à Câmara Federal, que tinha sua trajetória de lutas iniciada nos 1960, os outros três personagens eram jovens com trajetórias políticas recentes, construídas a partir do final dos anos 1970, nos movimentos sociais da Grande Vitória-ES. Todos eles comungavam em suas histórias quanto ao fato de terem conseguido alcançar papéis de liderança e representatividade. Assim, como destacamos, Myrthes Bevilácqua era um nome de grande reconhecimento estadual na luta dos professores capixabas. Paulo Hartung e Stan Stein tinham firmado suas lideranças no ME-Ufes, chegando a presidirem o DCE naquela conjuntura, ambos eleitos com bom índice de votação em suas chapas. Felício Corrêa, além de militar no movimento estudantil, destacava-se nas lutas do movimento comunitário do bairro Glória, tornando-se popular nessa comunidade e no município de Vila Velha-ES.

Compreendemos, então, que para a escolha desses atores, pesou o fato de que, em seus respectivos espaços e movimentos de atuação, eles haviam alcançado algum tipo de liderança e reconhecimento político e social. Assim, entendemos que, atuando no *campo político* capixaba, o PCB-ES, através de sua militância no cotidiano das relações com outros agentes políticos, com trabalhadores, estudantes e em bairros populares, buscou forjar sua

representatividade política e, mais especificamente, o prestígio, o lugar de referência e de liderança reconhecida e que se fazia reconhecer em distintos espaços da sociedade.

Para compreender esse fenômeno, retomamos Pierre Bourdieu (1989) e suas concepções acerca das disputas entre os agentes (indivíduos e instituições) do *campo político* em torno dos recursos de poder – *capital* – que conferem o domínio sobre um determinado campo. No caso em questão, especificamente, os conflitos dessa dimensão específica do mundo social concorriam pelo acúmulo do que o sociólogo definiu como *capital político*:

[...] força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas, e primeiro em forma de postos – no aparelho ou fora do aparelho – e de militantes ligados a esses postos. O capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade” – firmado no facto de ser reconhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um “nome”, uma “reputação”, etc.) e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação” (BOURDIEU, 1989, p.190-191).

Partindo desses pressupostos, entendemos que, na relação do PCB-ES com as lutas políticas e sociais capixabas, o partido constituía o seu *capital político*, condição que lhe abriu possibilidades de atuar e interferir, mesmo ilegalmente e com uma recente reorganização no estado, em distintos espaços e instituições legais, e também no âmbito da política formal capixaba. Ressalvamos, porém, que quando nos referimos ao “partido”, portamo-nos aos homens e às mulheres, ou seja, aos seus militantes os quais, influenciados por um ideário e orientados por uma linha política própria, davam vida e movimento à organização, a qual, marginalizada pela condição de ilegalidade, fazia-se presente por meio das ações e relações estabelecidas por seus agentes.

Nessas condições, o PCB-ES também teria influenciado na construção da candidatura de Vasco Alves de Oliveira Junior ao cargo de Prefeito de Vila Velha. Segundo Fernando J. Pignaton (2016),

[...] o PMDB Jovem e a Comissão de Mobilização Popular que ganharam a Convenção com Vasquinho, foi uma convenção histórica, votaram 5.800 pessoas, a gente teve quase 3.000 pessoas pra poder conseguir uma quantidade de gente no diretório pra garantir que Vasquinho ia usar uma das sublegendas do PMDB. Em Vila Velha, a sublegenda funcionou contra a ditadura.

A relação entre o político Vasco Alves e o PCB-ES aconteceu, como vimos, no âmbito dos movimentos populares da Grande Vitória-ES. Entre a defesa de ocupações de terrenos na região por trabalhadores desabrigados, movimentos grevistas como os da construção civil e as

enchentes de 1979, o advogado da Comissão de Justiça e Paz na época ia firmando seus laços com a militância pecebista. Sobre tal trajetória, Oliveira Jr. relata:

Então, nós tínhamos uma presença, eu tinha uma presença muito forte porque eu estava atuando como advogado da Comissão de Justiça e Paz, e a juventude do PMDB vibrava, porque os grupos tradicionais do PMDB não apoiavam, praticamente, aquelas manifestações, muitas vezes apoiavam, mas não estavam com uma presença forte. Então, foi a partir daí que eu conheci figuras importantes do antigo PCB, como, por exemplo, o Fernando Herkenhoff Vieira, que depois passou a ser presidente do partido, quando legalizou, ele passou a ser o presidente do partido, mas ele tava muito intensamente na esquerda, Paulo Hartung... tinha outras figuras como Fernando Herkenhoff, Irene Léia Bossois, Beth Azoury, Edson Luiz Pianca, Beto Pêgo [...] enfim, essas pessoas eram as pessoas, o Paulo Emmerich, junto com Nilton Emmerich, eram presenças muito marcantes nisso, enfim nós começamos a desenvolver esse trabalho (OLIVEIRA JUNIOR, 2016).

Em Serra-ES, a militância pecebista nos movimentos de bairro e sindicatos também firmaram suas alianças a setores do PMDB-ES que seriam apoiados no município. Segundo as narrativas de Aurélio C. Marques de Moura (2015), César Colnago (2016) e Carlos A. Rios Cavalcanti (2016), o PCB-ES teria decidido pelo apoio às candidaturas de Getunildo Pimentel para Prefeito, e, para vereadores, João de Barros, José Onofre e José Cazuza, além de Jorge Adão e Hermínio Fraga.

Para Colnago (2016), toda a ligação dos movimentos de bairro e operários de Serra-ES para com o diretório municipal do partido tinha como substância, principalmente, a região de Serra Sede, onde se encontra a Câmara Municipal e o prédio da Prefeitura. Ali se dava a construção de uma “luta política [...] no anteparo do José Maria Miguel Feu Rosa, que era da Arena e nós no MDB. No PCB dentro do MDB”. Oposição que se transfere ao PDS a partir de 1979.

Em 1982, o sistema eleitoral em vigor determinava o voto vinculado. Dessa forma, o PCB-ES definia uma espécie de “chapa própria” no interior do PMDB-ES nesse ano. Antes de defini-la, porém, alguns conflitos internos precisaram ser resolvidos. A candidatura de Paulo Hartung naquele ano, por exemplo, não ocorreu sem controvérsias. Ele, um dos membros do CE-ES de maior prestígio naquela altura, em abril de 1982, decidiu por se desligar do PCB-ES e seguir carreira política pelo PMDB-ES. Irene Leia Bossois lembrou o fato e seus impactos no interior da organização:

O partido que ele [Paulo Hartung] conheceu não era o partido que ele pensou que tava entrando. E que a visão de mundo dele tinha mudado e que, portanto, não tinha mais a identidade com o PCB e quem quisesse apoiá-lo a deputado estadual, apoiasse. Ele foi honesto e caiu uma bomba. Aí o Renato Soares se apresenta como o candidato do PCB. Mas eu tenho a impressão que o Paulo tinha armado tudo para ele ser apoiado mesmo não estando mais. E a Conferência elege o Paulo mesmo não sendo do PCB como candidato do PCB, por toda a história de reconstrução do PCB no Estado. Renato Soares fica indignadíssimo e diz que vai ser candidato assim

mesmo. E aí que há um racha com o Renato Soares. [...] Nós decidimos apoiar Paulo Hartung, por toda a identidade com ele e a trajetória no movimento estudantil.

Hartung, ao narrar história de sua saída do partido, abordou um processo de desencantamento com a política pecebista que, segundo ele, teria ocorrido desde o retorno do CC a partir de 1980. Tendo, ele e Lauro Ferreira da Silva Pinto Neto encontrado Luís Carlos Prestes, quando este havia recém-chegado ao país, a conversa com o histórico líder comunista brasileiro teria abalado suas crenças no futuro da organização devido à fragilidade teórica dos seus quadros formuladores e de suas concepções políticas atrasadas¹⁸⁶. No entanto, consideramos um pouco tardia essa saída, e, talvez, não pouco interessada.

Entre 1980 e 1982, Paulo Hartung era uma das principais lideranças do PCB-ES e com ativa participação na militância partidária. Seu desligamento do partido, em pleno ano eleitoral, pode ser analisado sob o viés dos projetos políticos desse personagem. Afinal de contas, desde o encontro com Prestes, ele ainda permaneceu cerca de dois anos no CE-ES, e os documentos oficiais, como já citados, não deixam de reproduzir elementos tradicionais da linha política da luta democrática pecebista consagrados pela famosa Declaração de 1958 e pelos V e VI Congressos (1960 e 1967), assim como os princípios de luta e organização do marxismo-leninismo, defendido por Prestes, o mesmo que Hartung despertou para o “atraso do partido”.

Ademais, tanto Hartung quanto Lauro F. S. Pinto Neto (2016) convergem em uma memória de que eram gramscianos, eurocomunistas, e o CC parecia seguir outro caminho. Ora, sobre esse fato, questionamo-nos, já que, como destacamos, na história do PCB, entre 1980 e 1982, ocorreu o período de maior influência da corrente eurocomunista sobre o CC e sua linha política. Entendemos que, talvez, os mecanismos que constituem a memória atuaram mais uma vez sobre as recordações desses ex-militantes, representando um passado de fragmentos em que alguns elementos que constituíram o partido são esquecidos e, outros, reafirmados ou até recriados.

Dessa forma, acreditamos que, outros elementos, talvez, possam ser considerados pelo menos como hipótese. Por exemplo, o fato de pertencer a uma pequena organização ilegal, com os

¹⁸⁶ Assim teria argumentado acerca do processo de saída do PCB-ES, Paulo Hartung (2007): “Há um grande choque quando vem a anistia e a direção volta pro Brasil e a gente vai conversar com a direção. Um grande choque, uma grande decepção, porque a turma que estava estudando tudo isso, quando a direção volta trazendo como fato principal as disputas, as brigas muito pessoais entre eles, Armênio, Giocondo Dias, parente do Guilherme... Quando a gente vê a baixa qualidade da briga que tinha de direção, muitas vezes vinculadas a questões pessoais, pouca formulação política, foi um banho de água fria aqui e em outras partes do país. [...] Ao conhecer o que o partido tinha de quadros formuladores, era um pensamento que tinha ficado no tempo. Tinha como pano de fundo não uma luta em torno de teses, de ideias e propostas, mas era uma luta muito pequena, em torno de questões pessoais. Isso foi um choque de decepção [...]”.

estigmas que ainda carregava o comunismo no país, e já próximo dos círculos de poder do PMDB-ES, ao invés de contribuir com a possível carreira política, “ser comunista” poderia ser um empecilho. Principalmente no momento em que sua militância no interior do principal partido legal de oposição, próximo a políticos engajados nas disputas político-partidárias locais, e depois de ter se tornado uma liderança do movimento estudantil capixaba, abririam novos horizontes de possibilidades para o jovem político.

Depois desse olhar acerca da saída de Paulo Hartung do PCB-ES, voltamos aos impactos imediatos disso no contexto em que o partido se preparava para se enveredar nas disputas eleitorais estaduais e federais¹⁸⁷.

Após a saída de Paulo Hartung, o PCB-ES confirmou seu apoio a esse ex-dirigente, mantendo-o naquilo que se formava como uma “chapa do PCB” no PMDB-ES, comprometendo-se a fazer campanha para a candidatura dele. Assim documentou oficialmente o partido em seu balanço de atividades no mês de setembro de 1982, apresentando, ainda, informações de que tal postura recebeu críticas de um dirigente que, pelo que compreendemos, teria concorrido com Hartung a essa candidatura internamente, e depois de derrotado, teria recorrido ao CC para intervir na situação. O que não modificou o cenário (AVOZ DOS TRABALHADORES, ano III, nº9, Vitória, set. 1982, p.7). Por final, o partido saía, em 1982, com duas candidaturas a deputado estadual, mas avaliava que o “dissidente” colocaria em risco a unidade do partido, aguçando as dificuldades organizativas pelas quais passava:

[...] tal companheiro, além de manter a sua candidatura, busca forçar o Coletivo a assumi-la como a sua candidatura a Deputado Estadual. Na busca deste objetivo, pisoteia toda estrutura partidária, reunindo-se com militantes e não-militantes, que busca colocar a serviço de sua causa e aos quais continua a difundir uma série de inverdades. Deve ficar claro que o mesmo não está sozinho nesta empreitada, contando com a colaboração de outros companheiros que, com suas ações, parecem não ter compreendido ainda o real significado do centralismo democrático (A VOZ DOS TRABALHADORES, ano III, nº9, Vitória, set. 1982, p.7-8).

Pelas informações desse documento e as apresentadas no depoimento de Irene Leia Bossois (2016), concluímos que essa crítica e a intervenção solicitada por dirigente ao CC era obra de Renato Vianna Soares, o qual, no mesmo ano, também foi candidato a deputado estadual. Entendemos que este seja um momento em que se tornava mais evidente a divisão citada por

¹⁸⁷ Entre 1982 e 1985, outros personagens abandonaram o partido passaram a circular em torno de Paulo Hartung, gerando certo esvaziamento na direção e nas bases de algumas figuras importantes na história recente da organização, como Lauro F. S. Pinto Neto, Stan Stein, Robson Leite Nascimento, Wellington Coimbra, entre outros, os quais, como demonstrou Martin (2008), firmavam-se como um agrupamento político desde o movimento estudantil, liderado pelo primeiro citado.

alguns ex-militantes e em que transparecem alguns documentos sobre duas correntes no interior do PCB-ES. Segundo Felício Corrêa Costa Neto, “uma [corrente] que era a moçada daqui, Fernandão [Fernando Herkenhoff]... e outra comandada por Renato Soares, Jairo Régis, Dionary, Idvacyr Martins, essa galera que veio de fora para cá, tinha um pega dentro do partido”.

Dionary Régis, citada acima, era esposa do jornalista Jairo Régis, que chegou de São Paulo no início da década de 1980 e se aproximou do CE-ES. Ela relata sobre essa divisão de 1982, entre um polo que se afirmava em uma linha mais gramsciana e o deles, somados aos antigos comunistas capixabas que foram rearticulados, mais marxistas leninistas (REGIS, 1996, p.46).

Outro ponto de divergências ocorreu na formulação do posicionamento pecebista em relação à candidatura do PMDB-ES para o governo estadual. Sabemos que, em 1982, o candidato ao governo do estado por essa sigla foi o ex-arenista Gerson Camata, o qual venceu as disputas intrapartidárias, mas, que antes, quase houve uma cisão interna no partido no limiar da reformulação partidária. A participação do PCB-ES na construção dessa candidatura ao longo de 1982 foi decisiva¹⁸⁸, mas provocou rebatimentos no interior dos seus quadros partidários.

Majoritariamente, o *Comitê Eleitoral* do PCB-ES teria definido a posição do partido a favor de Gerson Camata em janeiro de 1982. Os votos a que a militância pecebista tinha possibilidade na Convenção do PMDB (abril de 1982) teriam definido o direito do ex-arenista citado a concorrer ao cargo de governador do Espírito Santo nas eleições de 15 de novembro, em detrimento ao nome de Max Mauro de Freitas, seu concorrente.

O problema era uma aparente contradição que se colocava diante da relação dos pecebistas com os quadros políticos peemedebistas, mais especificamente sua aliança com Max Mauro. A militante pecebista, na época, Irene Leia Bossois (2016), narrou a questão que se colocou no interior do partido naquele ano:

Depois essa aliança [com Max Mauro] é cobrada da gente, primeiro no governo, quando o pessoal resolve apoiar Camata e não Max. Uma decisão que foi discutida dentro do PCB na época, mas não foi consensual. Foi um racha grande, não houve consenso. Eu me abstive de votar, me lembro disso, levei uma bronca do Lauro porque eu me abstive de votar, mas eu era de Vila Velha. Eu atuava com o Max o tempo inteiro. Era muito constrangedor, para mim, não apoiar Max para o governo do Estado. Ele foi o cara que abrigou a gente lá. Mas eles entendiam que o Camata...

¹⁸⁸ Consideramos a vitória de Camata na Pré-Convenção de 04 de abril de 1982 como fator decisivo não no sentido de que foi fruto da influência estrita do PCB-ES, mas pela diferença de poucos votos entre ele e Max Mauro, que, segundo depoimentos e documentos do CE-ES, foi de 04 ou 05 votos. É interessante que esse acirramento tenha ocorrido mesmo com indicação de algumas fontes para a existência de um acordo entre os polos divergentes peemedebistas pelo qual Max aceitaria abrir mão da candidatura pela indicação e pelo apoio no pleito de 1986, como apurou Oliveira (2013, p.137).

eu nem me lembro por quê, tinha que ser o Camata. O Camata era mais moderno, mais arrojado etc., etc. Era um ex-Arena, não tinha nenhuma tradição no movimento, mas douraram tanto a pílula... [...]

Por meio de um documento com o subtítulo “Carta aberta à direção estadual”¹⁸⁹, de 1982, um militante do PCB-ES fez duras críticas em relação à opção política do CE-ES por Camata. A análise dessa carta, além de evidenciar o ambiente de disputas e divergências no PCB-ES, aproxima-nos do envolvimento de militantes pecebistas na estrutura interna do PMDB capixaba e também das diretrizes político-eleitorais que norteavam suas ações naquele momento. Vejamos:

Dia 04 de abril de 1982, no Colégio do Carmo. Durante a convenção do PMDB (embora chamada pré-convenção, foi a convenção de fato), a torcida organizada de Camata (C.) era praticamente formada por militantes do P. Eram eles que, quase exclusivamente (quase?), enfrentavam, com palavras-de-ordem, canções, vaías ou aplausos, a torcida de Max (M.), já que C. não levou ele próprio [sic] sua torcida. (Não teve condições, por falta de penetração popular, ou não se deu ao trabalho, já que o P. estava trabalhando, gratuitamente para ele?).

Apresentado o resultado final, com C. já vencedor, houve verdadeiro delírio entre os militantes: afinal, ‘hávamos vencido’, embora por uma diferença de apenas 5 (cinco) votos. Quantos, naquele momento, ou de lá para cá, pararam para analisar esse resultado. Inclusive do ponto de vista quantitativo e das conclusões políticas que daí poderiam ser tiradas? (CARTA..., 1982, f.1).

O autor, que assume, naquele documento, posição “minoritária” e “isolada” no CE-ES em favor de Max Mauro, aponta para as consequências do que considerava uma posição “ultraconservadora” do PCB-ES em escolher Camata, vislumbrando um futuro obscuro para a organização. Justificando sua posição, identificava esse último político aos quadros governistas, ao regime militar, e nada disposto a propiciar condições para o avanço dos movimentos sociais e a conquista de direitos por parte das camadas mais pobres, tendo a atenção voltada para a elite cafeicultora do estado e não para os trabalhadores do campo e da cidade. Para o autor da carta, Camata estava localizado na “ala conservadora, mais à direita do PMDB”, e ligado aos interesses também do “empresariado do Estado”. Esse fato, segundo registro, era conhecido pelos militantes do PCB-ES que apoiaram a candidatura de Camata (CARTA..., 1982, f.2).

¹⁸⁹ O título se encontra ilegível. Acreditamos, pelas informações que conseguimos produzir junto aos ex-militantes entrevistados, que o documento que balizam a análise a seguir teria sido de autoria do militante Renato Viana Soares, o qual, militante capixaba histórico, retornava do exílio entre 1980 e 1981 e teria integrado o PCB-ES, tornando-se um forte flanco de divergência tanto em torno do apoio à candidatura de Camata, quanto à de Paulo Hartung para deputado estadual, como veremos adiante. Além das críticas à opção de Camata, consideramos o documento valioso em nossa análise na medida em que demonstra o envolvimento orgânico de membros do PCB-ES nas atividades do PMDB-ES, expressando a forma como ocorria tal militância e as leituras analíticas sobre os peemedebistas. Assim como a própria leitura acerca do cenário de correlação de forças políticas estaduais, do eleitorado capixaba e das perspectivas em torno das eleições de 1982.

Se Camata era compreendido assim por alguns setores da direção do PCB-ES, o que teria empurrado o partido a apoiá-lo? Por que abandonar um “autêntico” e antigo aliado do partido para apoiar um político ex-arenista, conservador e vinculado aos interesses das elites capixabas? Seria a influência da crescente política conciliadora defendida pela direção nacional pecebista? Segundo a “Carta”, que citamos há pouco, um dos argumentos utilizado por setores do PCB-ES era que Camata teria mais densidade eleitoral, principalmente no interior. O autor do documento ataca tal assertiva apontando a falta de “penetração popular” do ex-Arena e o pouco embasamento acerca dessas teses¹⁹⁰. Mais do que isso, o documento avisava que o apoio a Camata colocava em risco o trabalho de massas do partido junto aos movimentos sociais e a outras frentes de trabalho, principalmente, pois poderia fragilizar a imagem do partido nesses espaços, nos quais travava disputas com outros setores da esquerda capixaba (CARTA..., 1982, f.2).

Questionamos os entrevistados sobre o fato. Alguns estiveram presentes na reunião que decidiu pelo nome de Camata e atuavam na frente político-partidária do PCB-ES. Entre os argumentos elencados por eles, destacamos alguns, como a justificativa do posicionamento do partido feita pelo ex-dirigente pecebista Lauro F. S. Pinto Neto (2016):

Max tinha uma formulação no discurso que não agregava alguns dissidentes da Arena e poderia não ganhar eleição. Para nós era muito claro que era muito importante derrotar a Arena aqui, e o Camata estava em condições mais [sic]. O Camata era mais política de alianças do que Max. E acho que foi correto [...]. O Max era mais fechado [...] na nossa ideia de política de alianças, [...] era importante derrotar a ditadura a qualquer preço em todo o Brasil, como foi. [...] A orientação do partidão em todo o país era tentar compor alianças as mais amplas possíveis, e o Max tornava difícil essa ampliação. E o Camata não, tanto que na hora de ir para eleição e formação de chapa, o Camata era mais fácil de carregar do que Max.

Robson Leite Nascimento (2016) lembra que Max Mauro não conseguiria realizar aquilo que o partido necessitaria para derrotar o PDS: “uma aglutinação de setores mais conservadores pra poder derrotar as forças que se alinhavam naquela época em torno de Eurico Rezende”. Paulo C. Hartung Gomes (2007) citou que, a partir uma “análise de conjuntura”, setores do PCB-ES concluiriam que Max era uma candidatura a qual não seria vitoriosa diante da articulação das forças do regime no estado. Então, taticamente, Camata, como um ex-Arena, poderia estimular rupturas “nos adversários” caso o PDS escolhesse nomes que desagradassem seus quadros internos. Para Fernando J. Pignaton (2016), enquanto Max Mauro estava à esquerda, caminhando para o que chamou de “populismo trabalhista”,

¹⁹⁰ O apoio de setores rurais ainda era uma tese questionada pelo autor do documento, no sentido de que julgava que pequenos e médios proprietários rurais não eram eleitores confiáveis, visto que eram vulneráveis “a mudar de posição com alguns pequenos favores governamentais ou com promessas de favores” (CARTA..., 1982, f.5).

“personalismo”, “Camata aglutinava o centro todo. E a gente queria botar o centro do lado da esquerda contra a ditadura, e isolá-la na direita. Essa era uma operação nacional do partido”.

Esses argumentos convergem, principalmente, pelo fato de explicarem que a escolha do partido refletia a política aliancista do CC no âmbito da luta contra a ditadura: amplas alianças, inclusive à direita, e prioridade à vitória eleitoral. Nesses termos, entende-se que a vitória com Camata seria mais palpável na medida em que esse candidato poderia transitar entre setores de centro e à direita do eleitorado, segmentos inalcançáveis por Max, segundo a memória dos ex-militantes.

O dirigente partidário, que divergia da maioria do CE-ES em 1982, apesar de contradizer os argumentos que eram colocados a favor de Camata, em um trecho de sua “Carta” parece indicar a coerência – considerando o interesse nas amplas alianças que norteou a decisão – sobre determinados argumentos que eram usados no partido contra Max, os quais foram lembrados pelos ex-militantes. Mais especificamente no que tange à postura mais radical e fechada de seu discurso e de suas relações políticas.

Dessa forma, o autor da “Carta” enfatizava positivamente o que a maioria dos dirigentes via como negativo. Para ele, um dos fatores que deveriam pesar a favor de Max Mauro era a “[...] inexistência de vínculos entre sua pessoa e o empresariado (vínculos difíceis, pois o autor da carta o considera ‘radical’)”, e que no discurso, dada a conjuntura de crise econômica e seus rebatimentos sobre a maioria da população, “[...] um candidato com uma linguagem mais ‘ousada’, mais agressiva, teria mais condições eleitorais do que um candidato conservador [...]” (CARTA..., 1982, f.3).

Enfatizamos esta questão, pois, ao que parece, a linha política mais conciliadora e aberta a alianças cada vez mais à direita, com as elites e polos democráticos conservadores do CC, parecia se apresentar no PCB-ES naquele contexto. Mais do que isso, para além de princípios táticos da luta democrática que visava combater nas urnas os políticos e partidos representantes do regime ditatorial, as eleições de 1982 demonstravam um horizonte objetivamente claro de chances de setores pecebistas se aproximarem ou mesmo chegarem ao poder. No auge dos debates, o militante partidário questionava a escolha de Camata e definia a posição do PCB-ES, naquela conjuntura, nos seguintes termos:

A decisão então tomada foi eleitoreira, conservadora e derrotista. Ou seja: optou-se por um determinado candidato, acima de tudo por causa de sua pretensa maior viabilidade eleitoral, tendo-se relegado a plano secundário tanto o fato de o mesmo ser politicamente bem mais conservador, quanto suas evidentes ligações com o inimigo de classe [...] (CARTA..., 1982, f.3).

Mais do que isso, o autor do documento avaliava a contradição entre o discurso oficial do partido e o seu posicionamento naquela questão:

Não há como negar: o P. ajudou a empurrar o PMDB para a direita. Na convenção, ficou clara sua ligação com as forças peemedebistas mais conservadoras. [...] Há, enfim, maneiras e maneiras de entender o que é atuar na frente democrática. Mas há, acima de tudo, uma nítida contradição entre, de um lado, a tese apresentada pelo CE para a Conferência Estadual e que trata do objetivo estratégico do P. e, de outro lado, o comportamento prático (e tático) deste dentro do PMDB. Com esse comportamento, não se contribui – tenho certeza – para criar as condições subjetivas favoráveis à revolução socialista [...] (CARTA..., 1982, f.6).

Em frase categórica, o autor denota a influência do PCB no PMDB naquele contexto. Decidindo pela candidatura de Camata, a organização comunista empurrava o PMDB à direita. Pelo visto, o autor pensava em Max Mauro como uma verdadeira alternativa mais progressista para o governo do Estado, e que foi abandonada pelo PCB. Sobre a postura pecebista naquele momento, o autor da carta acusa a contradição dessa postura em relação às determinações da Conferência do partido em seu objetivo estratégico e sua prática política, transformando a “frente democrática” em “frente eleitoreira”.

Por “eleitoreira” podemos interpretar a prioridade dada à “vitória a qualquer custo” em um processo eleitoral. Mais do que isso, que, depois de vitorioso, um partido vislumbresse obter ganhos com as candidaturas. Na medida em que, enquanto legenda, o PCB-ES não poderia disputar e assumir cargos legalmente, tal objetivo só poderia ser conquistado com a inserção de seus militantes nos quadros dos partidos oficiais, como estamos destacando, ou por meio de seus aliados políticos. Entendemos que esse “cálculo” estava colocado na rotina de previsões e táticas da luta política do PCB-ES, pois, além de assumir o seu trabalho organizado nessa frente, o partido também discutia as conquistas possíveis nessa arena. Dessa forma, ao questionar a escolha de Camata, por exemplo, o autor da “Carta” afirma:

A direção estadual sabe o quanto o P. fez pelo hoje candidato oficial do PMDB, para que este chegasse onde [sic] chegou. Até passou para o papel o que todos sabem que ele não escreveria e o que eu, pessoalmente, acho que ele não faria, se Governador. E depois disso tudo, de tanto trabalho? O que há de concreto em termos de compromisso de C. com o P. e, mais ainda – pois o P. não é um fim em si mesmo –, com a colocação em prática de metas definidas pelo coletivo, que atendam de fato os interesses populares? Pouco antes da convenção, um dos candidatos do P. declarou, numa reunião com a direção estadual, que mesmo em termos eleitorais o coletivo não estava obtendo (através dos seus candidatos) muito mais do que promessas de apoio [...] (CARTA..., 1982).

Por fim, com a escolha de Camata, definiu-se a “chapa do PCB” no PMDB-ES para as eleições de 1982: Gerson Camata (Governador), Berredo de Menezes (Senador), Myrthes Bevilacqua Corradi (Dep. Federal) e Paulo C. Hartung (Dep. Estadual). Nos municípios da

Grande Vitória-ES, destaque para: em Vila Velha, Vasco Alves (Prefeito) e Felício Corrêa (Vereador); na capital, Stan Stein (Vereador); e em Serra-ES, José Cazuza, José Onofre, João de Barros, Jorge Adão Barcelos e Hermínio Fraga Gomes para vereadores.

Durante o ano de 1982, a questão eleitoral assumiu prioridade na política do PCB-ES, sendo, isso, colocado oficialmente pelo CE-ES à sua militância. Valorizava-se a defesa da unidade de oposições, a luta pela formação da ampla frente democrática contra o regime instaurado em 1964, e o empenho no aprofundamento do processo de democratização da sociedade brasileira que permitisse a incorporação efetiva das massas à vida política nacional, da qual estariam sistematicamente afastadas (A VOZ DOS TRABALHADORES, ano III, nº9, Vitória, set.1982, p.2-3).

A ênfase na política de amplas alianças da frente democrática teria feito com que setores do PCB-ES defendessem a diluição do partido no interior o PMDB, o que findaria com a experiência organizativa pecebista. A proposta, que teria sido apresentada e derrotada na Conferência Estadual do PCB-ES, em abril de 1982, impactou o partido. Segundo o documento, abriu-se um ambiente de confusão e perplexidades, situações já estimuladas pelas disputas nacionais no CC. Muitos pecebistas teriam abandonado a luta orgânica, o que causou a uma falta de compromisso com as suas atividades (A VOZ DOS TRABALHADORES, ano III, nº9, Vitória, set.1982, p.3).

Apesar dessas questões e das dificuldades que se colocavam em 1982¹⁹¹, o PCB-ES desenvolveu seu trabalho eleitoral e se lançou em campanha pelos seus candidatos e aliados políticos. Em setembro desse ano, o CE-ES indicou em que espaços se concentravam tal militância: nos movimentos de bairro. Eram nessas ações, que, segundo os dirigentes pecebistas, havia a aproximação pretendida. É o que lemos neste trecho:

[...] tem-se estreitado o relacionamento do Coletivo com importantes lideranças comunitárias, principalmente, onde o trabalho eleitoral é mais efervescente. As campanhas eleitorais dos candidatos do P., ou por ele apoiados indicam, até o momento, que os mesmos têm possibilidade de se elegerem, apesar das dificuldades de previsão num ano eleitoral acentuadamente diferente dos outros existentes no pós-64 (A VOZ DOS TRABALHADORES, ano III, nº9, Vitória, set. 1982, p.5).

Na perspectiva do CE-ES, a correta campanha eleitoral para um militante comunista membro de uma “organização revolucionária” deveria servir como um instrumento de politização das massas a fim de desgastar o regime militar. Tal frente de trabalho, se por um lado, deveria

¹⁹¹ Entre as dificuldades e talvez como resultado da falta de envolvimento e compromisso de alguns setores militantes, o CE-ES lamentava, em setembro de 1982, que na frente eleitoral do partido alguns membros estariam sobrecarregados de tarefas (A VOZ DOS TRABALHADORES, ano III, nº9, Vitória, set. 1982).

evitar posições “ultra-esquerdistas”, por outro, não deveria se focar somente em seu aspecto quantitativo, utilizando o potencial das ações em uma mera caça aos votos (A VOZ DOS TRABALHADORES, ano III, nº9, Vitória, set. 1982, p.6). Observando o uso da expressão “desgastar”, nesse contexto, entendemos que, no discurso oficial, operava-se uma correção no âmbito dos princípios revolucionários marxistas-leninistas que o CE-ES reivindicava, substituindo “derrubar”, “destruir”, “golpear” pelo termo usado, o que denota a ideia de processo, de se reforçar “aos poucos” a postura moderada da organização.

Nessa direção, as eleições eram apresentadas pelo CE-ES com um papel fundamental na tática pecebista na medida em que ela poderia levar à transformação da face do poder, desde que fossem colocados atores com discurso e ideias “avançadas” nos cargos políticos, os quais se tornassem porta-vozes dos movimentos sociais. Além disso, é no período eleitoral que o PCB alcança dois objetivos importantes para a sua organização: ampliar sua influência na sociedade e recrutar novos militantes (A VOZ DOS TRABALHADORES, ano III, nº9, Vitória, set. 1982). Considerando tais perspectivas, parece-nos contraditório o fato de o partido ter apoiado Gerson Camata nas eleições daquele ano, e não Max Mauro. Talvez tenhamos nos defrontado, aqui, com um exemplo explícito da contradição entre o discurso oficial e a prática partidária naquela conjuntura.

Os ex-militantes do PCB-ES trouxeram evidências sobre o trabalho eleitoral do partido em 1982. Segundo Ildeberto Muniz de Almeida (2016), que afirma ter trabalhado na candidatura de Myrthes Bevillacqua Corradi ao legislativo federal, as campanhas se baseavam na militância de rua, com panfletagens em bairros e anexação de adesivos em veículos, para transmitir as ideias dos candidatos. Irene Leia Bossois (2016) lembrou o seguinte: “no cotidiano, era participar da eleição, era subir morro, era pedir voto”. Neste caso, o dirigente partidário, na época, Lauro F. S. Pinto Neto (2016) afirmou que, “[...] cansou de fazer caminhada em bairro. [...] [passava] nos comitês, pegava as cédulas e ia de casa em casa [...], era um trabalho muito agressivo, muito forte, com muita gente na rua [...]”.

Vasco Alves de Oliveira Junior (2016), o “Vasquinho”, recordou-se da importância do PCB-ES durante sua campanha para prefeito em 1982:

[...] todos nós éramos envolvidos por um idealismo muito forte, então nós subimos os morros muitas vezes com o ‘rosto no bolso’, e à noite, principalmente, [o] pessoal do Partidão, que tinha um papel muito importante, fazia pichação com palavras de ordem e nós colocávamos nos debates, nas reuniões, nas discussões, eu tinha uma posição razoável porque eu nasci aqui e era muito conhecido, família toda aqui da periferia [...]; na verdade, se não fosse esse seguimento [jovens do PCB-ES] nos não avançaríamos.

Na produção dos materiais gráficos de campanha, Eduardo I. Pignaton (2015) mencionou que a gráfica Renograf funcionou como o “coração do negócio”. Em Vila Velha-ES, Felício Corrêa Costa Neto (2016) lembrou que, com pouco dinheiro, as campanhas dele e de Vasco Alves eram simples: “[...] reunião com pé no chão, aquele caixotinho, era daquele jeito [...]”. E citou a realização de rifas de “garraão de vinho”, doado por comerciantes do bairro Glória, a fim de angariar recursos para comprar seus materiais de campanha.

Felício Corrêa Costa Neto, já como candidato, ainda utilizava o Jornal da Glória para “conscientizar” a população sobre a importância do voto e sobre o risco de comprometê-lo, vendendo-o a políticos descomprometidos com a comunidade e a cidade. Nesse caso, em meados de 1982, alertava-se acerca de um suposto candidato que estaria organizando jogos de bingo na localidade da Glória, em Vila Velha-ES, com o possível interesse de seduzir os eleitores. O destaque era: “[...] o verdadeiro político é aquele que por muito tempo está lutando junto com a população [...], é aquela pessoa que não precisa de [sic] dar presente em forma de bingo para agradar o povo” (CORREA, Jornal da Glória, ano III, nº 11, 1982, p.6).

Em relação aos trabalhos de rua, a experiência no ME-Ufes teria dado subsídios às campanhas para os militantes pecebistas. Diante disso, o ex-militante Carlos Alberto Rios Cavalcanti (2016) narrou que

[...] a campanha [do Gerson Camata] [...] foi muito artesanal. Quem deu corpo pra campanha dele foi a gente, que tinha passado por uma campanha massiva no DCE. Não tinha campanha eleitoral pra prefeito e vereador. Não tinha nada! Eram só uns santinhos, umas coisas bestas, e a gente, quando entrou no DCE, a gente começou a fazer colagens, e levamos isso pro Camata e ele ficou doido. Fazia o retrato e colar [sic] [...]. Aí ensinamos ele, quem era os cola-cola dele e ganharam um bom quinhão por isso, eram os Lorenzon, da Lorenge. Nós ensinamos esses negócios... Aí nós demos um pique na organização, no visual [...].

Alguns militantes foram designados para assessorar candidatos e acompanhá-los em suas campanhas pelos municípios do estado. Robson Leite Nascimento (2016) afirmou que foi “escolhido pelo partido pra ser secretário particular de Berredo”. Assim, teria viajado por todo estado em um “corcel velhinho” com a função de fazer com que Berredo de Menezes defendesse as teses que o partido defendia naquele momento, e utilizar as técnicas de propaganda que a militância pecebista conhecia na época: muito papel e pichação.

O empenho e a disciplina da militância teriam sido outro fator que, segundo afirmaram os ex-militantes os quais atuaram nas campanhas de 1978, mas principalmente de 1982, interessavam aos políticos tradicionais do PMDB-ES, como já apontamos. Emocionado e em

tom nostálgico, Aurélio Carlos Marques de Moura (2015) lembrou das campanhas de 1982 da seguinte forma:

[...] a turma era muito boa. Meus irmãos camaradas... (choro). Os caras eram muito bons. Luta pra ca*****. E eles sabiam que precisavam da gente. Eu aqui no Bairro de Fátima. Um monte de gente... discurso ali, pedindo voto para o PMDB, mas eu discurssei, e eu era o diferencial. [...] Membro da comunidade [...] líder comunitário... por que nós temos que votar no PMDB? [...] Minha mãe não dizia pra ninguém [que ele era comunista] com medo que eu fosse preso [...]. Esses caras sabiam da importância que a gente tinha.

Apesar da ênfase ao forte empenho e até mesmo às ações mais ousadas – como pichações e discursos inflamados – é importante considerarmos, assim como Oliveira (2013, p.146), que as eleições de 1982 ocorreram ainda sob clima de restrições pela presença das coerções autoritárias, limitando a propaganda eleitoral, principalmente no rádio e na TV. As narrativas dos ex-militantes sobre seus trabalhos eleitorais podem ser cotejadas se considerarmos ainda o funcionamento dos setores de segurança do regime. Assim, consideramos ainda não ser possível vislumbrar militâncias radicalizadas na construção e no apoio das campanhas. Até mesmo porque, ações radicais e discursos agressivos não faziam parte dos recursos táticos de um partido que se constituía cada vez mais rumo à moderação.

Nas eleições de 15 de novembro de 1982, o eleitorado capixaba contava com 37,4% do seu total - de 968.882 eleitores - concentrado na região metropolitana de Vitória-ES. Dessa forma, os processos de industrialização e urbanização acelerados pelos Grandes Projetos Industriais ainda não haviam alterado a distribuição maior de eleitores no interior do estado (OLIVEIRA, 2013, p.137).

Nesse quadro, em sua primeira investida com candidatos próprios depois da reorganização, o PCB-ES conseguiu saldos positivos, considerando relativamente suas condições históricas e organizativas naquele período. Além da vitória de Camata, como já havíamos destacado, os candidatos do partido ou apoiados por ele obtiveram resultados expressivos.

Myrthes Bevilacqua Corradi, por exemplo, foi eleita com 45.527 votos – 6,51% – sendo a quinta mais votada (OLIVEIRA, 2013, p.147-148). Segundo Dayane Santos de Souza (2014, p.156), Corradi se tornou a primeira mulher eleita deputada federal do Espírito Santo. Para a Assembleia Legislativa, Paulo Hartung (PMDB-ES) foi eleito com 17.343 votos, ficando em segundo lugar geral, e o primeiro na lista interna de candidatos do PMDB¹⁹².

¹⁹² Dados eleitorais retirados da pesquisa de Oliveira (2008).

Nas disputas municipais, em Serra-ES, Getunildo Pimentel, candidato apoiado pelo PCB-ES, não se elegeu. No entanto, alguns dos ex-militantes do partido consideraram que, naquele pleito, apesar da prioridade dada à campanha de Pimentel, não se opuseram e até apoiaram, em certos casos, o candidato eleito, João Baptista da Motta (PMDB-ES), o qual conseguiu 8.517 votos (BRASIL, 1982, p.28). Na vereança, com apoio do partido, foram eleitos os peemedebistas Jorge Adão Barcelos (811 votos), José Onofre Ferreira (747 votos), Hermínio Fraga Gomes (737 votos), João de Barros Neto (703 votos) e José Cazuza de Moraes (695 votos) (BRASIL, 1982, p.28).

Em Vila Velha-ES, Vasco Alves de Oliveira Neto (PMDB) foi eleito com 22.818 votos. O candidato a vereador Felício Corrêa Costa Neto (PMDB), membro do PCB-ES, tornou-se o vereador mais bem votado em termos proporcionais na história do município, com um total de 4.879 votos. Outro candidato que teria contado com apoio pecebista nessa cidade foi o, também vereador eleito, João Artem, com 1.492 votos (BRASIL, 1982, p.29).

Já em Vitória-ES, capital do Estado, Estanislau Kostka Stein foi o vereador mais bem votado, com 3.919 votos. Quanto ao Prefeito, ele seria nomeado por Gerson Camata (PMDB) assim que tomasse este posse, em 1983, conforme normatizavam as regras eleitorais da época.

Da “chapa do PCB” que se configurou no PMDB-ES para aquele pleito, o único não eleito foi o candidato ao Senado, Ferdinand Berredo de Menezes. Nessa disputa, acabou por se eleger José Inácio Ferreira – com 186.429 votos, sendo 25,75% dos válidos –, mesmo tendo recebido menos votos que o candidato do PDS, Camilo Cola – 198. 718, 27,45% dos votos válidos (OLIVEIRA, 2013, p.148). Visualizamos, assim, que mesmo individualmente derrotado, a candidatura do candidato ligado profundamente ao PCB-ES contribuiu com o resultado obtido, tendo havido um “empurrão” do seu correligionário para a vaga ao somar os 164.812 votos – 22,76 % dos válidos – à sigla peemedebista, permitindo que superasse o PDS.

Avaliando o resultado do pleito de 1982, temos um indicativo da popularidade auferida pelas candidaturas de militantes do PCB-ES no PMDB-ES e/ou seus aliados apoiados nas disputas que marcaram essas eleições. Os altos índices de votação desses personagens contribuíram para derrotar setores conservadores da política capixaba alinhados no PDS, tanto individualmente quanto nas disputas interpartidárias, visto que os votos adquiridos pelos candidatos da “chapa do PCB”, mais precisamente no legislativo federal, estadual e municipal de Serra-ES e Vitória-ES, reforçaram o peso eleitoral peemedebista naquele ano, aumentando

o seu quociente partidário, o que determinaria o número de vagas de uma legenda na Câmara Federal, na Assembleia Legislativa e nas Câmaras Municipais¹⁹³.

Para o PCB-ES, o indicativo que se tinha é que suas escolhas tático-estratégicas apontavam para um futuro próspero na participação de seus membros na política capixaba. Afinal de contas, entre candidaturas abrigadas no PMDB-ES e de políticos aliados, com exceção de Berredo de Menezes (PMDB) ao Senado, todas foram eleitas e com números expressivos. Resta saber como se lidou com isso no interior do partido, depois de experimentar as vitórias mais significativas no Estado até então, após sua recente reorganização.

6.5 O PÓS-1982: APONTAMENTOS SOBRE UMA APROXIMAÇÃO COM O PODER

Em maio de 1984, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Espírito Santo fez uma leitura do papel desempenhado pela organização no processo eleitoral de 1982 nos seguintes termos:

Demonstramos ter prestígio entre a população quando os candidatos por nós apoiados nas eleições de 1982 se elegeram ou tiveram expressivas votações. Também quando nos dirigimos com clareza à população e a convocamos para o exercício político em nossa companhia. E quando nos dirigimos a ela através de documentos bem pensados e melhor executados, que obtiveram justa repercussão entre os democratas de uma maneira geral no Estado (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1984a, p.1).

Passadas as eleições de 15 de novembro de 1982, o PCB-ES se deparou com novas situações na sua experiência política depois de passados quatro anos de sua reorganização. Apesar da manutenção do cerceamento legal de suas atividades e, ainda, da presença das coerções jurídico-legais e repressivas para os atores de oposição, a organização comunista capixaba havia alcançado resultados alentadores naquele pleito. Suas opções e alianças políticas, somadas ao trabalho eleitoral de sua militância, teriam permitido a alguns de seus quadros ocuparem cargos nas esferas de poder, além de verem as vitórias de aliados políticos em postos-chave da política estadual e municipal. Dessa forma, *a priori*, a situação indicava que, além da expressividade das vitórias, o partido se aproximava do poder e acertava em seus direcionamentos na luta política no Espírito Santo.

¹⁹³ Segundo o sistema de representação proporcional normatizado pelo Código Eleitoral vigente na época (Lei 4.737/65), a distribuição de vagas aos partidos na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais seria determinada pelo quociente partidário de cada legenda. Nesse caso, o Artigo 107 determinava que, para cada partido, o quociente partidário seria definido dividindo-se pelo quociente eleitoral [número de votos válidos dividido pelo número de cadeiras disponíveis], o número de votos válidos dados sob a mesma legenda, desprezada a fração.

Nesses termos, em dezembro de 1983, o CE-ES avaliava positivamente as condições da frente democrática dentro do PMDB, assim como a própria condição política do maior partido de oposição legal após as eleições de 1982 e o papel dos comunistas na constituição dele. Na visão da direção estadual do PCB, estavam comprovados o êxito da opção pela frente eleitoral peemedebista e a necessidade de sua continuidade para assegurar a transição democrática. Para tanto, refletindo a própria linha política nacional do partido, defendia-se a ampliação das alianças peemedebistas tentando atrair setores à esquerda (PDT, o PT e o PTB) e até mesmo à direita, com os democratas do PDS. Indicando uma atuação orgânica no partido, a direção estadual pecebista alertava para as mudanças nas características da composição partidária, formada por jovens e inexperientes políticos que poderiam “vacilar” diante de teses falsas (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, dez. 1983, p.3).

Essas expectativas e o reforço do papel do partido no primeiro ano após os resultados eleitorais de 1982 parecem indicar certo otimismo da direção estadual em relação ao futuro da organização, talvez pela realidade política que se apresentava a partir daquele momento. Para isso, cooperava o fato de o PCB-ES ter conseguido inserir militantes e dirigentes em espaços e círculos de poder formais, apesar de a sua condição ilegal ser mantida.

Em Serra-ES, por exemplo, além de ver os vereadores peemedebistas que apoiaram serem eleitos – José Onofre, João de Barros, Hermínio Fraga, e José Cazuya – o partido ainda tinha pelo menos de início, uma aproximação com o prefeito eleito João Baptista da Motta (PMDB-ES). Nessas condições, membros do PCB-ES ocuparam cargos na administração municipal. Os dirigentes partidários Fernando Herkenhoff, Adão Célia e Carlos Alberto Rios Cavalcanti, por exemplo, foram nomeados, respectivamente, Secretário e subsecretários de Saúde. Além disso, César Colnago se tornou Assessor da Mesa Diretora da Câmara Municipal¹⁹⁴.

Em Vila Velha-ES, o histórico resultado eleitoral do militante pecebista Felício Corrêa (PMDB-ES) possibilitou que um membro do partido ascendesse à Câmara dos Vereadores com amplo apoio popular. Durante seu mandato, segundo Alves e Simões (1995, p.96), a atuação de Corrêa teria sido marcada pela forte oposição ao governo militar, e pela defesa da participação popular na administração pública, além das questões relativas à saúde e ao meio ambiente do município. Em seu depoimento, Felício Corrêa fez questão de destacar que havia influência e discussão com PCB-ES sobre o seu comportamento na Câmara Municipal,

¹⁹⁴ Segundo Carlos Alberto Rios Cavalcanti (2016) a participação na administração da Serra-ES, por parte de membros do PCB-ES teria durado cerca de dois anos. Depois desse período eles teriam sido exonerados daqueles cargos.

principalmente porque a maioria do secretariado da gestão iniciada na Prefeitura de Vila Velha em 1983 era formada por membros do seu partido¹⁹⁵ (COSTA NETO, 2016).

Nessa direção, a vitória também com ampla margem de votos de Vasco Alves Oliveira Junior (PMDB-ES), contando com uma forte militância eleitoral pecebista, abriu as portas do poder municipal vilavelhense ao PCB-ES. Essa realidade se materializou pelo fato de que 06 das 09 Secretarias dessa administração foram ocupadas por membros do partido, inclusive algumas de grande importância naquela conjuntura. Assim, foram secretários de “Vasquinho” (PMDB), a partir de 1983, os seguintes membros partidários: Fernando J. Pignaton (Chefe de gabinete), Irene Leia Bossois (Assessora de Planejamento), Eduardo I. Pignaton (Secretário de Obras e Urbanismo), Antônio Claudino de Jesus (Secretário de Cultura), Geraldo Correa Queiroz (Secretário de Saúde) e Maria Helena Bunelli (Secretária de Ação Social).

Fernando J. Pignaton (2016), quando perguntado sobre essa conformação pecebista no poder municipal em Vila Velha-ES, atribuiu o fato ao papel dos militantes na campanha eleitoral. Outros personagens, como Felício Corrêa Costa Neto (2016), comentaram que os membros do PCB-ES deram formulação às propostas de governo de Vasco Alves em 1982. E afirma que os membros do partido foram “[...] o staff dele. Quem pensava por Vasco era o Partidão [...]”. Esse fato é, inclusive, reforçado pela própria leitura elaborada pelo ex-prefeito de Vila Velha-ES, como já destacamos. No entanto, quando questionado diretamente sobre o “porquê” da escolha de 06 pessoas do partido para as 09 Secretarias que compunham o Executivo Municipal, justificou:

Eram pessoas competentes, jovens, vibrantes, eram pessoas otimistas, que acreditavam no povo, nem tanto, mas eles, em princípio, aceitavam bem a orientação do povo pra decidir, alguns achavam que o povo não tinha... a Igreja não, eu militava na Igreja e ela sempre acreditou no povo, povo de pé no chão. Mas eles tinham acabado de sair da Universidade, eram pessoas assim pra média, as pessoas que faziam política, eles eram de nível superior, eram pessoas bem informadas, bem conhecedoras da realidade, debatiam política, eram pessoas muito importantes, por isso eu fiz questão [...], até porquê, como eu iria administrar? Eu tinha que ter pessoas competentes, e eles eram. Tanto é que fomos bem sucedidos. (OLIVEIRA JUNIOR, 2016).

Permeia nesse depoimento o reconhecimento das capacidades profissionais e intelectuais daqueles militantes, em sua maioria recém-formados ou em formação na Ufes. Irene Leia

¹⁹⁵ Felício Corrêa Costa Neto (2016) afirmou as dificuldades que enfrentou durante sua vereança em Vila Velha – ES, isso porque teria sofrido forte resistência de uma maioria de políticos que lhe firmaram oposição, e para os quais teria se dedicado a denunciar irregularidades. Segundo Fernando João Pignaton (2014, p.41) esse parlamentar integrava junto com Joel ribeiro (PMDB), João Artém (PMDB), Olgamitho Rodrigues (PMDB) o chamado “Bloco Democrático”, grupo minoritário diante de um total de 16 membros da Câmara, mas que defendeu e conseguiu articular a aprovação da chamada “Lei do Orçamento”, institucionalizando a experiência do orçamento participativo popular que apresentaremos, brevemente, adiante.

Bossois (2016), inclusive, fez questão de ressaltar sua formação em Economia, seu aperfeiçoamento em Orçamento público e seu intercâmbio internacional, fatores que teriam contribuído com sua inserção no cargo de planejamento que ocupou¹⁹⁶.

O governo que assumia a Prefeitura de Vila Velha com a agenda política de campanha “Proposta Alternativa de Participação Popular”, em 1983, teve como uma de suas marcas a iniciativa no sentido de promover experiências de participação popular na gestão municipal por meio da criação do “orçamento participativo popular”. Segundo definiu o próprio Vasco Alves de Oliveira Junior, em 1985, tal proposta se tratava da criação de um instrumento que, naquela conjuntura, buscava alcançar a participação do povo através de um canal de inserção ativa da população na gestão dos recursos públicos da cidade. Assim, sua gestão entendia que o caminho passava pela elaboração democrática do orçamento anual do município (OLIVEIRA JUNIOR, 1985). Descrevia-se formalmente, então, o funcionamento do modelo:

O processo de elaboração orçamental tem início a partir do levantamento das prioridades de cada bairro em assembleia geral e eleição de três delegados do bairro que, juntamente [sic] com os delegados de cada setor organizado, compõem a assembleia municipal do orçamento. À assembleia municipal compete definir a receita decidindo qual o índice de reajuste dos impostos municipais em relação às despesas da Prefeitura, e qual o percentual de recursos deve ser destinado para a implantação de projetos municipais, setoriais de bairros. Aprovando inclusive o critério de divisão dos recursos para investimento pelos bairros. De posse desses valores é realizada a segunda etapa de assembleias nos bairros onde os delegados à assembleia municipal informam os recursos destinados ao bairro e a Prefeitura informa o valor de cada obra ou serviço solicitado na primeira reunião. Com base nesses dados a assembleia decide, através do voto, quais as melhorias que deverão ser implantadas no próximo exercício (OLIVEIRA JUNIOR, 1985).

Segundo Fernando J. Pignaton (2016), membros do PCB-ES, como ele, teriam participado ativamente da formulação e das discussões da proposta que trazia traços autênticos e inovadores, apesar de Vasco Alves (PMDB – 1983-1986)¹⁹⁷ ter conhecido experiências similares no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. A ex-militante do PCB-ES, Irene Leia Bossois, economista e Assessora de Planejamento da Prefeitura de Vila Velha naquela gestão, foi uma das figuras-chave para construir e aplicar o modelo popular de distribuição e aplicação dos recursos públicos. Ela narrou o cotidiano da aplicação da proposta, iniciada a partir de 1984:

¹⁹⁶ Notamos que até mesmo em Serra-ES, além de César Colnago, que saiu da área da Saúde para exercer cargo na Mesa Diretora da Câmara Municipal dessa cidade, Fernando Herkenhoff, Carlos Alberto Rios e Adão Célio mantiveram-se em suas áreas específicas.

¹⁹⁷ Em 15 de maio de 1986, o prefeito Vasco Alves desincompatibilizou-se do cargo para concorrer a uma vaga como Deputado Federal constituinte nas eleições de 15 de novembro.

Nós dividíamos, e o recurso era muito pouco. Realmente, a gente discutia miséria. Então, o que tinha a gente discutia, o que tinham eles conheciam e sabiam o que dava pra fazer. Tinha, inclusive, um engenheiro na equipe, eu pedia pra ele fazer o cálculo: o que dava pra fazer com esse recurso? Eu disse, olha, isso aqui dá pra fazer 50 metros de rua, vocês querem fazer de rua, vamos lá. Eu quase apanhei em muitas assembleias de orçamento porque as demandas eram muito maiores do que as possibilidades, mas era muito educador também, porque eles começavam a entender o cobertor público, a falta de recursos para o investimento, então a gente dividia; 50% do recurso destinado a investimento era para obras de caráter municipal, 50% era para obra bairro a bairro. O critério de rateio então era sobre esse 50% do recurso destinado ao investimento. Mas teve um ano que a gente chegou a investir 20% dos recursos do município, que era muito alto. Mas há esse desgaste. Havia uma fragmentação, o recurso era muito pouco para o rateio [...] (BOSSOIS, 2016).

A primeira Assembleia Municipal do Orçamento aconteceu no segundo semestre de 1984, dirigindo-se diretamente aos movimentos comunitários, propondo a discussão de 10% para as obras do Orçamento de 1985, com a participação estimada de 5.000 pessoas. Diante da repercussão positiva da experiência, o governo buscou institucionalizar a proposta por meio de projeto de lei apresentado pelo Vereador Felício Corrêa Costa Neto (PCB)¹⁹⁸, o que teria gerado conflitos tanto entre lideranças da Câmara Municipal quanto entre esta e o Executivo. A resistência de alguns vereadores se justificava pela importância assumida pela oferta de obras em troca do apoio nas épocas de eleições. Depois de inúmeros conflitos, em 27 de dezembro de 1985, foi aprovada a Lei n.º 2247/85, a chamada “Lei do Orçamento”, tornando o município uma referência histórica no país¹⁹⁹ (KROHLING; MARTINS KROHLING, [199-]).

No Legislativo Federal, abrigada na bancada do PMDB, a Deputada pecebista Myrthes Beviláqua (1983-1987) tornou-se membro da Comissão de Serviço Público e suplente da Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados (MIRTES..., 2000). De acordo com Dayane Santos de Souza (2014), como parlamentar, a militante pecebista citada dividiu-se entre os trabalhos na Câmara e a luta pelas Diretas Já!, representando sindicatos em comícios pelo Brasil ao longo de 1984.

Apesar de não ter conseguido eleger Berredo de Menezes em sua “chapa” no PMDB-ES em 1982, o PCB-ES assistiu a indicação de seu histórico aliado ao cargo de Prefeito de Vitória, que tomou posse em março de 1983. Conforme Martin (2008, p.93), esse aliado político, que por sua aproximação com os pecebistas capixabas, muitas vezes é indicado como um membro

¹⁹⁸ Nesse momento, o partido já estava legalizado, o que ocorreu em maio de 1985.

¹⁹⁹ Aloísio Krohling e Maria Beatriz Stella Martins Khroling, em “Experiência de participação popular no Orçamento Municipal de Vila Velha na década de 80: democracia participativa e cooptação política” (s/d) consideram que, apesar do avanço, no que tange aos princípios democráticos que demarcaram a proposta do orçamento participativo, sua experiência efetiva a partir de 1985 não excluiu a sua ineficiência na aplicação dos recursos e na efetivação das obras, assim como seu uso como instrumento de *marketing político* e de cooptação da população e de lideranças populares.

do partido, levou alguns dos seus companheiros para o governo da cidade. Mais precisamente, em alguns cargos, instalou setores do núcleo interno partidário, que teria se formado em torno de Renato Soares e que, como vimos, divergia com a “nova geração” emergente do movimento estudantil e principalmente com setores ligados a Paulo Hartung²⁰⁰. Tais escolhas teriam colocado o prefeito em rota de colisão com Stan Stein, o qual, depois de ser eleito com ampla votação no município, tornou-se líder da bancada do PMDB na Câmara Municipal. Esse fato, segundo Martin, era mais um vetor que influenciou o seu desligamento dos quadros pecebistas a partir de 1983.

Paulo Hartung foi eleito Deputado Estadual não mais como membro do PCB-ES, mas contou com o apoio de sua militância. Pelo que entendemos, ele se afastou gradativamente do partido, o que também foi apurado por Martin (2008). Com ele seguiram outros quadros partidários durante a década de 1980²⁰¹. Mesmo se afastando da organização, segundo Ildeberto Muniz de Almeida (2016), Hartung continuou mantendo interlocução com este, que ficou no partido até 1984. Ademais, ainda como militante pecebista, Robson Leite Nascimento (2016) afirmou que assumiu cargo como assessor do deputado, mas já iniciando um processo de afastamento do partido.

Apesar disso, em nenhum momento de nossas entrevistas há uma indicação, além da citada anteriormente, que nos permita admitir a permanência de uma relação de influência sólida do CE-ES sobre o seu ex-dirigente durante o mandato dele – 1983 e 1987.

Em relação ao novo governador, Gerson Camata (PMDB – 1983-1987), para o qual a participação do PCB-ES na sua candidatura interna, nos bastidores peedebistas teria sido importante, sabemos que alguns membros partidários ocuparam subsecretaria na gestão dele, como Lelo Coimbra, na área da saúde. Em dezembro de 1983, o CE-ES fez a leitura da composição “democrática” desse governo:

A composição do governo democrático de Gerson Camata representou, também, um passo à frente da realidade política estadual. Com decisões tomadas através de um colegiado de dirigentes partidários, onde [sic] todas as correntes peemedebistas estavam representadas, traduziu uma composição avançada, abrindo espaços ainda para setores ligados à Igreja Católica e aos que se desprenderam do PDS [...] (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, dez. 1983, p.3).

²⁰⁰ Entre eles, o militante Idvacyr Martins teria ocupado a Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV).

²⁰¹ Contando somente com a memória do ex-militantes do PCB-ES, tornou-se complexo precisar a cronologia do processo de desligamento do partido por parte de algumas antigas lideranças. Sabemos, a partir de Martin (2008), que um grupo de militantes como, na época, os vereadores Stan Stein, Robson Leite Nascimento, Neivaldo Bragatto e Lelo Coimbra se desligaram em um processo lento que se iniciou em 1983 e permaneceu até a transição do PCB para o PPS, em 1992.

O trecho “Todas as correntes peemedebistas estavam representadas” nos faz acreditar que, inclusive o PCB-ES, seu aliado em campanha, também estaria, o que representa a política *aliancista* do partido como um canal possível de aproximação dos seus quadros com cargos de poder. Por outro lado, considerando que se trata de um documento oficial partidário, também podemos pensar que o tom elogioso da “composição do governo democrático” de Camata indicaria uma formalidade entre “aliados políticos”, principalmente considerando a iminência de um primeiro ano de governo.

No entanto, no mesmo documento supracitado, temos outros indícios do que entendemos como prelúdio de uma série de críticas realizadas pelo PCB-ES a determinados políticos capixabas que, até então, portaram-se como aliados, mas os quais, a partir de 1983, parecem se distanciar dos pecebistas, provocando rebatimentos no interior da organização.

Dessa forma, o PCB-ES faz uma dura análise acerca do governo do PMDB na Prefeitura de Vitória, comandada por Ferdinand Berredo de Menezes (PMDB). Assim é denunciado o autoritarismo que marcavam o primeiro ano da gestão citada:

Na Prefeitura de Vitória, o Prefeito que no passado sempre solicitou e contou com o apoio dos comunistas, aliou-se a setores oligárquicos e já demitiu quatro secretários progressistas, dos mais dedicados ao PMDB, e quase duas dezenas de diretores de departamentos ou chefes de divisão – todos oposicionistas – criando um *clima excepcional de perseguição, realizada com métodos de um autoritarismo exacerbado e de caráter revanchista, que lembra os tempos do AI-5* (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, dez. 1983, p.5, grifo nosso).

O distanciamento entre as práticas dos políticos eleitos com apoio do partido ou mesmo como integrantes de seus quadros partidários passou a ser atestado nos anos seguintes e foi alvo de profundas críticas no interior do PCB-ES. Diante disso, em novembro de 1984, a “Comissão Estadual pela Legalização do Partido Comunista Brasileiro” fazia esta análise:

Nas eleições de 1982, obtivemos resultados bastante significativos, mas algumas decepções. Desde o candidato ao Senado [Berredo de Menezes], por nós apoiado, que fez trabalho de delação pública contra os comunistas, ao vereador da Capital [Stan Stein], que a partir da investidura renegou-nos e se declarou fora do partido, ao deputado estadual [Paulo Hartung], que pecou por omissão em várias questões democráticas, envolvendo agressão a direitos básicos de comunistas, até o representante federal [Myrthes Bevillacqua] que, embora bem articulado no plano federal, não se articula corretamente com os movimentos populares, com o Conclat e não consegue acompanhar o desenvolvimento do processo estadual (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1984c., f.1).

Primeiro, consideramos que esse documento nos fornece informações acerca dos possíveis atores indicados como “setores progressistas” perseguidos por Berredo de Menezes, identificados como “comunistas” e delatados publicamente pelo, na época, Prefeito de

Vitória. Em seguida, percebemos uma grande insatisfação com o “distanciamento” de quadros políticos que, se não já estavam no PCB-ES, pelo menos haviam contado com o partido em suas campanhas e se apresentado como possíveis canais de influência política para a organização. Nessa mesma direção, sobre a experiência na relação com o prefeito de Serra João Baptista da Mota (PMDB – 1983-1987), Aurélio Carlos Marques de Moura (2016) explicou o afastamento entre Berredo e a militância pecebista em termos similares ao que se apontou acima:

Aí quando Mota entra tá um caos completo na Prefeitura da Serra, e os funcionários querendo receber seu salário, receber suas equações, e o PCB participou, chamou pra caminhada, PCB fez tudo. Mota falou: “pô, mas vocês são meus aliados, contra mim?” Aí os caras: “Não, não podemos deixar nossa...”. [...] Aí entram as contradições. Porque esses caras usam bastante até ter o poder, mas depois, meu irmão... Foram poucos meses de poder... [...].

Um documento diferente ainda nos traz outra crítica, ainda mais enfática, tanto em relação ao distanciamento que nos referimos quanto à própria postura de membros do partido em referência às chances de cargos, de aproximação com o poder, como se vê:

[...] não conseguimos dialogar convenientemente com o governo de Gerson Camata que só obteve sua candidatura na Convenção do PMDB graças aos nossos votos; - não tivemos habilidade suficiente – e era necessária uma dose imensa – para resolver os problemas surgidos com nosso ex-companheiro Berredo de Menezes, na Prefeitura de Vitória; - não conseguimos evitar que políticos carreiristas se servissem da estrutura do Coletivo para galgar cargos parlamentares e executivos; (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1984a, p.1).

Outros documentos que analisamos, principalmente sobre o contexto de a partir de 1984, fazem a leitura retrospectiva acerca da presença de *políticos carreiristas* nos quadros do PCB-ES. Algumas outras questões surgem, a nosso ver, mas não teremos oportunidade de responder nesta pesquisa, dados os limites de abordagem e tempo. Por exemplo, poderíamos pontuar o fato de considerar a possibilidade de, por meio de um partido ilegal, com restritas possibilidades de atuação, surgirem políticos carreiristas. Como considerar um partido pequeno, ilegal, com disputas internas e externas no campo da esquerda capixaba, ou seja, repleto de *incertezas ambientais*, como um caminho para a construção de carreiras políticas? Ou tais possibilidades não eram tão restritas assim naquele momento, diante do avanço do processo de redemocratização a partir de 1982? Não seria mais fácil a integração em um partido legal, organizado, como o PMDB, visto que nele já atuava a militância pecebista? Ou a organização do partido e sua militância forneciam algo de diferencial e possibilitava aos indivíduos forjarem suas carreiras nos movimentos políticos e sociais?

Alguns dos nossos entrevistados chegaram a citar o fato de que, a partir de 1982, o partido entra por um processo de fragilização, e um dos motivos seria justamente o “poder”. Sobre isso, Irene Leia Bossois (2016) chega a afirmar que, passado algum tempo, “a perspectiva eleitoral começa a contaminar muito o partido”.

Relembrando a experiência do orçamento participativo e dos movimentos populares de Vila Velha – ES em seu livro, Fernando J. Pignaton (2014) também apresenta algumas das contradições a que se viu imerso o PCB-ES nos espaços de poder da Prefeitura de Vila Velha-ES. Segundo Pignaton (2014, p.39-40), co-responsabilizado pela vitória de Vasco Alves (PMDB – 1983 – 1986), o partido aplicou prioritariamente suas energias na montagem do governo e na articulação do diálogo entre a nova gestão e o movimento organizado da sociedade, objetivando a consecução da “Proposta Alternativa de Governo de Participação Popular”, plataforma de campanha desse candidato eleito. Em contrapartida, enquanto dedicava-se ao governo da cidade, o partido reduzia acentuadamente sua participação direta e “por dentro” dos movimentos sociais, no aspecto em que se multiplicavam os movimentos comunitários na cidade²⁰², junto dos quais havia militado de forma intensa antes de 1982, contribuindo e/ou concorrendo com outras forças – como o PT e a Igreja Católica – para a sua organização. Mais especificamente em 1984, quando se instituiu o Conselho Comunitário, aglutinando os movimentos comunitários do município sob uma direção autônoma em relação às autoridades municipais, o movimento radicalizava seu discurso e sua postura e se aproximava do PT.

Consideradas essas questões, percebemos que, de certa maneira, o PCB-ES conseguiu, a partir de 1978, inserir-se nos espaços institucionais da política formal capixaba em um processo que, aparentemente, ampliou-se inicialmente em 1982. O ímpeto desse avanço sobre alguns espaços de poder formal no Espírito Santo por meio da atuação de seus militantes e pela aproximação com seus aliados em espaços legais gerou, aparentemente, questionamentos sobre o caráter e os objetivos que mantinham determinados personagens na militância ou em proximidade com a organização. Passados poucos anos, o CE-ES já reavaliava sua relação com aliados e entre os seus quadros, redirecionando suas práticas sem alterar seus princípios de luta, afinados com a linha política do CC vigente: moderação, pacifismo, unidade, amplas alianças e negociação. Por esse caminho, seriam conquistados os objetivos que, segundo a documentação, já a partir de 1983, passam a ser enfatizados como os grandes objetivos do

²⁰² Segundo o “Relatório de atividades do primeiro ano de governo” (1984) da gestão Vasco Alves, em Vila Velha, “[...] em fevereiro estavam organizadas 35 [...] entidades de bairro [em 1984]; Vila Velha já conta com 50 [...]”.

partido naquele contexto: eleições diretas, Assembleia Nacional Constituinte e legalização da legenda.

Encontramos uma síntese dessa formulação, por exemplo, em documento do CE-ES de dezembro de 1983:

É com esse espírito pluralista, amplo, aberto, que os comunistas vêm participando das lutas pela redemocratização do país. Em 1984, essas lutas podem – e devem – avançar no caminho apontado pela esperança de toda a Nação brasileira. Os democratas capixabas estão em condições de dar uma contribuição significativa em todo esse processo – debatendo intensamente a situação brasileira dentro de cada associação, de cada sindicato, de cada partido político, nos parlamentos e nos executivos municipais e estadual. O interesse maior que une todos os brasileiros – democracia, eleições diretas, Assembleia Nacional Constituinte, fim da tutela do FMI – deve sobrepor-se nesse momento a todas as questões menores. Assim, os comunistas conclamam os partidos a convocarem uma grande convenção conjunta estadual, que conte com a participação das mais diversas forças interessadas na democracia – sem discriminação de qualquer espécie (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, dez. 1983).

A questão que colocamos é como alcançar esses objetivos, se internamente a leitura do partido era de crise, debilidade, conflitos e perda de quadros? Assim por exemplo, fazendo um balanço da situação partidária em de 1984, o CE-ES resume o quadro:

A falta de unidade ideológica, tática e estratégica, levou a Conferência [abril de 1982] anterior a formar uma direção estadual que não conseguiu manter-se ao longo de apenas dois anos. Durante esse curto espaço de tempo, nada menos de cinco pessoas renunciaram à sua participação nessa direção, bem como um dos suplentes de delegado ao Encontro Nacional. Tais desistências se deveram, principalmente, à falta de compreensão e superação de dúvidas e perplexidades há muito surgidas no seio do Coletivo e não convenientemente superadas. Há dissidências e há quem esteja encantado com o oposicionismo (ao coletivo de comunistas) falaz de alguns companheiros, que não estão convencidos da correção da nossa estrutura organizacional leninista e muito menos do princípio do centralismo democrático. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1984a, p.02)

Todavia, no plano das suas atividades militantes, a visão era de um partido que se distanciava das massas, em um contexto no qual o PT, frustrado pelas derrotas eleitorais de 1982, intensificava, em contrapartida, sua aproximação com as bases (OLIVEIRA, 2008). Dessa forma, o CE-ES compreendia o que via como um fechamento da organização “em si”:

[...] voltado excessivamente para o seu próprio interior, atraído por discussões muitas vezes de importância secundária. E que pouco ou nenhum interesse representam para a população capixaba. Isso, se não leva à paralisia política, pelo menos dificulta enormemente o crescimento orgânico da influência partidária [...] (PARTIDO COUNISTA BRASILEIRO, 1984a, p.02).

Vislumbrando tornar-se uma força do campo da esquerda capixaba, e ao mesmo tempo respaldar juridicamente sua inserção no âmbito da luta política formal, a luta pela legalidade se assumia prioridade para a militância pecebista capixaba nesse contexto. Em 1984,

organizou-se a Comissão Estadual pela Legalização do Partido Comunista Brasileiro no Espírito Santo que defendia a legalização do partido não só como expressão das vontades e objetivos políticos do partido, mas também “como um passo indispensável à normalização democrática da vida política brasileira” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1984a, p.3). Legalidade que o partido conquista em maio de 1985, retornando suas atividades oficiais depois de décadas de banimento pelas distintas legislações que estruturaram o sistema político partidário brasileiro no século XX.

Não intentamos analisar o que podemos sugerir como um processo de fragilização e perda de espaço do PCB-ES a partir de 1983 aqui. Até porque sabemos que o partido continuou atuando no Espírito Santo até 1992, depois de legalizado, inclusive concorrendo em disputas eleitorais em diferentes esferas de poder, antes da cisão que gerou o Partido Popular Socialista (PPS) naquele ano, para o qual migrou parte da militância pecebista que emergiu entre os anos 1970 e 1980.

No entanto, desejamos, antes de tecermos nossas considerações finais, mapear a continuidade da militância do PCB-ES nos espaços institucionais. Assim, em um primeiro momento, verificamos a perspectiva de uma ascensão do partido como reflexo das relações e do papel que sua militância exerceu no processo eleitoral de 1982, influenciando candidaturas e, de certa forma, os resultados favoráveis e expressivos que obtiveram seus candidatos e aliados. Acreditamos, em sequência, na emergência de um processo de distanciamento dos polos de poder na maioria dos casos.

Nesse sentido, vale reforçar a ideia que norteou nossa pesquisa, pela qual, diante de um partido ilegal que atuava por espaços legais, buscamos encontrar sua expressão na atuação cotidiana de seus militantes em diferentes frentes de luta nas quais o partido se envolveu. O PCB-ES, como sigla partidária capaz de propagar símbolos e cores, tinha sua existência pública restringida e limitada nas ruas, nos meios de comunicação e nas campanhas eleitorais. Mas se mantinha vivo e atuante como agrupamento organizado, capaz de formular ideias, táticas e objetivos que norteavam as ações de indivíduos os quais, no caso do PCB-ES, não se filiavam formalmente, mas se identificavam pelo ideário, pela postura e proposta política e pela proximidade das relações diárias na família, na universidade, nos bairros, no trabalho e nos partidos políticos oficiais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observarmos a história do PCB no século XX, atentamos para a constante condição de ilegalidade a que esteve sujeito em distintos contextos históricos e político-institucionais no Brasil. Dessa forma, percebemos o partido diante de um constante *dilema organizativo*, o qual, ao buscar participar diretamente da vida política nacional, precisou enfrentar uma longa permanência da condição ilegal imposta pelo Estado brasileiro.

Nessa condição e diante do frequente risco da repressão estatal, em diferentes momentos de sua trajetória política, o PCB buscou assegurar sua sobrevivência organizativa e participar das lutas políticas no país, apostando em uma atuação segundo limites e espaços legalmente instituídos pelo Estado brasileiro na tentativa de se inserir em distintos espaços institucionais e se envolver, principalmente, nas disputas político-partidárias e eleitorais.

Esse comportamento se enraizou na linha política do partido, principalmente, a partir dos anos 1940 e 1950, quando a defesa da *democracia* assumiu aspecto norteador de suas ações e aspecto prioritário entre os seus objetivos, na medida em que, por meio da democratização da vida nacional, encaminharia-se a luta revolucionária pelo socialismo.

Diante de uma perspectiva de luta etapista e institucional, o PCB adotava um comportamento *reformista*. Com isso, a tentativa de inserção do partido na *arena eleitoral e parlamentar* se tornou central em sua prática política em diversas situações. E o PCB se manteve da mesma forma ao se deparar com a institucionalização da ditadura militar no país a partir de 1964, quando o ordenamento democrático sofreu duras restrições e coerções autoritárias, e os atores de oposição ao regime foram profundamente limitados e reprimidos.

Nessa direção, entendemos que, em sua longa trajetória de militância ilegal, as tentativas do PCB de tentar se inserir nos espaços institucionais possíveis foi uma postura tática permanente em sua trajetória no século XX. As variantes históricas desse comportamento, além de responder às questões especificamente de sua evolução organizativa e das influências teóricas do MCI, refletiam as mudanças no próprio ambiente político-institucional e nas arenas de luta postas em jogo a cada contexto. Até porque, como enfatiza Panebianco (2005, p.91), além do passado, as relações que os partidos estabelecem com seus inconstantes ambientes externos também confluem para a configuração da fisionomia organizativa e para o funcionamento das organizações partidárias. Depois lançarmos perspectiva sobre longa trajetória da linha de atuação institucional do PCB, então, buscamos compreender de que

maneira ela se manifestou na experiência do partido no Espírito Santo, no contexto da abertura, mais especificamente entre 1978 e 1985.

Depois de um período de desarticulação de suas atividades iniciado a partir do golpe civil-militar de 1964, o PCB se reorganizou no estado na segunda metade dos anos 1970. A partir de então, atuou em distintas frentes de luta política no Espírito Santo. Nesse aspecto tentou se inserir, primeiramente, nos movimentos estudantil universitário, popular comunitário e sindical. Nessas *arenas*, tentou ocupar e influenciar suas entidades representativas, concebendo-as como espaços institucionais nos quais poderiam atuar seus militantes, considerando a condição de ilegalidade do partido. Assim, tentou influenciar e, quando possível, liderar os diretórios acadêmicos da Ufes – principalmente, o DCE –, os sindicatos e associações de moradores, e, em referência as últimas, destacando-se a participação nos bairros de Serra-ES e Vila Velha-ES.

Depois da análise desse panorama, tentamos compreender os fatores que possibilitaram os militantes pecebistas capixabas se aproximarem e até mesmo conquistarem a liderança de alguns desses movimentos e espaços institucionais, tendo em vista que eram, na maioria, jovens que iniciavam sua trajetória política no final da década de 1970 e membros de uma organização ilegal e de reorganização incipiente. Atentando-nos ao *ambiente institucional*, verificamos que a retomada das atividades do PCB no estado ocorreu entre os governos militares de Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985). Nesse período, observamos que o regime militar tentava institucionalizar um processo de *distensão* e *abertura política* o qual combinava medidas as quais, gradualmente, flexibilizavam o regime ditatorial erigido a partir de 1964 com a manutenção de instrumentos de controle, restrição e repressão sobre a sociedade. Diante desse quadro, apesar dos acenos de “abertura”, o CE-ES nesse período definia, oficialmente, que sua luta ocorria contra uma ditadura militar, chegando a cunhá-la como “fascista” em alguns documentos, pelo menos até 1982.

Ao mesmo tempo, a militância pecebista capixaba se deparou com as contradições do regime militar, estando sujeita aos *espaços* e às *restrições institucionais* configurados naquela conjuntura. Assim, apesar das reformas partidárias que permitiram instalação do pluripartidarismo e a criação de novas legendas, o PCB foi mantido ilegal. Por isso, esteve impedido de exercer suas atividades de propaganda e agitação públicas na sociedade capixaba, sob o risco de um enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Viu-se impedido, portanto, de propagar abertamente seus símbolos e discursos e de demarcar sua inserção, enquanto organização, nesses espaços. Ademais, persistia o uso de imagens e discursos da

ideologia anticomunista, a partir dos quais se justificaram as ações das forças de segurança do regime desde o início da restrição militar citada. Ao mesmo tempo, os órgãos que formavam o aparelho repressivo continuavam ativos, monitorando as organizações de oposição, principalmente, de esquerda e comunista. Nessas condições, o risco de *coerções institucionais* e *repressivas* ainda fazia parte do cotidiano das atividades da militância pecebista, influenciando seu comportamento na sociedade.

Em diferentes textos produzidos pelo PCB-ES, por exemplo, no início da década de 1980, o “cuidado com a segurança” é assunto de debates internos, alvo de acusações para aqueles que dela se “descuidavam”. Indiretamente, exemplificam essa condição também outros documentos partidários explorados nesta pesquisa, como o texto “Em debate: a situação do P. em nosso estado” (A VOZ DOS TRABALHADORES, Vitória, set. 1982, ano III, nº09), pelo qual o CE-ES, em setembro de 1982, lançava um balanço das teses da Conferência Estadual do PCB ocorrida em abril desse ano. A nosso ver, a corrente tentava disfarçar a origem do documento, substituindo o nome ou a sigla da organização pela letra “P.”, o que refletia os “cuidados com a segurança” citados. Além disso, nenhum dos documentos analisados nessa pesquisa recebia a identificação dos seus autores; encontramos, no máximo, as nomenclaturas dos comitês organizativos partidários.

A partir de 1983, todavia, essa preocupação parece ocupar menos espaço na rotina dos que formulavam os textos partidários, nos quais símbolos comunistas, como o “martelo e a foice”, estampavam capas e textos referentes a comunistas, ao Partido Comunista Brasileiro ou ao PCB. Nesse viés, ao que parece, a mudança de postura acompanhava o avanço da *transição democrática*. Ainda assim, como destacamos, a direção estadual acusava setores políticos capixabas, como o ex-aliado Ferdinand Berredo de Menezes, Prefeito de Vitória, na época, de “delatar” e “entregar” seus militantes publicamente naquela municipalidade.

Em entrevista, perguntamos aos ex-militantes sobre como era atuar como membro de uma organização comunista ilegal naqueles tempos. Foi comum se referirem aos “cuidados com a segurança”, por vezes citaram até o medo que sentiam. Porém, sobre a década de 1980 e o governo Figueiredo (1979-1985), correntemente enfatizaram uma maior liberdade e visibilidade de suas ações.

As contradições presentes nas entrevistas acerca do passado são evidenciadas quando sabemos que alguns desses atores, enquanto integrantes do CE-ES, formularam os documentos do partido que falavam dos “cuidados com a segurança” diante de um “regime

ditatorial”. De outro modo, ao mesmo tempo em que se lembraram de uma “maior liberdade” em suas narrativas, os ex-militantes também citaram reuniões escondidas, como a Conferência Estadual de abril de 1982 que, segundo Irene Leia Bossois (2016) teria ocorrido em um porão de um prédio no Centro de Vitória-ES²⁰³. Personagens como César Colnago (2016), Antônio Claudino de Jesus (2015) e outros, recordaram de “cuidados” tais quais “não andar sozinho”; não dar conhecimento de todos os membros da direção pelos setores da base; e da sensação de estarem sempre vigiados. Claudino de Jesus chegou a utilizar a expressão “vida subterrânea” para definir o caráter de sua atividade política.

Consideramos que, talvez, essas narrativas que reelaboraram experiências mais pretéritas a partir da *memória* foram influenciadas pelo conhecimento daquilo que, historicamente, se delimitou como períodos mais “duros” e mais “brandos” das ações repressivas do regime militar. Tal condição pode ter estimulado o “silêncio” ou a atenuação dos limites, “riscos” e “incertezas” pelos quais teriam enfrentado, ou julgavam enfrentar na época em que atuaram. Nesses termos, provavelmente outras pesquisas possam verificar o fenômeno do “enquadramento de memória” produzido pelas narrativas orais sobre o passado, que, segundo define Michael Pollak (1989), são capazes de ordenar trajetórias de vida a partir de suas posições no presente.

Por outro lado, devemos considerar que as mudanças institucionais do regime militar e o crescente movimento de oposição política na sociedade brasileira abriram um horizonte de possibilidades para atuação do PCB-ES, a partir de 1978. O recuo das práticas repressivas desde o final da década de 1970 e a ascensão dos movimentos sociais e das lutas democráticas com apoio de amplos setores da sociedade abriram alguns flancos de atuação para os militantes de organizações ilegais de oposição. Na verdade, como destacamos, durante a ditadura militar (1964-1985), apesar de todo o aparato jurídico-legal autoritário e da concentração de poderes em um Executivo Federal comandado pelos altos escalões das Forças Armadas, a manutenção de espaços de disputas político-partidárias possibilitou que indivíduos e organizações vislumbassem a continuidade ou o início de suas carreiras políticas.

No caso do PCB-ES, a linha de atuação moderada e com discurso enfático na questão democrática abriu espaço para que essa militância, formada por um significativo contingente

²⁰³ Lauro Ferreira da Silva Pinto Neto (2016), Eduardo I. Pignaton (2015), Fernando J. Pignaton (2016) e Ildeberto Muniz de Almeida (2016) citaram outra reunião “escondida” no final dos anos 1970. Ela teria sido realizada em um sítio dos familiares dos irmãos Eduardo e Fernando Pignaton, no município de Domingos Martins, interior do estado.

jovem de classe média, fosse adaptada nos espaços de moderação e de maior tolerância em relação a essa postura, aproximando-se de distintas instituições e de diversos segmentos políticos e sociais na segunda metade dos anos 1970. Ao mesmo tempo, com uma política de alianças que tendeu a ampliar o seu arco na direção de setores conservadores e da elite, nos anos 1980, o partido se abriu a possibilidades de enquadramento em diferentes lugares, inclusive naqueles que, por exemplo, encontravam-se sindicalistas pelegos e políticos tradicionais. Por outro lado, somando-se tal postura à crítica às posições mais radicalizadas de outras organizações – como o PT –, na mesma linha do que ocorria com a organização em âmbito nacional, a organização comunista colocava em risco sua legitimidade no campo da esquerda capixaba.

Dessa maneira, na Ufes, por exemplo, parte da militância do partido se aproximou da reitoria universitária, encontrando, ali, um “respiradouro” e algum tipo de proteção para suas ações. Somado esse suporte à receptividade aos princípios da luta democrática moderada do PCB por parte de uma nova geração de militantes universitários no Espírito Santo, o partido recrutou novos quadros partidários e expandiu seu círculo de simpatizantes em torno da tendência *Unidade*. Assim, articulou alianças eleitorais e ajudou a forjar novas lideranças no ME-Ufes. Desse modo, os pecebistas participaram ativamente da reabertura dos diretórios acadêmicos, destacando-se a reativação do DCE-Ufes, em 1978, órgão controlado por seus militantes universitários em três momentos até 1985.

Por meio da atuação de militantes graduandos e já formados em Medicina na Arquidiocese de Vitória-ES, e sob o respaldo de Dom João Batista da Mota e Albuquerque e Dom Luís Fernandes, o PCB-ES se aproximou de setores da Igreja Católica. Vínculo que se estreitou em movimentos de massa, como greves operárias, mas, principalmente com a participação ativa nas campanhas de apoio às vítimas das enchentes de 1979, por parte dos estudantes ligados ao PCB-ES e organizados no DCE-Ufes. Aproximação que, de certa maneira, “protegeu” e “abriu caminhos” para a inserção de militantes do partido nos movimentos populares em bairros da Grande Vitória-ES. Vale considerar, no entanto, que, em outros casos, a intensa relação dos membros do partido com o cotidiano das comunidades em que moravam abriu espaço para que superassem antigos entraves institucionais, antigas lideranças locais, e dessem novos direcionamentos e formas à luta dos moradores, como no caso do bairro Glória, em Vila-Velha-ES.

No movimento sindical, a inserção partidária passou pela relação dos militantes com seus respectivos ambientes de trabalho. Todavia, de algum modo, o partido foi favorecido pelas

ligações criadas com os trabalhadores e sindicatos por parte dos militantes médicos que atuavam nas empresas do estado. Nessa arena, o PCB-ES enfrentou forte oposição de outros setores na luta pela liderança das ações e entidades sindicais, situação na qual pesou, contra o partido, a rejeição ao comportamento moderado e a ascensão de setores mais combativos. Somam-se a isso, ainda, as dificuldades que emergiam de seus quadros formados por muitos setores de classe média, o que, por vezes, distanciava-os da realidade cotidiana dos trabalhadores. Tais fatores contribuíram para dificultar seu protagonismo nessa arena, gerando fortes autocríticas internas, principalmente porque seu *objetivo oficial* era se tornar um “instrumento de vanguarda” da luta operária capixaba.

Apesar dessas condições, o partido conseguiu inserir alguns de seus quadros na liderança de sindicatos no início dos anos 1980, como de médicos, bancários, professores, metalúrgicos e jornalistas, e se envolveu em movimentos, como greves, passeatas e embates, junto com outras tendências moderadas da corrente *Unidade Sindical*, para a construção dos movimentos intersindicais no Espírito Santo (Frente Sindical, Enclat-ES, Conclat-ES e CUT-ES).

Em paralelo e de forma interdependente às atividades junto aos movimentos sociais capixabas, a recém-organizada militância pecebista espiritosantense se inseriu nos espaços institucionais da política formal, buscando participar das disputas político-partidárias estaduais e atuar, conforme define Panebianco (2005, p.10-11), na arena específica dos partidos políticos: a *eleitoral e parlamentar*.

Agindo em coerência com a linha política da *frente ampla democrática*, o PCB-ES se aproximou do MDB, e apoiou candidatos emedebistas da ala “autêntica” nas campanhas eleitorais de 1978. Instalado o pluripartidarismo, a militância pecebista se inseriu no PMDB, construindo seu espaço a partir de 1979, o que permitiu influenciar e participar diretamente nas candidaturas desta sigla nas eleições de 1982. Dessa maneira, ajudou a eleger seus candidatos e aliados no principal partido de oposição oficial ao governo militar.

Para compreendermos os fatores que permitiram esse fenômeno, não deixamos de considerar o fato de ser consolidada na história do regime militar e do PCB a inserção desta organização nas disputas político-partidárias no período, abrigando-se no MDB e, em seguida, no PMDB, uma postura essencial da sua tática de combate à ditadura. No entanto, nosso esforço de pesquisa buscou se aproximar das especificidades e da experiência pecebista na realidade capixaba a partir do final da década de 1970. Nesse caso, consideramos fundamental atentar para a importância da atuação do partido nos movimentos sociais, para que sua militância,

especialmente sua “nova geração”, constituída somente a partir da segunda metade da década de 1970, se aproximasse e se inserisse nos quadros dos partidos de oposição legal ao regime militar.

Nesse caminho, inicialmente, constatamos que, no interior de distintos movimentos e instituições legais capixabas, o PCB-ES se relacionou com outros agentes políticos e organizações. Além das disputas com organismos diversos da esquerda capixaba (PCdoB, MR-8, AP, e PT), atuando nos ambientes citados, a militância pecebista pôde se aproximar, em um primeiro momento, de quadros políticos “autênticos” do MDB. Assim, estabeleceu alianças de mútuo apoio, fato que, para os pecebistas, funcionou como mais um espaço de proteção institucional para as suas atividades.

Ao mesmo tempo, políticos como Max Mauro, Ferdinand Berredo de Menezes, Nelson Aguiar, Salvador Bonomo e Dilton Lyrio Neto forneciam um elo do PCB-ES para com o MDB e, em seguida, para o PMDB. Desse modo, abria-se um canal para que o partido pudesse, de início, contribuir diretamente com a construção e o reforço da frente de oposição eleitoral ao regime no estado, como ajudou, relativamente, a fazer em 1978. E, em seguida, mais especificamente, a partir de 1979, alçasse maior atuação no âmbito da política formal capixaba, aprofundando a inserção de seus quadros partidários no interior do PMDB.

Esse processo foi favorecido na medida em que, através de sua militância no cotidiano de das relações com outros agentes políticos, trabalhadores, estudantes e moradores das comunidades periféricas, o PCB-ES buscou forjar e acumular um *capital político* representado, conforme define Bourdieu (1989), na força de mobilização de seus militantes, conforme passavam a ser reconhecidos e a fazer reconhecer seu prestígio e seu potencial de liderança em distintos movimentos e espaços institucionais. Tal condição acabava por dar credibilidade para que o partido pudesse ampliar suas alianças e alargar seus espaços no interior do PMDB.

Compreendemos esse panorama da relação do PCB-ES com as distintas arenas de luta política e social e o papel destas para a inserção da militância pecebista no âmbito da política formal como *ambientes interdependentes*. Assim, como enfatiza Panebianco (2005, p.409), “os recursos obtidos numa arena são despendidos em outra arena, e o ‘sucesso’ numa mesa de jogo [...] muitas vezes condiciona a possibilidade e a importância do sucesso em outras mesas de jogo”.

Além do crescimento da representatividade política de alguns militantes do PCB-ES, é preciso considerar que a própria alteração na configuração do cenário político estadual naquela

conjuntura, no que tange aos seus personagens, forças políticas confluíram para a situação que analisamos. Dessa forma, como apontou Oliveira (2013, p.295-296), a partir da segunda metade da década de 1970, reforçou-se um processo de modificação nos quadros políticos estaduais, que, no interior do MDB e do PMDB, convergiram para um processo de renovação das suas lideranças. Nesse contexto, ascenderam figuras do setor “autêntico”, como Max Mauro, Carlos Alberto Cunha, Roberto Valadão, Nelson Aguiar e Nyder Barbosa, em contrapartida à perda de forças de setores moderados e conservadores, como no caso de Argilano Dario, uma das principais lideranças partidárias. Nota-se que ganhavam espaço, justamente, alguns dos políticos que se aproximaram da militância pecebista no final da década de 1970.

Nesse aspecto, tanto os partidos tradicionais se renovavam, quanto o próprio cenário político capixaba se transformava, abrindo espaço a novas lideranças e novos personagens. Em meio a essa relativa “renovação política”, acreditamos que se criou um ambiente favorável para a emergência de novos atores políticos, principalmente aqueles se que se forjavam como lideranças junto aos movimentos sociais capixabas do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. E nesse panorama, também teriam ascendido ao cenário alguns dos nomes ligados ao PCB-ES abrigados no PMDB.

Nessas condições, o PCB-ES se credibilizou e ampliou a sua inserção no interior dos quadros da política formal a partir do PMDB no início dos anos 1980. Assim, parecem ter sido fundamentais a atuação de seus militantes no interior da Fundação Pedroso Horta, do PMDB Jovem, e da Comissão de Mobilização Popular (CMP). Como destacamos, esses espaços eram liderados pela “ala pecebista” e reforçavam a participação desse setor no principal partido de oposição ao regime ditatorial. Além disso, eles permitiram o estreitamento dos laços entre pecebistas e políticos peemedebistas.

Por outro lado, a partir dos órgãos citados, o PCB-ES ampliou seus espaços institucionais de atuação legal, capitalizando recursos para a promoção de atividades e mobilizações junto à população capixaba. Diante disso, a militância pecebista, principalmente no PMDB Jovem e na CMP, ajudou a fomentar o *capital político* do partido ao reforçar a aproximação de seus adeptos a diferentes setores sociais e populações de outras regiões do estado. Ao mesmo tempo, também aumentava a sua participação no interior do próprio PMDB, gerando condições para que seus militantes participassem internamente de discussões e se envolvessem em disputas de diretórios, na definição das candidaturas e no trabalho eleitoral, por exemplo, como ocorreu nas eleições de 1982.

Nessas condições, para as eleições gerais de novembro de 1982, o PCB-ES havia capitalizado apoio interno para que pudesse lançar suas candidaturas sob o abrigo do PMDB. Depois de solucionadas as divergências internas, em 1982, o CE-ES definiu os candidatos pecebistas para os legislativos estadual e municipal. E concorreram pelo PMDB: Felício Corrêa e Stan Stein, para vereadores, respectivamente para Vila Velha e Vitória; e Myrthes Bevilacqua para a Deputada Federal. Paulo César Hartung Gomes teve sua candidatura formulada pelo PCB-ES, mas durante as campanhas e no pleito já não pertencia aos quadros partidários, o que não impediu que ele fosse o candidato apoiado pelo partido.

O PCB ainda apoiou a indicação de Ferdinand Berredo de Menezes para o Senado e trabalhou na escolha do nome de Vasco Alves para concorrer à prefeitura em Vila Velha-ES. Além disso, a “ala do PCB” contribuiu com a decisão final que assegurou o nome do ex-arenista Gerson Camata como candidato a governador em 1982, vencendo, em convenção, com votos pecebistas.

Com essas definições se desenhou o que seria uma “chapa do PCB” no interior do PMDB, por sinal, quase que plenamente eleita naquele pleito. A exceção ficou por conta do candidato ao Senado, Berredo de Menezes, o qual não foi eleito, mas obteve um alto índice de votos. Assim, mesmo derrotado nas urnas, conforme as regras eleitorais da época, sua grande votação acabou permitindo a ocupação do cargo pelo peemebista José Inácio Ferreira.

O grande número de votos dos “candidatos pecebistas” e, principalmente, aqueles que tinham ligação direta com seus quadros, como Felício Corrêa, Myrthes Bevilacqua, Stan Stein e Paulo César Hartung Gomes expressavam, a nosso ver, a significativa representatividade política alcançada por esses personagens no cotidiano de sua militância da Grande Vitória-ES. Como constatamos ao longo do trabalho, esses quatro agentes políticos tinham uma trajetória política de significativa representatividade, quando não de liderança, nos movimentos e espaços sociais e políticos em que atuaram desde meados da década de 1970: “Myrthes” na liderança histórica do magistério capixaba; “Hartung” no Movimento Estudantil universitário, assim como Stan Stein; e Felício Corrêa no movimento comunitário do bairro Glória. À exceção da deputada eleita, os outros eram jovens, recém-egressos da universidade e com recentes carreira e militância política.

Além dessas questões, o partido, atuando segundo as regras do jogo político-eleitoral da época, fez uso de fórmulas tradicionais para garantir a eleição de sua “chapa”. Para a indicação da candidatura de Paulo Hartung à Assembleia Legislativa em 1982, por exemplo,

teria pesado, além de sua trajetória militante, a costura de alianças políticas no interior do estado e, mais precisamente, a garantia do apoio do político local Luiz Ferraz Moulin, da cidade Guaçuí – na região Sul do Espírito Santo – terra natal de “Hartung”.

De outro modo, percebemos que a atuação e influência da militância pecebista sobre determinados setores populares em sindicatos, associações de moradores e no movimento estudantil tentou ser convertida pelo partido em apoio aos seus candidatos.

Vale considerar, ainda, que o PCB-ES, visando reforçar a frente de oposição concentrada no PMDB e ampliar sua inserção e influência nos centros de disputas político-partidárias estaduais, indicou, de forma pragmática, candidatos de maior capital político em seus quadros e, assim, com mais “chances de vencer” e angariar votos considerando a vigência do voto vinculado.

Além desses aspectos, compreendemos que as alianças políticas e eleitorais firmadas pelos pecebistas no interior do PMDB também favoreceram para os resultados das candidaturas pautadas pelo partido, tendo em vista o sistema de sufrágio. Nesse caso, além das aproximações confirmadas no âmbito das lutas sociais na Grande Vitória-ES, o apoio ao candidato Vasco Alves (PMDB-ES) para a Prefeitura de Vila Velha-ES significava estar ao lado de um candidato que acumulava, desde o final dos anos 1970, inimportante popularidade junto, principalmente, dos movimentos por moradia no município citado.

No entanto, destacamos a polêmica decisão da direção estadual do PCB-ES em apoiar o ex-Arena Gérson Camata como candidato a governador. Como indicaram alguns documentos analisados, tal escolha expressava o interesse do partido em se aliar a um candidato que, como observou Oliveira (2013), possuía densidade eleitoral no interior do Espírito Santo, aspecto importante a ser considerado na distribuição regional dos eleitores capixabas. Portanto, a opção parecia fundamental para a conquista de votos a cargos de nível estadual e federal, já que, como vimos, a maior parte do eleitorado capixaba se encontrava no interior do Estado. No caso dos militantes do PCB-ES, os quais se candidataram à Assembleia Legislativa e ao Congresso Nacional nas eleições de 1982, tal fator também parece ser importante, visto que, como destacamos, a militância pecebista se concentrava, primordialmente, na Grande Vitória-ES.

Depois de eleger seus candidatos e aliados políticos em 1982 para postos de poder na política formal capixaba, o PCB-ES também conseguiu inserir alguns dos seus membros em equipes de governo municipais e estadual. Nesse caso, destacou-se, principalmente, a participação

majoritária de militantes do partido na gestão Vasco Alves (1983-1986). Consideramos que corroborou para esse fenômeno, além da trajetória política de nomes como Fernando J. Pignaton, Eduardo I. Pignaton, Irene Leia Bossois, Antônio Claudino de Jesus, entre outros, o papel assumido pela própria militância na campanha eleitoral de “Vasquinho”. Ao mesmo tempo, evidenciamos que a formação intelectual e profissional desses personagens, oriundos dos quadros da Ufes, também influenciou para a situação em questão. Dessa forma, o *capital político* para se inserir nesses espaços era reforçado por suas qualificações pessoais, fruto de suas trajetórias acadêmicas. A esse respeito, Concordamos com Bourdieu (1989, p.191) ao afirmar:

O capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade” – firmado no facto de ser reconhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um “nome”, uma “reputação”, etc.) e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação” – é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência (BOURDIEU, p.190-191).

Os desafios e as dificuldades do PCB-ES de se manter próximo aos postos de poder capixabas, a partir de 1983, foram tratados, aqui, como um esboço inicial. Assim, por exemplo, uma hipótese plausível que levantamos aponta para o fato de que alguns personagens, ao se aproximarem dos cargos nas diferentes esferas de governo, se “desviaram” dos objetivos partidários e assumiram outros discursos e posturas projetando suas carreiras políticas individuais. Tal fenômeno pode ser objeto de novas pesquisas. Sabemos que alguns desses atores políticos deram continuidade às suas trajetórias político-partidárias, e assim permaneceram nos anos seguintes. Merece ser analisada, por exemplo, a experiência do partido nas lutas políticas no Espírito Santo, a partir do momento em que retorna à legalidade, em maio de 1985, quando, pelo que sabemos, o partido continuou disputando cargos e participando da vida política estadual nessa condição até anos seguintes.

Ao final deste trabalho, desejamos ressaltar as dificuldades que encontramos ao nos propormos a realizar uma pesquisa como esta. Com olhar específico para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Espírito Santo entre 1978 e 1985, ela expressou os desafios e deixou lacunas resultantes do seu caráter, praticamente, inédito. Ademais, nessa direção, também corroborou o próprio caráter ilegal da organização, a imprecisão e as contradições das narrativas dos seus ex-militantes, o que gerou dificuldades em nossa tentativa de ordenar e organizar informações bastante fragmentadas da trajetória da organização. Assim, entendemos que, além do problema e das respostas que propomos alcançar, esforçamo-nos em deixar para

as futuras pesquisas um mínimo mapeamento da estrutura organizativa do campo de atuação e alguma cronologia das ações desse partido no estado.

Considerando a atuação do PCB-ES conforme analisamos, finalizamos nosso estudo destacando que, em nossa perspectiva, o partido cumpriu um papel importante junto a outras forças nas lutas democráticas e nos movimentos sociais capixabas no período da *abertura política*. Ademais, ressaltamos que, de seus quadros partidários a partir de 1978, emergiram importantes setores da elite política do Espírito Santo que, nas décadas seguintes, passaram a ocupar postos de governo no estado, defendendo outras siglas, outras posturas e outros discursos. Portanto, restaram apenas suas *memórias* acerca da experiência como militantes de uma organização comunista. Sobre essas reminiscências, percebemos, ao longo das entrevistas, uma insistente lembrança como protagonistas da luta institucional, legal, pacífica e moderada na vida política capixaba; mais democrática que revolucionária e socialista. Linha de ação que teria sido o “caminho correto” para derrubar a ditadura militar, e, mais do que isso, comportamento que os definia no passado em relação a outros atores de esquerda, identificados ao “esquerdismo” e ao “radicalismo”; nesse caso, principalmente o PT.

Diante dessa *memória*, deixamos em aberto outra questão a ser aprofundada em futuras pesquisas. As narrativas sobre o passado pecebista capixaba produzidas por alguns ex-militantes atenuam ou até silenciam os elementos *marxistas-leninistas* e *revolucionários* presentes nos documentos oficiais que muitos deles ajudaram a formular. Ao mesmo tempo, reforçam uma histórica rejeição desses indivíduos ao Partido dos Trabalhadores (PT). Diante disso, uma pergunta a ser lançada é se tais interpretações não estão dialogando diretamente com o presente vivido por esses atores e, assim justificando seus posicionamentos e identidades políticas atuais. Nesse caso, especificamente, podemos pensar se tais leituras retrospectivas não servem para explicar a adesão atual desses indivíduos – como membros ou simpatizantes – de organizações como o PMDB e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que hoje, em um contexto de intenso e polarizado debate político, demarcam forte crítica e oposição aos governos do PT no país. Por fim, entendemos que tais questões são dignas de uma séria pesquisa acadêmica interessada em melhor conhecer o processo de formação das elites políticas capixabas e, nesse caminho, os usos políticos que fazem do passado.

REFERÊNCIAS

Documentos:

- Depoimentos

ALMEIDA, Ildeberto Muniz. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista via e-mail, 11 fev. 2016.

_____. *O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo: a trajetória de um grupo ao poder (1976 – 1981)*. Entrevista concedida a Renato Santoro Moreira. 2008.

BOSSOIS, Irene Leia. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 21 jan. 2016.

CAVALCANTE, Carlos Alberto Rios. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 26 jan. 2016.

CIPRIANO, Perly. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 14 jan. 2016.

COIMBRA, Wellington. Entrevista concedida à aluna do Mestrado de História das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Margô Devos Martin. Vitória, 31 out. 2006.

COSTA NETO, Felício Corrêa. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 16 fev. 2016.

DE JESUS, Antônio Claudino. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 05 ago. 2015.

OLIVEIRA, Adauto Emmerich. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 14 jan. 2016.

GOMES, Paulo C. Hartung. Entrevista concedida aos alunos do Mestrado de História das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo: Margô Devos Martin e Renato Heitor Moreira, Vila Velha, 30 maio 2007.

LUCAS, Luiz Paulo Vellozo. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 03 fev. 2016.

MOURA, Kátia. *O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo: a trajetória de um grupo ao Poder (1976-1981)*. Entrevista concedida a Renato Heitor Santoro Moreira, 2007.

MOURA, Aurélio Carlos Marques de. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 12 dez. 2015.

NASCIMENTO, Robson Leite. . *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 27 jan. 2016.

_____. Entrevista concedida aos alunos de mestrado de História das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo: Margô Devos Martin e Renato Heitor Moreira, Vitória, 26 out. 2006.

OLIVEIRA, Adauto Emmerich. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 14 jan. 2016.

OLIVEIRA JUNIOR, Vasco Alves. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 01 fev. 2016.

PIGNATON, Fernando João. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vila Velha, 22 jan. 2016.

PINTO NETO, Lauro Ferreira da Silva. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 15 jan. 2016.

QUEIROZ, Geraldo Corrêa. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vila Velha, 08 dez. 2015.

SANTOS, Marli Alves dos. *Geração Gota d'Água: o movimento estudantil da UFES entre 1976 a 1982*. 2007. Entrevista concedida a Paulo Fabris, São Paulo, 03 maio. 2007.

SANTOS, Merli Alves dos. *Geração Gota d'Água: o movimento estudantil da UFES entre 1976 a 1982*. 2007. Entrevista concedida a Paulo Fabris, São Paulo, 03 maio. 2007.

STEIN, Estanislau Kostka. Entrevista concedida aos alunos do Mestrado de História das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo: Margô Devos Martin e Renato Heitor Moreira, Vitória, 07 dez. 2006.

VIEIRA, Fernando Luiz Herkenhoff. *Entre a ilegalidade e a luta institucional: a atuação do PCB nas disputas políticas do Espírito Santo no contexto da abertura política (1978-1985)*. Entrevista concedida a Leonardo Baptista, Vitória, 10 dez. 2015.

_____. Entrevista concedida aos alunos do Mestrado de História das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo: Margô Devos Martin e Renato Heitor Moreira, Vitória, 17 jul. 2007.

ZANOTELLI, Cláudio. *Geração Gota d'Água: o movimento estudantil da UFES entre 1976 a 1982*. 2007. Entrevista concedida a Paulo Fabris, Vitória, 06 maio 2007.

- Documentos partidários do PCB

ALCÂNTARA, Z. O projeto político do regime e o papel das oposições. *A Voz dos Trabalhadores*: órgão informativo dos comunistas capixabas. Espírito Santo, maio 1980, ano I, nº3, p.08-10.

ALMEIDA, Ildeberto Muniz de. *Por uma linha sindical justa*. Espírito Santo. Vitória, jun. 1982.

ALMEIDA, Ildeberto M. de; SOSSAI, Benjamin. *Pela unidade do movimento sindical*. Espírito Santo, set. 1982.

ARAÚJO, J. Legalidade pressupõe organização e inserção nas massas. In: *A Voz dos Trabalhadores*: órgão informativo dos comunistas capixabas. Espírito Santo, ago. 1980, ano I, nº5, p.08-10.

CARTA aberta à direção estadual. Espírito Santo, 1982.

CONTRIBUIÇÃO acerca do trabalho operário-sindical. Vitória, 19 mar. 1982.

MANIFESTO. Vitória, 23 abr. 1984.

MATHIAS, A. Luta interna: aprofundar o debate. In: *A Voz dos Trabalhadores*: órgão informativo dos comunistas capixabas. Vitória, maio 1980, ano I, nº3, p.14-15.

M.C.O. A constituinte e a classe trabalhadora. In: *A Voz dos Trabalhadores*: órgão informativo dos comunistas capixabas. Espírito Santo, ago. 1980, ano I, nº5, p.08.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Estatuto do Partido Comunista Brasileiro*. São Paulo, 1967. (Aprovado pelo VI Congresso Nacional).

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro. *Rumo ao VII Congresso*. Vitória, 1980.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro. Em debate: a situação do P. no nosso Estado. In: *A Voz dos Trabalhadores*: órgão informativo dos comunistas capixabas. Vitória, set. 1982, ano III, nº9, p.01-10.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Conferência do Setor Popular*. Espírito Santo, [1981-1982?].

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Seção Sindical. *Eleição Sindical*: apontamentos para a organização de um trabalho. Vitória-ES, [1980?].

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Seção Sindical. *Análise sobre a greve da construção civil*. Espírito Santo, nov.1981

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Seção Sindical. *Contribuição ao debate*. Espírito Santo, maio. 1982.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Seção Sindical. *Contribuição ao debate sobre o trabalho dos bancários*. Vitória, 24 mar. 1983a.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro. *Democracia sempre, unidade e participação: a opinião dos comunistas capixabas*. Espírito Santo, dez. 1983b.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas do Espírito Santo. *Encontro e Balanço de Atividades*. Vitória-ES, maio. 1984a.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Comissão Pró-Legalidade do Partido Comunista Brasileiro no Espírito Santo. *Esclarecimento ao Coletivo de Comunistas do ES: Ação Anti-Partidária*. Vitória-ES, jun. 1984b.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Comissão Estadual pela Legalização do Partido Comunista Brasileiro. *Convocação*. Vitória-ES, nov. 1984c.

- Outros

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. *Relação nominal de eleitos e suplentes*. Espírito Santo, 1978.

_____. _____. *Candidatos que concorreram ao pleito de 15.11.1982...* Espírito Santo, 1982.

CORREA, Felício. Roubando voto. In: *Jornal da Glória*, ano III, nº11, p.06, 1982.

NASCE um jornal ao lado do povo. *Jornal da Glória*, ano I, nº1, p.01, 1980.

ELEIÇÕES um direito constitucional. *Jornal da Glória*, ano I, nº1, p.02, 1980

ILHA dos Aires: a dura realidade do povo brasileiro. *Jornal da Glória*, ano I, nº6, p.07, dez. 1980,

COMITÊ CAPIXABA CONTRA A IMPLANTAÇÃO DE USINAS NUCLEARES. Comissão de Bairros. Porque uma usina nuclear não interessa ao povo capixaba. 1980.

FRENTE DEMOCRÁTICA. Programa de pontos básicos para o governo municipal de Vila Velha-ES. Vila Velha-ES, 1987.

GOMES, Paulo César Hartung. *Estrutura do PCB-ES (1979-1982): dados gerais*. S.l, 08 mar. 1995. (Manuscrito)

GREGÓRIO prega união contra o regime. *A Tribuna*. Vitória-ES, 12 set. 1980, p.3.

OLIVEIRA JUNIOR, Vasco Alves. A experiência da participação popular em Vila Velha – ES. Rio de Janeiro, set. 1985. (Discurso proferido no XXVII Congresso Mundial de Municípios)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Comissão de Mobilização Popular. *O que é a Comissão de Mobilização Popular*. Espírito Santo, 1980a.

_____. _____. *P.M.D.B em ação*. Vitória-ES, 20 mar. 1980b.

_____. Fundação Pedroso Horta do Estado do Espírito Santo. Espírito Santo, nov.1981.

_____. Comissão Executiva Municipal do Movimento Estudantil do PMDB Vila Velha. Vila Velha-ES, 16 jun. 1983.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 05 jan. 2016.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ALVES, Wania Malheiros; SIMÕES, Rafael Claudio. História Eleitoral e Parlamentar do PCB no Espírito Santo (1945-1992). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n.47. Vitória, 1996. p.81-102.

ALONSO, José Antônio M. *Dicionário de história do mundo contemporâneo*. Vitória: UFES, 2000.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*, v. 7, n. 2, 2013, p. 11-32.

ANGELO, Vitor Amorim de. *Luta armada no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2009.

AQUINO, Rubens Santos Leão de. (et.al). *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ATHAYDES, Ramilles Grassi. O movimento estudantil na UFES na visão do DOPS/ES (1975-1986). *Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST*, v. 5, n. 5, 2016.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: REMOND, René (org). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.57-98.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In. CHAUVEAU. A; TÉTARD, Ph (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 127-130.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 9. ed. Brasília: UnB, 1997.

BORGIO, Ivantir Antônio. *UFES: 40 anos de história*. 2. ed. – Vitória: EDUFES, 2014.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BUONICORE, Augusto. *O Bloco Operário e Camponês: os comunistas vão às urnas*. 2008. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1698&id_coluna=10> Acesso em: 28 ago. 2015.

CAETANO, Alexandre. O movimento estudantil na UFES e a luta contra a ditadura: 1964 – 1968. FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; ANGELO, Vitor Amorim de (Org.). *O Estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*. Vitória, ES: GM, 2014. p.114-146.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.. p.107-143

CARDENUTO, Reinaldo. A sobrevivência da dramaturgia comunista na televisão dos anos 1970. O percurso de um realismo crítico em negociação. In: NAPOLITANO, Marcos; MOTTA, Rodrigo Patto S.; CZAJKA, Rodrigo (orgs.), *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 85-106.

CARONE, Edgard. *O PCB – 1922 -1943*. v.1. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *O PCB – 1943-1964*. v.2. São Paulo, Difel, 1982.

_____. *O PCB – 1964-1982*. v.3. São Paulo, Difel, 1982.

_____. *A Internacional Comunista e as 21 condições*. 2003. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=195:a-internacional-comunista-e-as-21-condicoes-por-edgard-carone&catid=2:artigos>. Acesso em: 28 fev. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. Breve história do “comunismo democrático” no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.263-279.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Políticos Brasileiros*. 3ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CHICOLTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.215-218.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: Edusc, v. 27, 1999.

COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura - Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999, 517p.

COLBARI, Antônia. A CUT-ES e o Movimento Sindical na Década de 80. In: *SINAIS – Revista Eletrônica. Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010. p. 167-275.

CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização, 2003. v.2. p.213-239.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ESCOREL, Sarah. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FABRIS, Paulo Roberto. *Geração Gota d'Água: memória de um movimento estudantil pelas liberdades democráticas no país*. Universidade Federal do Espírito Santo 1976-1980. Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (NEI-DCSO-UFES). 2007. Disponível em: <http://www.nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/Estrevistas%20Vers%C3%A3o%20Final%20PDF.pdf>. Acesso em: 16 set. 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os Integralistas no Estado do Espírito Santo (1933-1938). *Revista Ágora*. Vitória, v. 13, p. 1-12, 2011.

_____. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Tempo e Argumento*, v. 5, p. 295-316, 2013.

FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: _____. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.510-541.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.169-186.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FLORES, Francisco. *Também temos nossos mártires, sim senhor!!!*. Disponível em: <http://cronicasdechicoflores.blogspot.com.br/2013/05/tambem-temos-nossos-martires-sim-senhor.html> Acesso em: 14 fev. 2016.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.03-14.

GARCIA, Elio Ramires. *Do Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé: transição e longevidade*. 2015. 204f. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ªed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo – Expressão Popular, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

KINZO, Maria D' Alva G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, n.54, p.23-4, 2004.

KROHLING, Aloísio; KROHLING, Beatriz Stella Martins. *Experiência de participação popular no Orçamento Municipal de Vila Velha na década de 80: democracia participativa e cooptação política*. [19--]. 20p. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2346&Itemid=171

LEMO, Amarildo Mendes. *Agora é Max: A trajetória política de Max de Freitas Mauro (1970-1990)*. 2014. 311f. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

LENIN, Vladimir Il'ich. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. 5ª Edição. Brasil: Global Editora, 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm>. Acesso em: 28 fev. 2016.

LIMA, Hamílton Garcia. *O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade – 1964-1984*. 488f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1995.

MACHADO, Vinícius Oliveira. *O vereador de Prestes: a atuação de Antônio Ribeiro Granja na Câmara de Cariacica – ES (1947-1951)*. 2014. 86f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MAIS, Brasil Nunca. *Um relato para a História*. 21ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

MAINWARING, Scott. Os objetivos dos partidos sob regimes autoritários eleitorais ou democracias frágeis. *Jogo em duas frentes*. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 2, n. 2, p. 249-272, dez. 2002.

MARTIN, Margô Devos. *A Trajetória de uma Geração Política no Espírito Santo – da Universidade ao Poder*: 1982 a 1992. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. Estado e regime no pós-64: autoritarismo burocrático ou ditadura militar? *Revista de Sociologia e Política*, n. 02, p. 07-23, 1994.

MAYER, Jorge Miguel. Washington Luís. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/washington-luis-pereira-de-sousa>> Acesso em: 09 fev. 2016.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MENDONÇA, Eliana et.al. Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro. In: *Revista Estudos Históricos*, n.2. Rio de Janeiro: Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.379-388.

MENDONÇA, Sônia R.; FONTES, Virgínia M. *História do Brasil recente (1964-1980)*. São Paulo, Ed. Ática, 1988.

MIRTES Bevilacqua Corradi. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bevilacqua-mirtes> Acesso em: 10 jan. 2016.

MOREIRA, Renato Heitor Santoro. *O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo: a trajetória de um grupo ao Poder (1976-1981)*. 231f. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Editora Perspectiva, 2002.

_____. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: APM, ano XLII, n.1, p.52-67, 2006.

_____. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: FILHO, Daniel A.R.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P.S (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2014. p.48-65.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. *Dimensões*, n. 32, p. 128-147, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. A estranha derrota: os comunistas e a resistência cultural ao regime militar (1964-1968). In: NAPOLITANO, M.; CZAJKA, R.; MOTTA, R.P.S (Org). *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 317-338.

NETO, Roberto A. Beling. *Escritos de Vitória: movimentos sociais*. Vitória, ES, p.141-169, ago. 1996, n. 16, 1996.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, José Ueber. *Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. 2008. 326f. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

_____. *Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo do Estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB*. 2013. 335f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Marlon Pittol. Partido Comunista do Brasil na Câmara Municipal de Vitória: leituras e propostas. In: *Estudos de História Política e das Ideias*. v.1, 2014. p. 01-19.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-ecclesiais-de-base-cebs>> Acesso em: 05 abr. 2016.

OPPO, Anna. Partidos Políticos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de política*. 9. Ed. Brasília: UnB, 1997. p.898-905.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização, 2010. 2v. p.13-37

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira; BAPTISTA, Leonardo. *Ditadura militar e a Universidade Federal do Espírito Santo: a atuação repressora da AESI/UFES entre os anos de 1974 e 1975*. In: *Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST*, v. 5, n. 5, 2015.

PIGNATON, Fernando João. *Participação popular na elaboração de orçamentos públicos municipais: a experiência do Espírito Santo (1983 a 1994)*. Vitória-ES: Edufes, 2014.

PINHEIRO, Milton. Os comunistas a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: _____(org). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *A ditadura militar no Brasil (1964-1985) e o massacre contra o PCB*. São Paulo, 2012. Disponível em: http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=541:a-ditadura-militar-no-brasil-1964-1985-e-o-massacre-contr-o-pcb&catid=14:geral. Acesso em: 24 jan. 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAMOS, Carlos Alexandre. *A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983)*. 2013. 272f. Tese de doutorado (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REMOND, René (org). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Algumas questões gerais à guisa de introdução. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 p.203-209.

ROCHA JUNIOR, José Carlos. *No encalço dos companheiros: militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) sob Vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985)*. 2014. 183f. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

_____. A campanha pelas Diretas Já! NO Estado do Espírito Santo In: ANGELO, Vitor Amorim; FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, José Ueber (orgs). *O Estado do Espírito Santo e a ditadura*. Vitória: GM Editora, 2014. p.114-146.

RODRIGUES, Leôncio Martins. CUT: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=LE%C3%94NCIO+MARTINS+RODRIGUES+CUT&btnG=&lr=> . Acesso em: 17 jan. 2016.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. 1ª Edição. São Paulo – SP: Boitempo Editorial. 2001.

SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, v.6. p.375-410

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SANTOS, Raimundo; SEGATTO, José Antonio. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991 In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, v.6. p.13-62.

SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. O PCB e a revolução nacional democrática. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p.123-133.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. 3.ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

SOUZA, Dayane Santos de. *Entre o Espírito Santo e Brasília: mulheres, carreiras políticas e o legislativo brasileiro a partir da redemocratização*. 2014.265f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STEMBRINI, Domenico. Leninismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de política*. 9. Ed. Brasília: UnB, 1997. p.679-686.

VESCOVI, Alessandro. *À luz dos vitrais, a história da Arquidiocese de Vitória, Espírito Santo, no período entre 1979 e 1984, a partir da trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque*. 2007. 160f. Dissertação de Mestrado (Mestrado de História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização, 2010. 2v. p.63-105.

VIEIRA, Reginaldo de Souza. *Partidos políticos brasileiros: das origens ao princípio da autonomia político-partidária*. Criciúma – SC: Ed. Unesc, 2010.

Páginas da Internet:

Blog do Zé Augusto: <http://zeaugustoblog.blogspot.com.br/p/sobre-ze-augusto.html>

Blog Crônicas do Velho Chico Flores: <http://cronicasdechicoflores.blogspot.com.br/>

Projeto Brasil Nunca Mais Digital: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/>

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV – CPDOC):

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>